



Dossier Habitação 2013

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

HABITAÇÃO

I. JANEIRO

1.1	Imobiliárias nas centralidades	1
1.2	Mais residências para funcionários são inauguradas	1
1.3	Moradores em zona de risco realojados em casas seguras	2
1.4	Com a Famosa lista para a distribuição das casas do Kilamba apresentam-se várias leituras	2
1.5	Projecto Catoca ganha consistência	3
1.6	Antigos combatentes “acolhidos” no Kilamba	3
1.7	Governador quer qualidade nos projectos habitacionais	4
1.8	“Canteiro” pode dar casas	4
1.9	Casas do Zango III estão em péssimas condições	5
1.10	Projecto habitacional abandonado no Zango depois de inaugurado pelo PR	5
1.11	Vila Chinesa de “patas para o ar”	7
1.12	Regime Jurídico do contrato promessa de compra e venda	7
1.13	Peões beneficiam de passagem aérea	9
1.14	Péssimas estradas reduzem Transportes Públicos	9
1.15	Antigos combatentes vão beneficiar de casas modernas	9
1.16	Grupo chinês forma técnicos angolanos para atuar no sector da construção civil	11
1.17	O antro do canteiro de obras de Angola e seus principais problemas	11
1.18	Comissão ad-hoc orientada para estudo das regras de comercialização de imóveis	13

2. FEVEREIRO

2.1	UNITA denuncia 17 mil dólares de “gasosa” para facilitar inscrição no kilamba	14
2.2	Detido por reclamar	14
2.3	Idosos tidos por infiltrados	15
2.4	Moradores denunciam subida arbitrária de rendas	15
2.5	Preços acessíveis vão aumentar procura	16
2.6	A qualidade das nossas habitações	17
2.7	Mudança ajuda a recuperar o orgulho dos habitantes da região da Lunda-Sul	18
2.8	Pensionistas recebem casas	18
2.9	Começou acesso aos projectos habitacionais	18
2.10	Requalificação melhora vida da população	19
2.11	Obras da Baía de Luanda já na fase das fundações	20
2.12	40 Pessoas dividem a mesma casa	21
2.13	A corrida aos apartamentos das novas centralidades	21
2.14	Compradores “dormem” nas centralidades	22
2.15	Delta entrega 100 por dia	23
2.16	Milhares de pessoas lutam pelo kilamba	24
2.17	Modo de aquisição O pagamento será feito anualmente até ao mês de Março	26
2.18	O sonho da casa própria	27
2.19	O SONO começa nas ruas das centralidades	27
2.20	O SONIP Imobiliária	28
2.21	Supermercado Prelex	28
2.22	Oferta das centralidades não terá impacto no centro de Luanda	28
2.23	Preços do Kilamba reduzem 10% a 44%	29
2.24	Preços dos apartamentos mais acessíveis	30
2.25	Sonip e Fundo da Habitação Desencontrado	31

2.26	Vendas "Magoga sustenta famílias	32
2.27	Açambarcadores de condomínios temem bolha imobiliária	32
2.28	Kilamba: que município?	33
2.29	Casas romagem ao Kilamba	34
2.30	Executivo aposta na continuidade do programa de habitações sociais	34
2.31	Os espaços urbanos de Angola e a sua qualidade de vida	35
2.32	Os "Hipotecados" do Kilambi	37
2.33	Anunciada construção de moradias para sobas	37
2.34	A hora da realização do sonho da casa própria	38
2.35	100 Casas adicionais	38
2.36	AJPD pede cancelamento do processo	38
2.37	Apartamentos T4 esgotados	39
2.38	Casa condiciona casamento	40
2.39	Comédia imobiliária...	40
2.40	Infraestruturas sociais garantem maior dignidade aos moradores	41
2.41	Negócios ilícitos na centralidade de Cacucaco	42
2.42	Plantação de mais árvores melhora qualidade de vida	43
2.43	SONIP acusada de fazer publicidade enganosa	44
2.44	SONIP "mata" comissão	44
2.45	Angola se constrói sem os Angolanos a imagem das roças de café	45
2.46	Camponeses queixam-se de burla e abuso de poder	46
2.47	Centralidades viram zonas de campismo	47
2.48	Do Kilamba e outras centralidades "Jessianas"	48
2.49	Funcionários da DELTA trocam favores por 1500 dólares	50
2.50	Indícios de desmaios e morte no kilamba	51
2.51	Inferno do Kilamba	51
2.52	Os espaços urbanos de Angola e sua qualidade de vida	52
2.53	Suspensão da venda de casas surpreende candidatos	55
2.54	Venda de casas nas novas centralidades está suspensa para realização do balanço	55
2.55	Acomodação de funcionários públicos dinamiza serviços a nível das comunas	56
2.56	Revolução dos preços das casas e a bolha imobiliária	56
2.57	Sector habitacional em análise	57
2.58	Sonip retoma as vendas de residências em Março	58

3. MARÇO

58

3.1	Extinto banco Sonangol/CGD e criado Banco de Poupança e Promoção Habitacional	58
3.2	Temos ainda muitos problemas a propósito	58
3.3	A Sonip, a Delta e a teoria do caos	61
3.4	Kilamba provoca "queda de preço" dos condomínios	62
3.5	Sonangol lança banco de crédito à habitação	62
3.6	Sua qualidade de vida (conclusão)	64
3.7	Imobiliária retoma hoje comercialização de casas	66
3.8	Ministério discute planeamento territorial	67
3.9	Ambiente económico favorece o sector imobiliário angolano	68
3.10	Banca muda modelo de financiamento	69
3.11	Ministério do Urbanismo e Habitação organiza procedimentos de licenciamento	71
3.12	Renda resolúvel é a única forma para classe média comprar residência	71
3.13	Projecto habitacional na cidade de Ondjiva	72
3.14	Delta/Sonip	72
3.15	Novas centralidades devem deixar de ser dormitórios	72
3.16	Populares manifestam insatisfação	73
3.17	UNITA propõe nova organização administrativa	74
3.18	Vida velha no nova vida	74
3.19	«O Nova Vida tem tudo de velha vida»	76
3.20	Era uma vez uma casa no Kilamba	78

3.21	Há pessoas que estão a aqui os maus hábitos»trazer para aqui os	maus hábitos	79
3.22	Reflexões á volta da venda de casas		80
3.23	UNITA apresenta plano director ao GPL		81
3.24	Viver em sociedade, mas com regras		83
3.25	UNITA projeta novas fronteiras para a cidade de Luanda		83
3.26	Casas sociais em Cunhinga		85
3.27	Cientes da Sonip desconhecem as armadilhas do contrato		85
3.28	"Sonip expropriar-se-á dos mesmos imoveis no futuro", alerta economista		86
3.29	Mais obras nas novas centralidades		87
3.30	Geradores geram discórdia no «Nova vida»		87
3.31	Buracos e engarrafamentos tornam a cidade “imbumbável		88
3.32	Os efeitos das novas centralidades		88
3.33	Tendência para queda dos preços de renda		90
3.34	Auto-construção ajuda a diminuir défice de casas		91
3.35	Novas casas evolutivas são construídas este ano		91
3.36	Administrador do Cazenga anuncia demolição de casas		92
3.37	Cazengo constrói casas para funcionários		92
3.38	Falta de transparência na distribuição de residências deixa famílias do Zango – 1 com “nervos à flor da pele”		92
3.39	Técnicos do Kilamba “assaltam” apartamentos		93
3.40	A importância do comércio rural		94

4. ABRIL 95

4.1	Casas são pagas em regime de renda resolúvel	95
4.2	Quilamba com milhares de casas já concluídas	97
4.3	Famílias vulneráveis re eberam moradias	98
4.4	Moradores do bairro Golfe querem passagem pedonal	98
4.5	Jovens recebem casas evolutivas no Uíge	98
4.6	Moradores da centralidadedo Cacuo sem energia eléctrica e água potável	98
4.7	Impacto ainda longe de corrigir o mercado	100
4.8	Entregues casas evolutivas	100
4.9	Escrita Capital	101
4.10	Mercado imobiliário Angolano esté em franco crescimento	101
4.11	Finalmente reabilitação vai acontecer ...	102
4.12	Administração entrega casas evolutivas	103
4.13	ANDULO Casas sociais em constução no município	103
4.14	Forum Internacional dão a conhecer a evolução do sector	103
4.15	Um «cabritismo» muito descarado	104
4.16	Presidente cria gabinete para a requalificação	105
4.17	Vida nova para as populações de Catabuanga e Lites	105
4.18	Casas sociais para os jovens	107
4.19	CABINDA, Primeiras casas do bairro social em conclusão	107

5. MAIO 107

5.1	Não se esqueçam das balizas do Kilamba Artigo	107
5.2	Nova centralidade concluída este ano	109
5.3	Construção de habitações começa no Cubal	109
5.4	Governo exige o dinheiro	109
5.5	Mudar a imagem dos musseques para conferir dignidade aos moradores	109
5.6	Encarregado das obras garante a entrega das casas nos prazos previstos	112
5.7	Centenas de casas sociais são construídas no Nzeto	113
5.8	Angola e a requalificação dos bairros	113
5.9	Casas para jovens concluídas em Agosto	114
5.10	Casas serão entregues em Agosto	114

5.11	Condições de acesso ao Kilamba	115
5.12	Peritos partilham experiência sobre mercado de urbanismo e habitação	116
5.13	Moradores do Kilamba vão contribuir na manutenção	116
5.14	Nova Cimangola entrega casas não acabadas Artigo	117
5.15	Projectos urbanísticos mobilizam investimentos	118
5.16	Quanto custam os engarrafamentos	118
5.17	Sonangol suspende venda de apartamentos no Kilamba	120
5.18	Trânsito com custos bilionários	120
5.19	ONG facilitado crédito para habitação famílias pobres	121
5.20	Governo está empenhado em criar habitação digna	122
5.21	Governador visita novas urbanizações	122
5.22	Mais de 2,8 milhões de habitantes terão habitação até 2017	123
5.23	Rangel Aguarda por requalificação	124
5.24	Para o Zango com força	124
5.25	Ministro entrega casas aos funcionários	125
5.26	Casas para trabalhadores ficam concluídas em breve	126
5.27	Obras das casas evolutivas quase prontas	126
5.28	Nova centralidade para 60 mil habitantes nasce no Dande	126

6. JUNHO

127

6.1	BNA propõe alargamento do crédito à habitação	127
6.2	Centralidade da Catumbela pronta para habitar em breve	129
6.3	Novo banco da Sonangol custa 500 milhões USD	129
6.4	Mais de 20 famílias beneficiam de casas evolutivas no Songo	130
6.5	Praticidade de crédito e estabilidade de mercado	130
6.6	Crédito para compra de imóveis é de oito porcentos do total	132
6.7	Administração do Cuito entrega habitações sociais	133
6.8	Requalificação urbana para ordenar a cidade	133
6.9	Urbanismo e habitação discutidos em Luanda	134
6.10	Candidatos Exigem da Sonip a entrega imediata das chaves	134
6.11	O pesadelo da casa própria	135
6.12	Sonangol esclarece atrasos na entrega das casas	136
6.13	Estado Prevê subsídios para casa própria	137
6.14	Concluídas habitações para os funcionários	137
6.15	China continua a liderar investimentos em Angola	138
6.16	Crédito á habitação	139
6.17	Novo banco de crédito abre em Dezembro	139
6.18	Bancos devem aumentar financiamentos ao sector habitacional	140
6.19	Falsos Bordeaux forçam entrega de casas no Kilamba	141
6.20	Tribunal de Luanda julga caso Build-Angola	141
6.21	Um paraíso para quem pode pagar	141
6.22	Os preços dos cúbicos baixam mesmo	142
6.23	SONIP deve equacionar situação dos moradores que tenham pago	143
6.24	Imobiliário Equilibra Oferta E Procura	143
6.25	“Já passamos a fase do boom”	144
6.26	Banco Sol disponibiliza mais crédito habitacional para apoiar cooperativa	146
6.27	Governo quer maior rigor na construção de moradias	147
6.28	Marçal Perdido nas ruas da amargura	147
6.29	Unidade portuária distribui residências	149
6.30	Urbanismo, Dólares, Gasóleo e Incompetência em Luanda	149
6.31	Propósito do arrendamento na centralidade do Kilamba	151
6.32	Construção de Novas Cidades em Luanda	154
6.33	Primeiras casas sociais prontas em Cacolo	155

7. JULHO

156

7.1	Novas urbanizações na Huila	156
7.2	Sonip entrega casas aos grandes filhos da Pátria	157
7.3	“ A nova centralidade do Dundo é brilhante e verde”	157
7.4	Auto-construção é aposta na Huila	159
7.5	Nova cidade nos arredores do Lubango	159
7.6	Falta de escolas públicas e postos de saúde preocupa cidadãos	160
7.7	SONIP é factor de instabilidade social	162
7.8	Luandenses Contra a criação de novas cidades	162
7.9	Entrega de casas vai ser retomada	164
7.10	Reduzido o défice habitacional local	164
7.11	Sonip publica lista de beneficiários de apartamentos no Kilamba	164
7.12	Acesso à habitação é desafio dos jovens	165
7.13	Famílias no Dundo têm novas casas	165
7.14	Milhares de jovens receberam residências	166
7.15	Construção de casas sociais é prioridade	166
7.16	Novas centralidades fazem cair as rendas	167
7.17	O desafio é melhorar o ordenamento do território	167
7.18	Novas centralidades em seis províncias	169
7.19	Alegria e frustração na “reabertura” do Kilamba	169
7.20	Sector de Habitação cumpre metas fixadas	170
7.21	Sector imobiliário estabiliza preço mas reduz ritmo de venda	171
7.22	Executivo avalia a evolução das obras nas centralidades	172
7.23	Novas centralidades ditam regras no mercado imobiliário	172
7.24	O Pesadelo nas estradas do Kilimba-Kiaxi	173
7.25	Primeiras habitações em Dezembro	173
7.26	Uma realidade provisória que perdura no tempo	174
7.27	Executivo entrega novas casa na Huila	176
7.28	Estrada degrada cria constrangimentos	176
7.29	Kilamba com sistema triplo de comunicação	177
7.30	Kilamba	177
7.31	SONIP pendura Fundo Habitacional	178
7.32	Camionistas apresentam contraproposta	179
7.33	Construtoras em Tribunal em caso de incumprimento	179
7.34	Sector imobiliário registou subida no mês de Junho	179

8. AGOSTO

180

8.1	Imobiliária decepciona clientes	180
8.2	Residências do Zango 3 e 4 à margem da lei	180
8.3	Avaliadas obras no município do Chinjenje	182
8.4	Fim das escolas precárias no Zaire	182
8.5	Cunene forma candidatos ao crédito	183
8.6	Casas para professor em fase de acabamento	184
8.7	Escom conclui edifícios SKY Center nove anos depois	184
8.8	Especialista defende vias únicas para autocarros	185
8.9	Mais moradias para os jovens do Cunhinga	186
8.10	Bem-vindo à centralidade de Cacuaco	187
8.11	Governo critica morosidade na construção de moradias	188
8.12	Projecto vende casas cara e sem qualidade no Zango,EX-militares "Fulos da Vidk com Lakeni"	188
8.13	Juventude deve dar valor aos feitos de combatentes	189
8.14	Mercado imobiliário reanima-se em Angola	189
8.15	A centralidade do Kilamba não foi pensada com os angolanos, assim como o Dundo	190
8.16	Urbanização para os ricos, despojo para os pobres	191
8.17	Moradores revoltados com as casas da Juventude	193

9. SETEMBRO

194

9.1	Médicos estão a ser melhor alojados na Huíla	194
9.2	Apartamentos do Kilamba estão todos vendidos	195
9.3	Casas do Kilamba continuam a provocar “Bifes”	196
9.4	Jovens querem redução dos preços das casas sociais	197
9.5	Candidato ao Kilamba exige indemnização	198
9.6	Chilugue troca as casas de pau-a-pique por habitações de construção definitiva	198
9.7	Lemos e Israel com discursos desencontrados	199
9.8	Taxistas reclamam por paragem	200
9.9	Cidade do Kilamba completamente vendida	200
9.10	Novas centralidades causam redução nos preços	200
9.11	As polémicas das casas no Kilamba	202
9.12	Mundial de Hóquei «ajuda» a reduzir escuridão nas ruas de Luanda	202
9.13	Candidatos marcham do Kilamba à Sonip	203
9.14	Educação promete casas para professores	204
9.15	Huíla investe na habitação	204
9.16	Luanda sobre carris	205
9.17	Mercado imobiliário com nova tendência	207
9.18	Metade das moradias estão concluídas	208
9.19	Primeiras casas começam a ser construídas	208
9.20	Salvem o Lubango, dos engarrafamentos de Luanda	209
9.21	O papel dos agentes informais no nosso mercado imobiliário	211
9.22	«Há esquemas que lesam»	211
9.23	Uma profissão liberal	212
9.24	Malange anuncia construção de milhares de habitações	213
9.25	Casas sociais ergui das em Xá-Muteba	213
9.26	Jovens aderem a novo modelo de casas no Lubango	213
9.27	Renda resolúvel passa a ser paga mensalmente	214
9.28	Governo projecta construção de 80 residências para funcionários	215
9.29	Populares protestam contra gestão da Sonangol	216
9.30	Sobas de Mwatxissengue recebem casas evolutivas	217
9.31	Sonip estende o prazo de reajuste dos preços das casa	217
9.32	Candidatos mostram-se indignados	217
9.33	Primeiras casas no Namibe concluídas no próximo ano	218
9.34	Jornalista apresenta algumas soluções	219
9.35	Mulheres madrugam na centralidade do kilamba	220
9.36	Moradores do bairro Gika com direito a casas novas	221

10. OUTUBRO

221

10.1	Médicos estão a ser melhor alojados na Huíla	221
10.2	Apartamentos do Kilamba estão todos vendidos	222
10.3	Casas do Kilamba continuam a provocar “Bifes”	223
10.4	Jovens querem redução dos preços das casas sociais	224
10.5	Candidato ao Kilamba exige indemnização	225
10.6	Chilugue troca as casas de pau-a-pique por habitações de construção definitiva	225
10.7	Lemos e Israel com discursos desencontrados	226
10.8	Taxistas reclamam por paragem	227
10.9	Cidade do Kilamba completamente vendida	227
10.10	Novas centralidades causam redução nos preços	227
10.11	As polémicas das casas no Kilamba	229
10.12	Mundial de Hóquei «ajuda» a reduzir escuridão nas ruas de Luanda	229
10.13	Candidatos marcham do Kilamba à Sonip	230
10.14	Educação promete casas para professores	231
10.15	Huíla investe na habitação	232

10.16	Luanda sobre carris	232
10.17	Mercado imobiliário com nova tendência	234
10.18	Metade das moradias estão concluídas	235
10.19	Primeiras casas começam a ser construídas	235
10.20	Salvem o Lubango, dos engarrafamentos de Luanda	236
10.21	O papel dos agentes informais no nosso mercado imobiliário	238
10.22	«Há esquemas que lesam»	238
10.23	Uma profissão liberal	239
10.24	Malange anuncia construção de milhares de habitações	240
10.25	Casas sociais ergui das em Xá-Muteba	240
10.26	Jovens aderem a novo modelo de casas no Lubango	240
10.27	Renda resolúvel passa a ser paga mensalmente	241
10.28	Governo projecta construção de 80 residências para funcionários	242
10.29	Populares protestam contra gestão da Sonangol	243
10.30	Sobas de Mwatxissengue recebem casas evolutivas	244
10.31	Sonip estende o prazo de reajuste dos preços das casa	244
10.32	Candidatos mostram-se indignados	244
10.33	Primeiras casas no Namibe concluídas no próximo ano	245
10.34	Jornalista apresenta algumas soluções	246
10.35	Mulheres madrugam na centralidade do kilamba	247
10.36	Moradores do bairro Gika com direito a casas novas	248

II. NOVEMBRO

248

11.1	Empresas erguem casas nas províncias	248
11.2	Habitação cumpra metas	249
11.3	Habitação	250
11.4	Três milhões de pessoas com acesso a moradias	250
11.5	Habitação cumpre metas	251
11.6	Moradores esperam por escolas do Estado.	252
11.7	Bancos rejeitam 90% dos pedidos de crédito	253
11.8	Moradores esperam por escolas do Estado	254
11.9	Centralidade de Cacuo está às escuras	254
11.10	Chineses anunciam construção de milhares de casas	255
11.11	Outro passou e as promessas não se cumpriram	256
11.12	Residências para trabalhadores	257
11.13	Gestímovel prevê investir 12,6 mil milhões de imoveis ate 2014	257
11.14	Para que pagar taxa de circulação	258
11.15	Administradora de Cacuo priva iniciativas privadas	259
11.16	Estudos indicam que Angola detém cidades do futuro	259
11.17	Favelados: trás famílias habitam uma só casa	260
11.18	Habitação social minimiza carência	261
11.19	Inauguradas casas do Plano Nacional	261
11.20	Ordenamento do território resulta em eficácia económica	262
11.21	Casa própria é motivo de alegria frustração	263
11.22	Casas sociais para funcionários prontas em Maio	265
11.23	Centralidade mania	265
11.24	Defendido sector mobiliário forte	266
11.25	Detidos suspeitos de desvio de dinheiro	267
11.26	O mercado não é só compra	267

12. DEZEMBRO

269

12.1	Inquilinos ameaçam levar Sonip à barra do tribunal	269
12.2	Morador revoltado	270
12.3	Grupo Prado Valladares aplica 9,7 mil milhões Kz em Talatona	270

12.4	Huambo. Habitação avança no Lossambo	271
12.5	Velhos bairros de Luanda ficam com nova imagem	271
12.6	O Plano Director de Luanda	272
12.7	Plano Director de Luanda garante qualidade de vida	273
12.8	Plano Director de Luanda aberto a sugestões	273
12.9	Funcionários públicos com casas evolutivas	274
12.10	Construtora Kora-Angola disponibiliza 15 mil casas	274
12.11	Distribuídas mais habitações nas centralidades	275
12.12	Grupos técnicos nos municípios	276
12.13	Luanda e os planos "diretores"	276
12.14	Obras da nova centralidade decorrem a ritmo acelerado	278
12.15	Médicos recebem novas residências	278
12.16	Cidades do país são requalificadas	279
12.17	Baixou o preço de casas de renda elevada	279
12.18	O pagamento anual da taxa de circulação	280
12.19	Faltam estudos de impacto ambiental	280
12.20	Casas concluídas no primeiro semestre	281

HABITAÇÃO

I. JANEIRO

I.1 Imobiliárias nas centralidades

Semanário Económico

03 de Janeiro de 2013

O Governo prepara-se para abrir as vendas e arrendamentos de apartamentos das novas centralidades a imobiliárias privadas, um segmento que até aqui tem estado na gestão da Sonip, ligada à Sonangol. Segundo o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, esta decisão será implementada durante presente mês de Janeiro. No sentido de tornar mais habitadas as centralidades que estão a ser construídas em todo o país, a tutela avança com rendas resolúveis e médias, disse ainda o governante, em declarações à Rádio Nacional de Angola. Esta medida responde à proposta apresentada pelo Presidente da República José Eduardo dos Santos, acrescentou o ministro do Urbanismo e Habitação, que sublinhou existirem condições para acolher mais jovens que procuram uma habitação. "Estamos em condições de dar resposta às preocupações do Presidente da República. Vamos também abrir este segmento para imobiliárias privadas, para o arrendamento dos apartamentos das novas centralidades", disse José Silva. O ministro acredita que avançou que esta decisão vai traduzir-se no aumento da ocupação, fundamentalmente da cidade do Kilamba, em Luanda, que regista um índice de ocupação abaixo dos 50%. Mais habitação A solução da questão habitacional passa pela construção de mais casas e o ministro do Urbanismo e Habitação anunciou que no âmbito do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação estão em execução 120 mil casas sociais e 44700 casas de renda média, distribuídas por todas as províncias do país. No seu discurso de fim de ano, José Silva adiantou que está em curso o programa de construção de 200 fogos por cada município do país, perfazendo cerca de 25400 habitações, num programa que deverá estender-se até 2014. O governante admitiu, porém, falhas na implementação destes programas. Considerando positivo o balanço geral, reconheceu "algumas insuficiências que constatamos na sua implementação, ocasionando flagrantes desajustamentos entre os cronogramas físicos e financeiros de algumas empreitadas, assim como a depreciação da qualidade de alguns trabalhos". O ministro do Urbanismo e Habitação defendeu que não se pode ficar indiferente ao desempenho de

empresas que de forma negligente encaram os compromissos assumidos com o Estado. Reiterando o compromisso, a nível central e local, de apoiar e promover aqueles que de facto se pretendem constituir verdadeiros parceiros do Estado, o governante avançou a intenção de encetar um combate cerrado àquelas empresas que demonstram incapacidade de cumprir as suas obrigações contratuais, quanto à qualidade da execução e ao cumprimento dos prazos. Neste sentido, José Silva manifestou a necessidade da contínua qualificação dos recursos humanos a todos os níveis do sector que dirige, bem como dos organismos de tutela. O ministro considerou que a continuação e conclusão do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, o ordenamento do território, a requalificação do meio urbano e rural, a regularização jurídica do património habitacional do Estado, são tarefas e desafios fundamentais do sector, nos próximos tempos, particularmente do Programa de Investimentos Públicos em 2013. De acordo com o governante, os índices atingidos deverão ser substancialmente ampliados se for prestada maior atenção a um segmento do Programa Nacional que considerou fundamental - a auto-construção dirigida, que constitui cerca de 70% do programa. Estiveram presentes na cerimónia os secretários de Estado da Habitação e do Urbanismo, nomeadamente Joaquim Silvestre e Clemente Júnior, directores nacionais, funcionários seniores, entre outros técnicos da instituição.

I.2 Mais residências para funcionários são inauguradas

Jornal de Angola

04 de Janeiro de 2013

Uma residência para os médicos e enfermeiro em serviço no município do Chinjenje, a 118 quilómetros da cidade do Huambo, e outra para os efectivos do comando local da Polícia Nacional, foram inauguradas nesta circunscrição. Inseridas no programa integrado de desenvolvimento rural e combate à fome, as residências possuem condições dignas para a acomodação dos beneficiários e vão suprir o défice habitacional neste município. A administração do Chinjenje aplicou, para a construção da casa dos médicos e enfermeiros, 44 milhões de kwanzas (incluindo O apetrechamento) e as obras para a sua edificação duraram oito meses. A residência dos efectivos da Polícia Nacional, construiu-se em três meses, custou aos cofres da administração local 17 milhões e 400 mil kwanzas. O chefe da repartição municipal de estudos e planeamento, Abel Feliciano, lembrou que a falta de residências para os

funcionários tem sido apontada como a principal causa de absentismo de trabalhadores nas instituições públicas. Disse que os médicos em serviço neste município estavam alojados na vila municipal do Longonjo, a 54 quilómetros, razão pela qual algumas vezes chegavam muito atrasados aos seus consultórios.

1.3 Moradores em zona de risco realojados em casas seguras

Jornal de Angola

04 de Janeiro de 2013

A administração municipal de Cambambe realojou 20 famílias, cujas casas foram demolidas para se realizarem as obras de alargamento e reabilitação da via Dondo /Alto Fina. Os beneficiários receberam casas com dois quartos, cozinha, casa de banho e já com luz e água instaladas. O administrador municipal lembrou, na cerimónia de entrega das chaves, que as casas demolidas estavam muito próximo do troço do morro do "S", na Estrada Nacional 230, o que fazia que os seus moradores vivessem "numa situação de risco iminente". Mateus da Costa referiu que as casas demolidas estavam numa área reservada à construção da Estrada Nacional e que moradores de uma zona do bairro Cassesse tinham problemas de abastecimento de luz e água potável. Outras sete famílias, cujas casas também foram demolidas, garantiu o administrador municipal, são realojadas na cidade do Dondo nos primeiros meses deste ano. O administrador avisou os beneficiários que se venderem ou trespassarem as casas as perdem. Na região está em curso a reabilitação de várias infra-estruturas de impacto social.

1.4 Com a Famosa lista para a distribuição das casas do Kilamba apresentam-se várias leituras

Continente

05 de Janeiro de 2013

Os problemas da habitação são transversais e ocupam um lugar cimeiro na vida da juventude em particular, porque eles anseiam ter o primeiro espaço para juntarem a sua família. O mesmo se passa com os casais adultos, que nunca tiveram tecto próprio mesmo depois de terem uma vida em comunhão que também já deu netos. Logo quando se fala de casas, também anseiam fazer o último desejo em deixar uma habitação condigna para os seus. Por isso, quando se falou no projecto da nova centralidade do Kilamba, houve pessoas que não dormiram para se registar, quer na própria cidade quer noutros pontos indicados

para inscrição, para tentarem adquirir um apartamento, já que a filosofia era inscrever-se e aguardar pela chamada via correio electrónico para formalizarem o contrato. Conforme estava a ser conduzido o programa, tudo indicava que se estava a esperar pela campanha eleitoral e ela passou e as casas nada. E para surpresa, aventou-se a hipótese de distribuírem as casas para os funcionários públicos pela modalidade da renda resolúvel e uns poucos tiveram tal sorte, pois há ministérios que num universo de 1000 pedidos, foram contemplados 25 funcionários o que deixou todos boquiabertos, pois não se justificava tal atitude uma vez que para pagar renda, é necessário ter um salário ou emprego que lhe sirva de garantia. O pior estava por vir. O Jornal de Angola publicou no dia 20 do corrente mês uma lista que convocava cidadãos, que não se inscreveram a lado nenhum, para assinarem contratos para adquirirem os seus apartamentos no Delta Imobiliária. Isto, não seria surpresa se de entre a lista, não houvesse critérios desconexos tais como: Dos beneficiários, conforme se pode ler na lista, constam músicos, que até onde se sabe, não possuem outra actividade que os habilita a obrigações impostas pela Imobiliária, que é o pagamento de renda e garantias do salário para o efeito. Outro aspecto que ninguém entendeu, foi a distribuição afecta à comunicação social que integra rostos da media estatal com a maioria esmagadora, não se sabendo porque os da privada só os que são bem vistos pelo "regime" já que alguns jornais receberam três, outros um e há os que não foram contemplados com nenhum. Mas a incongruência não acaba por aí, pois há juízos que são proibidos de se fazerem como os que motivam os médicos e outro pessoal não médico das unidades hospitalares públicas, que até fazem por merecer, porque pertencem à função pública, e com serviço directo aos mais carentes deste país, não tiveram tratamento similar aos médicos da Clínica Multiperfil, que foram os maiores beneficiários desta classe. Nesta lógica, deixa subjacente por exemplo que os médicos do Américo Boavida, Hospital Esperança, Sanatório de Luanda, Josina Machel, ou outras unidades sanitárias públicas são menos importantes que os primeiros. Outra leitura que se faz é: Porquê que o número de médicos habilitados dos mencionados como "outros hospitais" é inferior ao de músicos que participaram na campanha eleitoral? Outra incoerência, na lista em causa não é visível o capítulo dos professores. Estes, por acaso não ganharam o direito de fazer parte da nova cidade que até possui escolas que seria um bom incentivo à classe docente. Ora, como sempre não faltará quem examine este exercício como uma chamada para puxar a brasa à nossa sardinha ou dor de cotovelo por não termos sido contemplados, não. Não é, porque apesar de termos falta de casa como boa parte

das instituições que andam nesta corajosa missão, o que nos move é despertar que isto é um fluxo de tensão, porque frustra as expectativas de muitos que por sinal merecem estar ali e não conseguiram, e por outro atribui vantagens a quem por não ter tal perspectiva, não compreenda o valor que custou a bandeira. E por fim, vêm-se ali nomes de pessoas que até já tiveram acesso a residências em outros projectos habitacionais do Estado.

1.5 Projecto Catoca ganha consistência

Folha 8

05 de Janeiro de 2013

Os primeiros sinais do Complexo Habitacional Sagrada Esperança da Mwonu Waha, direccionado aos trabalhadores de Catoca e eventuais aderentes estão à vista, a julgar pela construção das 70 casas iniciais cuja entrega formal aos respectivos beneficiários se prevê para o mês de Fevereiro de 2013. Isso mesmo foi constatado sábado último, 29 de Dezembro de 2012, pelo Presidente do Conselho de Administração da Endiama, Carlos Sumbula que há cerca de 2 anos lançou a primeira pedra de construção do referido projecto. Durante a sua curta visita ao local, em companhia do Director-Geral de Catoca, Ganga Júnior, Carlos Sumbula manifestou-se optimista em relação ao prosseguimento das obras, adjudicadas à construtora chinesa, China International Found, tendo afirmado que na sequência serão construídas em cadência cerca de 50 habitações a cada mês. "As pessoas que vão beneficiar das casas já estão identificadas e pensamos então que é um projecto a programação que fizemos em 2010", afirmou em declarações à imprensa. De acordo com o PCA da Endiama, das três mil moradias previstas serão erguidas, numa primeira fase, cerca de 500 e consoante circunstâncias e necessidades poderá evoluir para aproximadamente 4 mil no total. Acrescentou tratar-se de uma iniciativa de responsabilidade social em médio prazo e sob a égide da associada Catoca, empresa que se revê no orgulho e dignidade dos seus trabalhadores. Ganga Júnior, Director-Geral da referida mineradora, admitiu na ocasião que apesar dos condicionalismos e constrangimentos iniciais, devidamente ultrapassados, o objectivo começa a ganhar interesse, consistência e realidade. "Nunca vi projecto desta natureza com custos como os que aplicamos aqui, os preços são bons e mais baixos possíveis, entretanto, vamos continuar a trabalhar para os reduzir ainda mais", sublinhou a propósito do ingresso de pessoas ao projecto. Por sua vez e motivado pela adesão dos trabalhadores à iniciativa, o Presidente da

Cooperativa Mwonu Waha, entidade que coordena o processo inerente à futura vila residencial Sagrada Esperança, engenheiro Fernandes, assegurou que o primordial interesse é a inclusão de todos sem excepção. "O empenho da empresa (Catoca) tem sido enorme, ela assume séria e responsabilmente parte das infraestruturas e todos os custos em termos de legalização do terreno, loteamento, enfim, por isso nos sentimos bastante animados", considerou Flávio Fernandes que almeja imediata resolução de isenções de taxas e importação de materiais de construção para não encarecimento das casas.

1.6 Antigos combatentes "acolhidos" no Kilamba

Continente

05 de Janeiro de 2013

Segundo apurou este jornal, até a semana passada, a direcção provincial deste organismo, em Luanda, já tinha feito o cadastramento dos beneficiários para a segunda fase, aguardando-se apenas a celebração dos contractos. De acordo com o director provincial, Correia Baptista, na primeira etapa, 107 antigos combatentes haviam já concretizado o sonho da casa própria, naquele projecto habitacional. O processo, segundo o responsável, vai continuar, até ser atingido o número de beneficiários que irão habitar nos apartamentos acima referenciados. "Trata-se de uma iniciativa presidencial que visa dar dignidade aos antigos combatentes e diminuir a carência da questão habitacional", disse Baptista Correia, lembrando que os privilegiados vão pagar as residências, através da renda resolúvel. Quanto aos critérios para a aquisição das residências, disse que os mesmos dependem da renda mensal ou capacidade financeira do interessado. "Os antigos combatentes que acham que podem concorrer neste projecto, estão abrangidos, não há exclusão, basta às pessoas manifestarem interesse e terem em dia a documentação necessária". O responsável fez saber, igualmente, que aqui na capital do país, está a ser erguido um outro projecto habitacional, na zona dos Ramiros onde irão também residir os antigos combatentes. Baptista Correia sublinhou, por outro lado, que, a par disso, estão na forja a implementação, nas zonas da Quimica e Quiçama, em Luanda, de projectos agro-pecuários, com vista ao combate à fome e à pobreza no seio dos antigos combatentes e as suas famílias. Uma realidade. Ao que tudo indica, o velho adágio popular, segundo a qual "depois da tempestade vem a bonança", parece estar a resultar no seio das populações angolanas, não passando de lado dos antigos combatentes e veteranos da pátria, um segmento social outrora marginalizado, não sendo para menos que o

No âmbito do programa de Desenvolvimento do Governo Central, que consiste na melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo, das zonas periféricas, o executivo projectou a construção de duzentas casas sociais do tipo T2 e T3 a nível de todos os municípios de cada província. Ao todo, estão a ser edificadas 25 mil moradias em todo o país e para constatar o andamento dos trabalhos, o Director Nacional de Urbanismo e Habitação, Manuel Pimentel, deslocou-se, recentemente, a província do Kwanza-Norte, para avaliar como esta a decorrer o ritmo do projecto da construção das duzentas casas sociais nos municípios de Kambambe, Golungo - Alto e Lucala. As referidas casas comportam uma cozinha, sala comum, casa de banho de quintal. Ao final da visita de campo Manuel Pimentel disse que os trabalhos estão a decorrer satisfatoriamente, apesar das obras apresentarem ritmos de execução diferentes devido às especificidades de cada região. Mais adiante admitiu que a principal preocupação do Governo prende-se com a conclusão das obras dentro dos prazos estabelecidos e com a qualidade desejada e de modo a permitir que a população viva com dignidade. O projecto, que está a ser implementado em duas fases, contempla a construção até 2013, de 200 focos habitacionais em cada um dos municípios da província. Na segunda fase serão construídos edifícios e pequeno comércio acoplado.

I.9 Casas do Zango III estão em péssimas condições

Continente

11 de Janeiro de 2013

Depois de uma visita no local, puderam notar que as residências em causa, para além da falta de outras condições, não possuem água canalizada, devendo os futuros moradores depender do abastecimento do precioso líquido através de camiões cisternas. Quanto à energia eléctrica, revelaram que o seu fornecimento é deficiente, contrariamente ao que as autoridades disseram, através de Joanes André, secretário de Estado de Urbanismo e Construção, durante a reunião que manteve com os moradores. Na ocasião, aquele dirigente assegurou estarem criadas as condições para a sua transferência no Zango, não tendo a informação correspondido a verdade, deixando os domiciliados indignados, de aís de se terem com o objectivo de constatarem o estado das residências. Perante este cenário advogam que não irão mudar para o Zango, enquanto não forem criadas as condições prometidas pelas autoridades. Por seu lado, o responsável para Área Técnica da Província de Luanda, Bento Soito, reagiu a esta

atitude dos moradores, reafirmando que as casas possuem água, energia eléctrica e as ruas do bairro são urbanizadas. Outro facto que preocupa os populares em causa tem a ver com a ausência de serviços de saúde e educação naquela zona, deixando-os preocupados, sobretudo, com a continuação das aulas para os seus educandos. As dimensões das moradias é outro problema que está a colocar os moradores com os nervos à flor da pele, uma vez que são inferiores em relação ao local que deverão abandonar. "As residências do Zango têm entre dois a três quartos, enquanto aquelas em que moramos actualmente chegam a ter quatro quartos", afirmaram. Disseram ainda que as fossas das casas de banho são demasiadas diminutas e as próprias casas em si apresentam insuficiências em termos de construção, por não terem as paredes rebocadas e não levarem vigas de betão armado, enquanto o chão é bruto. Por outro lado, manifestaram o seu receio de entrarem nas moradias sem que todas as condições sejam criadas, pelo facto do coordenador da comissão de moradores, Manuel Mateus, estar a tecer nos órgãos de comunicação social, declarações contrárias aos restantes moradores, por ser militante do MPLA, tendo alegado que havia consenso entre as autoridades e os residentes, em relação à sua transferência para o Zango. "Não há complicações, tudo está a correr bem", terá dito Manuel Mateus, tendo os seus pronunciamentos não agradado os outros moradores, que pretendem reunir novamente com Joanes André, secretário de Estado de Urbanismo Construção, para uma nova ronda de negociações. Segundo apurou este jornal, no local onde estão os prédios em estado avançado de degradação, serão construídas novas infra-estruturas, cujo projecto está enquadrado no âmbito da requalificação do bairro Nelito Soares (Rangel). Os desalojados pediram para que não sejam comparados aos elementos saídos do prédio da Tchetchénia ou da Boavista. "Os moradores da Tchetchénia ocuparam o edifício onde residiam de forma ilegal e os da Boavista terão construído em zona de risco e sem autorização das autoridades naquela circunscrição, que é muito diferente do nosso caso", disseram.

I.10 Projecto habitacional abandonado no Zango depois de inaugurado pelo PR

Continente

11 de Janeiro de 2013

O projecto de grande impacto social, foi orientado superiormente pelo Chefe de Estado, tendo inclusive exarado um despacho favorável a empresa NOVA ANGOSPENCER, em data de 26 de Novembro de

2010, remetido oportunamente ao Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Carlos Feijó, sem que até ao momento, o referido despacho, tivesse sido dado qualquer tratamento, num autêntico descrédito, parecendo que os despachos do PR, sejam a lápis e que no dia seguinte são pura e simplesmente apagados com uma borracha, deixando de ter qualquer valor. O projecto das 600 casas no Zango III, para albergar as pessoas que vivem em tendas, e que teria hoje um grande impacto social para a campanha eleitoral do MPLA, foi inscrito, aprovado e publicado no Jornal de Angola, na sua edição de 26 de Abril de 2012, nas páginas 9, 10, 11 e 12, fazendo cadernos com as páginas 37, 38, 39 e 40, tendo sido consolidado no resumo da actividade do Executivo, referente ao II e IV Trimestres de 2011. O inimaginável aconteceu: Após várias demarches, e já no auge da campanha eleitoral, uma recomendação dos Serviços de Apoio do PR, foi remetido ao GPL para que efectuasse o pagamento à empresa, em concordância com a certificação e instrução do Tribunal de Contas. Uma vez mais, o GPL fechou-se em "copas" sem ter dado qualquer importância as recomendações recebidas, resultando daí a não ocupação das casas, até ao presente momento, com todos os riscos associados, que vão desde a vandalização e possível ocupação das mesmas. Recordar-se que a ANGOSPENCER, investiu no seu projecto industrial situado nas mabubas, um valor aproximado de 50 milhões de dólares americanos, dando emprego há mais de 250 trabalhadores. Os seus mentores, militantes do partido MPLA, propulsores dos Comitês de Especialidade, receam que por esse andar, o seu nobre projecto, que se enquadra no apelo ao empreendedorismo fortemente defendido pelo Chefe do Executivo, poderá sucumbir prematuramente. A fonte interroga-se o porque dessa postura ambígua e tratamento desigual do GPL, numa altura em que, a habitação social se mostra tão necessária para o melhoramento da vida das populações carenciadas. Em jeito de desabafo, a fonte ligada a empresa, questionou-se ainda, sobre: as quantas andam as menções sobre o apoio ao empresariado nacional. Por dentro A NOVA ANGOSPENCER é um projecto ousado, de angolanos corajosos apostados na produção local de materiais de construção, e imbuídos de sentimento patriótico. Ergueram na Camama duas Mabubas e o Karson Pólo Industrial, um investimento avaliado em mais de 45 milhões de dólares, compreendendo nesta primeira fase três unidades fabris com produção em séries industriais de casa em M2 ou Emmedue, chapas caneladas, chapas sanduíches, cumeeiras e metal-mecânica. Esta empresa concebe e executa projectos habitacionais de diversos padrões, com realce preferencial de casas de média e baixa renda,

com vista a atender a elevada demanda do segmento com uma renda modesta, principalmente a juventude. A utilização média da sua capacidade instalada pode proporcionar mais de 30 mil empregos directos, contribuindo assim no combate ao ainda elevado índice de desemprego e a melhoria da qualidade de vida das populações. A prova disso é que, esta empresa projectou e construiu as primeiras casa evolutiva em Angola, tendo sido inaugurada pelo PR no dia 10 de Dezembro de 2010, por sinal no 54º aniversário do MPLA, no Zango III, município de Viana. Mercê da avaliação positiva do Presidente Eduardo dos Santos, a NOVA ANGOSPENCER mereceu a confiança do então governador de Luanda, José Maria dos Santos, que, interpretando a aprovação tecnológica feita pelo PR, rubricou com aquela empresa, em Junho de 2011, um contrato para a construção de 600 casas evolutivas no Zango III, uma empreitada executada pela empresa, de acordo com o plano e cronograma superiormente aprovado e certificado pelo Tribunal de Contas, em documentação oportunamente remetida ao actual governador de Luanda. Por incrível que pareça, enquanto na maioria dos casos, os empreiteiros não conseguem honrar os seus compromissos, no caso em presença, mesmo sabendo-se que as casas, tinham um fim eleitoral o certo é que o Governo Provincial de Luanda não permitiu a execução completa da empreitada, como ainda desrespeitou as recomendações das diversas instituições superiores, com destaque para o Tribunal de Contas. Mais, caricato, ainda é o facto do GPL não ter dado qualquer utilidade as casas já construídas, que estão sendo vandalizadas, ante ao olhar incrédulo dos beneficiários expostos ao relento, apesar de o Executivo ter considerado o projecto das 600 casas evolutivas, como prioridade, conforme se pode constatar no Balanço do II e IV Trimestre de 2011, feito em Abril de 2012. O certo mesmo é que o empreiteiro, NOVA ANGOSPENCER ao ter mostrado o seu total empenho patriótico, recorrendo inclusive a empréstimos bancários e não só, para que as 600 casas evolutivas ficassem concluídas até ao dia 31 de Julho passado, à luz do cronograma aprovado, encontra-se agora em situação de total embaraço e desespero por não poder honrar os compromissos financeiros assumidos com a banca comercial, fornecedores e trabalhadores. Cerca de 260 entre nacionais incompreensivelmente o GPL ter-se furtado única e simplesmente a respeitar as suas obrigações contratuais. Perante este cenário, há quem se interrogue: como podem, desta forma, as empresas angolanas sobreviver e crescerem, como advoga o programa eleitoral do MPLA? "Não existe nisso uma gritante incongruência entre o discurso político e a acção prática dos órgãos do Executivo?". Vistas bem as coisas, o caso da NOVAANGOSPENCER é

paradigmático, pois, são situações useiras e recorrentes que se assistem todos os dias, como que ser empresário honesto fosse crime em Angola. Trata-se, porém, de um comportamento que deve ser estripado e invertido imediatamente, à luz da nova realidade assente nos resultados eleitorais obtidos, sobretudo em Luanda, que recomendam fria e ponderada reflexão inclusiva. A verdade é que este estado de coisas desanimam, não só quem de boa fé se oferece a contribuir para a mitigação do sofrimento das populações, como também desencoraja todos os que almejam ser empresários, até mesmo no quadro do nobre programa de empreendedores, vulgo Bué e outros.

I.11 Vila Chinesa de “patas para o ar”

Continente

11 de Janeiro de 2013

Com 195 apartamentos do tipo T2 E T3, o condomínio, inaugurado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a 11 de Novembro de 2000, tem sofrido nos últimos tempos mudanças radicais na sua estrutura arquitectónica, fruto das diversas obras de ampliação efectuada pelos condóminos. As edificações aí efectuadas são de todos os níveis, desde anexos aos grandes prédios, substituindo as vivendas de origem. Os moradores, questionados sobre a autoridade que licencia as empreitadas por eles levadas a cabo, responderam que não necessitam de autorização para tal. Um dos residentes que confirmou estar também a erguer um primeiro andar em substituição da residência inicial do projecto, confessou que é deveras preocupante o cenário que o condomínio apresenta, pois segundo o mesmo, esta atitude pode acarretar riscos futuros por não se fazer um estudo técnico prévio para se concluir se o terreno tem ou não condições para receber edifícios daquela natureza. Outra questão que preocupa os habitantes é a apropriação dos espaços comuns. Os inquilinos daquela zona habitacional em pleno desrespeito às normas que regem o condomínio a dado momento começaram a fazer ocupação dos espaços comuns, fazendo construção de restaurantes e outros empreendimentos para fins próprios. "Quando viemos morar cá em 2001, havia aqui muitas árvores e outras por nós plantadas, entretanto, os oportunistas cortaram a maioria delas", disse a nossa fonte, preferindo o anonimato. Contactado pelo CONTINENTE, o administrador municipal de Viana, Zeca Moreno, que também é morador da referida área residencial, disse que apesar de o mesmo estar situado no município de que é gestor não é da responsabilidade do seu pelouro o licenciamento das obras, pois ela tem, a gestão do Banco de Comércio e Indústria- Imobiliária (BCI-

Imobiliária). "O condomínio é propriedade do Instituto Nacional de Habitação, este passou a gestão ao BCI-Imobiliária, portanto se há obras ou outros problemas isto é da inteira responsabilidade dos gestores, nós não podemos fazer nada. Também não concordo que se altera a estrutura arquitectónica mas, não há o que fazer", disse Zena Moreno. Rufino Neto, coordenador da Comissão de Moradores do condomínio disse que tem assistido a mudanças drásticas mas, lamenta o facto da entidade gestora ter retirado do local o único funcionário que tinha algum poder de decisão, deixando desta forma o complexo habitacional ao mais profundo abandono. "Temos neste momento que apelar a sensibilidade dos moradores no sentido de se inverter este quadro cada vez mais preocupante, temos que nos organizar para tratar das questões que a nós preocupa como é o caso do lixo, dos entulhos das obras inacabadas, sucatas nos espaços comuns e outros", sublinhou. A nossa reportagem tentou contactar o director do Instituto Nacional da Habitação, tanto pessoalmente nas suas instalações na Rua 1º Congresso do MPLA, assim como por telefone, mas este preferiu fechar-se em copas, como se tivesse alguma culpa no cartório, tendo orientado a sua secretária a informar que o assunto é da responsabilidade do Governo da Província de Luanda, instituição que também remeteu-se a um silêncio sepulcral. De recordar que a Vila Chinesa ocupa uma área de 1344 quilómetros quadrados e residem mais de 106 mil habitantes, ente políticos, jornalistas e empresários.

I.12 Regime Jurídico do contrato promessa de compra e venda

Agora

12 de Janeiro de 2013

Fui interpelado por um cidadão que, apresentou uma questão relativa à problemática dos serviços prestados pelas empresas promotoras de projectos habitacionais. Na ocasião, informou que, visando a concretização do sonho da casa própria, aderiu aos serviços prestados por uma promotora imobiliária e, para formalizar a relação, concluiu um contrato-promessa de compra e venda de um imóvel a construir dentro de determinado período acordado pelas partes. Para surpresa do meu interlocutor, não obstante ter cumprido com as suas obrigações de pagamento, findo o prazo convencionado, não obteve do outro contraente o imóvel, nem se vislumbrava a possibilidade de poder acontecer. Não se trata de um caso isolado por existirem outros cidadãos que enfrentam o mesmo problema, sobretudo porque são diversas as razões que perigam a relação entre quem presta e quem beneficia do

serviço. Em alguns casos, só para aderir ao projecto, deve-se pagar uma percentagem do valor global. Noutros, há uma burocracia desnecessária susceptível de inviabilizar o contrato. Outrossim, não posso ignorar o caso dos particulares que não cumprem as obrigações assumidas perante as promotoras imobiliárias, facto que pode criar transtornos na gestão do projecto (ou da construção do imóvel). Na verdade, verifica-se um incumprimento mútuo, com maior incidência para as omissões das promotoras imobiliárias, mas devo sublinhar, que o mesmo não deve ser generalizado à todas entidades prestadoras de serviços desta natureza. Ninguém é coagido a aderir aos serviços prestados, nem a assinar o respectivo contrato, mas isso decorre do exercício do princípio da autonomia privada, através do qual as partes auto-regulam os seus interesses. A autonomia privada manifesta-se através do princípio da liberdade contratual, que postula a liberdade de celebrar contratos e de fixar o respectivo conteúdo, sendo fundamental a observância dos limites estabelecidos por lei. Mas uma vez assinado, o contrato deve ser cumprido, não só na realização da prestação principal (entrega do imóvel e pagamento do preço) mas também no cumprimento das cláusulas contratuais. No caso concreto, normalmente, a formalização da compra e venda da casa é feita através de um contrato-promessa de compra e venda, tipo contratual expressamente previsto no nosso ordenamento jurídico. Convém esclarecer, que o contrato promessa é a convenção pela qual as partes se obrigam a celebrar um contrato definitivo (também designado contrato pro metido). Dito de outro modo, é um contrato preliminar ou um instrumento ao serviço do contrato prometido. O contrato-promessa também pode assumir um carácter unilateral, através da vinculação (promessa) de apenas um dos contraentes. A título de exemplo, pode a promotora imobiliária prometer vender a casa, sem que o comprador apresente uma contra-promessa. A determinação do grau de vinculação (bilateral ou unilateral) é relevante, pois, não obstante o seu carácter preliminar é gerador de direitos e obrigações resultantes do contrato ou da lei que por si exigem a adopção de determinados comportamentos, tendo em vista a realização integral da prestação a que cada um se vinculou. No caso da promessa de compra e venda da casa, para aferir quais as consequências resultantes do não cumprimento, devemos diferenciar rigorosamente o simples incumprimento (como por exemplo o atraso na entrega do imóvel ou da quantia mensal) do incumprimento definitivo que, inequivocamente impossibilita a aquisição do imóvel ou do valor correspondente. No primeiro caso, a obrigação de reparar e os modos de fazê-lo podem resultar do próprio contrato e subsidiariamente da lei. A título de

exemplo, se a promotora entregou o imóvel fora do prazo ou inacabado, podem as partes convencionar um valor indemnizatório ou o ressarcimento das despesas realizadas para o acabamento. O mesmo não se pode dizer se houver incumprimento definitivo. Se este for da imobiliária e o promitente-comprador constituiu sinal (quantia entregue pelo promitente comprador ao promitente vendedor) pode este exigir o dobro do sinal, funcionando o remanescente (o dobro) como indemnização resultante da omissão do promitente faltoso. Numa situação prática assim configurada, não havendo convenção em contrário, o promitente cumpridor (o comprador) não deve exigir outra indemnização além do sinal, pois o pagamento em dobro serve de penalização derivada do incumprimento da imobiliária. Uma questão pertinente prende-se em saber qual deverá ser a solução caso o comprador pretenda obter o imóvel. Este quesito tem razão de ser, porque pode o expediente legal da restituição do sinal em dobro não satisfazer integralmente o promitente-cumpridor. Nesse caso, para obter efectivamente o imóvel da promotora, pode o comprador recorrer ao tribunal no sentido de obter uma sentença que obrigue o faltoso a entregá-lo, desde que as partes não tenham convencionado a existência de sinal ou uma cláusula penal para o caso de não cumprimento da promessa. Este poder pode ser melhor exercitado se as partes conferirem a promessa eficácia real que, se traduz no poder de exigir de qualquer pessoa o respeito pelo respectivo direito. Outrossim, se o não cumprimento definitivo for do promitente-comprador ou seja, se este, tendo constituído sinal, não cumpre as suas obrigações legais e contratuais, tem a imobiliária a faculdade de fazer sua toda a quantia entregue, solução que se apresenta equilibrada. A guisa de conclusão, é importante referir que a relação entre as empresas promotoras de bens imóveis e os beneficiários do serviço é sobretudo uma relação de corresponsabilidade por haver entre ambos um nexo de dependência (cada prestação é motivo da outra). É fundamental que comprador e o vendedor interajam com base no princípio da equidade ou do equilíbrio que, em alguns casos, não se verifica porque os instrumentos jurídicos sobre os quais assenta a relação actuam como verdadeiros contratos de adesão, pois são modelos previamente elaborados que não permitem ao comprador discutir os termos contratuais que, geralmente, se apresentam desequilibrados porque favorecem quem presta o serviço.

I.13 Peões beneficiam de passagem aérea

Semanário Factual

De 19 a 26 de Janeiro de 2013

A ponte metálica, construída pela Empresa nacional de Estradas (ENE), possui uma altura de cinco metros e meio, e 25 metros de largura, tendo contornos fáceis para a mobilidade dos deficientes dos membros inferiores. A construção da passagem aérea foi sugerida pelos moradores do município de Cacuo e pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Nacional local, dado o índice de atropelamentos diários, que oscilavam entre três por dia, cinco aos fins-de-semana e 10 durante as festas da vila, explicou na quarta-feira, 16, o Corpo de Bombeiros. Os munícipes louvaram a iniciativa da construção da passagem aérea, que surge para facilitar as crianças e idosos, incapazes de atravessar a estrada para irem à escola ou às suas residências, que se encontram mais além dos bairros ova Cimangola e Antenas. Helena Maka, de 40 anos de idade, afirmou que a estrada, que liga Cacuo a Luanda já vitimou muitas crianças, e que não se via a hora para uma intervenção imediata das autoridades. As crianças são estudantes das escolas 8018, 8027, PUNIV-IBA, Paciência Sacrierto e de Colégios adjacentes. Segundo o Corpo de Bombeiros contactado pelo Factual, durante os últimos dez anos, três mil e 230 moradores foram vítimas de acidentes e de atropelamentos. As ruas de acesso à escola Sacrierto, à vila de Cacuo, à Vidrul, a Kifangondo, ao Mercado do Panguila, ao Porto Seco e ao Porto Quipiri, constituem os locais considerados de maior incidência em atropelamentos e acidentes entre viaturas durante os últimos dez anos. O Factual ouviu automobilistas que circulam diariamente naquela via, tendo considerado a construção da passagem aérea como um passo certo, pois muitas mortes em atropelamento serão evitadas.

I.14 Péssimas estradas reduzem Transportes Públicos

Seminário Factual

De 19 a 26 de Janeiro de 2013

Há seis anos desde que os Transportes Públicos deixaram de circular em todos os pontos do município de Cacuo e fora dela, devido às péssimas condições das estradas, constatou nesta semana o Factual. Em função dessa realidade, os munícipes sentem-se aflitos porque têm os seus ofícios no centro da cidade e nas comunas da Funda e de Kikolo. De acordo com responsáveis das transportadoras TCUL e Angoaustal, últimas

sobreviventes na transportação dos mais de 80 mil habitantes do município de Cacuo para Luanda, o problema deve-se à falta de condições rodoviárias, pois as estradas estão esburacadas, sem asfalto, iluminação e sinalização, há mais de seis anos. As vias em causa são as da comuna do Kikolo, passando pelo desvio da Nova Cimangola, a paragem do Cemitério 14 em direcção à rua Ngola Kiluanje até ao desvio do mercado dos Kwanzas, no município do Cazenga, enquanto a via que dá acesso à comuna da Funda e ao Panguila regista um desequilíbrio de nível no seu asfalto ao longo dos 10 quilómetros de estradas.

I.15 Antigos combatentes vão beneficiar de casas modernas

Semanário independente

19 de Janeiro de 2013

Um consorcio composto por três empresas de construção civil de nacionalidade estrangeira, assumiram esta semana um compromisso de executarem um projecto da construção de 50 mil residências por todo o país, para os ex- militares filiados na Associação dos Antigos Guerrilheiros de Angola (AAGA). A província de Luanda vai beneficiar de 34 mil habitações, de forma faseada, cujas obras iniciaram na segunda-feira (14/01), no km-40, na comuna do Bom Jesus, município do Icolo e Bengo. A primeira pedra foi lançada pelo secretário de estado dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra, Clemente Cunjuca. Para capital do país, numa primeira fase estão a ser erguidas mil habitações, que vão beneficiar os antigos combatentes, a partir de Janeiro de 2014, cujo empreendimento denomina-se " complexo residencial dos Maquis" financiado pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC), cujos montantes para a empreitada, não foram revelados. O projecto vai comportar vivendas e prédios multifamiliares com dois pisos do tipot-3, estando previsto no local a construção de escolas, creches, centros de saúde e comunitários, postos policiais e dos bombeiros, quadras polidesportivas, estabelecimentos comerciais e bancários e espaços verdes. De acordo com o presidente do conselho de administração da "Construções Associadas", Elias Tchillica, as casas vão custar entre cinco milhões de Kwanzas a dez milhões e 400milz variando de acordo com as divisões cujas modalidades de pagamento do beneficiários serão feitas através de linhas de crédito com o BPC. O responsável da consultora angolana, a principal interveniente do projecto disse que este enquadra-se, igualmente no programa do Executivo para habitação. " Estamos a abordar com os parceiros para ver qual será a próxima província e quantas casas

vamos levar para lá. Não temos muitas dificuldades porque a Europa tem muito interesse em trabalhar connosco, uma vez que está a procura de mercados constitui uma grande oportunidade de mercado", frisou. Na sua óptica existe muito material de construção, que já está a ser seleccionado para este projecto, faltando apenas a sua chegada a Angola, acrescentando que o mais complicado já foi resolvido nomeadamente a aquisição dos materiais para o arranque do projecto e de um parceiro que facilita a venda das casas, através do crédito habitação, no qual sete mil residências já estão vendidas. Fez ainda saber, que o complexo terá todo tipo de serviços, no sentido de permitir que os seus habitantes não se desloquem para longas distâncias, projectando na primeira fase 118 prédios de dois pisos, no qual a parte de baixo destinados a estabelecimentos comerciais e outros serviços. Para Elias Tchilipila existe uma grande flexibilidade das construtoras estrangeiras envolvidas no projecto, e o financiador num compromisso mutuou. Nesta fase estão garantidos 679 empregos directos para jovens angolanos. Por sua vez o director geral da C.WOERMANN, Michel Christin Geyer da empresa Alemã disse que a sua empreiteira esta vocacionada para a importação de equipamentos para o fabrico de matéria prima das obras, bem como outro tipo de maquinaria de apoio. O director da área de particulares do BPC, Miguel Cardoso Gaspar, disse que o banco angolano, principal financiador, vai cumprir com o protocolo assinado com as partes envolvidas. "Temos também um compromisso com o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na qualidade de comandante em chefe das Forças Armadas Angola (FAA), no sentido de cuidar melhor desta franja da nossa população", disse o secretario de estado dos antigos combatentes.

Por isto, prosseguiu, o projecto tem pé para andar, estando disponível o aspecto financeiro, empreiteiros, bem como um comando estratégico do projecto montado com todas condições técnicas para o seu arranque. Entretanto no âmbito das comemorações do dia dos antigos combatentes e veteranos de guerra, comemorado terça-feira (15), 14 motorizadas para serviço de moto-táxis foram distribuídas, em Luanda, a mais de quarenta deficientes de guerra de seis distritos de Luanda. De acordo com o director provincial de Luanda dos Antigos Combatentes, Baptista Correia, as motorizadas resultam de mini cooperativas, em grupos de três cada, constituídas entre assistidos dos distritos da Samba, RangeI, Maianga, Kilamba Kiayi, Sambizanga e Ingombota e também dos distritos do Cazenga, Viana e Cacucaco. Na ocasião, foram igualmente entregues certificados de empreendedores e micro créditos a mais de quarenta assistidos, entre viúvas de

guerra, deficientes e órfãos formados no primeiro trimestre do ano transacto. Interpelados pela Semanário O Independente, os beneficiários regozijaram-se com a iniciativa e garantiram que os meios recebidos poderão ajudar na consolidação dos seus negócios e na salvaguarda financeira das respectivas famílias. O director provincial fez saber que, durante o ano transacto, foram distribuídos material de construção, chapas e cimento, no quadro do programa habitacional para os antigos combatentes, através da auto construção dirigida. Deu igualmente a conhecer que 567 assistidos da província de Luanda foram contemplados com casas no projecto habitacional na Cidade do Kilamba e deste numero 127 já receberam as chaves das novas residências, assim como cinquenta assistidos beneficiaram, a semana passada, de novas residências construídas no Benfica. A Direcção Provincial de Luanda dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria controla 39 mil assistidos subdivididos em diferentes categorias. Desse número 60 por cento são vulneráveis. O Secretário de Estado para os Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Clemente Cunjuca, disse ainda a nossa reportagem que a sociedade deve valorizar cada vez mais os feitos dos patriotas que deram a sua vida pela independência de Angola. Por outro lado, Clemente Cunjuca garantiu esta segunda-feira, que as pensões em atraso dos seus assistidos referentes ao mês de Dezembro um décimo terceiro, começam a ser a partir do mês em curso. "Este atraso não é problema de liquidez, são apenas de procedimentos administrativos que algumas províncias não tiveram em conta vez que foi estabelecido, no mês de Dezembro, um período onde liquidações deveriam ser feitas obedecendo os prazos, deste modo o sistema fechou", explicou. Aconselhou os beneficiários manterem a calma, porque os atrasos serão repostos o mais rápido possível. O Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra tem 162 mil assistidos entre antigos combatentes, órfãos, viúvas, deficientes militares. Deste número 77 mil antigos combatentes. Os Antigos Combatentes e veteranos da Pátria comemoram segunda vez o 15 de Janeiro, instituído e aprovado pela Assembleia Nacional, em 2011, como data de celebração nacional. O 15 de Janeiro foi o dia que, em 1974, foram assinados os Acordos de Alvor (Portugal) pelos três movimentos de libertação nacional (MPLA, UNITA e FNLA) e é uma data para prestigiar aqueles que sem poupar esforços lutaram para libertar o país do jugo colonial e perseverar a independência nacional.

1.16 Grupo chinês forma técnicos angolanos para atuar no sector da construção civil

Jornal de economia e finanças
22 de Janeiro de 2013

Técnicos angolanos, entre engenheiros e arquitectos do Governo da Província de Luanda, participam em Beijing, China, no curso superior de Planeamento e Gestão Urbana. A formação é a segunda parte de um contrato celebrado entre a China Internacional Trust and Investment Corporation (CITIC), uma empresa chinesa, e o Governo da Província de Luanda, para a elaboração de um Plano Metropolitano Intermunicipal do município de Belas' e do distrito administrativo do Kilamba Kiaxi.

Ao intervir na cerimónia de abertura, o embaixador de Angola na República Popular da China, moderna, sobretudo a planificação e o ambiente. João Garcia Bires destacou a importância do curso, considerando que "planificar uma cidade é garantir um futuro promissor".

Augurou que da troca de informações e experiências saíam ideias para o bem-estar do homem Trabalhador que quer viver em harmonia consigo próprio e com o ambiente. O diplomata elogiou a Citic, empresa chinesa promotora do curso, por mostrar em Angola a sua capacidade técnica e sensibilidade em relação à importância da planificação e do aproveitamento sustentável dos espaços.

A Citic é a empresa chinesa responsável pela edificação das novas centralidades do país, incluindo a do Kilamba, entre outras grandes obras no país. O director do gabinete de estudos e planeamento do Governo da Província de Luanda, Jacob Pinto Moisés, lembrou que a formação de técnicos vai dar suporte à gestão. moderna das cidades.

Segundo Jacob Pinto Moisés, as incertezas no caminho do desenvolvimento económico, propiciado pela globalização económica e cultural, crescentes problemas ambientais, as crises de energia, os novos padrões políticos internacionais, crescimento acelerado da população e a falta de infra-estruturas adequadas fazem com que esta formação seja 'um valor acrescentado para o país.

O responsável lembrou que a formação se torna mais importante por Luanda desempenhar as funções políticas, económica, social e culturais mais importantes a nível nacional e albergar um terço da população. Dirigentes chineses também se pronunciaram na abertura do curso, manifestando o interesse de continuar a colaborar com Angola neste

e noutros projectos que promovam o desenvolvimento sustentável.

Disseram haver um grande interesse da China na troca de experiência com Angola na expansão e planeamento urbano, respeitando as características próprias de cada país. O vice-diretor do Instituto de Planeamento Urbano da China, Yang Baojun, disse acreditar que os técnicos vão contribuir para o desenvolvimento e progresso de Angola. "Com a vossa habilidade e trabalho o caminho é o sucesso", salientou o responsável académico chinês, manifestando-se honrado por colaborar num estudo sobre o planeamento urbano de Angola.

O vice-diretor do prefeito nacional, Wang Zhongpin, que falou em nome da sua academia, valorizou a formação, pois os especialistas angolanos vão tomar contacto com os múltiplos sistemas de planeamento e gestão urbana. A cerimónia registou igualmente a intervenção do vice- director do departamento de planeamento do Ministério de Habitação da China, Feng Zhonghua, que destacou a cooperação sino-angolana para benefício comum.

1.17 O antro do canteiro de obras de Angola e seus principais problemas

O Independente
26 de Janeiro de 2013

Luanda completa hoje, sábado, 25/01/2013 os seus 437 anos em tempo de esperança. A cidade secular viveu nas três últimas décadas um dos mais graves períodos da sua existência, mas os projectos de requalificação urbana que estão em marcha permitem sonhar com o renascer de uma das mais belas capitais do mundo.

Nem as feridas provocadas por anos de abandono apagam a paixão dos luandenses pela sua terra. Hoje podemos falar da grande Luanda. A cidade cresceu para Viana e para Sul e Norte, actuais municípios de Belas e Cacuaço esse crescimento, inicialmente foi ordenado mas depois veio o caos.

Mesmo assim, Viana tem as urbanizações do Zango que quase "encostam" à comuna do Bom Jesus, no Icole e Bengo. Foi construída a centralidade do Kilamba, uma imponente obra com mais de 40 mil residências em prédios, bem como outros condomínios estatais e privados.

Novos projectos como os da requalificação da Ilha do Cabo, Marginal, dezenas de largos, passeios, áreas abertas para a prática de atividades desportivas e a

construção de edifícios modernos e institucionais, deram uma nova imagem a urbe.

No tempo da guerra, os refugiados cercaram Luanda com um "anel" de novos bairros desordenados e caóticos. Têm nomes a condizer com a origem dos deslocados: Malanjino, Uíge, Benguela, Kwanza Sul ou Huambo. O desordenamento urbano tinha no mercado Roque Santeiro a sua máxima expressão.

As autoridades conseguiram eliminar esse cancro que ameaçava inviabilizar a velha cidade centenária e invadi-la até o caos transformar-se em regra. O mercado Roque Santeiro era um exemplo flagrante da falta de autoridade do estado. Há quem não acredite, mas naquela amálgama de lixo e barracas abarcava também escolas de condução ou agências funerárias.

Os clientes podiam comprar no mercado desde agulhas até armas ou camiões. Hoje os vendedores estão no mercado do Panguila e outros mercados construídos pelo Governo provincial, onde praticam o comércio em condições higiénicas e de segurança. Ganham os vendedores, os clientes mas sobretudo ganhou a secular cidade de Luanda.

O caos urbanístico em breve chegou a todos os sectores de Luanda. O crescimento rápido e desordenado da população, a importação livre de milhões de carros, a debilidade do ensino de condução provocaram nas ruas de Luanda engarrafamentos constantes onde diariamente se perdem milhões de horas de trabalho e se desperdiçam biliões de litros de combustíveis.

Luanda hoje tem uma autoestrada, ou melhor que envolve a cidade, mas pouco adiantou essa importante infraestrutura. Há cada vez mais carros a circular e a esmagadora maioria dos automobilistas não respeita as regras básicas do Código de Estrada.

Os próprios agentes da polícia convivem diariamente com o desrespeito às regras de trânsito. Muitas vias secundárias e os arruamentos de bairros suburbanos estão intransitáveis. O governador da província, Bento Bento, tem feito visitas aos municípios e já conhece a situação caótica a que muitas localidades ainda se encontram.

Mas não há uma solução imediata para os problemas da cidade e as intervenções exigem uma conjugação de esforços de todas as instituições que têm a responsabilidade de gerir Luanda. Os luandenses aguardam, pacientemente, pela reparação das vias no interior dos bairros, principalmente.

Mas mesmo com as melhores estradas do mundo, nada se resolve enquanto o civismo não se sentar ao volante e a mão pesada da lei não puser na ordem os

automobilistas que infringem as regras de trânsito. E entre estes, estão os candongueiros que continuam com "carta branca" para cometer as mais bárbaras tropelias nas ruas da cidade, com a conivência dos agentes de trânsito.

Luanda tem zungueiras em todas as esquinas. Ao contrário do que muitos pensam, elas não são fruto da guerra. As quitandeiras fazem parte da paisagem humana de Luanda e sem elas, a cidade perde identidade. O seu comportamento é que mudou ao longo dos séculos.

No século XIX elas eram exemplo de limpeza e cuidado com os produtos que vendiam. Hoje as zungueiras, herdeiras das quitandeiras de Luanda, perderam o sentido da limpeza e da higiene. Algumas cometem autênticos atentados à saúde pública e ao pudor com a prática de necessidade menor e maior nas proximidades dos locais de venda.

Os consumidores aceitam impávidos essas situações. Mas os agentes da fiscalização reprimem alguns desses casos e com toda a razão. Não pode haver contemplações com quem atenta contra a saúde pública e ao pudor, por muito que custe reprimir quem tem uma vida tão precária.

Na baixa da cidade, que envolve maioritariamente o distrito urbano da Ingombota é vigente as cozinhas em plena rua, venda de alimentos como sândices ou as ditas magogas sem observâncias às normas de higiene. As autoridades policiais, pedem ponderação, em determinadas situações, aos efectivos da Polícia Nacional, no combate ao comércio ilegal, dito informal.

É uma atitude louvável. Mas a tolerância tem de dar lugar à intolerância quando está em jogo a saúde e a vida dos "fregueses". As peixeiras continuam a "anunciar" os seus produtos com os seus pregões típicos. Luanda sem esta actividade é outra cidade, menos humana, mais fria, muito mais desumana. "É espada grossa! É carapau! É madingááá! É sardinhááá!"

Houve tempo que estas mulheres começavam os seus pregões "manhã, manhãzinha" e desapareciam das ruas da cidade quando o sol começava a aquecer. Hoje elas andam pelas ruas de manhã à noite e o peixe que vendem é pista de aterragem de nuvens de moscas.

O problema é sempre o mesmo: saúde pública. Vender peixe sem o mínimo cuidado de higiene, com a "mercadoria" sob o sol impiedoso do fim da manhã e do princípio da tarde, pode provocar muitos

problemas de saúde aos compradores ou mesmo pôr as suas vidas em risco.

Nenhum pregão típico vale uma vida humana. As autoridades sanitárias também neste aspecto têm uma palavra a dizer na defesa dos consumidores. Luanda, ao comemorar mais um aniversário, tem tudo a ganhar se começar a ser uma cidade normal.

E começar pela limpeza e higiene, ordenamento habitacional e de trânsito é um bom princípio e uma excelente prenda de aniversário aos luandenses. Luanda está a crescer e as novas cidades já criadas e as que se encontram em construção representam já soluções urbanísticas para fazer face à elevada procura de casas que se regista na capital do país.

Apesar do fim da guerra, que obrigou a um aumento exponencial do número de habitantes da capital, por conseguinte muito acima do que estruturalmente estava em condições de comportar, a população de Luanda não parou de crescer. A bem dizer, não é tão cedo que veremos inverter a tendência, que ganhou particular impulso durante o período de guerra, quando as populações do interior se fixaram na capital do país.

O fenómeno está, de alguma forma, ligado também a uma certa mentalidade e, sendo a maior parte da população que se fixou em Luanda jovem, fácil é concluir a atracção pelas possibilidades de realização que a capital oferece, com particular relevo para o florescimento do comércio informal.

Há cidades que crescem na base da previsão do aumento do número de habitantes. Aí é mais fácil planificar e não se tem, ou é menor, a pressão demográfica sobre os responsáveis pela gestão urbanística.

O caso de Luanda, pelas razões avançadas, é diferente: é o elevado número de habitantes que possui que obriga o Governo a desdobrar-se em esforços e a multiplicar os projectos, quase com carácter de emergência - para fazer face à elevada procura de casas.

O crescimento da população de Luanda traduziu-se também num crescimento significativo do número de veículos automóveis, sem que para isso tivesse havido a necessária e correspondente construção de novas vias rodoviárias e adoção de soluções adequadas para o trânsito automóvel.

Os projectos em execução e os já realizados revelam-se ainda insuficientes para a realidade que temos. O caos no trânsito diz-nos bem da necessidade que Luanda tem, de rever, a fundo, não só a controversa

circulação rodoviária, como também a questão dos transportes públicos, na base de soluções conjugadas.

Entretanto, a capital angolana é uma das dez cidades mais cara do mundo, diz o ranking que mediu o custo de vida em 214 cidades dos cinco continentes, em 2012. Os dados constam do último ranking do custo de vida em 214 cidades dos cinco continentes em 2012.

Os dados constam do último ranking do custo de vida feito pela consultora Mercer, segundo o qual Luanda é a cidade mais cara, seguindo-se Tóquio, no Japão e Ndjamená, no Camarões. Moscovo, na Rússia, e Genebra, na Suíça, ocupam as quartas e quintas posições. Desagregando os dados do estudo publicado pelo jornal inglês "The Guardian", percebe-se que, em Luanda, arrendar um apartamento de luxo com dois quartos custa 5 mil e 528 euros, por mês.

No entanto, o litro de gasolina ronda os 0,35 euros, quando em Paris paga-se 1,5 euros e em Portugal o preço passa os 1,2 euros por um litro de combustível. Já um litro de leite compra-se, em Luanda, por 2,6 euros, um valor ainda assim inferior ao praticado em Moscovo, onde uma embalagem de leite custa 4,1 euros.

Por 2,99 euros bebe-se um café na capital angolana, enquanto em Moscovo o valor pedido é de 6,5 euros. Um hambúrguer em pão custa 13,83 euros em Luanda, o sítio mais caro do mundo para se comer uma refeição rápida, diz a Mercer.

I.18 Comissão ad-hoc orientada para estudo das regras de comercialização de imóveis

Jornal de Economia e Finanças
29 de Janeiro de 2013

Os resultados dos trabalhos devem ser apresentados num período de 90 dias conforme está previsto no despacho emitido pelo Presidente da República

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, actualizou na passada quinta-feira, através de um despacho, a comissão ad-hoc que tem por finalidade específica, estudar e monitorar a aplicação das regras de comercialização dos imóveis das novas centralidades. Segundo uma nota de imprensa da Casa Civil da Presidência da República, a comissão criada tem como atribuição geral estudar e propor ao Presidente da República o quadro normativo e operacional facilitador de acesso aos imóveis do programa habitacional do Executivo. O documento

ênfatisa que a referida comissão tem por incumbência ajustar os critérios e modalidades para a sua aquisição por entidades empresariais, para posterior arrendamento ou revenda a funcionários, através de cooperativas habitacionais, bem como estudar e propor as correcções ao protocolo de emissão de garantias celebrado entre o Fundo de Fomento Habitacional e a banca comercial, tendo em vista retirar a restrição de cobertura única de habitação social. A nota informa que a mesma irá, igualmente, analisar e propor os mecanismos que permitem a emissão gradual e colocação da dívida de longo prazo pelo Fundo de Fomento Habitacional, até cerca de duzentos e cinquenta mil milhões de Kwanzas, com garantia do tesouro, para financiar a constituição de um parque imobiliário próprio e regulador de rendas. Segundo o documento, constitui também sua atribuição estudar o projecto as modalidades de acesso a bonificação da taxa de juros nos termos do decreto presidencial 259, de 30 de Setembro de 2011. Refere que a comissão actualizada será coordenada pelo ministro do Urbanismo e Habitação e integrada por representantes do Ministério das Finanças, do Fundo de Fomento Habitacional, da Sonangol Imobiliária (SONIP) e do Gabinete de Quadros do Presidente da República. Indica que o coordenador da comissão deve apresentar ao Presidente da República o relatório das actividades desenvolvidas pela anterior comissão, bem. Como o cronograma de execução do presente diploma. Explica que a mesma tem um prazo de noventa dias para concluir os trabalhos e entregar o relatório final ao Presidente da República, contados desde a data da entrada em vigor deste.

2. FEVEREIRO

2.1 UNITA denuncia 17 mil dólares de “gasosa” para facilitar inscrição no kilamba

Continente

01 De Fevereiro de 2013

Danda fez esta denúncia durante as discussões na especialidade do Orçamento Geral do Estado, que decorrem na Assembleia Nacional, tendo sugerido ao ministro de tutela a averiguar os factos ao mesmo tempo que se manifestou disponível em fornecer nomes das pessoas implicadas no “esquema”. Em entrevista à voz da América, o parlamentar reiterou a denúncia: “Eu estou na disposição de lhe fornecer nomes, que possam ajuda-lo a fazer essa verificação”.

O deputado da UNITA insurgiu-se também contra a actualização, pelo Presidente da República, na última

semana, da comissão ad-hoc destinada a estudar e propor o quadro normativo e operacional facilitador de acesso aos imóveis do programa habitacional do executivo. No entender do dirigente da UNITA, a criação de comissões facilita a continuação da corrupção na venda das casas do Kilamba.

Os preços dos apartamentos desta centralidade estavam inicialmente fixados entre 125 mil a 200 mil dólares, de acordo com os modelos disponíveis, valores considerados muitos altos pelo presidente José Eduardo dos Santos na sua última deslocação ao Kilamba. Eduardo dos Santos tinha-se manifestado contra a burocracia existente no processo de aquisição dos apartamentos. O ministro, Fernando Alberto da Fonseca tinha afirmado que aquisição das casas podia ser feita por via da compra, renda ou renda resolúvel.

2.2 Detido por reclamar

Jornal de Angola Fonte

01 De Fevereiro de 2013

Ao reivindicar direitos de casa no Zango por estar na mesma condição dos vizinhos contemplados, André foi detido numa esquadra policial do Golfe 2, que preferiu não indicar. Segundo 6 próprio, o mesmo destino teriam as velhas sinistradas, mas devido a idade, ele acabaria por sofrer a represália de três pessoas. “Ninguém me bateu, mas fui leva do compulsivamente para a Polícia, onde, depois de umas horas, me libertaram. Pedro contou que quando chegaram, no dia 15 de Dezembro de 2012, os homens do Governo garantiram que tinham ordens superiores para levar todos os sinistrados para o Zango e aí não devia ficar mais ninguém, nem cubata alguma. “Mas depois do atendimento, é assim que surge a confusão, porque eles apareceram com uma lista de 236 pessoas, quando nós, cadastrados, éramos 470”, informou, aumentando que o referido alistamento reduzido tinha sido feito aí, com a colaboração dos chefes dos habitantes das tendas da Maná. Como outros, Pedro ouviu nomes de pessoas estranhas serem chamadas para embarcarem, enquanto ele, a sua família e vizinhos ficaram até ao fim da chamada sem terem ouvido os seus nomes. O desalojado mostrou a sua indignação, alegando não ter compreendido nada sobre tamanha injustiça, quando tinham listas de controlo em posse do GPL, da Casa Militar da Presidência da República e do MINARSS. “Essas pessoas deviam acompanhar esses controlos, para evitar confusão”, replicou, lamentando que só da zona do Havemos de Voltar tinham ficado 130 pessoas e do Camama mais de 50. Apesar de não ser o responsável dos que ficaram, assegurou que, ao todo, tinham ficado: no famílias, a

maior parte das quais partilhava as salas de aulas que terão de deixar quando as aulas iniciarem. Questionado se tinham recebido autorização para ocupar as cinco turmas da escola 6092, ele e outros confessaram terem arrombado as portas, porque logo depois da transferência dos poucos, tinha começado a chover." ao tivemos escolha, destruímos os cadeados, forçamos as portas e entrámos" , divulgou, adiantando que, ao aperceberem-se, os dirigentes da referida instituição de ensino, vieram ver o cenário e entenderam as necessidades dos sinistrados.

2.3 Idosos tidos por infiltrados

Jorna de Angola

01 De Fevereiro de 2013

À semelhança das vítimas do desalojamento do Gika, agora a habitar em cubatas de pano, lona e esferovite num dos separadores físicos de uma estrada no Zango Iv, conforme reportou esse jornal na última edição' também os desalojados que dividiram o espaço adjacente à escola 6092, deixados no Golfe 2 ao ar livre, foram acusados de infiltrados. Insatisfeita com a falsa acusação, Cristina começou por formular uma pergunta do género da que fez uma moradora do meio da estrada do Zango IV, na semana anterior, na qual, inqueria se eram malucas, ao ponto de ela e muitas mulheres submeterem seus filhos a chuva, sol, poeira e outros perigos, passando anos e anos em péssimas condições, só por causa de uma casa. "E será que essas velhas com idade que têm também se infiltraram aqui, a fim de ganharem um sítio para ficar?", perguntou, tendo suspirado com a expressão "Haja dó e respeito". As idosas aparentavam ter mais de 60 anos de idade, uma cogitação que ficou clara, quando uma das anciãs corrigiu a desconfiança dos vizinhos, dizendo já estar na casa dos 70. "Essas velhas envelheceram mais nos anos de vida desumana do que durante toda vida, porque quando chegámos aqui ainda eram mais jovens", atirou um entre as vítimas do abandono. Na verdade, os rostos consumidos ao mesmo tempo pela idade e pelo sofrimento das tendas, podiam retirar a atitude de cepticismo de qualquer indivíduo que ouvisse contarem a idade das anciãs entre os 70 e 90 anos. O PAÍS tentou ouvir as mesmas, mas "Muluvu vamu twina, mpasi 'Ttuna mona", expressão em Kikongu rapidamente traduzida para português por um voluntário, segundo o qual, a velha tinha dito que "já estavam em paz, mas ainda sofriam mais" foi o único desabafo da classe anciã.

2.4 Moradores denunciam subida arbitrária de rendas

Continente

01 De Fevereiro de 2013

Em causa estão as constantes subidas injustas das rendas nos últimos tempos pela referida entidade gestora. De acordo com os moradores, os edifícios acima citados, foram confiscados e nacionalizados, pelo Governo angolano em 1975, tendo passado para o regime de arrendamento.

Os seus actuais inquilinos, muitos dos quais com mais de 30 anos a residir nos imóveis, há 10 anos têm sido apoquentados com subidas extraordinárias das rendas pelos seus gestores, cujos preços fazem diferença, comparativamente a todos os outros edifícios pertença do Governo da Província de Luanda.

Muitas famílias não têm possibilidade de pagar os valores impostos e o "gestor/senhório", não tem tratado as mesmas famílias, com o devido respeito, dignidade e de forma humana.

Os mesmos argumentam que a subida das rendas para as moradias em causa, são permitidas por Lei, de cinco em cinco anos, mas, apenas a duodécima parte do valor.

Diante disto, consideram tratar-se de um roubo, claro e efetivo, há mais de 10 anos nos bolsos daquelas famílias, perpetrados por uma minoria. Assim sendo, sugeriram a entrega da gestão dos mesmos edifícios à Junta da Habitação de Luanda. Contudo, contaram que tais falcatuas tiveram início no ano de 2002, quando foram surpreendidos, via notificação arbitrária, pelo "Gestor/Senhório", pela alteração e subida dos valores da renda mensal, em mais de 1 00 por cento do valor, a pretexto de realização de obras (de 170 kwanzas para 4.800 equivalente a 100 dólares na época).

Apesar da forma como as mais de 200 famílias foram abordadas, a reação foi pacífica. Algumas diligências foram feitas, junto de entidades competentes, GPL, Administração Municipal, Assembleia Nacional e outras, contudo sem sucesso. "Fomos coagidos a assinar novos contratos e suportar este novo encargo", denunciou um dos moradores, afirmando que algumas famílias não suportaram e acabaram por ser despejadas.

"As moradias abrangidas pelo despejo foram ocupadas por trabalhadores da entidade gestora dos edifícios. Não vimos obras feitas que justificassem a subida da renda", rematou o mesmo.

Porém, cinco anos passaram, e em 2007 as famílias foram novamente surpreendidas, com alteração e subida dos valores da renda mensal, por notificação coerciva pela Câmara Municipal em mais de 100 por cento do valor pago (de 4.800 Kzs equivalente a 100 dólares para 13.950 Kzs).

Com o mesmo pretexto, (obras de restauro), este ano, as famílias receberam nova notificação, para subida arbitrária do valor da renda, em mais de 100 por cento do valor pago até agora, ou seja, de 13.950 Kzs para 31.200 Kzs, facto que fez com que se instalasse uma onda de protestos no seio das famílias.

Os moradores temem que desta vez o número de famílias a serem despejadas, caso o Governo não interceda, seja bem maior, numa época, em que, a luta pela casa própria é o desejo de todos os angolanos.

A Extinta Caixa dos Aposentados da Câmara Municipal de Luanda, gestora dos edifícios 9, 11 e 13, prometeu pronunciar-se sobre o assunto nos próximos tempos.

2.5 Preços acessíveis vão aumentar procura

Novo Jornal

01 de Fevereiro de 2013

A SONIP - SONANGOL Imobiliária e Propriedades publicou, na edição de ontem, quinta-feira, um anúncio no único jornal diário do país (o Jornal de Angola) em que informava os interessados que as casas do Kilamba (Luanda) nas modalidades de compra e arrendamento via renda resolúvel - estarão disponíveis a partir de hoje, dia 1 de Fevereiro.

O Delta Imobiliária, empresa que foi escolhida para gerir o processo de venda dos imóveis, disse ao Novo Jornal que desconhece os procedimentos a adotar pelos clientes. Segundo apurou o Novo Jornal, está em curso uma mudança de fundo nos preços praticados na nova cidade do Kilamba. Os preços nominais podem, disseram algumas fontes conhecedoras do processo, sofrer cortes de até 50 por cento.

As rendas resolúveis vão também baixar para níveis inferiores ao que estava previsto. A nova tabela de preços deve ser anunciada durante os próximos dias. A única questão que levanta algumas dúvidas é simples: até agora não foram concretizados os modelos de inscrição, seleção e pagamento e a forma como os cidadãos vão poder aceder às casas do Kilamba através do formato de renda resolúvel.

O comunicado que saiu no Jornal de Angola diz expressamente que " [os interessados] poderão dirigir-se os postos de venda da Delta Imobiliária, na cidade do Kilamba". "Eles podem ter escrito isso mas o que é facto é que, até agora, não temos informações concretas acerca do processo. Sabemos que corremos o risco de receber nas nossas lojas um grande afluxo de pessoas.

Mas se isso acontecer: a única coisa que podemos fazer é informar os interessados e encaminhá-los para a SONIP", explica fonte da Delta. Até ao fecho da edição foi possível apurar que também aqui, onde a Delta assume desconhecer como será operacionalizado todo o processo de venda e arrendamento, estão a ser tomadas medidas concretas.

O regime de renda resolúvel e de arrendamento, informou a SONIP, bem como da compra e venda, é extensível a todos os projectos imobiliários da subsidiária da Sonangol, designadamente nas novas centralidades do Kilamba, Cacuaco, Capari, Km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica). As regras que serão anunciadas nos próximos dias devem também incluir os novos empreendimentos.

O formato de renda resolúvel é aplicado nos casos em que os inquilinos adquirem um imóvel, pagando uma prestação mensal (renda), tornando-se proprietários ao fim de um determinado período de tempo - 20 anos, por exemplo. A alternativa à compra dos imóveis disponíveis na nova centralidade, que continua praticamente desabitada, já tinha sido divulgada durante o ano de 2012.

Ao que se sabe, poucas pessoas tiveram acesso às habitações sem ser através da compra. Segundo o regulamento em vigor, o arrendamento e a renda resolúvel, só está disponível para os cidadãos angolanos, maiores de 18 anos, que não possuam habitação própria ou não estejam inscritos em qualquer programa habitacional do Estado.

A cidade do Kilamba está implantada numa área total equivalente a 5400 campos de futebol, do qual a primeira fase, que possui 115 edifícios, ocupa uma área aproximada de 900 campos de futebol. As infraestruturas albergam 3180 apartamentos para 19 800 moradores, três escolas primárias e igual número de escolas secundárias, bem como quatro creches e 28 lojas.

Os preços oficiais dos apartamentos estão entre os 100 e os 200 mil dólares - valor inacessível para a maioria dos angolanos.

2.6 A qualidade das nossas habitações

Jornal Angolenses

02 De Fevereiro de 2013

Se uma dada vivenda for erguida por um construtor, baseado num projecto elaborado por um projectista independente, a sua qualidade técnica tem a ver com competências do empreiteiro, mas é ao projectista que caberá necessariamente o mérito da do lado artístico da obra, a sua arquitectura, envolvendo dimensões, estética, beleza, etc. Quando avaliamos a qualidade das habitações, o que ressalta hoje à vista do cidadão são os defeitos mais visíveis, e quase passam despercebidas as más opções do projectista que lhes dão origem. E é por aqui que as injustiças começam quando nos propomos a avaliar a qualidade das nossas habitações: os erros ou defeitos de concepção do projectista são por vezes injustamente assacados ao construtor, e, vice-versa, por má avaliação, os erros do construtor são remetidos à culpa do projectista. Quando há bem pouco tempo, a província do Namibe foi eleita como o caso do mês na abordagem da, «qualidade» das nossas habitações em virtude da crítica feita pelo digno governador Isaac dos Anjos, quando se referia à qualidade das casas - notei que o tema suscitou a atenção especial de muitos cidadãos. Reflectido quer nos órgãos da comunicação social, quer no simples campo aberto das conversas rotineiras, o tema circulou bem. O que estava em causa na avaliação daquelas habitações, então censuradas como sendo de má qualidade? Seria do projecto mal concebido; da má qualidade na execução dos trabalhos, da cobertura empobrecida, das alvenarias, ou seria do tipo de materiais utilizados? Vejamos caso por caso: O modelo da habitação não deve ser" escolhido pelo construtor, mas sim pelo projectista. Por sua vez, o projectista deve ser contratado pelo dono da obra e é este quem aprova a solução tipológica, as escolhas dos materiais, etc. O trabalho é depois fiscalizado pela equipa de fiscalização, também esta contratada pelo dono da obra. Então uma pergunta se coloca: se o projecto não oferece qualidade arquitectónica, ou, se até do ponto de vista da sua concepção e dimensionamento é medíocre, a quem atribuir a responsabilidade? Ao projectista, ao dono da obra, ou ao empreiteiro? Vejamos a questão a partir de um outro ângulo do problema: a construção em si. Se o empreiteiro deve ser seleccionado por concurso público, ou limitado, depois fiscalizado por uma entidade profissionalizada que acompanha e tem por missão aferir sobre a qualidade dos trabalhos da obra, então a quem se pode atribuir o fracasso verificado no final da empreitada? Acaso os construtores não estão obrigados, pelas normas jurídicas e regulamentos, a garantir qualidade técnica dos trabalhos que realizam,

sob pena de, não o fazendo, reparar a suas expensas os defeitos ou erros de execução detectados? Sejam mais pragmáticos: que erros ou defeitos foram encontrados no Namibe? Tais erros são de concepção ou de execução? E quem elaborou o projecto, ou, no caso desta segunda hipótese, quem construiu as casas de má qualidade? Finalmente: quem se encarregou de fiscalizar a empreitada? Os meandros da construção civil, e toda a nova teoria da fiscalização, nos colocam agora perante novos desafios de inteligência acrescida na avaliação das construções. Hoje, já não são os construtores os mais aplaudidos naqueles países onde as populações foram ensinadas a reparar para o edifício belo, ou para uma casa espectacular, como mérito individual do construtor. Não! Tenho repartido aulas nesse domínio, e sempre me preocupo em transmitir que uma obra tem sempre dois protagonistas que se inter-relacionam: o projectista, que a concebe, e o construtor, que a executa. Por mais alto que a «placa» do construtor seja erguida sobre o tapume da construção, e, em letras gigantes seja publicitada a sua marca "comercial, os construtores não podem continuar a fazer valer a sua desonestidade, mesmo sendo passageira, anunciando aos quatro cantos da terra de que aquele edifício, espectacular, 'maravilhoso e sensacional, é de sua arte e valia individual. No lugar deste imodéstia, seria honesto corrigir o anúncio para repartir o mérito da majestosidade e beleza arquitectónica da obra com o seu autor, ou seja; com o projectista que lhe deu forma, estética e dimensão. A criatividade e a arquitectura, são, em primeiro lugar, funções e deveres profissionais do projectista. O construtor obedece àquele e ambos edificam. Pode dizer-se que são sempre dois, os que «constroem» a edificação. Existe também a responsabilidade do dono da obra relativamente às escolhas que faz. Sentimos sempre a má qualidade de uma obra, mas nem sempre sentimos 'a «má qualidade» do dono. Se é verdade que as habitações podem apresentar defeitos, um dono de obra também pode ser dado como um «defeito». Se a decisão atrapalhar o sucesso da obra, ora porque o empreiteiro resultou de uma má escolha e é dado como inabilitado tecnicamente, ora porque requisitou os serviços de uma projectista inábil, teremos dificuldades em alcançar novos níveis de qualidade das obras que realizamos. O tempo deu-nos a ver uma evolução positiva virada para uma maior transparência na entrega das obras. Por isso, podemos hoje afirmar que muitos males foram já erradicados. Para nosso bom agrado, cresce a consciência de que antes da construção vem o projecto. Mas sem uma fiscalização verdadeira, rigorosa, não é possível fazer respeitar as cláusulas técnicas, jurídicas e financeiras dos cadernos de encargos elaborados para as obras e vigiar o nível de

cumprimento das exigências do projecto. A qualidade das nossas habitações só estará assegurada, se entendermos que uma empreitada, para ser feliz, deve estar rodeada de sujeitos idóneos: um dono de obra comprometido com as leis; um projectista identificado pelo seu talento; um empreiteiro seleccionado de entre os melhores e um profissional de fiscalização competente..

2.7 Mudança ajuda a recuperar o orgulho dos habitantes da região da Lunda-Sul

Jornal de Angola

03 De Fevereiro de 2013

As obras representam um teste para os empreiteiros evidenciarem as suas capacidades e destreza, perante o olhar atento de fiscais contratados pelo Governo e constrangimentos provocados pelas chuvas. O vice-governador para a área técnica e infra-estruturas da Lunda-Sul, António Jorge Teixeira, expressou confiança na capacidade das empreiteiras, cujo trabalho respeita os requisitos contidos numa matriz, que definiu para 25 hectares das reservas planificadas por município, casas do tipo T3, para um lote de 100 metros quadrados, e outros serviços sociais para dignificar a população. "Em Cacolo, o projecto reserva espaço para a construção de uma escola e um hospital, com bloco operatório e morgue. O Muconda conta já com um centro materno infantil, esquadra de polícia e escola", explicou o vice-governador. O arranque das obras da nova centralidade de Saurimo aguarda pela aprovação do dossier remetido à empresa SONIP, devido à complexidade de padrões arquitectónicos projectados para a urbanização da nova reserva fundiária. António Jorge Teixeira admitiu a existência de constrangimentos de ordem logística para o arranque do projecto, que contempla fases distintas de execução. A edificação de um hospital municipal, maternidade, reabilitação de 30 quilómetros de estradas, passeios, redes técnicas, modernas e funcionais constam do programa de acções a serem desenvolvidas durante este ano. António Jorge Teixeira destaca ainda a construção de dois novos edifícios, um para o funcionamento da Biblioteca Provincial e o outro para os serviços da Direcção Provincial da Educação, numa lista que abarca mais 12 equipamentos sociais. Neste desafio, o governo provincial defende obras enquadradas nos padrões de arquitectura moderna. Segundo munícipes contactados pelo Jornal de Angola, o edifício para os Serviços Integrados de Apoio ao Cidadão (SIAC), em fase de conclusão, na via do aeroporto, e algumas escolas, iniciadas no ano passado, são exemplos de

"bom gosto". A progressão de ravinas, nos arredores da cidade de Saurimo, está entre as preocupações que requerem resolução urgente. De 13 eixos activos definidos como prioridade para estancar, o vice-governador destaca o eixo que progrediu cerca de cinco quilómetros e cuja profundidade, ao longo do seu percurso, ronda os 30 metros, na zona do Adolfo, cercanias do rio Muangeji. O levantamento feito sugere um estudo exaustivo para definir os critérios de contenção adequados, a fim de devolver segurança e estabilidade às áreas afectadas. Entre as várias opções técnicas avançadas. António Teixeira refere a construção de muros geo-grelhas e valas de drenagem. O vice-governador reiterou a disponibilidade do Governo em prosseguir os trabalhos de contenção dentro das suas possibilidades financeiras, sem avançar prazos, contado com a comparticipação de parceiros idóneos. O vice-governador sublinha a necessidade de mobilizar as comunidades para abandonarem todas as práticas que alterem pela negativa o meio em que vivem, como a desmatção, construção sobre linhas de água ocupação de zonas de risco.

2.8 Pensionistas recebem casas

Jornal de Angola

4 De Fevereiro de 2013

O delegado na Lunda-Sul da Caixa Social das Forças Armadas disse ao Jornal de Angola que a primeira fase do projecto habitacional para pensionistas, que começa este ano a ser desenvolvido no país, contempla cem casas naquela província. Eduardo Kamiji lembrou que a província tem o registo de cerca de 340 pensionistas, mas que está a ser feito um levantamento nos municípios do Dala, Muconda e Cacolo para apurar o número exacto e para a identificação de espaços para a construção das casas. A Caixa Social das Forças Armadas Angolanas, referiu, trabalha igualmente na criação de um sistema de segurança para os reformados. O Executivo, garantiu o ministro da Defesa Nacional, Cândida Pereira Van-Dúnem, tem feito esforço para actualizar os subsídios das pensões de reforma e de outros subsídios que fazem parte dos direitos adquiridos por via de um diploma ilegal. O ministro garantiu, durante um encontro com deputados à Assembleia Nacional, a melhoria dos mecanismos de controlo e de registo de dados da Caixa Social das Forças Armadas Angolanas.

2.9 Começou acesso aos projectos habitacionais

Jornal de Angola
6 De Fevereiro e 2013

As residências das novas centralidades erguidas em Luanda, no quadro de cinco projectos imobiliários da SONIP (50nangol Imobiliária e Propriedades) localizados nas circunscrições de Kilamba Kiaxi, Cacucaco, Capiri, Km 44 e Zango, têm custos actualizados que variam entre 1,5 milhões e 18 milhões de kwanzas. As novas modalidades de aquisição apresentadas pela SONIP estabelecem que qualquer cidadão pode comprar ou arrendar casa nesses locais, bastando para tal reunir uma cópia do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte, a declaração de rendimento, o último recibo do salário e o comprovativo de pagamento atribuído ao concorrente. Existem cinco opções para acesso aos contratos imobiliários da SONIP, sendo o primeiro o pronto pagamento, seguido pela venda com acesso ao crédito bancário, depois a renda resolúvel com capital inicial e sem capital inicial e, por último, o arrendamento - o mecanismo que, à partida, não apresenta qualquer embaraço nos trâmites, senão o pagamento antecipado de uma renda anual, cujos valores variam entre aproximadamente dez mil e 100 mil kwanzas. Sobre a compra a pronto pagamento recai um desconto de cinco por cento sobre o valor, enquanto a venda resolúvel é diferenciada consoante a idade.

Valores das casas

A SONIP atribuiu dois critérios para renda resolúvel, sendo uma para maiores de 40 anos de idade e a outra para pessoas com idades inferiores. Com menos de 40 anos o interessado paga as obrigações em 20 anos, enquanto os demais devem reembolsar por um período de 15 anos. Relativamente aos contratos, a SONIP vai cobrar três por cento sobre o valor das transacções, para fazer face a outros encargos e serviços. Em todas as modalidades, os encargos legais, notariais, fiscais e judiciais são da responsabilidade das pessoas que aderirem aos actuais critérios comerciais. Na centralidade mais visível de Luanda - a Cidade do Kilamba -, os preços das residências variam entre sete milhões (casas do tipo T3A) e 18 milhões de kwanzas (T5). Os apartamentos do tipo T3B e T3+ I custam cada oito milhões e nove milhões de kwanzas, respectivamente. O arrendamento nesta centralidade está fixado em valores que variam entre 31 mil e 100 mil kwanzas para a modalidade de renda resolúvel com capital inicial, entre 46 mil e 143 mil kwanzas para a renda resolúvel sem capital inicial e entre 35 mil e 90 mil kwanzas para a renda normal, que apenas exige a apresentação de uma cópia do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte. Na centralidade do

Zango, em Viana, o custo dos apartamentos varia entre oito milhões (casas do tipo T3 - 120 metros quadrados) e nove milhões de kwanzas (T4 - 150 metros quadrados).

O arrendamento no Zango tem valores que variam entre 36 mil e 50 mil kwanzas para a modalidade de renda resolúvel com capital inicial, entre 53 mil e 71 mil kwanzas para a renda resolúvel sem capital inicial e entre 40 mil e 45 mil kwanzas para a renda normal. No Km 44, as casas valem entre 3,5 milhões de kwanzas (habitações do tipo T3 - 95,1 O metros quadrados), dois milhões e meio de kwanzas (T3 - 92,58 metros quadrados) e um milhão e meio de kwanzas (T3 - 90,78 metros quadrados). A renda resolúvel com capital inicial varia entre sete mil e 20 mil kwanzas, a renda resolúvel sem capital inicial entre dez mil e 28 mil kwanzas e o arrendamento normal entre 12.500 e 20 mil kwanzas. Nas residências de Capiri, a compra à vista está fixada em três milhões de kwanzas, o arrendamento resolúvel com capital inicial ao preço de 13 mil, para quem possui menos de 40 anos de idade, e 20 mil kwanzas, para quem tem mais de 40 anos, a renda resolúvel sem capital inicial a 20 mil para os primeiros e 24 mil kwanzas para a segunda condição, e o arrendamento normal em 20 mil kwanzas. Para Cacucaco, os critérios de acesso às chaves dos apartamentos são múltiplos, dadas as diversas tipologias de residências construídas (T4 - 120 metros quadrados, em edifícios de 5 e 9 andares e T5 - 150 metros quadrados, em edifícios de 5, 9 e 11 andares). Cada residência vale entre seis e nove milhões de kwanzas, mas, nos edifícios de nove andares o preço é de 15 milhões de kwanzas. O arrendamento da centralidade de Cacucaco começa em 27 mil kwanzas e termina em 83 mil na modalidade de renda resolúvel com capital inicial e, na renda resolúvel sem capital inicial, o valor varia entre 40 mil e 119 mil kwanzas. No arrendamento normal o menor valor é de 30 mil kwanzas e o mais alto 75 mil.

2.10 Requalificação melhora vida da população

Jornal de Angola
06 De Fevereiro de 2013

A província do Cunene, e em particular a cidade de Ondjiva, está a passar por um processo de requalificação e de construção de novas infra-estruturas, com o propósito de torná-la mais moderna e com melhor qualidade de vida, disse o governador António Didalelwa. Em declarações ao *Jornal de Angola*, à margem da apresentação dos projectos para a província, António Didalelwa destacou a urbanização da Caxila, a construção da cidade universitária, da casa da cultura, do palácio do

Governo Provincial, a reabilitação e valorização do túmulo do Rei Mandume e o projecto de integração das comunidades. A urbanização da Caxila, concebido e apresentado pelo arquitecto Francisco José, ocupa uma área equivalente a 100 campos de futebol onde estão a ser erguidas as casas de alta, média e baixa renda, além de um estádio de futebol com capacidade para 30 mil espectadores, piscina olímpica, pavilhão multiusos e ainda um parque de estacionamento para sete mil lugares. O governador revelou que algumas obras começaram no ano passado e que o Governo Provincial aguarda a aprovação do Orçamento Geral do Estado prevista para o dia 14, para dar continuidade aos projectos. António Didalelwa assegurou que vai levar infra-estruturas onde nunca houve nada. "Foi assim que nasceram as grandes cidades que conhecemos. A diferença aqui é que esses núcleos estão a nascer com planos de urbanização", garantiu. António Didalelwa lembrou que as circunstâncias do passado forçaram à construção desordenada de muitos bairros e agora urge ordená-los. Realçou que o "povo tem necessidade de viver bem e isto deve ser feito em locais que ofereçam qualidade de vida". A apresentação dos projectos que visam a modernização da província do Cunene, esteve enquadrada nas comemorações do 4 de Fevereiro e contou com a presença dos ministros da Administração do Território, Urbanismo e Construção e da Saúde, Bornito de Sousa, José Silva, e José Van-Dúnem.

Escola de Saúde

A inauguração da Escola de Formação de Técnicos de Saúde de Ondjiva e a reabertura do Memorial ao Rei Mandume marcaram, ontem, o segundo dia de trabalho da delegação ministerial liderada pelo ministro da Administração do Território à província do Cunene. A Escola de Formação de Técnicos de Saúde, inaugurada pelo ministro José Van-Dúnem, tem 12 salas de aulas, sala de demonstrações e prática, sala de professores, laboratórios clínicos, biblioteca, arrecadação e anfiteatro. Cerca de 40 alunos estão já inscritos para o ano lectivo que inicia no próximo mês. Construída no quadro do Programa de Investimento Público (PIP) do governo da província, o empreendimento custou 165,54 milhões de kwanzas. O ministro da Saúde, José Van-Dúnem, disse que a unidade de ensino vem responder a preocupação do Executivo de proporcionar formação adequada para os profissionais do sector. "Um dos problemas que temos prende-se com a formação técnica e profissional dos enfermeiros, que se limitava à oitava classe devido à ausência de um ensino médio na província do Cunene", disse, para sublinhar a aposta do Executivo em aumentar as estruturas

sanitárias e, ao mesmo tempo, formar quadros para as novas unidades.

Memorial ao Rei

A delegação ministerial assistiu à reabertura oficial do Memorial ao Rei Mandume-ya-Ndemufayo, situado na localidade de Oihole, no município de Namacunde, que recebeu, durante três anos, obras de restauro e ampliação das estruturas de apoio. O monumento é integrado pelo túmulo do rei e um conjunto de estruturas para turismo e hotelaria e espaços de lazer, que combina o tradicional e moderno. O complexo comporta 27 suites, um anfiteatro, uma loja, um ginásio, uma lavandaria, uma casa de exposição de utensílios domésticos da região, um restaurante, entre outras facilidades que vão servir para potencializar o turismo na região e divulgar os feitos do Rei Mandume. O Memorial foi inaugurado em 2002 pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na presença do ex-Presidente namibiano, Sam Nujoma. O espaço acolhe hoje um seminário internacional sobre a resistência contra a ocupação colonial portuguesa no Sul de Angola, enquadrada nos 96 anos da morte do Rei. Na segunda-feira, o ministro Bornito de Sousa visitou, no município de Ombandja, o projecto de construção das 100 casas sociais, no âmbito do programa habitacional desenvolvido em todos os municípios, e o projecto "Água Xangongo", que compreende a construção de uma conduta a partir do rio Cunene, em Xangongo, para abastecer a cidade de Ondjiva e localidades adjacentes à linha de água. A conduta de água vai beneficiar a população e o gado, através de bebedouros. O projecto, orçado em mais de 200 milhões de dólares, é um investimento do Executivo para dar resposta ao grave problema de falta de água que a província vive. A delegação ministerial avaliou a execução das obras do Palácio Municipal de Justiça de Ombadja, que vai acolher diferentes áreas do sector, com destaque para o registo, Notário, Conservatória, Tribunal e Procuradoria. A sua execução decorre dentro dos prazos e tudo aponta a sua conclusão para o final deste ano.

2.11 Obras da Baía de Luanda já na fase das fundações

Jornal de Angola

07 De Fevereiro de 2013

A instalação dos alicerces dos primeiros três dos 15 edifícios projectados para área reservada à construção de prédios na Baía de Luanda começou este mês, de acordo com fonte da Angop. A construção dos edifícios com apartamentos T1, T3 e T4, inserida na terceira fase da requalificação da zona, iniciou em

Novembro de 2012, num espaço de três hectares, na primeira linha de água entre a avenida Dr. Agostinho Neto e a entrada da Ilha do Cabo. Segundo o administrador da Sociedade Baía de Luanda, gestora do projecto, Miguel Carneiro, em declarações a Angop, trata-se de um ligar destinado a assegurar a continuidade com o renovado espaço público da marginal. Tal área, considerada zona B, de acordo com o responsável, apresenta acessos rodoviários para a Avenida 4 de Fevereiro, Chicala e Ilha do Cabo. No total, foram seleccionados três lotes de terrenos para a construção de prédios que vão de 2.500 a 50 mil metros quadrados ao longo do local. Para facilitar o trabalho, a Sociedade Baía de Luanda pôs à disposição dos investidores diversos serviços ajustados às necessidades dos clientes, nomeadamente informações técnicas e jurídicas sobre os terrenos, já de si, livres de disputas, para otimizar as actividades de planeamento, licenciamento e construção na zona. Consta igualmente do pacote de serviços, controlo financeiro, apoio técnico desde a concepção do projecto à construção, serviços de engenharia, orientação em tomo da construção de edifícios, apoio comercial e colocação de produtos imobiliário no mercado e gestão de edifícios.

2.12 40 Pessoas dividem a mesma casa

Angolense

8 De Fevereiro de 2013

As mais de duas mil famílias receberam, em 2010, a promessa, na altura feita por Bento Soito, de em quinze dias verem as condições de realojamento resolvidas. Acontece, porém, que até hoje tudo continua na mesma, forçadas a viver uma realidade pouco comum em tempo de paz, em que mais de duas famílias partilham uma casa. Tão logo que escalamos o bairro do Panguila, moradores, na ânsia de verem os problemas resolvidos, ficaram apreensivos, pensando que se tratava de responsáveis do Ministério da Reinserção Social ou do Governo da Província de Luanda. Ledo engano. Era a nossa equipa de reportagem com a pretensão de constatar in loco o modo de vida daqueles angolanos. Satisfeitos com a presença da imprensa, cada morador queria ser o primeiro a falar e deixar um apelo às autoridades competentes. Jaqueline Kitoque, 51 anos de idade, afirma que todos os dias tem de se levantar cedo por não conseguir suportar a convivência de três famílias numa casa. A nossa interlocutora contou que as três famílias naquela residência fazem um total de 32 membros, sendo duas com dez membros cada e a terceira com 12. "Como é possível viver assim?", questiona Jaqueline. Segundo a nossa entrevistada frisou, a casa tem apenas três compartimentos, que são: Três quartos,

uma sala, uma casa de banho e uma cozinha. Cada família tem direito a um quarto, contudo, todos partilham a mesma cozinha, é a mesma casa de banho, o que tem sido uma tremenda dor de cabeça, conforme nos conta. "Não existe privacidade. Para evitar conflitos entre as famílias, fizemos um acordo. Cozinhamos uma refeição para as 32 pessoas", conta, tendo revelado que "devido a estas condições meu marido me abandonou". Por sua vez, Domingos Gomes, 34 anos de idade, ex funcionário da Coma Preste, uma empresa de segurança privada, situada em Luanda, diz estar bastante agastado com a situação, porque não tem recursos financeiros para se deslocar todos os dias para trabalhar. "Vivemos numa casa quarenta pessoas. É bastante complicado, não se conseguem respirar, não se consegue fazer nada, passamos todo dia fora de casa", conta e acrescenta que "se tivesse recurso financeiro, alugava uma casa para a minha família". Entretanto, segundo moradores, aquele local, paradoxalmente, tem residências já acabadas e inabitadas, com teias de aranha e outras rodeadas de capim. "Para quem foram construídas estas casas, é assim que vamos crescer mais e distribuir melhor, questionam-se. Quase todos vivem com hipertensão. Apar da convivência de três famílias numa única residência, no Panguila vive-se uma penúria, quer em termos de alimentação, quer de fornecimento de água e energia, para além da falta de instituições escolares do Estado, o que, segundo nos contaram, tem provocado várias doenças, uma delas é a hipertensão. Um bidão de água, por exemplo, custa 100 kwanzas. Durante o dia, os moradores estão de mãos dadas com o lixo e poeira, e durante a noite os insectos invadem as casas, sendo a tuberculose uma das principais causas de morte naquela parcela da capital de Angola. Motivada pela fome, seca, entre outras péssimas condições de vida a que estão sujeitas Josefina dos Santos, por exemplo, afirma que os filhos têm anemia aguda e malnutrição, por falta de condimentos para cozer os alimentos. A fonte conta que a sarna é outra doença que vai tomando conta das pessoas porque estarem a dormir no chão. Ainda de acordo com a mesma fonte, os filhos vão engravidando-se entre si por falta de quartos suficientes. "Porque dormem todos amontoados", conta a fonte. A zona também não tem escolas nem hospitais. "Os jovens do bairro não estão inseridos no sistema de ensino por falta de escola, a única escola existente, primária, não tem capacidade para atender as mais de duas famílias existente no Panguila" lamentou.

2.13 A corrida aos apartamentos das novas centralidades

O Independente

09 De Fevereiro de 2013

Está feito. A corrida começou: na sequência do aviso da Sonip imobiliária da Sonangol encarregue da venda e arrendamento dos apartamentos das novas centralidades de Luanda, de que os interessados deviam procurar os seus balcões, milhares de pessoas, esta semana, estiveram numa autêntica rodaviva à procura da concretização do sonho da casa própria.

A maioria dos que conseguiram proceder à sua inscrição tiveram de pernoitar nos postos de atendimento da Sonip no Zango ou na Cidade do Kilamba. O interesse das pessoas é tanto que muitas abandonaram os empregos por um dia. Segundo conseguimos apurar, verifica-se agora uma enorme pressão sobre os bancos comerciais para concessão de créditos.

As vendas dos apartamentos estão a ser processadas em regime de renda resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos, em montantes que vão de 70 mil a 180 mil dólares, em função das dimensões da habitação, de acordo com a tabela de preços publicada no Jornal de Angola na sua edição de 4 de Fevereiro.

As casas também podem ser adquiridas em regime de "Arrendamento e de Vendas a Pronto Pagamento", segundo um comunicado da Sonip a propósito. De acordo com a tabela tornada pública as habitações do tipo T3A estão a ser comercializadas a USD 70 mil; T3B a 80 mil; T3+1 e T4 a 90 mil e as do tipo T5 a 180 mil.

Em regime de arrendamento, os preços da renda mensal vão de USD 350 a USD 900, de acordo com a tipologia da habitação, enquanto as vendas, em todos os regimes de aquisição "Renda Resolúvel e Pronto a Pagamento", os preços são invariáveis: 70 mil; 80 mil, 90 mil e 180 mil dólares norte-americanos.

Segundo a Sonip, os interessados deverão dirigir-se aos seus postos de vendas e, como alternativa, aos postos de venda do Delta Imobiliária, na cidade do Kilamba. As vendas abrangem as centralidades do Kilamba, Cacuo, Capari, Krn 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica).

A exigência de pagamento prévio de uma renda equivalente a um ano está a causar bastante polémica entre os interessados. Sendo as centralidades um investimento do Estado e sendo este considerado uma pessoa de bem, fica difícil compreender a obrigação de pagamento de um ano de rendas.

A exigência soa a punição, num cenário em que os senhorios privados cobram habitualmente seis meses de renda adiantada.

2.14 Compradores “dormem” nas centralidades

Jornal de Angola

09 De Fevereiro de 2013

Ontem, quando eram oito horas, altura em que os funcionários da SONIP (Sonangol Imobiliária e Propriedades) abrem as portas do posto de atendimento, já estavam inscritas 500 pessoas interessadas em comprar um apartamento. O tempo de atendimento por pessoa depende do dinamismo do funcionário na introdução dos dados no computador e da velocidade do sistema informático. Esta semana, terça e quarta-feira, o atendimento era feito em dez minutos, o máximo 15 por cliente. Na manhã de quinta-feira, o processo levava mais tempo, porque o sistema estava lento. Tal situação causava mal-estar entre os clientes, porque muitos praticamente dormiram no local para serem atendidos rapidamente. No rosto de muita gente havia cansaço e ansiedade. Mas todos aguentaram firmes para verem concretizado o sonho da casa própria. Muitos interessados pediram um dia de dispensa no trabalho, para tratar do processo de compra da casa. Quem não teve dispensa, faltou. E o caso de Jandira Manuel. Ela chegou à centralidade do Cacuo às cinco da manhã e já encontrou uma lista com mais de 200 pessoas. Mesmo assim não conseguiu inscrever-se. Vai ter que voltar na próxima segunda-feira. Jandira Manuel sugere a abertura de mais postos de atendimento nas centralidades de Capari e do Quilómetro 44, que neste momento não têm qualquer posto. "Também convém melhorar o sistema informático que em alguns períodos do dia é muito lento", disse Jandira. Goreth Eduardo passou a noite de quinta para sexta-feira na Centralidade do Zango. Mas quando chegou, por volta das 23h00, já 50 pessoas estavam na lista. Ela encontrou ainda uma outra lista com mais de mil nomes de clientes que não tinham sido atendidos desde o início do processo. Goreth contou que a lentidão do processo de inscrição está a gerar problemas aos cidadãos. Houve até uma tentativa de invasão do posto de atendimento. Na centralidade do Kilamba a afluência de clientes era igual à do Zango. Estas duas centralidades são as preferidas pela maioria dos clientes entrevistados pelo Jornal de Angola. Dizem que os prédios são mais modernos, têm melhores acabamentos, as zonas verdes são mais amplas e os apartamentos maiores. Os que preferiram a centralidade do Cacuo, como Maria de Lourdes e Marina

de Andrade, dizem que as diferenças entre os apartamentos, com o mesmo número de quartos, são mínimas. Após a conclusão das obras, a centralidade do Cacuo, actualmente desabitada, "vai estar apetrechada com mais infra-estruturas de apoio, espaços verdes e de lazer", disse Maria de Lourdes.

As duas clientes fizeram a inscrição quarta-feira e no dia seguinte o pagamento de uma parte do valor do apartamento comprado. Após a entrega do recibo comprovativo do pagamento, disseram-lhes que vão ser chamadas para a assinatura do contrato e entrega das chaves da casa. Satisfeitas por terem concretizado o sonho de casa própria, ficam à espera do dia em que vão fazer o contrato. Falta de sistema As dependências do Banco Angolano de Investimento (BAI) na província de Luanda registaram nos dias 7 e 8 de Fevereiro, quedas constantes de sistema devido ao elevado número de clientes que acorrem aos seus balcões para fazerem depósitos e transferências para as contas da "Sonip Imobiliária", como primeiro pagamento da compra dos apartamentos. Além da falta de sistema, os depósitos em muitas dependências do BAI não são permitidos. Os interessados devem efectuar transferências dos bancos onde têm os seus valores para o BAI ou abrir conta para depois transferirem os fundos para a conta da Sonip Imobiliária, evitando assim a demora nas transacções de um banco para o outro. Daniela Alexandre viveu esta situação na passada quarta-feira. Ela conta que se inscreveu para adquirir um apartamento na centralidade do Cacuo, mas teve que sair de casa às cinco da manhã. Quando lá chegou encontrou uma lista com 30 pessoas, mas às 11 da manhã já tinha sido atendida. Por isso, decidiu procurar uma dependência do BAI para fazer o pagamento na modalidade da renda resolúvel sem capital inicial. "Como não existem bancos na centralidade, fui à dependência do banco BAI no Cacuo que estava cheia. Quando chegou a minha vez, caiu o sistema. Saí de lá e dirigi-me à dependência de Viana, mas lá os funcionários disseram que só era permitido fazer transferências e não depósitos, por ordem da Sonip". Daniela preferiu voltar para casa e efectuar a transferência no dia seguinte. Teve de abrir conta no BAI e depois fazer a transferência para a conta da Sonip Imobiliária. "Por último, voltei à centralidade do Cacuo para fazer a apresentação do comprovativo da transferência e agora estou à espera para assinar o contrato e receber as chaves de casa num curto espaço de tempo, conforme me prometeram", disse. Pelo mesmo processo passou António Alfredo: "eu saí de casa às cinco da manhã para me inscrever na centralidade do Cacuo para comprar uma casa na modalidade de pagamento da renda resolúvel anual, sem capital inicial". António tinha os valores guardados no Banco

de Comercio Indústria (BCI) e também percorreu o Cacuo e Viana para fazer a transferência, mas sem sucesso. "Na quinta-feira, pelas 8h00, entrei na agência sede do BCI no bairro dos Coqueiros para fazer a transferência e o processo durou duas horas. Havia muita gente a solicitar aos gestores de conta o dinheiro para aderirem ao processo de compra das casas". Todo o esforço valeu a pena. O sonho de ter casa tira o sono aos clientes mas está a funcionar.

2.15 Delta entrega 100 por dia

O País

15 De Fevereiro de 2013

O administrador da Delta Imobiliária, Paulo Cascão, revelou, a *O País*, que a sua equipa começou nesta quarta-feira, 13, a proceder à entrega de cem apartamentos por dia aos primeiros candidatos admitidos a um imóvel na centralidade do Kilamba.

A entrega das chaves da residência é antecedida da assinatura do contrato entre ambas as partes. Explicou ainda que esta medida decorre de a sua empresa receber diariamente 400 processos e prestar esclarecimento a cerca de 800 cidadãos em igual período, perfazendo um total de mais de mil e 200 atendidos só na cidade do Kilamba.

A data marcada para a entrega das primeiras chaves, segundo apurámos, apenas seis indivíduos não compareceram no local, embora tenham sido informados atempadamente, por intermédio da ficha de inscrição, onde consta a data de entrega.

Questionado sobre o prazo para encerramento das candidaturas a uma das cinco novas centralidades, designadamente, Kilamba, Zango, Cacuo, Kapari e 44, explicou que não existe e que depende da planificação da empresa que os contratou para executarem esta tarefa, no caso a Sociedade Imobiliária e Propriedades (Sonip).

Mas assegurou que pode durar vários meses, atendendo à quantidade de apartamentos existentes nos projectos acima mencionados. No que diz respeito à quantidade de imóveis disponíveis, o nosso interlocutor afirmou que só a direcção desta empresa pública é quem estará em condições de fazê-lo, mas que estima que sejam cerca de 15 mil.

Durante a última visita que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, efectuou à nova centralidade, o presidente do conselho de administração da Sonangol, Francisco de Lemos José Maria, anunciou que das mais de 20 mil e duas unidades habitacionais erguidas, quatro mil e 111

habitações foram vendidas, sendo 96 a crédito, 465 à vista e três mil e 550 pelo modelo de renda resolúvel.

"Se o nosso cliente está interessado em comercializar ou não todos os imóveis, isso eu não sei dizer. Mas acho ser importante esclarecer a sociedade que a quantidade de focos existente não é exatamente os que estão prontos para ser comercializadas ou o proprietário pretender fazê-lo", declarou.

Acrescentou estar "ainda em curso o plano de construção de cinco mil casas sociais que poderão beneficiar mais pessoas". Confrontado com as reclamações apresentadas por alguns dos candidatos' o administrador da Delta explicou que a sua empresa está simplesmente baseada na cidade do Kilamba e que as lojas de venda das outras centralidades estão sob a alçada da Sonip.

No entanto, este facto não impossibilita as pessoas que estejam interessadas nestas centralidades a candidatar-se a partir da sua loja, embora a Sonip tenha optado pela estratégia de instalar postos comerciais em todas as localidades afins.

Quanto ao facto de algumas pessoas estarem a passar a noite ao relento para conseguirem inscrever-se, Paulo Cascão considerou que não há necessidade de que tal aconteça e que este comportamento se deve à ansiedade que há no seio da população por causa da falta de habitações.

"A ideia do Executivo de reduzir os valores das moradias para proporcionar maior aderência atraiu esta enorme moldura humana às lojas da Sonip e do Delta Imobiliária, isso é normal e penso que estamos a responder satisfatoriamente".

Apesar de estarem abertos ao público apenas nos dias úteis da semana, os funcionários da Delta trabalham de segunda a segunda-feira com o intuito de proporcionarem o melhor atendimento possível aos clientes, segundo o seu administrador.

A nossa equipa de reportagem deparou-se, nesta terça-feira, 12, com uma vasta equipa de jovens a executar as tarefas que lhes foram incumbidas, deixando de parte o desejo de se juntarem aos luandeses na marginal para dançar o carnaval.

De modo a evitar que cidadãos que desconhecem os critérios necessários se habilitem a um dos imóveis, Paulo Cascão aconselha-os a dirigirem-se à loja criada para este fim para evitarem constrangimentos. A sua equipa instalou três lojas, uma para prestar esclarecimentos, outra para atribuir as senhas e a terceira para receber a documentação e analisá-las.

Apelou ainda aos cidadãos que, por um ou outro motivo, não tenham disponibilidade imediata para se deslocarem até à cidade do Kilamba, para se informarem, recorrendo ao site da Delta ou a um dos anúncios publicados no Jornal de Angola, na semana passada, pela Sonip.

Os candidatos a um dos imóveis devem fazer-se acompanhar de uma fotocópia do bilhete de identidade, cartão de contribuinte, último recibo salarial e a declaração de serviço com o salário compatível para pagar a residência, cujos preços variam entre os 15 mil e os 180 mil dólares.

Paulo Cascão descartou a possibilidade de as senhas atribuídas virem a ser falsificada por causa de um dispositivo de segurança criado para o efeito, que obriga o candidato a apresentar o duplo comprovativo que lhe é entregue logo à entrada da loja.

"A Delta Imobiliária tem um sistema de dupla atribuição de senhas, o senhor fica na fila e recebe uma senha para saber mais ou menos qual é o tempo que tem de esperar, e que é rápido. Quando entra nas nossas lojas recebe outra senha de processo e a partir daí o mesmo é remetido para a sede para uma análise", explicou.

Apelou ainda aos candidatos para que tenham alguma sensibilidade no sentido de compreender que a sua equipa trabalha arduamente para os ajudar e que se organizem da melhor maneira possível. O acesso àquelas residências pode ser por via de compra a pronto pagamento e, caso os candidatos optem por estas modalidades, não lhes é exigida a entrega da declaração de serviço com o salário compatível nem o último recibo salarial.

Nas modalidades das rendas resolúveis com ou sem capital inicial (conhecida por entrada) o pagamento será feito anualmente até ao mês de Março. "Sou de opinião que os admitidos deverão fazer o esforço de economizar os subsídios de Natal e de férias, embora esteja consciente que seja complicado porque não ganham muito dinheiro, para depois conseguirem pagar a renda anual", aconselhou.

2.16 Milhares de pessoas lutam pelo kilamba

O País

15 De Fevereiro de 2013

Mais de quatro mil e 500 pessoas encontram-se inscritas na lista de candidatos num dos imóveis disponíveis nas novas centralidades. Segundo

apuramos nesta quarta-feira, 13, a lista dos homens já se encontra com mais de três mil candidatos, a das mulheres com cerca de duas mil e 500 e a dos militares e polícias com mais de 300 cada.

Para além do desejo da casa própria, a maior parte deles demonstra comungar do sentimento de insatisfação pela forma como a Delta Imobiliária e a Sonip conduzem o processo. A ala feminina, estava uma engenheira química da Chevron, que contou à nossa reportagem que se encontra desde sábado a "lutar" para habilitar-se a um dos apartamentos, mas que não teve êxito.

No primeiro dia em que compareceu no local, embora tenha sido num em que as lojas de atendimento se encontram com as portas encerradas ao público, ficou no 2600º lugar da lista das femininas. Só que, para a sua felicidade, as organizadoras criaram uma lista para aquelas que se encontram em estado de gestação, desde que se façam acompanhar de um comprovativo.

Para sua tristeza, esta lista com um número reduzido de pessoas foi posta à parte no dia de atendimento, isto é na segunda - feira, 12, e acabou por estar acima do 1000º lugar. Esperançosa de que conseguiria atingir o seu objetivo nesta quarta- feira, a jovem que carrega no ventre uma criança de três meses, partiu para a cidade do Kilamba por volta das 6 horas da manhã, mas foi preterida em detrimento de algumas das suas companheiras que pernотaram no local.

O feriado do dia de carnaval, no entender da jovem que ambiciona um apartamento T3+ 1, acabou por baralhar ainda mais as coisas. "Acho que a Sonip e a Delta deviam adotar um outro método de trabalho, de preferência as de candidatura por via da internet, porque o processo está muito lento", desabafou. A nossa equipa de reportagem deparou-se ainda com centenas de mulheres com os seus bebés numa enorme fila, cobrindo-se do sol ardente que fazia debaixo de sombrinhas.

Outras, optaram por refugiar-se ao lado dos edifícios mais próximo, onde pudessem controlar os seus lugares. O seu entender, o número de funcionários enquadrados em cada um dos balcões e a quantidade de lojas deveriam ser aumentadas, em função da demanda. Quem também partilha desta ideia é a jovem Maria Manuel que ali se encontra desde Domingo.

Para ela, este problema pode ser ultrapassado caso a Sonip e a Delta instalem um sistema de senha mais consistente e reforcem o cordão da polícia que segura o local. "Tem pessoas que estão a dormir aqui há quatro ou cinco dias e mesmo assim ainda não

conseguiram fazer a candidatura", disse. Acrescentou que "este método de que os interessados é que têm que se organizar, não está a surtir efeito, porque as pessoas que se prontificam a ficar à frente deste processo não cumprem cabalmente com a sua tarefa", desabafou.

A título de exemplo, mencionou que na segunda - feira se encontrava entre os 400 candidatos que estavam para serem atendidos, mas acabou por ficar na lista de quarta - feira, com o número 107 e mesmo assim não foi atendida. Maria Manuel considera que a desorganização estava a ser agravada pelas constantes alterações das listas nominais e acredita que poderá ser minimizada a partir daquela data por ter sido adotado o método de dar- se continuidade à lista existente.

"Caso abram mais postos de atendimento, as coisas poderão melhorar visto que há momentos em que ficamos aqui entre cinco a seis mil pessoas à espera para sermos atendidos por quatro ou cinco pessoas", frisou. Acrescentou ainda: "tive que me ausentar do serviço desde segunda- feira e terei que arranjar um bom motivo para justificar a minha ausência.

É a partir daí que conseguirei o dinheiro necessário para pagar pelo imóvel, tendo em conta que tanto a Sonip como a Delta não estão a nos fazer favor nenhum". As residências estão a ser comercializadas simplesmente aos cidadãos angolanos. Para evitar que se instale um ambiente conturbado entre os candidatos que obrigue as direções das duas imobiliárias a cancelarem o processo de candidatura, os jovens optaram por criar uma comissão de trabalho constituída por 20 indivíduos, com a finalidade de auxiliar estas instituições.

Todos eles se mostraram disponíveis para montar um acampamento no local de terça para quarta - feira e os mais velhos que ali se encontravam apoiaram a iniciativa. "Os membros permanecerão aqui acampados de hoje até quarta-feira, às 18 horas, para controlarem a lista e evitar que outros candidatos sejam infiltrados", sugeriu um dos deles, durante o encontro realizado na segunda-feira, e obteve o consenso da maioria.

Fizeram parte da comissão alguns dos 400 jovens escritos que poderiam ser atendidos até ao final do expediente de quarta-feira e, posteriormente, entregariam as pastas a outro grupo constituído para efeito.

De referir que a maioria dos integrantes se conheceu naquele mesmo instante, demonstrando a existência de um espírito de solidariedade e responsabilidade mútuos. Cada um deles teria a missão de fiscalizar o

trabalho do outro para evitar que houvesse suborno entre eles.

Para além deste grupo existe um outro de 15 indivíduos cujos números na lista são superiores aos da comissão em exercício, sem a obrigação de pernoitarem no local mas com a função de fiscalizar o trabalho da comissão em exercício. "O grupo de fiscalizadores terá também a missão de aprender ao máximo com a atual comissão para posteriormente a substituir e ajudar na criação de um novo grupo de fiscalização", opinou outro jovem.

Deste modo, acreditavam que estariam em melhores condições de fiscalizar inclusive o trabalho dos efetivos da Ordem Pública do Comando Provincial de Luanda, ali destacado para manter a ordem e a tranquilidade que estavam a ser acusados de suborno.

Para facilitar o atendimento acordaram em não alterar a lista na calada da noite, deixando de fora as pessoas que não se encontravam presentes, como vinha sendo feito, e que os novos candidatos deverão seguir sequência da lista. Conscientes dos encargos financeiros (com alimentação, bebida e camisola da mesma cor para facilitar a identificação) para manterem uma equipa de 20 pessoas instaladas três dias naquele local criou-se um fundo de manuseamento em que cada um poderá contribuir do jeito que possa.

Nesta quarta - feira, o jovem Florentino Mendes encontrava-se no meio da multidão a tentar convencer as pessoas sobre a importância de se dar continuidade ao trabalho deixado pela comissão cessante. "Aconselho a todos a serem mais pacientes e a terem mais calma.

É sabido que todos nós queremos realizar o sonho da casa própria e aqui há apartamentos para todos, mas se não nos organizarmos as coisas podem ficar ainda mais complicadas porque a Delta não pode fazer tudo", declarou.

Florentino Mendes contou que se encontra acantonado na cidade do Kilamba desde segunda - feira e que acredita cegamente que as pessoas que ali se dirigirem dentro de 20 dias poderão encontrar as lojas mais vazias. Segundo ele, as 400 vagas a ser preenchida diariamente estão repartidas em duas partes iguais para os homens e mulheres.

No primeiro grupo estão reservadas 100 vagas para os militares (Exército, Polícia e SME, independentemente do sexo). Aristides Capeça mostrou-se feliz com a iniciativa dos seus colegas em criar uma comissão para velar pela organização das

filas, o que o leva a crer que a próxima semana pode vir a ser melhor.

"No meu ponto de vista o trabalho melhorou bastante em relação à primeira semana, embora tenha estado mais vazio", declarou. Aristides Capeça disse ainda que esta é a segunda vez que se candidata a um imóvel naquela centralidade. A primeira deu-se aquando da abertura das inscrições no ano passado, mas não pôde ir mais além porque os preços estavam muito elevados.

2.17 Modo de aquisição O pagamento será feito anualmente até ao mês de Março

Diário Global

15 De Fevereiro de 2013

Paulo Cascão responsável pelo projecto Kilamba afirma que o processo para aquisição do imóvel está facilitado e rápido. "Nós temos que seguir aquilo que o nosso cliente pediu para fazer," disse ele, "O nosso cliente: Sonangol Imobiliária orienta pedirmos uma cópia do bilhete de identidade, cartão de contribuinte, a declaração de serviço com o salário compatível para pagar a residência e o recibo do último salário" referiu acrescentando que depois fazemos uma apreciação e se tudo estiver correto nós entregamos a casa, não havendo mais nada para fazer".

Dirigindo-se a um dos projectos com uma cópia do bilhete de identidade, cartão de contribuinte, último recibo salarial e a declaração de serviço com o salário compatível para pagar a residência cujos preços variam entre os 15.000 e os 180.000 mil dólares constam das exigências estipuladas pela Sonangol Imobiliária, a empresa construtora dos projectos.

O acesso àquelas residências pode ser por via de compra a pronto pagamento. Caso se decida a pronto-pagamento não se exige a entrega da declaração de serviço como salário compatível para pagar a residência nem o último recibo salarial.

Nas modalidades das rendas resolúveis com ou sem-capital inicial (conhecida por entrada) o pagamento será feito anualmente até ao mês de Março. As pessoas com mais de 40 anos que queiram adquirir uma casa destes projectos devem efetuar o pagamento da sua propriedade em 15 anos.

Para os potenciais compradores com menos de 40 anos de idade o pagamento pode ser dividido até 20 anos. Por dia serão entregues 100 casas, Paulo Cascão disse a voz da América que além do Kilamba existem vários projectos acessíveis aos clientes.

"Existem para comercialização 15 mil casas. Existe a cidade do Kilamba Kiayi, Cacaco, Capiri, Km 44 e Zango, ou seja existem inúmeros projectos" frisou.

A comprovação dos materiais usados para construção das referidas "cidades" e a não disponibilização do contrato antes do pagamento para se saber as regras porque se regem são algumas questões ainda não respondidas pelos responsáveis dos projectos.

2.18 O sonho da casa própria

Expansão

15 De Fevereiro de 2013

O anúncio da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), tornado público no passado dia 1 de Fevereiro, sobre a comercialização de habitações nas novas centralidades de Luanda (Kilamba, Cacaco, Capiri, Km 44 e Zango), está a espoletar um corre-corre sem precedentes junto da população.

Entre as modalidades de aquisição dos imóveis, a solução da renda resolúvel está a ser encarada, por parte do público, como das mais viáveis e que mais rapidamente garante o acesso às aludidas residências.

Em boa verdade, o processo em causa vem aliviar, de alguma forma, a forte demanda que tem caracterizado o mercado imobiliário nacional, no que respeita ao segmento residencial.

Mais do que isso, as soluções agora encontradas poderão, certamente jogar em desfavor do cariz informal que continua a caracterizar o mercado da renda e de venda de imóveis, em vários pontos do território nacional. Embora no bom caminho, percurso para que o comum dos cidadãos tenha acesso a casa própria continua a conter alguns espinhos.

A questão do financiamento é um destes constrangimentos. Cálculos efetuados pelo Expansão permitem aferir que, com a atual modalidade de acesso, o preço das casas do Kilamba, por exemplo, baixou entre 10% e 44%. Ou seja, o preço da T3A baixou de 125 000 USD para 70 000 USD, e o da T3B, de 130 000 USD para 80.000USD.

Apesar destas reduções, os valores atrás descritos continuam altos para o bolso da esmagadora maioria dos angolanos. A banca continua com muitas reservas quando a questão colocada por cima da mesa é financiamento habitacional.

A falta de legislação clara sobre terras que permite o uso de propriedade como garantia; longos períodos de reembolso e a falta de títulos de propriedade são,

entre outras, algumas das razões evocadas pelos bancos para justificar o seu receio.

Isto demonstra que, para além de projectos como o Fundo de Fomento Habitacional, terá de haver outras políticas para dinamizar o financiamento do sector. A questão da terra é, indubitavelmente, algo a ter-se em conta.

2.19 O SONO começa nas ruas das centralidades

Diário Global

15 De Fevereiro de 2013

Os cidadãos concorrentes às casas nas centralidades recentemente construídas, pernoitam quatro a cinco dias nos postos de inscrições para candidatarem-se às sonhadas casas próprias construídas pelo Estado, sob a política da renda resolúvel que visa reduzir os problemas de habitabilidade dos angolanos com ou sem capital inicial.

Denúncias chegadas à nossa redação de informação, davam conta de uma autêntica burocracia e tráfico de influência, no ato de cadastramento e pós inscrição dos candidatos.

A nossa reportagem quis apurar os factos e na busca do contraditório, circulou por algumas centralidades da capital. Kilamba foi a nossa primeira paragem. No local, homens, mulheres com bebés ao colo, perfilados há longas horas denotavam no rosto o cansaço e mal estar.

Para o nosso espanto, deparamo-nos com uma comissão criada no local há cinco dias, denominada (OK), com o objetivo de organizar e controlar as listas dos inscritos. O presidente da mediática comissão preferiu identificar-se apenas pelo nome de Paiza, e respondendo em nome de mais de 100 membros, foi desenrolando a conversa que nos interessava.

Dizia-nos o jovem Paiza que todos os membros da sua comissão até segunda-feira passada, dia 11, pelas 10 h:00, não tinham sido chamados. Entretanto, muitas pessoas foram sendo atendidas sem cumprir a fila nem fazer inscrições, movimentam-se num jogo de entrada e saídas nos escritórios, com o ar de maior satisfação, enquanto os membros da comissão OK, faziam morada nas filas da rua, à espera da sua vez. O tempo não foi contabilizado e o sono era a única testemunha da longa espera por uma solução que tarda a chegar. Comprar casa no Kilamba é adormecer numa fila sem tempo cronometrado.

Face ao que observamos, os jovens sugerem mais postos de atendimento ainda que sejam inscrições via online. O ato de venda dos apartamentos é uma boa iniciativa para os angolanos, mas, os responsáveis pela organização das vendas, não estão a pensar no desenvolvimento do país, porquanto, ficamos aqui "prisioneiros" três a quatro dias, sacrificando outros afazeres, à espera de uma luz no fundo do túnel.

O local de emprego é abandonado e substituído pela ansiedade de se poder obter um primeiro sinal através da inscrição e satisfação das exigências da imobiliária Delta, a única a gerir, em estilo puramente medieval, um processo de venda de habitações, que tem obrigatoriamente passar pela intermediação bancária.

Face a este método pouco funcional, várias perguntas se impõem: não seria mais fácil mobilizar a banca comercial a tomar parte activa no processo, com um serviço especializado, visando a comercialização dos apartamentos, com base nas modalidades exigidas pela imobiliária Delta (venda resolúvel e pronto pagamento)?

Não ganharíamos todos se paralelamente ao negócio de compra e venda fosse incorporado, um processo muito comum no mercado capitalista, que é a venda a prestações, que aliviaria e de que maneira? Os cidadãos dum modo geral, a adquirem os bens para as casas que pretendem ter em seu nome? Não era assim que se trabalhava no tempo da outra senhora, permitindo que angolanos e portugueses tivessem acesso aos bens, em igualdade de circunstâncias?

Que os promotores do Delta Imobiliária reflitam sobre o assunto ou então consultem os gabinetes de análise económica das várias universidades que possuímos, a ver se encontram a solução mais adequada, que nos faça esquecer o tempo do cartão de abastecimento de 1975, que impunha o racionamento e obrigava as pessoas a permanecerem horas intermináveis nas filas, para adquirirem bens de consumo.

Gostaríamos que o responsável da imobiliária tomasse conhecimento das preocupações acima referidas, já que foram infrutíferas as tentativas de obter informações suas sobre o processo de venda dos apartamentos da centralidade do Kilamba.

2.20 O SONIP Imobiliária

Jornal o continente

15 De Fevereiro de 2013

A busca e vontade do cidadão possuir a sua própria e condigna é um direito elementar e humano que se torna numa necessidade permanente enquanto ela

não for satisfeita. Acontece que o Estado Angolano, enquanto pessoa de bem, leva com esmeralda preocupação esta carência e daí a construção de vários fogos habitacionais em todo território nacional. Para agilizar a distribuição (venda resolúvel) das residências do Kilamba, Zango e Cacuaco foi adjudicada a referida tarefa à SONIP Imobiliária. Nada há contra esta solução. O "pecado" é a forma como os interessados devem concorrer para se habilitarem a tais residências. Com vários métodos que podem evitar as longas bichas e lutas, incluindo as TICs, não se compreende que os cidadãos tenham que dormir nos locais de inscrição para se candidatar a um apartamento. A SONIP deve encontrar melhores métodos. Usem a inteligência e haja bom senso.

2.21 Supermercado Prelex

Jornal o continente

15 De Fevereiro de 2013

A assembleia Nacional aprovou o no passado a Lei contra a Violência Doméstica para minimizar e quiçá mesmo acabar com tais práticas entre os angolanos. Constitui hoje já uma prática a denúncia de actos que configuram violência e os órgãos de justiça estão tudo a fazer para que os cidadãos não façam justiça por mãos próprias, apesar de existirem ainda algumas debilidades, sobretudo no que aos Comandos Municipais e esquadras da Polícia diz respeito. Os responsáveis do Supermercado Prelex, pessoas avisadas e com certo nível académico, e trabalhadores não tiveram pejo nem dó ao maltratar na e massacrarem duas inocentes cidadãs que "supostamente" estavam a admirar uma garrafa de champagne Moët Chandon. Não seria mais fácil comunicar a polícia corno mandam as regras? Porquê tanta selvajaria contra as suas compatriotas e irmãs? Haja amor ao próximo.

2.22 Oferta das centralidades não terá impacto no centro de Luanda

Expansão

15 De Fevereiro de 2013

Na zona envolvente do projecto em questão (Kilamba Kiayi e Zango), naturalmente os valores poderão oscilar, visto que o valor de mercado é definido pela proporção da oferta e procura. Existindo muita oferta, num curto período, o valor do mercado imobiliário particular irá ser afetado inevitavelmente, obrigando os proprietários a oferecer ou maior qualidade, ou menor valor.

Não pensamos que tenha qualquer impacto na cidade de Luanda. A dinâmica dos mercados e ajustamentos temporários são constantes, pois existem muitas variáveis que fazem com que o mercado esteja em mutação permanente.

Se fica mais organizado ou não, isso apenas depende do enquadramento legal da actividade, que neste momento ainda é praticamente inexistente. Existem muito poucas empresas (2 ou 3) que se dedicam de uma forma profissional à mediação imobiliária.

Todas as outras empresas que se apresentam como imobiliárias são, na verdade, empresas criadas pelo dono do projecto para comercializar "aquele" projecto específico. Este caso não é exceção mas, sim, a regra do mercado angolano.

Sobre a forma como os imóveis estão a ser comercializados, pensamos que deveria ser distribuída a comercialização por empresas de mediação licenciadas, de forma a dar seguimento e apoio aos compradores. Tradicionalmente, a posse do imóvel atribui a titularidade do imóvel.

Acredito que os incumprimentos aconteçam, mas isso também não é raro. Se acontece com a banca, naturalmente também vai acontecer ao Estado. Tenho alguma curiosidade em saber é como é que essas situações vão ser tratadas. Fazem despejo?

Retiram o direito de compra do imóvel por aquele indivíduo? Como é que vão recuperar a casa se a família estiver instalada e não tiver para onde ir? No que diz respeito à Propricasa - Sociedade de Mediação Imobiliária, Lda., os resultados foram muito satisfatórios. O mercado está a sofrer alterações profundas, e nós estamos preparados para trabalhar com qualidade e profissionalismo na defesa das partes, encontrando as soluções que melhor servem os nossos clientes. Um serviço profissional e com qualidade tem sucesso em qualquer mercado imobiliário do mundo.

2.23 Preços do Kilamba reduzem 10% a 44%

Expansão

15 De Fevereiro de 2013

Os preços das casas do Kilamba baixaram entre 10% e 44%, variando em função da tipologia. As maiores reduções registaram-se nas casas de menor custo de forma sequencial. O preço da T3A reduziu cerca de 44%, para 70 mil USD, e o da T3B, cerca de 38%, para 80 mil USD. A T3+1 e a T5 que custavam,

respectivamente, 140 e 200 mil USD, tiveram os preços reduzidos em cerca de 35,7% e 10%.

Estas reduções despertam curiosidade aos que sempre acompanharam o processo de venda, sobretudo porque em véspera do anúncio dos anteriores preços o Executivo afirmara que estava a negociar com a imobiliária (a Delta Imobiliária) no sentido de estabelecer o preço mais baixo possível.

"Mesmo com as medidas de redução de encargos fiscais e parafiscais, as conclusões a que a imobiliária está a chegar vão no sentido de ainda assim o preço ser relativamente alto, por esta razão estão a ultimar alguns estudos, e nós tomamos algumas medidas que competiam ao Governo, de redução ainda mais desses encargos fiscais, para que tenhamos um preço acessível", adiantou o então ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República em Julho de 2011.

Em Agosto deste mesmo ano, foram anunciados os preços ora reduzidos, pressupondo que eram os mínimos possíveis. A realidade atual, porém, mostra o contrário. No que diz respeito à renda resolúvel, passaram a existir duas modalidades de pagamento, assim como dois períodos possíveis de pagamento. Na primeira modalidade, o ocupante de uma T3A, por exemplo, pode adiantar um capital inicial, no caso, 14 mil USD, e depois pagar, em 15 anos, prestações mensais de 390 USD ou, em 20 anos, prestações mensais de 310 USD.

Os que pagam em 15 anos ficam com a casa por 84.200 USD, enquanto os que pagam em 20 anos ficam com ela por 88.400 USD. Existe ainda a possibilidade de o ocupante não pagar a prestação inicial e pagar prestações mensais de 550 USD num período de 15 anos ou 460 USD em 20 anos. Nesta modalidade, os ocupantes tornam-se proprietários das casas depois de pagar 99 mil USD em 15 anos ou 110.400 USD em 20 anos.

Portanto, no que é possível comparar, com os preços e modalidades anteriores, na renda resolúvel da T3A registou-se uma redução nos prazos de pagamento e um aumento da taxa de juros que no preço anterior estava fixada em cerca de 3%, passando para quase 5% para os que não adiantam um capital inicial.

Há muito desejado e esperado por grande parte dos populares, depois de numa primeira fase estar disponível apenas para os funcionários públicos. A situação ora iniciada começou a ser desenhada em Novembro de 2011, quando o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em visita à cidade do Kilamba, se manifestou descontente pelo facto de estar praticamente desocupada.

Na ocasião, apelou para ultrapassar-se com urgência as questões burocráticas que estavam a impedir os populares de comprar as casas, assim como rever os preços. Na sequência, no entanto, o ministro da Construção, José da Silva, disse que o Presidente não tinha exigido reduzir os preços, apenas rever os mecanismos. Facto, no entanto, é que esta nova fase de venda surgiu com os preços reduzidos, pelo menos no que diz respeito às casas do Kilamba, visto que dos restantes projectos se desconhecia os preços.

Os outros projectos são as centralidades do Zango, Cacuaco, Capari e Quilómetro 44. Apenas existem dados concretos sobre a disponibilidade do Kilamba, mas Paulo Cascão, da Delta Imobiliária, garante a existência de muitas casas, calculando que o processo irá "demorar muitos meses". Conturbações na aquisição das casas O anúncio da nova modalidade ocupação das centralidades provocou alvoroço nas mesmas, motivado pelo elevado número de pessoas expectantes em ter casa própria e a alguma debilidade no processo de atendimento.

Apesar de anunciar-se a existência de postos de atendimento nas quatro centralidades, no quilómetro 44 não existe, enquanto os pontos do Kilamba e Zango são os mais concorridos. O facto de o posto de atendimento se resumir a apenas um local está a causar embaraços no atendimento em virtude do elevado número de pessoas que aí ocorrem.

Como consequência, as pessoas estão a pernoitar nestes locais, inclusive com crianças, e surgem denúncias de corrupção envolvendo funcionários destes postos. No entanto, o administrador da Delta Imobiliária, empresa contratada pela gestora do processo para a venda dos imóveis, Paulo Cascão, garantiu estar a empresa equipada para não dar possibilidade de haver fraude na atribuição de casas.

"A Delta Imobiliária tem um sistema de dupla atribuição de senhas, o senhor fica na fila e recebe uma senha para saber mais ou menos qual é o tempo que tem de esperar, e que é rápido. Quando chega às nossas lojas, recebe outra senha de processo, e a partir desse mesmo processo é remetido para a sede, para uma análise", argumentou.

Porém, a realidade no local é totalmente diferente. Perante a agitação, inúmeras questões persistem. Está a ser possível evitar que uma mesma pessoa adquira mais de um apartamento? Uma vez que a intenção inicial era priorizar os que, de facto, não têm casa, está a ser possível controlar tal situação. Segundo informações recolhidas junto de funcionários da Sonip, é possível controlar ou evitar que uma pessoa compre duas casas em seu nome.

Depois de ultrapassar a confusão de fora, o candidato apresenta a documentação para a verificação, esta que se resume em uma cópia do BI, declaração do serviço, o recibo do último salário e o cartão de contribuinte. Em circunstâncias normais, este processo demora cerca de 30 minutos, e o candidato deixa o local com o recibo que deve apresentar no banco para efetuar o pagamento e, seguidamente, levar o comprovativo. Neste particular existem informações desencontradas, visto que alguns são informados de que têm apenas cinco dias para fazer o pagamento, sob pena de perderem a inscrição, e outros saem de lá sem qualquer aviso, havendo ainda quem receba uma moratória maior, no caso, 29 dias.

Portanto, é outra questão que deve ser esclarecida, assim como por que razão os candidatos são obrigados a abrir conta no BAI, onde está domiciliada a conta da SONIP, empresa gestora do projecto, pagando mais cerca de 3% do valor, quando bem poderia efetuar o depósito diretamente na conta da empresa. Outra questão que encontra espaço neste artigo tem que ver com o facto de apenas uma imobiliária estar envolvida no processo.

2.24 Preços dos apartamentos mais acessíveis

Jornal Angolense

15 De Fevereiro de 2013

Os preços das residências das novas Centralidades do Kilamba Kiaxe, Cacuaco, Capiri, Zango e km 44, estão mais acessíveis. Na cidade do Kilamba, os apartamentos T3 A, estão a ser vendidos a pronto pagamento no valor de 70.000, T3B, 80.000, T3+1, 90.000 mil dólares, enquanto os arrendamentos estão no valor de 350 mensal os apartamentos do tipo T3A, T3B, 400, T3+ 1 450 e T5, 900 dólares

Em função da redução dos preços dos apartamentos das novas central idades, a cidade do Kilamba, desde a semana finda está a registar uma fluência de cidadãos às instalações da DELTA IMOBILIARIA, a empresa encarregue de vender os apartamentos. O cenário é de filas intermináveis para se obter uma ficha para o cadastramento, muitos cidadãos estão a pernoitar nos passeios da Cidade do Kilamba, junto aos escritórios da DELTA IMOBILIARIA, levando consigo colchões, lençóis, caixas térmicas com água mineral, sumos, gasosas e alimentos. Devido ao apinhado de gente, nem as crianças estão a ser poupadas neste sacrifício, porque muitas mães estão também a levar os filhos. As senhoras, particularmente, começam a fazer-se a Centralidade do Kilamba por volta das vinte e três horas, para alistar-se e no dia seguinte de manhã receber uma

ficha. Segundo o Angolense no local, por dia são atendidas 400 pessoas e devido a demanda outros nomes já na lista são transferidos para o dia seguinte, por isso muitas pessoas preferem pernoitar no Kilamba porque o regresso à casa pode impossibilitar na inserção. "As fichas são entregues as oito horas pelos funcionários da DELTA, mas a chamada dos nomes que constam na lista é feita a partir das cinco horas da manhã", explicou Gisela da Silva, acrescentando que, "se antes o problema para a aquisição de uma residência era a burocracia em termos de documentação, hoje a realidade está aliada a falta de organização e um atendimento moroso por parte dos funcionários da DELTA IMOBILIÁRIA, que levam quinze há vinte minutos por pessoa e, quando o relógio marca doze horas o atendimento é suspenso alegadamente por falta de sistema". Conforme contou Palmiro Paquete, que após uma semana de estadia no Kilamba, finalmente, conseguiu adquirir uma residência no modelo de renda resolúvel. "Há muita complicação no acto de alistamento dos nomes", disse, continuando que "o outro problema é a morosidade no atendimento, que na sua óptica, era uma saída para que se evitasse que muitos cidadãos pernoitassem naquele local. Virgínia Neto, outra cidadã que há três dias não dorme em casa, tudo para conseguir uma ficha e obter uma residência disse que não está fácil. "Não arredo o pé daqui enquanto não conseguir um apartamento T2". Ao contrário de Virgínia, Sandra Mariza, não tem a mesma fé, pois que recebeu a informação de que os potenciais candidatos do Kilamba, para além de se fazerem acompanhar da cópia do bilhete, recibo de salário, cartão de contribuinte, declaração do serviço, têm de auferir um salário equivalente ou superior a 1500 dólares. Outro cidadão que também manifestou a sua insatisfação foi António José que disse a nossa reportagem o atendimento ser péssimo. "É inadmissível. As pessoas têm que passar a noite aí para colocarem os seus nomes na lista, receber a ficha de manhã para ser atendido apenas no período da tarde", disse aborrecido. Eram doze horas e quinze minutos e o cidadão em causa ainda não havia sido atendido e o número da sua ficha era o 79.

2.25 Sonip e Fundo da Habitação Desencontrado

O País

15 De Fevereiro de 2013

Indagado sobre a situação em que ficarão os moradores arrendatários do Fundo de Fomento a Habitação (FFH) e que pagam um valor superior ao que está a ser praticado pela Sonip, Paulo Cascão esclareceu que a empresa que dirige é apenas uma

prestadora de serviço a estas duas instituições, que adotaram modalidades diferentes de comercialização dos imóveis.

"Cada um destes dois clientes tem as suas características próprias e nós trabalhamos com os seus produtos de acordo com a sua vontade. O FFH pediu-nos para colocar os seus imóveis da cidade do Kilamba através da estratégia de pagamentos mensais da renda resolúvel durante 30 anos, independentemente da idade", explicou.

"Já a Sonip, adiantou, contratou-nos para fazermos um outro tipo de colocação dos seus produtos no mercado que é este que estamos a fazer". As pessoas com mais de 40 anos que queiram adquirir um imóvel num destes projectos devem efectuar, o pagamento da sua propriedade em "15 anos, ao passo que os potenciais compradores com menos de 40 anos deverão fazê-lo em 20 anos.

"Este é um processo que a Delta não tem nada a comentar se é melhor ou pior e, por conseguinte, limitamo-nos apenas a cumprir com as orientações dos nossos clientes", frisou. Paulo Cascão declarou que os indivíduos cujos nomes foram publicados no Jornal de Angola o ano passado, alguns meses após a realização das eleições gerais, poderão dirigir-se às instalações da empresa para receberem mais informações sobre os seus processos.

"Acontece é que as pessoas que se encontram nesta lista e já aplicaram 600 dólares por um dos apartamentos terão de pagar o diferencial, sem ter necessidade de solicitar o reembolso ao banco porque as duas entidades poderão se entender à posteriori". João Lourenço está entre as centenas de pessoas que receberam um imóvel pelo FFH e, por força do contrato, é obrigado a pagar cerca de 600 dólares mensalmente por um T3, enquanto os novos inquilinos da Sonip terão que desembolsar entre 550 a 460 dólares mês, em função da idade. O entanto, deverão fazer o pagamento anual da renda resolúvel.

Como arrendatário do FFH, será obrigado a pagar sete mil e 200 dólares por ano, ao passo que os seus vizinhos que estarão sob a tutela da Sonip terão a responsabilidade de desembolsar cinco mil e 686 dólares em igual período. O que toca aos anos, no caso da compra completa do imóvel, o cliente da FFH terá que pagar 216 mil dólares em 30 anos, ao passo que o da Sonip pagará cerca de 112 mil dólares em apenas 20 anos.

2.26 Vendas "Magoga sustenta famílias

Jornal Folha 8

15 De Fevereiro de 2013

A agitação de pessoas em determinados pontos da periferia de Luanda, tem sido cartão postal convidativo, através do cheiro do pão quente com frango frito pronto a sair, a uma paragem rápida para saborearem o alimento de baixo custo financeiro e elevado valor nutricional. O negócio que também exige sacrifícios, obriga as comerciantes a levantarem-se de madrugada abandonando os esposos e filhos ainda na calada da noite rumo ao trabalho. Apesar do perigo, elas preferem correr o risco de caminhar nas primeiras horas da manhã ao encontro da clientela. Portanto, a magoga como é apelidado pelos consumidores, tem sido a refeição de alguns funcionários públicos, taxistas e zungueiros, na sua maioria. Hoje, a magoga continua a ser a única refeição do dia de uma multidão de Angolanos, comercializado entre 150 à 200 Kwanzas, acompanhado com um refrigerante "bebe me deixa". A par disto, as mulheres comerciantes velam pela sobrevivência dos trabalhadores com baixo poder aquisitivo, que cedo pela manhã saem de casa em busca do sustento e não podem sonhar com as refeições caras e inacessíveis aos seus bolsos. A saída, para eles, são as porções generosas de "magoga". O triângulo produção/zungueiras/ consumidor . é de ordem estratégica e vital para o negócio.

VALOR NUTRITIVO DA "MAGOGA"

A "Magoga", como dissemos atrás, contém altos níveis nutricionais, separadamente. De acordo os nutricionistas, o pão que habitualmente usamos tem 270Kcal e 2.4 gr de fibras, que prescrevem as vitaminas B1, B2 e B3. O frango como integrante do composto tem uma certa quantidade de gordura presente nas diferentes partes do corpo. Assim como, o peito de frango com a sua pele possui cerca de 9,25g de gordura por 100g de peso. O mesmo peito, sem pele, apenas 1,24g de peso. As coxas com pele, possuem mais gordura do que o peito, cerca de 12g de gordura por 100g de peso.

Outro aspecto nutricional interessante é a carne do frango. A mesma é ainda uma boa fonte de vitaminas complexo B e de fósforo. Fornece também potássio, cálcio, magnésio e cobre. Nas coxas podemos encontrar maiores quantidades de riboflavina, ferro e zinco. O repolho contém diversos nutrientes, principalmente vitamina C. E de lembrar ainda que o repolho além de ser uma excelente fonte de vitamina C, também contém vitamina A, B1, B2, B6, K, ácido fólico, fibras, e minerais como o cálcio, fósforo e enxofre. Está presente também no repolho,

quantidades significativas de glutamato e polifenóis, o que funciona como anti inflamatórias. Assim como outros vegetais crucíferos, no repolho há também substâncias anti-oxidantes, capazes de reduzir os riscos de se adquirir diversos tipos de câncer. Neste âmbito, o nutricionista Paulo Ndanguê defende que sendo a "magoga" um dos alimentos mais digeridos, o acesso ao alimento confeccionado nas ruas tem facilitado à população de formas a se ter mais opções de tipo alimentício para uma vida mais saudável.

O mesmo resguarda que o Governo deve implementar programas de promoção de segurança aos produtos nutritivos comercializados na zunga, "penso que o vulgo alimento "magoga" é um alimento nutricionalmente rico, visto que é dos mais comidos, barato e de fácil acesso", concluiu. De elevada qualidade proteica, baixo conteúdo em gordura, preço acessível, grande facilidade de confecção e ausência de tabus ou questões culturais que impeçam a sua procura. O pão com frango frito é, pois, um meio rentável para as famílias pobres. Contudo, depois dos rasgados elogios em volta da Magoga, Paulo Ndanguê não deixou de apelar aos cuidados higiénicos, mensagem aliás extensiva aos demais comerciantes hoteleiros, restauradores ou cozinheiros ambulantes como estes que se expõem às poeiras, fumos e outros resíduos químicos e bacterianos, libertinos que voam.

2.27 Açambarcadores de condomínios temem bolha imobiliária

Semanário Factual

De 16 a 23 de Fevereiro de 2013

O final de década de noventa e princípio do ano dois mil, os primeiros condomínios construídos em Luanda foram açambarcados pelos primeiros milionários que surgiram no país. Naquela altura, a oferta era tão diminuta que os pretendentes às moradias eram obrigados a pagar rendas avaliadas entre cinco a dez mil dólares por casas de cartão.

Este negócio especulativo ganhou maior ênfase após o fim da guerra, em 2002. Neste período registou-se uma febre de aumento de salários nas principais empresas angolanas e (SOANGOL, TAAG, ENDIAMA, entre outras), assim como noutras instituições públicas e privadas.

Foi com base nesta realidade objetiva que os poucos ricos da época inundaram o Talatona e outros bairros, com centenas de condomínios. Movidos pelo aumento de salários dos nacionais e a entrada em Angola de muitos estrangeiros, os nossos ricos

começaram a construir casas que foram vendidas até três milhões de dólares.

De um modo geral, os potenciais compradores dessas supostas mansões eram os funcionários seniores da SONANGOL, diretores, generais, ministros, deputados e meia dúzia de pessoas que frequentavam o círculo da pequena burguesia.

Mas, a partir do ano 2007, o Executivo lançou um programa de construção de um milhão de fogos e, ao mesmo tempo, centenas de cidadãos com alguns rendimentos começaram também a construir pequenas mansões por toda a Luanda. Estes últimos pretendiam também ganhar o máximo de dinheiro através da especulação dos preços dos imóveis.

Mas, tanto os ricos, como os outros, fizeram recurso aos bancos comerciais. Com o tempo, a banca apercebeu-se e (o exemplo veio dos EUA) que a qualquer momento essas casas iriam perder metade do seu valor, tendo em conta as leis da procura e da oferta.

Deste modo, os bancos tornaram-se mais seletivos no empréstimo para a construção de imóveis. Este receio deveu-se aos milhares de casas construídas nas diversas centralidades de Luanda e pelo país afora. Segundo especialistas na matéria, o mercado imobiliário poderá sofrer um forte revés nos próximos meses, influenciado pela disponibilização de mais de 30 mil fogos em Luanda e com a expectativa de atingir, a breve trecho, as 120 mil residências.

As mesmas pessoas acreditam que o mesmo deverá acontecer nas restantes províncias, onde a oferta deverá ser em menor número. As vendas vão de vento em popa, a julgar pelas enchentes que se registam na maioria dos pontos de vendas da Delta Imobiliária.

A divulgação, nos últimos dias, dos preços e das novas modalidades de pagamento nas centralidades do Kilamba, de Cacuaco, do Zango, do Quilómetro 44 e do Musseque Capari, surgiu como um forte estímulo à procura de residências, já que esta parecia estar inibida há alguns anos, devido ao elevado preço das habitações.

Na atual conjuntura, já é possível o cidadão comum sonhar com uma casa melhor, tendo em conta as novas modalidades de pagamentos e as suas respectivas prestações.

2.28 Kilamba: que município?

Agora

16 De Fevereiro de 2013

"Não presta?", Dizem os mais céticos quando falam da cidade do Kilamba, sem sequer porem lá os pezinhos. Na verdade, quem sente Kilamba e tenha na sua pele vivências cosmopolitas reconhece que é um projecto de muita excelência. Apregoa que algo que chamamos "orgulho" e "pátria" toma conta das nossas entranhas.

Acontece essa sensação porque dentro de cada um de nós existe uma certa utopia e raiz que nos liga aos espaços, suas árvores e recantos.

A nova cidade tem tudo para arrebatá-nos: são avenidas e travessas largas, espaços de jardim como centros de socialização, são escolas que marcam cada quadra de prédios, passeios largos e um grande jardim que atravessa todos esses edifícios que respiram, deixam soltos os seus traços sem as tradicionais pressões de betão armado que na Europa retiram o gozo da expressão da natureza, cortam os horizontes e fecham as entradas dos raios de sol.

É necessário viver Kilamba, aceitar que é um desiderato que marca um período da nossa curta história de reconstrução, marca um "ontem" e um "hoje". Depois desse marco, é nos exigido que nas próximas três décadas nenhuma centralidade seja inferior, não haja novas e mais arrojadas plásticas arquitetónicas que deixem mais visível e dominadores os equipamentos públicos e tenha ainda maior presença a natureza, lagos e bibliotecas com espaços modais que permitam diminuir a info-exclusão.

O que a nova cidade satélite precisa é de um município que olhe para traz de si mesmo saiba de onde veio -, assuma que viver Kilamba é, antes de mais, um desfazer-nos do desleixo, da falta de civismo, do deixa-andar. Não tenhamos dúvidas, tratar-se-á de um verdadeiro exercício de abandono da cultura que configura o "caos" quantas vezes anticivilizacional que afecta a velha cidade de Luanda.

É verdade que perder identidades é algo confrangedor, sentimos um vazio que cega, algo pior que a nudez numa praça de pudores, mas é esse exercício que criará o génio, o ADN da cidade Kilamba. "É coisa de louco, pensar as- sim", reagirão com escárnio os que menos sabem deixar Luanda para trás de si mesmos e pensam que podem no Kilamba erguer no seu prédio e apartamento um casulo onde ressuscitem o que de pior animaram na velha cidade.

"Serão os fantasmas?", Sim, até porque não respeitarão os cruzamentos sinalizados, deitarão o lixo pelas escadas fora; com pontas de lapiseira, estragarão os sistemas elétricos de abertura das portas, os pais não terão o papel de vigilância do seu próprio habitat.

Teremos todos de reconhecer que na nova cidade deverá existir algo como um "biombo" que se abre para que quem vem de cá, digo da velha cidade e seus arredores já contaminados, na sua anteporta, deixe espalhada a roupa velha e suja, não saiba mais de si no que de muito mofo levava grudado na sua alma. Um "tapete" à entrada do Kilamba que valha na limpeza das impurezas que ficaram nas nossas solas que arrastam os longos anos de vícios e desalinhos sociais.

"Existe esse homem?", Interrogar-se não muitos. É necessário que vivificante sorriso o município confesse que é possível sermos melhores, sermos outro".

Sermos o que de melhor se possa oferecer de nós próprios. É urgente que essa nova identidade marque profundamente essa comunidade: sejam melhores estudantes, desportistas leitores, atores, melhores no silêncio e na elaboração das ideias que enriqueçam os desideratos. Seja de facto uma cidade constituída por homens mais serenos devido a virtuosa presença constante da natureza, e com mais sentido telúrico de vida.

2.29 Casas romagem ao Kilamba

Jornal a capital

16 De Fevereiro DE 2013

Tudo isto ocorre numa altura em que luta-se por uma casa nas novas centralidades de Luanda. Cinco mil em apenas quatro dias, é o número de pessoas que foi a nova centralidade do Kilamba a procura da casa de sonho. Para muitos, esta, será de vez, mas para uma grande multidão, ainda é uma miragem. São às centenas as pessoas que pernoitam ao relento, ao longo da rua Amílcar Cabral, na cidade do Kilamba. Velhos, homens, mulheres, (até grávidas), jovens e crianças, militares e polícias. Todos esperam ansiosamente que chegue a sua vez de colocar o nome na lista, para se habilitar. Só que é tão difícil, pois, há que esperar por uma fila que parece interminável, sob o permanente risco de ser ultrapassado ou substituído por outro interessado. Dos milhares de pessoas que acorreram até àquele ponto da cidade, muitos não tinham conhecimento sobre os requisitos necessários. Por isso é que, gentes, mesmo com um salário base de 30 mil kwanzas,

tentavam a sorte. Daniel Lourenço funcionário público lamenta que o trabalho de cadastramento esteja a ser feito apenas num local, razão pela qual, se regista muita enchente. "Estou aqui há dois dias. Consegui colocar o meu nome na lista ontem e, aguardo pela chamada que será feita às 4h00 da manhã", informou, Lourenço, para quem o trabalho está manchado por excesso de burocracia. "Muitos generais estão a entrar com os familiares sem respeitar as filas", denunciou. Entretanto, medidas cautelares foram criadas. Paulo Cascão, o administrador da empresa Delta Imobiliária, disse à imprensa, que está, agora, afixado um número limite para o atendimento com vista a garantir qualidade ao serviço prestado, e evitar que os outros clientes fiquem a espera. "Quem não chegar à tempo de estar no grupo das 400 pessoas, deve ir para casa e regressar no dia seguinte", ditou. Sabe-se, no entanto, que o atendimento vai prosseguir até que a SONIP (Sonangol Imobiliária e Propriedades) dê instruções para o seu encerramento. Paulo Cascão garantiu que ainda há muitos apartamentos à venda, designadamente, 15 mil no Kilamba, 35 mil em Cacuaco e aproximadamente igual número no Zango. Segundo avançou está prevista a entrega de 100 chaves por dia, após a assinatura do contrato para a liquidação da dívida, num período de 15 ou 20 anos, conforme a idade do cliente. Estima-se que após a conclusão das obras das cinco centralidades estarão construídas 120 mil habitações. O Delta Imobiliária e a SONIP estão a vender apartamentos nas cinco centralidades que são: Kilamba, Cacuaco, Zango, Capari e Quilometro 44. Os postos de atendimento estão localizados, só, na centralidade do Kilamba. Caso para dizer: já temos muita gente bem remunerada.

2.30 Executivo aposta na continuidade do programa de habitações sociais

Jornal De Angola

16 De Fevereiro de 2013

O Ministério do Urbanismo e Habitação vai, com a aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013, apostar na continuidade dos programas habitacionais em curso no país e na criação de novos, garantiu o ministro José Silva. O ministro afirmou que as atenções estão voltadas para a execução do programa de construção de 200 fogos habitacionais em cada município e na criação de reservas fundiárias.

José Silva referiu que, a par destes programas, o Ministério do Urbanismo e Habitação vai apostar

também no acompanhamento da execução das novas urbanizações, umas já edificadas e outras por construir. O ministro destacou, entre as prioridades do sector para o presente ano, o programa de construção dirigida, que vai consumir 60 por cento da verba do OGE destinada ao sector.

Quanto as aspirações da juventude, disse que o executivo está a incrementar a oferta, o que vai possibilitar que mais interessados acedam as habitações integradas nos diferentes projectos de construção. O OGE para 2013 prevê receitas e despesas avaliadas em 6.635.567.190.477,00 (seis triliões, seiscentos e trinta e cinco mil biliões, quinhentos e sessenta e sete milhões, cento e noventa mil e quinhentos e sessenta e sete milhões, cento e noventa mil e quatrocentos e setenta e sete kwanzas).

2.31 Os espaços urbanos de Angola e a sua qualidade de vida

Agora

16 De Fevereiro de 2013

Em Maio de 2013, o então Ministro do Urbanismo e Ambiente - Dr. Fontes Pereira -convidou-me para Preletor no Seminário sobre: a Gestão dos espaços urbanos em Angola, atribuindo-me o Tema: O desenvolvimento Autossustentado dos Espaços Urbanos em Angola. Recordo-me que fiquei bastante surpreendido com o convite pois não era e ainda não é habitual, governantes do MPLA convidarem para preletores nos eventos que realizam, técnicos claramente identificados como sendo militantes de partidos na Oposição. Eu fui uma honrosa exceção.

Final não foi a primeira nem seria a ultima vez, para confirmar a regra geral! Aceitei com agrado o desafio e lembro-me de ter gasto várias horas a estudar o assunto, fazendo pesquisas e até contactei 2 ex-colegas meus estrangeiros, para ouvir opiniões sobre o tema. Preparei-me convenientemente, 'para "não dar bandeira" e posso dizer-vos que fui aplaudido e até felicitado (nos bastidores) por várias pessoas que assistiram ao evento. Neste momento, o Dr. Virgílio Pereira, por quem tenho grande consideração e respeito, é Deputado e Presidente do Grupo Parlamentar do MPLA e eu, só igualmente Deputado e Presidente da Comissão que trata das questões do Ambiente, Ciência e Tecnologia; Trabalho e Segurança Social.

A vida está cheia de surpresas, não é? Porque as cidades de Angola ainda se debatem e de forma gritante, com vários problemas em quase todos os domínios, trago-vos esta semana para leitura, parte do conteúdo do tema que abordei naquele seminário,

principalmente as recomendações que dei, são passados 10 anos, pois parecem-me ainda atuais.

Aproveito para acrescentar extratos de um Estudo que acabei recentemente de fazer sobre a realidade que se vive hoje em dia, na grande maioria das cidades de Angola. Todo o desenvolvimento que vai ao encontro das necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, é considerado desenvolvimento sustentado.

Trata-se de um modelo de desenvolvimento, que enfatiza gestão equilibrada de todos os recursos naturais, com vista a viabilizar a sua utilização também pelas gerações futuras. Para isso, é necessário haver uma visão ampla abrangente do futuro; uma mentalidade progressista e um modelo de crescimento económico humanista assente na justiça distributiva e redistributiva, na igualdade de oportunidades que evite que uns poucos tenham mais recursos do que a maioria da população e numa política não

gananciosa que evite destruir ou esgotar os recursos naturais pelas gerações atuais em prejuízo das gerações futuras. Por sua vez, ESPAÇOS URBANOS, são aquilo a que em linguagem comum designamos como cidades (e vilas).

Espaços territoriais delimitados e habitados, por uma determinada quantidade de pessoas (habitantes) e dispondo de uma quantidade e qualidade de equipamentos e serviços sociais, comerciais e industriais.

As cidades são o topo da pirâmide em cuja base encontramos as bualas, ou sanzalas ou aldeias, que evoluem depois para as vilas, antes de se transformarem em cidades. No tempo colonial por exemplo, uma vila só era promovida a cidade se tivesse um bispado (bispo da igreja católica). E para haver bispo tinha de existir como residentes, um número mínimo significativo de habitantes, para além doutros elementos!

As cidades de ontem herdadas do colonialismo eram menos povoadas. Tinham um casco urbano (zona asfaltada) e na sua periferia os subúrbios ou ghettos que eram dormitórios da população pertencente a classe mais baixa (operários e trabalhadores de base).

A burguesia e pequena burguesia (classe média e alta) esta vivia no centro e bairros nobres da cidade, em vivendas e apartamentos. A abundância de água potável canalizada, de ruas asfaltadas e iluminadas, de jardins e parques, bem como de prédios e boas habitações; centros culturais, comerciais e

restaurantes, contrastavam com as casas de pau-a-pique ou de adobe; os chafarizes e cacimbas, as ruas terra planadas e esburacadas, os depósitos de lixo a céu aberto, as pequenas lojas a retalho, cantinas e pracinhas informais, a delinquência e outros sinais de pobreza e má qualidade de vida das zonas periurbanas (musseques).

No tempo colonial, eram muito poucos os negros a morar no centro da cidade, e também não se viam brancos a residir no musseque, a não ser que fossem comerciantes (vulgo, fubeiros). As cidades estavam claramente divididas entre uma zona rica com boa qualidade de vida e outra pobre com má qualidade de vida!

Todavia, a zona asfaltada alargava-se rapidamente na década de 70 e a construção de novos bairros melhor infraestruturados crescia a um ritmo bastante acelerado, principalmente nas cidades de Luanda, Benguela e Huambo. São exemplos desta acelerada urbanização, os bairros do Prenda (prédios), Terra Nova, Cuca, Bairro Popular, em Luanda. No Huambo, destacaram-se os bairros Académico, Cacilhas e Bom Pastor dentre outros. Depois da independência (Nov.1975) a situação mudou drasticamente!

Os moradores dos bairros pobres (subúrbios) "invadiram" e ocuparam as casas do centro da cidade e apartamentos, abandonados pelos seus proprietários que, fugindo a guerra civil, foram buscar refúgio nos países de origem ou de origem de seus pais.

(Portugal, Brasil etc). Uma outra "invasão" aconteceu do campo para a cidade. Os habitantes do meio rural (aldeões) refugiaram-se nas cidades (migraram) em busca de maior segurança e curiosamente, milhares de residentes das cidades, fugiram também para o campo, pelas mesmas razões, devido ao conflito armado que se instalou entre os partidos políticos.

Cada um fugia para a região do país que o seu partido controlava militar e politicamente, na busca de proteção. Os aldeões que migraram para as cidades aumentaram em exponencial o número de habitantes das zonas suburbanas! Resultado disso: - As cidades ruralizaram-se completamente!

Tudo se transformou num "Grande musseque"! Hábitos, usos e costumes, tradições, rituais rurais, vieram para as cidades e influenciaram significativamente os hábitos e costumes normais dos cidadãos. A "cultura urbana," deixou de ser o que era antigamente.

Para complicar ainda mais as coisas, vieram culturas estranhas trazidas por angolanos retomados do exílio nos Congos e outros países africanos. Temos hoje um "conflito de culturas" "nas cidades angolanas, pois a coabitação não está sendo fácil e muito menos pacífica.

Veja-se por exemplo os comportamentos e atitudes retrógrados que se verificam nos óbitos, nos cemitérios, casamentos, (incluindo alembamentos), nas festas, na rua, nas praias e na vizinhança etc. Uma autêntica inversão de valores!

As cidades tornaram-se causa de frustrações da grande maioria de aldeões que a elas afluíram, á procura de melhores condições de vida em geral, e um inferno, para grande parte dos cidadãos natos! A poluição sonora (de farras e cultos religiosos), o lixo acumulado nos bairros; as praças, pracinhas, cantinas, lanchonetes, cozinhas ao ar livre por todo o lado.

Os milhares de vendedores ambulantes, ao longo das ruas e no chão por cima dos passeios, impedindo a circulação de pessoas. Adicione-se a isso, a enorme falta de emprego e de habitação condigna; a escassez de água potável, de energia eléctrica, de saneamento básico, de escolas, hospitais e centros de saúde a funcionar em condições.

Tudo isso acumulado, faz pensar que se está a viver no inferno. De resto, esta percepção de inferno, de eterno sofrimento do angolano sem esperanças de melhorar a vida, criou um ambiente propício ao surgimento abrupto de seitas religiosas, anunciando a venda de milagres e de curas para o sofrimento deste povo.

De acordo com alguns registos oficiais a que tive acesso, existem mais de 70 igrejas autorizadas e mais de mil não autorizadas, ilegais mas que, mesmo nesta condição, estão a funcionar, o que é no mínimo inaceitável!

Tudo isso por junto e atacado, está a degradar cada vez mais a qualidade de vida nas cidades e vilas deste país. É absurdo que hoje nas cidades, se lute violentamente por um pedaço de terra (para construção de uma casa), enquanto sobra espaço por este imenso país, onde os cidadãos dos países vizinhos aproveitam sorrateiramente, instalar-se.

Todos angolanos querem viver nas cidades e os que não estão muito interessados em fazê-lo, mesmo assim, querem ter lá uma casa ou um terreno, para arrendar ou vender e ganhar com isso, mais algum dinheiro adicional. Lamentavelmente e é doloroso chegar a esta conclusão, as cidades de Angola ainda

não representam progresso social, não são motivo de orgulho e de vaidade nacional.

Pelo contrário, expressam subdesenvolvimento, pobreza e negação dos mais elementares direitos fundamentais de cidadania. Estas nossas cidades são caríssimas (custo de vida) e tornaram-se uma autentica "armadilha", para todos os que nela vivem! São uma "seiva" de betão armado e de ruas mal construídas, mal asfaltadas, mal iluminadas, mal sinalizadas, autênticas "minas e armadilhas" do bem estar, da liberdade e do progresso de quem vive nelas. E o que é que o Governo (ou Executivo) está a fazer, para melhorar esta situação? E o que é que em minha opinião se deve fazer? Na II parte deste tema, irei responder a estas perguntas, com base em informações obtidas na pesquisa que fiz sobre o assunto. Xalenu nhi mahezu ma kidi. Voltarei.

2.32 Os "Hipotecados" do Kilambi

Jornal Folha 8

16 De Fevereiro de 2013

Habitar na centralidade do Kilamba constitui o sonho de todos os angolanos, sobretudo os residentes na capital do País (Luanda) que na ânsia de conseguir uma residência no mais contemporâneo projecto habitacional, aliás o único construído depois da independência, há quase 38 anos (11 de Novembro de 1975), fazem sacrifícios para concretização do premente desejo, hipotecando o futuro durante 20 longos cacimbos. À primeira vista, os preços das residências aparentam acessíveis para todos os bolsos, mas são extremamente onerosos pelos salários da maioria. Alguns irreflectidamente acreditam pagar a dívida durante os 20 anos, esquecem-se dos tropeços da vida neste período, embora reprovemos quaisquer presságios pessimistas. A realidade económica impede de fazer estimativas favoráveis. Só o perdão da dívida salvará os hipotecados. Os recentes projectos habitacionais são aplaudidos porque colmatam a carência de residência no País, mas é reprovável a confusa distribuição. Angola viveu um período de ocupação colonial de quase quinhentos anos, nesta etapa sombria da história, poucos autóctones tiveram residências condignas, o sonho da habitação adequada ficou adiado até à independência incondicional, o partido no poder comprometeu-se a trabalhar. Chegada a independência (11 de Novembro de 1975), o sonho virou pesadelo porque o País mergulhou numa guerra civil, protagonizada pelos três movimentos de libertação (FNLA, MPLA e UNITA). Os resultados foram catastróficos, o desejo de uma vida condigna ficou novamente adiado para o fim do conflito armado. Felizmente, a luta armada termina no dia 22

de Fevereiro de 2002 com a morte de Jonas Savimbi. O autóctone vibrou ao pensar que o fim do conflito armado proporcionaria melhores condições de vida, led o engano! O Governo criou mecanismos de hipotecar ou condicionar a vida do cidadão quando deveria optar por modelos mais consensuais porque durante o período sombrio nenhum funcionário honesto conseguiu trabalhar para acumular 180 mil dólares a fim de adquirir uma residência na centralidade do Kilamba. Para minimizar a dor do autóctone, aldrabam-no com a tática da renda resolúvel. Até incluem a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) na misteriosa distribuição das residências nos projectos habitacionais que supostamente foram criados para minimizar a carência que se regista há várias décadas. Apesar de tudo, encorajamos os angolanos a acorrem nos mais recentes projectos habitacionais, semelhantes ao Kilamba, porque durante os vindouros 20 anos muita coisa poderá acontecer, os indivíduos que hoje estão à frente da cobrança das casas poderão estar fora e sem capacidade de incomodar. O tempo encarregar-se-á de resolver o problema e meter em sentidos os aproveitadores de hoje. A mudança está para breve, acredita!

2.33 Anunciada construção de moradias para sobas

Jornal de Angola

17 De Fevereiro de 2013

O Governo Provincial de Luanda vai construir, a partir deste ano, moradias para as autoridades tradicionais do município da Quissama, informou na quinta-feira o director das Obras Públicas. Torres Bunga, que cumpriu uma visita de trabalho ao município da Quissama, explicou que a construção de novas casas para os sobas se deve ao facto de as actuais não possuírem condições de habitabilidade.

Além de casas para as autoridades tradicionais, está também prevista para este ano a construção de jangos e moradias para professores e médicos que trabalham na Quissama. O município, com sede na vila da Muxima, tem uma extensão de 12.046 quilómetros quadrados e uma população de 30 mil habitantes.

Com a nova divisão administrativa, os municípios da Quissama e de Icolo e Bengo pertencem agora à província de Luanda.

2.34 A hora da realização do sonho da casa própria

Jornal de Economia e Finanças
19 De Fevereiro de 2013

A Cidade do Kilamba está contemplada com infra-estruturas básicas, dimensionadas para satisfazer as necessidades de toda a população da cidade. Tem também subestações de energia eléctrica com rede de distribuição, telecomunicações e terminais de transportes públicos. Área total da Cidade do Kilamba: 5.400 hectares, área de construção da primeira fase 900 hectares. 1- Fase - 115 prédios a serem entregues, 3.180 apartamentos para 19.800 moradores. Infra-estruturas concluídas três escolas primárias, três escolas secundárias e quatro creches e 28 lojas. Espaços de lazer: um em cada quarteirão, que tem entre 25 e 28 prédios. Cada quarteirão da cidade tem igualmente um ginásio comunitário e quatro campos desportivos ao ar livre. Localização: Encontra-se instalada a aproximadamente 20 km a Sul do centro da cidade de Luanda, é o maior projecto habitacional jamais construído no país e constitui, à escala global, um profundo exemplo de política social levada a cabo para resolver o défice habitacional.

A Cidade do Kilamba está contemplada com infra-estruturas básicas, dimensionadas para satisfazer as necessidades de toda a população da cidade. Tem também subestações de energia eléctrica com rede de distribuição, telecomunicações e terminais de transportes públicos. Área total da Cidade do Kilamba: 5.400 hectares, área de construção da primeira fase 900 hectares. 1- Fase - 115 prédios a serem entregues, 3.180 apartamentos para 19.800 moradores. Infra-estruturas concluídas três escolas primárias, três escolas secundárias e quatro creches e 28 lojas. Espaços de lazer: um em cada quarteirão, que tem entre 25 e 28 prédios. Cada quarteirão da cidade tem igualmente um ginásio comunitário e quatro campos desportivos ao ar livre. Localização: Encontra-se instalada a aproximadamente 20 km a Sul do centro da cidade de Luanda, é o maior projecto habitacional jamais construído no país e constitui, à escala global, um profundo exemplo de política social levada a cabo para resolver o défice habitacional.

2.35 100 Casas adicionais

Novo Jornal
22 de Fevereiro de 2013

A administração da Cooperativa lar do Patriota está a criar condições para a construção de mais 100 casas

adicionais para os trabalhadores da Total E&P e demais moradores carenciados. De acordo com o seu responsável, é necessário criar condições para a prevenção de acidentes que se têm registado noutros bairros do país. "Os habitantes têm o direito de ser informados sobre todos os feitos, da administração local, mas não devem fazer especulações, pois estamos abertos a qualquer diálogo", disse, acrescentando que há muita sabotagem nas questões relativas à construção de habitações condignas para as populações. É o primeiro projecto habitacional a ser construído no país e teve muitas dificuldades para ser implantar devido aos especuladores imobiliários. "Foi uma afronta aos especuladores. Estávamos a comercializar as casas a 40 mil dólares e noutros projectos rondavam os 200 mil dólares. Muitos acorreram ao nosso projecto e isso não abonou a favor de muitos empresários", referiu Henrique Miguel, sustentando que a zona vai ganhar, nos próximos tempos, um hospital municipal de raiz e uma boate. No projecto Lar do Patriota existem mais de duas mil casas habitadas por cerca de 10 mil pessoas e a maioria está ainda em condições de habitabilidade. Projectos do género existem apenas em Portugal, Holanda e na Suécia, sendo projectados por técnicos especialistas na matéria. F.G.

2.36 AJPD pede cancelamento do processo

O País
22 De Fevereiro de 2013

O gestor do projecto Transparência e Boa Governança da Associação Justiça, paz e Democracia (AJPD), Serra Bango, apela à Procuradoria Geral da República no sentido de cancelar o processo de venda de imóveis nas novas centralidades por considerar que a forma como a Sonip está a conduzi-lo constitui uma grave violação a lei do inclinato.

"Sem que alguém tenha feito a denúncia, por se tratar de interesse público, a PGR devia já esclarecer esta situação e intimar as instituições que estão a gerir este processo, nomeadamente, a Delta Imobiliária e a Sonip, a pararem com o mesmo. Talvez seria esta a primeira medida ser tomada", defendeu.

Ele mostrou-se ainda descontente com a postura assumida pela PGR mesmo depois de terem sido tornadas públicas as condições em que estão a decorrer o processo e a quantidade de pessoas que pernoita nestes locais para conseguirem adquirir uma moradia.

"Assistimos à PGR a permanecer num silêncio comprometedor, demonstrando que ter-se-á

esquecido que a lei existe e qual é o seu real papel na nossa sociedade", explicou. Por outro lado, o ativista cívico que prestou esta informação em declaração à Rádio Eclésia, nesta quarta-feira, 20, explicou que a lei atrás mencionada estabelece que a renda deve ser cobrada mensalmente e não de forma anual como está a ser feito.

"O facto destas rendas terem que ser pagas anualmente, de uma só vez, é contra a lei do arrendamento, porque este deve ser feito mensalmente, até ser concluído o prazo estabelecido para a compra do imóvel, e isso não é o que está a ser feito, visto que os candidatos pagam uma anuidade, inicialmente, para posteriormente irem pagando a outra em várias frações," explicou.

Serra Bango disse ainda que esta prática tem sido frequente entre os cidadãos, quando pretende-se arrendar um imóvel de forma informal, ou seja, o senhorio exige o pagamento de seis meses adiantados ou um ano. E que o Estado devia fazer exatamente o contrario, em obediência ao estipulado na lei.

No seu entender, há a necessidade de se esclarecer se este património é público ou privado. Ele classificou de ser uma grave violação aos direitos humanos o facto de os cidadãos interessados numa das residências disponíveis serem obrigados a pernoitarem no local.

Para ele, os organizadores deviam ter em conta que no seio da enorme população que passa a noite nestes locais há mulheres grávidas, com crianças no colo, idosos e jovens. O que põe em causa os direitos das pessoas, pelo facto de o direito ao acesso à habitação lhes estar a ser negado por excesso de burocracia.

À semelhança da maior parte das pessoas que almejam uma das unidades habitacionais disponíveis, Serra Bango declarou que não consegue entender como é que a maior parte das casas já foram compradas, como tem sido anunciado.

Pelo que, considera ser de suma importância que as instituições que estão a frente deste processo venham publicamente esclarecer quem foram os compradores, por que razão o fizeram e se as mesmas são bens públicos ou privados.

"O acesso a habitação, conforme dizia, não precisava de passar por meios e esquemas pouco transparentes, conforme estamos a ver. Não consigo perceber como é que tenham sido compradas tantas casas apenas 24 horas" declarou.

2.37 Apartamentos T4 esgotados

O País

22 De Fevereiro de 2013

A nossa equipa de reportagem assistiu o momento em que um dos funcionários da Sonip veio à público anunciar que já não haviam disponíveis apartamentos do tipo T4, dos cerca de dez mil construídos na centralidade de Cacuo. Esta informação provocou um grande descontentamento no seio da população porque a maior parte ter se- ia deslocado naquele recinto com o intuito de candidatar-se a um imóvel deste modelo por ser o mais acessível

"Nós viemos aqui porque estamos interessados num apartamento deste modelo, por estar orçado em apenas 60 mil dólares, a pagar em 20 anos. Como há muita aderência para este tipo de imóvel, suspeito

que a Sonip optou por priorizar a venda dos T5 porque têm pouca aderência", opinou. Acrescentou de seguida que "existe uma grande disparidade entre os valores iniciais cobrados por um T4 e o do T5. A primeira custa cinco mil dólares enquanto a segunda está a sete mil e 200 dólares".

Esta mesma opinião é partilhada por Aires Mateus, que considera ser simplesmente mais uma "estratégia de marketing", visto que não lhes foi dada nenhuma explicação que sustente os reais motivos que estiveram por detrás do encerramento das candidaturas.

"A Sonip trabalha acima de tudo com previsões, por isso, creio eu que, se realmente os T4 tivessem acabado como nos informaram teria sido com pelo menos com 24 horas de antecedência, para que a população viesse aqui consciencializada que só há T5", explicou.

Aires Mateus considerou que os especialistas da imobiliária estão a usar mal a "inteligência competitiva" porque a população sabe que os T4 ainda não terminaram e que estão a ser obrigado a aderir ao T5.

Ele acha ser uma pena, porque a maior parte dos candidatos não tem condições financeiras para pagar este tipo de apartamentos, pelo que a solução será reduzir o preço destes imóveis, "caso contrario terão que reunir novamente para baixar os preços das casas tal como fizeram com a cidade do kilamba".

2.38 Casa condiciona casamento

O País

22 De Fevereiro de 2013

Os jovens Siola Fata e Alexandre Nfonquene namoram há oito meses e almejam contrair o matrimónio tão logo consigam um imóvel na centralidade de Cacuo. Na esperança de permanecerem pouco tempo na luta pela casa própria, o casal optou por permanecer no local inscrito nas listas criadas em função do sexo.

Siola Fata lamentou o facto de não existir uma bicha específica para grávidas e portadores de deficiência, bem como um desrespeito total pelas pessoas da terceira idade.

"Pretendemos candidatar-nos a um dos apartamentos do tipo T3 ou T4, porque reunimos as condições exigidas e estaremos em condições de honrar com os compromissos financeiros durante os próximos 20 anos", declarou a jovem com uma convicção, sem sequer imaginar que dez minutos depois o funcionário da Sonip haveria de anunciar que já não havia disponíveis imóveis deste tipo.

O casal disse que se encontram acampados na centralidade desde quinta-feira passada, isto é, havia seis dias, e ainda não tinham previsões de quando poderiam ser atendidos, dadas as constantes alterações das listas. Segundo ela, o responsável pela lista procede diariamente a leitura da mesma de quatro em quatro horas, o que tem obrigado as pessoas que vivem mais distantes a não se ausentarem.

Com um certo ar de tristeza, Alexandre Nfonquene contou que havia registado o seu nome para ser atendido na quarta-feira, mas como não pode estar presente nos dias anteriores para acompanhar a actualização, por questões profissionais, acabou por ser excluído.

"Agora inscrevi o meu nome na lista das pessoas que serão atendidas na próxima segunda - feira e terei que permanecer aqui para não ser novamente excluído. A única solução será passarmos a noite aqui dois ou três dias, tal como os outros estão a fazê-lo", frisou.

2.39 Comédia imobiliária...

Novo Jornal

22 de Fevereiro de 2013

Um ano e meio depois da conclusão das obras, olhando para a desolação que invade e corrói a alma perdida do Kilamba e dos seus "parentes" mais

próximos, o cidadão comum, descamisado ou enfatuado mas com dois dedos de testa, não pode senão concluir, frustrado e revoltado, que, afinal, o fracasso está a esmagar o sucesso, a arrogância está a degolar a humildade, o mal está a sobrepor-se ao bem e, a mentira está a estrangular a verdade! Estamos todos loucos? É claro que não! Mas, temos de ter a coragem e a honestidade suficiente para reconhecer que, em termos "kilambísticos", não estamos a ser capazes de dar mostras de clarividência, de determinação e de lisura. E, estamos nos a esquecer de que tendemos a ter uma opinião pública cada vez mais exigente na cobrança das promessas dos governantes. Que será tanto mais exigente neste caso porque a atmosfera adensada em torno do Kilamba, Zango, Cacuo e arredores, está carregada de muita poluição. E, por via disso, o choque de interesses está a entroncar em nuvens de incompetência demasiadas nebulosas. E, se, rapidamente não travarmos esta onda de decadência moral, ética e governativa, corremos o risco de virmos a desembocar num beco sem saída. Porque a verdade com que, a céu aberto, nos deparamos hoje, é esta: A gestão do processo de comercialização das casas do Kilamba, Zango, Cacuo e outros "irmãos" menores, não está a ser nada simpática. Não se compadecendo esta missão com a vaidade, a petulância e a ganância subjacentes nas atitudes de quem a em rige, torna-se por demais evidente que nos está a faltar profissionalismo. Mas não é só isso. Falta-nos também seriedade. E, falta-nos sobretudo respeito pelos cidadãos! O que por lá se está a passar não é mais do que um exemplo elucidativo do que não deveríamos ter feito para evitar o descalabro em que, desde à nascença, está soterrada a concepção, planeamento e gestão de todos estes projectos imobiliários.

Desde logo porque ainda antes de milhões de metros quadrados terem sido escavados para dar lugar a construção de edifícios, concluídos uns, por acabar outros, já estavam a ser lançadas sérias advertências, que ninguém quis ouvir, sobre graves problemas infra-estruturais. Problemas previamente detectados, que estão agora na origem da falta de água e de energia eléctrica que assola o Kilamba e outros projectos similares, como prenúncio, a médio prazo, de uma irreparável degradação de edifícios, que dificilmente completarão o seu tempo de vida útil. Estamos aqui para ver perseguindo a nossa marcha rumo ao um sonho que, afinal, está repleto de pesadelos, transformamos, durante muito tempo, uma cidade para ser habitada num museu, a quem quisemos outorgar a categoria de "Meca" destinada a entreter turistas políticos provenientes de diversas partes de África, enquanto lá fora, sitiados, milhares de jovens sofridos, ao mesmo tempo que desesperavam para ter um tecto onde se abrigar, não

escondiam também o fermento do descontentamento social que cobria a sua frustração. Indiferentes ao clamor de quem precisa de uma casa como o homem de pão para a boca, preferindo continuar a dar um passo em frente e dois para a rectaguarda, acabamos por fazer daqueles espaços habitacionais, cidades fantasmas novinhas em folha, em que, mesmo del20is de ocupadas aqui e ali, quem lá vá, fica, estarecido, com a sensação de estar diante de um filme de ficção apocalíptico em que a maioria da população parece ter sido dizimada: O naufrágio do barco desta feita estranhamente numa terra fustigada por uma serie de trapalhadas, traulhices e compadrios, chegou mesmo a levar o Presidente a despir o fato parti ir revolver questões de gestão corrente inerentes às funções de uma simples junta provincial de habitação. Quando assim é, e assim foi, está tudo dito! E o que o poder e a capacidade de realização empresarial Sonangol - a mãe da Sónip não podem ser postos em causa. A Sonangol é, sem dúvida, o maior instrumento de afirmação (financeira) do Estado angolano. Mas não é o único. Até porque a afirmação de um Estado não se esgota nos seus recursos financeiros. Mas, para além de não ser o único, também nem sempre o é na plenitude e está longe de congregar o universo do saber e das competências dos mais variados segmentos de massa crítica do país. Isso mesmo está a ser provado agora na comédia imobiliária em que se está a converter a gestão do processo de comercialização das casas do Kilamba. Porque, convenhamos, a Sonangol não é e nunca será o princípio e o fim de Angola. A cada um de nós, na sua frente de trabalho, tem de ser dado espaço para desabrochar o seu talento e competências. Cada um de nós tem de dispor de espaço para afirmar o seu profissionalismo, assumindo os seus deveres e responsabilidades. Se, assim não fosse, a guerra do Cuíto Cuanavale não teria o desfecho que teve se, em lugar de ser conduzida porque quem a deveria conduzir com sucessões as FAPLA - fosse adjudicada à Sonangol. Se, a capacidade de polivalência da Sonangol fosse tão eficaz, em 1981 os jogos da África Central não teriam sido organizados pela Secretaria de Estado de Educação Física e Desporto. Se, a mobilidade multidisciplinar da Sonangol fosse comprovadamente autónoma, não teria nos seus aposentos o enxame de consultores estrangeiros que, há anos, fazem os mesmos deveres de casa de sempre a muitos dos mesmos "qénios" de sempre... Se, as valências multisectoriais da Sonangol fossem reconhecidas como a solução de todos os problemas, a Sonip não precisaria de recorrer aos serviços de uma subcontratada - a Delta - para lhe lavar e estender a roupa. Uma forma simpática de acobertar incompetência e interesses obscuros à vista de toda a gente. Se, assim não fosse, a gestão do processo de comercialização do Kilamba e "parentes" mais

próximos não seria aquilo que nos está a ser dado a ver: um fiasco! Assim é porque, por detrás desta maligna operação, escondem-se intenções esconas de grupos de interesses preocupados apenas em produzir, à sombra do Estado, benefícios para si próprios num mercado imobiliário sem rei nem roque. Os resultados desta "pirataria" imobiliária não só poderão a médio prazo, não ser tão simpáticos quanto parece como podem até vir a criar novos amargos boca ao poder político. Porquê? Porque os seus actuais "estragos" estão a provocar um indisfarçável e nada recomendável desconforto social entre os potenciais inquilinos ou proprietários das habitações do Kilamba, Zango, Cacucaco e arredores. E, o mais grave em tudo isso é que, neste aspecto, o nosso sistema de vídeo vigilância há muito que anda avariado...

2.40 Infraestruturas sociais garantem maior dignidade aos moradores

Novo Jornal

22 de Fevereiro de 2013

Com o objectivo de garantir maior dignidade aos moradores da Cooperativa do Lar do Patriota, a administração do projecto tem vindo a desenvolver uma série de empreendimentos sociais na zona, onde antes havia espaço livre com quantidades avultadas de lixo. Creches, parques infantis, ginásios, escolas, restaurantes, minimercados, farmácias, cyber cafés, salão de beleza e barbearia estão no leque de serviços previsto, alguns dos quais foram já criados. Estes empreendimentos surgem para suprir a grande procura que se registava na zona, face ao elevado número de habitantes, bem como vem potenciar a existência de fundos à administração para a manutenção do condomínio, no município de Belas. Paulo Sérgio de Azevedo, morador do condomínio há seis anos, disse que a zona está a proporcionar maior qualidade de vida aos moradores, pelo que, actualmente, se observa um crescimento considerável de infraestruturas sociais. "Antes de termos estes empreendimentos, a vida aqui não era tão fácil. Cortávamos O cabelo bem distante, as compras tinham de ser feitas igualmente a longos quilómetros", notou o morador, acrescentando que a administração local tem feito muitos esforços para oferecer melhores serviços aos munícipes. Quem não deixou de mostrar a satisfação pelo surgimento destes bens foi o jovem Leonel da Costa, morador da cooperativa há mais de quatro anos e funcionário de uma empresa de construção civil, nos arredores da baixa de Luanda. O jovem, que esteve a praticar exercício físico num ginásio de última geração implantado na zona, disse que ninguém sai a perder

com o aparecimento destes bens sociais. "Temos de agradecer à administração que tem feito muitos esforços para dar um novo rumo ao projecto. Agora pratico culturismo bem próximo de casa e isso tem-me ajudado a garantir a boa forma física", salientou. Por sua vez, a moradora Maria Silvestre contou ao Novo Jornal que a construção da escola pública e dependências bancárias veio dar uma outra dinâmica ao condomínio. "Estava tudo complicado. Agora temos quase tudo próximo de nós", evidenciou. - O administrador da cooperativa garantiu que o aparecimento destes empreendimentos vem responder às necessidades que a população vinha a enfrentar nos últimos anos. António Henriques Miguel da Silva disse ainda que os novos equipamentos têm facilitado aos munícipes desenvolverem as suas actividades laborais na centralidade. "Esta é uma centralidade nova e que está ainda em evolução, mas aos poucos começa a ganhar serviços. Estamos perante uma urbanização que tem de oferecer o lazer, a educação, bem como o comércio regado", frisou, sustentando que a administração tem formação suficiente para projectar os bens públicos. O responsável, formado em arquitectura, salientou que desde a criação do projecto têm vindo a projectar a zona para garantir melhores condições de vida aos moradores. Entretanto, a Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL) assumiu, no dia 16 de Agosto último, a gestão das instalações eléctricas do condomínio, no município de Belas. E a EPAL sustenta igualmente o fornecimento de água às habitações.

2.41 Negócios ilícitos na centralidade de Cacuaco

O País

22 De Fevereiro de 2013

Os funcionários da Sociedade Imobiliária e Propriedades (Sonip) e agentes da Polícia nacional destacados na centralidade de Cacuaco são acusados pelos candidatos à um imóvel de cobrarem somas monetárias que variam de 300 a 600 dólares para facilitarem o processo de aquisição de um apartamento.

A equipa de reportagem de O PAÍS constatou, nesta quarta-feira, que os visados, atuam de forma separada e cada um a sua maneira. Os efetivos da Ordem Pública destacado no local para fazerem a segurança e a ajudarem a população a se organizar criaram três modalidades para conseguirem extorquir o dinheiro aos candidatos.

Num deles, o líder da equipa de segurança, inspetor-chefe T Z (iniciais do nome com que é tratado), estará a contar com o apoio de uma candidata que fica encarregue de recolher os bilhetes de identidades das senhoras e depois os faz chegar de forma camuflada.

Fazendo-se passar por um dos interessados, ela orientou o profissional desta casa a levar a sua esposa se por ventura estivesse interessado em participar do esquema que encabeçava pelo facto de o mesmo ser apenas destinados as mulheres.

Indagada sobre o montante que deveria desembolsar pelo serviço, a intermediária disse que esta informação só seria prestada depois de a pessoa interessada estar segura de que seria atendida.

Em relação a lista masculina, o oficial da Polícia faz-se valer do cargo que ocupa para exigir que lhe sejam cedidos os primeiros lugares, com o intuito de enquadrar alguém que o tenha presumivelmente pago alguma soma monetária. Caso os candidatos mostrem resistência ameaça-os com tornar inválida a lista com os nomes dos 50 indivíduos que estiverem para serem atendidos naquele mesmo dia.

Estas só são validadas com a assinatura dele. No seio da população estavam dois de seis jovens que se apresentaram como sendo algumas das vítimas desta acção. Um deles contou que estava havia três dias a pernoitar naquele local na ânsia de ver o seu objetivo alcançado na quarta - feira.

"Estava entre as 50 pessoas da lista que seriam atendidas hoje, mas, infelizmente, fui transferido para uma outra relação nominal que só poderá ser atendida amanhã, sem ter sido comunicado previamente e sem terem sido respeitados os meus direitos como cidadão", contou.

Insatisfeitos com a mudança inesperada, dizem que contactaram o responsável pelo grupo e este terá informado que as alterações foram feitas por orientação do oficial da Polícia que lidera a equipa, com o intuito de obter seis lugares para meter pessoas da sua conveniência.

Para não prejudicar a maioria, o responsável pela lista optou por ceder à chantagem do polícia, disponibilizando os primeiros seis lugares e transferindo os seis últimos para o grupo que seria atendido do dia seguinte, isto é na quinta-feira.

"Falei há pouco tempo com uma pessoa conhecida que se apresentou como o mandatado do senhor Tó Zé, dizendo que ele o orientou a procurar mais duas pessoas que estejam interessadas em serem inseridas

no grupo que será atendido hoje, em troca de alguma soma monetária", descreveu.

De modos a acomodar sem provocar nenhum distúrbio e camuflar crime que cometera, segundo ele, o inspetor-chefe os declarou como suplentes. Deste modo, seriam as primeiras pessoas a serem atendidas caso os funcionários da Sonip decidissem, por ventura, exceder o número de candidatos a serem atendidos.

O nosso interlocutor confessou que intermediou o caso de uma amiga que manifestou interesse em desembolsar dinheiro em troca de uma vaga para se inscrever. Ao contactar um dos supostos mandatados do inspetor-chefe, este o terá informado que o preço variaria de 300 a 600 dólares, ou o equivalente em Kwanzas, em função do tipo do imóvel.

Nesta centralidade, a imobiliária optou por atender apenas 100 pessoas por dia, entre as quais 50 mulheres. Os funcionários da Sonip são acusados de priorizarem os processos que levam consigo de casa ou recebem de forma indiscreta. Para sustentarem esta teoria, os nossos interlocutores dizem que há dias em que eles só atendem 42 ou 45 pessoas inscritas em cada um das listas e anunciam o seu encerramento.

Outro jovem contou que tem pernoitado na entrada desta centralidade em companhia da sua esposa, deixando o primogénito do casal de apenas seis meses de idade aos cuidados do seu irmão de 14 anos, por ser a única forma que encontraram para conseguirem realizar o sonho da casa própria. Tudo isto porque as listas são atualizadas às O horas, e às 4 horas da manhã, e quem não se fizer presente no momento o seu nome é retirado.

No seu entender, este processo de actualização não passa de um dos mecanismos encontrados para excluírem alguns candidatos e baralharem ainda mais o processo, com o aval da Sonip, uma vez que esta empresa é quem terá ordenado em todas as centralidades que se proceda deste modo.

Ele disse ainda que o suposto infrator está possivelmente a contar com a colaboração de alguns amigos seus que aparecem a civil com a missão de provocar distúrbios na fila das pessoas que estão prestes a serem atendidas, quando os líderes não aceitam ceder à chantagem.

Por outro lado, o jovem Aires Mateus mostrou-se revoltado com o facto de existirem militares e policiais que se aproveitam do poder intimidatório da farda para violarem a filas, desrespeitando o cidadão comum.

"Aqui não é nenhuma unidade militar e as pessoas precisam de estar cientes que este é um produto que a Sonip disponibilizou para todos os cidadãos nacionais, se quiserem valer da farda que o façam dentro das suas respectivas unidades", declarou.

Acrescentando de seguida que "os próprios agentes da Polícia Nacional que se encontram aqui também estão a provocar desordem. Solicito ao Estado Maior General que envie para estes locais uma brigada da Polícia Militar para poder disciplinar os seus efetivos, porque se continuar assim corre-se o risco de rebentar um conflito entre os cidadãos e os militares"

Aires Mateus apela à Sonip a implementar outro sistema de admissão de candidaturas, nem que seja pela internet, porque está provado que o método em curso não está a dar bons resultados. Durante o tempo em que a nossa equipa de reportagem permaneceu no local, podemos observar o inspetor-chefe a desdobrar-se mais em contactos com a população do que a organizar as bichas propriamente ditas.

Em alguns momentos ele conversava em privado com a jovem que havia recolhido os bilhetes de identidade de algumas candidatas. Contactado por O PAÍS, o inspetor-chefe recusou-se a prestar qualquer entrevista porque carecia de autorização superior, mais negou todas as acusações que lhe foram feitas dizendo ser impossível alguém proceder deste modo "ileso".

Segundo ele, no local existem especialistas dos diversos órgãos de segurança do país, designadamente, polícias da Ordem Pública, Económica e dos Serviços de Informação e Segurança do Estado (SINSE).

2.42 Plantação de mais árvores melhora qualidade de vida

Jornal de Angola

22 De Fevereiro de 2013

Mais de 11 mil árvores ornamentais foram plantadas nos últimos 12 meses no Zango, município de Viana, em Luanda. A iniciativa, da Odebrecht, no quadro das suas responsabilidades sociais, insere-se no projecto de arborização da empresa denominado "Zango Fixe", que conta com um viveiro de mudas, onde são criadas espécies nativas, como goiabeiras, mangueiras e acácias rubras, e que produz oito mil mudas em 14 meses.

Moradores do Zango disseram ao Jornal de Angola estarem satisfeitos com a iniciativa, tendo em conta

as melhorias que a arborização introduz na estética das cidades e na qualidade de vida dos habitantes.

Graça Michel, de 25 anos, disse que o Zango passou de um lugar de realojamento de famílias que viviam em zonas de risco para uma zona confortável. "Temos disponíveis serviços de primeira necessidade e a criação de espaços verdes só vem melhorar a nossa vida", referiu.

Osvaldo Bernardo, outro morador, afirmou que todas as dificuldades vividas antes já não fazem parte dos dias de hoje. "Os meus filhos estudam aqui e tudo o que precisamos encontram aqui", salientou. O "Zango Fixe" envolveu 15 mil pessoas, entre crianças e jovens das escolas do bairro, e uma equipa técnica que garante a sua manutenção.

Localizado a 40 quilómetros do centro da cidade de Luanda e com uma população estimada em cem mil pessoas, o Zango conta com infra-estruturas sanitárias e de ensino e serviços públicos e privados nos mais variados domínios.

2.43 SONIP acusada de fazer publicidade enganosa

O País

22 De Fevereiro 2013

O consultor imobiliário Miguel Anjuliano acusou, nesta quarta - feira, 20, em entrevista à Radio Luanda, à Sonip de ter feito publicidade enganosa pela forma como anunciou no Jornal de Angola os preços dos imóveis disponíveis nas novas centralidades para serem comercializados.

Para sustentar a sua tese, o especialista baseou-se no folheto comercial desta imobiliária. Ao apresentar uma pequena aritmética dos dados que constam ali disse que o indivíduo que comprar um apartamento T3A a pronto pagamento, estipulado a 70 mil dólares, beneficia de um desconto de cinco por cento, mas que ao fazer os cálculos sobre o preço desde mesmo imóvel pagando em 15 anos constatou que fica orçado em 84 mil e 214 dólares, com o capital inicial de 14 mil dólares e 390 dólares de mensalidade.

Por outro lado, explicou que os indivíduos que não têm capital inicial para adquirirem o mesmo imóvel, isto é o T3A, serão obrigados a pagar 550 dólares por mês, o que completará em igual período (15 anos), 99 mil dólares. "Isto é muito além do valor que se está a pagar, com ou sem capital inicial" tendo em atenção que o preço do mesmo imóvel é de 70 mil dólares.

A ser assim, como calculamos, devíamos dizer às pessoas que à pronto pagamento o valor é 70 mil

dólares com desconto de cinco por cento, com capital inicial do preço final (de venda ao público seja a prestações ou não) é 84 mil e 214 dólares e sem capital inicial o preço fica a 99 mil dólares.

Estes dois últimos, sendo em 15 anos", esclareceu. Questionado sobre como seria se um dos futuros moradores enquadrados no sistema de renda resolúvel estivesse em condições de pagar as parcelas que lhe restam de uma só vez, Miguel Anjuliano declarou que não há impedimento nenhum, desde que haja um acordo entre as duas partes.

"É normal acontecer isto neste tipo de contrato. Só que no caso em análise, não há transparência porque as pessoas não estão a ser previamente informadas, para tal os preços devem estar de acordo com o que está no anúncio e os valores que se deve dizer às pessoas", declarou.

Entende que desde o início que deviam ter sido criados melhores critérios de acesso, a começar pela informação. Há critérios que têm que ter como equilíbrio aquilo que diz a lei e o meio envolvente. Miguel Anjuliano revelou ainda que no processo em curso há casos de casais em que cada um dos conjugues adquiriu uma residência e esta situação poderia ser contida, se as autoridades adoptassem alguns dos critérios internacionalmente recomendados para este tipo de actividade.

"Em toda a parte do mundo, quando se concorre para um bem móvel com financiamento público, tem que se ter critérios de justiça e eles não podem ser incompatíveis com situações como os conjugues adquirirem uma moradia cada", frisou. Acrescentou de seguida que "uma das formas de se valorizar as uniões de facto poderia ser através destas propriedades. Se, independentemente de quem tem dinheiro, ambos fossem ir assinar o contrato".

Quanto aos prazos para o pagamento dos imóveis, Miguel Anjuliano considera que não tem lógica nenhuma alguém que tem 20 anos, solteiro, concorrer com alguém que tem 35 ou 40, três filhos e maior capacidade económica. Na esperança de obter mais informações sobre o assunto, O PAÍS contactou a direção da Sonip, mas esta mostrou-se indisponível para prestar esclarecimentos.

2.44 SONIP "mata" comissão

Novo Jornal

22 De Fevereiro de 2013

A EXIGÊNCIA do pagamento adiantado de um ano das rendas que a Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) está a exigir aos compradores é ilegal. Tudo

porque de acordo com o artigo 1091 do código civil "o senhorio não pode exigir mais do que um mês de pagamento ao arrendatário". Segundo fonte deste semanário, a lei do inquilinato também limita as prestações mensais. É o "caso da lei 27 que impede o senhorio de cobrar mais de um mês de renda ao inquilino". Contrariamente ao que está a acontecer com a venda dos apartamentos das diversas centralidades postas à disposição pela SONIP. Os interessados, independentemente da modalidade de compra resolúvel ou arrendamento, com ou sem capital inicial, estão a ser obrigados a pagar um ano da prestação mensal, mais 3 por cento do valor anual. A modalidade escolhida pela SONIP "é injustificada", segundo a nossa fonte, que não entende como é possível uma empresa pública ter o comportamento de agentes privados. "Estas casas são públicas, pagas com a linha de crédito da China. E a SONIP é uma empresa pública do grupo Sonangol e deve dar o exemplo. Não pode ser o Estado a violar a própria lei". Comissão não foi ouvida Este semanário sabe que a opção escolhida foi tomada unilateralmente pela SONIP, deixando de fora a comissão recentemente actualizada pelo Presidente da República e coordenada pelo ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva, que assim ficou sem trabalho. A comissão tinha como atribuição "estudar e propor ao Presidente da República o quadro normativo e operacional facilitador de acesso aos imóveis do programa habitacional do Executivo. Ajustar os critérios e modalidades para aquisição das habitações por entidades empresariais, para posterior arrendamento ou revenda a funcionários, através de cooperativas habitacionais, estudar e Propor as correcções ao protocolo de emissão de garantias celebrado entre o Fundo de Fomento Habitacional e a banca comercial, tendo em vista retirar a restrição de cobertura única de habitação social". O trabalho deveria ser desenvolvido no prazo de três meses. A SONIP, ao iniciar o processo de comercialização das casas sem esperar pelas conclusões da comissão, tratou de acelerar, passando assim um "atestado de invalidez" ao decreto presidencial de Eduardo dos Santos. "Felizmente consegui me inscrever e pagar. Inscrevi-me no dia 5 e no dia 6 de Fevereiro entreguei o comprovativo do depósito na conta na SONIP do banco BAI como" exigiram. Me foi dito que depois seria chamado e até agora, (dia 14), nada". Quando me inscrevi não me conseguiram explicar qual seria o critério para a entrega das chaves. Apenas diziam que primeiro temos que pagar e depois aguardar e é o que estou a fazer", disse ao NJ um dos muitos candidatos a casa própria.

2.45 Angola se constrói sem os Angolanos a imagem das roças de café

Folha 8

23 De Fevereiro de 2013

O homem branco tem razão. O homem africano é como a criança que facilmente adopta o padrasto somente porque lhe dá o rebuçado naquele momento, quando se aproveita da mãe. Morreu Savimbi em 22 de Fevereiro de 2002, e pensávamos todos, com ele seriam igualmente enterrados o nosso sofrimento, a penúria material, a humilhação moral, social e económica e com tudo isso a desgraça da maioria dos angolanos se teria evaporado também. Fomos todos enganados, Savimbi finalmente era apenas um entrave para os reais objectivos neocolonialistas, tal subsiste o facto hoje patente nos feitos em todos os sectores da vida nacional. Gostaria bem de contar uma história positiva sobre a renascença angolana da qual todos os angolanos sonham profundamente desde há 7 anos. Esta a de uma Angola saída do colonialismo, da guerra fratricida, da ditadura do Partido Único, do totalitarismo da polícia de Segurança MINSE-DISA para se transformar num país exemplar próspero ao lado de países civilizados, mas nestas circunstâncias somos forçados a falar de uma Angola doente, de um país em guerra contra ele mesmo. A face inversa de um mesmo regime que todos desejaríamos enterrado, lançou-se em contra-ataque num revisionismo astuto da mesma ideologia, agora apenas retocada. Vejam as poucas-vergonhas de Kilamba de hoje, onde a dignidade dos angolanos humildes até dizer chega, se confunde com os antigos contratados, a brigarem por algo que afinal não é favor nenhum do Governo, mas um direito inalienável de qualquer cidadão, uma habitação, a prometida faz anos dentre as famosas 1000.000 (um milhão de casas); um milhão de fogos, para usar a expressão do PR Discursos hipócritas de dirigentes que em momento algum criticam o governo, mas encorajam seus concidadãos, ecoam a se conformarem com o estado de coisas. A primeira vista quem desembarca em Luanda, dificilmente se depara com um país a deriva, com cidadãos pobres ou miseráveis, tão distraídos pelo movimento infernal das pessoas nas ruas curiosamente bem vestidas, fisicamente (aparentes) táxis sempre cheios no frenesi do ir e vir ao trabalho, os engarrafamentos de manhã à noite, de viaturas das mais luxuosas e mais caras do mundo.

À primeira vista, por exemplo, Luanda nos espelha uma capital em plena ascensão, estabilidade e equilíbrio socioeconómico com restaurantes bem caros adaptados a modernidade; lojas a copiarem os

grandes centros comerciais ocidentais e sem nos esquecermos os prédios majestosos que surgem um pouco por todo o lado, claro, a emprestarem uma imagem imobiliária e de estética arquitectural moldados de painéis out-doors publicitários que não ficam longe de outros exponenciais de capitais de países estáveis e desenvolvidos, onde dificilmente se determina a fronteira do pobre e do rico. Verdade ou mentira, a realidade do presente mostra em reflexo como os angolanos perderam as rédeas do seu próprio país e hoje verdadeiramente amordaçados se sujeitam ao conformismo e a morte lenta, essa que perdidamente chamo a morte social, perdendo igualmente as rédeas do seu destino. Completamente excluídos no quadro da concepção da dita reconstrução, o angolano transformou-se num autêntico mendigo de tudo. Para existir tem de se curvar, prestar vassalagem ou se inscrever na lista dos discípulos avassalados para merecer a bênção do MPLA e poder ter um crédito, uma vantagem socioeconómica qualquer. A maior parte dos angolanos, intelectuais, quadros ou outros, não participam nem ao poder real, nem sustentam os pilares da economia, factor imprescindível para um povo se sentir dono de seu destino. Os angolanos são simplesmente espectadores ou usados para simular o bem-fazer do Executivo, ou correctamente dizendo do Governo, a servir os interesses, outros que não os dos angolanos, na lógica de um processo de reconstrução do país que se processa sem nós, subentendido, contra nós. Angola apresenta-se como uma sociedade sem estrutura social: o homem, o cidadão não tem valor, transformou-se em peão num xadrez cujo mestre o desdenha, mas sarcasticamente o precisa para a satisfação de seus desígnios. Por outras palavras, a nossa realidade de vida nos está a ser imposta do exterior, caucionada e aproveitada pela elite no poder.

2.46 Camponeses queixam-se de burla e abuso de poder

O Independente

23 De Fevereiro de 2013

Um grupo de camponeses constituído em uma associação denominada "Ana Ndengue", localizado em Mbondo Chapéu, do bairro de Camama, município de Belas, apresentou recentemente uma queixa-crime - junto das autoridades judiciais - contra a cooperativa imobiliária "O Lar do Patriota", juntamente com o seu presidente do Conselho de Administração, o general António Henriques Miguel da Silva "Dinguanza" . Segundo a fonte a que tivemos acesso a cooperativa, "O Lar do Patriota" usurpou forçosamente - e sob ameaças constante de

morte contra os respectivos proprietários - mais de 309,5 hectares, pertencente a associação, onde actualmente se encontra erguida várias residências no município de Belas, em Luanda. Na queixa-crime apresentada, de acordo com a fonte, junto das autoridades competentes constam dentre várias acusações: "burla, abuso do poder, abuso de confiança, ameaças e tentativa de morte. "Nós decidimos levar este general e a sua empresa imobiliária ao tribunal por ter recusado cumprir o que estava estipulado no contrato que afirmamos (entre o Lar do Patriota e a Ana Ndengue) há escassos anos", avançou a fonte. A queixa-crime fora apresentada por um advogado identificado apenas por Arthur. "Já efectuamos o primeiro pagamento a este advogado e agora estamos a espera dos resultados", revelou a mesma fonte. Por outro lado, os camponeses reconheceram, e agradeceram, a pronta intervenção do governador de Luanda, Bento Bento, na resolução do conflito que se arrastava há mais de 11 anos. "Foi graça a intervenção dele que conseguimos travar a usurpação do Lar do Patriota", reconheceu. De recordar que o problema envolvendo o "Lar do Patriota" e os camponeses da associação Ana Ndengue (que tinha, no princípio, em sua posse um espaço de 1614 hectares, legalizado e com o direito a superfície pago na totalidade) arrasta-se já desde alguns anos, como acima anunciamos. A fonte explica que no princípio, este grupo solicitou a intervenção do secretário-geral do MPLA, Dino Matross, no assunto como medianeiro entre as partes beligerantes, tendo até baixado orientações aos comités daquele partido e a entidades das administrações municipais que circundam as terras em causa. No entanto, enquanto os camponeses aguardavam por um desfecho favorável, de Dino Matross, os mesmos dizem ter ficado decepcionados quando tomaram conhecimento de que este se tinha passado para o lado do latifundiário, general Dinguanza, que o havia ofertado uma residência no referido complexo, sendo uma das melhores ali existentes. Desguarnecidos e sem protecção e, tendo em conta a que muitos desses camponeses, uns são sobreviventes e outras, viúvas de percididos dos acontecimentos que marcam o 27 de Maio de 1977, deram a conhecer o que se passava à direcção da Fundação 27 de Maio, concretamente, aos generais Silva S. Mateus (este fora detido durante três meses na DPIC à mando do general Dinguanza) e José A. Fragoso, que deveriam ajudar na resolução do assunto. Em tempo oportuno, as duas personalidades haviam se deslocado ao Lar do Patriota, tendo sido recebidos pelo general Dinguanza, no seu gabinete com quem abordaram toda a problemática que envolve as partes, tendo chegado as seguintes conclusões: - Dava-se por terminado ou rescindido os acordos firmados entre as partes, por

incumprimento da direcção do Lar Patriota que consistiam na atribuição de uma residência e ou indemnização a cada camponês detentora de parcela de terra; - A direcção do Lar Patriota devia se manter nos limites de terras que ocupava até aquele momento, e que não podia avançar nem mais um metro, nas terras dos camponeses. - Os camponeses, podiam e eram livres de firmar acordos com quem quer que fosse, desde que satisfizesse as suas vontades. Esse entendimento perdurou desde Novembro de 2010 até em Janeiro de 2012, quando o general Dinguanza sob forte aparato de supostos militares das FAA e polícia, mandou máquinas para terraplanagem nas áreas dos camponeses, iniciando assim, uma nova invasão.

2.47 Centralidades viram zonas de campismo

O Independente

23 De Fevereiro de 2013

Desde o princípio deste mês que as centralidades do Kilamba, Cacucaco e Zango foram transformadas em zonas de campismo, altamente concorridas. Tudo porque a ânsia por ver concretizado o sonho da casa própria leva a que muitos cidadãos não olhem a meios e vão com tudo para as novas urbes, decididos a só saírem dali com o problema resolvido. Os interessados, na sua maioria jovens, são aos milhares e a empresa encarregue da comercialização das casas mostra-se pouco ágil para atender a multidão que recorre aos seus balcões diariamente. Não se sabe se por instrução da direcção ou por inépcia dos funcionários, mas o certo é que o atendimento por pessoa parece demorar mais do que o que seria normal. Era de esperar que, pelo tempo de preparação que tiveram, as imobiliárias tivessem preparado o aparato logístico completo, de modo a inclusive evitar que os passeios, as entradas dos edifícios e jardins fossem transformados em dormitórios. As dificuldades são perceptíveis logo a entrada. Para quem chega o choque é inevitável. São filas enormes, lembrando as antigas «bichas» da carne e do pão, na década de oitenta. E como a ocasião faz o ladrão, eis que um grupo de oportunistas está a fazer o «favor» de colocar o nome na lista a troco de «outro favor», seguindo a máxima «uma mão lava a outra e as duas lavam a cara».

Persistência vs absentismo

Fernando Mateus, um funcionário público, conta que teve que pernoitar para fazer a inscrição na centralidade do Zango, e memos assim a frente do seu já haviam mais de 200 nomes. «Epa! isso está impossível» desabafa. O jovem diz que colocou o seu

nome na lista, mas quando regressou no dia seguinte a lista tinha sido extraviada. «Alguma coisa se passou, mas o certo é que já ninguém sabia informar sobre a lista que fora feita no dia anterior, de tal sorte que encontrei um novo esquema de organização», conta. Fernando declara que perdeu a esperança quando foi-lhe comunicado que em vez de listas passariam a atender por filas, que eram divididas para mulheres grávidas, deficientes físicos, militares e paramilitares, mulheres e homens acompanhado de crianças. Outro cidadão, Pedro Agostinho sugere a abertura de mais postos de atendimento nas centralidades e também o melhoramento do sistema de informática que em alguns períodos do dia é muito lento. A Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) iniciou, desde o passado dia 01 de Fevereiro a venda de habitações nas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Capari, Km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica). As vendas estão a ser processadas em Regime de Renda Resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos. As habitações estão à disposição do público também em regime de "Arrendamento e de Vendas a Pronto Pagamento", refere o comunicado da Sonip. De acordo com a Sonip "os interessados deverão dirigir-se aos seus postos de vendas e, como alternativa, aos postos de venda da Delta Imobiliária, na cidade do Kilamba". As residências das novas centralidades erguidas em Luanda, no quadro de cinco projectos imobiliários da SONIP (Sonangol Imobiliária e Propriedades) localizados nas circunscrições de Kilamba Kiaki, Cacucaco, Capari, Km 44 e Zango, têm custos actualizados que variam entre 1,5 milhões e 18 milhões de kwanzas. As novas modalidades de aquisição apresentadas pela SONIP estabelecem que qualquer cidadão pode comprar ou arrendar casa nesses locais, bastando para tal reunir uma cópia do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte, a declaração de rendimento, o último recibo do salário e o comprovativo de pagamento atribuído ao concorrente. Existem cinco opções para acesso aos contratos imobiliários da SONIP, sendo que o primeiro é o pronto pagamento, seguido pela venda com acesso ao crédito bancário, depois a renda resolúvel com capital inicial e sem capital inicial e, por último, o arrendamento - o mecanismo que, à partida, não apresenta qualquer embaraço nos trâmites, senão o pagamento antecipado de uma renda anual, cujos valores variam entre aproximadamente dez mil e 100 mil kwanzas. Sobre a compra a pronto pagamento recai um desconto de cinco por cento sobre o valor, enquanto a venda resolúvel é diferenciada consoante a idade.

Valores das casas

A SONIP atribuiu dois critérios para renda resolúvel, sendo uma para maiores de 40 anos de idade e a outra para pessoas com idades inferiores. Com menos de 40 anos os interessados pagam as obrigações em 20 anos, enquanto os demais devem reembolsar por um período de 15 anos. Relativamente aos contratos, a SONIP vai cobrar três por cento sobre o valor das transacções, para fazer face a outros encargos e serviços. Em todas as modalidades, os encargos legais, notariais, fiscais e judiciais são da responsabilidade das pessoas que aderirem aos actuais critérios comerciais. Na centralidade mais visível de Luanda - a Cidade do Kilamba -, os preços das residências variam entre sete milhões (casas do tipo 1'3A) e 18 milhões de kwanzas (T5). Os apartamentos do tipo T3B e T3+ 1 custam cada oito milhões e nove milhões de kwanzas, respectivamente. O arrendamento nesta centralidade está fixado em valores que variam entre 31 mil e 100 mil kwanzas para a modalidade de renda resolúvel com capital inicial, entre 46 mil e 143 mil kwanzas para a renda resolúvel sem capital inicial e entre 35 mil e 90 mil kwanzas para a renda normal, que apenas exige a apresentação de uma cópia do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte. Na centralidade do Zango, em Viana, o custo dos apartamentos varia entre oito milhões (casas do tipo 1'3 - 120 metros quadrados) e nove milhões de kwanzas (T 4 - 150 metros quadrados). O arrendamento no Zango tem valores que variam entre 36 mil e 50 mil kwanzas para a modalidade de renda resolúvel com capital inicial, entre 53 mil e 71 mil kwanzas para a renda resolúvel sem capital inicial e entre 40 mil e 45 mil kwanzas para a renda normal. No Km 44, as casas valem entre 3,5 milhões de kwanzas (habitações do tipo T3 - 95,10 metros quadrados), dois milhões e meio de kwanzas (T3 - 92,58 metros quadrados) e um milhão e meio de kwanzas (T3-90,78 metros quadrados). A renda resolúvel com capital inicial varia entre sete mil e 20 mil kwanzas, a renda resolúvel sem capital inicial entre dez mil e 28 mil kwanzas e o arrendamento normal entre 12.500 e 20 mil kwanzas. Nas residências de Capari, a compra à vista está fixada em três milhões de kwanzas, o arrendamento resolúvel com capital inicial ao preço de 13 mil, para quem possui menos de 40 anos de idade, e 20 mil kwanzas, para quem tem mais de 40 anos, a renda resolúvel sem capital inicial a 20 mil para os primeiros e 24 mil kwanzas para a segunda condição, e o arrendamento normal em 20 mil kwanzas. Para Cacuaco, os critérios de acesso às chaves dos apartamentos são múltiplos, dadas as diversas tipologias de residências construídas (T4 - 120 metros quadrados, em edifícios de 5 e 9 andares e T5 - 150 metros quadrados, em edifícios de

5, 9 e 11 andares). Cada residência vale entre seis e nove milhões de kwanzas, mas, nos edifícios de nove andares o preço é de 15 milhões de kwanzas. O arrendamento da centralidade de Cacuaco começa em 27 mil kwanzas e termina em 83 mil na modalidade de renda resolúvel com capital inicial e, na renda resolúvel sem capital inicial, o valor varia entre 40 mil e 119 mil kwanzas. No arrendamento normal o menor valor é de 30 mil kwanzas e o mais alto 75 mil.

Coisa de amadores?

Contrariamente aquilo que o Presidente da República ordenou, na mais recente visita que efectuou à Cidade do Kilamba, o processo de aquisição de casas passou de burocrático a desorganizado. Ninguém percebe como é que um projecto tão bem delineado pelo Executivo seja capaz de parecer coisa de amadores. Esperava-se muito mais das imobiliárias incumbidas de comercializarem as casas, mas também das autoridades administrativas dessas novas urbes, em especial da cidade do Kilamba. É certo que as enchentes são provocadas pelo número exíguo de balcones disponíveis, mas também há que convir que a própria cidade se mostra algo incapaz de acolher «estranhos». Não tem nos arredores um único lugar onde pessoas que não sejam moradoras possam passar uma noite e comer uma refeição quente. O que é simplesmente inconcebível a essa altura do campeonato.

2.48 Do Kilamba e outras centralidades “jessianas”

Folha 8

23 De Fevereiro de 2013

Por causa dos preços, propostos sem levar minimamente em conta o poder de compra do angolano da classe média. É evidente que das classes mais carentes seria simplesmente absurdo falar. Passou, portanto, o tempo, e recentemente, em meados do ano passado, a prestigiosa revista televisiva National Geographic publicou uma reportagem sobre essa centralidade, com o seguinte título: «Chineses de Angola constroem cidade fantasma», desenvolvendo essa epígrafe com alguns comentários que de laudativo nada tinham e de que salientamos aquele que melhor define o fracasso do projecto presidencial, "os apartamentos do Kilamba foram propostos para venda, via publicidade online, a preços entre 60 mil e 120 mil dólares (que depois passaram a ser de 120 a 200 mil dólares), não obstante se estime que 2/3 dos angolanos vivem com menos de 2 dólares por dia". Pedimos desculpa, mas isto, visto assim, a frio, dá para pensar que somos governados por atrasados mentais. O que está longe

de ser o caso, pois o que acontece é que a descomunal vaidade do chefe anula todo e qualquer raciocínio cartesiano, só conta para a tomada de decisões não sempre, mas em algumas delas, como neste caso, e também quando o governo gastou 2 bilhões de dólares (dois mil milhões) num campeonato de futebol (CAN 2010), quando disponibilizou 9 milhões a uns coitados Palancas que foram à CAN da África do SUL (CAN 2013), por exemplo -, só conta, dizíamos, a satisfação da vaidade do chefe, tudo o resto deixa de ter valor. Naturalmente, quando o Executivo, lá do alto do seu pedestal de extraterrestre, soube da publicação desse artigo da National Geographic, difundida em quase todos os países do mundo, foi como se o bilhar tivesse feito "Tilt".

E agora? Vamos fazer como?

Contrariando a sua habitual estratégia de guerrilheiro de se quedar quedo e mudo quando há cheiro a chamusco na governação, desta vez viu-se obrigado ir a público dar uma explicação aos angolanos e aproveitou a ocasião para sacudir toda a poeira das obras do Kilamba que tinha no capote, assegurando que a culpa era da burocracia excessiva. Portanto, acrescentou, era urgente mudar esse estado de coisas para tornar exequível a venda das casas do Kilamba, das quais, dentre as 16 mil à venda, em muito mais de um ano apenas tinham sido vendidas pouco mais de uma centena!

Do Paraíso ao inferno a distância é curta

Vieram de lá os peritos do partido e cozinham um sistema de pagamento, que deveria teoricamente resolver o problema do enchimento das casas virgens do Kilamba, baseado no princípio de uma entrada, variável segundo o tipo de residência (para um TI, por exemplo, entrada é de 16 mil dólares), ao que se segue um período de tempo variável, entre 15 e 20 anos, segundo a idade do comprador, de pagamento de um aluguer que será levado em conta para o pagamento da residência. Segundo Paulo Cascão, promovido a responsável do projecto Kilamba, o processo é fácil e rápido. "Nós temos que seguir aquilo que a Sonangol pediu para fazer, mais nada" disse ele. E o esquema arrancou em força, com os pneus em derrapagem controlada: os cem primeiros apartamentos começaram a ser entregues em meados deste mês de Fevereiro, enquanto se espera igualmente pelas entregas das primeiras chaves dos projectos Kapari, 44, Cacuo e Zango. Tudo, acrescentou Cascão, será de resolução rápida, «A Sonangol Imobiliária pediu para nós pedirmos uma cópia do bilhete de identidade, cartão de contribuinte, a declaração de serviço com o salário compatível para pagar a residência e o recibo do último salário para

depois podermos fazer uma apreciação e se tudo estiver correcto nós entregamos a casa, não havendo mais nada pra fazer".

UM SONHO! GANDA JES!!..

.Atentem bem à perfeição do sistema (no papel!): "A Delta Imobiliária (supervisora) tem um sistema de dupla atribuição de senhas, o senhor fica na fila e recebe uma senha para saber mais ou menos qual é o tempo que tem de esperar, e que é rápido. Quando chega dentro das nossas lojas recebe outra senha de processo e a partir desse mesmo processo é remetido para a sede a fim de fazer uma análise". Nesta maravilhosa empreitada Paulo Cascão é um homem feliz e foi a sorrir que garantiu que tudo se vai passar em beleza e que o processo de inscrição durará, é claro, vários meses, pela quantidade de apartamentos existentes nos projectos do Kilamba, Kapari, 44, Cacuo. "Não lhe posso dizer quanto tempo, nas isto vai demorar muitos meses", concluiu Felicidade, felicidade. Vamos mazé a correr para o Kilamba para termos enfim a nossa casinha, "vambora"!

O inferno do Kilamba

Entusiasmadíssimas, centenas de pessoas começaram a fazer fila de madrugada em Luanda para se inscreverem como candidatos a um apartamento nos projectos do Kilamba, Kapari, 44, Cacuo e Zango. A venda, colocada sob a responsabilidade do Delta Imobiliária (agora com 3 agências), pretendia poder atender 400 pessoas por dia, mas na prática atende, quando muito, pouco menos de 200, presume-se que os outros 200 sejam atendimentos fantasmas, visto que existe uma clara certeza da cobrança de 500 USD para entrega dos documentos. Apesar dessa eventualidade, segundo o que disse o administrador Paulo Cascão, a Delta Imobiliária encontra-se muito bem equipada para facilitar o atendimento dos interessados e não há possibilidade de dar qualquer brechas ao esquema. Pois é mas o problema é que, além do seu esquema teórico de acesso à compra das residências, nomeadamente das do Kilamba, apareceram outros esquemas em forma de vírus, hackers e outras espécies de parasitas logo à entrada do arranque do processo, o que levou uma mulher a dizer exactamente a mesma coisa que Cascão, mas referindo-se a esses esquemas parasitas no sentido contrário ao significado daquilo que o coordenador quis transmitir, dizendo que "quando chegas aqui às três da manhã, já tem mais de cento e tal pessoas, é horrível, o meu sonho de obter um apartamento está a tomar-se num pesadelo". (Um observador atento que esteve de plantão desde 17.02.13 até 20.02.13 assegura que ele seguiu tintim por tintim todo o desenvolvimento do processo e concluiu que era uma tremenda tramóia porque na realidade por dia não

passavam ao balcão mais de 40 ou 50 pessoas, o essencial do negócio era feito algures). O "BIZNE" De facto o maravilhoso projecto de venda de casas do Kilamba tomou-se um negócio lucrativo, protagonizado por uma banda de parasitas que chegam a passar a noite no Kilamba para poderem receber ficha, para depois cobrar umas centenas de dólares por cada uma delas, revezando-se e colocando nomes de pessoas que nem sequer se encontram no local." A rede estendeu-se até às bombas de combustível próxima e pelo Kero aonde aborda o povo faminto por ter passado dias a dormir no chão". Naturalmente que o pessoal de asseguramento da polícia não podia ficar de fora deste quinhão, afinal isso é Angola e todo mundo se vira como pode, para eles o preço ronda entre 200 a 400 USD, seja o interessado polícia ou não. De resto, a esse propósito, chegou a haver maka entre os homens ao serviço da Segurança do Estado, MININT de um lado, F AA do outro, perante o olhar sereno da SONIP e da DELTA, que, estando-se completamente a marimbar para o povo, estabelecia uma obrigatoriedade de presença às 16h, às 20h, às 0h, e às 4h da manhã, e caso o mwangolé faltasse a umas das chamadas o seu nome que estava nos números 50, rapidamente se transformava em 2182. Nesta embrulhada nauseabunda, houve gente que ficou no Kilamba de piquete três, quatro ou mesmo mais dias, homens e mulheres que ficaram dias e mais dias sem tomar banho, a cheirar a catanga, sujos, com ramela nos olhos, empregado e empregadas que faltaram ao trabalho, pacientes que não se apresentaram à sua agendada consulta médica, agora sem sequer poder se queixar, por não existir quem atenda as suas queixas contra os técnicos e dirigentes da SONIP, por não terem pensado numa forma de inscrição que evitasse esta tremenda humilhação e o caos que agora se verifica. O mais espantoso de tudo isto, é que esta rebaldaria sem nome, esta vergonha inqualificável, esta roubalheira generalizada, toda esta sujeira está a ser, como de costume, digerida nas calmas pelos agentes de autoridade do Estado, que também comem no mesmo bolo. E, entretanto, não se vê um único dirigente, nem mesmo da oposição, levantar-se para denunciar esta vergonhosa situação, dir-se-ia mesmo que os palhaços do governo acham que tudo o que se está a passar no Kilamba é normal. Isto é Angola! Eis o que se passa, um autêntico e grave atentado à dignidade e aos direitos do cidadão, uma manifestação que se repete vezes demais, provando que o regime JES /MPLA é muito, mas mesmo muito pior, muito mais cruel e sanguinário que o do colono branco português. Perguntem aos kotas se foi assim que recebiam as casas no Rebocho Vaz, Maxinde, Kaputo ou Cuca em Luanda? Perguntem e atentam as dessemelhanças ...

2.49 Funcionários da DELTA trocam favores por 1500 dólares

Semanário Factual

23 De Fevereiro a 02 de Março de 2013

Muita gente tem denunciado os esquemas de corrupção montados por funcionário da Delta e, quiçá, da SONIP mas nunca pensei que tal fosse verdade. Afinal, eu estava enganado. Esqueci-me que em Angola tudo é possível. Custou-me acreditar que empresas dessa envergadura (DELTA e SONIP) tivessem funcionários capazes de cometerem abusos e crimes contra a dignidade do pacato cidadão angolano. A bomba explodiu às 22 horas e 30 minutos de quarta-feira, 20. Foi a hora que cheguei a casa. Nessa altura, um membro da minha família vem ao meu encontro e, muito satisfeito, diz-me que conseguiu uma chave no Kilamba. Fiquei contente, mas ao mesmo tempo admirado pela celeridade do processo. Foi aí que me disseram ter pago 1500 dólares para ter acesso à inscrição e assinatura do contrato, para além dos 12 meses de renda adiantados. Esta notícia deixou-me totalmente abalado, pois nunca pensei que os rumores tivessem fundamento. E, de repente, comecei a desenhar o cenário montado pelos oportunistas que se infiltraram na DELTA e na SONIP. E evidente que a rede conta com vários integrantes das duas empresas. Caso contrário, seria difícil efectuar uma negociata dessa envergadura. Fontes contactadas afirmaram que, diariamente, esses artistas atendem dezenas de pessoas que pagam quantias aproximadas a duzentos mil dólares. Mas tudo isso acontece porque existem falhas no sistema organizativo. A SONIP e a DELTA deveriam estar preparadas para prestarem um serviço de melhor qualidade, de modo a se evitarem as aglomerações de milhares de pessoas que fossem atendidas por meia dúzia de jovens inexperientes, mas ávidos de enriquecer a qualquer preço. As duas empresas deveriam ter em mente que o povo angolano se encontra há mais de 30 anos sem poder comprar uma habitação condigna. Por isso, as actuais formas de atendimento não se adaptam ao modo de ser e de estar do angolano. Muitos de nós não gostam de esperar, nem de cumprir certas regras de convivência. Estamos todos atrás do prejuízo. Vale recordar que, no início de Fevereiro deste ano, milhares de pessoas acorreram às centralidades do Kilamba, de Cacucaco, de Capari, do Quilómetro 44 e do Zango (Condomínio Vida Pacífica), para aquisição de uma habitação própria, cujas vendas estão a ser realizadas pela Sonip-Sonangol Imobiliária e Propriedades, Lda. As vendas estão a ser processadas em Regime de Renda Resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos,

em montantes que vão de sete milhões a 18 milhões de Kwanzas, em função das dimensões de cada habitação, de acordo com a tabela de preços publicada no Jornal de Angola (JA), na sua edição de 04 de Fevereiro corrente. As casas também podem! ser adquiridas em regime de "Arrendamento e de Vendas a Pronto Pagamento", refere o comunicado da Sonip, divulgado a propósito.

2.50 Indícios de desmaios e morte no kilamba

Folha 8

23 De Fevereiro de 2013

Os episódios à volta da venda dos imóveis das centralidades de Luanda continuam cada vez mais negros. A enchente é cada vez maior e os candidatos temem que mais dias menos dias começam a surgir casos de desmaios e ou mortes, pois já tem havido indícios. "Já ouve pessoas que se queixaram de perder o ar mas ainda não houve desmaios", confessou um dos guardas do Kilamba. Por sua vez, a jovem Laurinda Gomes confessou que a vez que esteve lá abandonou O local justamente porque começou a sentir-se mal. "Estava a perder ar e como não posso perder a vida por causa de uma casa voltei", recordou acrescentando não estar disposta a voltar, pois "não quer voltar a enfrentar a mesma coisa". Enquanto isso, aumentam ou, pelo menos, mantêm-se as interrogações à volta do processo a semana passada, abordamos, das pessoas perderem a possibilidade de comprar o apartamento mesmo depois de aturar a humilhação de que são submetidos os candidatos. Esta possibilidade deve-se ao facto de dar-se apenas 5 cinco dias, a contar do dia da inscrição para pagar a prestação anual da renda resolúvel. Como já foi sublinhado a edição passada, neste particular, está a existir dois pesos e duas medidas. Ou seja, assim como umas pessoas recebem uma moratória de cinco dias, outros de dez e outro pode receber de quinze dias. As razões desta diferença são desconhecidas, mas espelham que antes do arranque do processo os procedimentos não foram devidamente definidos. Outra situação que tem embaraçado os candidatos tem que ver com o facto de os serem obrigado a abrir uma conta no BAI e desta transferir o dinheiro à SONIP e, desta feita, os candidatos são obrigados a aumentar no dinheiro da casa a percentagem da transferência de valores que ronda os 3% do valor. Além de acrescentar nas despesas dos candidatos, a referida imposição obrigada a ser a pessoas inscrita a efectuar o pagamento. Ou seja, alguém que se inscrever está impossibilitado de no dia seguinte viajar, por exemplo, deixar o dinheiro com algum familiar para proceder ao pagamento. Mas esta é uma

realidade que os candidatos apenas encaram no banco, não lhe é informado como tal pelo que alguns estão a cometer este erro ou, se quisermos estão a cair na armadilha dos vendedores que visa retirar alguns candidatos do caminho. O Candidato Carlos Simão, por exemplo, não sabe o que lhe vai acontecer, inscreveu no dia 7, mas como tinha de viajar deixou os cerca de 7 mil dólares para a esposa depositar para uma casa no Zango. Entretanto, de regresso 15 dias depois encontrou o processo parada, pois a mulher estava impossibilitada de continuar. "Apenas paguei ontem vou ver se consigo entregar e o comprovativo e esperar o que me dizem", adiantou. Enquanto isso, as pessoas temem que pelo crescer das enchentes danos maior venham a acontecer o que, pelo andar da carruagem, não está longe de acontecer. A continuar como as coisas estão, podemos ter casos de desmaios, por exemplo, pelo que é urgente tomarem-se medidas. Várias são as sugestões apresentadas. Para algumas pessoas se deveria interromper a inscrições por um período de 20 dias, por exemplo, para apenas receber os comprovativos de pagamento e entregar as chaves. Findo o referido prazo, se recomençaria o processo que seria novamente interrompido a determinada altura. O recurso a internet é outra posição apresentada pelos as pessoas que, desta feita, procuram contribuir para um processo totalmente desarrumado. Desarrumação que motivou a Associação de Defesa dos Consumidores a pronunciar-se sobre o assunto na última sexta-feira, 22.02. facto é que tudo continua na mesma com a diferença de ser cada maior a enchente e assim aumentar a possibilidade de acidentes maiores.

2.51 Inferno do Kilamba

Folha 8

23 De Fevereiro de 2013

De facto o maravilhoso projecto de venda de casas do Kilamba tornou-se um negócio lucrativo, protagonizado por uma banda de parasitas que chegam a passar a noite no Kilamba para poderem receber ficha, para depois cobrar umas centenas de dólares por cada uma delas, revezando-se e colocando nomes de pessoas que nem sequer se encontram no local." A rede estendeu-se até às bombas de combustível próxima e pelo Kero aonde aborda o povo faminto por ter passado dias a dormir no chão". Naturalmente que o pessoal de asseguramento da polícia não podia ficar de fora deste quinhão, afinal isso é Angola e todo mundo se vira como pode, para eles o preço ronda entre 200 a 400 USD, seja o interessado polícia ou não. De resto, a esse propósito, chegou a haver maka entre os homens ao serviço da segurança do Estado, MININT

de um lado, FAA do outro, perante o olhar sereno da SONIP e da DELTA, que, estando-se completamente a marimbar para o povo, estabelecia uma obrigatoriedade de presença às 16h, às 20h, às 0h, e às 4h da manhã, e caso o mwangolé faltasse a umas das chamadas o seu nome que estava nos números 50, rapidamente se transformava em 2182. Nesta embrulhada nauseabunda, houve gente que ficou no Kilamba de piquete três, quatro ou mesmo mais dias, sem tomar banho, a cheirar a catinga, sujos, com ramela nos olhos, empregado e empregadas que faltaram ao trabalho, pacientes que não se apresentaram à sua agendada consulta médica, agora sem sequer poder se queixar, por não existir quem atenda as suas queixas contra os técnicos e dirigentes da SONIP, por não terem pensado numa forma de inscrição que evitasse esta tremenda humilhação e o caos que agora se verifica. O mais espantoso de tudo isto, é que esta rebaldaria sem nome, esta vergonha inqualificável, esta roubalheira generalizada, toda esta sujeira está a ser, como de costume, digerida nas calmas pelos agentes de autoridade do Estado, que também comem no mesmo bolo. E, entretanto, não se vê um único dirigente mesmo da oposição, levantar-se para denunciar esta vergonhosa situação, dir-se-ia mesmo que os palhaços do governo acham que tudo o que se está a passar no Kilamba é normal. Isto é Angola! Eis o que se passa, um autentico e grave atentado à dignidade e aos direitos do cidadão, uma manifestação que se repete vezes demais provando que o regime JES/MPLA é muito, mas mesmo muito pior, muito mais cruel e sanguinário que o do colono branco português. Perguntem aos kotas se foi assim que recebiam as casas no Rebocho Vaz, Maxinde, Kaputo ou Cuca em Luanda? Perguntem e atentem as dissemelhanças...

2.52 Os espaços urbanos de Angola e sua qualidade de vida

*Agora
23 De Fevereiro de 2013*

Ponto prévio: na 1ª parte deste tema, deixei no ar perguntas por responder. O que o Governo está a fazer para melhorar a situação nas cidades de Angola? Propus-me também, a dar a minha opinião, as minhas sugestões, a minha contribuição como cidadão e cidadão por excelência, sobre as vias a seguir para se melhorar as condições de vida nas cidades deste país.

Este é o exercício que aqui e agora passo a fazer. Perante cidades ruralizadas, com várias construções anárquicas e precárias, e muitos edifícios e apartamentos "invadidos" e ocupados por residentes sem "cultura urbana", saídos dos bairros suburbanos e outros vindos apressadamente do meio rural,

nenhum Governo poderia ficar indiferente, de braços cruzados.

Até porque os comportamentos e atitudes pouco em vários casos selvagens, no que a utilização e uso dos equipamentos urbanos diz respeito, acelerou a degradação dos edifícios, habitações e outros equipamentos sociais, deixados pelo regime colonial.

Foram constatados vários casos de galinhas e pilões (fazer fuba) em apartamentos com os espaços dos elevadores, transformados em depósito de lixo e os corrimões de madeira das escadas dos prédios, arrancados e transformados em lenha. Nas vivendas outrora belas e verdejantes, cabritos ou porcos eram guardados em piscinas transformadas em currais.

É claro que a falta de água e de energia eléctrica, contribuíram também para isso, mas o fator principal foi e tem sido mesmo, cultural. Ninguém ensinou as pessoas como viver em prédios e em grandes residências, como utilizar os equipamentos públicos, como viver em grandes aglomerados populacionais.

Cada um fez (e faz) o que sabe e acha bem! A 1ª grande medida que o Governo tomou para disciplinar as ocupações ilegais de casas, e controlar a situação, foi o Confisco dos edifícios abandonados. Estes, já ocupados ou não, transformaram-se em propriedade do Estado.

Criou-se a Junta Nacional de Habitação que passou a ser o senhorio e em nome do Estado cobrava as rendas (valor irrisório) aos novos inquilinos e fazia a gestão do património habitacional. Muita luta violenta aconteceu, para se legalizar casa, muita corrupção no meio para se conseguir uma casa.

Mortes, desesperos, traições, divórcios etc. tudo para se arranjar uma casa da Junta. A grande maioria dos angolanos que hoje vivem em vivendas, ou apartamentos, nos bairros nobres ou não, obtiveram as residências e instalações comerciais e escritórios, por esta via e mais tarde compraram-nas à Junta a preços baixos! Seus pais pobres ou remediados, não podiam ter-lhes deixado, como herança, vivenda, apartamento ou outro bem imobiliário.

Porém, outros angolanos aproveitaram o calor e a confusão do conflito armado, para maldosamente, ocuparem as casas de seus compatriotas, quais "troféus de guerra". Ora porque é Nitista (Nito Alves 27 de Maio) ou porque é da UNITA (Savimbista) ou porque é da FNLA (regue) etc.

Todos estes estigmas sórdidos, serviram de justificação para angolanos oportunistas e sem escrúpulos, se apropriarem de imóveis alheios. Hoje, ainda há muito contencioso deste tipo, não resolvido!

Resolvidos foram vários casos de imóveis habitacionais pertencentes a cidadãos estrangeiros (com ou sem dupla nacionalidade) que conseguiram obter de volta seus apartamentos ou vivendas, por força do Desconfisco ou desnacionalização, decididos pelos Ministros da Justiça de Angola.

Nestes casos as famílias angolanas ocupantes, foram despejadas muitas delas de forma brutal, desumana, sem indemnização, claramente injustiçadas. Fizera uma tábuinha rasa ao direito de usucapião, mesmo sabendo que várias destas famílias residiam nas casas há décadas e com documentos emitidos pela Junta.

Com o andar dos anos, a guerra civil acabou em Abril 2002. O preço do petróleo subiu exponencialmente, a produção do petróleo aumentou significativamente e as receitas financeiras do Estado triplicaram. Era o "Boom" que começava a bafejar a economia angolana a partir de 2003.

O tempo das vacas gordas tinha finalmente surgido em Angola. Havia bastante dinheiro para investimentos públicos e estes começaram a aparecer. As infra-estruturas rodoviárias foram priorizadas, mas também as habitações. Era chegado o momento para "dêsruralizar" as cidades. Eliminar as bolsas de ghettos incrustadas no centro da cidade e alargar o diâmetro da zona asfaltada.

Para isso, alguns bairros começaram a ser demolidos e as famílias reassentadas em tendas, casas de chapa, ou residências de qualidade medíocre, construídas em locais longínquos nunca antes habitados. Viana 11, Zangos, Bitá, Panguila, etc.

foram alguns dos lugares escolhidos, outros se seguiriam! A gananciosa apetência pelo mercado mobiliário que se adivinhava muito rentável, galvanizada pela proteção que a nova Lei de terras conferia aos empresários (a terra é propriedade do Estado e não do povo) fez aumentar a pressão ao Governo, para libertar rapidamente espaços e vender terrenos de zonas nobres antes ocupados por casas precárias e velhas.

Mais do que o desejo sincero de modernizar e melhorar a imagem das nossas cidades, sobrepôs-se "a ambição capitalista pelo chorudo negócio imobiliário. Só assim se entende tanta pressa e "sanha desumana" na demolição de casas consideradas casebres (muitas não o eram), para "enxotar" famílias angolanas, dos centros urbanos e realojá-las em locais inóspitos, sem antes se terem criado as mínimas condições de habitabilidade humana (água, luz, centros médicos, escolas, saneamento básico etc.).

É visitarem estes bairros pobres, construídos pelo Executivo e ver como os angolanos são obrigados a viver, muitos deles duas ou mais famílias na mesma casa tipo T2 ou T3. É chocante! A reurbanização das cidades inicia-se sem sequer terem sido elaborados Planos Diretores ou outros projectos tecnicamente credíveis de desenvolvimento urbano.

Felizmente, alguma coisa neste sentido está previsto no OGE 2013, aprovado dia 15. Tarde, mas entes isso! Contudo, em matéria de urbanização, reconheço que algo de positivo foi feito. 4 Muitos não concordam, com os condomínios e as novas centralidades, mas são com certeza uma solução bem melhor do que os Zangos, em termos de qualidade de habitação e de política de zonas residenciais seletivas ou de cidades satélites ou até mesmo de cidades dormitórios (home countries).

Mas ainda assim, não sou apologista desta forma de edificação vertical utilizada nas "famosas" novas centralidades, de que a cidade do Kilamba é o postal mais divulgado. Angola tem 1.247.600 km² de espaço territorial (terra).

O povo africano em geral e o angolano em particular, por fortes razões culturais e de índole reprodutiva (muitos filhos por casal), não se acomoda de forma confortável em apartamentos. Viver em prédios altos torres de betão) é complicado para o africano.

Pior ainda quando há uma grande insuficiência e permanente irregularidade no fornecimento de energia, água potável e baixos níveis de saneamento básico (esgotos e recolha de lixo). No momento em que os elevadores avariavam e o morador do prédio tem de carregar a botija de gás, o bidão de água, as compras etc.

Até ao 4º ou mais andares em cima, ali começa a degradação da qualidade da sua vida, que o apartamento Inovo era suposto melhorar! Mas há quem defenda que isto é modernidade. Eu discordo!

Modernidade não é progresso. Viver em apartamento, ainda que de luxo, não dá melhor qualidade de vida do que viver cá em baixo, numa boa vivenda, com um amplo quintal onde podemos ter uma horta, jardim, árvores de sombra ou fruto. Senão, os milionários não viveriam em mansões e contentar-se-iam com apartamentos!

Não plantem ilusões nas pessoas! A construção de habitações na vertical, só é boa solução para

países densamente povoados, de reduzida extensão territorial e com grande capacidade de geração e distribuição de energia e água. Não é o caso de Angola. O caso dos Emiratos Árabes Unidos (Dubai

p.exe.); do Japão; de Portugal que é 14 vezes e meia mais pequena do que Angola.

E mesmo assim, neste país europeu, é maravilhoso ver tantas vivendas, mansões e habitações horizontais nas cidades e no campo. Um bom exemplo sem dúvidas de urbanização moderna, saudável, agradável à vista, com belos efeitos arquitetónicos em que os prédios altos coabitam pacífica e harmoniosamente com as vivendas notando-se uma grande preocupação pela preservação e valorização do meio ambiente.

Estou a falar de Portugal (do sul ao norte)! Visitem este belo país e aprendam. Viajem também para Espanha e apreciem a urbanização saudável da cidade de Madrid, Barcelona, São Sebastien etc.

Mas não precisam de ir tão longe!? Cape Town, Durban; Pretória e até mesmo Johannesburg estão aqui bem perto na África do Sul, para mostrar aos que mandam no Executivo angolano, o que são cidades modernas com rosto humano; acolhedoras e belas do ponto de vista arquitetónico e ecologicamente saudáveis.

Por isso e não só se encham de turistas idos de vários cantos do mundo! Luanda e outras cidades estão a desenvolver-se mal. Estão a fazê-las crescer de forma desordenada. É nisto que dá a falta de estudos aprofundados sobre a matéria! Se o que estão a fazer com as cidades é modernizar, então que moda é esta e onde a foram buscar?

Parece que em Luanda, querem imitar o Dubai, mas só se for nas palmeiras que plantam no lugar das acácias rubras ou de outras árvores de sombra a que sempre estivemos habituados. Porque em relação aos prédios que estão a construir, uns ao lado dos outros, cada um competindo com o outro no que a luz solar e os ventos diz respeito, são quase todos iguais.

Rectilíneos e rectangulares quanto baste, sem contornos, sem design que deslumbre. São autênticos paralelepípedos de betão, alumínio e vidro espelhado, para iludir um pouco mais. No lugar dos esgotos residuais e pluviais cuja rede devia escoar para centros de tratamento antes de serem despejados ao mar, instalam fossas sépticas, cuja durabilidade é limitada.

Insiste-se em alargar as mesmas ruas, demolindo as casas nas laterais e criando mais problemas para os cidadãos, é preciso construir ruas novas, largas, melhor asfaltadas, melhor sinalizadas, com túneis e passagens aéreas, para os roboteiros e quitandeiras, acarretadores de água, animais e peões em geral. E preciso construir ruas aéreas, principalmente nos

cruzamentos (rotundas etc.) porque não podemos continuar a perder tanto tempo economicamente útil no trânsito infernal, que tanto mal faz a saúde de cada um de nós, que todos os dias temos de ir trabalhar e à economia deste país.

As boas infra-estruturas são aquelas que se constroem no presente, mas com uma durabilidade futura (a longo prazo) garantida. A fiscalização do trânsito tem de ser mais permanente e rigorosa sem cobiçar "gasosa"! Tem de se expandir a iluminação nas ruas e estradas, para ajudar a estancar o alto índice de mortalidade por acidentes rodoviários de que Angola é campeã e reduzir o alto índice de criminalidade, a que todos estamos sujeitos.

O seguro automóvel contra terceiros não pode ser relaxado como está a acontecer! Afinal ele é obrigatório ou não? Que o seja rigorosamente sem contempções para os transportes coletivos. A poluição sonora produzida pelas farras depois da meia noite e música alta da vizinhança e discotecas que nunca deviam ser autorizadas a funcionar em zonas residenciais, tudo isso deve ser punido com fortes sanções financeiras e outras.

A poluição do ar, pelos gases carbónicos de viaturas velhas não inspecionadas nem proibidas de circular bem como a dos aviões (na Europa e América se paga) e até a das fábricas, deve ser devidamente fiscalizada e punida.

As sucatas de viaturas, electrodomésticos e outra maquinaria avariada e atirada para lixeira nas localidades, no mar e rios e ao longo das ruas e estradas, é um atentado à saúde, e devem ser gizados programas para a sua recolha e reaproveitamento, ou depósito subterrâneo em lugares apropriados. A saúde pública está um caos nas zonas urbanas e devem ser tomadas estas e muitas outras medidas. Filhos estão a nascer num ambiente infestado, agressivo e hostil. Cada um de nós envelhece neste mesmo mau ambiente. É preciso que o executivo se empenhe mais afincadamente, para tornar Angola e as suas cidades num bom lugar para nascer, crescer e envelhecer!

O Desenvolvimento humano, passa pelo desenvolvimento dos espaços onde o ser humano vive. Um desenvolvimento sustentado, assente em políticas verdes de defesa e proteção ambiental. Jardins, parques públicos; áreas de lazer e de recreação; campos desportivos, cinemas, teatros, circos infantis etc. traduzem boa qualidade de vida, civilização, progresso.

E é isto que ainda escasseia nas nossas cidades. Precisamos de avançar, rapidamente e colmatar este

défice de boa qualidade de vida nos espaços urbanos de Angola. As cidades não podem continuar a ser um espaço de embrutecimento, de "salve-se quem puder" e de "morte lenta" como acontece em Angola e principalmente em Luan- da, sua capital.

Uma Angola bonita, com lindas e saudáveis cidades, será com certeza mais nossa, orgulhará cada um de nós, envaidecerá cada angolano. E não pensem que esta grande empreitada, de transformar Angola num bom país para se nascer e viver, só compete aos nossos concidadãos que estão no Governo.

O Executivo sozinho nunca conseguirá resolver integralmente os problemas inerentes a boa urbanização. Partidos políticos na oposição devem dar contribuições. A sociedade civil, igrejas, empresários e população em geral tem de participar nos esforços do Governo, através de críticas construtivas e responsáveis, denunciando o que estiver mal, fiscalizando, dando sugestões enfim exercer de forma consciente e mais participativa, a cidadania enquanto munícipes! Agora, ficar ali nos cantos sempre a lamentar, ou a estrebuchar de raiva, mostrando recalcamentos contra tudo e to- dos, sem dar opiniões ou fazer algo que valha... Não ajuda em nada! Tenho feito a minha modesta parte! Não nasci mudo e não andei tantos anos a estudar e a formar-me no país e no estrangeiro, para ficar de braços cruzados e com a mente adormecida, assistindo ao filme, sem nele participar!

Xalenu nhi mahezu ma kidi. Voltarei. Viana, 12/02/13

2.53 Suspensão da venda de casas surpreende candidatos

A Capital

23 De Fevereiro de 2013

As autoridades policiais de Luanda tiveram de intervir, nesta sexta-feira, 22, para acalmar os ânimos de uma população furiosa com a suspensão anunciada pela Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) da venda de habitações nas centralidades construídas em Luanda.

Um comunicado da Sonip, endereçado a alguns órgãos de comunicação social, anunciou na sexta-feira a suspensão do processo de vendas de habitações, apanhando de surpresa os milhares de populares que lutavam para conseguir um lugar na gigantesca lista que os habilitaria à compra de um apartamento numa das cinco novas centralidades de Luanda.

Um destacamento policial, que incluiu a brigada canina, deslocou-se à centralidade do Kilamba para conter a fúria dos populares, muitos dos quais queixavam-se de terem passado várias noites na centralidade, sem que a Sonip, oua Delta Imobiliária, tivessem feito um aviso prévio de que as vendas seriam suspensas.

Um funcionário da Delta, que fez o anúncio da suspensão, teve de ser protegido pela Polícia, tal era a fúria dos populares que, ante a presença das autoridades, começaram a abandonar a centralidade, proferindo até palavras obscenas contra os responsáveis da Sonip e da Delta. Para anunciar a suspensão, a Sonip divulgou, no mesmo dia em que a efectivou, um comunicado lacónico no qual confirmava a medida e dizia que ela era extensiva às centralidades do Kilamba, Cacuaco, Capari, Km 44 e Zango, este último denominado Condomínio Vida Pacífica. A medida, segundo a nota de imprensa, decorre da necessidade de se proceder ao balanço das actividades desenvolvidas até ao momento. Durante 22 dias, as vendas foram processadas em regime de renda resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos ou na modalidade de "vendas a pronto pagamento". Desde o primeiro dia de Fevereiro que a Cidade do Kilamba transformou-se no centro de concentração de muitos cidadãos, candidatos a apartamentos nas centralidades erguidas em Luanda. Tal foi a enchente que muitos pernoitaram, por dias consecutivos, na centralidade para conseguir, ao menos, inscrever-se como candidatos. Relatos de indisciplina e desordem eram noticiados todos os dias, pelos mesmos populares queixosos da desorganização dos responsáveis pela comercialização dos imóveis, no caso, a Sonip e a Delta Imobiliária.

2.54 Venda de casas nas novas centralidades está suspensa para realização do balanço

Jornal de Angola

23 De Fevereiro de 2013

O comunicado, distribuído aos órgãos de comunicação social, refere que a medida decorre da necessidade de se proceder ao balanço das atividades desenvolvidas até ao momento, mas não diz quando o processo vai ser retomado. Em Luanda, a SONIP abriu o processo de venda de moradias ao público para as centralidades do Kilamba, Cacuaco, Mussequê Kapari e KM 44, para cuja adesão adotou como modalidades a compra a pronto pagamento, a aquisição por renda resolúvel com e sem capital inicial e arrendamento.

Desde o primeiro dia, tem-se registado uma grande afluência de cidadãos aos postos de atendimento, onde muitos pernoitam na ânsia de concretizarem o sonho da casa própria, numa área habitacional que reúna qualidade de vida e segurança pública. A decisão da SONIP já era esperada por muitas pessoas que argumentavam a necessidade da empresa gestora das centralidades suspender o trabalho para a correção de eventuais falhas.

As primeiras pessoas que se inscreveram na SONIP, a maioria das quais já com a primeira prestação anual paga, ainda não celebraram os contratos junto desta empresa imobiliária, pertencente ao Grupo Sonangol. O Jornal de Angola apurou que, para este processo de venda de moradias em Luanda, foram colocadas à disposição de 30 mil habitações, metade das quais na Centralidade do Kilamba.

A procura de moradias no país é tão grande, pelo facto de nunca ter havido, desde a Independência Nacional, um projecto habitacional com as dimensões das novas centralidades. Alguns passos foram dados nos anos 80, com a construção de prédios de quatro andares em Luanda, Benguela e Kwanza-Sul, feita por empreiteiras cubanas.

2.55 Acomodação de funcionários públicos dinamiza serviços a nível das comunas

Jornal de Angola

26 De Fevereiro de 2013

Governo está apostado na melhoria das condições de vida das populações dos municípios. Quadros dos sectores da Saúde e Educação e outros funcionários públicos das localidades de Quilemba, Arimba e Roque foram contemplados com casas do tipo T3 e T4, para permitir que estejam mais próximos dos seus postos de trabalho e evitar o absentismo. Construídas no quadro do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Fome e à Pobreza, as casas foram entregues pelo governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, que reafirmou a aposta do governo na melhoria das condições de acomodação dos funcionários públicos e do nível de vida das populações. O responsável da secção comunal de veterinária da Quilemba, Carlos Simão, um dos contemplados, disse que antes percorria, diariamente, 20 quilómetros, de táxi, do Lubango a Quilemba, e agora está próximo do local de trabalho. "A nova casa construída pelo governo é uma dádiva porque põe fim ao meu calvário diário desde 1994", disse Carlos Simão, ao receber a chave da casa, de um lote de oito construídas na comuna. Outro contemplado, Jacinto Sakanhe, funcionário da

Administração Comunal do Roque, a 50 quilómetros do Lubango, saudou o trabalho desenvolvido pelo Governo Provincial para atrair mais técnicos para o interior e disse que a sua nova casa é um presente valioso e reconhecimento" do seu trabalho. No Roque, foram construídas sete casas, o mesmo número na localidade da Bamba, comuna da Huíla, onde o governo reabilitou uma casa para os técnicos veterinários, um tanque banheiro e manga de vacinação de gado bovino que, na Bamba, está estimado em 12 mil cabeças. Os sistemas de abastecimento de água potável e fornecimento de energia foram melhorados. Na povoação de Mateta, no Roque, foi construída uma escola de seis salas, para alunos do ensino primário e do 11 ciclo, e foi aberto um mercado para 150 vendedores. A administradora do Roque, Luísa Caputo, disse que a melhoria dos serviços sociais está atrair cidadãos para a localidade. A administração municipal do Lubango instalou três pontos de água com chafarizes e abriu Centros de Saúde nos bairros Sofrio, Rio Capitão, Tchimukua, Joaquim Kapango, Valódia e nas comunas do Roque, Arimba, Huíla e Quilemba. Os centros médicos funcionam com 25 técnicos cada e dispõem de serviços de puericultura, enfermaria, sala de parto e sala do Programa Alargado de Vacinação. Banda, Chicala e Mateta vão receber igualmente novas moradias, num investimento de mais de 134 milhões de kwanzas. Com a construção das novas unidades escolares e de saúde e um melhor abastecimento de água e energia, vai aumentar o estímulo aos quadros para trabalharem nas comunas e áreas recônditas da capital da província, disse o administrador municipal do Lubango, Silvano Levi.

2.56 Revolução dos preços das casas e a bolha imobiliária

Semanário Factual

De 16 a 23 de Fevereiro de 2013

A divulgação nos últimos dias, dos preços e das novas modalidades de pagamento nas centralidades do Kilamba, de Cacucaco, dos Zango, do Kilómetro 44 e no Musseque Capari, surgiu como um forte estímulo à procura de residências, já que esta parecia estar inibida há alguns anos, devido ao elevado preço das habitações.

Segundo um funcionário público que ocorreu à Centralidade do Zango, "agora, sim, é possível sonhar com uma casa melhor, já que, com as novas modalidades de pagamentos e as suas respectivas prestações, é possível pagar uma casa que vai até 80 mil dólares.

Para António Cardoso, que visitava a centralidade de Cacucaco, "é muita casa disponível, só espero que consiga uma." As centralidades possuem nesta altura mais de 30 mil residências disponíveis e se estima que deverá expandir para cima dos 100 fogos somente em Luanda. Os preços das habitações agora fixados indicam cada vez mais a vontade do Estado em melhorar as condições de oferta de residências.

Com esta "revolução dos preços", o efeito combinado entre a queda dos preços das habitações do Kilamba, onde um apartamento de três quartos, antes avaliado em mais de 120 mil dólares, passa a custo pouco mais de 70 mil, assim como a introdução de várias modalidades de pagamento, nomeadamente, a renda re- solúvel com capital de entrada, a renda resolúvel sem capital inicial e também o arrendamento, vai acirrar a concorrência entre o sector imobiliário privado e público e, quiçá, melhorar a competitividade no sector.

De acordo com alguns intermediários de casas, nos últimos tempos vêm aumentando a oferta de residências, tanto para arrendamento quanto para vender, mas os preços seguem em queda e, no entanto, espera-se que com as novas centralidades haja uma maior desaceleração dos negócios. "Uma casa que antes podia ser arrendada a cerca de 10 mil dólares mês, hoje fica por menos de três mil e é possível que caia ainda para menos, nos tempos que seguem", afirmou um intermediário.

Nos condomínios espalhados pela cidade de Luanda, as casas estão cada vez mais às moscas, a julgar pelo número de casas vazias e surgiram nalguns a modalidade de arrendamento. Alguns corretores de imóveis alegam que apesar das vendas das casas das novas centralidades absorver parte da clientela, deverá ainda assim existir alguma demanda extra devido aos altos padrões de luxo de alguns edifícios no centro e arredores e também pela procura de escritórios.

O pessoal é unânime em dizer que cresce o número de casas vazias em Luanda, ou seja, negócio está longe de ser que era antes.

Se por um lado, o sector imobiliário privado recebe um duro golpe com a queda dos preços e com as novas modalidades de pagamento, por outro, o sector que se reequilibrar no mais curto espaço de tempo, seguindo na mesma direção ou então poder-se-á assistir a uma explosão da bolha imobiliária com prejuízos para as empresas, bancos e a economia, na sua generalidade.

Assim, as novas modalidades de pagamentos e os atuais preços das casas nas centralidades agora

abertas ao público, deverão ter um impacto sobre o consumo das famílias, sobre os transportes, devido à redistribuição urbana da população e pode ser que leve a um novo aquecimento da venda de mobiliário e electrodo- mésticos, mas impactar negativamente sobre os materiais de construção e ao respectivo sector.

Assim, o sector imobiliário poderá jogar um papel preponderante para a estabilidade macro- económica em 2013, não só pelo peso desta na carteira de crédito da banca, mas também o efeito macroeconómico do aumento da oferta de habitações.

2.57 Sector habitacional em análise

Jornal de Angola

26 De Fevereiro de 2013

José Silva, que fez a afirmação na abertura do primeiro seminário sobre Urbanismo, Cartografia, Geodesia e Propriedade Horizontal, que encerra na quinta-feira, sublinhou que, "dada a situação, impõe-se em primeiro lugar" a "densificação do planeamento territorial em todo o em diferentes escalas, natureza e tipologia de plano". Este objectivo de densificação do planeamento territorial, referiu, implica necessariamente um reforço da preparação dos técnicos dos sectores público e privado envolvidos nos processos de elaboração, acompanhamento, aprovação e execução dos planos, bem como da capacitação instrumental ao nível da simplificação legislativa e da articulação dos diferentes diplomas. Na área de habitação, disse, o Ministério está preocupado com os procedimentos do licenciamento geral, em particular a apreciação da legislação, a execução de práticas correntes como a propriedade horizontal e respectivos registos com vista a acelerar o processo de regularização da fracções de habitação, comércio ou serviços, constituindo assim a posse do património imobiliário um activo de facto do cidadão, mas igualmente proporcionando condições para o incremento das receitas fiscais do Estado. O ministro salientou que o seminário vai analisar aspectos sobre a regulamentação actual em matéria de habitação na perspectiva de igualdade social e união, cujo objectivo é uma regulamentação inovadora e realista nas áreas e sistemas de qualidade mínima, sem esquecer a cultura, hábitos e localização geográfica dos empreendimentos. No seminário, disse, vão também ser discutidos aspectos da regulamentação vigente em matéria de habitação na perspectiva de equidade.

2.58 Sonip retoma as vendas de residências em Março

Jornal de Angola

26 De Fevereiro de 2013

A Sonangol, Imobiliária e Propriedades (SONIP), empresa responsável pela comercialização dos imóveis do Estado, vai retomar o processo de vendas das residências nas diferentes centrais idades de Luanda, a partir do próximo dia 4 de Março. O anúncio foi feito ontem em Luanda pelo presidente do conselho de administração da Sonangol, Francisco de Lemos numa conferência de imprensa alusiva às comemorações dos 37 anos da empresa. Depois do interregno decretado sexta-feira para balanço da primeira fase do processo, o administrador executivo da Sonangol, Gaspar Martins, disse não haver mais habitações nas centralidades de Mussequê Kapari, nas torres Pacífico do Zango e no Quilómetro 44. Das cinco centralidades abertas em Luanda, a de Cacucaco é a que mais residências oferece, segundo administrador executivo. A administradora Arnalda Van-Dúnem justificou a medida da suspensão tomada na sexta-feira como decorrente da necessidade de se proceder ao balanço da primeira fase das vendas, de que resultou a comercialização de 18.082 unidades perfazendo 72 por cento do total de residências que o Estado disponibilizou para venda ao público em Luanda. Gaspar Martins reconheceu ter havido turbulência e desequilíbrios na capacidade de atendimento ao público que ocorreu à centralidades. Por isso, após 15 dias de trabalho, a Sonip foi aconselhada a proceder ao interregno para balancear a actividade e encontrar formas de correcção de falhas. O administrador referiu que principal lição tirada da primeira fase das vendas é que deve vender-se as casas em grande escala quando estão concluídas. Para Gaspar Martins, o ajustamento de preços de todas as unidades habitacionais e a introdução de diferentes regras de venda criaram condições para que os cidadãos escolhessem as casas da sua preferência em função do rendimento salarial e isso redundou no elevado fluxo de pessoas às centralidades.

3. MARÇO

3.1 Extinto banco Sonangol/CGD e criado Banco de Poupança e Promoção Habitacional

O País

01 De Março de 2013

O banco de investimento a criar pela petrolífera angolana Sonangol e a Caixa Geral de Depósitos (CGD) está formalmente extinto', anunciou o presidente do Conselho de Administração da petrolífera nacional no decurso da conferência de imprensa que assinalou o seu 37º aniversário. Francisco Lemos acrescentou que o Banco de Promoção para o Desenvolvimento foi extinto com a emissão de uma licença pelo Banco Nacional de Angola (BNA) a favor do Banco de Poupança e Promoção Habitacional.

'O banco Sonangol/CGD está formalmente extinto. Foi extinto na data em que o BNA emitiu uma licença a favor do Banco de Poupança e Promoção Habitacional', disse Francisco Lemos. À nova instituição, cujo capital será integralmente realizado pela petrolífera angolana, deverá iniciar a actividade dentro de um a três meses.

'Neste momento, o banco está formalmente constituído, e desenvolve diligências organizacionais e de provimento de pessoal para que o mesmo entre em actividade, precisou.

A constituição de um banco de investimento pela CGD e pela Sonangol foi anunciada em Março de 2009, aquando da visita oficial a Portugal do Presidente José Eduardo dos Santos. O capital social, de USD 1.000 milhões, em partes iguais, nunca foi integralmente satisfeito, tendo apenas a Sonangol procedido ao aprovisionamento da sua parte. Fonte da Sonangol disse à Lusa no final da conferência de imprensa da passada quinta-feira que a extinção do banco data de há dois meses.

3.2 Temos ainda muitos problemas a propósito

Semanário factual

De 02 a 09 de Março de 2013

Em entrevista ao Factual, o director de Tráfego e Mobilidade de Luanda, Jorge Bengue, referiu que ainda existem muitos problemas quanto ao trânsito

na capital do país, havendo projectos para reverter a situação que se vivencia na capital.

Por outro lado, põe-se em questão o comportamento indisciplinado da maioria dos taxistas e de outros condutores, que contribuem tanto para o surgimento das longas filas de trânsito que tiram a paciência a qualquer pessoa logo às primeiras horas da manhã.

Esta é uma designação que foi dada à antiga Direção Provincial dos Transportes de Luanda. A Direção Provincial de Tráfego e Mobilidade tem como missão executar as políticas do Executivo no domínio dos transportes na província de Luanda.

Ou seja, aquelas questões que passam pela gestão do tráfego automóvel, emitir parecer sobre o que deve ser feito em termos de planeamento para a concepção das vias, as prioridades que eventualmente o Ministério da Construção e a direção provincial de Obras Públicas devem ter em termos de intervenção na rede viária, para facilitar a circulação rodoviária, isso na perspectiva da gestão do tráfego.

Por outro lado, ainda é incumbência da direção provincial de Tráfego e Mobilidade velar pelos transportes públicos, como a criação de condições para a gestão do sistema de transporte público, a sua promoção, o licenciamento da actividade e todas as questões que estão sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes. A mobilidade a nível de Luanda ainda não é aquilo que desejamos. Temos muito trabalho para fazer. Este não é um trabalho que se limita apenas em intervenções isoladas, do ponto de vista da direção provincial ou somente do governo provincial de Luanda, tendo em conta que Luanda é a capital e é aí onde se concentra a maior densidade populacional do país, e é Luanda que tem o parque automóvel tal como sabemos.

Portanto, temos ainda muitos problemas a nível de mobilidade em Luanda, mas ações concretas estão a ser levadas a cabo, quer pelo Ministério dos Transportes, como pelo GPL, o Ministério da Construção e o Ministério da Administração do Território, no sentido de todos os projectos que cada um destes sectores está a desenvolver procurar criar uma mobilidade sustentável na província de Luanda.

Estou a falar propriamente de projectos, que tem a ver com os eixos viários. Sabemos, concretamente, que Luanda esta a beneficiar de obras, quer de melhorias ou de requalificação dos eixos estruturantes, quer nas vias secundárias e terciárias, obras estas que estão a ser levadas a cabo pelo Ministério da Construção.

Em parceria com o Governo no Provincial de Luanda bem como intervenções a nível de políticas de transporte com a execução de projectos que estão a ser conduzidos pelo Ministério dos Transportes e o GPL, que tem a ver com o transporte marítimo.

Este projecto já esta a ser implementado na sua fase inicial em termos de infra-estruturas. Estão já definidos os traçados e decorre no momento da construção dos cais terminais. Quanto ao caminho-de-ferro, é hoje uma realidade, e a própria empresa está a desenvolver a sua prestação de serviço para melhorar a mobilidade, quer a nível do aumento da frequência do comboio, quer a nível da melhoria das estações em termos de infraestruturas.

Importa-nos aqui referir que está para breve a entrada em funcionamento do BRT (Transporte Rápido de Autocarros), que é um meio de transporte de massas que o Conselho de Ministros já aprovou. O projecto, que é da responsabilidade sustentável na província de Luanda.

Estou a falar propriamente de projectos, que tem a ver com os eixos viários. Sabemos, concretamente, que Luanda esta a beneficiar de obras, quer de melhorias ou de requalificação dos eixos estruturantes, quer nas vias secundárias e terciárias.

Obras estas que estão a ser levadas a cabo pelo Ministério da Construção, em parceria com o Governo Provincial de Luanda bem como intervenções a nível de políticas de transporte com a execução de projectos que estão a ser conduzidos pelo Ministério dos Transportes e o GPL, que tem a ver com o transporte marítimo.

Este projecto já esta a ser implementado na sua fase inicial em termos de infra-estruturas. Estão já definidos os traçados e decorre no momento da construção dos cais terminais.

Quanto ao caminho-de-ferro, é hoje uma realidade, e a própria empresa está a desenvolver a sua prestação de serviço para melhorar a mobilidade, quer a nível do aumento da frequência do comboio, quer a nível da melhoria das estações em termos de infraestruturas.

Importa-nos aqui referir que está para breve a entrada em funcionamento do BRT (Transporte Rápido de Autocarros), que é um meio de transporte de massas que o Conselho de Ministros já aprovou. O projecto, que é da responsabilidade do Ministério dos Transportes, com o traçado já definido. Portanto, estamos a falar de vias que serão feitas especificamente para acolher um tipo de transporte de passageiros. Este projecto está numa fase inicial.

Existe já a empresa a trabalhar no traçado e, provavelmente, este ano começam as obras da construção das infra-estruturas. Respondendo de forma objetiva esta questão, deixa-me dizer que todas as cidades do Mundo que têm ou tiveram problema de congestionamento igual ao nosso, primaram por uma aposta na promoção dos transportes públicos.

Portanto, os projectos que eu acima referi visam impulsionar o uso dos transportes públicos, ou seja, a nossa ideia é de encorajar os cidadãos que tem o carro próprio a aderir aos transportes públicos.

Neste momento, ainda não temos a qualidade para atingirmos estas metas, e a execução destes projectos visa, fundamentalmente, oferecermos estes serviços de transporte público com qualidade, e isso significa conforto, segurança e rapidez.

Vamos entrar agora na execução do orçamento/2013 e tenho a certeza que as obras em curso vão ganhar um outro dinamismo.

Temos muitas vias em Luanda que foram adjudicadas pelo Ministério da Construção e pelo GPL, e que estas obras efetivamente continuam a uma velocidade não desejada, mas com o início do ano económico certamente que vamos começar a ter a conclusão de muitos destes troços.

Mas o objetivo desta empreitada é criar várias alternativas aos atuais eixos estruturantes onde normalmente se faz a circulação. De uma forma geral, nós temos quase todos os eixos estruturantes críticos as manhãs naquele movimento à entrada Para o casco urbano, isso na maioria das interseções das vias com os eixos estruturantes, sobretudo no perímetro próximo à entrada da zona antiga da cidade.

Falando concretamente das estradas da Samba, da Deolinda Rodrigues, da 21 de Janeiro da Pedro de Castro Van- Dúnem Lay, da estrada de Cacucaco, do Ngola Kiluanje, do Hoji ya-Henda, bem como da Lueji Aconda.

Quando começamos a nos aproximar junto da área consolidada às manhãs, temos o trânsito lento, isso para além de vários pontos de estrangulamento que temos ao longo destas vias que, na maioria das vezes, coincide com alguns entroncamentos, cruzamentos, bem como outras obstruções causadas por paragem irregular dos taxistas.

Para já, a prioridade é eliminarmos os pontos de estrangulamentos que, com ações simples e pontuais, podemos criar fluidez naquelas vias, ou seja, acabar com um problema num ponto qualquer que causa embaraço ao trânsito, como a travessia constante de

pessoas nos eixos estruturantes, bem como a venda ao longo das vias.

Foram identificados um total de 53 pontos de estrangulamento do trânsito na província de Luanda. Nós, no ano passado, quer o GPL, em parceria com o Ministério da Construção, construímos 13 passagens aéreas com maior incidência para a avenida Deolinda Rodrigues (estrada de Catete) onde foram feitas oito passagens.

Visaram, fundamentalmente, eliminar os constrangimentos que se viviam nesta avenida, tendo em conta os congestionamentos e as mortes causadas por atropelamentos. Ao mesmo tempo, por uma questão de melhor direcionar as travessias dos peões, fizemos a vedação ao longo dos separadores centrais, como forma de contenção do tráfego de peões.

Portanto, é nosso objetivo continuar com a construção das passagens aéreas ainda este ano, para ver se conseguimos cobrir os 53 pontos identificados.

Nós temos a proibição de circulação no casco urbano de veículos pesados com a tonelada acima de 3.5 toneladas. Existem vias eleitas para a circulação destes veículos como a estrada da Samba, a estrada da Boavista, mas num horário específico que vai das 22 horas às 05 horas da manhã.

Mas existem casos excecionais, mas este deve carecer de uma autorização dada pela Direção Provincial de Tráfego e Mobilidade, e nos casos de incumprimento da lei a polícia tem estado a fiscalizar.

Acredito, sim, na melhoria da circulação noturna, visto que a iluminação não só facilita a circulação mas também reforça a segurança rodoviária.

Portanto, quando falei sobre a requalificação das vias secundárias e terciárias, bem como sobre os eixos estruturantes, queria também dizer que esta requalificação é um trabalho integrado que não se estende apenas as vias e as sinalizações mas também a iluminação.

São obras que ainda estão em curso e as empreitadas a nível de sinalização e iluminação ainda não estão terminadas, pelo que tão logo terminem estas intervenções, tenho plena certeza de que teremos melhorias na circulação noturna.

O governo da província teve o cuidado na elaboração da proposta do orçamento para este ano, ao propor uma rubrica que se chama tapa buracos, em que se pretende aumentar a capacidade da ENCIB. O orçamento foi aprovado e, certamente este ano, vamos ter alguma intervenção mais notável.

A nova centralidade do Kilamba é um projecto que ainda não terminou, e todas as infra-estruturas que vão alimentar aquela centralidade também ainda não terminaram.

Estão em execução, estou a falar das vias de circulação, obras que estão a ser feitas pelo INEA; se reparar, da zona do Cemitério do Camama está a ser levado a cabo um trabalho de requalificação de todos aqueles acessos.

E este ano, vai se notar o arranque de muitas obras, na perspectiva de integrar, do ponto de vista da mobilidade, a zona nova e antiga de Luanda.

São muitos, mas, numa primeira fase, pensamos em eliminar com ações imediatas de grande impacto, com todos os pontos de estrangulamento do trânsito, ou seja, continuarmos com a construção das passagens aéreas, bem como continuamos a construir os abrigos para os passageiros dos transportes públicos.

Pensamos ainda avançar com a informação do sistema de transportes nas paragens dos autocarros. Já começamos a trabalhar na elaboração dos mapas com os itinerários que os nossos autocarros fazem na cidade de Luanda, que estarão disponíveis nas paragens de autocarros.

Portanto, o cidadão está sentado e tem toda informação sobre a rota efetuada por determinado autocarro. Estamos ainda apostados, para este ano, começamos a realizar um processo de formação dos motociclistas, condutores dos ciclomotores, com cilindrada até 50 centímetros cúbicos. É responsabilidade do GPL legalizar o meio e habilitar o próprio condutor.

3.3 A Sonip, a Delta e a teoria do caos

A Capital

02 De Março de 2013

Até parece ontem. Mas foi mesmo em Novembro de 2012 que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientou os responsáveis pela gestão das centralidades habitacionais erguidas em Luanda a encontrarem mecanismos para facilitarem o acesso dos cidadãos às residências disponíveis. A caminho do quarto mês, desde que o Chefe de Estado deu tal ordem, pode dizer-se que ela foi cumprida? Na próxima segunda-feira, 04 de Março, a Delta Imobiliária e a Sonangol Imobiliária e Participações (Sonip) reiniciam o processo de inscrições e venda de apartamentos em duas das cinco centralidades

abertas, no princípio de Fevereiro deste ano, para o público interessado e, claro está, financeiramente capacitado. Estão apenas disponíveis apartamentos nas centralidades do Kilamba e Cacucaco, segundo anúncio dos dirigentes da Sonip, os mesmos que revelaram a inexistência de mais apartamentos vagos nas demais três centralidades, nomeadamente, de Capari, Zango e Quilómetro 44. É, já, um dado certo que as inscrições retomam na segunda-feira, mas não se sabe em que modalidades deverão ser inscritos os candidatos às habitações disponíveis. Embora a Sonip tenha advogado a necessidade de se proceder a um balanço das actividades realizadas como justificativa para a suspensão, por uma semana, do processo de inscrição e venda de habitações, a opinião pública entende, no entanto, que a forma atabalhoada como se conduziu a tarefa, ao longo dos primeiros 20 dias, pode ter influenciado a paralisação ora levantada. Foram, na verdade, 20 dias de terror.

Quem esteve nestas centralidades, tenha sido para fazer inscrição ou, apenas, para constatar o curso das coisas, experimentou com certeza a mesma sensação de terror denunciada publicamente ao longo de quase todos os dias de duração da primeira fase da venda de residências. Foi, na verdade, uma espécie de salada de sabor amargo, por conta da mistura de ingredientes impróprios para consumo: a desorganização, a incompetência, a corrupção e a falta de respeito para com próximo. Entre o Novembro, da ordem presidencial, e o Fevereiro, do início da venda aberta das residências, passou-se tempo demais para que as coisas tivessem decorrido como decorreram. Fica, assim, subjacente uma apologia, da Delta e da Sonip, da teoria do caos na vã expectativa de que as coisas, de tão desorganizadas que estavam, se pudessem arrumar por si. Ou, no que é pior, uma esperança de que as dificuldades impostas pela desorganização acabassem por criar facilidades, para um certo grupo de pessoas, deveras alheias ao interesse público e aos princípios mencionados pelo Presidente da República quando pediu a desburocratização do processo.

Esta não foi, na verdade, a primeira vez que o caos instalou-se nas centralidades. Pelo menos a nível do Kilamba, houve, bem antes das declarações de José Eduardo dos Santos, um outro processo de inscrições, com resultados nulos, mas com o mesmo grau de ineficiência, levando as pessoas a pernoitar ao relento, sem as mínimas condições exigidas, para conseguirem ao menos inscrever-se como candidatos. Na segunda-feira, 04 de Março, quando o processo reiniciar, quais serão as modalidades de inscrição? Nem a Sonip, gestora dos projectos, ou a Delta, responsável pelas inscrições e vendas, deram uma explicação suficientemente esclarecedora a propósito. A demais, ambas as instituições fazem do silêncio

uma ferramenta obrigatória na relação que mantém com o público, posicionando-se bem lá no alto dos seus pedestais, olhando para baixo, como se os demais mortais à sua voltam fossem seres inferiores por desejarem comprar uma residência. A disponibilização dos primeiros 40 mil apartamentos, em Luanda, constituiu-se no sinal mais forte da viabilidade da política habitacional desenvolvida pelo Executivo. Sem levar em conta outros aspectos, temos de convir que é um mérito grande apresentar tal número de habitações em zonas infra-estruturadas, capazes de oferecer conforto, dignidade a quem lá conseguir viver. Provavelmente, há acertos a serem feitos, apertos e arestas por limar. Mas, para começo da história, deve dizer-se que se está no bom caminho, sobretudo quando a meta é construir 300 mil unidades em todo o país. Sem dúvidas, é um aspecto positivo, cujo impacto, todavia, vai sendo empurrado para a negatividade pela prestação deficiente daqueles a quem as autoridades confiaram a gestão. Apesar do esforço da construção de todas as habitações, e infra-estruturas associadas, ou, até mesmo, da orientação presidencial para baixar os preços a ponto tal de permitir a um maior número de angolanos o acesso às casas, a verdade é que, se as modalidades de inscrição e venda não mudarem para melhor, no futuro mais ninguém vai lembrar-se do esforço, tão-somente da zaragata característica da actuação da Sonip e da sua contratada Delta Imobiliária. E isso precisa, urgentemente, de ser mudado. Afinal, apesar da abertura do processo de venda, da entrega de algumas residências, a orientação de José Eduardo dos Santos não está a ser cabalmente cumprida. Quatro meses depois, as centralidades construídas em Luanda e, com destaque para o Kilamba, continuam fantasmagoricamente assustadoras.

3.4 Kilamba provoca “queda de preço” dos condomínios

Folha 8

02 De Março de 2013

O sector imobiliário em Angola já teve os seus momentos em alta, quer em venda a pronto pagamento bem como em arrendamento e a renda resolúvel. O valor exorbitante da habitação nos condomínios privados em Angola perdeu a valia com a construção das centralidades do Kilamba, Zango, Capari, Cacuo e Km 44.

De acordo com o inquérito, processado pelo proprietário do "Jardim do Éden", "Jardim e Rosas", "Condomínio Bengo" e outros, denotado como um dos mais caros da capital, relata que "com a implementação destes imóveis o valor cairia a metade

do preço anteriormente executado", conforme se verifica na tabela de preços daqueles condomínios.

Os mesmos avaliam que estas modalidades implementadas pelo governo terão os mesmos contornos que os demais projectos. Como exemplo, analisam a modalidade de venda dos apartamentos do Projecto Nova Vida e teve de ser abandonada porque os inquilinos não pagavam a renda e a lei não permite ao Estado descontar diretamente os valores nos salários.

Pelo que, parece ser novamente um problema não previsto pelo governo, uma vez que o primeiro projecto habitacional abraçou este desafio e fracassou nos primeiros três anos, quando a intenção era de os inquilinos pagarem as habitações em 20 anos. De recordar que, a prioridade para a aquisição de um apartamento no modelo renda resolúvel com ou sem capital inicial, recai para trabalhadores da função pública, cujo cordão laboral está essencialmente ligado às estruturas dos diferentes ministérios e empresas públicas.

Tal modelo adotado pelo Executivo para a venda dos apartamentos pela via resolúvel, através da empresa Sonip "Sonangol Imobiliária e Propriedades", gestora das centralidades, é muito similar ao da primeira fase do projecto Nova Vida. Ao seu tempo, a primeira e segunda fase do projecto, contemplaram habitações para a função pública, na intenção de atribuir a classe trabalhista meios de adquirir a própria casa em regime resolúvel.

No entanto, foi o Governo que definiu a necessidade de beneficiar trabalhadores da função pública após estudo e aprovação do regime de venda, sem capital sólido. Portanto, o acordo cingia-se na modalidade de pagamento durante 20 anos, através do fracionamento do valor e sem quaisquer ajustamentos em função da taxa de juro ou da desvalorização da moeda.

3.5 Sonangol lança banco de crédito à habitação

Agora

02 De Março de 2013

Ao assinalar o 37º aniversário da Sonangol, o Presidente t2 do Conselho de Administração (PCA), garantiu que essa instituição foi extinta com a emissão de uma licença pelo Banco Nacional de Angola (BNA) a favor do Banco de Poupança e Promoção Habitacional.

Francisco de Lemos afirmou que "o Banco Sonangol/CGD está formalmente extinto, na data em que o BNA emitiu uma licença a favor do Banco de Poupança e Promoção Habitacional". O PCA calculou entre um e três meses para a implementação do novo banco, cujo capital será integralmente realizado pela petrolífera.

"Neste momento, o banco está formalmente constituído, e desenvolve diligências organizacionais e de provimento de pessoal para que o mesmo entre em actividade", avançou o patrão da Sonangol.

Para a constituição do Banco de Poupança e Promoção Habitacional, a Sonangol, em conjunto com a Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) comprou a participação de 50% detida pelo grupo Caixa Geral de Depósitos no Banco para a Promoção e Desenvolvimento, instituição que dispunha de licença do Banco Nacional de Angola, mas que nunca iniciou a actividade.

De recordar que a constituição de um banco de investimento pela petrolífera e CGD foi anunciada em Março de 2009, aquando da visita oficial a Portugal do Presidente da República Eduardo dos Santos.

No entanto, os sucessivos incumprimentos da parte portuguesa levaram a concessionária nacional a abdicar do negócio, visto que o parceiro (CGD) nunca aprovisionou o capital social, de mil milhões de dólares, tendo apenas a Sonangol procedido ao aprovisionamento da sua parte.

A intenção primeira do banco de investimento entre os dois estados foi anunciado para apoiar e financiar projectos de maior dimensão na economia do país, nomeadamente na área de grandes infraestruturas.

Com a abertura do Banco de Poupança e Promoção Habitacional (BPPH), o sector bancário nacional contará com 24 bancos comerciais.

Aquando da assinatura do memorando da sua constituição, o Chefe de Estado angolano destacou a criação deste banco de fomento, dizendo que seria "um instrumento importante na criação de parcerias entre os dois países".

E o então Primeiro-Ministro português José Sócrates, revelou na altura que o ato era um sinal positivo na relação económica entre os dois países, no qual "os dois governos se empenharam fortemente e que sinaliza a excelência e a maturidade das relações económicas entre os dois estados."

Ao assinalar o 37º aniversário da criação da Sonangol, Francisco Lemos Maria anunciou também que a

empresa que dirige comercializou 5,85 milhões de toneladas de diversos produtos refinados em 2012, um número que representou um aumento de cerca de 19% em relação a 2011, ano em que a companhia obteve lucros avaliados em 33 mil milhões de dólares.

Os principais produtos refinados consumidos e de maior crescimento, em 2012, foram o petróleo de iluminação, gasóleo e gás butano. No entanto, fruto da liberalização do mercado interno de combustíveis, a Sonangol efectuou vendas a outros agentes no montante de 1 milhão de toneladas, com destaque para a gasolina e o gasóleo.

Em termos de armazenamento de combustíveis líquidos, também aumentou no ano passado para 729 mil toneladas. Naquilo que são os investimentos da empresa, a Sonangol já controla 19,44% do capital social do Banco Comercial Português (BCP), o maior banco privado português.

A participação da empresa no capital do BCP está próximo dos 20% e lembrou que "continuaremos a manter essa posição acionista".

Todavia, a participação traduz não só a consolidação da Sonangol como o maior acionista do BCP, mas também o facto de que a companhia controla de forma isolada a mesma fatia de capital que os restantes acionistas qualifica- dos todos juntos.

O aumento da participação da Sonangol no BCP deverá ter ocorrido em bolsa, uma vez que, de acordo com a última posição conhecida, datada de Outubro de 2012, a petrolífera controlava 15,08% do BCP. O aumento da participação da Sonangol para 15,08% ocorreu no âmbito do programa de recapitalização, estabilização e crescimento do banco.

O BCP é uma das cotadas portuguesas com maior dispersão de capital, contando atualmente com mais de 180 mil acionistas, mas a petrolífera tem autorização do Banco de Portugal para reforçar até 20% a sua participação no capital social do BCP.

Segundo Francisco Lemos Maria, a Sonangol abrirá, este ano, um leilão para a atribuição de 15 blocos de exploração petrolífera. Segundo as declarações do PCA, 10 dos 15 blocos, todos situados em terra, ficam na bacia do rio Kwanza e os restantes na bacia do rio Congo.

Quanto a produção petrolífera, cresceu, em 2012, à taxa de 4,5%, cifra que elevou a produção interna a 75 mil barris/dia, embora a empresa tivesse antecipado um aumento de pelo menos 13,3%, o que representaria um adicional de 188 mil barris por dia.

Relativamente ao projecto Angola LNG, o Administrador Executivo, Baptista Sumbe, afirmou que a fábrica de processamento de gás natural, no Soyo, Província do Zaire, enfrenta alguns constrangimentos de ordem técnica. Reconhecendo o atraso, disse ainda que, em consequência dos constrangimentos, cujos contornos não referiu, estão em curso obras na fábrica, que deverão ficar concluídas dentro de quatro a cinco semanas.

Assegurou, por outro lado, que tão logo terminem as obras será comunicada a data da realização do primeiro carregamento de gás natural liquefeito.

São acionistas do projecto Angola LNG, que tem potencial para processar 1000 milhões de pés cúbicos de gás por dia a ser comercializado nos mercados interno e externo, a Sonangol Gás Natural Limitada (22,8%), Cabinda Gulf Oil Company Limited (36,4%), BP Exploration (Angola) Limited (13,6%), ENI Angola Production B.v. (13,6%) e Total LNG Angola Ltd (13,6%) .

3.6 Sua qualidade de vida (conclusão)

Agora

02 De Março de 2013

Ponto prévio: com esta 3ª e última parte, dou por concluída a abordagem deste tema que iniciei há três semanas, neste espaço que me tem sido graciosamente reservado. A construção de novas centralidades, enquadra-se na política habitacional que enfatiza a construção de cidades satélites ou até mesmo de cidades dormitórios (home countries), com vista a combater ou reduzir a congestão urbana ou corrigir disparidades urbanas.

Kilamba, é o postal mais divulgado deste modelo de urbanização. Apesar de não estar ainda habitada em 50% da sua capacidade disponível, a obra é gigantesca. Impressiona pela positiva, quem a vê ao longe e até ao perto. Mas a admiração diminui, quando se entra nos apartamentos e se constata a pequenez dos quartos, a diminuta cozinha sem os armários tradicionais e a dimensão da sala de visitas/jantar mesmo nos apartamentos T3, também deixa algo a desejar!

Nota-se que no interior, os acabamentos não foram devidamente caprichados e aqueles elevadores, meu Deus não sei quanto tempo irão durar! Mesmo assim, houve melhorias significativas em termos habitacionais, se se comparar com as casas demolidas nos musseques e as casotas dos zangos, ainda que estas sejam consideradas económicas, contrariamente às do Kilamba.

Em competição com a Centralidade do Kilamba, existem ainda disponíveis para compra/venda, apartamentos numa vintena de prédios situados no Km 14, ali bem perto da FILDA e ao longo do caminho de ferro. Além disso, o Executivo construiu uma "floresta de prédios" nas imediações do Zango, junto à via rápida Cacucaco/Benfica. Visitei também estes 2 locais, entrei nos prédios, observei os espaços verdes e de estacionamento á volta e registei os dados!

Mas é preciso não esquecer, que antes de optar por este modelo de centralidades, o Governo angolano, havia ensaiado um modelo de construção habitacional mais pequeno: do tipo zonas residenciais p

(bairros). É o caso do bairro chinês; das quinhentas casas; do bairro da Polícia (em Viana); do bairro Nova Vida (vivendas) que já abordei. Nestes bairros, a tipologia de construção adotada, foi a de casas horizontais, quase sempre geminadas e com quintal.

Este é, de resto, o modelo predominante, nas restantes províncias do país. Em Luanda, estão a aplicar-se vários modelos, sendo um para as classes mais pobres (inclui casas horizontais e prédios como p.ex. o bairro Nova Vida 2/ apartamentos) e o outro (dos apartamentos e condomínios) para as classes com mais rendimentos.

Como se pode ver, não há um critério linear, único para pobres e abastados, no que a tipologia de habitação diz respeito! Para além do facto de ter constatado vários casos de gente abastada, que compra casas horizontais ou apartamentos em bairros sociais, restauram-nas ou transformam-nas completamente e habitam nelas ou melhor ainda alugam-nas!

E este negócio (aluguer de casas) tem estado a enriquecer muita gente! Não sou apologista desta forma de edificação vertical utilizada nas "famosas" novas centralidades que se estão a construir. Angola tem 1.247.600 km² de espaço territorial (terra).

O povo africano bantu em geral e o angolano em particular, por fortes razões culturais e de índole reprodutiva (muitos filhos por casal e vários parentes dependentes) não se acomoda de forma mais confortável em apartamentos. Viver em prédios altos (torres de betão) é complicado para o africano.

Pior ainda quando há uma grande insuficiência e permanente irregularidade no fornecimento de energia, água potável e baixos níveis de saneamento básico (esgotos e recolha de lixo). No momento em que os elevadores avariaram e o morador do prédio

tem de carregar a botija de gás, o bidon de água, as compras etc., Até ao 4º ou mais andares em cima, ali começa a degradação da qualidade da sua vida, que o apartamento novo era suposto melhorar!

Mas há quem defenda que isto é modernidade. Eu discordo! Modernidade ou modismo, não é progresso. Viver em apartamento, ainda que de luxo, não dá melhor qualidade de vida do que viver cá em baixo, numa boa vivenda, com um amplo quintal onde podemos ter uma horta, jardim, árvores de sombra ou de frutos. Senão, os milionários não viveriam em mansões e contentar-se-iam com apartamentos!

Não plantem ilusões nas pessoas, para não colherem frustrações e revoltas! A construção generalizada de habitações na vertical, só é boa solução em países densamente povoados, de reduzida extensão territorial e com grande capacidade de geração e distribuição de energia e água. Não é o caso de Angola, pelo menos por enquanto (até daqui a 2025 ou mais!).

É o caso dos Emiratos Árabes Unidos (Dubai p.ex.); do Japão; de Portugal que é 14 vezes e meia mais pequena do que Angola. E mesmo assim, neste país europeu, é maravilhoso ver tantas vivendas, mansões e habitações horizontais nas cidades e no campo. Um bom exemplo sem dúvidas de urbanização moderna, saudável, agradável à vista, com belos efeitos arquitetónicos em que os prédios altos coabitam pacífica e harmoniosamente com as vivendas notando-se uma grande preocupação pela preservação e valorização do meio ambiente.

Estou a falar de Portugal, este belo país europeu. Espanha é outro país onde se pode apreciar uma urbanização saudável em quase todas as cidades: Madrid, Barcelona, São Sebastian etc. destacam-se, com prédios altos harmonizando agradavelmente, com edifícios baixos etc.

Mas não é preciso dar exemplos europeus, em Cape Town; Durban; Pretória e até mesmo Johannesburg, estão aqui bem perto na África do Sul, para mostrar aos que mandam no Executivo angolano, o que são cidades modernas com rosto humano, acolhedoras, ecologicamente saudáveis e lindas, do ponto de vista arquitetónico.

Por isso e não só, se enchem de turistas idos de vários cantos do mundo! E são turistas a sério, que vão para estes países com o único propósito de passar férias e desfrutar das belezas naturais e boa qualidade de vida que estas cidades lhes proporcionam! Não têm nada a ver com os ditos turistas que vêm a Angola apenas para negócios ou

para espreitar uma boa oportunidade de emprego! Luanda e outras cidades de Angola estão a desenvolver-se mal. Estão a fazê-las crescer de forma pouco ordenada no que a harmonia urbana, a arquitetura das construções, os acesos diz respeito.

É nisto que dá a falta de estudos aprofundados sobre a matéria! Se o que estão a fazer com as nossas cidades é modernizar, então que moda é esta e onde a foram buscar? Parece que em Luanda, querem imitar o Dubai, mas só se for nas palmeiras que plantam no lugar das acácias rubras, ou de outras árvores de sombra a que sempre estivemos habituados.

Porque em relação aos prédios que estão a construir no centro da cidade, uns ao lado dos outros, cada um competindo com o outro no que a luz solar e os ventos diz respeito, são quase todos iguais. Rectilíneos e rectangulares quanto baste; sem contornos redondos, nem design que deslumbre!

São autênticos paralelepípedos de betão, alumínio e vidro e pouco espelhado, para iludir um pouco mais. No lugar dos esgotos residuais e pluviais cuja rede devia escoar para centros de tratamento, antes de serem despejados ao mar instalam fossas sépticas, cuja durabilidade é limitada. Insiste-se em alargar as mesmas ruas, demolindo as casas nas laterais e criando mais conflitos com os cidadãos.

É preciso construir ruas novas, melhores asfaltadas, melhor sinalizadas, 15 com túneis e passagens aéreas, para os roboteiros e quitandeiras, acarretadores de água, animais e peões em geral. É preciso construir vias aéreas, principalmente nos cruzamentos (rotundas etc.) porque não podemos continuar a perder tanto tempo económica-mente útil no trânsito infernal, que tanto mal faz a saúde de cada um de nós e tantos custos provoca à economia nacional.

As boas infraestruturas são aquelas que se constroem no presente, mas com uma durabilidade futura (a longo prazo) garantida. A fiscalização do trânsito tem de ser mais permanente e rigorosa sem cobiçar a "gasosa"! Tem de se expandir a iluminação nas ruas e estradas, para ajudar a estancar o alto índice de mortalidade por acidentes rodoviários de, que Angola é campeã e reduzir o índice de criminalidade, a que todos estamos sujeitos.

O seguro automóvel contra terceiros, não pode ser relaxado como está a acontecer! A inspeção periódica da operacionalidade dos automóveis, tem de ser iniciada. Circula-se sem para-brisas, sem faróis, nem piscas nem stops, nem travões, mesmo durante a noite.

É uma loucura quase coletiva! Os parques de estacionamento, a céu aberto e fechado (excepto os dos aeroportos) estão aonde? Os motoristas, principalmente os dos transportes coletivos, têm de ser periodicamente reexaminados e suas cartas de condução, rigorosamente inspecionadas.

A poluição sonora produzida pelas farras depois da meia noite e música alta da vizinhança e discotecas que nunca deviam ser autorizadas a funcionar em zonas residenciais, tudo isso deve ser punido com fortes sanções financeiras e outras.

A poluição do ar, pelos gases carbónicos de viaturas velhas não inspecionadas nem proibidas de circular bem como a dos aviões (na Europa/ América, já se paga) e até das fábricas, deve ser devidamente fiscalizada e tributada.

As sucatas de viaturas, pneus velhos, electrodomésticos e outra maquinaria avariada e atirada para lixeira nas localidades, no mar e rios e ao longo das ruas e estradas, é um atentado à saúde e devem ser provados programas para a sua recolha e reaproveitamento ou depósito subterrâneo em lugares apropriados.

As bases de sustentação da saúde pública nas zonas urbanas dependem da tomada destas e de muitas outras medidas. As crianças angolanas estão a nascer num ambiente infestado, agressivo e hostil. Nós adultos, também estamos a envelhecer mal, neste mau ambiente.

É preciso que o Executivo se empenhe mais afincadamente, para tornar Angola e principalmente as suas cidades, num bom lugar para nascer, crescer e envelhecer! O desenvolvimento humano passa pelo desenvolvimento dos espaços onde o ser humano vive.

Um desenvolvimento sustentado, assente em políticas verdes de defesa e proteção ambiental. Jardins, parques públicos; áreas de lazer e de recreação; campos desportivos, cinemas, teatros, circos infantis etc. traduzem boa qualidade de vida, civilização e progresso.

E é isto que ainda escasseia nas nossas cidades. Precisamos de avançar mais rapidamente, para colmatar este défice de boa qualidade de vida nos espaços urbanos de Angola. As cidades não podem continuar a ser um espaço de embrutecimento, de "salve-se quem puder" e de "morte lenta" como acontece em Angola e principalmente em Luanda, sua capital.

Uma Angola bonita, com lindas e saudáveis cidades, será com certeza mais nossa, orgulhará cada um de

nós, envaidecerá cada angolano. Mas, não pensem que esta grande empreitada, de transformar Angola num bom país para se nascer e viver, só compete aos nossos concidadãos que estão no Governo.

O Executivo sozinho nunca conseguirá resolver integralmente os problemas inerentes a boa urbanização. Partidos políticos na oposição devem dar contribuições. A sociedade civil, igrejas, empresários e população em geral têm de participar nos esforços do Governo, através de críticas construtivas e responsáveis, denunciando o que estiver mal, fiscalizando, dando sugestões enfim, exercer de forma consciente e mais participativa, a cidadania enquanto munícipes!

Agora, ficar ali nos cantos sempre a lamentar, a sujar e estragar o que é de todos, ou a estrebuchar de raiva, mostrando recalcamientos contra tudo e todos, sem dar opiniões ou fazer algo que valha não ajuda em nada!

Eu tenho feito a minha modesta parte! Não nasci mudo e não andei tantos anos a estudar e a formar-me no país e no estrangeiro, para ficar de braços cruzados e com a mente adormecida, assistindo ao filme, sem nele participar! Xalenu nhi mahezu ma kidi.- Voltarei.

3.7 Imobiliária retoma hoje comercialização de casas

Jornal de Angola

04 De Março de 2013

O processo de comercialização de habitações nas novas centralidades de Luanda, suspenso a 22 de Fevereiro, é retomado hoje, conforme foi divulgado, há dias, pelo presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Francisco Lemos.

O gestor da maior empresa pública angolana informou, numa conferência de imprensa, realizada no dia 26 de Fevereiro, por ocasião de mais um aniversário da Sonangol, que já haviam sido vendidos mais de 18 mil habitações e sublinhou que já não havia moradias à venda nas centralidades do Mussequê Capari, KM 44 e do Zango, este último conhecido oficialmente por "Vida Pacífica".

A segunda fase do processo, que hoje arranca, vai colocar à venda os restantes apartamentos que se encontram na Cidade do Kilamba e na centralidade do Cacaco.

A Sonangol, Imobiliária e Propriedades (SONIP), empresa responsável pela comercialização dos imóveis do Estado, justificou a suspensão do

processo, que teve início a cinco de Fevereiro, pela necessidade de proceder ao seu balanço.

Na conferência de imprensa, que serviu para aclarar as razões da suspensão do processo e anunciar a data do seu reinício, o administrador executivo da Sonangol Gaspar Martins reconheceu ter havido turbulência e desequilíbrios na capacidade de atendimento ao público que ocorreu às centralidades.

Por isso, após 15 dias de trabalho, a SONIP foi aconselhada a proceder ao interregno para balancear a actividade e encontrar formas de correção de falhas. O administrador referiu que a principal lição tirada da primeira fase das vendas de imóveis é de que se devem vender as casas em grande escala e quando já estão concluídas.

3.8 Ministério discute planeamento territorial

Jornal de Angola
04 De Março de 2013

O Ministério do Urbanismo e da Habitação realizou durante quatro dias, em Luanda, o primeiro seminário nacional de Urbanismo, Cartografia, Geodesia e Propriedade Horizontal. Participaram do mesmo quadros seniores, vice-governadores para a Área Técnica e outros quadros.

No ato de abertura do referido seminário, o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, disse aos presentes que "este seminário de capacitação é dirigido, fundamentalmente, aos diferentes quadros da Administração Pública, com o objetivo de abordar matérias que hoje constituem preocupação para o cumprimento exitoso do Programa do Executivo relativo a área do Urbanismo e Habitação".

Sobre essas palavras do ministro José Silva, o director provincial do Urbanismo e Ambiente da Lunda- Sul, Francisco Tchicanleneno, revelou ao Jornal de Angola que a situação urbana da circunscrição merece mais atenção e cuidado, por que nas zonas rurais algumas autoridades tradicionais têm concedido terreno aos populares sem terem em conta a legislação vigente no país sobre a Lei de Terra e Ordenamento do Território.

"Temos sensibilizado os populares no sentido de não se dirigirem às pessoas não autorizadas. Tendo em conta o Plano Nacional de Urbanismo e Habitação estão em construção 200 fogos em cada município e para este ano entra em construção a nova centralidade de Saurimo, com dois mil fogos", garantiu.

Francisco Tchicanleneno assegurou que na província existem técnicos preparados que estão a trabalhar na sensibilização dos populares no sentido de cumprirem com o plano que o Executivo traçou para melhor organização das cidades.

Ao Jornal de Angola, o director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo, Habitação e Ambiente, Zacarias Camuenho, referiu que com a paz há necessidade premente de se por ordem nos planos urbanísticos da província, porque "hoje estão em construção vários fogos no âmbito do plano de urbanismo e habitação e infraestruturas sociais".

Zacarias Camuenho precisou que ao nível de Benguela, o sector realizou vários seminários na área de cartografia. "A nossa estratégia, em termos de urbanização, é a de mobilizar empresários do ramo para fazerem um trabalho em que todos ganham", disse.

A grande preocupação, realçou, é a invasão de terreno que tem sido feita por muitos populares. "Os órgãos afins têm feito o seu trabalho para impedir esse tipo de prática e punir os infratores", garantiu.

O engenheiro geógrafo do Instituto de Geofísica e Cartografia de Angola (IGCA), Mário Guedes, disse que a situação urbana de Luanda é muito delicada e "é preciso revitalizar tudo a nível de capacitação de quadros na área de geodesia, cartografia e topografia. Só assim estaremos em condições de fazer um bom trabalho a nível nacional".

A vontade política do Executivo, frisou, no sentido de dar maior atenção à área cartográfica e de geodesia está patente nesse seminário "em que participam quadros com uma certa experiência e estão em condições de resolver problemas sobre a urbanização".

Mário Guedes corrobora com a opinião do ministro José Silva de que "com a presença dos técnicos no seminário, estamos em condições de responder com eficácia às solicitações da nossa população e de assegurarmos a melhoria da qualidade de vida que todos nós temos direito".

O referido seminário teve como objetivo específico discutir a alteração da legislação, com relevo para a matéria do ordenamento do território o desenvolvimento de um programa nacional de informação e a densificação e qualificação da actividade de planeamento e ordenamento do território.

Um técnico superior do Ministério do Urbanismo e da Habitação garantiu que dentro da densificação e qualificação da actividade de planeamento e

ordenamento do território deve-se mobilizar os atores e incentivar os mesmos na concertação e participação no sistema de elaboração e avaliação definidas para as políticas urbanas.

Depois das discussões dos técnicos, estes concluíram o seminário com a aprovação de 11 pontos importantes. Nicolau Frederico, do Centro de Documentação e Informação do Ministério do Urbanismo e Habitação, disse ao Jornal de Angola que uma das conclusões foi a elaboração de uma carta de riscos como salvaguarda da população e dos seus bens.

E uma prioridade que deve ser devidamente integrada nos instrumentos de ordenamento do território, frisou. "É necessária a disponibilização de meios técnicos e financeiros na resolução dos problemas inerentes à expansão urbana, com destaque para a urgente intervenção de estruturação e qualificação das áreas de ocupação informal", disse.

A simplificação dos procedimentos e a superação da burocracia, reconheceu, são fatores determinantes na resposta atempada aos problemas da população e ao próprio desenvolvimento económico do país, em particular no que respeita a constituição da propriedade horizontal.

"A geodesia e a cartografia são instrumentos de apoio necessários ao desenvolvimento e, em particular, à implementação das políticas públicas de planeamento, ordenamento e gestão do território", asseverou. O secretário de Estado para o Urbanismo, Manuel Clemente Júnior, disse, no encerramento do seminário, que os participantes "conseguiram mais ferramentas para a materialização do Plano Nacional de Habitação".

"Os temas abordados foram criteriosamente selecionados devido a importância de que os mesmos se revestem nesta fase particular do desenvolvimento do país, em que o Executivo está apostado no Plano de Habitação", disse.

Uma fonte da consultoria Proenfis, que ministrou o seminário, realçou que a primeira sessão deste programa consistiu na auscultação dos responsáveis da administração nos domínios do urbanismo e da cartografia de forma a aferir o processo metodológico e o âmbito de intervenção face à realidade atual.

"A oportunidade desta iniciativa assenta no esforço que o país tem vindo a desenvolver, essencialmente, nas áreas de habitação, infraestruturas e dotação de equipamentos coletivos, que exigem um planeamento territorial de suporte, com vista à qualificação e ao

equilíbrio territoriais e a melhoria efetiva da qualidade de vida das populações urbanas e rurais", referiu.

É de realçar que foram oradores especialistas portugueses nas áreas de ordenamento do território, do sistema nacional de informação geográfica, de geodesia e produção cadastral.

3.9 Ambiente económico favorece o sector imobiliário angolano

Jornal de Economia e Finanças
05 De Março de 2013

O sector imobiliário do país, nos últimos anos, tem vindo a registar níveis aceitáveis de competitividade, por causa do ambiente económico, segundo o relatório anual publicado pela empresa Abacus em parceria com a Savills.

Segundo o documento, numa avaliação profunda sobre o comportamento do mercado imobiliário angolano durante 2012 e na sua perspetiva para 2013, estas empresas, que estão ligadas ao mercado de consultoria e mediação imobiliária, nos sectores de escritórios, armazéns, comércio e residenciais, destacam uma evolução constante, apesar de ainda, como consideram, se registar alguns constrangimentos.

Segundo o relatório, Luanda continua a ser o principal polo imobiliário de Angola, embora em outras províncias, numa escala dificilmente comparável, como o Lobito, Benguela, Soyo (Zaire), Cabinda e Namibe, possam vir a desenvolver-se, sempre alicerçados no investimento produtivo.

Dos destaques urbanísticos da capital angolana, realce recai para o emblemático projecto da Baía de Luanda, lançado em 2012, que pela sua dimensão, na visão dos especialistas da Abacus e Savills, irá mudar a imagem da cidade, dando um cariz internacional ao nível do melhor que há no mundo, sendo um desafiante projecto de engenharia.

Na visão das duas firmas, o estado geral do mercado continua o seu caminho para a maturidade, atestado pela exigência dos clientes/ utilizadores dos activos imobiliários.

Apesar desta constatação, os promotores do relatório entendem que existem ainda alguns constrangimentos, com particular realce aos processos burocráticos e bastante complexos, embora se assista a progressos, para os promotores imobiliários obterem a inscrição nas finanças e os registos prediais definitivos.

Poucos terrenos com escritura colonial registada (de posse plena); insegurança jurídica na transmissão da propriedade, especialmente terra; falta de terrenos licenciados nos centros da cidade; falta do ordenamento do território e de Planos Directores para as cidades, pese embora estejam a ser feitos esforços nesse sentido pelas entidades responsáveis.

No leque dos constrangimentos acrescenta-se a necessidade de infra-estruturas básicas, sendo este um terna de difícil e complexa resolução, podendo a prazo vir a limitar novos projectos no centro da cidade além da redução do número de construções anárquicas, nos centros urbanos. O relatório revela que um dos grandes problemas que o sector imobiliário enfrenta é a insuficiência de recursos humanos qualificados, apesar das universidades angolanas disponibilizarem vários cursos ligados a este segmento, a fonte destaca ainda que não produzem o suficiente para o forte crescimento económico e das empresas.

As características predominantes do mercado tem vindo a manter ao longo dos últimos três anos, constata-se um dado dominante, que tem influenciado negativamente o mercado e que se traduz na ideia errada no conjunto, certa em parte, de que há excesso de oferta imobiliária e os produtos são caros.

Segundo atesta o relatório conjunto, opiniões como esta têm sido produzidas normalmente por entidades externas ao mercado, formadas com dados insuficientes e muitas vezes incorretos, pois não atentam a elementos determinantes para uma correta análise do sector, não estando consideradas as localizações, qualidade de construção, tipo de produto ou mesmo o subsegmento em causa (escritórios/ comércio/logística/industrial).

A promoção imobiliária em Angola pode demorar de quatro a seis anos, desde o momento da posse da terra até à produção final do produto imobiliário. Na visão das duas empresas, este segmento é um dos mais difíceis e de maior risco da actividade económica, pois qualquer alteração na conjuntura interna ou externa, como as verificadas, nos últimos três anos, podem ter uma influência determinante no resultado final de uma promoção imobiliária.

Quanto à oferta, a fonte sublinha que em determinados segmentos tem-se vindo a assistir a um aumento da oferta. Além do sustentado crescimento das organizações presentes em Angola, a continuada entrada de multinacionais, alguns líderes mundiais dos sectores de actividade onde atuam, permitem afirmar que "Angola é um país com procura imobiliária, onde faça sentido investir".

As tipologias T1 e T2 lideram o segmento com maior procura, essencialmente para o arrendamento e por determinados montantes que têm estabelecido nos Business Plan, variando em função dos sectores de actividade de cada empresa. O relatório destaca que a generalidade dos projectos conjuga a vertente residencial com serviços e comércio, permitindo evitar perdas de tempo nas deslocações, dividido ao complicado trânsito de Luanda.

É nos edifícios usados que efetivamente se encontram alguns acertos nos preços, resultantes da falta de maturidade dos proprietários, que não estão preparados para pequenas oscilações na procura.

3.10 Banca muda modelo de financiamento

Jornal de Economia e finanças
05 De Março de 2013

O sector bancário tomou-se mais exigente na concessão do crédito imobiliário, a julgar pela transformação do mercado. O relatório da Abacus e da Savills referente a 2012 aponta a falta de consistência nos projectos remetidos à banca como um dos fatores que criam receios ao financiamento.

Além disso, os bancos criaram equipas de especialistas que avaliam detalhadamente as propostas apresentadas. Por causa desta mudança, os promotores começam a perceber que terão de aportar mais capital próprio aos negócios, dado que o volume de vendas em planta é hoje reduzido, tomando-se decisivo o apoio de profissionais na componente comercialização e marketing.

Ou seja, avança-se para o normal modelo de negócio internacional. O relatório revela que, em paralelo com outros mercados internacionais, a nova realidade descrita irá seleccionar os intervenientes do mercado.

Outra constatação prende-se com a grande mudança que começou a afetar transversalmente o mercado imobiliário angolano, incluindo promotores, "banca, consultores e todos os seus restantes agentes.

O mercado deixou de ser na sua maioria de clientes nacionais e passou para os clientes empresariais internacionais. A preferência tem recaído para o arrendamento à compra, apesar da apresentação de "payback" (pagar de volta) de seis a sete anos, na comparação da compra de arrendamento.

O documento revela que já começam a surgir os investidores imobiliários que adquirem os ativos arrendados, principalmente privados, além dos investidores institucionais angolanos.

Em dois a três anos, com uma adequada lei do arrendamento (determinante), ficará salvaguarda a questão dos licenciamentos/propriedade horizontal e da inscrição dos imóveis nas finanças e do registo das propriedades nas conservatórias.

O mercado residencial em Luanda caracteriza-se por escassez de soluções de crédito imobiliário para a emergente classe média angolana, com exceção das centralidades, que, para se ter acesso, adotou a renda resolúvel.

A cidade de Luanda continua bastante activa especialmente quando comparado com outras. O mercado de Luanda está dividido em centro, zona Norte, Talatona, Benfica, Camama e Viana. O documento salienta que o mercado enfrenta atualmente um novo paradigma.

A mudança comportamental da procura, quer da doméstica, quer da internacional, está a exigir evoluídos processos de "due-diligence" na contratação de instalações.

As zonas mais procuradas, as também conhecidas "nobres", são Miramar, Bairro Azul, Alvalade, Cruzeiro, Vila Alice, Cidade Alta e Baixa de Luanda. No distrito da Ingombota, está a começar a surgir uma nova zona na cidade: a Praia do Bispo.

A zona Norte de Luanda está também em franco crescimento, com realce para o projecto do Sambizanga, que será considerada uma zona de excelência, num horizonte temporal de curto ou médio prazo.

Os valores de venda são por metro quadrado (m²) e os arrendamentos são por mês, por tipologia de T2 e T3 nos apartamentos e de três a cinco quartos nas moradias.

No que se refere ao mercado de arrendamento residencial, Luanda caracteriza-se, actualmente, por uma clara falta de oferta de espaços adequados para os grandes negócios, o chamado Business Plan das organizações.

Outra característica deste segmento prende-se com a exigência dos proprietários no recebimento das rendas antecipadas, no equivalente de seis a 12 meses de renda, para contratos médios de três anos.

O segmento de escritórios de Luanda tem um comportamento idêntico ao de qualquer outro lugar no mundo, vive do crescimento económico e dá-se um natural aumento das organizações traduzido num maior número de pessoas e na necessidade de espaços onde trabalhar.

Segundo o relatório, tem-se vindo a assistir à particularidade de se estarem a instalar multinacionais, inclusive alguns líderes mundiais dos segmentos onde atuam, esperando este ano a entrada de várias empresas do sector diamantífero.

Dada as atuais características de funcionamento e operacionalidade, a estrutura logística de Angola terá de ser alicerçada nos três dos quatro portos marítimos existentes.

A interligação desses portos com o transporte ferroviário será, no futuro, determinante para o desenvolvimento sustentado de Angola. A construção de novas estradas entre as províncias é outro dos fatores determinantes para este segmento, constatando-se a intenção de entrada de operadores logísticos internacionais.

Atualmente, o segmento imobiliário logístico e de armazenagem está associado maioritariamente à indústria petrolífera, com a ocupação dos armazéns owner occupier (ocupados pelos proprietários). A procura de armazéns está a aumentar, particularmente, nas zonas de proximidade dos portos.

O índice de pobreza tem vindo a diminuir, facto que contribui para elevar o poder de compra das populações. O segmento de retalho tem vindo também a registar um crescimento acentuado. Em Angola aplicam-se três diferentes conceitos, nomeadamente centros comerciais (shopping centers), retail parks e lojas de rua.

Quanto aos centros comerciais, existem no mercado três investimentos e espera-se em 2014 a inauguração de mais dois ou três empreendimentos. No mercado surgem os retail parks, uma sequência dos centros comerciais. Recentemente, foi lançado o primeiro no Lobito (Benguela).

Encontra-se também em projecto, na zona do Camama, o Luanda Retail Park. Actualmente, é possível encontrar em Luanda, nas principais ruas da cidade, lojas que vendem algumas das emblemáticas marcas internacionais, desde a Parfois, Boss, Adidas, Nike, Lacoste, Porsche Porcelanosa.

3.11 Ministério do Urbanismo e Habitação organiza procedimentos de licenciamento

Jornal de Economia e Finanças
05 De Março de 2013

O sector do urbanismo e habitação vai imprimir novas metodologias de trabalho, que impulsionem uma planificação mais ordenada na ocupação de terrenos. A informação foi avançada, na semana passada, pelo ministro do pelouro, José Silva, durante a realização do primeiro seminário sobre "Urbanismo, Cartografia, Geodesia e Propriedade Horizontal".

Com a medida, vai ser aplicado um reforço da preparação dos técnicos dos sectores público e privados envolvidos nos processos de elaboração, acompanhamento, aprovação e execução dos planos.

De igual modo, irá articular os diferentes diplomas legais virados à urbanização. O ministério de tutela está também preocupado com os procedimentos do licenciamento geral no sector da habitação, por isso, durante o fórum fez-se uma apreciação da legislação, a execução de práticas correntes como a propriedade horizontal e respectivos registos, com vista à acelerar o processo de regularização das frações de habitação.

Esta situação ocorre também nos sectores do comércio ou serviços, constituindo assim a posse do património imobiliário um ativo de facto do cidadão, mas que proporcione condições para o incremento das receitas fiscais do Estado. O seminário analisou também assuntos atinentes a regulamentação atual em matéria de habitação.

O objetivo consiste em introduzir uma regulamentação inovadora e realista nas áreas e sistemas de qualidade mínima, sem descorar, os hábitos e localização geográfica dos empreendimentos. No seminário, foram discutidos aspetos da regulamentação vigente em matéria de habitação na perspectiva de equidade social e coesão. Este trabalho exige envolvimento e empenho dos responsáveis, órgãos políticos e técnicos com responsabilidade.

Por sua vez, a especialista em direito do ordenamento do território e urbanismo, Fernanda Paula Oliveira, é apologista para uma urbanização rural com vista a evitar o êxodo nas cidades por parte de alguns Cidadãos provenientes das zonas rurais. A responsável que dissertou sobre o tema "Ordenamento Rural", considera a necessidade de se criar um aproveitamento rural adequado para se evitar a fuga para as grandes cidades.

Por sua vez, Eugénio Correia, director nacional da Habitação, considerou proveitoso o seminário por habilitar os técnicos de técnicas necessárias para o ordenamento territorial. "Quando não se investe na zona rural, todos se aglomeram nas grandes cidades, causando problemas de superpovoamento. Continuarmos a urbanizar as cidades em detrimento das zonas rurais estaremos a encorajar o êxodo rural", apelou.

Dali a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre a zona rural e as cidades, colocando à disposição todas as infra-estruturas essenciais para o desenvolvimento de ambos.

O seminário é uma promoção do Ministério do Urbanismo e Habitação e visa operacionalizar as políticas do ordenamento do território ao nível da coerência e integração da legislação, dos instrumentos de planeamento e ordenamento territorial, desenvolvimento do programa nacional de informação geográfica e as áreas habitacionais. Participaram do encontro os vice-governadores, Provinciais, arquitetos, cartógrafos e engenheiros.

3.12 Renda resolúvel é a única forma para classe média comprar residência

Jornal de Economia e Finanças
05 De Março de 2013

O sector imobiliário é um dos que à semelhança de tantos outros em Angola, está na fase de crescimento e a caminho da maturação. Entre outros, evidencio o burocrático, com extrema dificuldade de adaptação da máquina do Estado às necessidades do ideal funcionamento do mercado, provocando constrangimentos no mercado.

Havendo dificuldades nos registos, não há hipotecas, nem créditos. Em alguns segmentos verificou-se uma redução de valores, especialmente nos edifícios coloniais e moradias no centro de Luanda. Nos edifícios novos não houve redução dos valores, com exceção de alguns.

Com a esperada entrada de muitos negócios no sector petrolífero e diamantífero, o crescimento das organizações em Angola, não se deverá esperar reduções de valores, pois os edifícios novos a entrar na cidade são inferiores ao esperado aumento da procura.

Isso acabou há quase dois anos, após as más experiências. Havia pessoas que já tinham comprado e pago algo, quando terminados os

espaços físicos, ficavam aquém em termos de dimensão do que as pessoas esperavam, invariavelmente pequenos demais.

Hoje apenas, de forma marginal, se vende em planta. Ambos. As empresas têm dificuldades em encontrar espaços adequados onde trabalhar, em termos de residências, pois há uma procura imensa da classe média. Basta ver as últimas notícias sobre as centralidades. A pouca maturidade da oferta, pois a procura se mantém, ou seja, alguns proprietários viram-se privados por algum tempo dos rendimentos a que estavam habituados. E o que fizeram, em vez de esperar um pouco mais, foi baixar o preço.

Não. Se não há poder de compra para estes serviços, não há mercado, e não faz sentido. Dinamização, oferecendo produtos imobiliários a uma nova franja do mercado que, sem estas, não teria condições de aceder à desejada habitação.

Poder pagar por parcelas mensais é o modelo usado internacionalmente para que todos possam aceder à casa própria. A renda resolúvel pode facilitar a aquisição, visto que é a única forma em que a classe média pode comprar casa dado que não dispõe de dinheiro em mão.

3.13 Projecto habitacional na cidade de Ondjiva

Jornal de Angola

07 De Março de 2013

Um projecto habitacional denominado Pérola Verde arranca dentro de 15 dias, na província do Cunene com a construção, numa primeira fase, de 200 moradias, destinadas a militares das Forças Armadas Angolanas (FAA).

O secretário-geral da cooperativa proprietária do Pérola Verde, Rodrigo da Piedade, informou que as 200 moradias vão ser erguidas na reserva fundiária de Ekuma, na cidade de Ondjiva, e adiantou que há previsão para a construção de cinco mil habitações nos seis municípios da província do Cunene até 2017.

Rodrigo Piedade frisou que o projecto, que foi concebido para dar resposta às dificuldades de habitação no Cunene por parte de militares da FAA, contempla infra-estruturas de lazer, como parques infantis e campos multiuso.

"Queremos contribuir na política habitacional do Executivo com o aumento gradual da oferta de fogos habitacionais para, de forma progressiva,

satisfazermos a procura de todos os estratos sociais", declarou Rodrigo Piedade.

3.14 Delta/Sonip

O Continente

08 De Março de 2013

Após a brusca suspensão de inscrições para aquisição de casa nas novas urbanidades, supôs-se que haveria melhorias no contacto e esclarecimentos com os interessados, sobretudo no acesso a informações sobre os novos métodos e locais de inscrição.

Qual não foi o espanto de muitos cidadãos que ao tomarem conhecimento da reabertura do processo se dirigiram à centralidade do Kilamba e só aí tomaram conhecimento que as inscrições só são em Cacucaco. Era difícil informar antes?

3.15 Novas centralidades devem deixar de ser dormitórios

Novo Jornal

08 De Março de 2013

A urbanização em Angola, desafios e oportunidades» foi o tema de um debate que juntou, esta semana, em Luanda, especialistas e académicos nacionais e estrangeiros para a troca de experiências no campo da urbanização e do ordenamento territorial.

Uma iniciativa do Banco Espírito Santo Angola em conjunto com o Instituto Planeta Terra, com a sigla Inglesa (PEI) e do seu Comité Científico Global (CCG) que, além deste assunto, levou à conferência de três dias, temas ligados ao meio ambiente.

O presidente da Ordem dos arquitetos de Angola, António Gameiro, um dos oradores convidados, defendeu que as "novas urbanizações devem deixar de ser locais dormitórios. Há uma necessidade de programarmos a planificação das intervenções a nível do território.

As pessoas saem dos seus locais de habitação e andam quilómetros para os seus locais de trabalho. E isso está mal. Os serviços devem estar próximos dos cidadãos", alertou o arquiteto, argumentando que o planeamento do território é um dos grandes desafios de Angola.

O especialista defende que as grandes vias de penetração deveriam ser tratadas como espaços canais, onde seriam introduzidos equipamentos, serviços e transportes, para permitir uma maior

facilidade e mobilidade das pessoas das zonas de habitação.

"Falo da estrada da Cuca, a Avenida Brasil, estrada de Catete e a rua da Samba, entre outras. As novas urbanizações também não seguiram este critério e continuamos a ter problemas com a mobilidade urbana", atestou o arquiteto, que defende a descentralização dos serviços para as novas urbanizações.

Por outro lado, Gameiro apontou o crescimento desordenado e a rápida expansão da capital, como um dos fatores que comprometem a urbanização. "Faltou capacidade e técnica e administrativa, para que se pudesse orientar a ocupação dos espaços.

Agora que estamos num processo de requalificação, deve-se acautelar para não se tocar nas residências".

O presidente da Imogestin, Rui Cruz, outro orador do fórum, defendeu a necessidade da realização de um estudo de desconcentração do poder, para facilitar mais investimentos nas zonas periféricas.

O orador, que apresentou a sua experiência em urbanização, baseado no projecto Nova Vida, considerou que "Angola é dos países saídos da guerra com uma taxa de urbanização mais acelerada do mundo".

Porém, o também académico defendeu igualmente a criação de políticas públicas para o desenvolvimento do interior do país, o que, no seu entender, "evitará o fenómeno da migração.

Por fim, o professor Mukesh Khare, do Instituto de Tecnologia de Nova Deli, tido como um dos mais destacados especialistas sobre planeamento e desenvolvimento urbano, apresentou a sua experiência em matéria de urbanização na Índia e valorizou esta troca de experiências.

3.16 Populares manifestam insatisfação

Angolense

08 De Março de 2013

Numa via terra batida, seguimos até a centralidade de Cacuaco, onde a poeira ofuscava os carros que circulavam no sentido contrário. Muitos caminhavam a pé, a falta de táxi, faz com que muitos esperem por boleia de clientes que se dirigiam para a referida centralidade.

Uma mulher que quase derramava lágrimas, disse para a nossa equipa de reportagem, que não sabia da quantia máxi- ma ou mínima para ter acesso a

aquisição de um apartamento uma vez que auferia um salário baixo do que exigido.

Para ter acesso a portaria em que se encontravam os futuros beneficiários para se inscreverem, deparamo-nos com uma multidão de mais de duzentas pessoas, onde o sol e a poeira das obras inacabadas da centralidade tomavam conta dos futuros condóminos.

Para ter acesso, os vigilantes mandam fazer uma lista de mais de cinco pessoas para manter a ordem, onde entre eles, os futuros donos se organizam e criam diversas listas paralelas para depois chegarem ao ponto de entrega dos documentos exigidos onde preenchem um formulário.

. Com rostos de cansaço por passarem a noite sem acesso a higiene adequada, faz com que os futuros donos na sua maioria jovens que ali procuram um tecto, percam algumas esperanças por falta de informação.

Na centralidade de Cacuaco, os futuros condóminos estão insatisfeitos com o trabalho da Sonip e da Delta Imobiliária que cuida da venda dos apartamentos das centralidades.

Havia duas filas divididas entre homens e mulheres e eram atendidas dez pessoas de cada vez. Mas mesmo com as referidas filas, a confusão não cessava e as mulheres gritavam "Março mulher, prioridades as mulheres".

Terça-feira, 5, para além do público em geral, o atendimento estava reservado aos militares e agentes da Polícia Nacional. Mas o facto de ser militar as vezes nem por isso era o renovar das esperanças ou ter o assunto bem encaminhado. Ela estava a civil e carregava ao colo um bebé de aproximadamente de cinco anos.

Na porta foi impedida por agentes da polícia, mas para se livrar da interdição exibiu o seu passe de Polícia Militar, mas nem por isso foi permitida entrar. Os agentes em serviço naquele dia obrigaram -na ir envergar a farda para ter acesso ao recinto da centralidade.

O funcionário Público Daniel Miguel, de 25 anos, entretanto, mostrou-se insatisfeito com a organização, afirmando que não há motivos para as pessoas passarem a noite ao relento a busca de uma casa que nem sequer é oferta do estado, mas "fruto do nosso esforço".

Os futuros beneficiários exigem melhor organização por parte das empresas que estão encarregues de vender as casas, porque segundo eles, não é justo que

se faça a chamada dos nomes as três da manhã. "Este método obriga-nos a dormir aqui e é desnecessário", afirmam.

Durante a nossa reportagem, foi possível notar o mau trabalho da Polícia Nacional, a falta de humanismo para com os futuros moradores da centralidade, nem informação conseguiam dar a quem precisava.

Além da polícia no "comando" da portaria, havia jovens que pareciam "leões a aguardar por uma posta de carne", que sem o mínimo de educação transmitiam mensagem a quem precisasse.

Refira-se que, para se ter acesso a uma casa os clientes tem que preencher um formulário, cópia do bilhete de identidade, rendimento de serviço do último salário no valor mínimo de mil duzentos e cinquenta kwanzas, cartão de contribuinte, extracto bancário dos últimos três meses e o cartão de segurança social.

O nosso interesse em ter acesso a centralidade foi vetado pela Polícia destacada naquele local.

3.17 UNITA propõe nova organização administrativa

Angolense

08 De Março de 2013

"O que dissemos naquela altura continua válido hoje: Luanda tornou-se ingovernável no quadro institucional atual", afirmou Samakuva, criticando o estado do sistema de ensino, de produção, da recolha de lixo, de distribuição de água e luz, a saúde e o trânsito.

Segundo aquele político, Angola precisa de organizar as suas autarquias locais e de eleger "com urgência" os três órgãos do poder autárquico, designadamente as assembleias municipais, os órgãos executivos colegiais e os presidentes das autarquias.

"Havendo vontade política começávamos pelas autarquias e o presidente da Assembleia Nacional iria agendar já para a próxima plenária este assunto. Assim estaríamos a pôr em marcha o processo das autarquias", referiu o líder da UNITA, questionado por que ponto começaria a resolver os problemas de Luanda.

De acordo com Samakuva, enquanto não forem corrigidos, com medidas estruturais de fundo as causas estruturais de fundo dos problemas de Luanda, nem "mesmo que se triplique o orçamento anual equivalente a mais de mil milhões de dólares",

ficarão resolvidas as deficiências nas áreas da saúde, habitação e de apoio social às famílias.

"Estamos convencidos que com o diálogo e boa vontade, estas propostas poderão contribuir para o desenvolvimento harmonioso do nosso país", frisou.

3.18 Vida velha no nova vida

O País

08 De Março de 2013

Nova vida. Já foi um dos mais emblemáticos complexos habitacionais da cidade de Luanda ou mesmo do país. A sua designação, beleza e estrutura arquitetónica fez com que muitos dos luandenses abandonassem as suas anteriores habitações à procura de uma vida nova.

Longe do lixo, barulho e da falta de água que ainda se faz sentir em muitas partes da cidade capital. Dez anos passados, esta "nova" urbanização, localizada no município do Belas, apresenta um outro cenário.

Dir-se-ia mesmo que as dificuldades que muitos dos seus moradores fugiram de outros bairros de Luanda onde viviam acabaram por vir ao seu encontro neste projecto onde perspectivavam uma vida nova.

"No projecto sempre teve problemas de água, mas há cinco meses que a situação agravou", disse Adérito Eduardo, quando carregava consigo dois bidões com água. O jovem contou que vive num apartamento onde não há espaço para se depositar ou construir um reservatório maior.

Esta condição faz com que tenha de comprar água nas cisternas ou carrinhas que diariamente "invadem" o condomínio. Paga 150 kwanzas por cada bidon de 20 litros. Semanalmente compram entre 10 a 15 destes recipientes. A quantidade é determinada pela forma de consumo na residência do nosso entrevistado.

Residente há oito anos no Projecto Nova Vida, edifício nº 9, rua 46, Adérito contou ainda que também se vivia a mesma escassez em termo de fornecimento de energia eléctrica. Segundo ele, a questão só foi ultrapassada depois de muitas reclamações dos vizinhos.

Ele nunca reclamou, apesar dos problemas. Cabe ao coordenador do prédio reclamar em nome dos demais junto da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), apresentada como a principal protagonista do problema que vivem atualmente os moradores do seu edifício.

Indignado com a nova gerência da Urbanização Nova Vida, Carlos Reis, por seu lado, garante que hoje o projecto não tem nada do que um dia apresentou. "Temos recorrido aos senhores que vendem bidões com água nas motas de três rodas.

Cem kwanzas por cada um e ainda pagamos mais 50 kwanzas para os miúdos a carregarem até aos apartamentos. Quando vim cá morar as coisas davam gosto, mas agora deixa a lamentar", realçou.

Carlos salientou que durante os três anos que vive na rua 46, prédio E15 do Projecto Nova Vida, sempre se deparou com problemas de falta água, porque o líquido precioso só jorrava nas torneiras uma vez por dia, de manhã ou de noite. Desde Janeiro que a ausência se agravou.

Hoje passa duas ou três semanas sem água. "Eu acho que a direção da Imogestín não passou os sistemas e as facturas para a EDEL e a EPAL. Eu já não vou reclamar porque estamos todos na mesma situação, reclamar pr'a quê?", questionou o senhor.

Segundo ele, ninguém sabe se um dia as coisas voltam à normalidade, porque a EPAL não garante nada. De acordo com o morador, quando a EPAL e a EDEL começaram a trabalhar dentro do Projecto Nova Vida fizeram novos contratos. Neste momento desconhecem a entidade que está a gerir o próprio condomínio.

A falta de água afecta não só os que vivem nos prédios, mas também os que habitam nas vivendas construídas no projecto. Apesar de não termos encontrado uma proprietária, algumas empregada(o)s contaram a O PAIs que também vivem o mesmo problema desde o início do ano e recorrem a outros expedientes.

Os habitantes do rés-do-chão apresentam vantagens na resolução da falta de água. Muitos deles ocuparam o espaço do jardim para construir reservatórios de água em companhia dos vizinhos do mesmo espaço térreo. Cada um deles contribui uma certa quantia monetária, segundo Geovania Mateus.

A jovem tem recorrido à casa de uma amiga que vive num rés-do-chão e possui um tanque de água. "É lá onde tenho ido buscar água, mas nem sempre a solicitação é atendida porque os donos também precisam", contou Geovania.

Há dias, prossegue a moradora, foi acarretar água no mesmo local, mas foi alertada pela cunhada da amiga para que não exagerasse na quantidade porque também precisavam e a água estava escassa.

O seu olhar notava-se uma certa tristeza por ver pessoas a zungar água no condomínio onde vive, quando a cem metros do local existe uma girafa instalada pela EPAL que diariamente fornece o respectivo líquido aos vendedores.

Por isso desabafou: "é preocupante acarretar água noutras ruas, carregando os bidões nas mãos ou então comprá-los a 250 kwanzas".

"As minhas mãos estão avermelhadas e doi muito. Acreditava-se que o projecto poderia melhorar, mas está a piorar a cada dia que passa", acrescentou. Nos últimos tempos o consumo de água é limitado.

Não se consegue lavar roupa, banha-se com pouca e realizar uma festa no local é impossível porque não há líquido suficiente para ser utilizado, segundo Geovania. Os moradores recordam com nostalgia os primeiros anos no Nova Vida. As ruas estavam sempre limpas e o lixo recolhido diariamente, o que não acontece atualmente.

Passam-se vários dias, os resíduos acumulam e o cheiro nauseabundo incomoda. Segundo Carlos Reis, às vezes aparece uma empresa para recolher o lixo, mas a própria colheita tem sido mal feita. Ao retirar-se das lixeiras, o próprio carro acaba por deixar mais resíduos sólidos no chão.

Do jardim, bonito e colorido que havia dentro do Projecto Nova Vida nada resta. A relva transformou-se em mata. "Esse não é o projecto que nos trouxe aqui, que um dia nos atraiu", disse Luzia Windarica, que reside há três anos na urbanização Nova Vida.

Depois da saída da IMOGESTIN, os moradores ficaram com a responsabilidade de cuidarem do jardim, mas uns mostraram interesse e outros não. Muitos destes fazem parte de um grupo de moradores que depositam o próprio lixo que produzem defronte aos prédios onde residem, segundo uma moradora.

O prédio E6, onde vive Geovania tem dois coordenadores. Um deles responsabilizou-se em pagar mensalmente uma empregada para manter o edifício limpo. Os proprietários dos apartamentos são obrigados a colocar portões à entrada para se sentirem mais seguros.

Há uma semana um morador ficou sem o carro, antes tinha sido vítima um jovem que escolhera o local para fazer férias.

"Como moradora do projecto eu suplico a quem é de direito que melhore principalmente a segurança porque a delinquência está assombrar cada vez e o

abastecimento de água, sem água não temos como sobreviver", pediu Geovania.

A insegurança está associada principalmente à falta de iluminação nas ruas, o que não permite a identificação de supostos marginais que entram no condomínio na calada da noite. Os moradores acreditam que sejam pessoas que moram nos bairros periféricos construídos ao redor do Nova Vida.

Nem mesmo os que vivem nas ruas 47 e 48, onde existe uma esquadra da Polícia, sentem-se seguros. Os assaltantes usam carros e motos que lhes permite fugir antes. Na maioria dos assaltos os marginais têm levado carros. De acordo com a moradora, os bandidos são jovens que andam de moto e param apenas para assaltar os habitantes.

O período noturno é o horário em que os bandidos atuam, alguns dos ladrões vivem dentro do projecto outros vêm de fora. "O projecto tem quatro entradas e não são fechadas, à sua volta tem muitos bairros, estes geram muita delinquência.

Já não sei quem está gerir o projecto, mas a quem cabe a responsabilidade peço que vele mais pela população, uns já estão abandonar o projecto, reclamando. O projecto já não é o mesmo, parece que estamos num bairro qualquer, aonde não se pode deixar a porta aberta", lamentou a jovem.

3.19 «O Nova Vida tem tudo de velha vida»

Semanário Factual
09 De Março de 2013

Nos últimos dias, não se tem falado de outra coisa senão dos projectos habitacionais, que convencionaram chamar centralidades e que se estão disseminar por todo o país, particularmente nas capitais das províncias. Em Luanda, ultimamente, todos os caminhos têm convergido nos projectos Km 44, Cacucaco, Zango e a cidade do Kilamba, esta última apontada como sendo a que nestes dias tem apartamentos disponíveis.

Os restantes não dispõem mais habitações para a população, que pernoita defronte às instalações do Delta Imobiliária naquela cidade. Verifica-se no país um elevado número de cidadãos a afluírem aos projectos existentes, particularmente, aos que possuem apartamentos com preços ao alcance de alguns, como são os casos do Zango, de Cacucaco e o KM 44.

Já por várias vezes salientámos que a maioria dos cidadãos ainda não têm casa própria, razão por que

também se assiste a numerosas construções individuais ou familiares em locais considerados de risco e outros a ocuparem ilegalmente reservas fundiárias do Estado, incorrendo em transgressões administrativas.

Já houve situações em que candidatos quiseram devolver os apartamentos após a compra, tudo porque não havia compatibilidade entre os desejos e as casas que lhes foram atribuídas. Neste sentido, muitos perdem, porque, ao que tudo indica, as imobiliárias não praticam a política de devolução.

Alguns dos que afluem a estes projectos esqueceram-se de que o projecto Nova Vida ainda tem apartamentos disponíveis para venda e outros lá não vão porque as condições financeiras não permitem. De acordo a fontes afectas ao referido projecto, as casas estão a ser comercializadas a preços exorbitantes, obrigando a que as pessoas cheguem, perguntem e tomam o regresso.

Como vai o projecto Nova Vida? O projecto Nova Vida é o primeiro projecto habitacional que a capital do país recebeu após o alcance da paz definitiva, em 2002, criado com o intuito de dar prioridade a efetivos das Forças Armadas Angolanas que defenderam a pátria ao longo do conflito armado.

De acordo com informações a que o Semanário Angolense teve acesso, as primeiras residências começaram a ser ocupadas precisamente em 2003, o ano da ressaca intensa da guerra que assolou o país durante aproximadamente 30 anos. Quando foi da implementação do projecto, todo mundo queria aderir, após a comissão responsável ter anunciado que qualquer cidadão poderia aderir a ele.

Uma localidade que antes se pensava que seria de uma elite social tornou-se num bairro comum ou seja, até os que não pertenciam às FAA procuraram inscrever-se no projecto, tendo assim o bairro começado a ser habitado paulatinamente. Mas, a afluência não foi tanta, devido aos preços das residências, pois, na altura, não estavam ao alcance de todos, uma vez que os salários eram míseros.

Uns aderiram, mesmo em condições muito pouco abonatórias em termos financeiros, mas, alguns arriscaram e, hoje têm casa própria, mantendo-se o pagamento da renda resolúvel para uns e renda normal para outros. O projecto é composto de edifícios de 4, 5 e 6 andares e ainda vivendas, sendo estas últimas de maiores dimensões, por isso, de preços mais elevados.

O Nova Vida ainda possui apartamentos suficientes, mas o método de vendas é que tem feito recuar muitos necessitados, já que os valores dos apartamentos oscilam entre os 130 mil e os 200 mil dólares. Há muitas interrogações à volta desse projecto, sobressaindo entre elas a seguinte: se a intenção é reduzir o número de cidadãos sem-abrigo, por que motivo os preços atuais são tão altos, impossibilitando deste modo muitos de aderirem?

Recordam que os preços anteriores eram mais acessíveis. Vezes sem conta, o projecto foi alvo de enumeras reportagens nos meios de comunicação social, tanto públicos como privados, devidas a várias situações que ali ocorrem e que vão desde o elevado índice de criminalidade, a falta de higiene entre os moradores até ao excesso de vandalismo.

Ao longo da nossa estada no projecto, deparamo-nos com funcionários da «Kiayi Waste», uma empresa que se responsabiliza pela higiene pública, que apontaram que os moradores do Projecto Nova Vida são «porcos, na sua maioria», porque as ruas têm sempre lixo, não conseguem depositar os resíduos no lugar apropriado.

Falando sob o anonimato, um dos funcionários afirmou: «Eles comportam-se mal, há muito lixo, as pessoas estão sempre a produzir resíduos sólidos e nunca dão um tratamento devido. Trabalhamos num determinado dia e, no dia seguinte, encontramos as ruas todas sujas, como se não tivéssemos trabalhado.

Agora eu pergunto-me, são mesmo moradores do projecto ou do gueto?», questionou. Dizia um sábio inglês que «A cultura é definida como sendo o modo de vida de qualquer sociedade.

» É nesta perspectiva que uma equipa de reportagem se deslocou ao referido projecto com intuito de conhecer a vivência dos moradores que diariamente também enfrentam os mesmos problemas que os de outros bairros periféricos.

O Nova Vida já não é o mesmo de antes, várias transformações ocorreram em muitos edifícios. Particularmente no interior das residências, não estando os moradores satisfeitos com o que encontraram, pelo que foram alterando à sua maneira no interior das respectivas residências.

Para muitos habitantes, o bairro já deu o que tinha para dar, atualmente, tem estado muito a quem das expectativas, daquilo é um projecto habitacional bem definido e a corresponder às exigências internacionais. Logo à entrada do bairro, à direita, existem as primeiras residências do tipo vivendas, alguns metros depois encontram-se os edifícios de

menores dimensões, os de 4 andares, seguindo-se os de cinco pisos.

Para quem visita pela primeira vez o bairro, lógico que encontra a as vivendas, que, por sinal, à primeira vista, apresentam uma certa organização. Já nos edifícios, o contraste são as roupas estendidas em qualquer canto, o que de alguma forma cria um mau aspeto aos olhos de quem vê.

Uma outra imagem anormal que a nossa reportagem constatou foi o fator ambiental, com o qual. A maioria não se preocupa, assim como com o tratamento dos jardins, a limpeza do edifício e afins.

Os moradores desentendem-se muitas vezes, o que tem despoletado mau clima entre vizinhos do mesmo edifício e, sobretudo, da mesma entrada. Luanda é realmente uma cidade em que é notável a multiplicidade cultural, pois são diversos os povos provenientes de vários cantos do país, criando desta forma o que, no âmbito da ciência sociológica, se denomina conflito social.

A voz dos moradores, alguns receberam com satisfação a nossa equipa de reportagem, outros nem por isso, dividindo-se entre os que se recusaram a pronunciar-se, com medo alguma represália, e os que desabafaram encontram-se os edifícios de menores dimensões, os de 4 andares, seguindo-se os de cinco pisos os problemas que enfrentam no quotidiano.

Elizabeth de Sousa, moradora do edifício 3, disse que, em termos de segurança e de higiene, o seu prédio é considerado um dos exemplares, tudo porque estão bem organizados, os moradores do edifício reúnem constantemente, resultando daí decisões positivas que beneficiam a todos.

«O edifício 3 não tem tantos problemas quanto a outros, estamos organizados de forma diferente, reunimos sempre, foi numa dessas reuniões que decidimos efetuar uma contribuição para contratarmos uma empregada de limpeza que tomasse conta da higiene do edifício, e assim o fizemos.

Estamos agora com a ideia de voltarmos a contratar um segurança», esclareceu. De acordo com a nossa interlocutora, tem-se verificado discussões em muitos edifícios entre moradores, devido à falta de diálogo, não realizam reuniões de concertação, há falta de uma relação mútua e convivência pacífica.

«Quando há problema no edifício comunicamo-nos logo, se for necessário fazer uma contribuição, reunimo-nos para o efeito, é assim que resolvemos os nossos problemas. Quando alguém quiser organizar

uma festa, temos o pátio público, que qualquer morador desta entrada pode usar», disse.

Yolanda de Jesus, moradora do edifício 42, confessou que harmonia como tal no seu edifício, não existe, na entrada em mora, por exemplo, é cada um por si e Deus para todos, ninguém cuida do ambiente, da higiene do edifício e de outros aspetos relacionados a estes. Mas informou-nos que existem uns que têm uma amizade mais ou menos.

Relativamente à segurança, Yolanda desabafou: «não há segurança e ultimamente, o bairro transformou-se num lugar preferencial dos marginais, aliás, a violência é um cartão-de-visita aqui no Nova Vida.

Não conseguimos ter um segurança, porque uns dizem sim mas outros dizem não no ato da contribuição para se fazer o salário a este ou àquela pessoa a ser contratada.» A interlocutora contou que muitas vezes foram assaltados no prédio e a polícia que tem estado a fazer ronda, não tem tido eficácia no seu trabalho, são comuns essas avaliações entre populares em relação à polícia.

Relativamente à higiene, fomos informados que anteriormente, a Imogestim tratava da limpeza do bairro e tinha-se deste modo funcionários a tratarem particularmente das entradas dos edifícios, depois que a empresa parou de cuidar da higiene, procurámos contratar uma senhora que se ocupasse da higiene do edifício todo, uns faziam as contribuições numa primeira fase, depois acabaram por desistir todos», lamentou.

«Isso fez com que muitos moradores deste edifício fossem mal vistos por outros. A minha mãe já foi assaltada aqui mesmo à porta do nosso apartamento, ela está até hoje traumatizada, não pode ver moços a conduzirem motorizada, põe-se a correr» contou.

Por falta mesmo de uma rotina constante de agentes da polícia, os moradores andam aterrorizados, principalmente no período da noite, em que fazem tudo para esperar cada morador que apareça para ser assaltado, chegando mesmo a levar a viatura se a vítima tiver.

Quando a questionamos sobre a diferença que existe entre o bairro Nova Vida e o Golf 2, respondeu-nos que, «De uma forma geral, a diferença que existe entre estes dois bairros é que o Nova Vida é apenas um bairro mais ou menos bem estruturado do ponto de vista urbanístico, mas, também vive os mesmos problemas que o Golf 2 atravessa.

Só ver que já houve momentos em que ficámos dois meses sem água potável nem luz eléctrica», desabafou. Esclareceu que quando algum dos

moradores pretender fazer grelhados fora do forno do fogão, cada um terá de suportar o fumo que for exalado pelo vizinho, é sempre assim e o pior grelhar, o prédio fica todo fumegado.

Rubino Pimenta, membro da coordenação do edifício 812/03, contrariamente ao que seus vizinhos informaram, disse que o edifício não tem problema nenhum e sobretudo no que diz respeito ao relacionamento entre os utentes.

«Cá entre nós, não há problemas, sempre que surja um, procuramos resolvê-lo da melhor maneira possível, por intermédio do diálogo. Há entre nós quer entre adultos e crianças, as relações são salutaras», elogiou. Não se tratando exatamente de uma acusação dos moradores à administração do projecto, este jornal procurou contactá-la no sentido de um contraditório, pelo que ninguém estava disponível para esclarecimentos.

3.20 Era uma vez uma casa no Kilamba

A Capital

09 De Março de 2013

Segunda-feira, quatro de Março. Tudo a postos para o reinício do processo de comercialização de residências, pelo Estado, nas centralidades do Kilamba, Cacuo e outras, em Luanda. Quem lá foi pela primeira vez, sem dúvidas, teve uma experiência para esquecer.

Contudo, aquelas pessoas que já tinham os contratos em mão, à custa de horas e horas a fio, noites mal dormidas ao relento no Kilamba, só foram buscar mais uma desilusão. "Estamos aqui desde sexta-feira, porque tínhamos as enchentes de gente.

Nessa mesma noite, para o nosso espanto, a lista chegou às cerca de duas mil pessoas", informou um cidadão interessado, porém desmotivado, pois esperava maior organização e respeito aos candidatos, por parte da Sonip e da Delta Imobiliária, (DI), no reatamento do processo.

"De manhã estive cá um senhor DI. Disse que só nos iriam atender caso estivéssemos organizados. Organiza- mo-nos, ficamos em frente das instalações da empresa, desde as 7 horas da manhã de segunda-feira, até às 12 horas, sem que nos informassem absolutamente nada.

Reclamou o outro candidato, segundo o qual, só no final da tarde de segunda-feira, apareceu um senhor alegando que havia falha no sistema, e que, por via disso, só estavam a atender na centralidade de Cacuo.

Tudo era dramático. Entre os novatos, depois de apanharem uma triste lição, uns desistiam da corrida, mas ainda assim, outros mantinham aceso o sonho.

Tendo permanecido à espera do impossível, na companhia daqueles que já tinham depositado dinheiro nas contas da Sonip, e que estavam lá, apenas para receber o que lhes é devido: as chaves e os contratos.

Dia seguinte, portanto, terça-feira 05 de Março, de manhã, nada tinha mudado. A multidão voltou a aglomerar-se. Os ânimos começaram a exaltar-se.

Foi assim que os presentes dividiram-se em dois grupos. O primeiro, com cerca de 20 pessoas, permaneceu no terreno, mas outro, perto de dez pessoas, foi à direção da DI sita no bairro Talatona em busca de esclarecimentos.

Postos lá, as portas estavam fechadas. E lá ficou sepultado mais uma vez a miragem da tão propalada casa própria. Aliás, Cacucaco foi apenas uma continuação de todo este cenário. A moldura humana não diferiu daquela que se registou no Kilamba.

Até ficou-se com a impressão de que os números eram superiores a julgar pela informação chegada aos candidatos, segundo a qual, Cacucaco tinha o maior número de apartamentos.

Daí a maior procura. Carlos Lopes Baptista, funcionário público embalou-se nessa onda, tendo-se dirigido àquela centralidade, na sexta-feira, 01 de Março tão, logo saiu do local de trabalho.

Eram 16 horas. Segundo ele, o regime de listagem é ambíguo, pois a cada hora nasce uma lista diferente da outra sem se saber nunca de onde irnam.

"Isto até parece que estamos a pedir favores. As listas triplicam-se a cada dia. Enquanto uns se organizam, lá chega um "chico esperto" que cria uma nova, como não sei, e, ainda, consegue dar entrada primeiro que a primeira lista", lamentou.

"Estamos cá desde a semana passada com fome, sede, poeira. Quando achamos que o esforço vai valer alguma coisa, lá chegam os militares com as fardas de gala e armados para estragar tudo", acrescentou, aconselhando que se deviam criar postos para os militares, ou, na melhor das hipóteses, que se organizassem nas suas unidades e mandavam um oficial com todos os processos.

"Porque, se for assim, os médicos e professores, também, vão chegar de batas para ter um rápido acesso", enfatizou.

A nossa reportagem deu conta de que a DI teve que suspender os trabalhos na segunda-feira, 04, ante a falta de organização dos populares, algo que se estendeu até terça-feira, 05, quando cerca de mil pessoas podiam ser vistas a aguardar na parte de fora das instalações da Imobiliária, pela chamada.

Quem viesse de viatura, era obrigado a deixá-la à uma distância de quase seis quilómetros. Sol ardente, fome, sede e não só, são as peripécias a que quem aspirou uma casa se sujeitou.

Entretanto, é na adversidade que sempre surge uma mão "caridosa", duas carrinhas de marca Toyota Hilux apareceram no local transportando refrigerantes e algumas refeições para comercializar.

Fizeram um papel de salva-vidas das centenas de pessoas que lá se encontravam. Um dos sofridos é o jovem Silva Pascoal, visivelmente desgastado. É que, segundo disse, nem mesmo o facto de ser o quinquagésimo da primeira lista, valeu-lhe para conseguir um lugar na fila de frente, na segunda-feira.

"Isto parece ser um negócio lucrativo envolvendo a própria Sonip e os que estão à frente a ordenar. É que estão a chegar pessoas que nunca vimos na fila. Mas assim que chegam têm os nomes em frente", lamentou.

Quem tiver conseguido a ficha e se tiver inscrito, indica-se, deverá dirigir-se ao Banco para o depósito da primeira tranche.

Até aqui tudo bem. A inquietação vem quando, postos lá, ao invés de fazerem um simples depósito no número da conta da Sonip, o cliente tem que abrir uma nova conta bancária, e só assim faz a transferência. Nesse processo, de acordo com os nossos entrevistados, perdem-se três por cento de juros a que o Banco exige pela transferência.

Ou seja, se forem dois mil e 400 dólares norte-americanos, (Usd), por exemplo, o cliente deve aumentar mais 300 (Usd).

3.21 Há pessoas que estão a aqui os maus hábitos»trazer para aqui os maus hábitos

Semanário Angolense
09 De Março de 2013

«Há pessoas que estão a trazer para aqui os maus hábitos que tinham nos seus bairros. Há dias, vi uma vizinha deitar água suja pela varanda. Não admira que daqui a pouco vai ser lixo», queixa-se Catarina Gonçalves, uma moradora dos novos prédios do

Zango, quando esta semana foi entrevistada em sua casa pela reportagem do Semanário Angolense.

Defende que as pessoas devem saber estabelecer balizas entre viver nas casas do musseque e nos apartamentos. «No prédio, não podemos ter fogareiros nos apartamentos e muito menos pilão para pisar fuba ou outra coisa qualquer, preciso que se criem de imediato Comissões de Moradores para educar e penalizar os moradores que violem as regras de civismo», apela.

Segundo Catarina Gonçalves, há casos de pessoas que têm estado a pôr música alta, crianças que andam soltas pelos corredores, gritam e brincam nos elevadores. É preciso ter-se muita atenção para não estragarmos uma coisa bonita em tão pouco tempo, adverte, deixando transparecer uma profunda preocupação.

Moniz da Silva, um novo morador do Condomínio Vida Pacífica, não aceitou dar o rosto, mas reconheceu à reportagem do SA, que o processo para adquirir o apartamento não foi nada fácil. Muita gente desistiu, porque aconteceu muita coisa má, até pancadaria e tiros houve! Os que conseguiram devem por isso criar um ambiente saudável para que as infra-estruturas sejam preservadas e não destruídas.

Devem respeitar as leis e não criar problemas aos demais moradores. O condomínio, onde habita, está cercado por um espaço verde, ainda saudável e bonito. No entanto, as novas centralidades não contemplam infra-estruturas básicas, sobretudo para o saneamento e tratamento dos resíduos domésticos. Daí que estas questões básicas nos centros urbanos destinados à habitação não deviam ser ignorados, para se evitar constrangimentos futuros.

De igual modo, elas deviam também priorizar a construção de centros comerciais, padarias, talhos, escolas, religiosas e espaços de lazer, dentre outros.

3.22 Reflexões á volta da venda de casas

Semanário Angolense
09 De Março de 2013

Visitei, por razões profissionais, o projecto Kilamba nesta sua fase de vendas ao público. O processo é liderado pela Sonangol, através da empresa Delta Imobiliária. Durante horas, percorri atentamente os meandros do problema das vendas no local.

O que realmente verifiquei foi uma hecatombe administrativa, que resultou num cortejo infundável

de humilhações aos cidadãos interessados na compra de uma habitação.

Uma instituição pública, como é a Sonangol, deveria socorrer-se da lei 20/10 de 7 de Setembro para realizar o trabalho de casa, sem colidir com as recomendações e obrigações contidas no referido diploma, aprovado pela Assembleia Nacional.

A raiz do problema reside no desrespeito a esta lei, que enaltece a concorrência, a competitividade, a eficácia e a eficiência como critérios de decisão, na hora da adjudicação ou concessão de serviços a prestar a um ente públi- co. É esta lei que define os parâmetros para a contratação pública de serviços desta natureza.

No caso, da Sonangol deveria promover um concurso público ou limitado, fazendo recurso a um dos procedimentos previstos na lei, preparando convenientemente um caderno de encargos com as devidas cláusulas técnicas, financeiras, jurídicas e administrativas.

Capazes de orientar as empresas imobiliárias concorrentes, para a elaboração da melhor proposta, a qual seria, por mérito próprio, a adjudicatária ou concessionária do serviço.

Antes, as condições de participação seriam definidas, sem descuidar a necessária caução, ou garantia de boa execução a creditar por banco idóneo.

Esta é uma prática comum, que previne a negligência e a incúria por parte do prestador de serviço, pois pode ser acionada a caução se houverem incumprimentos contratuais graves. Por que razão a empresa contratada não se submeteu ao crivo do concurso que a lei orienta, é uma pergunta que nos dá uma visão do problema.

Foram elaborados os cadernos de encargos para obrigar o prestador do serviço a responder a determinadas exigências, entre as quais o tempo de atendimento e o prazo de conclusão; as exigências de confortabilidade no atendimento e na transacção processual e administrativa.

A facilidade de acesso ao sistema de comunicação interna da empresa para as marcações online ou outra via segura, a acomodação e o valor do serviço, enfim, as condições técnicas da prestação do serviço e as garantias de uma prestação competente e eficiente?

Acaso não foram já definidos os critérios da competitividade e da igualdade de oportunidades constitucionalmente protegidos aos vários agentes económicos que operam no nosso país? O que

apurei, finalmente, numa noite até madrugada durante a minha pesquisa e observação?

Durante horas, observei como era feita a marcação do lugar; a reconfirmação do número; o alinhamento das filas; a posição de pé durante muitas horas seguidas numa fileira de marcha lenta que podia consumir dois longos dias; verifiquei gente nobre dormindo ao relento, no chão húmido;

Confirmei casos que provocaram dificuldades respiratórias e consultas médicas posteriores, como resultado do esforço titânico e humilhante por que passaram várias pessoas.

Verifiquei o modo em como os jovens, em total desespero, se organizavam à madrugada, esfomeados ou totalmente fatigados pelas sucessivas horas de elevada pressão psicológica.

Confirmei a existência de mamãs completamente desfiguradas, sem asseio pessoal e sem urinóis ou retretes móveis para a higienização indispensável. Notei, com muita mágoa, o modo em como a empresa prestadora do serviço desvalorizava o sofrimento, a angústia e a ansiedade dos cidadãos.

Numa das centralidades, a vitrina onde se afixou os nomes dos futuros utentes em papel A4 era constituída por um resto de madeira de contraplacado imundo, colocado no chão. Ao redor das filas, o lixo se exibia marcando a sua triunfante vitória entre garrafas e latas de refrigerantes abandonadas.

O vento arrasador e a chuva, as ameaças e o aborrecimento elevaram os nervos à flor da pele dos jovens, mulheres e adultos em busca do lar do sonho. Os selecionados para a entrada aguardavam de pé, durante muitas horas, sendo que alguns acabavam deitados no chão ou agachados de tempo em tempo.

A longa distância que separa a cidade do Kilamba contribuiu imenso para a fome, o cansaço e o desespero. Tudo isso só foi possível porque houve uma lacuna por preencher: a concorrência na prestação de um serviço para entidade pública.

O desrespeito à lei da contratação pública não deve continuar impune, sob a pena de vermos os nossos próprios cidadãos prejudicados nos seus direitos como contribuintes fiscais.

Eles são merecedores de um serviço de qualidade e um atendimento digno da pessoa humana. Por isso é reprovável o que pude testemunhar nestes últimos dias.

Quando me decidi a percorrer os meandros do processo da venda de casas, fi-lo sobretudo por razões profissionais. A pesquisa que venho empreendendo em torno da fiscalização das obras conduziu-me a esta curiosidade.

Verificar os resultados decorrentes da falta do cumprimento da lei que regula a contratação pública permitiu-me ver o modo em como são atendidos os cidadãos, comparativamente aos construtores que realizam obras.

O comportamento de um e outro, em relação à qualidade, é de total indiferença quando o trabalho é ganho sem esforço.

As obras, quando entregues sem concurso, resultam geralmente em verdadeiros desastres. Os serviços a prestar à entidade pública sofrem da mesma atitude negligente por parte do prestador ou concessionário, se não forem entregues pelo mérito e pela competência comprovados.

Foi-me deveras valiosa e frutífera a pesquisa. De facto, ficou uma vez mais comprovado que, enquanto não seja promovido o concurso para o apuramento do melhor; enquanto não são definidas as regras de uma prestação do serviço e com qualidade mensurável, e enquanto não é indicado um fiscal.

Para acompanhar, medir, avaliar, multar com penalizações contratuais, para persuadir o prestador do serviço a melhorar o que está mal, e a oferecer maior eficiência e eficácia ao sistema, as coisas darão seguramente para o fracasso, como acontece agora com a venda de casas.

E tudo isso poderá afetar, gravemente, no futuro, a boa imagem do governo, desvirtuando todos os melhores esforços que por ele foram desenvolvidos, para servir a população de habitações condignas e a preços acessíveis.

O modo de venda, não devia constituir-se numa tão infausta traição à boa-fé e vontade do Estado. Bastava, para tal, respeitarmos a lei!

3.23 UNITA apresenta plano director ao GPL

A Capital

09 De Março de 2013

Depois de o ter feito em Maio de 2010, o maior partido da oposição voltou a apresentar, na última terça-feira, 4, ao Governo Provincial de Luanda, um Plano Director contendo propostas voltadas à uma gestão sustentável da província.

A decisão da UNITA, segundo o seu líder, Isaías Samakuva, surge depois de um estudo feito em tomo das condições estruturais de Luanda e que constituem uma dor de cabeça para qualquer administrador público, pois a sua gestão sustentável exige um ambiente democrático descentralizado.

"Não é possível governar Luanda sob o atual quadro político-administrativo", disse Samakuva. No documento apresentado ao GPL.

O partido do Galo Negro diz que enquanto Luanda não tiver um estatuto de responsabilidade político-administrativo adequado à dimensão dos seus problemas e um Plano Director vinculativo a ser respeitado pelos futuros governos, "Angola vai gastar muito dinheiro em vão".

Ao que diz constatar, mesmo que se triplique o orçamento anual equivalente a mais de mil milhões de dólares, dificilmente serão equacionados os graves problemas da saúde, da habitação e do apoio social às famílias enquanto não se corrigirem, com medidas estruturais de fundo as causas estruturais de fundo dos problemas de Luanda.

Nesse sentido, relata o documento, a resolução dos problemas de Luanda está intrinsecamente ligada à consagração de medidas ativas para o reordenamento do território e para o repovoamento do país.

Para se ultrapassar o presente quadro, recomenda, entre outras questões, o estabelecimento de um acordo político, ao nível do Parlamento.

Através do qual, os representantes do povo auscultem os cidadãos para se encontrarem medidas de políticas estruturais, inclusivas e consensuais, para desacelerar o crescimento de Luanda e acelerar o crescimento harmonioso do interior do país.

Vontade Política Os problemas de Luanda são descritos pela UNITA, como sendo conjunturais e não apenas peculiares para Angola. Só que, no seu entender, "tem faltado vontade política de se fazer as coisas". Sem entrar em questões técnicas, a primeira coisa apontada pelo seu líder é encontrar esta vontade.

Apesar se reconhecer que os problemas de Luanda não se resolvem de uma só vez, e que têm sido desenvolvidos alguns esforços, entende que alguns destes esforços não visam resolver propriamente o problema do povo mas sim para firmar um certo poder.

Um dos casos alistados tem a ver com a inexistência de uma fiscalização à altura, o que faz com que o

desordenamento de Luanda propicie construções anárquicas e outros esquemas de sobrevivência.

Sem esboçar os motivos, Samakuva diz que a taxa atual de imigração e o ritmo de crescimento desordenado ultrapassaram já a capacidade humana de gestão e a capacidade física dos equipamentos.

Como consequência os efeitos da cidade periférica é ilegal também comprometem a gestão da cidade urbanizada, já que a cidade periférica, satura, sabota ou rebenta as redes públicas e os sistemas de fornecimento de serviços de água, eletricidade e saneamento.

Como se não bastasse, acentua a exclusão social provoca o incremento dos congestionamentos; desvia recursos públicos promove o stress, o crime e a violência e acentua os processos de segregação de discriminação.

A UNITA lembrou que na proposta apresentada, há três anos, à então governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, havia solicitado a extensão das fronteiras desta província para permitir a construção e gestão descentralizada de novas redes viária e ferroviárias.

Novos pólos industriais novos parques e novas cidades satélite entre o Rio Logi, a Norte, e o Rio Longa a Sul e a Província do Kwanza Norte, Leste,

Propôs-se para esta nova província de Luanda a consagração da região metropolitana de Luanda, "um ente territorial dotado de personalidade jurídica própria, a quem a República transfere competências políticas, regulamentares e administrativas".

Isaías Samakuva vangloria-se por este facto por constatar que parte destas propostas foi tida em conta pelo Executivo, um ano mais tarde. "Mas não teve o bom senso de implementar a efetiva descentralização. Estende apenas as fronteiras da província, mas não conferiu autonomia de gestão disse.

O político disse ainda que o documento em posse do GPL pode servir de modelo para todo o país. A diferença é que, Luanda, por ser o centro das decisões, e porque o documento em causa vai ser encaminhado também ao chefe do Executivo e ao Presidente da Assembleia Nacional "fica mais fácil estender as soluções a todo país".

3.24 Viver em sociedade, mas com regras

Semanário Angolense
09 De Março de 2013

Desde os primórdios da humanidade, o homem tem se revelado como um ser social, condenado a viver em sociedade, pelo que a sua sobrevivência deve-se, em grande medida, ao convívio com os demais membros da sociedade.

Por ser eminentemente social, ele tem a tendência em agrupar-se e unir-se aos outros seus semelhantes, não só para a satisfação das suas necessidades individuais, como também coletivas.

Daí que o homem, desde o nascimento até à morte, estabelece com os outros homens relações de colaboração e de mútua dependência, podendo-se por isso considerar que a vida em sociedade é o modo natural da existência da própria espécie humana.

Mas a natureza gregária do homem só é possível dentro da observância e do respeito de determinadas normas de conduta em relação aos demais membros da sociedade.

A vida em sociedade, além dos benefícios, dos direitos, que proporciona ao homem, ela traz também consigo algumas limitações à liberdade de atuação de cada um, ou seja, a observância de certos deveres e regras de conduta socialmente aceites.

Daí a correlatividade de direitos e deveres, em homenagem ao pressuposto de que «a liberdade de um determinado indivíduo acaba onde começa a liberdade do outro».

Vem isto a propósito de uma gritante falta de observância de regras de conduta que têm sido registadas em zonas habitacionais de Luanda, mais especificamente os Zangos, Projecto Nova Vida e, mais, recentemente, a nova Centralidade do Kilamba.

Mais do que mera necessidade de se descongestionar o casco urbano e suburbano de Luanda, a emergência das novas urbanidades foi projetada e executada com objetivo de se dar uma melhor qualidade de vida e dignidade às pessoas, muitas provenientes de zonas degradadas da cidade e que viviam em condições infra-humanas.

Em boa verdade, não se tratou apenas da transferência ou da deslocação de pessoas e bens dos mais distintos estratos sociais, níveis de formação académica, credos religiosos ou filosóficos ou, simplesmente, de pessoas que saíram de casas térreas

dos musseques e foram viver para os prédios, mas também fez-se a transferência de certos hábitos e costumes que cada um levava consigo.

No entanto, a adaptação de tais pessoas ao novo estilo de vida, em função da realidade encontrada não tem sido fácil, o que faz com que certas condutas comportamentais concorram para o mau relacionamento entre vizinhos, para a desarmonia.

Feliz ou infelizmente, estamos condenados a vivermos com os vizinhos que, porque estes, ao contrário dos amigos, não se escolhem. Mais do que as palavras, as imagens colhidas, pelos fotógrafos do *Semanário Angolense* nas reportagens efetuadas falam por si.

Espera-se que as mesmas toquem a alma das pessoas diretamente nelas envolvidas, de forma a prevenir-se de situações do género se voltem a repetir nas novas centralidades que estão ainda por habitar.

3.25 UNITA projeta novas fronteiras para a cidade de Luanda

Agora
09 De Março de 2013

Segundo o líder da UNITA, Luanda tornou-se ingovernável no quadro institucional atual. Isaiás Samakuva defende que os sistemas de ensino, produção, saúde, recolha de lixo, distribuição de água e luz e circulação rodoviária estão todos "engarrafados", justificando-se, deste modo, que as fronteiras da cidade sejam alargadas com base num Plano Director.

De acordo com Samakuva, estudos feitos pelo seu partido em 2010 e reiterados este ano permitem concluir que os problemas de Luanda "não serão resolvidos com conferências, requalificações ou demolições arbitrárias e discriminatórias na zona urbana, nem através da criação de Comissões de Gestão, nem mesmo nomeando ou exonerando Governadores, e muito menos com a atribuição da categoria de ministros, com ou sem pasta, aos seus governantes".

Para a UNITA, o êxodo populacional diário para Luanda tem uma razão de ser. "As pessoas correm para Luanda, porque é em Luanda que se concentra a riqueza e se apresentam maiores oportunidades de sobrevivência, não há empregos nem grandes oportunidades no interior do país".

Com cerca de 6,6 milhões de habitantes, Luanda é nos dias que correm a cidade de Angola mais povoada, indicador que tem como contrapartida a falta de condições geográficas para acolher todos. "Luanda esgotou a capacidade de oferta de empregos para a população economicamente activa que possui.

Mais de 2 milhões de cidadãos tentam sobreviver na periferia através do pequeno comércio desordenado ou de outras ocupações informais, mas esses problemas deveriam ser ultrapassados se o Executivo tivesse concebido um Plano Director para a gestão da cidade de Luanda.

Disse Samakuva, acrescentando que há outros problemas que afetam a cidade, como é o caso do problema da falta de fiscalização das obras que se erguem um pouco por todo o lado.

"Não existe fiscalização à altura. O próprio desordenamento de Luanda propicia construções anárquicas e outros esquemas menos aconselháveis à sobrevivência", frisou Samakuva, para quem a cidade precisa de muito mais do que novas centralidades.

Segundo o dirigente da UNITA, é urgente dotar a capital de um novo estatuto político administrativo no quadro do princípio constitucional da autonomia local. No sentido de ajudar a reverter este quadro de múltiplas insuficiências urbanas, Isaiás Samakuva revelou que o seu partido propõe o alargamento das fronteiras da cidade até à província do Kuanza-Norte.

"Há cerca de três anos propusemos que as fronteiras da província de Luanda fossem alargadas. Isto para permitir a construção e a gestão descentralizada de novas redes viárias e ferroviárias, de novos polos industriais, novos parques e novas cidades satélites, entre os rios Logi, a norte, e o rio Longa, a sul, e a Província do Kuanza Norte, a leste".

O "Galo Negro" propôs também a criação da Região Metropolitana de Luanda, que, no entender dos dirigentes da UNITA, seria um ente territorial dotado de personalidade jurídica própria, para quem a República teria de transferir competências políticas, regulamentares e administrativas.

O caricato, segundo defende o principal partido da oposição, é que o Executivo "agarrou" na proposta, copiou-a parcialmente, mas não teve o bom senso de implementar a efetiva descentralização.

Ou seja, estendeu apenas as fronteiras da província, sem salvaguardar a autonomia de gestão. Para Samakuva, este modelo de governação não se compactua com as ideias democráticas, na medida em que a gestão sustentável de Luanda, exige um ambiente democrático descentralizado.

"Não basta consagrar uma zona económica especial, alterar fronteiras geográficas e chamar chineses para construir centralidades, cujas plantas os angolanos precisam de dominar para depois poderem fazer a gestão e a manutenção das redes".

A partir do diagnóstico efetuado à cidade de Luanda, a UNITA concluiu que a gestão da Província tornou-se um imperativo nacional de forte pendor político, reforçado a partir da década de 90 com os massivos movimentos migratórios, responsáveis pelo surgimento da zona (hoje) urbana conhecida como Luanda-Sul, e pela integração do triângulo de Cacuaco, Viana e Benfica.

De acordo com as fontes que serviram de base para o estudo realizado pelo partido, o crescimento constante da cidade de Luanda explica-se pela procura de melhores condições de vida por parte da população. "Vêm para Luanda em busca de um pedaço da riqueza do país", refere um documento da UNITA a que o Agora teve acesso.

Além do êxodo em direção à capital, a UNITA aponta outro fator de desestruturação urbana: a inexistência de fórmulas para dar solução aos problemas ambientais caracterizados pela urbanização incompleta e poluentes, capazes de prejudicar a esperança de vida dos angolanos.

Para agravar ainda mais o cenário, Luanda regista uma taxa de crescimento anómala, concretizada numa população de cerca de 6,6 milhões de habitantes, dos quais grande parte vive em condições degradantes e num perímetro de apenas 150 Km.

Os dados avançados pela UNITA referem também que os níveis de migração voluntária para Luanda são superiores aos forçados pelo conflito armado.

De acordo com o documento intitulado "Contribuições da UNITA para a gestão de Luanda", os atuais níveis de migração precipitaram o agravamento dos índices de pobreza, calculando-se que o número de pessoas a viver com o mínimo de dignidade humana seja agora de 80%, enquanto o défice habitacional está estimado em mais de um milhão de moradias.

O fenómeno de atracção para Luanda apesar de Angola ter uma extensão de cerca de 1,242 quilómetros quadrados, a população apenas corre para a capital, explica-se, segundo a UNITA, também pelo facto de o Executivo se preocupar mais com a imagem de Luanda, descurando as restantes cidades.

"Hoje todos sabem que é em Luanda que está o poder real e, por isso, o Executivo tem as suas atenções viradas para essa Província mais do que para

qualquer outra", refere o partido, identificando um dos efeitos colaterais desta política.

"A população sabe que à falta de casa basta ocupar um terreno e construir uma pequena cubata. Amanhã o governo ou alguém por ele protegido vem demolir e em contrapartida consegue uma casa no Zango ou no Panguila".

Por isso, nota a UNITA, os musseques de Luanda crescem todos os dias ao "sabor do vento", refletindo-se em vários níveis de pobreza, extrema, moderada e relativa.

"A pobreza extrema é aquela em que as pessoas não conseguem sequer satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência. Neste nível, a fome é o caso permanente, não há acesso aos serviços de saúde, há carência de água potável e de saneamento básico, e faltam instituições escolares capazes de absorver todas as crianças".

Já na forma moderada de pobreza, as pessoas "têm um pouco com que se alimentar, mas as dificuldades, nomeadamente com educação e saúde, permanecem". Finalmente, no modo relativo de pobreza, as pessoas têm um rendimento mínimo que lhes permite sobreviver.

3.26 Casas sociais em Cunhinga

Jornal de Angola
13 De Março de 2013

Pelo menos 100 casas sociais estão em construção em Cunhinga, província do Bié; no âmbito do Programa Nacional de Habitação, revelou ontem o administrador municipal.

José Ndadula disse ao Jornal de Angola que no total são erguidas 200 casas. O administrador sublinhou que as obras decorrem em ritmo acelerado, numa reserva fundiária do Estado, de 25 hectares.

O administrador esclareceu que o programa de fomento habitacional confere mais dignidade aos habitantes locais, ações que permitem apagar as marcas da guerra. As autoridades da província do Bié, acrescentou, apostam forte na construção de 200 casas sociais em cada um dos sete municípios da província.

Numa primeira fase, são construídas 100 residências em Camacupa e igual número nos municípios de Chitembo, Chinguar, Catabola, Cunhinga, Cuemba e Nharea, com vista a reduzir o défice habitacional na província.

Além da construção das casas, os bairros da província têm ruas com passeios, redes técnicas de baixa e alta tensão, sistemas de abastecimento de água potável e outros equipamentos sociais, segundo o administrador.

O Executivo angolano está a construir em várias localidades do país casas sociais e centralidades com o objetivo de melhorar a oferta de habitação.

3.27 Clientes da Sonip desconhecem as armadilhas do contrato

Diário global
15 De Março de 2013

As políticas de celebração, do "Contrato de Adesão aplicáveis pela Sonangol Imobiliária e Propriedades,"Sonip" através da Delta Imobiliária.

No ato de vendas dos imóveis nas centralidades do Kilamba, Zango, Cacuaco, Quilómetro 44 e a do Kapari, oferece maior fasquia ao vender inibindo o comprador de qualquer direito o que contradiz a Lei 15/03 do consumidor.

O artigo 3º da Lei 15/2003 de 22 Julho define a relação de consumo, sem prejuízo ao direito do consumidor nem do fornecedor.

Aborda no ponto 1º que "é Consumidor toda a pessoa física jurídica a quem seja fornecido bens e serviços ou transmitidos quaisquer direitos e que os utilize como destinatário final, por quem exerce uma actividade económica que visa a obtenção de lucros:

O ponto 2º do mesmo artigo frisa que o "fornecedor é toda pessoa física jurídica, pública ou privada nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados que desenvolve atividades de produção, montagem criação, construção, transporte, importação, exportação, distribuição comercialização de bens ou prestação de serviços":

No caso do negócio entre a Sonip e seus clientes demonstra a clara falta de conhecimento da Lei, o que deve ser da obrigatoriedade do fornecedor vendedor esclarecer a seus clientes se extração de margens dos direitos e deveres.

A falta deste conhecimento torna o consumidor débil e fácil de ser manipulado pelo fornecedor, o que dá maior vantagem ao vendedor dos imóveis, este é o caso entre a Sonip e o Delta Imobiliária para os presumíveis compradores.

Importa assegurar que, o direito do consumidor esta plasmado e assegurado constitucionalmente através

do art.º 78 da Constituição da República de Angola, em cadeia com o art.º 4 da Lei nº 15/03 de 22 de Julho.

1. O consumidor tem o direito à qualidade dos bens e serviços, à informação e esclarecimento, à garantia dos seus produtos e a proteção na relação de consumo.

2. O consumidor tem direito a ser protegido no fabrico e fornecimento de bens e serviços nocivos à saúde e a vida, devendo ser ressarcido pelos danos que lhe sejam causados.

3. A publicação de bens e serviços de consumo é disciplinado por Lei, sendo proibidas todas as formas de publicidade oculta, indireta ou enganosa.

4. A Lei protege o consumidor e garante a defesa dos seus interesses. O consumidor tem direito: A qualidade dos bens e serviço; A proteção da vida, saúde e segurança física contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de bens e serviços considerados perigosos ou nocivos;

c) À informação e divulgação sobre o consumo adequado dos bens e serviços, assegurando a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações; d) À proteção dos interesses económicos e contra a publicidade enganosa e abusiva.

e) À efetiva prevenção e reparação dos danos patrimoniais morais, individuais, homogêneos, coletivos e difusos. f) À proteção jurídica, administrativa, técnica e a facilitação da defesa dos seus direitos em juízo.

No entender do público concorrente, as atuais modalidades de compra de residências fixados pela Sonip imobiliária nas quatro centralidades ilustram boa vontade do Executivo em melhorar as condições de oferta de residência aos angolanos, porém, a verdade manifesta na celebração de todo dossier pela empresa vendedora são adversas.

Opiniões colhidas aos concorrentes desconhecedores da verdade ofuscada, revelam que a Sonip escamoteia verdades com o não esclarecimento detalhado e atempado dos demais encargos a fim de que angariasse maior número de clientes a seu benefício.

António J. da Costa de 38 anos de idade, residente em regime de renda no município do Cazenga, em Luanda, é dos concorrentes alvos na materialização do sonho da "casa própria" na centralidade do Kilamba, tendo já dado entrada da primeira fasquia anual equivalente a 6.551 dólares norte americanos, para o pagamento inicial de um apartamento T3.

Abordado sobre o assunto, confirma ter sido ludibriado pela "publicidade enganosa" de novas modalidades e fá- ciles para a compra da casa própria, sem ter em conta este prejuízo.

O nosso entrevistado, diz não ter quaisquer hipóteses de recuo, caso o faça, perderá com valores já depositado "Sinto-me traído pela vergonhosa falta de transparência com que a Delta imobiliária está a tratar do assunto, pode se considerar de um roubo seletivo."

3.28 "Sonip expropriar-se-á dos mesmos imóveis no futuro", alerta economista

Diário Global

15 De Março de 2013

O economista Filomeno Vieira Lopes defende que "em toda negociação o valor nunca pode ser depositado ou entregue sem que se tenha consciência dos critérios de compra e venda deste bem, logo, estamos perante uma infração.

Quando a Sonip Imobiliária exige dos clientes o depósito dos valores nas suas contas sem antes a verificação das cláusulas constantes no contrato de compra inerente a mesma negociação.

O economista explica que a celebração de um contrato do género "é bastante sério" e exige que ambas as partes façam um estudo minucioso e consensual antes de qualquer passo seguinte.

"Logo, estamos diante de uma clara inverte- dade constante nas cláusulas plasmadas no contrato imposto pela Sonip para as suas assinaturas, frisou. De acordo com o mesmo, não se admite que um país com um governo a sua população seja imposto a caprichos de quem quer que seja.

"Está claramente definido que o próprio estado, assume uma percentagem de culpa. Basta olhar-se pelo elevado índice de desabrigados, é a mola impulsionadora de as pessoas acorrerem cegamente na armadilha da Sonip imobiliária sem terem em conta o prejuízo futuro realçou.

O também secretário geral do Bloco Democrático alega que Angola é um país onde as políticas financeiras não são abertas a todos e o nível de vida de seus filhos (dos angolanos) é claramente instável.

"Ao aderirem a tais políticas de compra de imóveis, estão seguramente a vedar o seguro a saúde, a alimentação à altura, e outros bens essenciais, pois, seu recurso é incapaz de satisfazer a demanda.

E mais, num futuro próximo a Sonip, expropriar-se-á dos mesmos imóveis, porque ninguém está a altura de cumprir fiel o contracto', alertou.

Em gesto de remate Filomeno Vieira Lopes assegurou que "o país está mergulhado num desnível social motivado pela instabilidade macroeconómica. De um lado, está a propor-se elevados índices de corrupção para o garante do cumprimento do contrato e prevenir o despejo".

3.29 Mais obras nas novas centralidades

Jornal de Angola
16 De Março de 2013

O plano, apresentado ontem por uma equipa de consultores do Ministério da Construção, vai contemplar todos os serviços sociais, de forma a acompanhar o padrão de crescimento das zonas urbanas e melhorar a imagem da província. O programa está dividido em fases, que incluem a reabilitação, construção de infra-estruturas sociais, com destaque para estradas nacionais, principais, secundárias e terciárias e armamentos nos bairros da cidade.

Constam ainda do projecto a execução de sistemas de fornecimento de energia eléctrica e de abastecimento de água aos bairros, através da conduta de transporte a partir do rio Cunene, no Xangongo.

Os principais bairros a beneficiarem do programa são Cashila 3, Onahumba e Ekuma, localidades onde decorrem as obras de construção das novas centralidades da cidade de Ondjiva.

O director provincial das Obras Públicas do Cunene, Gonçalves Namweya, salientou que o plano integrado de desenvolvimento de infra-estruturas tem a ver com a regularização do sistema urbano do ponto de vista do saneamento básico, pavimentação das ruas e sistema de esgotos e drenagem das águas residuais e pluviais.

Além do sistema de tratamento e distribuição de água às populações, o programa contempla ainda a construção de várias infra-estruturas sociais, em Ondjiva. Algumas ações já estão em fase de execução, com destaque para o sistema de eletricidade nos bairros Castilhos e Pioneiro Zeca, áreas que beneficiam de novos postos de iluminação pública e ligações domiciliárias.

Outro projecto em curso, referiu Gonçalves Namweya, é o abastecimento de água à cidade de Ondjiva, a partir das Chanas de Caricoco e Oipembe,

que conta com o reforço da conduta proveniente do rio Cunene.

3.30 Geradores geram discórdia no «Nova vida»

Semanário Angolense
23 De Março de 2013

Moradores da 2.ª fase do projecto habitacional Nova Vida, localizado a sul de Luanda, dizem estar descontentes com o comportamento de certos condóminos que decidiram, de forma «unilateral e abusiva, privatizar os espaços de domínio comum». Em carta endereçada esta semana ao Semanário Angolense, os subscritores queixam-se que alguns moradores têm vindo a usurpar os espaços comuns para neles colocar geradores e tanques de água para satisfação de interesses individuais em detrimento dos colectivos.

Denunciam que a Lei de Condomínio, que define, entre muitas coisas, a colocação de geradores, tanques de água, bem como a gestão dos espaços comuns, tem sido sistematicamente desrespeitada, ante à inoperância dos organismos encarregues de velar pelo cumprimento da lei. «Temos vindo a assistir à usurpação de espaços comuns de prédios da II fase do projecto, mormente pelos moradores dos apartamentos do rés-do-chão, sem que eles tenham sido autorizados a fazê-lo. Isto, como é óbvio, não só alterou a estética dos edifícios, como também tem causado um clima de mal-estar entre moradores, incluindo os inquilinos de edifícios vizinhos», lê-se na missiva. Afirmam que, num passado recente, existia um bom relacionamento e compreensão mútua entre vizinhos quanto à utilização dos espaços comuns, mas com o decorrer tempo as relações vieram a deteriorar-se. «Felizmente, há também exemplos de boa organização em certos prédios, onde os seus moradores acharam por bem

«vedar as áreas comuns para uso colectivo, mas de comum acordo entre todos utentes, tendo para o efeito dado prioridade às crianças», sublinham na carta. Acusam os moradores infractores de enveredarem para uma conduta «pouca digna e arrogante», quando confrontados com as situações anómalas. Afirmam que os casos de violação à Lei dos Condóminos acentuaram-se depois da administração do projecto ser entregue a uma outra entidade que substituiu a IMOGESTIN. Eles queixam-se da falta de água, uma carência que, segundo dizem, terá aumentado depois de a IMOGESTIN ter abandonado a gestão do referido projecto. Desencantados, questionam sobre a eficácia da Lei dos Condóminos, já que a mesma «não se faz

sentir ou respeitada por quem de direito». Questionam também se ela servirá apenas para uns casos e outros não. Pedem, por fim, que seja criado um departamento de acompanhamento da referida urbanização que efectue visitas regulares «in situ», para tomar as medidas adequadas que a situação impõe, sob pena de um dia os edifícios ruírem devido à sua má utilização.

3.31 Buracos e engarrafamentos tornam a cidade “imbumbável”

Agora

23 De Março de 2013

O problema torna-se ainda pior quando chove. Nesta quinta-feira, por exemplo, as enxurradas impediram a circulação de muita gente que pretendia chegar cedo ao local de trabalho, sobretudo os residentes em zonas como Benfica, Viana, Cacuaco, Panguila, e Caop, algumas das áreas mais afetadas.

"Por vezes sou obrigado a sair às 5 h, mas quando chove a situação agrava-se pois perco muito tempo a apanhar o candongueiro para o local de trabalho", comenta Maria Arlete, moradora do bairro dos Mulenvos.

"Nós que vivemos na periferia e trabalhamos no centro da cidade ressentimo-nos bastante da pressão do trânsito", reforçou Tino Francisco, professor numa escola secundária da cidade.

Além de ser uma fonte de transtornos, o ambiente tenso nas estradas, de acordo com a neurologista Lúcia António, está igualmente ligado ao surgimento de sérias complicações de saúde.

Por outro lado, os engarrafamentos continuam a servir de justificação para tudo quando se fala do cumprimento de horários por parte dos trabalhadores, quer sejam da função pública ou do sector privado.

A zona da clínica Multiperfil, Cazenga, Gamek e do São Paulo têm sido das mais visadas sempre que o assunto trânsito vem à baila, na medida em que as ruas esburacadas estão constantemente congestionadas.

No caso específico do São Paulo, a confusão acentua-se por causa dos armazéns e lojas dos libaneses, problema que há muito deveria estar resolvido com a transferência das grandes superfícies de armazenamento na periferia.

Ao mau estado das vias, algumas das quais estão fechadas para obras, junta-se o facto de a rua Cónego

Manuel das Neves estar transformada num autêntico mercado, com as zungueiras a montar os seus negócios à beira da estrada, ignorando o perigo daí decorrente.

A Polícia de Trânsito também pouco ou nada pode fazer conforme relatou ao Agora um agente regulador de trânsito, reconhecendo que os engarrafamentos têm que ver com os buracos na via, avarias constantes das viaturas e o elevado fluxo de vendedores ambulantes.

Acrescentando mais dados à discussão, o arquiteto urbanista António Henriques da Silva "Dinguanza", defendeu, em declarações recentes a este jornal, que o problema dos engarrafamentos em Luanda não passa só pela reparação das vias principais, secundárias e terciárias, já que a "maka" reside fundamentalmente no facto de Luanda ser uma "cidade velha, com infra-estruturas que já não suportam o fluxo de habitantes".

Perante esta realidade, "Dinguanza" sugeriu uma terapia de choque, em que se deveria abandonar o actual ordenamento da cidade e avançar com um projecto novo, apostando-se em espaços mais arejados na periferia.

3.32 Os efeitos das novas centralidades

A Capital

23 De Março 2013

Conseguir uma casa no nosso país foi sempre, aliás continua a ser, um problema bicudo. Contudo, nos próximos tempos este quadro pode mudar e o público, sobretudo a juventude que é provavelmente a camada mais sacrificada, poderá começar a olhar o futuro com mais otimismo.

Durante cerca de 37 anos Angola pouco ou nada investiu em imóveis e por causa da guerra que assolou o país muitos dos imóveis herdados do regime colonial ficaram completamente destruídos. Esta situação, até então aparentemente pacífica, veio a revelar-se rigorosamente caótica depois de 2002.

Depois deste ano começou o sério problema de imóveis todos queriam imóveis para morar ou para iniciar um negócio; todos queriam terrenos para construir a sua habitação ou mesmo para montar qualquer actividade lucrativa. Desta forma, a demanda de produtos imobiliários situou-se muito acima da oferta.

Houve mesmo quem afirmasse que não havia oferta. Esta situação deu azo a muitos investidores

(oportunistas) nacionais e estrangeiros a desenvolverem uns poucos projectos imobiliários e a estabelecerem preços que bem lhes vinham à cabeça.

Eis que o Executivo, de rompante, iniciou um mega programa imobiliário sobretudo em Luanda que é a província mais populosa e também mais problemática. Numa só sentada iniciou a construção das centralidades do Kilamba, do Zango, de Viana, do Capari, do Dundo, etc.

Muito se especulou sobre estas centralidades e com razão porque a necessidade de casa, pela maioria dos cidadãos, é maior que tudo. Hoje, porém, a situação ainda não mudou muito, mas que vai começar a mudar, lá isso vai.

Há algumas semanas atrás quando os mídias públicos anunciaram a alocação das unidades imobiliárias à população quer a pronto pagamento como pela renda resolúvel, muita gente não acreditou e com razão.

É que durante muito tempo o público ficou mergulhado num turbilhão de informações desconstruídas relativamente as casas das novas centralidades, o que colocava muita boa gente com os nervos à flor da pele.

Na verdade as casas estão mesmo a ser vendidas à população e a preços aceitáveis comparativamente aos preços que assistimos há dois ou quatro anos atrás. O público espera que esse ritmo de vendas continue assim por mais de 10 anos.

Há, contudo, alguns problemas, estes prendem-se, por um lado, com falta de previsão e organização por parte das entidades responsáveis pela venda dos imóveis que tem gerado muita confusão, filas insuportáveis ao sol ardente, pessoas a passar noites consecutivas às portas das pouquíssimas lojas da Sonip e da Delta imobiliária.

Aí é preciso corpulência, voz grossa, oportunismo, drible, negociatas com os agentes da ordem e até batota. Esta situação, que em nada abona tanto a Delta e a Sonip como as pessoas sedentas em habitações, podia tranquilamente ser evitada. Há várias maneiras, bastando apenas um pouco de bom senso.

Por outro lado, estão as modalidades de pagamento. Consta que o pagamento da renda resolúvel far-se-á anualmente mediante o pagamento de um valor que corresponda a soma das parcelas mensais.

Até aqui, e porque todos querem casa, está tudo bem. Mas na prática isso poderá não funcionar pelo facto de serem pouquíssimas as pessoas que, no nosso país,

têm a capacidade de guardar dinheiro por muito tempo sem lhe dar outro destino.

Contudo há que ter em conta também que se trata, provavelmente, da primeira experiência de venda massiva de casas no país. É provável que nos próximos tempos haja mudanças.

Segundo especialistas do ramo imobiliário, se o Executivo manter ou aumentar o ritmo de construção de centralidades, aumentando desta forma a oferta de imóveis, não vai tardar, os preços abusivos que muitas imobiliárias praticam atualmente não terão outra alternativa, senão a queda.

Segundo eles é preciso pôr ordem no mercado imobiliário nacional e o Executivo tem muita responsabilidade no alcance deste desiderato.

Por esses dias, enquanto a maioria do público está eufórica pelas casas que estão relativamente baratas, muitos promotores já devem começar a perder o sono uma vez que não poderão vender com tanta facilidade as casas dos seus projectos aos preços que bem desejavam.

Me parece que o Estado não irá vacilar em levar avante os seus objectivos relativamente a habitação. Aliás interessa-lhe resolver os problemas do povo e a habitação é provavelmente um dos primeiros problemas a deve- lar.

As imobiliárias e os promotores visionários devem agir com inteligência, enquanto é cedo, oferecendo preços aceitáveis sob pena de consentirem perdas económicas incomensuráveis ou mesmo falência.

Para além das centralidades é preciso que o Executivo aproveite também racionalmente o esforço de milhares de cidadãos anónimos que vão erguendo, por conta própria, as suas habitações.

Este aproveitamento deve consubstanciar-se na elaboração de planos directores e de expansão urbana das cidades, na infraestruturação e ordenamento dos subúrbios, permitindo os cidadãos construírem as suas habitações em locais adequados.

As habitações construídas pelo Executivo e as construídas pelos cidadãos, em espaços com as infra-estruturas adequadas, irão, ao fim e ao cabo, aumentar a oferta de imóveis em Angola, trazendo para baixo os preços, resolvendo o problema de habitações e melhorar a qualidade de vida das populações.

3.33 Tendência para queda dos preços de renda

A Capital

23 De Março de 2013

Luanda é a segunda capital com a renda por metro quadrado mais cara em África, segundo o último estudo sobre tendências do mercado imobiliário angolano, realizado pela consultora Deloitte Angola.

De acordo com o estudo, os preços por metro quadrado na capital angolana são proibitivos, chegando a dobrar o valor do arrendamento praticado em mercados como o da Nigéria.

Confortante, todavia, é o facto de indicadores constantes em estudos similares sobre tal variável apontarem para um crescimento assinalável do sector imobiliário angolano, embora considerem que o mercado continua marcado por uma oferta muito aquém de satisfazer a demanda.

Por força da grande procura de espaço, o valor da renda por metro quadrado no centro da capital angolana situa-se em tomo de 150 dólares, sobretudo no segmento de escritórios.

"É uma renda muito elevada", tal como constatou em tempos um responsável da consultora Zenki Real Estate, que não teve receio em olhar para esses valores como sendo mesmo das mais altas do mundo.

Estima-se que, em 2012, o estoque de oferta disponível de escritório tenha sido de 510 mil metros quadrados, prevendo que em 2014, essa mesma oferta cresça até 820 mil metros, quadrados.

"Há claramente no mercado uma procura constante", acrescentou, embora considere ser necessário que os promotores imobiliários apostem na diversificação da oferta, a pensar nas capacidades aquisitivas dos vários segmentos da sociedade.

Mas a tendência altista do valor de arrendamento pode estar perto do fim, segundo prevê a Deloitte. E há motivos para que a consultora comece a olhar o futuro do mercado imobiliário com algum otimismo.

"Com o aumento da oferta vamos ter aqui uma pressão para uma redução do preço médio do arrendamento nos vários segmentos do mercado, tanto escritórios como da parte residencial e também da comercial sem excluir espaços industriais" antevê Ricardo Gonçalves, um dos consultores ao serviço da Deloitte Angola.

O primeiro grande passo nesse sentido é a disponibilização, nos últimos dois meses, de mais de

3 mil fogos habitacional erguidas nas centralidades, onde os preços das habitações vão permitindo que um segmento importante da população consiga concretizar o sonho de casa própria.

Olhando para os custos fixados para as unidades habitacionais em cada uma das centralidades abertas ao acesso público, entidades como o economista Alcides Gomes não têm dúvidas de uma coisa "os preços são aceitáveis comparativamente aos que assistimos há dois ou quatro anos atrás".

Na verdade, a divulgação, há algumas semanas, dos preços e das várias modalidades de pagamento nas quatro centralidades surgiu com um forte estímulo à procura de residências, já que, de acordo com algumas análises feitas a propósito "esta parecia estar inibida há alguns anos, devido ao elevado preço das habitações".

Tais análises referem, por exemplo que o efeito combinado entre a que, dos preços das habitações na cidade do Kilamba, onde um apartamento de três quartos antes avaliado a mais de 120 mil dólares passa a custar 70 mil.

Assim como a introdução de várias modalidades de pagamento, nomeadamente a renda resolúvel sem o capital inicial e também o arrendamento, vai estimular a concorrência entre o sector imobiliário privado e o da iniciativa pública, melhorando, a competitividade nesse segmento de mercado.

Numa sua reflexão sobre o assunto, Alcides Gomes partilha da ideia de quem defende a continuidade dos investimentos voltados à construção de centralidades.

"Se o Executivo manter ou aumentar o ritmo de construção de centralidades, não vai tardar, os preços abusivos que muitas imobiliárias praticam atualmente não terão outra alternativa, se não a queda prognosticou.

Para que tal se reflita de forma abrangente em todo o mercado, especialistas defendem ser um imperativo que os promotores imobiliários apostem na diversificação da oferta, a pensar nas capacidades aquisitivas dos vários segmentos, que revelam necessidades não apenas de espaços para fins residenciais.

Uma referência às pequenas e médias empresas ou organismos, que, em função da fraca oferta, têm dificuldades de instalar condignamente os seus escritórios no centro de cidades como a de Luanda, onde as grandes corporações acabam, sozinhas, por absorver o grosso do stock disponível.

Dados oficiais indicam, por exemplo, que mais de 70% do stock actual de escritórios em Luanda é ocupado por empresas do sector dos petróleos, instituições financeiras, bem como o sector público.

Tudo porque a generalidade dos projectos imobiliários apostam na vertente residencial e Luanda continua a centrar os principais polos urbanísticos, a fazer fé num relatório da responsabilidade da consultora Abacus.

Segundo o documento, numa avaliação profunda sobre o comportamento do mercado imobiliário angolano durante 2012 e na sua perspectiva para 2013, esta empresa destaca uma evolução constante, apesar de ainda, como considera, se registar alguns constrangimentos.

Segundo o relatório, Luanda continua a ser o principal pólo imobiliário de Angola, embora em outras províncias, numa escala dificilmente comparável, como o Lobito, Benguela, Soyo (Zaire), Cabinda e Namibe, possam vir a desenvolver-se, sempre alicerçados no investimento produtivo.

Apesar desta constatação, os responsáveis do estudo entendem que existem ainda alguns constrangimentos a ultrapassar, com realce para os processos burocráticos bastante complexos, embora reconhecem estar a assistir-se a progressos, para os promotores imobiliários obterem a inscrição nas finanças e os registos prediais definitivos.

Ao leque de constrangimentos acrescenta-se a insuficiência de infra-estruturas básicas, sendo este um tema de difícil resolução e que, segundo avançam, pode vir a limitar novos projectos no centro da cidade.

3.34 Auto-construção ajuda a diminuir défice de casas

Jornal de Angola
25 De Março de 2013

O empresário do ramo da construção civil Roberto Webba defendeu, sexta-feira, em Luanda, a criação de mecanismos eficientes que facilitem a auto-construção dirigida com vista à redução da carência habitacional no país. Roberto Webba destacou a importância social das novas centralidades, mas alertou as autoridades para a dinamização da auto-construção dirigida pelo facto das moradias das novas urbanizações serem insuficientes para a grande procura que se regista. Para o empreendedor, a criação de mecanismos vai permitir que os cidadãos construam as suas moradias de forma dirigida,

devendo o Executivo criar as infra-estruturas, como estradas e sistemas de telecomunicações e de distribuição de energia e água. A solução do problema habitacional passa também pela criação e o envolvimento de cooperativas e pela participação activa do sector privado, acrescentou o empresário, que elogiou o Executivo por ter criado facilidades para a população adquirir as moradias existentes nas novas centralidades.

3.35 Novas casas evolutivas são construídas este ano

Jornal de Angola
26 De Março de 2013

A coordenadora nacional do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural de Combate à Fome e à Pobreza (PIDRCFP) anunciou, no Lubango, a construção de cem casas evolutivas em cada município do país. O objetivo, disse, é dinamizar a colocação de quadros e incentivar a fixação de funcionários nas localidades.

Rosa Pacavira, que é também ministra do Comércio, fez o anúncio no final de uma visita à Huíla, onde avaliou as obras executadas nos municípios do Lubango, Chibia e Matala no quadro do programa de Combate à Pobreza.

A coordenadora referiu que as obras começam dentro de dois meses, que vão ser executadas com celeridade e que as autoridades competentes já analisaram as novas tipologias das casas a construir.

O programa de construção de casas evolutivas, recordou, começou em 2011 e já foram construídas muitas em várias localidades. Na província da Huíla, lamentou, apenas dois municípios conseguiram executar o programa das casas evolutivas, mas, prometeu, vamos desenvolvê-lo agora com mais celeridade.

Rosa Pacavira garantiu que o programa de combate à pobreza está a ser executado com êxito em todo país e que já foram erguidos hospitais, escolas e sistemas de água e de energia. O programa, assegurou, tem sequência, pois há necessidade de criar melhores condições de vida à população.

A ministra referiu que ainda há algumas coisas que têm de ser corrigidas, sobretudo a nível da fiscalização das obras. Vamos também trabalhar seriamente na merenda escolar, que é uma componente do programa de combate à pobreza", afirmou.

Rosa Pacavira visitou as estruturas criadas no âmbito do programa de combate à pobreza e outras "ações estruturantes da política do Executivo para o sector do Comércio". Os programas de 2012, disse, foram executados com êxito, apesar de haver ainda necessidade de melhorar em alguns aspetos.

À semelhança do que acontece na Huíla, declarou, em todos os outros municípios vão continuar a ser executados programas ligados aos cuidados de saúde.

O vice-governador provincial da Huíla para o sector Económico, Sérgio da Cunha Velho, disse que o programa de combate à pobreza na Huíla decorre normalmente e que a população já colhe alguns benefícios.

3.36 Administrador do Cazenga anuncia demolição de casas

Jornal de Angola
28 De Março de 2013

O administrador municipal do Cazenga anunciou ontem, em Luanda, a demolição de todas as habitações e lojas construídas por cima de colectores na zona do Cazenga. Falando à imprensa, Victor Narciso afirmou que a solução para acabar com as inundações no Cazenga passa pela recuperação do maior colector que permite escoar as águas residuais na vala de drenagem existente nas imediações da Congeral. "Houve oportunismo por parte de alguns moradores que aumentaram os quintais, construindo em cima dos colectores", disse. Sublinhou que o Executivo vai trabalhar para que a situação volte à normalidade, pondo os colectores, condutas e sarjetas a funcionar, uma vez que se estão a fazer as ligações domiciliárias para a água potável. A maior parte nas zonas inundadas é resultado do abuso de alguns cidadãos que construíram por cima das linhas de água e depositam o lixo nas valas de drenagem, interrompendo a passagem e circulação das águas. O Cazenga é um dos sete municípios da província de Luanda e possui uma população calculada em dois milhões de habitantes.

3.37 Cazengo constrói casas para funcionários

Jornal de Angola
28 De Março de 2013

A administradora municipal do Cazengo, Edviges de Jesus Ribeiro, que falava numa reunião do conselho de auscultação e concertação social, informou que as autoridades locais vão apoiar os programas de

combate às grandes endemias, nomeadamente a malária, Sida doença do sono e reabilitar o sistema de fornecimento de água potável e energia eléctrica nas diversas unidades sanitárias. O programa prevê ainda a instalação e criação de um laboratório no posto de saúde de Kipata, manutenção do centro de saúde do Sassa e posto da Kipata, apoiar a promoção da saúde, aquisição de medicamentos e material gastável, construção do sistema de captação e distribuição de água potável na comunidade de Kirima dos Embondeiros. Edviges Ribeiro sublinhou que a administração vai fazer a gestão e manutenção das escolas do ensino primário e do primeiro ciclo e promover feiras, mercados e pequenas moagens nas localidades de Kirima do Hola, Zanga e Zavula. "Vamos construir e apetrechar uma escola com quatro salas para o ensino primário e primeiro ciclo na comunidade de Catari, sector de Zavula, reabilitar e ampliar outra no Zavula, a ponte sobre o rio Lússue na comuna de Canhoca, o posto de saúde de Catamba e as vias terciárias", informou a administradora do Cazengo. O município do Cazengo, acrescentou, vai ter um programa específico de intervenção nas vias secundárias e terciárias. A administradora do Cazengo anunciou a extensão da merenda escolar a todas as escolas do ensino primário das aldeias do Zanga e Zavula, criação de postos móveis para o registo civil e comunitário, a arborização e brigadas comunitárias de limpeza. Edviges de Jesus Ribeiro disse ainda que a sua administração vai formar técnicos em nutrição e culinária, apoiar as cooperativas e associações de camponeses com ferramentas agrícolas.

3.38 Falta de transparência na distribuição de residências deixa famílias do Zango – I com “nervos à flor da pele”

O Continente
29 De Março de 2012

A distribuição das moradias na Zona do Zango-I, ficou marcado por alguma "confusão", choros, tristeza e lamentos à mistura, onde a luta por uma casa própria despertou atenção e ansiedade daquela população que há mais de três anos aguarda pelo realojamento. Se para uns era o fim de passar às noites em condições "pouco dignas", para outros não foi neste dia que o sonho da casa própria se concretizou isto, depois de muito tempo de espera. Segundo apurou o CONTINENTE, das casas ergui das apenas duzentas foram entregues, um número, de acordo com os populares, muito "exíguo, atendendo à demanda das famílias carenciadas". No local, o desânimo acentua-se ainda mais sobre aquelas

famílias pelo facto, alegam, dos duzentos fogos construídos nem todos o seu destino foi dado à "pessoas certas", pois, dizem os necessitados "das duzentas casas 50% foi parar nas mãos de pessoas que nunca viveram na área do desalojamento ou não constam nas três listas de direito, facto que fez o povo revoltar-se contra os responsáveis e só não aconteceu o mais "grave" pela intervenção pontual do sub-comissário Ribas, 2º comandante provincial da Polícia de Luanda, que esteve presente no local para testemunhar o acto de entrega das moradias. A zona do Zango-I, está constituída de casas de chapas e está dividido em três sectores, A, B e C e com o mesmo número de coordenadores que respondem por estas zonas, que de acordo com os populares, os coordenadores e funcionários da administração local são supostamente os culpados por colocarem nomes de familiares e amigos nas listas. E face à desordem verificada no acto de entrega das habitações para o Zango-4, o 2º Comandante Provincial da Polícia em Luanda, orientou a suspensão do processo de atribuição das residências para os próximos dias.

Alegria de quem recebeu as chaves

Para a maioria das famílias provenientes da Ilha de Luanda, cerca de 2 mil famílias não tiveram outra alternativa senão viver debaixo de tendas no Zango-I em Viana. A mudança destas famílias para o Zango-4, não faz esquecer esses anos todos desde 2009, nem as constantes doenças que afectaram a comunidade, as noites mal dormidas e a desesperança, porque foram quatro anos vividos com muito sacrifício. Apesar disso, para quem recebeu as chaves de casa não deixa de soltar o grito contagiado de alegria, acreditando em dias melhores. É o caso de Mário Menezes que não conteve a emoção ao receber as chaves da sua nova residência das mãos das autoridades de Luanda para o Zango-4. O cidadão não conteve as lágrimas com a nova realidade, para ele acabou o sofrimento, depois de quatro anos de espera, com chuva, frio e muita doença à mistura, "estou muito feliz por receber as chaves da casa, a partir de hoje vou dar novo rumo à minha vida", disse. Quem também viu-se beneficiada é a senhora Paulina António, de 37 anos de idade, mãe de três filhos sob sua responsabilidade. Ela, conta que antes das enxurradas que impuseram a necessidade de ser abrigada nas tendas, era dona de uma humilde habitação, construída a custo de muito suor e sem marido foi "um deus me acuda". Para ela, as noites passadas à luz de um triste candeeiro, o débil saneamento básico que facilitava o aparecimento de doenças e o sol abrasador que penetrava ao raiar de cada dia, são factos que deixaram marcas inesquecíveis e profundas. "Foram anos difíceis de suportar e que, presentemente, muitos de nós tem dificuldade em

explicar como foi possível aguentarmos, mas sempre acreditei que o fim estava próximo", sublinhou com ar entusiasmado.

Tristeza dos injustiçados

No grosso das famílias que esperam por uma solução da "casa própria", houve pelos menos nesta primeira triagem famílias que "ficaram de fora". Para estas, não é desta vez que o sonho vai se concretizar, a estas famílias, o ambiente até altura em que fazíamos esta reportagem era desolador e de muita tristeza. Maria do Céu, mãe de três filhos, não foi contemplada, desesperada era uma mulher inconsolável, "como é possível a minha vizinha de porta-a-porta receber a casa e eu não, onde está a justiça, é questão de filhos e enteados, ou tenho que pagar como algumas pessoas?", interrogou-se a senhora com o rosto carregado de lágrimas. A mesma "sorte" de Maria do Céu

esteve com o senhor Pedro André, pai de quatro filhos, e esposa, que também não foi contemplado, afirmou que é muito triste depois de um longo tempo de espera e chegado o dia, por espanto, quem recebem as casas são outras pessoas. "Na verdade, os culpados neste processo foram os coordenadores e seus comparsas, que atribuíram as residências a outras pessoas que nem se quer conhecemos ou viveram nesta zona de sofrimento", disse Pedro. "Enquanto há saúde, há esperança", durante os momentos de maior desespero vividos na tenda, com chuva e calor mesclado, este foi o pensamento da senhora Domingas Bernardo, que também não teve a "santa sorte" ao seu lado, os vizinhos receberam e ela não. "Estamos a ser injustiçados, o meu nome estava nos primeiros lugares da lista para ser contemplada e tudo muda, quem recebe são outras pessoas, como é possível?" interroga-se dona Domingas.

3.39 Técnicos do Kilamba "assaltam" apartamentos

Folha 8

30 De Março de 2013

A penas inaugurada a nova fase de acesso aos departamentos, já Kilamba ruma em direcção a versão evoluída, réplica de Sambizanga e Kazenga. Este desabafo veio de um dos primeiros moradores que havia batalhado muito para conseguir um teto ali.

"Agora tudo veio para aqui. Estamos condenados a prever um futuro angustiante, dada a mistura de identidades, classes, culturas e níveis de formação. Cada Torre destas representa uma aldeia, com a diferença de a aldeia ser fornada por um conjunto de casas dispersas.

Aqui no Kilamba, não tarda, veremos a constituição de gangs ou de clubes semelhantes aos grandes grupos do crime organizado. Será em baixo de cada escada, nas escadas de cada imóvel, onde se reunirão, sobretudo quando se sabe, Kilamba não tem centros de divertimento e o critério de acesso, foi o único: ter dinheiro.

Vários cidadãos moradores da centralidade Kilamba acusam os técnicos responsáveis das chaves e documentos dos apartamentos de roubar das referidas residências. Os mesmos justificam a acusação por ocorrerem sem danificações de janelas ou portas.

Sem danificações de janelas ou portas. Os roubos nas residências na Centralidade Kilamba ocorrem quase diariamente ao calar da madrugada. Pois, os incidentes têm causado pânico aos moradores, tudo porque os roubos acontecem numa altura em que estejam a dormir.

E, o mais grave é que os habitantes daquela que é uma das mais faladas Centralidades do País acusam os técnicos responsáveis dos trespasses (chaves e documentos) serem os autores dos referidos roubos.

"Estou aqui há um ano e já fui roubada duas vezes, a primeira vez levaram-me a máquina de lavar, agora muito recentemente furtaram-me o televisor plasma", contou a jovem Ana.

A mesma diz ter ficado boquiaberta por não haver na casa, sinais de arrombamento. "Portanto, está claro que há pessoas com chaves dos apartamentos, das instalações elétricas, enfim, desde os chineses aos angolanos, há quem tenha acesso inclusive dos códigos de acesso aos prédios e daí para ter acesso aos apartamentos é muito fácil", conta.

Já Bruno Oliveira de 35 anos de idade, revela que a polícia faz os patrulhamentos as noites, nunca detém nenhum único cidadão suspeito desta acção.

"O sistema de segurança aqui é deficitário e tememos que nos próximos tempos as coisas piorem devido a enchente que já se verifica, sobretudo pela possibilidade de entrar livremente pessoas que até não vivam aqui", lamenta.

O mesmo acrescenta haver muitas situações para se explicar, pois, de acordo o cidadão supracitado, não se percebe como inúmeros móveis e outros bens são levados através do portão de saída da referida Centralidade e não se nota os assaltantes.

Importa referir que existe na centralidade um comando de pequena estrutura e com um efetivo de segurança inferior à demanda.

"Há roubos no Kilamba, e quando se fala nisso as pessoas de direito não levam em consideração nem tomam as medidas para redobrar a segurança, pelo contrário, ignoram, pensando que se trata de algo isolado ou de uma mania de denegrir o projecto", contou.

3.40 A importância do comércio rural

Jornal de Angola

31 De Março de 2013

O combate à pobreza saiu há muito do ponto em que era essencial garantir às comunidades ajuda alimentar, onde não existia qualquer actividade social ou económica. E quase todo o país se encontrava nessas condições, mesmo nas capitais provinciais.

Hoje estamos numa fase em que o pesadelo deu lugar ao sonho e o desespero à esperança. O mundo rural mudou radicalmente e milhões de famílias vivem do seu trabalho nos campos. Onde a rede viária o permite, os excedentes são levados para os grandes mercados.

O trabalho na agricultura garante auto sustento a milhões de angolanos mas também rendimentos que lhes permitem subir além do limiar da pobreza. Esta actividade tem especiais apoios, desde o crédito à distribuição de ferramentas e sementes de alto rendimento.

Existem investimentos importantes na reposição da rede de estradas que serve o mundo rural. É preciso escoar os produtos do campo para os centros populacionais onde existem mais consumidores. A rede de escolas e unidades de saúde foi especialmente reforçada nas aldeias para melhorar a qualidade de vida das comunidades.

O esforço na agricultura tem resultado em cheio. Os benefícios estão à vista e medem-se pelos índices de desenvolvimento humano que em apenas dez anos deixaram para trás, um cenário de miséria e fome.

É importante insistir nestas políticas para que Angola atinja a segurança alimentar mas também por outra razão não menos importante, libertar as grandes cidades de um anel humano cada vez mais apertado.

As pessoas, apesar de viverem em habitações precárias e onde quase tudo falta, sempre encontram mais oportunidades do que no mundo rural. Antes da Independência Nacional o comércio rural estava nas mãos dos fazendeiros e cantineiros. As cantinas das fazendas abasteciam as comunidades rurais de bens essenciais.

Os cantineiros garantiam às populações o escoamento dos produtos do campo, os abastecimentos e os transportes muitas vezes, também a distribuição de medicamentos. Era uma rede precária, mas que funcionava com alguma eficácia.

E mesmo que não tivessem alvará para funcionar ou não pagassem impostos, eram tolerados pela administração colonial, porque prestavam serviços que mais ninguém prestava.

Esta rede comercial precária mas eficaz, desmoronou-se nos meses que antecederam a Independência Nacional, por causa da instabilidade política e da guerra. E com ela desapareceram os circuitos de comercialização e distribuição.

Este fenómeno, associado à violência da guerra, provocou o êxodo maciço das populações rurais para os grandes centros urbanos onde ficaram à espera de melhores dias.

O fim da guerra, a reconstrução dos equipamentos destruídos, a desminagem, a reposição de serviços básicos que, não sendo muitos na época colonial, estavam presentes pelo menos nas pequenas vilas do interior, travaram a desertificação humana do interior.

A criação de uma rede de comércio rural é uma medida que vai ter seguramente uma grande repercussão nas comunidades rurais.

E quando as pessoas que vivem nas grandes cidades souberem que já têm nas suas terras de origem saúde, educação, água, luz, estradas e lojas ou cantinas, vão certamente trocar os gigantescos aglomerados suburbanos pelas aldeias e vilas do interior.

O comércio rural vai catapultar a agricultura e a pesca continental, proporcionando às famílias rendimentos que até agora não tinham, porque os produtos do campo não eram escoados e o produto das pescas era exclusivamente para o auto consumo.

A rede de comércio rural é suportada por duas medidas complementares que vão mudar a vida das comunidades. A primeira é o crédito a juros bonificados, que vai permitir desenvolver a produção agrícola e as trocas comerciais. A segunda é a construção de armazéns de frio que vão apoiar as associações e cooperativas de produtores.

Os camponeses associados vão ter à sua disposição meios de transporte e máquinas para trabalhar as terras. Estas medidas estão em marcha e há comunidades que já têm lojas, transportes, armazéns frigoríficos e créditos. Têm a cana e o anzol.

Já sabem pescar. Só falta mesmo começarem a viver do seu trabalho e venderem os excedentes do que produzem, para que a pobreza passe a ser mais uma triste recordação do passado, como já é a guerra e as suas destruições.

O Executivo aposta na rede de comércio rural porque de facto ela marca a diferença entre a pobreza e a abundância, e o instrumento que falta para transformar as regiões do interior, desertificadas e deprimidas, em terras de progresso e esperança.

Meio caminho está percorrido. Só falta mesmo percorrer a outra metade. E ninguém vai ficar patas atrás, mesmo os que tudo fazem para viver no imobilismo.

4. ABRIL

4.1 Casas são pagas em regime de renda resolúvel

Jornal de Angola
01 De Abril de 2013

O ministro José da Silva acrescentou que o Executivo vai melhorar o acesso da população às habitações que estão a ser construídas.

Esteve reunido durante quatro horas com os responsáveis da empresa Imogestim e no final recebeu garantia do presidente do conselho de administração, Rui Cruz, de que as obras "estão a decorrer no ritmo esperado".

Rui Cruz disse que "foi um encontro valioso, onde narramos toda a situação do projecto da segunda fase do Projecto Nova Vida Relançamento ao senhor ministro, ao secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre, e técnicos superiores que saíram com boa impressão".

Depois da reunião, o ministro, o secretário de Estado e os técnicos do Urbanismo e Habitação visitaram os edifícios de quatro e seis pisos, as vivendas T4 e T3 e as infraestruturas como a rede de esgotos e arruamentos, onde constataram o grau de execução das obras.

José Silva e Joaquim Silvestre receberam explicações sobre o andamento das obras e deram alguns subsídios para se ultrapassarem as dificuldades, como a expropriação dos arredores do Projecto Nova Vida Relançamento.

A reportagem do Jornal de Angola soube que as principais dificuldades têm a ver com as áreas

ocupadas ilegalmente pela população. As reservas têm lavras, casas construídas sem licenciamento e ainda há burlões que vendem terrenos que pertencem ao Estado e são essenciais para a urbanização.

"Dada a situação é necessário que o Estado faça o realojamento, indemnize os agricultores, faça cumprir os regulamentos em vigor na Administração Municipal de Belas e atue perante os infratores", disse o director do Projecto Nova Vida Relançamento, Ricardo Baptista.

Há mais de seis anos, referiu, existe um plano para o realojamento no Zango das pessoas que, ocuparam ilegalmente as áreas da urbanização.

"As conversações com estas pessoas estão a decorrer bem e temos a plena certeza de que até Junho vamos ter esta área desocupada e podemos levar avante o que está projetado", realçou.

Algumas pessoas que construíram no perímetro da urbanização, ouvidas pelo Jornal de Angola, afirmaram que o "relojamento é bem-vindo, tanto para nós, como para as pessoas que estão ligadas ao projecto da urbanização".

Todos estão satisfeitos por abandonarem casas sem as mínimas condições de habitabilidade. Querem ir para o Zango, "onde as pessoas dormem sossegadas e não têm preocupações quando chove", disse um dos moradores. A urbanização está "cercada" por ocupações selvagens.

Os pequenos agricultores que têm ali as suas lavras reconhecem o esforço do Executivo no melhoramento das condições de vida na província de Luanda.

"Aqui já se vê uma boa obra que nos orgulha a todos. Fica feio ter lavras aqui. Se formos indemnizados vamos mesmo sair daqui", frisou João Domingos, 62 anos, que possui uma lavra na zona que alega ter herdado da mãe.

Durante o discurso de abertura do seminário de Urbanismo, Cartografia, Geodesia e Propriedade Horizontal, o ministro José Silva referiu que "sentimos diariamente os efeitos nefastos de uma ausência atempada da planificação do território na ocupação desordenada dos espaços urbanos que se tem vindo a verificar nas cidades do litoral, com o surgimento de aglomerados habitacionais não infra-estruturados".

José Silva acrescentou que se impõe, em primeiro lugar, a intensificação do planeamento territorial a nível nacional, nas suas diferentes escalas, natureza e tipologia de plano.

"Um trabalho dessa dimensão exige o envolvimento e empenho dos responsáveis dos órgãos políticos e técnicos com responsabilidades nesta matéria, independentemente do nível da Administração a que pertencem", realçou o ministro.

Na área da habitação, asseverou, "preocupa-nos os procedimentos do licenciamento, a propriedade horizontal e respectivos registos, com vista a acelerar o processo de regularização das frações de habitação, comércio ou serviços, constituindo a posse do património imobiliário um ativo de facto do cidadão, propiciando condições para o incremento das receitas fiscais do Estado".

Mais de duas mil casas construídas no âmbito da segunda fase do Projecto Nova Vida Relançamento foram já entregues aos proprietários, garantiu o director do projecto, Ricardo Baptista. As outras habitações vão ser entregues ainda este ano.

Para a segunda fase, disse, estão projetadas zonas institucionais com espaços para os bombeiros, esquadras e postos de polícia, lojas, shopping center, SIAC, creches e jardins infantis, parques de estacionamento, centros médicos, escolas, ginásios e Administração Municipal.

A urbanização tem igualmente espaços de lazer e zonas verdes. Em termos de construção de casas, o ministro José Silva garantiu à imprensa que existe um cronograma para 2013 e 2014.

Asseverou que além dos 200 fogos construídos e em fase de conclusão nos municípios, a Corangola está, também, a construir habitações. As rendas, disse, vão ser pagas na modalidade resolúvel.

A construção dos 200 fogos nos municípios, principalmente do interior, está a atrair muitos quadros principalmente os dos sectores da Educação e da Saúde. "Aos poucos o problema de casas nos municípios do interior está a ser resolvido", defende o Ministério do Urbanismo e Habitação.

As empresas que estão envolvidas na construção da segunda fase do Projecto Nova Vida Relançamento têm tudo garantido para cumprir as cláusulas contratuais.

"Temos pessoal à altura, estamos a concluir algumas casas e assim que se ultrapassar a questão da expropriação dos terrenos ocupados, vamos começar com outras obras do projecto", disse um responsável de uma empresa que está a erguer os edifícios.

Alguns apartamentos dos edifícios e algumas casas do projecto já se encontram habitados.

4.2 Quilamba com milhares de casas já concluídas

Jornal de Angola

07 De Abril de 2013

A nova centralidade da Quilemba, arredores da cidade do Lubango, ocupa um espaço de cinco mil hectares e tem concluídas e prontas a habitar 5.500 habitações, das 11 mil previstas no projecto. O projecto foi visitado pelo secretário do Presidente da República para os Assuntos Sociais e Religiosos, Simão Helena, que manifestou a sua satisfação pelo facto do Governo Provincial da Huila ter Integrado em primeiro lugar a população das áreas envolventes.

A empreiteira está a empenhar-se ao máximo para entregar a obra concluída até ao final do ano. A construção das habitações, infra-estruturas básicas e de serviços envolve mais de seis mil trabalhadores, recrutados na região. A criação de novos programas urbanísticos visa elevar a capacidade do Lubango para acolher mais gente e em condições dignas. As centralidades enquadram-se no programa de expansão da cidade do Lubango e fomento habitacional, lançado pelo Executivo. A centralidade da Quilemba vai receber 700 mil habitantes. O projecto é atravessado por uma avenida estruturante e que liga à avenida principal da nova centralidade da Eywa. As duas avenidas têm 36 quilómetros, 17 quilómetros na Quilemba e 18 na Eywa. A via tem dois viadutos e quatro faixas de rodagem nos dois sentidos. Estas vias ligam à linha férrea inter-urbana do futuro comboio eléctrico. As duas centralidades têm redes de energia eléctrica e condutas de água a partir da barragem da Tundavala.

Já funcionam nos arredores da centralidade da Quilemba, O mercado do Mutundo com capacidade para mais de mil vendedores, uma escola do ensino primário, a escola do ensino secundário do Nambambi, o Magistério Primário do Lubango, duas bombas de combustível e uma agência bancária.

Cidade Universitária

A zona de ordenamento da Eywa regista avanços significativos. Está em curso a construção de uma escola com 20 salas, uma maternidade, psiquiatria e pediatria.

As autoridades elaboraram ainda um plano para o Campus Universitário do Lubango com capacidade para mais de 20 mil estudantes. O novo hospital pediátrico tem neste momento a primeira fase da empreitada concluída. A obra ocupa um espaço equivalente a 68.287 metros quadrados. O governo da província da Huila apostou na construção do novo

hospital pediátrico na centralidade da Eywa, para descongestionar a elevada procura na única unidade existente no centro da cidade do Lubango. O hospital pediátrico vai ter 252 camas. Estão previstos os serviços de cirurgia, cuidados intensivos e intermédios, neonatologia, gastroenterologia, pneumologia, recuperação nutricional, infecto-contagiosos, consultas externas, além das áreas administrativas, parque de estacionamento para 221 viaturas. A estrada que liga ao hospital tem duas faixas de rodagem.

Fábrica de casas

A construção de casas nas reservas fundiárias da Huila foi impulsionada pelo funcionamento da unidade produtora de moradias pré-fabricadas. A fábrica de casas e respectiva montagem, instalada na Eywa, pertence à Cassaforma, uma empresa de direito angolano. A unidade pode funcionar em três turnos e produzir diariamente 18 casas pré-fabricadas de alta tecnologia. Um técnico explicou que as moradias pré-fabricadas são feitas com malha de aço, cimento, areia e outros materiais. Estão em condições de resistir ao impacto de objectos arremessados por tempestades ou outras calamidades naturais. As casas são construídas em sete semanas. Têm capacidade para resistir a incêndios, terremotos, ruídos sonoros fora do comum e com vantagem de economizar o consumo de energia eléctrica.

Sonho da casa própria

Os jovens do Lubango estão à espera que as casas da Quilemba sejam distribuídas, o que deve começar logo a seguir à conclusão das obras. Sem temer que o sonho da casa própria está cada vez mais próximo para ser concretizado. O professor de informática Hildo Espinha é um dos jovens que já começou a fazer poupanças para adquirir a sua casa: "estou a preparar-me com antecedência para quando chegar a hora de entrega das casas estar à altura de cumprir os requisitos e ter a minha casa". O estudante Carlos Lawela elogiou a iniciativa do Executivo em criar o projecto habitacional por "ser uma aposta certa", afirmou, "para o fomento de casas, criação de novas cidades, evitar especulação de preços e minimizar a carência de casas que afecta principalmente os jovens".

4.3 Famílias vulneráveis recebem moradias

Jornal de Angola

07 De Abril de 2013

Pelo menos 30 famílias vulneráveis do município do Luau (Moxico) receberam casas "evolutivas", construídas com fundos do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento e Combate à Pobreza. As casas foram construídas no bairro 11 de Novembro, arredores da vila do Luau, e os beneficiados são, na sua maioria, angolanos provenientes da Zâmbia e Congo Democrático. As chaves foram distribuídas pelo administrador municipal, Juvenal Mutunda Capula, que esclareceu que o governo local implementou o projecto de construção de casas "evolutivas" graças à estabilidade política no país. "O governo construiu as residências e as distribuiu a custo zero, para melhorar as condições de habitabilidade dos cidadãos", sublinhou. Francisco Moisés, um dos beneficiados, ex-refugiado na Zâmbia e pai de oito filhos, louvou a iniciativa da administração municipal, que vai uprir as dificuldades que enfrentava para acomodar a família. Na região estão em curso várias acções de impacto social.

4.4 Moradores do bairro Golfe querem passagem pedonal

Jornal de Angola

07 De Abril de 2013

Municípios do Kilamba Kiaxi, em Luanda, têm pedido com insistência para serem construídas passagens aéreas destinadas a peões ao longo da Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", para acabar com os atropelamentos que ocorrem frequentemente naquela zona. O intenso tráfego que se regista na avenida, a par da falta de cuidado de automobilistas e peões, tem dado origem a um elevado número de atropelamentos, referiu à Angop Catarina Gaspar, moradora nas imediações do Hospital Divina Providência, Bairro Golfe. De acordo com ela, a população daquela zona está preocupada, principalmente, com as crianças e adolescentes que estudam do outro lado da estrada. "Temos assistido constantemente a atropelamentos e acho que a colocação de passadeiras aéreas ia dar outra segurança aos peões", sublinhou. Mário Campos, 13 anos, disse que quando tem de atravessar a avenida pede sempre a um adulto que esteja por perto para o ajudar, por ter receio de ser atropelado. A rua, com seis faixas de rodagem, três em cada sentido, possui apenas uma ponte para peões instalada na zona da Gamek.

4.5 Jovens recebem casas evolutivas no Uíge

Jornal de Angola

11 De Abril de 2013

Jovens, entre funcionários públicos e antigos militares, receberam na semana passada, no bairro 4 de Fevereiro, município de Maquela do Zombo, província do Uíge, casas evolutivas, durante um acta dirigido pelo governador Paulo Pombolo. As moradias, construídas no âmbito do programa habitacional do Executivo, visam reduzir a carência habitacional registada naquele município, localizado a 310 quilómetros da capital da província.

A cerimónia de entrega das moradias enquadrou-se nas festividades do 110 aniversário da Paz em Angola, para proporcionar melhores condições de habitabilidade aos antigos militares, funcionários da Administração Municipal local, entre outros. Trezor Ndungui, de 22 anos, que recebeu as chaves da primeira moradia das mãos do governador, enalteceu o gesto conjugado do Governo Provincial e da Administração Municipal, uma vez que eleva permitir que muitos jovens ganhem autonomia pessoal e melhorem as suas condições de vida. "Eu vivia com os meus pais no bairro Marien Nguabi. Hoje, recebi esta casa evolutiva onde prometo aplicar parte dos meus salários para dar conclusão a outros compartimentos que faltam na habitação", enfatizou o jovem. "Estou bastante feliz por conseguir uma casa própria. E de reconhecemos esforços do Executivo na concretização de vários projectos e programas destinados a melhorar as condições de vida das populações, sobretudo da juventude", disse. O governador provincial anunciou a entrega, no próximo mês de Maio, de mais 50 casas sociais aos municípios de Maquela do Zombo, que devem concorrer com base em regras de pagamento por renda resolúvel, durante um período de 30 anos. Estão também em fase de conclusão mais 50 residências sociais que vão, também, beneficiar as populações de Maquela do Zombo, sobretudo funcionários provenientes de outras localidades", disse.

4.6 Moradores da centralidade do Cacuaco sem energia eléctrica e água potável

Manchete

12 De Abril de 2013

Como se não bastasse, o saneamento básico é completamente débil. As últimas chuvas que se

abateram sobre Luanda, meter- am à prova o falso brilho desta cidade. O Manchete constatou que na cidade de Cacuo ainda há 1 muito por ser feito, cenário que se pode encontrar também nas centralidades do Kilamba, Kapari, 44 e Zango onde, igualmente, o saneamento básico é débil e não existem hospitais ou qualquer posto de saúde. Os populares que, conseguirem comprar ou arrendar e ter em mãos as chaves de um apartamento na nova centralidade de Cacuo terão de estar preparados para a contingência de viverem sob condições de isolamento. Por algum tempo, pelo menos, assim terá de ser. Nesta fase, aquele projecto habitacional, ainda é, literalmente, uma ilha distante de tudo. Tirando meia dúzia de espaços destinados ao comércio e à própria administração da centralidade, não há nada nas cercanias. Da via rápida Cacuo-Benfica até à centralidade propriamente dita há que vencer uns seis a cinco quilómetros sem vivalma ou qualquer estrutura. Os pontos de "civilização" mais próximos (centros da vila de Cacuo e Viana) situam-se a dezenas de quilómetros. Espera-se que as autoridades providenciem o mais rápido possível os equipamentos sociais e outras estruturas necessários para que os primeiros habitantes não se sintam defraudados. Uma coisa é certa: valerá a pena esperar. Pois, para todos os efeitos, os apartamentos da centralidade de Cacuo são os que de um modo geral foram estruturados mais em conformidade com o padrão dos agregados familiares angolanos, geralmente numerosos. Os 35 mil fogos previstos nesta centralidade são constituídos somente por apartamentos T 4 e T5, isto é, com 4 e 5 quartos.

Nem mais nem menos. As salas são do tipo comum e relativamente espaçosas. Os chefes de família dispõem de uma suite igualmente espaçosa e confortável. Durante as inscrições milhares de pessoas fizeram filas à meia-noite e de madrugada para se inscreverem como candidatos a um apartamento nas centralidades do Kilamba, Kapari, 44, Zango e Cacuo. A população alega corrupção com esquemas a mistura entre agentes da polícia nacional aí colocados, para facilitar entrada no edifício, chegando-se a comentar à boca pequena, que estariam a cobrar entre 50 a 30 mil kwanzas. Os que não dispuseram destes valores foram obrigados a pernoitar dias a fio nas bichas. Neste preciso momento foram suspensas as inscrições, mas certo é que o sonho da casa própria está a tomar-se num pesadelo de filas. Para além da polícia ter sido acusada de corrupção, também pesam sobre si acusações de estar a agredir a população que ali se desloca para fazer a inscrição. Comenta-se que, inclusive mulheres grávidas e mães com bebés ao colo, assim como idosos, não são poupados. Para se conseguir uma casa numa das centralidades do Kilamba, Kapari, 44,

Zango e Cacuo, o interessado é obrigado a passar noites nos projectos. A população passa o dia ao sol ardente, porque tirando a centralidade Vida Pacífica, no Zango, as outras centralidades ainda tem a sua arborização a desabrochar. A famosa sandes (pão com metade de coxa com frango) está a custar 300 a 200 Kwanzas, a gasosa custa também 300 a 200 kwanzas, ainda por cima, natural. Mesmo assim, para comprar é necessário estar também na fila de dezenas de pessoas. A confusão reinou todos os dias por altura do processo de aquisição de apartamentos nos projectos, recentemente vendidos na totalidade. Ouve alturas em que os interessados não sabiam onde se dirigir, por exemplo, certo dia, longas filas foram formadas nestes locais, desde muito cedo, mas, mais tarde as pessoas que ali tinham ido foram informadas de que só na Centralidade do Cacuo se fariam inscrições. Como o sonho de ter a casa fala mais alto, a população decidiu passar a noite nestes locais, com realce para o Kilamba até receberem a informação de que já não haviam casas para a venda, naquela centralidade. A maioria dos jovens interessados rejeitara ir para o Cacuo, por considerarem ser muito à esquerda e as infra-estruturas não serem das boas. Cinco mil apartamentos são o número de unidades que foram vendidas na II Fase. Segundo João Ribeiro, um dos candidatos para aquisição de uma casa, não houve melhorias no atendimento, razão porque foram notadas longas filas nas centralidades do Kilamba e Cacuo.

Já Alberto dos Santos, outro interessado, disse ao Manchete que passou períodos muito difíceis e aconselhou os governantes a irem partilhar o sofrimento da população, tão logo seja aberta a outra fase. "Isso é totalmente desumano", disse, e acrescentou por outro lado que "eu aconselho os dirigentes para virem cá e viverem o que estamos a viver". "É uma confusão danada," disse outro candidato, acrescentando que pessoas que estavam em listas anteriores foram obrigados a inscrever-se de novo. Depois do pesadelo que foi a luta para se conseguir uma casa no Cacuo e Kilamba, os novos moradores queixaram-se também da falta de infra-estruturas sociais. "Não há hospitais e não há absolutamente mais nada a não ser as escolas" clamou uma das novas moradoras da Centralidade do Kilamba. Mas se é verdade que há escolas não são contudo em número suficiente.

Custo das casas nas centralidades

Na renda resolúvel o cidadão gasta muito mais, calculadamente, durante os 20 ou 15 anos para ter a propriedade do apartamento. Para tal, o Manchete tentou contactar a Delta Imobiliária, mas sem sucesso. O certo é que a SONIP atribuiu dois critérios para renda resolúvel, sendo uma para

maiores de 40 anos de idade e a outra para pessoas com idades inferiores. Com menos de 40 anos o interessado paga as obrigações em 20 anos, enquanto os demais devem reembolsar por um período de 15 anos. Relativamente aos contratos, a SONIP vai cobrar três por cento sobre o valor das transações, para fazer face aos outros encargos e serviços. Em todas as modalidades, os encargos legais, notariais, fiscais e judiciais são da responsabilidade das pessoas que aderirem aos actuais critérios comerciais. Na centralidade mais visível de Luanda - a Cidade do Kilamba -, os preços das residências variam entre sete milhões (casas do tipo T3A) e 18 milhões de kwanzas (T5). Os apartamentos do tipo T3B e T3+ 1 custam cada, oito milhões e nove milhões de kwanzas, respectivamente. O arrendamento nesta centralidade está fixado em valores que variam entre 31 mil e 100 mil kwanzas para a modalidade de renda resolúvel com capital inicial, entre 46 mil e 143 mil kwanzas para a renda resolúvel sem capital inicial e entre 35 mil e 90 mil kwanzas para a renda normal, que apenas exige a apresentação de uma cópia do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte.

4.7 Impacto ainda longe de corrigir o mercado

Novo Jornal

12 De Abril de 2013

COM AS NOVAS centralidades abertas ao público, regista-se o decréscimo nas vendas de residências e terrenos em algumas zonas. A situação é sentida, inclusive, pelos promotores informais do sector. Mas segundo os especialistas estamos perante um período transitório. No distrito da Samba registou-se uma queda considerável nas receitas dos processos para licença de construção. O administrador daquela circunscrição, Adão António Malungo, admitiu que o que está a acontecer naquela parte de Luanda é resultado da procura de uma casa nas novas centralidades que continuam a ser erguidas. As solicitações para legalização de terras e licenças de obras "reduziram pouco tempo depois de ser aberto o processo de venda de casas nas diferentes centralidades em Luanda". O responsável concluiu que "apesar das receitas terem baixado, de forma significativa, vemos um grande ganho que é o cidadão ter a possibilidade de ter as chaves de uma casa e realizar o sonho de ter uma casa própria". Impedidos de adquirir uma casa a pronto-pagamento, a renda resolúvel surge como uma lufada de ar fresco para quem não se vê capacitado a obter uma residência nas novas centralidades. A correria que não se fez esperar apontou para uma tendência na mudança da qualidade de vida de muitos cidadãos, já

que o sonho da casa própria parecia longe de ser realizado. Já no município de Viana, o espaço reservado ao programa de realojamento dos cidadãos que vivem em zonas de risco, a redução também é visível. Segundo o administrador daquele município, José Moreno, os poucos espaços que existem "são reservas fundiárias e outros destinados a pequena actividade agrícola, para além das grandes parcelas destinadas à implantação e desenvolvimento da Zona Económica Especial". O dirigente disse ainda que, em algumas das zonas destinadas a projectos do governo, verifica-se a "ocupação de pessoas que desenvolvem a actividade agrícola mas que, em função dos interesses do Estado, poderão serão removidas para outros lugares".

2 MILHÕES EM VIANA?

José Moreno esclareceu ainda que o município que dirige tem recebido a cada dia mais pessoas que, por razões objectivas, fixam residência naquele lugar. O surgimento da nova centralidade no Zango, acrescentou, é outra das razões que leva a "uma queda no sector informal do mercado imobiliário e também faz crer que Viana está muito próxima de superar a fasquia de 2 milhões de habitantes". Um domínio claro e quase que absoluto do sector privado, dava primazia a determinadas franjas da sociedade, tendo em conta as modalidades com que são celebradas as negociações para obtenção de um imóvel, quer no centro da cidade ou noutros pontos da capital. Tal actividade estava entregue, com alguma exclusividade, às promotoras imobiliárias e aos chamados intermediários. Os intervenientes em todo esse processo sentem a influência das novas construções e venda de casas no Kilamba, Cacucaco e Kapari.

Nesta situação, inclui-se também arrendamento de casas. Francisco André, corrector de imóveis, em entrevista à Rádio Luanda, admitiu que há uma redução "tanto no arrendamento de casas como na venda de terrenos". Diversas fontes registam uma redução dos preços praticados na cidade de Luanda.

4.8 Entregues casas evolutivas

Jornal de Angola

12 De Abril de 2013

Pelo menos 50 casas evolutivas foram na terça-feira postas à disposição das autoridades administrativas do município da Quilenda, na província do Kwanza-Sul, no âmbito do programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza. Os imóveis possuem dois quartos, sala, cozinha, quarto de banho e varanda, tendo sido construídos por uma

empresa angolana em 12 meses. A administradora municipal da Quilenda, Maria Caimboa, ao proceder à entrega da primeira chave, referiu que o Executivo tem procurado melhorar as condições habitacionais da população. "São casas evolutivas e queremos que os beneficiários possam cuidar bem dos imóveis", salientou, reconhecendo que ainda há muito por fazer. Maria Caimboa mostrou-se confiante de que o Governo vai continuar a concretizar projectos no domínio da habitação, para que a população tenha a oportunidade de adquirir casa a preços razoáveis.

4.9 Escrita Capital

A Capital

13 De Abril de 2013

crescimento da zona do Benfica, em Luanda, não é acompanhado de infra-estruturas para servir a população que decide ali fixar residência. Entre o Talatona uma área habitacional de luxo, devidamente equipada e a via expressa, assiste-se a um aumento exponencial de habitações que não encontra coroa na disponibilização, pelas autoridades, de equipamentos sociais. Há por aí projectos habitacionais com residências de arregalar os olhos. Seja na Cooperativa O Lar do Patriota ou, ainda, em bairros de auto-construção dirigida, a exemplo do Kifika, a sumptuosidade das casas contrasta com o areal predominante nestas zonas onde o asfalto e as redes de escoamento de águas residuais e pluviais teimam em não chegar. Na maior parte do Benfica, a água corrente é, ainda, uma esperança, enquanto a electricidade, quando existe, é fornecida através de intervenientes privados, mais dados ao lucro que propriamente a um serviço de qualidade compatível com o balúrdio pelo qual se paga. Grande parte da classe média nascente em Angola está a fixar residência na zona do Benfica, onde busca um pouco do conforto de residências espaçosas, de ruas devidamente delineadas e sem crónicos problemas de estacionamento de viaturas que lhes é negado no centro da Cidade. Todavia, a paz que esses cidadãos hoje experimentam pode ser apenas aparente.

A inexistência de infra-estruturas empurra o Benfica para um futuro igual à realidade de muitos outros bairros que, no passado, potenciavam-se como zonas habitacionais de alguma nobreza, mas acabaram apenas como mais uns dos muitos musseques ao redor da cidade de Luanda, vergonhosamente visitados por camiões cisternas (para o abastecimento de água) e presenteados, à noite, com a sinfonia de estridentes geradores de electricidade. Quando chove, e já é assim no Benfica, o lamaçal passa a dominar a área, tornando muitas ruas inacessíveis e obrigando os moradores a darem voltas desnecessárias para

chegarem às suas residências. Ali, no entanto, onde já há infra-estruturas disponíveis, nota-se, sem muito esforço, que elas estão simplesmente subdimensionadas, incapazes de servir com o conforto e qualidade necessárias à comunidade luandenses que no Benfica fixa residência dia após dia. Pouco a pouco, a qualidade de vida, uma das dividas de quem decidiu, a dada altura, deixar o centro da cidade e rumar para o Sul, começa a transformar-se numa vaga lembrança de um passado ainda bem fresco. A tendência, ao que parece, e justamente esse agravar das condições de habitabilidade de quem um dia ousou sonhar com conforto, e essa intransigente mania de se querer transformar a cidade de Luanda num gigantesco musseques cercado de uns poucos bairros, uns minúsculos condomínios e de umas quantas centralidades dotadas de infra-estruturas.

4.10 Mercado imobiliário Angolano está em franco crescimento

O Independente

13 De Abril de 2013

Um estudo da Colliers International revela que o mercado imobiliário em Angola está a crescer. A consultora, presente em Angola desde 2008, refere que a crescente captação de investimento estrangeiro no sector imobiliário faz-se sentir com a presença das maiores construtoras portuguesas, como a Teixeira Duarte, Somague, Mota-Engil e Soares da Costa, empresas brasileiras, como a Odebrecht, e chinesas, como a CRBC e CInc. Segundo a agência Lusa, apesar do mercado imobiliário estar em crescimento, o desenvolvimento é condicionado pela oferta, que continua a ser inferior à procura, e pelos elevados preços praticados. O estudo revela que "a burocracia nas decisões de investimento continua a ser um obstáculo à respectiva concretização, porém ultrapassável". O estudo da Colliers International refere que "o investimento institucional em imobiliário continua ainda afastado da realidade de Angola, mas a movimentação no sentido de criar a Bolsa de Valores de Angola e uma vontade crescente por diversificar as fontes de financiamento poderá acelerar este processo". O primeiro estudo sobre o sector imobiliário no país foi realizado em 2008. Na altura, os novos edifícios resumiam-se a 23 por cento, com 600 mil metros quadrados. Citada pela agência noticiosa portuguesa, a consultora considera que, em 2012, se registou um crescimento significativo com a duplicação da oferta de espaços para escritórios. No estudo pode ler-se que "o stock total de escritórios ultrapassou, em 2012, o milhão de metros quadrados. Com o crescimento moderado da oferta após 2009,

apenas seria expectável atingir este valor em meados de 2014". O relatório revela que a crise financeira, que obrigou Angola a submeter-se a um programa de assistência financeira do Fundo Monetário Internacional, "foi bastante sentida em Angola, sobretudo do lado da oferta". Além disso, a construção de muitos dos edifícios projectados foi adiada e os que estavam já em fase de construção abrandaram a sua execução". Neste momento, a consultora augura um futuro promissor para o país. De acordo com o estudo o pipeline de Luanda, para o próximo triénio, inclui já uma área de 350 mil metros quadrados de escritórios, a que se poderão adicionar vários outros empreendimentos, ainda em projecto.

" Alcançada a estabilidade política após as eleições (gerais de Agosto de 2012) e dissipado o impacto da crise económica mundial em Angola, prevê-se que os próximos anos sejam de dinamismo crescente no sector imobiliário", revela o estudo.

4.1.1 Finalmente reabilitação vai acontecer ...

Semanário Factual

13 A 20 de Abril de 2013

A reabilitação de ruas secundárias e terciárias dos bairros de Luanda vai, finalmente, ser executada, depois da intervenção do presidente José Eduardo dos Santos, durante a sua visita de constatação ao município do Cazenga, onde encontrou um quadro na positivo, quanto ao mau estado das vias e outros arruamentos. Na sua intervenção, José Eduardo dos Santos afirmou ser necessário reabilitar as vias secundárias e terciárias, alertando que são poucos os recursos, pelo que devem ser usados de forma racional. É certo que as obras de reabilitação das vias secundárias e terciárias de Luanda foram anunciadas há mais de dois anos, sem que nada indicasse, até a pouco tempo, a sua efectivação. Numa altura em que chove em Luanda, as ruas secundárias e terciárias continuam alagadas, com buracos, quais crateras, e pedregulhos que impedem os automobilistas de ali passarem para fugirem aos engarrafamentos. O admirável é saber que este projecto de melhoria dos bairros já tem verba garantida, sendo que foi lançado antes das eleições gerais de 2012. E, enquanto se aguarda, as ruas vão-se degradando, ao ponto de servirem de covil para meliantes, por nunca terem tido postos de energia eléctrica. Além disso, as maiores vítimas são os moradores, que chegam à sua casa com motoqueiros, sendo estes os assaltantes! Pode dizer-se que, enquanto não reabilitadas essas vias, os moradores viverão com medo de ataques de delinquentes. Não poucas vezes, há relatos de

pessoas mortas por se atreverem a chegar à noite às suas casas, devido à escuridão das Vias. Mas, diga-se, em abono da verdade, que a reabilitação das ruas secundárias e terciárias deveria acompanhar a requalificação dos bairros. Afinal, as ruas novas e asfaltadas em bairros sem luz, é o mesmo que "entregar o ouro ao bandido", uma vez que os becos e as ruínas são o chamariz de toda a sorte de delinquentes. E é preciso dizer que é na periferia onde acontece a maioria dos crimes. Por isso, é posta em causa, pela vivência fora do padrão do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). É que viver com dignidade implica todo um quadro de conforto, e os musseques já não reflectem um "modus vivendi" saudável. O investimento em vias secundárias e terciárias tem razão de ser, embora se diga que o crescimento dos musseques não é obra do acaso, mas é devido à necessidade de um lugar ao sol, mesmo sem condições de habitabilidade, sendo produto do êxodo do campo para a cidade. E vários motivos concorreram para esse êxodo, primeiro pelo ex-conflito armado e, depois, pela livre circulação de pessoas. E quem não quer viver na capital, onde a vida parece fácil! Jovens abandonam o meio rural à procura de oportunidades

O meio rural, desprovido de energia eléctrica e de outros bens, vem sendo pouco atractivo, principalmente para os jovens, desejosos de encontrar oportunidades! E Luanda, apesar dos graves problemas de saneamento, da constante carência de energia eléctrica e de água potável, atrai milhares de pessoas que se acumulam nos musseques, contribuindo para o seu alastramento, desordeiro e sem um plano director de autoconstrução. Pese esse péssimo quadro, é possível avançar com a reabilitação das vias secundárias e terciárias, sendo uma saída imprescindível, tanto para moradores como para automobilistas, que terão a possibilidade de contornar os engarrafamentos nas principais estradas. Ademais, Luanda ganharia nova face, se todas as ruas pudessem ser reabilitadas, independentemente do município, da comuna e do distrito. Também ganhariam os automobilistas, que passariam a ter mais vias para locomoção pela capital, evitando estresse e outros males próprios da estrada. Mas, acima de tudo, seriam os moradores a beneficiarem de novas vias nos seus bairros, como aconteceu, há muito tempo, em que as visitas a familiares nos musseques era prazenteira, pelo bom estado das estradas e saneamento permanente ...

4.12 Administração entrega casas evolutivas

Jornal de Angola

13 De Abril de 2013

Um total de 25 casas evolutivas construídas no bairro Cabari, comuna do município de Kunda dia Base, foram entregues pela administração local a igual número de famílias desalojadas pela chuva.

A entrega das casas erguidas no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, enquadra-se nas festividades do 110 aniversário da paz e da reconciliação nacional, assinalado no passado dia 4 deste mês.

Outras vinte e cinco casas evolutivas vão ser igualmente construídas este ano na província de Malange, no sector de Issanga Teka e nas comunas de Lemba e Milando.

A administradora municipal, Joana André Agostinho, que procedeu à entrega das casas, referiu que a região foi assolada este mês por chuva intensa, que destruiu vários casebres de adobes e que deixou várias famílias desabrigadas.

No que toca à construção de 200 fogos habitacionais programados pelo governo provincial no município de Kunda dia Base, a administradora disse que já estão concluídas 45 do tipo T3.

Joana André Agostinho disse que a administração municipal elaborou este ano projectos sociais, que englobam a construção de escolas, postos de saúde, casas para professores e enfermeiros e a distribuição de merenda escolar. O município de Kunda-dia-Base engloba as comunas de Lemba e Milando, numa superfície de 5.089 metros quadrados, e tem cerca de 46.480 habitantes. A população da localidade, maioritariamente camponesa, cultiva mandioca, milho, batata-doce, ginguba, banana, Título Artigo

4.13 ANDULO Casas sociais em construção no município

Jornal de Angola

16 De Abril de 2013

Um. Total de 172 fogos habitacionais vai ser construído até final do ano no município do Andulo, província do Bié anunciou sábado o director da construtora Kora Angola.

Filipe Caldeira revelou o facto no decurso de uma visita ao Andulo de representantes dos ministérios do Urbanismo e Habitação e da Energia e Águas. O

responsável da Kora Angola, vencedora do concurso público para a construção de sete mil fogos habitacionais na província do Bié, sublinhou que as obras no município vão arrancar nos próximos dias.

"Estão criadas as condições técnicas e humanas para o arranque da empreitada, previsto para dentro de dias", disse.

No Andulo está prevista a construção de mil casas sociais, numa área de de aproximadamente 30 hectares. A localidade possui uma reserva fundiária de 72.235 hectares.

Além das casas, também serão construídos os lancis, passeios, redes técnicas de baixa e alta tensão, sistemas de abastecimento de água potável e outros equipamentos sociais. O município do Andulo, no Bié, tem uma superfície de 10.700 quilómetros quadrados e 311.544 habitantes.

Além do Andulo, o governo provincial adjudicou a construção de fogos habitacionais nos municípios de Camacupa, Chitembo, Chinguar, Catabola, Cunhinga, Cuemba e Nharea, para as populações mais necessitadas.

4.14 Forum Internacional dão a conhecer a evolução do sector

Jornal de Angola

20 De Abril de 2013

6.2 A participação de Angola em fóruns internacionais na área das infra-estruturas e ordenamento do território permite dar a conhecer os esforços que estão a ser feitos nesta área e sobretudo na oferta de habitação social.

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, respondeu a muitas destas questões, colocadas pelos participantes na Cimeira das Infra-Estruturas Urbanas de África, que se realizou na Cidade do Cabo.

Madelein Mkunu, presidente das Mulheres Líderes de África, perguntou ao ministro se as mulheres angolanas têm uma participação activa na reconstrução do país. José Silva respondeu: "em Angola as mulheres têm uma participação activa em todos os sectores, até nos órgãos de decisão do Estado. Temos mulheres a trabalhar afincadamente no Urbanismo e Habitação".

A resposta satisfez Madelein Mkunu que pediu ao ministro para dar todas as oportunidades às mulheres porque "devem estar ombro a ombro com os

homens na reconstrução do país e no combate cerrado à pobreza".

José Silva falou sobre as Novas Centralidades, respondendo ainda a uma pergunta formulada por Madelein Mkunu: "apesar dos excelentes resultados alcançados nos últimos anos, os desafios ainda são consideráveis e o Executivo assegura a construção de 14 centralidades que vão beneficiar uma população de um milhão de pessoas. Aí está um indicador do combate à pobreza".

Blamon Nelson, ministro da Administração Interna da Libéria, antes de perguntar ao ministro José, da Silva que passos Angola está a dar em termos de infra-estruturas e construção de novas centralidades, reconheceu e elogiou a forma como o país tem vindo a desenvolver o sector de Urbanismos e Habitação.

O ministro José Silva agradeceu o elogio e respondeu que "Angola, logo após a independência, viveu 30 anos de guerra, que resultaram na destruição do parque imobiliário, de infra-estruturas, deslocação massiva das populações das áreas de guerra e um enorme desequilíbrio demográfico. Em 2003, foi lançado o Programa de Infra-estruturas Integradas, visando estancar a degradação progressiva das zonas suburbanas". Com esta resposta, Blamon Nelson disse que Angola está a dar uma boa lição a África e que a Libéria está no mesmo processo e tem, também, um programa de desenvolvimento de infra-estruturas e de construção de casas sociais.

Eduardo Moreno, que exerce a função de pesquisador e formador na ONU Habitat, referiu que Angola é um exemplo a seguir pelos países africanos e por todos os outros.

Eduardo Moreno já exerceu as funções de consultor do Ministério do Plano, em Angola. Preconizou um observatório de indicadores urbanos, cujo objectivo é de medir o nível de desenvolvimento das cidades do país. "Angola está na era de pensar melhor, que foi um dos lemas da conferência, porque os Tempo de pensar urbano A experiência de Angola no sector do Urbanismo e Habitação está a ser bem aproveitada por muitos países, como constatou a reportagem do Jornal de Angola, durante o Conselho de Governação da ONU Habitat, que se realizou em Nairobi.

4.15 Um «cabritismo» muito descarado

Semanário Angolense

20 De Abril de 2013

Há no sector de Construção Civil e Obras Públicas alguns «regulamentos» capciosos próprios, que faz com que todo aquele que assuma um cargo substantivo e com poder decisório só encontre dois caminhos possíveis: ou «alinha-se» ou «deixa o comboio passar». O processo começa a ser equacionado na seleção das empresas, segue depois para os convites, apresentação de propostas e a abertura das propostas. Neste andar há mesmo quem vá ao concurso com a certeza de que irá efectivamente ganhar a empreitada. Ou seja, há acusações de que os concursos públicos são simulados para contratação em favor de parentes ou de empresas nas quais têm interesses. Apesar de existirem regras para a contratação na administração pública angolana, muitas vezes as contratações não respeitam as regras e os procedimentos para o efeito. Os gestores públicos são acusados de simularem a realização concursos públicos, sendo que, na prática, as empresas que virão a «vencê-los» são quase invariavelmente aquelas ligadas a si, a parentes ou amigos e, na maior parte das vezes, os «vencedores» dos concursos não reúnem as condições para executarem as obrigações contratuais. Sabe-se que ao nível dos governos provinciais a escala funciona no critério de que todos os beneficiados devem «lavar as mãos dos gestores públicos com valores não inferiores a 10% do orçamento da empreita da», uma indicação que os empreiteiros dificilmente se recusam a cumprir por duas ordens de razões:

1) Não cumprindo com este pressuposto, o empreiteiro fica condenado a nunca mais conseguir obras em parte alguma daquele território, caso consiga receber os pagamentos seguintes da obra que estiver a ser executada.

2) O seu funcionamento conta com o beneplácito dos empreiteiros de Obras Públicas e empresas de Fornecimentos que pouco ou nada conseguem fazer para travar o apetite dos gestores públicos, em que personalidades a nível do poder (central, provincial e municipais) estão sempre à espreita de uma oportunidade para «assaltar» de forma «elegante» a algibeira de comerciantes e empresários. O processo começa pela selecção de empresas que devem ser apuradas para participarem num determinado concurso público, que normalmente é fechado, dada as brechas da própria Lei da Contratação Pública. Esta fase decorre já sob intensos contactos entre

empresários e os gestores públicos directamente ligados ao processo. Nestes contatos, correm promessas de que caso lhes seja dada a oportunidade de ganhar uma ou outra obra, os 10% chegarão, num autêntico cortejo de fraudes atrás de fraudes. As fraudes no sector público atingiram o ponto em que podem ser facilmente equiparadas, conceitualmente, com as fraudes internas nas grandes empresas. Em ambas são factores recorrentes, determinantes e fundamentais, a existência de oportunidades, a corrupção, o conflito de interesses e a falta de controlos eficientes na execução das tarefas. Por esta razão, muitos dos métodos aplicados no combate às fraudes internas também servem ou, melhor, serviriam, se fossem aplicados, para o combate às fraudes no sector público. A «regra dos 10% ou 15% também conhecidos por comissão» tem fundamentação na lógica do adágio popular segundo a qual «o cabrito come onde estiver amarrado». Recorrentemente, alguns governantes e gestores de empresas públicas condicionam a realização de grandes investimentos à garantia da entrega dos 10% por parte das empresas interessadas, ou ainda à prestação de serviços por suas próprias empresas nas áreas em que trabalham. Dito de outro modo, é o «cabritismo» na sua verdadeira dimensão. Significa que o agente público, enquanto estiver a exercer a sua função, deverá gerir a coisa pública de modo a tirar o melhor proveito individual/privado possível para a sua sobrevivência, vivência e enriquecimento, ainda que ilicitamente. Esta situação está também na origem do surgimento dos sinais exteriores de riqueza imediata de agentes públicos que tão logo assumem responsabilidade de gestão na Administração Pública, no Executivo central ou local, começam a exibir carros de luxo e outros bens de elevado valor financeiro.

4.16 Presidente cria gabinete para a requalificação

Semanário Angolense
20 De Abril de 2013

Presidente da República, José Eduardo dos Santos exarou um decreto que cria o Gabinete Técnico de Coordenação da Requalificação e Reconversão Urbana do Perímetro Costeiro Demarcado da Cidade de Luanda, que tem por objectivo assegurar a coordenação técnica e metodológica entre os diversos intervenientes no processo de implementação dos seus projectos. Ao Gabinete compete também promover o desenvolvimento imobiliário nas novas zonas da Boavista e Sambizanga, abrangidas pelos projectos de requalificação urbana das fases I, II e III e propor ao Executivo medidas para promover o

loteamento e o investimento privado dos terrenos. O referido Gabinete Técnico é dirigido por um Director e irá dispor de um Conselho Técnico Consultivo que integra os Directores dos Sub-programas de requalificação em curso no Perímetro Costeiro Demarcado. O Estatuto Orgânico do Gabinete Técnico de Coordenação da Requalificação e Reconversão Urbana do Perímetro Costeiro Demarcado da Cidade de Luanda, deve ser aprovado no prazo de 45 dias, a contar da data de entrada em vigor do presente Decreto.

Felicitações a Maduro

Entretanto, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, felicitou, nesta quinta-feira, Nicolas Maduro, pela sua eleição ao cargo de Chefe de Estado da República Bolivariana da Venezuela. soube-se de fonte oficial. «Tenho a honra de, em nome do Governo angolano e no meu próprio, felicitar Vossa Excelência por ocasião de sua eleição ao cargo de Presidente da República Bolivariana da Venezuela, formulando-lhe votos de muitos êxitos e felicidades no cumprimento do seu nobre mandato», lê-se na mensagem.

De acordo com a missiva, a vitória neste pleito eleitoral reflecte inequivocamente a vontade soberana expressa democraticamente pelo povo venezuelano de o ver à frente dos seus destinos. «Estamos convencidos que saberá corresponder às expectativas em si depositadas, dando continuidade ao grande legado de conquistas alcançadas, em prol da soberania, do progresso e do bem-estar do povo da Venezuela», sublinhou o Chefe de Estado angolano. José Eduardo dos Santos aproveitou a oportunidade para reiterar o desejo do Governo angolano de continuar a reforçar os laços de amizade e cooperação entre os dois países.

4.17 Vida nova para as populações de Catabuanga e Lites

Jornal de Angola
21 De Abril de 2013

As regedorias de Catabuanga e Lites, no município de Bucu zau, em Cabinda, estão a recuperar as suas populações, que delas fugiram durante a guerra para alojar 150 famílias, compostas por um total de 988 pessoas que quiseram regressar, a governadora Aldina da Lomba entregou um número correspondente de casas de tipologia T3, construídas no âmbito do programa de Realojamento das populações. O actual contexto destas localidades é um reflexo inequívoco do que são os ganhos da Paz, uma vez que, em 2005, esta era uma área totalmente desabitada e destruída

pela guerra, referiu a governadora durante o acto da entrega das novas habitações. "Hoje, a população pode regressar em segurança à sua aldeia", afirmou. Em 2006, o Governo de Cabinda e as agências das Nações Unidas tentaram sensibilizar a população de Catabuanga que se encontrava na localidade de Cimbaia, Congo Brazzaville, no sentido de regressar ao país. Uma proposta recusada, por alegada falta de segurança e de condições para o seu retorno. Hoje, disse Aldina da Lomba, há segurança. Paz e tranquilidade nas localidades de origem para ajudar a reconstruir Angola. Não basta a população receber as casas, alertou, é também necessário começar a desenvolver projectos produtivos, que permitam às famílias realojadas viverem do sustento do seu trabalho. A governante assegurou para breve a conclusão do abastecimento de água, para garantir o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das populações. Para tal, o Governo Provincial está a construir um sistema de captação e distribuição de água potável em cada uma das aldeias de Catabuanga e Lites, com capacidade para fornecer 30 metros cúbicos e um tanque de armazenamento de 50 metros cúbicos. Também vão ser instalados dois grupos geradores de 150 kW e, em todas elas, construída uma escola para o ensino primário, com quatro salas, área administrativa e balneários.

A realização de um sonho

A guerra originou, a partir de 1976, a destruição de várias aldeias do município madeireiro, sobre tudo nas regiões de Necuto e Catabuanga, o que provocou a deslocação da população para outras zonas. Depois de vários anos fora do seu habitat, a população regressou à terra de origem com vontade de desenvolver o país e participar na reconstrução nacional. Das 150 casas sociais que foram entregues, 70 destinam-se aos habitantes de Catabuanga, e 80 aos de Lites. André Martins, um dos beneficiários, recebeu a casa nº 27, com três quartos, sala, cozinha e quarto de banho. Em 1976 abandonou Catabuanga, aldeia natal, e ingressou na FLEC. No dia 22 de Dezembro de 2004 abandonou as matas porque "estava a perder tempo" e entregou-se às autoridades. "Fui bem recebido", disse André Martins, pai de dois filhos, que hoje afirma ser um homem feliz por viver tranquilamente com a família numa casa nova, recuperar o tempo perdido e ajudar o país a prosperar. "Durante o tempo em que militei na FLEC, não ganhei absolutamente nada. Hoje tenho uma casa, o que constitui para mim a realização de um sonho, já que muitos de nós já não contava ter uma habitação própria por falta de condições financeiras", frisou.

Damião Julião Ndele também viveu muito tempo fora da aldeia. Satisfeito por ser contemplado com

uma casa, na qual se instalou com a família, defendeu que esta medida deve ser extensiva às outras pessoas da regedoria que não foram abrangidas por esta primeira fase. Para o regedor Pedro Baza, o regresso representa uma alegria para a população e é uma prova dos esforços do Governo em resolver os problemas do povo. Como a maior parte da população se dedica à actividade agrícola, pediu que seja instalado um mercado para a comercialização dos produtos a preços acessíveis. Para facilitar o escoamento dos produtos agrícolas, o Governo Provincial colocou dois camiões para transportar a safra da população a custo zero. Apesar disso, aquela autoridade tradicional lamentou a falta de motosserras e outros utensílios para a lavoura.

Regedoria

A regedoria de Catabuanga é constituída por 40 autoridades tradicionais e dela fazem parte dez aldeias. Além das 150 moradias, tem agora duas escolas primárias, e energia e água. O coordenador da regedoria, Lourenço Madeca, assumiu o compromisso de garantir a protecção e manutenção das casas e outros bens que foram postos à disposição da população. Garantiu, ainda, que a população agora realojada vai empenhar-se afinadamente na actividade do campo, para combater a pobreza. Ao Governo Provincial pediu para se empenhar na reabilitação e melhoria da estrada que vai de Quissamano a Necuto e a reabertura da que liga o Chilombo a Caio Poba, para facilitar o escoamento de produtos para os centros de venda. Referiu ainda a necessidade de se construir um centro de saúde e um cemitério.

Empresas idóneas

A Paz trouxe para a região do Maiombe benefícios significativos em vários domínios, como o da educação, saúde, transportes, água, energia, habitação e vias de comunicação. Existe um amplo projecto de reabilitação das principais vias de acesso para facilitar o realojamento de muitas pessoas aglomerados na cidade. A administradora municipal de Buco Zau, Marta Leão, referiu que os troços a serem reabilitados são Micuma III/ Sinde/ Muanza e Luveche, Mbundo/ Penicácata e Chivonde, Conde Grande Inkode e S. José de Luali, Caio Contene/ Chinvula e Nkonde Litombe, Chilombe/ Bendizer e Caio Poba, além do melhoramento da via de Catabuanga, Micuma II/ Conde Pequeno e Ngunga. Para a reabilitação destas estradas, pediu que as obras sejam adjudicadas a empresas com idoneidade técnica e sujeitas a uma fiscalização eficiente.

4.18 Casas sociais para os jovens

Jornal de Angola
24 De Abril de 2013

O ministério da Juventude e Desportos definiu como prioridade o acesso dos jovens ao Programa Nacional de Habitação, informou ontem o secretário do Estado Nhanga de Assunção. O secretário do Estado para a Juventude fez esta declaração durante um encontro com jovens polícias, no Comando Provincial de Luanda. O Ministério da Juventude e Desportos continua a lançar programas que permitem dar aos jovens oportunidades de acesso ao trabalho, educação, saúde, formação profissional, habitação social, auto-emprego e crédito bancário. O Executivo, disse, aprovou o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 a 2017, no qual está definido que um dos objectivos é propiciar uma maior inserção da juventude na vida activa e promover a inclusão social com soluções para os principais problemas da juventude, como forma de alcançar os grandes objectivos da

democracia. A promoção e difusão da cultura do empreendedorismo juvenil através do programa das micro, pequenas e médias empresas, facilitar o acesso ao crédito jovem, o programa nacional de combate à pobreza e a mobilização e selecção de jovens para o acesso a bolsas de estudo, são outros programas em marcha. A maior preocupação manifestada pelos jovens polícias é a falta de acesso às casas das novas centralidades, a segurança social, formação e maior reconhecimento por parte da sociedade. Nhanga de Assunção disse que o Plano Nacional de Desenvolvimento reafirma a necessidade da juventude estar envolvida nas tarefas de reconstrução e ser melhor preparada, educada e participativa nos processos de aprendizagem académica e profissional: "só assim é que o país pode ter a certeza de que as metas de desenvolvimento traçadas no plano político, social e económico podem ser alcançadas". Nhanga de Assunção disse que um dos maiores desafios actuais é o resgate dos valores morais e cívicos na juventude. O secretário do Estado disse que é fundamental a formação técnico profissional dos jovens, a fim de conter o ritmo de crescimento do crime, sinistralidade rodoviária, uso desregrado de álcool e drogas, prostituição, violência doméstica e delinquência juvenil. Sobre a criminalidade entre os jovens, o Ministério organiza em Novembro uma conferência.

O director provincial de Luanda para a Juventude e Desportos, António Rosa, disse que o governo da província tem vindo a desenvolver programas de apoio à juventude, a promoção do desporto e a criação de centros comunitários. No que diz respeito

ao combate à pobreza, António Rosa disse que foram construídas 19 escolas primárias e estão em construção 16 postos de saúde em todos os municípios. Estão em funcionamento 12 Balcões Únicos do Empreendedor (BUE), que já beneficiaram 2.896 jovens.

4.19 CABINDA, Primeiras casas do bairro social em conclusão

Jornal de Angola
24 De Abril de 2013

As primeiras 60 das 200 casas T3 em construção no bairro social de Zongolo, nordeste da cidade de Cabinda, são entregues dentro de 15 dias a famílias desalojadas, no âmbito do programa de requalificação da capital da província.

Aquele programa prevê a realização de obras de melhoria de estradas e das valas de drenagens do bairro Madombolo.

O bairro de Zongolo tem posto de transformação de energia eléctrica, com capacidade de mil kva, e um furo artesiano capaz de produzir oito metros cúbicos de água por hora, disse ao Jornal de Angola o secretário provincial do sector, Filipe Barros. Agovernadora da província, Altina da Lomba, que visitou as obras e sugeriu algumas alterações ao projecto, afirmou que posteriormente são construídas mais cem casas de média renda.

5. MAIO

5.1 Não se esqueçam das balizas do Kilamba Artigo

O País
03 De Maio de 2013

O aproximar-se do posto de controlo na entrada do Kilamba, redobra a atenção. Suspira. Chega do sul e traz ainda na boca o paladar do morango da Huila. os olhos, guarda a beleza exuberante da paisagem em movimento e da cidade das Acácias Rubras. O trabalho desenvolvido em prol do melhoramento da circulação rodoviária. Obras que transformaram picadas antes cobertas de enormes crateras em estradas. Terrenos baldios em cidades hoje habitáveis. Aplausos! Bandeira Monumento! Abril da paz Angolana, em 11 anos consecutivos propiciou o reencontro dos irmãos desavindos. Fez florir no cano do fuzil pétalas de amor e reconciliação. O caminhar juntos e de mãos dadas na construção de um futuro de justiça e bem-estar social. Por outro lado, cogita.

Como vendaval sobre a plantação de milho, Abril terminou, deixando nas vidas o rasto profundo da sua passagem. Cada um é lembrado pelo remoinho que deixa para trás. As águas das chuvas arrastaram o lixo e outras imundices da pobreza, inundando estradas, valas e praias. Destruíram casas, arrastaram e mataram gente. Construir em local de risco continua a ser uma dos principais motivos do infortúnio. Para o mundo, Abril fica na história como o mês em que morreu antiga primeira ministra britânica Margaret Hilda Thatcher, a Dama de Ferro. A baronesa Thatcher, morreu pouco tempo depois do argentino Jorge Mario Bergoglio, de 76 anos, ser eleito Papa. Coincidência ou não, a verdade é que a baronesa morre no mês em que se assinala os 31 anos da guerra das Malvinas. Uma guerra atroz que decorreu entre os dias 2 de Abril e 14 de Junho de 1982 e opôs a Argentina e o Reino Unido. A reconquista da Geórgia do Sul e Sandwich do Sul custaram a vida a 255 militares britânicos e 3 civis, enquanto as baixas do lado argentino chegaram a 649 militares. Reduz a velocidade aproximar-se do primeiro desvio do Kilamba. Ainda se lembra das colunas de camiões chineses que há cerca de quatro anos entravam e saíam do recinto. Tudo ficava além do horizonte alcançável, pois para se chegar à nova cidade do Kilamba, nem sempre estiveram abertos os dois acessos hoje existentes. As cancelas vigiadas por guardas angolanos armados e chineses impediam entradas do público e a vedação de chapas o olhar de estranhos. Cá fora, se desconhecia os pormenores do novo projecto habitacional, facto que aguçava a curiosidade. Em Luanda, em particular, e no país, em geral, os murmúrios sobre a nova cidade borbulhavam em cada esquina, mercado ou salão de beleza. A bisbilhotice encheu a albufeira da barragem com milhões de devaneios. Indiferentes, como formigas, no seu interior, centenas de chineses trabalhavam sem se preocuparem com o passar das horas. Trabalhando freneticamente e, em poucos meses, as torres começavam a nascer do subsolo e a encher as vistas de quem circulava na via expressa Benfica Cabolombo.

Eram um sonho. A cidade prometida! Muitos, no auge da curiosidade, tentaram sem qualquer sucesso conhecer de perto o que estava sendo erguido por detrás de tanto ecretismo. A guarda era implacável. ninguém podia entrar! Assim, os meses de trabalho intenso foram se acumulando dando lugar a urna nova realidade. A notícia sobre a abertura ao público da ova Centralidade, naturalmente, atingiu os mais altos níveis de audiência, virando assunto para todos. Dia seguinte, centenas de luandenses acorreram ao local para satisfazer a gorda curiosidade graças aos vários meses de espera. Uns faziam no pela entrada principal e outro pela de serviço. A primeira via era

larga, devidamente asfaltada e com sinais horizontais no pavimento. A outra, apesar de também asfaltada, possuía apenas duas faixas de rodagem. Uma em cada sentido. Era preciso circular com prudência redobrada, pois além de ser estreita, a empreiteira da centralidade ao longo da mesma colocou três balizas para impedir a circulação de veículos com grande tonelagem. As barras fixas são mais estreitas do que a largura da estrada. Só podiam passar um automóvel de cada vez. A medida que as autoridades foram disponibilizando os apartamentos, o número de habitantes da cidade do Kilamba foi aumentado e com ele o número de acidentes. Por essa altura, perdeu-se a estatística das colisões de veículos. Os números são frios nem sempre traduzem o sofrimento das vítimas. Diariamente, ocorrem acidentes sob o olhar silencioso dos agentes da polícia da unidade situada a poucos metros. São vidas de usuários que são postos em risco por estas balizas que por essa altura deviam ser removidas já. À noite, com os frequentes enca deamentos somada a imprudência e a imperícia de muitos condutores, acidente é coisa facilíma para ocorrer.

Se o objectivo é impedir que camiões tenham acesso ao Kilamba por essa via, ao invés de estreitar as barreiras, bastaria reduzir a altura. Um turismo da altura de um camião, não existe. Das duas uma, ou se removem definitivamente essas balizas, ou então elas devem ser alargadas para cobrirem a extensão da rodovia. Porque como está não dá. Não dá, não dá! Ademais, a empreiteira devia assumir os prejuízos causados pelas colisões. Deveria ser responsabilizada. Enquanto se aguarda por urna de cisão neste sentido, o risco de colidir contra as balizas, permanece. Falando em aguardar! Enquanto se aguarda por instalações condignas para os efectivos da Polícia acional, devia-se ceder um espaço num dos edifícios da cidade. Por exemplo, um apartamento ou um espaço antes reservado para actividade comercial. Há muito espaço vazio, pois não faz sentido que os Polícias que garantem a segurança dos moradores, estejam instalados em contentores sem o mínimo de condições de habitabilidade. Sem casernas, sem salas de trabalho, sem casas de banho, sem nada! Como é que se pode exigir uma prestação de serviço de qualidade ao cidadão nessas condições? Como é que vamos entender, urna cidade que se quer modelo para as demais, não tenha devidamente instalados serviços como os de Migração e Estrangeiro, Bombeiros, Hospital, farmácias etc? E até ninguém acredita que os contentores que estão a ser colocados no quarteirão E, venham a servir para a instalação dos Serviços de Migração e Estrangeiro! Ninguém acredita, nem eu! Senhores! Não se esqueçam das balizas!

5.2 Nova centralidade concluída este ano

Jornal de Angola
04 De Maio de 2013

A primeira fase da centralidade de Quilomoço, Uíge, que começou a ser construída em 2011, está pronta no segundo semestre deste ano, disse à Angop o coordenador de marketing da empresa responsável pela obra.

Crispim Costa lembrou que esta primeira fase é constituída por 640 moradias das 2.010 que a nova urbanização vai ter. Neste momento decorrem trabalhos de pintura, colocação de janelas e instalação de energia eléctrica.

Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto.
Corpo do texto. Corpo do texto.

5.3 Construção de habitações começa no Cubal

Jornal de Angola
06 De Maio de 2013

A Cooperativa Pérola Verde, pertencente ao Ministério da Defesa, inicia, nos próximos dias, no município do Cubal, Benguela, a construção de mais de 300 moradias de tipologias T-3, T-4 e T-5.

O projecto, que é destinado a militares, ex-militares e a população local, vai ser desenvolvido no bairro do Chimbassi, devendo ocupar uma área de 72 hectares.

O empreiteiro da obra, Elsimar Gonzaga, referiu que a primeira fase do projecto, orçado em 31 milhões de kwanzas, prevê a construção, até Dezembro, de 60 moradias das mais de 400 previstas.

Sem mencionar as modalidades de acesso ao projecto, disse que são beneficiários os militares, ex-militares e até mesmo aqueles cidadãos que estiverem disponíveis a desembolsar os valores referentes ao preço estabelecido para a venda das moradias.

O empreiteiro Elsimar Gonzaga informou que as moradias de tipologia T-3 vão custar seis milhões de kwanzas, as T-4 15 milhões e as T-5 25 milhões, devendo ser amortizadas num intervalo de 20 anos.

5.4 Governo exige o dinheiro

Jornal de Angola
06 De Maio de 2013

O Governo Provincial de Malange vai romper o contrato com algumas empresas de construção civil que não cumpriram os acordos na execução de fogos habitacionais em vários municípios e ordenar a devolução do dinheiro recebido.

O governador Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", que anunciou a medida na quarta-feira durante um encontro com os empreiteiros e agentes de Construção Civil, justificou a medida com a necessidade de responsabilizar os que não honraram os compromissos depois de receberem metade dos valores, antes do início das obras. "O Governo tem responsabilidades acrescidas e as suas obrigações não podem ser escamoteadas por pessoas desonestas, que não honram os seus compromissos", disse Kwata Kanawa.

O governador afirmou existirem dificuldades sérias no alojamento de alguns quadros colocados nos municípios. O facto, acrescentou, tem contribuído para que muitos deles não aceitam trabalhar nas localidades, alegando falta de condições habitacionais.

Outra medida anunciada pelo governador tem a ver com os pagamentos das empreitadas, que só podem ser feitas depois da entrega das obras e alertou os fiscais que devem fazer um trabalho mais credível, para não comprometerem as obrigações do Executivo.

5.5 Mudar a imagem dos musseques para conferir dignidade aos moradores

O Independente
11 De Maio de 2013

Bento Soito, Director do Gabinete Técnico de Reconversão urbana do Cazenga e Sambizanga é o nosso convidado nesta edição, para esta rubrica de entrevista. Com ele abordamos diferentes questões relacionadas com as mudanças programadas para mudar dois dos mais populosos e emblemáticos municípios de Luanda

O que a população pergunta, particularmente do Sambizanga é o que, concretamente, está a ser feito?

Em termos de intervenção para reconversão os trabalhos estão repartidos por duas entidades. Nós, enquanto Gabinete Técnico de Reconversão do

cazenga e Sambizanga, atendemos todo o território do sambizanga a excepção da área onde se insere o Roque Santeiro e o bairro Operário. Essas duas ainda não foram passadas para a responsabilidade do Gabinete. As obras que ocorrem nessas áreas são ainda da responsabilidade dos ministérios do urbanismo e da Construção e só mais tarde, eventualmente, é que repassarão para nossa responsabilidade. O que o Gabinete tem vindo a desenvolver no Sambizanga, por enquanto, restringe-se a área do Ngola Kiluange, S. Pedro, na primeira fase, num espaço onde estavam localizadas as antenas da Angola Telecom, área da Marconi, de trinta hectares. Ainda assim, o dono da obra nesta áreatambém é o Ministério da Construção, no que diz respeito às infra-estruturas, e o Ministério do Urbanismo, no que diz respeito a habitação social. O Gabinete exerce função coordenadora, fiscalizadora e viabilizadora de situações que podem emperrar o projecto, e promove o realojamento das populações que se encontram no alinhamento das frentes de obra. Nesta fase, a actividade do Gabinete restringe-se há estas acções e também ao processo de cadastramento da população e outras. Do ponto de vista geral, a intervenção no sambizanga também está contemplada na elaboração do Plano Director, uma empreitada que desenvolvemos desde Março do ano passado até Março deste ano.

Em termos de infra-estruturas, de concreto, no sambizanga ainda não há nada? se há pode especificar?

Já existem infra-estruturas nesta primeira fase nos trinta hectares. Temos cerca de noventa e oito por cento da área já infraestruturada: são infra-estruturas de abastecimento de água, fornecimento de energia, drenagem, esgotos, telecomunicações, ruas pavimentadas, passeios e lancis, iluminação pública, enfim ...

Mas a via principal que vai do S. Paulo a Petrangol continua num estado deplorável. Não faz parte do vosso programa?

Está dentro do escopo de trabalho do Ministério da Construção. As obras estiveram pendentes por falta de disponibilidade financeira, situação que foi equacionada muito recentemente, e segundo consta, as obras daquela via e da que sai da encosta da Boavista até a Ndunduma que liga a Luegi ya Konda, também vai iniciar. Mas tenho sobre isso apenas uma visão genérica sobre o que está previsto, porque o que é de pormenor para aquela zona do Roque Santeiro, encosta da Boavista e até mesmo para o bairro operário, é da responsabilidade dessa entidade.

O que é que o plano Director define de novo para o Sambizanga?

É um instrumento reitor que permitirá fazer a gestão e orientação de todo o processo de desenvolvimento e crescimento urbano daquela área. Para a sua elaboração, respeitamos uma série de fases que mereceram a consulta da comunidade, das autoridades administrativas distritais e municipais, da sociedade civil, das instituições públicas que deram o seu contributo e parecer. Fizemos cerca de três apresentações, designadamente, da proposta, do conceito e finalmente, da proposta base. Tem um conceito que contempla toda uma conjuntura ambiental, sócio cultural e geográfica do território para atender aquilo que são os anseios da nossa população, relativamente ao que pretende ser um espaço onde se promova a qualidade de vida. Começamos por definir um conceito, uma estratégia e depois o ataque aos problemas. Do ponto de vista conceitual e estratégico, definimos que era importante trabalhar principalmente sobre os problemas que hoje cada uma dessas áreas tem, e se repararmos, a sua base assenta nas infra-estruturas e sobretudo no aspecto da drenagem, com mais realce para o Cazenga. É só ver quando cai uma carga pluviométrica com algum peso, o que é que aquelas populações sofrem. Então entendemos que a questão damacro-drenagem era um delimitador, e que deveria ser um dos elementos base a atacar do ponto de vista estratégico. O outro é tirar proveito das infra-estruturas já existentes, saber otimizar custos e rentabilizar o que já foi investido pelo Estado. Esses dois elementos serviram para estruturar a estratégia de intervenção.

E que passos seguirão depois dessa identificação dos principais constrangimentos?

Concebeu-se uma estratégia com um conceito de implantação de uma malha viária assente numa estrutura verde, que congrega todas as depressões e as lagoas que hoje se encontram no território, e depois tornar esses dois elementos preponderantes hierarquicamente, no contexto de todas as infraestruturas urbanas. De maneira que, essa estrutura verde a que nós atribuímos também um significado simbólico do nosso país, atribuindo o nome de Welwitschia Mirabilis, em função da forma como ela se comporta no território em toda a sua dimensão, acompanhando as linhas de água e interpenetrando em todas as áreas do território. A semelhança da welwitschia que no deserto combate a ausência de água e a desertificação impondo-se como planta, aqui essa estrutura verde também vem combater essa aridez que o território tem, por ausência de espaço verde que, no fundo, hoje caracteriza a cidade de Luanda, mas que desta vez,

com esse plano Director e com a implantação dessa estrutura verde, pretendemos 'contaminar' o resto da cidade para promover maior oxigenação da própria cidade. Mas, nesse caso, do Cazenga, do Rangel e do Sambizanga em particular. Não acha que deve existir maior ligação de conhecimentos e responsabilidades, no sentido de haver maior impacto das acções preconizadas para resolução dos problemas da população, começando pelas questões pontuais? Essa interação existe e é o que se pretende como ideal para uma fase como essa, e num processo de reconversão tão longo quanto este que estamos a abordar. Os governos provinciais e as administrações municipais têm planos em execução, principalmente de curto e médio prazo. A sua missão é atacar as questões fundamentais e as necessidades básicas da população, de momento. Claro está que, sempre que essas acções poderem ser combinadas com as acções estruturantes de longo prazo, melhor. Então temos trabalhado em coordenação com o Governo da Província de Luanda e não só, com as demais estruturas que intervêm no território do Cazenga, do Sambizanga e do Rangel, designadamente a EPAL, a EDEL, a ENE, o Caminho de Ferro de Luanda e outras ... , de maneira a otimizarmos principalmente os recursos que são alocados as obras desta área. Enão só conseguimos uma optimização do ponto de vista financeiro, mas também do dispêndio do esforço humano, etc ... das várias instituições. É possível equacionar tudo isso, desde que as coisas estejam coordenadas. Internamente constituímos um grupo técnico integrado em que todas essas entidades estão presentes, e vamos concertando as questões de maneira a que se possa evitar a sobreposição de tarefas, ou a má racionalização de recursos que são disponibilizados pelo Estado para resolver esses problemas. Nunca foi posta de parte a necessidade de se atender os problemas primários da população da parte do Governo da Província de Luanda e das administrações municipais.

O programa de intervenção no Cazenga iniciou há dois anos. Em termos de quantificação, qual é a taxa de cumprimento?

Temos um relativo atraso no que diz respeito a implementação do projecto na ordem dos quatro a seis meses. O único problema ligado à infra-estruturas regista-se no Cazen- ga, e tem como base a presença do Centro Emissor da Rádio Nacional, que transmite para todo o país. Ocupa cerca de quarenta por cento do território que está destinado para a primeira fase do Cazenga. A sua remoção é uma operação que leva no mínimo um ano, e só pode acontecer quando estiver construído um novo. Não se trata de uma transladação do centro, mas sim uma substituição, porque não se pode desactivar em

momento algum este centro, ainda que por uma semana, para montá-lo noutra local, porque o país ficaria sem comunicação. Inserimos essa acção no PIP, para que ainda este ano possa arrancar e depois transferirmos o que está aí para Cassulengue. Para superar esta questão, estamos a preparar uma área adjacente a este território para realojamento imediato de algumas famílias, equivalente aos quarenta por cento que hoje estão em falta, por forma a que o empreiteiro não pare e possa dar continuidade a construção das infra-estruturas previstas para essa área ocupada pelo centro emissor. Quantas famílias serão abrangidas nesse projecto de reconversão?

Estamos a falar em quase dois milhões de habitantes, e se considerarmos que cada família tem cinco a seis pessoas, são cerca de 400 mil famílias.

Uma das grandes polémicas em tomo desses projectos, tem sido o drama dos realojamentos. Todas essas questões não podem ser melhor acauteladas, por exemplo, construindo e transferindo os beneficiários para as novas casas?

É exactamente assim que está concebido, em sistema bola de neve: começar por uma zona livre para construir habitações sociais, retirar as famílias que estão na área adjacente e correspondente ao número das habitações construídas, colocá-las nessas novas habitações e infraestruturar as áreas que elas liberam. E depois assim sucessiva- mente. Esse é o conceito da reconversão do Cazenga, Rangel e sambizanga, de realojamento "in situ", Sobre o desalojamentos, o nosso projecto prevê que caso as famílias sejam realojadas em áreas fora do seu ambiente actual, têm a possibilidade de retornar para o seu território de origem tão logo haja disponibilidade de habitações sociais construídas pelo Estado.

Os constrangimentos financeiros referidos aquando da visita do Presidente, também abrangem os projectos do Gabinete?

Não! As dificuldades financeiras apontadas dizem respeito as vias estruturantes e as valas de drenagem que atravessam o território do Cazenga, Sambizanga e do Rangel, cujas obras são da responsabilidade do Ministério da Construção (no que diz respeito às vias estruturantes) e Unidade Técnica de Saneamento (sobre as valas de drenagem). Do ponto de vista do Projecto de Reconversão urbana do Cazenga e Sambizanga, ele está enquadrado numa linha de financiamento da China, para as infra-estruturas, e de Israel, em termos de habitação social.

Foi há tempos apresentado um plano Director. Em que situação se encontra?

O plano Director que foi concluído está a passar agora por uma fase de equação financeira geral e dos modelos de financiamento que serão propostos superiormente, e uma vez aprovados aí é que vai começar a implementação do processo de reconversão já em respeito ao plano Director. Agora, mesmo do ponto de vista operacional, estamos a trabalhar num modelo de implementação do plano de Reconversão. Depois da elaboração do plano Director Geral estamos a trabalhar no plano Director das Infra-estruturas, e todos esses instrumentos acabados servirão de base para definição da equação financeira do Programa de Reconversão. Gastam-se milhões para erguer infra-estruturas, e tostões para educar as pessoas a utilizá-las. Qual é a componente financeira que se vai gastar para educar essa população a viver e a respeitar essas áreas? Tocou num aspecto importante, porque a reconversão dessas áreas não se trata apenas de uma questão física. Trata-se também de um processo de reconversão mental da população que usufruirá esses espaços. Esforços financeiros estão a ser programados primeiro do ponto de vista da acção como tal, da educação da população, a preparação de formadores e de todo um sistema que obrigue a população a comportar-se no sentido de manter o estado reconvertido estável e progressivo. E depois, esforço financeiro que obriga a pagar o formador, a pessoa que acompanha, quem fiscaliza e a própria manutenção do espaço. Estamos a considerar no modelo de implementação que referenciei, também esta equação, que é como abordar a mentalidade do cidadão; como fazer com que o cidadão também se reconverte; como fazer com que o seu nível aumente; como fazer com que ele tenha acesso mais fácil ao emprego e o usufrua das condições que se lhe apresentam como novas no seu território? Como definir prioridades para esta população no acesso as oportunidades de emprego que surgirão aí? Como encaminhá-las para que por sua vez, exerçam um papel formador e da própria reconversão do cidadão? Tudo isso estamos a equacionar agora.

Esse processo de reconversão inverte a prática das pessoas que vivem nessas áreas continuarem a vir para o centro para tratar de questões fundamentais como o B.I.?

O Projecto de Reconversão de Luanda como tal, não tem uma componente de resolução desses aspectos, porque ela é restrita sob esse ponto de vista e muito objectiva. Pretende reconverter uma determinada área, da forma de ser e de estar de uma determinada população. Isso vai provocar o interesse de outras populações? É claro que vai e outros que vivem noutras províncias também virão. E isso nunca há-de parar. Em qualquer parte do mundo, a tendência de

migração do campo para a cidade é difícil de impedir. Mas é possível frenar, diminuir desde que os polos de desenvolvimento regionais sejam devidamente implantados.

5.6 Encarregado das obras garante a entrega das casas nos prazos previstos

Jornal de Angola

11 De Maio de 2013

Os primeiros 700 apartamentos dos 11 mil fogos habitacionais previstos para a Centralidade da Quilemba, na província da Huíla, devem ficar concluídos em Dezembro deste ano, anunciou o encarregado da obra, Shao Ching.

A informação foi prestada aos membros do comité provincial do MPLA na Huíla, durante a visita às novas centralidades a ser edificadas na cidade do Lubango.

A empreiteira chinesa executa trabalhos numa área de dez mil metros quadrados, onde edifica residências e edifícios de três pisos com apartamentos do tipo T3. Mais de 2.500 trabalhadores, entre chineses e angolanos, trabalham dia e noite para que as habitações estejam habitadas até 2015.

O primeiro secretário do MPLA no Lubango, Alberto Pedro, fez uma avaliação positiva do ritmo das obras, que também incluem escolas, hospitais, infantários, unidades policiais, bombeiros e sistema de tratamento de águas residuais.

Alberto Pedro manifestou-se confiante de que os munícipes do Lubango e da província em geral vão dispor de moradias com condições dignas. "O ritmo das obras é bom. Acredito que dentro de pouco tempo os municípios podem ser contemplados com algumas residências", afirmou.

"Há que fazer um grande trabalho de sensibilização junto das populações que ocupam as áreas destinadas à construção de residências", afirmou o político, para quem as populações precisam de ser esclarecidas sobre a necessidade da construção de novas cidades. Estas, acrescentou Alberto Pedro, vão permitir a expansão de serviços modernos nos sectores da saúde e educação.

5.7 Centenas de casas sociais são construídas no Nzeto

Jornal de Angola

11 De Maio de 2013

Cerca de 800 residências começam a ser construídas nos próximos dias, em quatro dos seis municípios da província do Zaire, no âmbito do programa de edificação de novas centralidades e casas sociais desenvolvido pelo Executivo.

O referido programa, destinado a garantir aos habitantes condições condignas de habitabilidade, está a ganhar corpo a nível do Zaire. Nesta altura, duas centralidades estão em construção nos municípios de Mbanza Congo e Soyo.

Os terrenos para a construção das centralidades e das casas sociais já existem e estão a ser preparadas, como constatou o Jornal de Angola durante a visita do secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Manuel Clemente Júnior, à província do Zaire.

Além destes projectos, as autoridades estão a desenvolver outras acções, com destaque para a edificação de 200 fogos habitacionais nos seis municípios da província. Boa parte destas obras vão ser entregues no próximo mês de Junho, dado o andamento dos trabalhos, como garantiram as empreiteiras

ao secretário de Estado. As obras da construção da ponte sobre o rio Mbridge, no traçado da futura auto-estrada Nzeto/Soyo, também decorrem a bom ritmo.

Aureliano Dias dos Santos, engenheiro de construção civil, considerou que as construções em curso têm qualidade e reconheceu a capacidade técnica das empresas nelas envolvidas.

5.8 Angola e a requalificação dos bairros

Semanário Continente

17 De Maio de 2013

Angola tem um território vasto que pelo número de habitantes existentes há muito espaço para morar e fazerem-se obras, que vão de encontro ao número de populares. Para tal é necessário fazer um censo populacional, controlar as fronteiras convenientemente e aí sim fazerem-se obras dentro das exigências, porque o estrangeiro residente também precisa de casa para habitar. Nesta vertente de requalificação, deve-se acabar com os musseques, as casas de areia, de pau-a-pique, de chapas, de madeira, e de abobe sem durabilidade nenhuma. Sou

de opinião que se construam várias cidades com os padrões actualizados, exigidos internacionalmente, que demore o tempo necessário, mas o importante é que se faça, não vamos ter complexos dos cinco, dez, quinze ou vinte anos para substituir porque a vida é dinâmica. O Executivo teve a iniciativa da requalificação dos bairros, está certo, não estamos contra mas o problema é que se deve fazer o marketing, realizar palestras para dar a conhecer ao cidadão o que se pretende verdadeiramente e quais os benefícios, não interessa só os órgãos de imprensa mas sim o contacto físico com a população porque temos gente de todos estratos sociais. Por outro lado, tenho estado a observar que se começa uma obra e nunca mais termina pelo facto de não se convocarem empresas que têm vocação para construção de grandes cidades, porque senão vejamos: faz-se a estrada, esburacam para colocar o sinal luminoso, tempos depois cava-se para água, seguidamente a iluminação da Edel, depois o telefone, etc., etc. Estes serviços que são bens servir a população, causam grandes transtornos. Ao observarmos as estradas esburacadas bem como o referido passeio, impedindo os populares de circular livremente, que causam stress, isto pelo facto de não terem um projecto único, com diversas vertentes técnicas a cumprir onde são chamados todos os intervenientes que prestam serviços ao cidadão. Espero bem que não aconteça com as zonas em requalificação nos distritos urbanos do Rangel, Sambizanga e Cazenga. Em Luanda, destina-se a construção de casas sociais, sem pensar na rede técnica: esgoto, energia, electricidade, abastecimento de água, telecomunicações, drenagem de águas pluviais e residuais, e vias asfaltadas e passeios.

No projecto consta a construção de edifícios de quatro andares com apartamentos do tipo T-2, T-3 e T-4 com casas a oferecerem melhor qualidade de vida e acomodação aos moradores. A pensar nas pessoas a preocupação manifestada durante a construção do projecto obriga a gestão de recursos públicos que se estende à dimensão social. O Executivo pretende garantir que a população residente no local não tenha necessidade de se deslocar, na sua maioria, e que haja um processo integrado de realojamento da população, tendo em linha de conta que quando os musseques foram surgindo havia uma divisão em termos de cultura que gerou vários conflitos. Com este programa, pela maneira como vivemos, não teremos conflitos de espaços. O objectivo é passar pela constituição de um modelo de cidade funcional, economicamente sustentável, inclusivo e que proporcione aos seus habitantes e visitantes, dignidade, alegria, prazer e uma elevada qualidade de vida. Para chegarmos a tal desenvolvimento é preciso articular as tecnologias e trabalho de campo,

designadamente o cadastramento da população existente a coabitar nas residências que estão construídas no local das zonas a serem requalificadas, para que não haja nenhuns embaraços das operações efectuando um levantamento sociológico da população, de modo a identificar as particularidades culturais, políticas e históricas neste mesmo território. Ainda dentro do projecto de requalificação dos bairros com projectos sociais, deve-se priorizar aqueles cidadãos que vivem em edifícios bastante degradados sem nenhuma protecção e esperança de vida, porque pode desabar a qualquer momento, como o caso dos "Cinco blocos dos Sul-africanos" no distrito Urbano do Rangel, (Deus que seja surdo). Os populares que ali habitam a muito esperam pela requalificação, para beneficiarem de apartamentos condignos, mas o governo da Província retirou-os das suas prioridades, mas se acontecerem mortes e feridos, O Executivo vai agir, porque não o fazem antes por forma a prevenir tal calamidade. Porquê para uns sim e outros não, tivemos o problema do "Edifício da Cuca" resolveram, "Edifício da Telecom" resolveram, e estes (Edifícios dos Sul-africanos) que a muito reclamam no mesmo período, não resolvem? Até ao presente momento sentem-se abandonados, com todo respeito, o Executivo deve encontrar uma solução, pelo facto das reclamações terem sido feitas no mesmo período. Uma fiscalização de engenharia, das obras públicas, dos órgãos judiciais e do Governo da Província encerravam as portas com selos, por não terem o mínimo de condições para residir famílias. Estes populares vivem ali há mais de trinta anos e não têm o hábito de construir em vão em qualquer zona, são pessoas educadas tendo em vista o projecto de uma cidade urbana, logo não vão construir em áreas desconhecidas, que por vezes são zonas de risco. O Governo deve apoiar cidadãos com tal iniciativa, e as administrações distritais não devem deixar que o cidadão construa a sua casa em áreas de alto risco, porque quando temos chuva as águas provocam mortes e danos materiais, e depois vem o governo e dá o apoio aos sinistrados. O problema é que se deve evitar que tal aconteça, a outra questão é que se deve procurar fazer uma reabilitação profunda das ruas intransitáveis. Há uma questão muito importante, as estradas devem ter uma inclinação para onde há valas, que tenham o percurso normal para um esgoto central que vá desaguar no mar. O que acontece é que os esgotos ficam entupidos, as casas ficam inundadas. Em Angola as obras não são fiscalizadas e a chuva que muita falta nos faz é o verdadeiro fiscalizador.

5.9 Casas para jovens concluídas em Agosto

Jornal de Angola

17 De Maio De 2013

A construção de 100 casas destinadas aos jovens na aldeia do Quilemos, sete quilómetros de Mbanza Congo, deve ficar concluída em Agosto próximo. O director provincial do Zaire da Juventude e Desportos, Costa Filho, disse quarta-feira que todas as casas do tipo T3 estão, neste momento, ergui das, restando apenas os acabamentos, trabalho que se pode prolongar até Agosto. O responsável asseverou que a construção das casas está inserida no programa "Angola Jovem", desenvolvido pelo Executivo, através do Ministério da Juventude e Desportos. O referido programa engloba vários projectos de impacto social, com destaque para a construção de bairros sociais da juventude, que visa dar aos jovens a oportunidade de realizarem o sonho da casa própria. Nesta altura, disse Costa Filho, decorre o processo das candidaturas para a aquisição dos imóveis. "Já fizemos um apelo à juventude no sentido de concorrerem às residências", disse. Para fiscalizar a empreitada, cujas obras estão a 80 por cento da sua execução, uma delegação do Ministério da Juventude e Desportos esteve em Mbanza Congo. O director salientou que existe já um número considerável de candidatos, esclarecendo que, logo que as casas estejam concluídas e mobiladas, vai se passar para o processo de sorteio e entrega oficial aos beneficiários. Costa Filho disse que a questão dos preços das casas está a ser discutida pelo Ministério da Juventude e Desportos. "A ideia é fazer uma avaliação profunda para encontrar um preço acessível ao bolso dos jovens", acentuou o responsável provincial. Na província do Zaire foram contemplados com casas sociais para a juventude os municípios de Mbanza Congo, com 100 residências, Soyo (32) e Nzeto (16). No Soyo foi ainda construída uma casa comunitária, que está apetrechada, aguardando apenas a inauguração, além de decorrer a construção de um pavilhão gimnodesportivo.

5.10 Casas serão entregues em Agosto

Semanário Continente

17 De Maio de 2013

Construída na zona alta da cidade do Lobito, a centralidade conclui a primeira etapa do projecto de construção de três mil habitações sociais até finais de Agosto próximo. O administrador municipal do Lobito Amaro Ricardo, que falava no final da segunda reunião ordinária da instituição que dirige

que decorreu no Clube Atlético do Lobito Velho disse que as casas só estarão disponíveis aos candidatos quando estiverem concluídas. O responsável garantiu que as modalidades de comercialização são idênticas aos da Centralidade do Kilamba (Luanda). Segundo o dirigente com base numa orientação deixada no Lobito pelo secretário de Estado da Juventude, Nbanga de Assunção, o governo provincial deve também sortear residências para os jovens locais. O homem forte da administração do Lobito fez saber que vários serviços sociais e administrativos devem mudar para a centralidade e desta forma vai descongestionar a zona alta da cidade onde actualmente estão instaladas o Porto Mineiro, a Refinaria do Lobito e a fábrica de cimento. A reunião da administração do Lobito analisou os projectos e programas económicos e sociais no município, nomeadamente, conclusão do Porto Minério, andamento das obras da Refinaria da urbe e programa nacional de habitação. A centralidade está a ser erguida a dez quilómetros, da cidade. As obras de construção do projecto da centralidade conheceram, em Janeiro último, a visita do secretário de Estado da Juventude, Nbanga de Assunção. Estão em curso ainda na localidade do Alto Akongo, na comuna do São João, as obras de 32 casas sociais, já em fase final. Amaro Ricardo esclareceu aos presentes que o projecto prevê a construção de 100 casas, mas as restantes 68 devem ser erguidas num outro espaço, localizado na nova centralidade do Lobito. Rui Silva, empreiteiro da empresa que está a construir as habitações, garantiu que as 32 casas serão entregues no prazo de um mês. O empreiteiro garantiu que as restantes 68 residências começam a ser erguidas nos próximos dias.

5.11 Condições de acesso ao Kilamba

Economia

17 De Maio de 2013

A problemática do acesso e funcionamento da centralidade do Kilamba foi tema de debate público, recentemente, em Luanda, na Rádio Mais, no programa "Mais Cidadania", conduzido por Alfredo Carima, que teve como convidados o presidente da nova centralidade do Kilamba, Joaquim Israel Marques e o director-geral do Delta Imobiliária, Paulo Cascão, que explicaram a actual situação do processo de acesso, a suspensão do processo, segurança, saneamento básico, as sanções aos moradores, energia e a taxa de condomínio e outros. O programa radiofónico, na sua primeira hora de emissão, recebeu mais de 256 mensagens dos ouvintes. Segundo Israel Marques, a cidade vai reger-se com os estatutos da cidade de Luanda, que obedece a critérios de uma gestão desconcentrada.

"O respeito pelas normas deve ser importante para a manutenção da cidade. E nisso, as coordenações de prédios têm ajudado muito", disse.

Funcionamento interno

Para o presidente da cidade, até ao momento, a segurança é considerada eficaz, sendo feita por uma unidade policial, mas adianta que está em curso um estudo que prevê a criação de um comando de divisão de polícia. No que toca ao estacionamento, o responsável fez saber que este é da tutela da sua administração. As do tipo TS têm direito a dois carros e as outras tipologias com um carro cada. Já a convivência com animais não é permitida aos moradores. Segundo disse, o saneamento básico, também é da responsabilidade da administração local, que actualmente recolhe o lixo duas vezes ao dia. O novo modelo prevê um sistema de recolha selectiva. No que respeita aos espaços reservados na centralidade, serão destinado ao investimento privado e outros equipamentos sociais. "Não temos ainda uma sala de velórios, mas estamos a trabalhar nisso", disse. Para as alterações nos apartamentos, estão autorizadas, conforme disse, apenas para benfeitorias necessárias, não sendo permitidas obras estruturais ao imóvel. Já os gradeamentos só são admitidos no primeiro andar, lavandarias. Nas varandas de frente, só podem ser colocadas redes de nylon", alertou.

Interrupção do processo

Sobre Paulo Cascão, director-geral da Delta Imobiliária, recaíram questões ligadas à relação que a empresa que dirige tem com a Sonangol Imobiliária e Propriedade (SONIP), o que está na base da interrupção do processo de entrega e a possível data de retoma do mesmo. Paulo Cascão esclareceu que a Delta celebrou somente um contrato de prestação de serviços com a Sonip. A Imobiliária é, no caso, a proprietária da centralidade. Os moradores terão acesso às chaves da entrada principal. "A duplicação já foi autorizada pela Sonip", garantiu. Segundo ainda o administrador da Delta, até ao momento, a sua empresa celebrou 10 mil contratos, sendo cinco mil do último processo. Em relação às razões da proibição, o gestor fez saber que foram detectadas algumas irregularidade no processo, como avandalização de alguns apartamento, denúncias de fraudes e alguns edifícios danificados. "Este problema está a ser resolvido, tão logo seja ultrapassado, o processo será retomado. Agora, não tenho como adiantar uma data, isso só cabe à Sonip fazer", referiu.

Dados avançados

De acordo com dados avançados, a centralidade possui 710 edifícios, num total de 80 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados, que contempla ainda 24 creches, nove escolas primárias, oito escolas secundárias e 50 quilómetros de vias até à margem do rio kwanza. Até ao momento, já foram comercializados mais de 10 mil apartamentos, dum total de 18 a 20 mil que estão disponíveis. A cidade está habitada em até 40 por cento, sendo 60 por cento aguardando preenchimento. A taxa de condomínio vai custar 15 por cento do valor da renda mensal, acrescida à taxa de serviços de municipalidade.

5.12 Peritos partilham experiência sobre mercado de urbanismo e habitação

Expansão

17 De Maio De 2013

A Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto (UAN), em parceria com a Nova Escola de Negócios e Economia (SBE), realizou recentemente, em Luanda, um workshop sobre o mercado de urbanismo e habitação. Para o ministro do Urbanismo e da Habitação, José António da Conceição e Silva, dada a realidade de África, e em particular do País, estão a ser implementados projectos de requalificação de zonas degradadas, bem como projectos habitacionais em zonas já consolidadas. "Falo particularmente das novas centralidades que estão a ser construídas fruto desse programa. Estão a ser igualmente construídos outros projectos ao longo do País, bem como estão a ser implementados programas de autoconstrução dirigida", indicou. No acto do discurso de abertura, o ministro fez uma análise mais aprofundada sobre a questão de África alegando que o desenvolvimento urbano é fortemente caracterizado pela expansão de musseques. De acordo ainda com o discurso do ministro, estima-se que cerca de 62% da população africana viva em musseques. Esta realidade, segundo o governante, tem forte incidência, particularmente, na África subsariana, onde as instituições formais ainda enfermam de um conjunto de insuficiências na gestão do espaço urbano. Entretanto, o titular da pasta do Urbanismo e da Habitação acrescentou que esse programa faz parte de um conjunto de acções que visam exactamente, por um lado, estancar a proliferação dos musseques e, por outro, melhorar e requalificar o espaço que existem, rio País, sem infra-estruturas. José António da Conceição e Silva lembrou que as experiências adquiridas de outros países apresentadas num estudo feito pelo professor da Universidade de Londres, Alain Gilbert poderão

vir a contribuir para o engrandecimento do País. "A experiência da América Latina, Colômbia, Chile, México os programas de financiamento e habitação tiveram grande impacto na inversão deste quadro, e Angola pode seguir esses passos", considerou. Desta feita, assegurou que o financiamento habitacional requer um engajamento intensivo que surge da diversificação bancária, quer do próprio Estado, que por sua vez tem trabalhado com o sector privado para resolver a questão do programa de habitação nacional. O decano da Faculdade de Economia da UAN, Fausto Simões, disse que a presença dos docentes Allan Gilbert e Alan Cain poderá dar um grande contributo em matéria de mercado de urbanismo e habitação. "Pretendemos depois compilar essa experiência e, de seguida, remetermos em alguns departamentos o Executivo de forma a darmos a nossa opinião, como técnicos, e homens de ciência. Este é o papel da universidade. Ou seja, ir ao encontro da população", salientou. Para o docente da Universidade de Londres, Allan Gilbert, existe um paralelismo entre Angola e a América Latina no que concerne à situação de urbanismo e habitação; no entanto, disse, muitos destes países ultrapassam essa questão com facilidade. Allan Gilbert lembrou que todos "os governos são ambiciosos e todos procuram resolver o problema da habitação, sendo que não existe nenhum país do mundo que não se depare com o problema da habitação", reconheceu. "O governo da América Latina, em termos de urbanização, apresenta défices. Angola, porém, tem igualmente esses problemas, e outros países da Europa também enfrentam esses problemas", ressaltou. O workshop decorreu fruto da cooperação entre a Faculdade de Economia da UAN e a Faculdade de Economia da Universidade de Nova Lisboa, que agora se designa Nova Escola de Negócios e Economia.

5.13 Moradores do Kilamba vão contribuir na manutenção

Semanário Continente

17 De Maio de 2013

Administração da nova Centralidade do Kilamba estabeleceu entre três e seis mil kwanzas os valores da taxa de urbanização por residência, em proposta remetida à Direcção Provincial das Finanças em Luanda.

Joaquim Israel, presidente da referida centralidade, afirmou que a administração do Kilamba, depois de calcular os custos dos serviços sob sua responsabilidade, estipulou uma quota mínima mensal. Os valores propostos pela sua administração podem ser alterados pelas Finanças, se o Estado entender subvencionar os serviços no seu pagamento.

A taxa de urbanização difere da percentual de condomínio. A primeira tem a ver com os custos de serviços camarários e a segunda com a manutenção dos espaços comuns do edifício. As verbas depois da cobrança da taxa de urbanização vão servir para pagamento, entre outros serviços, a substituição de candeeiros públicos, reparação das vias, recolha de lixo e o tratamento dos espaços verdes da cidade, já os valores da taxa de condomínio são estabelecidos em consenso pelos moradores de cada edifício, tendo em conta o regulamento interno da cidade e os custos dos serviços de seu interesse, como a contratação de guardas. A cidade do Kilamba foi projectada, numa primeira fase, para 50 mil habitantes, e neste momento conta já com cerca de 20 mil moradores. Joaquim Israel lembrou que a compra de imóveis em regime de renda resolúvel só dá direito à titularidade depois do pagamento da última prestação. Enquanto decorre o processo de liquidação, o dirigente aconselha os clientes a não fazerem obras sem autorização do proprietário ou seu representante. O homem forte da direcção da centralidade do Kilamba fez saber que para se fazer qualquer obra no Kilamba, é necessária uma licença da administração, com orientações expressas sobre os procedimentos técnicos a observar.

Centro de saúde

O primeiro centro de saúde no Kilamba entra já em funcionamento neste semestre e neste momento está ser instalado e apetrechado num edifício adaptado, enquanto se espera pela construção de um hospital de referência na cidade. "Existe um projecto para a construção de um hospital de referência no Kilamba e já foram disponibilizadas verbas necessárias para a sua execução" disse Joaquim Israel. Sublinhando ainda que "existem espaços para investimentos privados no sector, porque a rede sanitária da cidade foi concebida dentro dos padrões internacionais. Assegurou que, este mês, todas as estruturas do Ministério das Finanças começam a prestar serviços na cidade, onde deve ser aberta uma Repartição Fiscal. A empresa de comunicações Angola Telecom, provedora dos sinais de televisão e Internet na cidade, também inaugura, nos próximos dias, uma agência. A EDEL e a EPAL foram às primeiras empresas a instalar-se. O sector da Educação está presente com três escolas em funcionamento, conta com 8.500 alunos, número que se estima venha aumentar para mais de dez mil, com a entrada em funcionamento de duas novas escolas, no segundo trimestre do presente ano lectivo. Sobre a limpeza da cidade, disse que há uma empresa que recolhe o lixo dos contentores duas vezes ao dia, mas de forma convencional. O modelo de recolha de lixo concebido para a Cidade do Kilamba prevê a selecção

de resíduos com responsabilidades repartidas entre a operadora e os moradores, que devem fazer a pré-selecção dos resíduos. O abastecimento de energia e água é feito a partir das subestações do Camama, sem quaisquer sobressaltos. Dentro em breve, a cidade vai contar com um sistema independente de captação de água, que deve estar concluído até final do ano. O presidente do Kilamba afirmou que até ao final deste ano, ficam concluídas mais dez mil residências, metade das quais vivendas.

5.14 Nova Cimangola entrega casas não acabadas Artigo

Semanário Continente

17 De Maio de 2013

A empresa angolana Nova Cimangola procedeu, recentemente, a entrega de residências não acabadas e sem as mínimas condições de habitabilidade às famílias desalojadas pelas últimas chuvas que se abateram sobre Luanda no bairro Boa Esperança, município de Cacuaco.

Segundo fez saber a fonte do CONTINENTE, "o bairro não tem condições, não há luz eléctrica, água potável, hospital, a única escola existente com 10 sala de aulas não tem carteiras, as crianças sentam-se no chão, a situação não está para menos". Adelino Garcia Andrade, disse à nossa reportagem que "a Cimangola que havia feito o despejo do bairro Boa Esperança 111, arredores da referida firma veio ao nosso encontro para negociar o espaço onde estavam as nossas casas, com uma equipa encabeçada pelo seu director geral, fez o registo das casas mas até hoje não foi resolvido o assunto". "As casas que nos foram entregues estão todas rebentadas, não têm casa de banho, fizemos as necessidades fisiológica nos papelões, as referidas residências não estão acabada não possuem um sistema eléctrico próprio. Os moradores são obrigados a celebrar contratos com custe altos, equivalentes a quarenta mil Kwanzas. A comunidade tem uma escola sem condições que precisa SI melhorada com vista a dar uma melhor imagem e condições condignas às crianças. De acordo com a fonte "o campo multiuso não funciona, direcção da Cimangola havia prometido em menos de 15 dias resolver o problema e até à data presente não estão a fazer nada, e pedimos as ai autoridades competentes que resolvam o nosso problema", disse. O bairro Boa Esperança III foi demolido aos 23 de Fevereiro 2013, com promessas da Cimangola entregar casas completas aos moradores num bairro devidamente urbanizado em troca daquele recinto que a empresa necessita.

5.15 Projectos urbanísticos mobilizam investimentos

Economia

17 De Maio de 2013

Programa Nacional de Urbanismo e Habitação do Executivo já tem disponível cerca de 100 hectares para a construção numa altura em que os diversos planos em andamento quer alojar um universo acima de seis milhões de pessoas

Cerca de 100 mil hectares estão disponíveis em todo o território, para a implementação do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação (PNUH). A revelação foi feita pelo director nacional da Habitação, Adriano João da Silva, quando apresentava o tema "Programa nacional de urbanismo e habitação", no workshop sobre "Urbanismo e habitação nos países da África Subsaariana", promovido na passada segunda-feira (13), em Luanda, pela Faculdade de Economia, da Universidade Agostinho Neto. O responsável destacou que estas reservas fundiárias visam a criação de condições para a construção de novas centralidades urbanas, incluindo urbanizações, melhoramento da rede de infra-estruturas urbanísticas e equipamentos sociais.

Investimentos públicos

Um total de 12 programas e 2.174 projectos serão implementados por órgãos afectos ao Executivo angolano e organismos públicos. O programa de investimentos públicos prevê planos directores e de infra-estruturas urbanísticas e equipamentos sociais em cidades. No quadro do PNUH, serão implementados projectos habitacionais de média e baixa renda, casas sociais, além de projectos de auto-construção dirigida e assistida, para a satisfação das necessidades das famílias e das administrações locais em matéria de alojamento.

Investimentos privados

Quanto ao sector privado, Adriano João da Silva destacou que o PNUH contempla cerca de 20 subprogramas e 128 projectos, que serão implementados por empresas e entidades privadas, cooperativas de habitação, em regime independente, bem como através de parceria público-privada. Neste particular, o realce recai nos programas de urbanismo de mercado e habitação de mercado.

Mecanismos de financiamento

Os agentes públicos intervenientes na materialização do mecanismo de financiamento do sistema nacional

de urbanismo e habitação são o Instituto Nacional da Habitação e o Fundo de Fomento Habitacional. Na ocasião, o director nacional da Habitação revelou que o modelo de acesso ao financiamento dos projectos urbanísticos e habitacionais têm como foco as classes de rendimento baixo, médio e alto. As modalidades de acesso compreendem o arrendamento, renda resolúvel e aquisição, numa altura em que os promotores serão públicos, privados e cooperativas. O director nacional da Habitação destacou que o PNUH preconiza modernizar o sistema urbano e o parque habitacional, assim como a criação de condições para a construção de um milhão de fogos habitacionais, pretende alojar cerca de seis milhões de pessoas (seis pessoas por agregado), dos quais 115 mil da responsabilidade do sector público, 120 mil de parceria público privada, 80 mil cooperativas habitacionais e 695 mil de auto-construção dirigida e assistida, no meio urbano e rural.

Consta igualmente das metas do programa do sector do urbanismo a condução de uma estratégia de requalificação e expansão urbana, principalmente na província de Luanda, onde estão em curso acções nas localidades do Sambizanga, Cazenga e Rangel. Adriano João da Silva frisou que o projecto prevê, igualmente, a prevenção de factores de risco, em especial a especulação fundiária e imobiliária, e da ocupação ilegal de terrenos, accionando os "mecanismos de mitigação dos respectivos efeitos".

5.16 Quanto custam os engarrafamentos

A Capital

18 De Maio de 2013

Economia Os engarrafamentos que "marcam o trânsito nas estradas de Luanda começam a ser factor sério de estrangulamento da economia, gerando prejuízos na ordem dos 3 biliões e meio de dólares anuais, de acordo com estimativas da Associação Industrial de Angola (AIA)

Em período de maior produtividade, um sem número de trabalhadores fica horas a fio nas estradas, por conta dos congestionamentos, que nos últimos dias caracterizam o trânsito na capital do país. Aos olhos de leigos, o fenómeno pode não significar absolutamente nada. Mas instituições como a Associação Industrial de Angola (AIA) olham para os constantes engarrafamentos nas estradas estruturantes de Luanda com particular preocupação. E não sem razão. É que, segundo aquela organização de carácter económico, os engarrafamentos que marcam o trânsito na capital, de tão infernal que são, já se apresentam como um factor de estrangulamento

da economia nacional, gerando prejuízos calculados em cerca dos 3 mil milhões e meio de dólares anuais. Os dados resultam de estudo realizado a propósito, em que a AIA também teve as suas impressões digitais, concluindo que o trânsito em Luanda "é inimigo da produtividade". Tal cálculo, segundo José Severino, resulta da análise de que, um carro é ocupado por três forças produtivas, que ficam imobilizadas, para além do consumo do combustível usado pelo universo de carros que circulam por Luanda. O somatório de tudo isso, adicionados a outros factores complementares acaba nos prejuízos económicos avançados pela AIA, na pessoa do seu presidente.

O tempo que se perde no trânsito tem sido, também, uma preocupação constante do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, que na voz de um dos responsáveis daquele sector, terá já reconhecido tal fenómeno como algo com reflexões negativos para a economia do país. "Se se tiver em conta que em uma hora fabricamos uma mesa, duas horas de atraso significam um prejuízo de duas mesas não produzidas", exemplificou Venceslau de Matos. E é exactamente o que tem estado a acontecer na maioria das áreas do sector produtivo de Luanda, que vê os seus funcionários horas a fio presos nos engarrafamentos. Uma das várias vítimas do trânsito infernal em Luanda é Herculano Santos, que já não acredita na possibilidade de solução para o problema. "Este mal parece não ter fim", disse. O drama que este automobilista diz nunca vir a esquecer prende-se com o trânsito que recentemente o deixou cerca de 4 horas imobilizado na estrada a caminho do serviço. O presidente da AIA, José Severino, associa isso a um outro factor que tem a ver com o excesso de viaturas e insuficiência de vias de circulação, levando o país a consentir tais prejuízos. Estatísticas do primeiro trimestre, por exemplo, revelam que 95% das importações de viaturas entram pelo Porto de Luanda, o que, de acordo com a AIA faz sugerir que, pelo menos, 80% delas ficam na capital. "Fiz 4 horas e 45 minutos do supermercado da Shoprite ao largo da Independência", contou Herculano, antes de lamentar que o facto do atraso ter resultado em falta no registo da pontualidade. "Fui vítima de problemas dos quais não tenho culpa, mas tive que pagar por isso", tal como deplorou Herculano dos Santos.

Pela mesma odisseia passa a generalidade das pessoas que, diariamente, são obrigadas a sair em busca de pão, como é o caso do funcionário público Cristóvão José. Ele contou que cada vez que sai à rua é um pesadelo, já que o mínimo atraso é quase que fatal, como ele mesmo qualifica, dada a falta que é sujeito a sofrer. "Se a pessoa atrasar dois minutos da hora em que sai habitualmente, pode complicar todo quadro",

explicou. Tanto Cristóvão José, como Herculano dos Santos não conseguem perceber as razões de tanto trânsito, uma vez que nos últimos tempos as condições das estradas melhoraram consideravelmente em relação há alguns anos atrás. O mesmo pensa Evaristo André, outro automobilista que até já se diz traumatizado de tanto aturar os engarrafamentos. "A pessoa só aguenta porque sabe que vai atrás do ganha-pão, de contrário, ninguém sairia de casa", rematou

Combustível na reserva

Para quem detém viatura, a perda de combustível e o desgaste do motor em função do excesso de tempo que ele se mantém em funcionamento nos congestionamentos constituem outra dor de cabeça, que se acresce aos descontos por atraso no trabalho. Os mais prudentes, como Herculano dos Santos, fazem questão de sempre que a marcha registar uma paragem prolongada, desligar o motor. "Para economizar", disse. Outros optam por seguir do ar condicionado, mesmo que o calor os convida a accioná-lo, já que este é um dispositivo que concorre para maior consumo de combustível. "Já me aconteceu ficar sem combustível na rua", disse Herculano, que após essa lição aprendeu que em horas de trânsito apertado dispensa a utilização do ar condicionado. "É melhor assim, é menos uma despesa", considerou Herculano.

Almoçar em Casa nem pensar

Por força do trânsito que caracteriza a cidade de Luanda, são raros os casos de trabalhadores que, nos dias de hoje, que se servem dos intervalos do meio-dia para tomar o almoço nas respectivas residências. "O ideal é comer próximo ou mesmo no serviço", aconselhou Herculano, que faz disso a sua rotina diária com temor de perder o tempo de regresso ao trabalho parado no trânsito. Em função disso, a alternativa é mesmo almoçar nas redondezas do local do trabalho. Só que isso sai mais caro ao bolso do funcionário, pelo preço da refeição fora de casa. O prato de uma refeição no espaço onde toma o almoço custa entre 800 a mil kuanzas. Feitas as contas, em um mês ele diz desembolsar cerca de 39 mil e 600 kuanzas, de um salário que como disse, "já é muito magro". Não isento desses custos, estão pessoas como o funcionário Evaristo André que também decidiu almoçar nas proximidades do trabalho, por economia de tempo. Algo, entretanto que não fica nada barato. A sua despesa com almoços pesa qualquer coisa como 28 mil kuanzas mensais, nada distante do que gasta Cristóvão José, que gasta mil a 2 mil kuanzas diários por uma refeição. "Ficamos quase sem opção. Entre comer aqui e ir

para casa e regressar tarde, decido comer aqui", justificou.

5.17 Sonangol suspende venda de apartamentos no Kilamba

Agora

18 De Maio De 2013

A Sonangol Imobiliária mandou encerrar as agências da SONiP e da DELTA Imobiliária que actuavam nas últimas semanas contratos, entregas de chaves e vendas, no processo de comercialização dos apartamentos nas cinco centralidades localizadas em Luanda. A medida atrapalha os candidatos à aquisição de casa própria, agora praticamente sem acesso a informação oficial sobre o que se passa. Na SONIP, a administradora Arnalda van-nútern mostrou-se indisponível para prestar qualquer explicação sobre as vendas dos apartamentos nas centralidades. De uma fonte próxima à DELTA, to que a Sonangol ordenou o encerramento do processo das vendas pelo facto de as duas empresas terem, em vários casos, vendido para dois proprietários um único apartamento, tal como relatou uma das candidatas. A situação provocou um aglomerado de cidadãos no pretérito sábado, que reclamavam pela cedência dos referidos apartamentos por já terem pago 5.400 dólares ou mais.

Frenesi na nova cidade

Na manhã de terça-feira, o corre-corre da população continuou, em direcção à nova centralidade. Temendo pela invasão dos apartamentos pelos clientes enfurecidos, as autoridades reforçaram o cordão policial. "Nunca se viu tanta Polícia no anonimato, lamentando o facto de a SONIP não prestar qualquer informação aos potenciais compradores dos apartamentos. "Estamos aqui reunidos porque há mais de 700 pessoas que não receberam casas", sublinhou, manifestando-se agastada com o que considera ser "falta de seriedade da imobiliárias. "A SONIP diz que já entregou as casas e a DELTA, por sua vez, avança que a SONIP não entregou as chaves. É uma confusão de narizes. Não sabemos na verdade quem está a falar a verdade", lamentou clientes como Rosa Soares pedem maior consideração de direcção da Sonangol Imobiliária. "Nós pedimos mais respeito porque está em jogo o nosso dinheiro" concluiu.

5.18 Trânsito com custos bilionários

A Capital

18 De Maio de 2013

JOSÉ SEVERINO Num dedo de conversa com este jornal, o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA) ajuda a ter uma ideia dos prejuízos económicos decorrentes do trânsito em Luanda

Num dedo de conversa com este jornal, o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, ajuda a ter uma ideia dos prejuízos económicos decorrentes do trânsito em Luanda. O industrial apontou por isso a descentralização dos serviços como um dos caminhos a seguir para amenizar os congestionamentos, sobretudo no centro da capital. Qual é o impacto dos engarrafamentos na economia nacional? Tem muitas vertentes, tanto económica que está ligada à baixa de produtividade, como questões ligadas à saúde, tanto mental como física. Porque o tempo que se perde no trânsito, as pessoas ali paradas no carro não estão a produzir, limitam-se a arrancar e parar. Com isso, a permanência da situação leva-as ao stress e não acontece só com os adultos, mas até com as crianças, que passadas quatro horas no carro, não estão em condições de assimilar quando chegarem à escola. Na economia, isto custa cerca de três biliões aos cofres do Estado. Sim, este cálculo resulta da análise de que, um carro é ocupado por três forças produtivas, que ficam imobilizadas, assim como o consumo do combustível. Estatísticas do primeiro trimestre revelam que 95% das importações de viaturas são feitas pelo Porto de Luanda, o que quer dizer que a nossa praça fica com, pelo menos, 80 por cento destas viaturas. Neste momento, são cerca de dois milhões de viaturas que perdem duas horas por dia, que diminui 20 por cento da produtividade e do salário do trabalhador. Digo que os carros em Luanda já não deviam ser vendidos pelos quilómetros feitos, mas sim como o tractor, seria por horas do motor. Porque faz mais horas de motor e faz poucos quilómetros. O carro pode ser novo, mas o motor está cansado. O trânsito em Luanda é um inimigo da produtividade. E não venham com argumentos que acontece noutras paragens. Não. Quem disser isto ou está a especular, a comparar com as más cidades, e não com as cidades que funcionam. O custo de vida em Luanda está aliado aos engarrafamentos, já viu um médico que leva 4 horas para chegar ao consultório, vai encarecer a consulta para conseguir o que perdeu no congestionamento.

E os horários dos serviços, em que medida estes podem implicar no congestionamento?

Implicam e muito, porque existe uma disfuncionalidade do comércio, por exemplo. Se for agora à baixa, os estabelecimentos estão fechados, quando deviam operar até, pelo menos, as 20 horas da noite, sobretudo nesta zona de grande concentração. Depois é aliviar o peso de estruturas no município das Ingombotas. A nossa proposta sempre foi, para se começar, com a saída dos serviços do Governo Provincial, porque o que mais se procuram não são os serviços ministeriais, são os locais. Todos os dias há problemas para se tratar com os serviços locais. Foi sempre nossa proposta que os serviços fossem deslocados para Luanda Sul, onde há edifícios novos. O nosso "belo-palácio" seria apenas para questões políticas ou então, ligadas à figura do senhor governador, reuniões de certo nível. Mas, tudo mais que sejam questões técnicas, nem os vice-governadores deviam cá estar. Agente vai a Maputo evê isso. À volta do governo provincial não se vê o mesmo afã que vemos aqui, porque deslocaram os serviços para fora do núcleo central e Maputo. Portanto, estes são aspectos que podem ser articulados e também, na altura certa vamos sugerir que Viana se transforme numa plataforma de descentralização do governo. Que o cidadão de Viana não precisa de vir a Luanda resolver os seus problemas.

Em que medida isto pode vira resultal?

Se isto for melhorado é evidente que as pessoas de Catete, inclusive as pessoas de Cazenga Norte, Luanda Sul e de Cacucaco não precisarão de vir a Luanda, vão fluir para Viana. Este programa que a gente recoloca, Viana plataforma de descente: realização, é uma segunda edição do que fizemos em dois anos passados. Vamos recolocar porque é preciso que Viana tenha todos os serviços, desde as direcções provinciais, institutos, toda panóplia de serviços, inclusive uma gestão de transportes públicos autónoma. Sobre o trânsito há um gabinete de viação, mas não tem autonomia para tomar decisões. Por exemplo, de Segurança Social, o que é que se tem em Viana? Nada então, onde vamos fazer todo tratamento das pensões dos antigos combatentes. A banca deve olhar melhor para o mercado de Viana. Mas, particularmente o Estado que é o maior interessado em harmonizar Luanda, em benefício da eficácia económica e da saúde do cidadão, não falo só da saúde física, mas como a mental, porque há interesse que o homem que vem para Luanda seja mais produtivo. Existem casos em que as pessoas acabam de chegar ao serviço e já estão a pensar no drama que será o regresso.

Qual foi o objectivo para a realização deste estudo?

Portanto, quando lançamos estes números, foi exactamente para sensibilizar quem de direito para que, de uma forma mais agressiva, sabemos que esta preocupação existe porque foram criadas comissões rodoviárias, entre outras. Mas, parece-nos que se espera muito dos grandes projectos. Começa-se a falar do metro de superfície, do transporte marítimo, mas temos condições, em muitos casos de usar o sistema convencional de táxi. Em qualquer parte do mundo, a pessoa vai à rua e pode apanhar um táxi. Aqui não há táxi a passar, a pessoa tem que chamar e se ainda assim, pode demorar 15 minutos a chegar. Mas como a pessoa não pode ficar sem produzir nestes 15 minutos, pega na sua viatura pessoal, e encontra outros milhares de condutores na via.

5.19 ONG facilitado crédito para habitação famílias pobres

Jornal de Angola

19 De Maio de 2013

Cerca de 23 famílias de baixo rendimento beneficiaram, desde o início do ano, de crédito à habitação facilitado pela ONG Development Workshop (DW), no âmbito de um programa de fomento à habitação evolutiva. O crédito, denominado Kixi-Casa, está a ser aplicado nas províncias do Bié, Cabinda, Kwanza-Sul, Benguela, Uíge e Zaire.

O beneficiário do crédito, numa primeira fase, recebe 1,5 milhões de kwanzas.

O representante da ONG Development Workshop, Allan Cain, disse à Angop que o programa de crédito de habitação facilitado tem como finalidade apoiar pessoas interessadas em desenvolver projectos de auto-construção de forma faseada. "O Kixi-Casa permite ao cliente edificar ou construir a sua casa através de micro empréstimos", explicou Allan Cain. Desde o início deste ano, pelo menos 11 mil famílias nas províncias de Luanda e Huambo já receberam o crédito, num investimento avaliado em 400 milhões de kwanzas. O crédito à habitação facilitado pela ONG Development Workshop (DW) desenvolvido no âmbito do programa de fomento à habitação evolutiva, tem projectos principais, nomeadamente Kixi-Solidário, Kixi-Salário, Kixi-Reforçado e Kixi-Casa - o programa existe há oito anos.

5.20 Governo está empenhado em criar habitação digna

Jornal de Angola

20 De Maio de 2013

o Governo Provincial do Cunene está apostado na melhoria das condições habitacionais da população, através da construção de moradias dignas com os padrões exigidos universalmente, assegurou ontem, em Ondjiva, o vice-governador do Cunene para Infra-estrutura e Serviço Técnico.

Cristino Ndeitunga disse à Angop ser preocupação do Governo propiciar habitação digna à população, daí o lançamento, em 20 12, do Programa de Fomento Habitacional consubstanciado na construção de cem casas sociais para cada município, a nível do Cunene.

Neste momento, o trabalho de edificação das casas encontra-se numa fase avançada, com uma execução financeira e física na ordem dos 80 por cento, o que dá outra imagem as sedes municipais, onde as casas estão a ser construídas.

Cristino Ndeitunga informou que as habitações são do tipo T3, sendo que o município do Cuanhama já conta com 40 moradias erguidas, 28 em Ombadja, 59 na Cahama, 33 em Namacunde, 31 em Cuvelai e 44 no Curoca.

A par destes projectos, na localidade de Cashila III, arredores de Ondjiva, já foram construídas 400 casas sociais das 2.500 previstas.

A divisão política administrativa do Cunene compreende seis municípios, 20 comunas, 273 aldeias e uma população calculada em 762.949 habitantes.

5.21 Governador visita novas urbanizações

Jornal de Angola

21 De Maio De 2013

O governador do Namibe, Rui Falcão, visitou ontem as áreas onde estão a ser erguidos quatro mil novos fogos habitacionais pela Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP). As obras estão a cargo da empresa chinesa CITIC nas zonas da Praia Amélia e do Bairro 5 de Abril, cada uma com um loteamento de duas mil casas de tipologias diferentes. O arquitecto João Caiaia, representante da SONIP, deu a conhecer que os trabalhos estão mais avançados na Praia Amélia, onde mil casas foram concluídas em Abril deste ano e outras mil devem estar prontas até

Abril de 20 14, num terreno de 295 hectares. Na zona do Bairro 5 de Abril, onde o projecto está a ser implementado numa área de 216 hectares, as primeiras mil residências devem estar concluídas em Agosto de 20 14, mas a conclusão do projecto está igualmente prevista para o mesmo ano. As casas têm quatro tipologias diferentes, sendo H1 as mais simples, H2 gemi nadas, H3 em edifícios de dois andares e H4 em edifícios de três andares. O projecto compreende igualmente a construção de infra-estruturas sociais como escolas, igrejas, serviços administrativos e espaços verdes. As novas urbanizações terão uma necessidade de consumo de energia eléctrica na ordem de oito mega Watts, assegurado pela nova central construída na zona do aeroporto e que recebeu igualmente a visita do governador. Um total de 1.009 trabalhadores angolanos e 887 chineses trabalham nas obras da Praia Afuélia. No Bairro 5 de Abril trabalham 478 angolanos e 256 chineses, mas está previsto o seu aumento. Rui Falcão deslocou-se ainda à zona de expansão urbana do Bairro Valódia, onde a administração municipal distribuiu lotes de terreno a cidadãos que querem construir as suas casas, bem como às reservas fundiárias do Bairro 5 de Abril, e outros para a auto-construção. A visita do governador Rui Falcão teve início no local em que está a ser erguida a Academia de Pescas e Ciências do Mar do Namibe, tendo recebido explicações sobre os aspectos técnicos da obra. Em seguida, Rui Falcão deslocou-se às obras de construção de um hotel do Infotur (Instituto de Fomento do Turismo), órgão afecto ao Ministério da Hotelaria e Turismo. O referido empreendimento, que terá 126 quartos, está a ser construído pela empresa chinesa Sinomach, que dá garantias de que fica concluído até 15 de Agosto deste ano para acolher as equipas que jogam uma das fases do "mundial" de hóquei em patins que o país organiza em Setembro próximo. O governador visitou igualmente o pavilhão multidisciplinar que está a ser construído para a mesma competição, bem como as vias de acesso, tendo recebido garantias da parte da empreiteira Omatapalo de que fica concluído em Agosto. "Contacto que estamos no rumo certo. Há muita coisa que já foi feita e bem-feita, mas é preciso a jusante criar as condições de infra-estruturas para continuar a melhorar estes projectos", disse.

5.22 Mais de 2,8 milhões de habitantes terão habitação até 2017

Expansão

24 De Maio de 2013

Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, o governo desenhou para 2012 um total de 6670 fogos habitacionais, enquanto para o presente ano estima-se construir 164.841 casas.

Tendo em conta as previsões de construção de fogos habitacionais em todo o País, o Governo conseguiria dar habitação a mais de 2,8 milhões da população nacional até 2017, numa estimativa de 11 milhões de pessoas que, segundo o próprio governo, vivem em musseques. Este número (11 milhões de habitantes), segundo afirmou recentemente à imprensa o ministro do Urbanismo e Habitação, José António da Conceição e Silva, representa mais de 50% da população nacional que é estimada 19 milhões de habitantes, segundo o Instituto Nacional de Estatística. Assim sendo, de acordo com o plano de construção de fogos habitacionais sob alçada do governo, sem incluir projectos meramente privados, mais de 2,8 milhões de pessoas terão acesso à habitação até 2017. É importante realçar, que a relação habitação demografia foi calculada com base no indicador da Cidade do Kilamba, definido pelo governo, de 3.180 apartamentos (casas) para 19.800 habitantes. Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento, em 2012 foram concebidos um total de 6670 fogos habitacionais, enquanto para o presente ano estima-se construir 164.841 casas. Para 2014 e 2015 a previsão é de se erguer 103.023 casas. Em relação a 2016, o plano prevê construir 41.218 habitações e, em 2017, já na conclusão do plano, a estimativa é de edificar-se 41.212 fogos. No entanto; os números de fogos habitacionais avançados não incluem os projectos imobiliários da SONIp, como o Kilamba, Zango, Cacucaco, Kapari e Km 44 na província de Luanda José António da Conceição e Silva salientou por outro lado que o conflito registado no País criou, um desequilíbrio considerável, tendo obrigado a população a concentrar-se no litoral. A implementação desses fogos, acrescentou, é um passo importante para se reverter a situação.

Crescimento das cidades africanas

Em relação às cidades africanas, o governante adiantou que a taxa de crescimento dessas cidades são tidas como as maiores do mundo, pese embora o nível de urbanização esteja situado abaixo dos 50%. Com efeito, José António da Conceição e Silva afirmou que perspectiva-se, face ao incremento da urbanização a nível do continente e o crescimento demográfico que se assiste nos últimos tempos, que

em 2050 haja mais de 1.3 bilhões de cidadãos vivendo em cidades africanas. Estes factores, segundo disse; resulta da necessidade urgente de se construir 800 novas cidades no continente a curto e médio prazo. "A população africana está a crescer e os governos devem investir cada vez mais na questão da habitação por forma a garantir melhores condições de vida à sua população", explicou. Por outro lado, de acordo ainda com o titular da pasta do Urbanismo e Habitação, o financiamento à habitação constitui igualmente um desafio para a generalidade dos países do continente africano, com particular realce para os países desta sub-região, que devem aplicar avultadas somas nesses projectos habitacionais. O governante, citando os números do Banco Mundial, avançou que apenas 3% da classe média africana possui rendimentos viáveis ao financiamento à habitação.

Este pressuposto, sublinhou, quando conjugado com outros factores, nomeadamente as baixas taxas de crescimento económico, desigual distribuição dos rendimentos nacionais, que resulta no empobrecimento crescente das populações, alta taxas de desemprego e elevados níveis de inflação, torna a vida do cidadão cada vez mais difícil.

Mais de 100 mil hectares disponíveis

Por seu turno, o director nacional da Habitação, Adriano João da Silva anunciou que mais de 100 mil hectares estão disponíveis em todo território nacional para a construção de fogos habitacionais, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Construção (PNUC).

"O programa de urbanismo aponta como objectivos fundamentais a construção de um milhão de fogos habitacionais para acolher seis milhões de pessoas. Deste número, 115.000 são da responsabilidade do sector público, 120 mil de parceria público-privada, 80.000 cooperativas de habitação e 695.000 para auto construção dirigida. "O programa a ambições do Executivo em implementar um processo sustentado de requalificação e expansão ordenada do sistema urbano e do parque habitacional em todo espaço nacional", disse Em relação às reservas fundiárias, a nível nacional, Adriano João da Silva assinalou que está prevista a construção de 2.174 projectos habitacionais nos próximos anos. Entretanto, relativamente aos investimentos privados, perspectiva-se a aplicação de cerca 128 projectos de empresas públicas e privadas, para além da condução de uma estratégia habitacional de promoção contínua e desenvolvimento do parque habitacional do País, com o envolvimento do Estado, sector privado, cooperativa de habitação e famílias.

5.23 Rangel Aguarda por requalificação

Manchete

24 De Maio De 2013

Este dado foi avançado ao Manchete pela administradora do Rangel, Maria Clementina da Silva. Segundo a responsável, muitas zonas que apresentavam bastantes riscos, sobretudo as águas salobras, têm sido melhoradas com os trabalhos de terraplanagens. Por um lado, reconheceu que o trabalho tem sido difícil, naquelas áreas do bairro Terra Nova, nomeadamente nas ruas de Alentejo e Olivença, que apresenta muitas dificuldades devido o nível de águas e lama que o local apresenta. A administradora lamentou o facto de não existirem meios adequados, que possam auxiliar no exercício das actividades de recuperação das vias secundárias no distrito que dirige. "Não temos carros para resolvermos os problemas de saneamento básico, a Elisal, também, tem encontrado muitas dificuldades", disse, acrescentando que esta tem sido a primeira causa do embaraço que encontra na minimização do estado das distintas vias. A interlocutora frisou ainda que o objectivo principal da sua administração, visa oferecer uma vida melhor às populações da área distrital do Rangel. Adiante, manifestou a vontade de ver o distrito que dirige, nos próximos tempos, a apresentar uma face diferente daquela que é vista, sobretudo, durante o período chuvoso. "É importante que as comunidades compreendem as principais acções que o executivo pretende implementar nos próximos dias, para o bem-estar da sua população". Sobre a estrada da Brigada, Maria Clementina, fez saber que, a referida via não se encontra sob a alçada da sua área de jurisdição, mas sim está na responsabilidade do Executivo Central, facto pelo qual, não consegue dar a devida resposta. A administradora disse, também, estar preocupada com as oficinas, por estarem a aglomerar muitas sucatas de viaturas nas vias. As roulottes são, igualmente, outra preocupação para si. No entanto, referiu que as ruas da zona do bairro Augusto, são as que têm dado mais dores de cabeça, devidos às águas paradas e o amontoado de lixo. Na ocasião a dirigente manifestou a vontade de neste tempo seco, resolver as questões que enfermam as comunidades do distrito do Rangel. Para minimizar a situação e melhorar a dieta de muitas famílias, Maria Clementina Gomes, informou ao Manchete, que foram erguidas na área da Precol e Ngola Mbandi, duas cozinhas comunitárias, com o objectivo de dar refeição dos jovens e outras pessoas desfavorecidas, que não têm possibilidades de uma refeição condigna nas suas casas. Encorajou a todos, que têm visto os seus direitos usurpados, a fazerem participação perante o seu pelouro, com o intuito de encontrar soluções dos

respectivos casos, e não partindo por actos desacato a lei. A governante informou ainda que a delinquência juvenil está a ganhar corpo nos últimos tempos, sobretudo, no que concerne a criminalidade no seio da juventude com idades menores de 18 anos.

5.24 Para o Zango com força

A Capital

25 De Maio de 2013

CERCA DE 400 Famílias das três mil e 700, que viviam nas tendas no Zango 1 desalojadas da Ilha de Luanda, já lá vão quatro anos começaram a ser alojadas em casas evolutivas no Zango 3 e 4.

A operação teve início no sábado, 18 de Maio, quando as máquinas pesadas da Administração local e de algumas empresas de construção começaram a derrubar as 400 tendas que compunham o acampamento. E para não variar, a azáfama era grande, pois, todos pretendiam constar da lista de transferência, situação que deu azo a oportunistas que tentavam, a todo o custo, infiltrar-se no processo. João Severino morador das tendas há cerca de quatro anos, contou ao A Capital que no dia da transferência viu muita agitação e caras desconhecidas. Contudo, foi possível desmascarar alguns deles, graças a boa organização dos moradores. "Está a aparecer muita gente que nunca vimos durante os quatro anos que sofremos aqui", denunciou, acrescentado que a criação de coordenadores pelos moradores em conjunto com o Programa de Habitação Social, está a possibilitar denunciar os oportunistas. Bom, mas se alguns esfregam as mãos de contente, outros, ainda precisam de rezar para que o Governo Provincial de Luanda se lembre deles, no mais curto espaço de tempo, possível. "Esperamos que venhamos a merecer o mesmo tratamento que os nossos vizinhos estão a ter, embora não saibamos se é que vão voltar", lamentaram 05 que ficaram. Sob clima tenso, dezenas de famílias perfilavam-se para embarcar nos caminhões que as transportaria para as novas residências. Outras, andavam atrás dos responsáveis da Fiscalização a reclamar pela ausência dos seus nomes na lista. Tal era a tristeza dos que ficavam que, se iam consolando uns aos outros. Depois de testemunhado momento do fim do calvário de várias pessoas que ao longo de anos ficaram em tendas e concomitantemente embarque das mesmas em carros que os levariam para novas moradas, fomos, também, até à zona do Zango 3, onde estão alojadas algumas famílias beneficiadas.

Chegamos ao primeiro fogo habitacional. Aqui estão cerca de 100 famílias. As casas são de dois quartos e uma casa de banho. E como são evolutivas, no

quintal vêem-se divisões que dão ao morador a possibilidade de construir mais uma sala, um quarto e uma cozinha. Joaquina Damião é uma contemplada. Disse à nossa reportagem que está feliz por receber a casa, embora não tenha espaço bastante para albergar a família toda. "As casas são uma realidade, mas, estamos tristes, porque ainda ficaram muitas pessoas nas tendas", solidarizou-se, por isso, pedem às autoridades que continuem com o processo de formas a que os que ficaram, também mereçam casas. Juliana Sebastião foi a próxima interlocutora, para quem, apesar do alívio que sente ao beneficiar de uma residência, o Governo devia ter em conta o tamanho das casas. Uma das coisas que ela notou é que na sua nova casa, não só os cadeirões não cabem, como muitas coisas terão que ficar fora de casa "Temos casas, mas, são muito pequenas. Temos instalação eléctrica, mas, não temos energia nem água, para não falar da falta de transporte para as crianças irem à escola", lamentou. Escalamos o segundo bloco, onde estão alojadas mais famílias. A realidade é diferente. As casas têm os mesmos compartimentos em relação às outras, mas, permitem uma maior mobilidade dos moradores. "Estamos felizes, falta apenas água e energia o resto faremos nós", regozijou-se um morador.

Haverá mais casas

O arquitecto Luís Manuel, responsável pela transferência dos sinistrados, confirmou, ao A Capital que até perto das 14h00 tinham sido entregues perto de 400 termos de casa à igual número de famílias. "De uma previsão de 400, que a princípio é o limite que definimos para cada quarteirão, no caso, 100 para cada, o número ultrapassou as expectativas", frisou, ao notar que dada a existência de aparente excesso dos números previstos, teve-se que pedir maior seriedade da parte da Comissão de moradores. "Apresentaram excesso de 20 à 15 famílias. Porém, para não haver problemas, acabamos por contemplar, também, esta gente", explicou o técnico, que não pôde de parte qualquer hipótese de aparecimento de aproveitadores.

De acordo com o arquitecto, existem muitas individualidades a reclamar por casas, mas nem sequer vivem nas tendas. "Eles pagam a determinadas pessoas e, na hora da entrega, estas pessoas não as recebem. São estes indivíduos promotores desta acção maléfica que depois tomam as casas para fazerem as vendas", entretanto, "como estamos a trabalhar com a Polícia Nacional, uma vez identificados, serão levados às barras do tribunal", asseverou. "Seja como for, o que destinamos para o Zango é um número ao qual não podemos acrescentar mais, até à próxima oferta", reforçou. "Temos programada a construção de muito mais casas para

acabarmos com o sofrimento das pessoas que aqui se encontram. É um programa que está a desenvolver-se", tranquilizou, quando informava que do ponto de vista do alojamento, há duas semanas fez-se a entrega de vários lotes à comunidade do Bagdá. "Isso requer vários custos, pois, somos obrigados a negociar com vários camponeses de diferentes locais para cederem as parcelas, em função da dimensão das suas lavras", adiantou o responsável.

5.25 Ministro entrega casas aos funcionários

Jornal de Angola
27 De Maio De 2013

O ministro dos Transportes, Augusto Tomás, garantiu sábado, em Luanda, que o Executivo vai continuar a redobrar esforços na implementação de acções socioeconómicas que contribuam para a melhoria de vida dos funcionários da instituição. Augusto Tomás falava durante a cerimónia de entrega de 122 residências sociais, do tipo T3 A e B e T 4 no complexo habitacional "Felitrans", no município de Belas, aos funcionários do Ministério dos Transportes e respectivos institutos. O governante avançou que as autoridades programaram, para os próximos tempos, uma série de actividades que visam mudanças graduais nas condições sociais dos trabalhadores, muitas das quais estão já a ser materializadas. O ministro salientou que as autoridades estão preocupadas com a resolução das necessidades básicas dos trabalhadores e, em função disso, levar a cabo programas para a melhoria das condições dos quadros, no campo da habitação social, saúde, transporte, entre outras. Commo acções que contribuem para a melhor ia do desempenho e autoestima dos empregados, Augusto Tomás apontou a formação académica e profissional como outras das grandes apostas, dentro do programa de acção do Executivo. O governante anunciou que o Ministério dos Transportes vai estender a todas as províncias o projecto de construção de residências, apoiando as iniciativas de empresas e institutos do sector. Reconheceu que há alguns embaraços para que o programa atinja já todos os trabalhadores do sector, "por existirem empresas e institutos 'não muito rentáveis, que mostram dificuldades para cobrir os custos dos projectos habitacionais".

Projectos em curso

O director-geral do Conselho Nacional de Carregadores (CNC), Agostinho Itembo, revelou que, no âmbito do referido programa de melhoria das condições de habitabilidade, mais de 40 por cento

dos trabalhadores do sector dos Transportes já beneficiaram de casas. A nível do CNC, Agostinho Itembo avançou que os projectos de habitação, desenvolvidos pelo Executivo, como as cidades do Kilamba, Nova Vida e o novo complexo residencial "Felitrans", abrangeram a totalidade dos quadros desse instituto do Ministério dos Transportes. As obras de construção, que iniciaram em Março de 2011, foram desenvolvidas numa área de 102 mil metros quadrados. O complexo tem três tipos de moradia, sendo 42 lotes do tipo A, que são as casas mais económicas, 66 outras residências do tipo B, correspondente à média renda, e 14 da tipologia A, de maior padrão. O projecto tem contemplado outras infraestruturas, desde abastecimento de água, energia eléctrica, iluminação pública, arruamentos, passeios e lancilagem. Para garantir um abastecimento de energia eléctrica com qualidade, o complexo habitacional dispõe de dois postos de transformação de energia de 750 KVA.

5.26 Casas para trabalhadores ficam concluídas em breve

Jornal de Angola
28 De Maio De 2013

Pelo menos 250 casas sociais, das 720 em construção em Saurimo, na cooperativa Mono-Waha, afecta à Sociedade Mineira de Catoca (SMC), devem estar concluídas em finais de Junho. António Marcelo, porta-voz da SMC, explicou que as obras, a cargo de uma empresa chinesa, decorrem a um ritmo normal. Acrescentou que o projecto Mono-Waha implementado pela Catoca visa suprir as carências de habitação por parte de trabalhadores. O projecto, acrescentou, inclui a construção de escolas, hospitais, campo universitário e rede sanitária.

As 12 participantes ao concurso Miss Lunda-Sul, que se realiza a 26 de Junho próximo, visitaram as obras das casas sociais e a mina de exploração de diamantes de Catoca.

Visitaram ainda a aldeia piloto de Muandodji-Caxita, onde a SMC construiu uma biblioteca infanto-juvenil, com cerca de 500 livros.

5.27 Obras das casas evolutivas quase prontas

Jornal de Angola
30 de Março de 2013

As 40 casas evolutivas construídas no quadro do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à pobreza, na sede municipal dos Gambos, a Sul do Lubango, são entregues em Setembro aos beneficiários.

O administrador municipal, Elias Sova, disse ao Jornal de Angola que, para o sucesso da construção das casas, a sua administração empregou 36 milhões de kwanzas. As obras, que duraram 90 dias úteis, foram executadas por uma empresa de construção civil local.

Além destas casas, a Administração Municipal vai ter uma nova sede, a ser entregue nos próximos meses. Apesar das dificuldades registadas, as obras estão quase concluídas. Estão ainda em curso, na sede municipal dos Gambos, Chiange, as obras de construção do mercado municipal. Com capacidade para cem bancas de venda, também está a ser construído no quadro do programa de combate à fome e à pobreza.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge, e a vice-governadora para o sector Político e Social, Maria Tchikalavela, visitaram há dias as obras em curso no município dos Gambos.

5.28 Nova centralidade para 60 mil habitantes nasce no Dande

Expansão
31 De Maio de 2013

A província do Bengo contará com uma nova centralidade a ser erguida nos próximos meses na comuna das Mabubas, município do Dande com capacidade para albergar 60 mil habitantes. Com o fim previsto para 2015, o projecto visa colmatar o défice habitacional que vive a província, fundamentalmente aquela localidade. A informação foi avançada à imprensa pelo governador da província, João Bernardo de Mirarrda, aquando da reunião ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros realizada recentemente em Caxito, capital da província. Presidida pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, João Miranda afirmou que o município do Dande é a única sede provincial que não beneficia de um projecto habitacional, sendo a única empreitada de grande impacto social, a nível de toda a circunscrição administrativa da província, a construção de 200 moradias por cada município. O projecto tem a ver com o plano director da nova sede provincial do

Bengo, projectada para a com una das Mabubas, no município do Dande. O governo provincial, com financiamento interno, iniciou com a construção de algumas habitações para pessoal sénior do Governo e Estado a nível da província.

Entretanto, espera-se, da parte do governo central, apoio para a continuidade e extensão do projecto, algo que foi manifestada no encontro com a Comissão Económica do Conselho de Ministros. No entanto, o ministro da Construção, Waldemar Pires Alexandre anunciou igualmente, na ocasião, que 1350 habitações estão projectadas para serem edificadas, a partir deste ano, na Localidade do Panguila, município do Dande. O governante acrescentou 'que para a primeira fase está prevista a construção de 350 moradias e o projecto será implementado com recursos disponibilizados pelo Programa de Investimentos Públicos (PIP) do ano de 2013.

Agricultura e pecuária Entretanto, João Miranda apelou ao Executivo no sentido de conceber um Plano Especial de Desenvolvimento para a província com vista ao seu crescimento, partindo do facto de a agricultura e a pecuária serem a base económica do desenvolvimento da região. Falando à imprensa, o governante notou que a província do Bengo possui inúmeras potencialidades agrícolas que devem ser exploradas visando ultrapassar a fase da agricultura tradicional de subsistência e de carácter familiar praticada ainda nos dias de hoje.

João Miranda indicou que mesmo no tempo colonial nunca existiu agricultura de extensão na província, na medida em que a prioridade era o cultivo do café, o que provocava algumas dificuldades do ponto de vista da segurança alimentar das populações locais. Segundo João Miranda, a população local habituou-se a cultivar apenas a mandioca, jinguba, banana e dendém e nunca se preocupou com a diversificação agrícola, com vista ao reforço da dieta alimentar. Com efeito, João Miranda defendeu que o Estado deve trabalhar no sentido de criar, nas novas gerações, a prática de uma agricultura diversificada, assim como a criação de animais. O governador do Bengo reconheceu também que a sua circunscrição conta como principal suporte económico a agricultura de subsistência. Apelou ao investimento interno e externo para a dinamização dos outros sectores. Entre as prioridades, de acordo com João Miranda, estão os sectores agroalimentares e da pequena indústria, que se tem destacado nos últimos anos.

Comissão de trabalho

No mesmo encontro, o Presidente José Eduardo dos Santos considerou ter observado poucas mudanças

na província. Criou na ocasião um grupo de trabalho visando superar as dificuldades de ordem financeira verificadas na execução dos projectos na província do Bengo. O grupo de trabalho ora criado tem por finalidade tratar dos constrangimentos financeiros dos projectos que constam do Orçamento Geral do Estado 2013, assim como recomendar soluções para os projectos que não constam do referido orçamento. De acordo com o comunicado da Comissão Económica do Conselho de Ministros divulgado à imprensa, o grupo de trabalho será coordenado pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Edeltrudes Maurício Fernandes Gaspar da Costa, e integra os ministros das Finanças, da Energia e Águas e da Construção. Durante a reunião, a Comissão Económica do Conselho de Ministros procedeu ao balanço do nível de execução física e financeira dos projectos aprovados em reuniões anteriores referentes à província do Bengo.

Execução na ordem dos 77%

Segundo ainda o comunicado final da reunião orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, constatou-se que os projectos dos Ministérios da Energia e Águas, da Construção e do Ensino Superior, inscritos no domínio do investimento público, tiveram uma execução financeira na ordem de 77% e uma taxa de execução física de 66% no primeiro trimestre do ano corrente. Dentre os projectos que estão a ser implementados na província destaca-se a construção da rede de captação e tratamento de água potável para Caxito e Porto Quipiri. Destaca-se também a reabilitação da estrada Caxito- Muxaluando, a construção da auto-estrada Caxito-Nzeto, a reabilitação das estradas Quibaxi-Coxi-Quiage e desvio Ambriz- Bela Vista e Bela Vista Muxaluanda. Complementa a lista de projectos em execução, na província do Bengo, a reabilitação das estradas Úcuá-Pango Aluquérn, ramal do Ambriz e da estrada Quiquenda- Quiage-Aldeia Nova.

6. JUNHO

6.1 BNA propõe alargamento do crédito à habitação

Jornal de Angola

05 De Junho de 2013

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, defendeu ontem, em Luanda, a estruturação de fundos públicos para permitir o alargamento da base de concessão de crédito à habitação em condições favoráveis aos cidadãos.

José de Lima Massano falava no encerramento do seminário sobre a Lei de Alienação Fiduciária dos Imóveis em Garantia. Disse que o crédito concedido às actividades de promoção imobiliária e de construção de imóveis já representa 16 por cento do crédito total do sistema bancário do país, enquanto o crédito à compra de imóveis por particulares "ainda é modesto, não atingindo mais do que 8 por cento do total concedido".

"Persistem dificuldades assinaláveis com o registo da propriedade imobiliária e com a solidez das garantias prestadas, mesmo quando o bem financiado é objecto de penhor ou de hipoteca", reconheceu o governador do Banco Central.

O Ante-Projecto de Lei sobre Alienação Fiduciária dos Imóveis em Garantia vai permitir que a propriedade do imóvel só seja transferida em definitivo para o devedor depois de cumpridas as responsabilidades com o credor.

O Executivo, disse José de Lima Massano, tem procurado materializar formas de garantir o direito à habitação consagrado na Constituição da República, promovendo iniciativas públicas no domínio habitacional e desenvolvendo um quadro legal capaz de estimular a iniciativa privada.

"O sistema financeiro é parte activa desse processo, pela sua condição privilegiada de canal de transmissão de recursos financeiros para o investimento, quer na óptica de quem promove ou constrói, como na de quem adquire com pagamentos diferidos no tempo", disse.

A intenção de se adoptar a alienação fiduciária no direito angolano também se insere no contexto das transformações de natureza económica, financeira e social que o país vem registando nos anos mais recentes.

Garantiu que o Banco Nacional de Angola vai apoiar todos os esforços que visam a sensibilização dos agentes económicos e sociais, a recolha de subsídios e garantir a facilitação do acesso à habitação.

O governador do BNA afirmou que no final do primeiro trimestre, a captação de depósitos representava 75 por cento do passivo dos bancos e, destes, 55 por cento mantinham-se à ordem, "impondo-se, por isso, prudência na sua transformação em crédito de longo prazo".

Facilidades ao investimento

José de Lima Massano disse que a estabilidade macroeconómica contribui para a manutenção de um

clima favorável ao investimento e ao aumento dos níveis de eficiência na economia.

"No caso concreto do sector da construção, esse clima deve propiciar a disponibilização de imóveis para fins habitacionais a valores mais justos para os potenciais compradores e para financiadores", disse. O governador do BNA disse que a "desaceleração da inflação tem contribuído para a redução do custo do crédito bancário, pelo que a política monetária mantém a estabilidade de preços como objectivo principal, em linha com o determinado pelo Executivo no seu Plano Nacional de Desenvolvimento".

Regulamentação jurídica

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Rui Manguera, disse na ocasião que o Executivo considera essencial a regulamentação jurídica do mercado imobiliário angolano. "A alienação fiduciária de imóveis em garantia afigura-se como um instrumento jurídico e económico de enorme relevo na ponderação prática dos interesses dos operadores económicos e dos candidatos à aquisição de habitação própria, dadas as inegáveis vantagens que apresenta do ponto de vista da simplificação e segurança jurídica", disse o ministro. Rui Manguera fez abertura do seminário e garantiu que o Executivo vai trabalhar para dotar o país de legislação referente à realidade económica, no sentido de promover o financiamento imobiliário a baixo custo.

"A alienação fiduciária exerce uma função de garantia de crédito semelhante à da hipoteca, mas é dotada de mais eficácia e não pretende ser um seu substituto, apenas um instrumento jurídico que garanta a existência e também a consciência do crédito imobiliário em Angola", esclareceu Rui Manguera.

Política habitacional

Os participantes no seminário defenderam que o país deve adoptar uma política habitacional que favoreça a aplicação das taxas de juros baixos para favorecer a população. É fundamental garantir que a taxa de esforço sobre o valor do rendimento familiar não ultrapasse o valor de 35 por cento.

Os participantes defenderam também incentivos aos investidores do sector imobiliário, como forma de contribuir para o equilíbrio entre a oferta e a procura. O processo de legalização dos imóveis deve ser mais célere e é necessário criar um ambiente jurídico favorável à captação de recursos externos a logo prazo.

O seminário, organizado pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, teve como objectivo

apresentar o Anteprojecto de Lei sobre Alienação Fiduciária dos Imóveis em Garantia.

Participaram no seminário o presidente do Tribunal de Contas, Julião António, a segunda vice-presidente da Assembleia Nacional, Joana Lina, membros do Executivo e deputados.

6.2 Centralidade da Catumbela pronta para habitar em breve

Jornal de Angola
05 De Junho de 2013

As primeiras 684 casas da centralidade da Catumbela, na província de Benguela, vão estar prontas para habitar a partir de Agosto, revelou ontem o encarregado das obras.

A garantia foi dada ao ministro do Território, Bornito de Sousa, durante um encontro que manteve no local com responsáveis da construtora CITIC e o grupo angolano que fiscaliza os trabalhos.

O projecto, que está a ser erguido na localidade do Luongo, compreende três fases, estando as primeiras em execução. No geral, a centralidade deve ser concluída em Novembro de 2014, com mais de duas mil moradias, entre edifícios de dois e três pisos, além de vivendas ou habitações de renda média. As obras, que contemplam escolas primárias e secundárias, envolvem a construção de unidades policiais, postos de bombeiros e estruturas para o tratamento de lixo.

Acompanhado pelo governador da província de Benguela, Issac dos Anjos, Bornito de Sousa deslocou-se ainda ao município da Baía Farta, onde efectuou uma visita às instalações da administração local.

Depois de uma breve reunião com responsáveis da Baía Farta, o ministro da Administração do Território deslocou-se a uma empresa piscatória, ao posto de saúde do bairro comandante Cassanje, culminando com uma passagem pela centralidade da Baía Farta.

6.3 Novo banco da Sonangol custa 500 milhões USD

Jornal Expansão
07 De Junho de 2013

A Sonangol e a SONIP vão investir, este ano, 500 milhões USD (cerca de 48 mil milhões Kz) no arranque e constituição do Banco de Poupança e Promoção Habitacional (EPPH), revela o relatório anual de contas 2012 da petrolífera estatal.

A "casa-mãe" tem uma participação de 51 % no novo banco, avaliada em 1,3 mil milhões Kz (o equivalente a cerca de 13,7 milhões USD), enquanto a subsidiária para o imobiliário detém o restante capital da instituição.

A constituição do BPPH foi anunciada em Fevereiro pelo presidente do conselho de administração da Sonangol, Francisco de Lemos. Na altura, o responsável revelou que o Banco Nacional de Angola (BNA) tinha decretado a cessação da licença do Banco de Produção e Desenvolvimento (BPD), uma parceria com a Caixa geral de Depósitos, anunciada em 2012, mas que nunca saiu do papel. Contudo, disse o gestor, o BNA autorizou a constituição do BPPH, cujo arranque deveria ocorrer nos próximos três meses.

De acordo com o relatório e contas da Sonangol, a licença do BPD foi anulada "pela não realização do capital nos prazos acordados". O capital previsto, recorde-se, era de 1.000 milhões USD, sendo que o objectivo do banco era financiar a construção de grandes infra-estruturas na economia angolana.

A formação de um banco destinado a financiar crédito à habitação, sobretudo de funcionários da petrolífera, já tinha sido anunciada pela Sonangol, também em 2012.

Maior accionista no Millennium BCP Entretanto, de acordo com o Relatório e Contas, as participações da petrolífera em bancos ascendiam, no final do ano passado, 48,4 mil milhões Kz, cerca de 503 milhões USD, sendo que o "grosso" deste valor estava no português Millennium bcp (ver tabela).

A Sonangol, recorde-se, tornou-se em 2012 a maior accionista do banco gerido por Nuno Amado, após a aquisição de acções no mercado e subscrição de mais capital, no âmbito do plano de recapitalização da instituição.

A petrolífera detém 19,44% no banco, tendo gasto em 2012, segundo o relatório e contas, cerca de 163 milhões de euros (20,4 mil milhões Kz) no reforço da sua participação. A empresa detém ainda participações directas no Banco Caixa Geral Totta Angola, Banco Millennium Angola, Banco Privado Atlântico Europa, além do BPPH.

Lucro mais do que duplica com extraordinário

Em 2012 a Sonangol registou lucros de 641,2 mil milhões Kz (6,6 mil milhões USD), o que corresponde a mais do dobro (114%) face ao resultado líquido de 2011 (298,8 mil milhões Kz). O desempenho, contudo, foi devido à inclusão de

resultados extraordinários no valor de 425,0 mil milhões de Kz.

Sem considerar esta rubrica, ou seja, tendo apenas em conta o resultado líquido de actividades correntes, o lucro da petrolífera caiu cerca de 36%, para 216,2 mil milhões de Kz.

Segundo a empresa, o resultado extraordinário diz respeito à inclusão nas suas contas da totalidade da subvenção anual devida pelo Estado. As subvenções em causa (para as actividades de refinação, logística, distribuição e comercialização) não tinham sido reconhecidas nas contas de 2011.

6.4 Mais de 20 famílias beneficiam de casas evolutivas no Songo

Semanário Independente

08 De Junho de 2013

Vinte e cinco famílias vulneráveis do município do Songo, 40 quilómetros a Norte da cidade do Uíge, vão beneficiar, ainda este mês, de residências evolutivas, no âmbito do projecto habitacional do Governo, que visa garantir melhores condições de habitabilidade à população. De acordo com a administradora municipal do Songo, Adelina Figueiredo Pinto, disse que nesta primeira fase foram construídas 25 casas das 50 previstas na sede municipal.

"Nós seleccionamos 25 famílias carentes que vivem em condições da habitabilidade muito difíceis e serão as beneficiárias nesta primeira fase. Nos próximos tempos veremos até que ponto poderemos ajudar aquelas pessoas com deficiência, com a conclusão do projecto", disse.

A responsável acrescentou que a aldeia Quitala, na comuna do Kinvuenga, foi seleccionada para a construção das outras 25 casas. Nesta localidade, disse, já foi colocada uma parte de material (areia, pedras e outros inertes), aguardando-se pela orientação superior para que se possa dar sequência ao

projecto. Adelina Alexandre Pinto referiu estarem todas condições criadas para que no dia 16 deste mês, as residências sejam entregues aos beneficiários. "Nesta data, deslocar-se-á a circunscrição muitas individualidades para presenciarem ao encerramento da jornada da criança e ali as pessoas seleccionadas vão receber as suas casas", frisou.

Quanto às futuras acções a implementar, a administradora anunciou o desejo de se erguer no

próximo ano um edifício onde irá funcionar o Comando Municipal da Polícia Nacional, com o apoio do Governo Provincial, para conferir maior dignidade aos efectivos da corporação, assim como garantir melhores condições de trabalho.

Disse estarem em construção 12 residências para os funcionários da administração municipal e outras para os trabalhadores do sector da saúde. Como afirmou, prevê-se para o próximo ano, erguer-se casas para professores, com vista a evitar a deslocação diária dos mesmos até a cidade do Uíge onde muitos residem. Songo tem uma comuna (Kinvuenga), 13 regedorias, 81 aldeias, com uma população estimada em 44 mil habitantes.

6.5 Praticidade de crédito e estabilidade de mercado

Semanário Angolense

08 De Junho de 2013

A versão preliminar do anteprojecto de Lei sobre Alienação Fiduciária de Imóveis já esteve durante algum tempo ao dispor da consulta pública (inclusive através do site do Ministério da Justiça), até Janeiro de 2012, visando assegurar a participação efectiva dos cidadãos no processo da sua constituição.

Na semana passada, o anteprojecto foi apresentado para um grupo mais selectivo, constituído por técnicos, membros do Executivo e deputados, por ocasião do seminário sobre a lei sobre Alienação Fiduciária dos Imóveis em Garantia, decorrido em Luanda.

O evento tinha como objectivo a recolha de contribuições dos profissionais, sobretudo dos intervenientes directos no sector imobiliário. Outro objectivo era tomar conhecimento, nessa matéria, da experiência da República Federativa do Brasil - país de onde se «importou» a ideia da lei.

De um modo geral, tal como disse o governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, no final do seminário em questão, a intenção de se adoptar a Alienação Fiduciária no direito angolano também se insere no contexto das transformações de natureza económica, financeira e social que o país vem registando nos anos mais recentes.

Conceito

Na perspectiva do direito de propriedade, onde está inserida, como direito real, a «Alienação Fiduciária» é uma transação comercial caracterizada pela

transferência de posse de um imóvel que se encontra nas mãos do devedor (comprador) para as do credor (financiadora) com vista a garantir o cumprimento de uma obrigação.

Na prática essa «Alienação» acontece quando um cidadão compra um imóvel à crédito, ficando o mesmo imóvel como garantia do financiamento. Deste modo o comprador não pode negociar o imóvel antes que acabe de pagá-lo.

No Brasil, onde a lei não se limita apenas a regular a compra de imóveis, mas estende-se aos bens móveis, como veículos, a propriedade definitiva só é autenticada efectivamente com a liquidação total da dívida constituída por crédito.

O caso angolano não se mostra desviar desse conceito. A medida surge como um mecanismo legal que para responder, de forma eficaz, aos interesses dos compradores de imobiliários e dos operadores do mercado imobiliário.

Na elaboração do anteprojecto dessa Lei foi ponderada a necessidade de desenvolvimento da relação do sistema financeiro com o sector imobiliário, de modo a que ambos possam contribuir de forma mais significativa para a solução das grandes questões do país, em especial do crédito à habitação.

Segundo José de Lima Massa- no, «a propriedade do imóvel só é transferida em definitivo para o devedor depois de cumpridas as responsabilidades junto ao credor; as instituições financeiras, apoderam-se de um eficaz expediente legal para gestão do risco de crédito, mas sem pôr em causa o usufruto imediato do imóvel por quem faça recurso à banca»).

Vantagens

É facto, para muitos analistas, que o sector imobiliário, em Angola, encontra-se estagnado, por cauda da ausência de mecanismos legais e céleres que protejam os investidores e os consumidores. Assim, a lei sobre a Alienação Fiduciária é tida como imprescindível pelo impacto que deve provocar na dinamização do mercado imobiliário e, consequentemente, na economia nacional.

Defende-se, por exemplo, que a adopção da referida lei, bem como outras de natureza «técnico-legislativas» vai influenciar positivamente na redução das taxas de juros do crédito bancário à habitação.

José de Lima Massano, o «cabeça» do BNA, chamado a encerrar o Seminário, sustentou que, sendo a estabilidade macroeconómica contribuinte para a manutenção de um clima favorável ao investimento e ao aumento dos níveis de eficiência na economia, no

caso concreto do sector da construção, a «Alienação» deve clima propiciar a disponibilização de imóveis para fins habitacionais a valores mais justos, tanto para potenciais compradores, como para financiadores.

«As instituições financeiras ao avaliarem o risco de crédito também ponderam sobre a capacidade de o bem a financiar preservar valor no tempo; quanto menor for essa percepção, menor será a apetência e vontade económica de financiar», argumentou o governador.

Na implementação dessa lei aponta-se também como reflexo positivo a maior atracção de investimento estrangeiro para o sector imobiliário. Observando-se uma maior garantia nas operações. A diminuição drástica do incumprimento, a concorrência entre os bancos, bem como a consequente redução dos juros, são vantagens que poderão influenciar positivamente o mercado.

E, por outro lado, essa lei implementada e cumprida, vai isentar o Estado do fardo pesado de fazer grandes volumes de subvenção aos financiamentos, libertando capitais públicos para outras realizações.

Portanto, as vantagens da figura da Alienação Fiduciária de coisa imóvel - no discurso do administrador-mor do Banco Central - transcendem a simples burocracia do procedimento executório. Os benefícios dependem da análise de cada caso concreto, mas as possibilidades, em potencial, são convincentes.

Superação

«No entanto, e se bem que o crédito concedido a actividades de promoção imobiliária e de construção de imóveis já represente cerca de 16% do crédito total do nosso sistema bancário, o crédito à compra de imóveis por particulares ainda é modesto, não atingindo mais do que 8% do total concedido», de acordo com o governador do BNA.

O mesmo responsável disse que «se por um lado permanece a questão da estruturação adequada de recursos financeiros para a concessão de crédito de longa maturidade, por outro, persistem dificuldades assinaláveis com o registo da propriedade imobiliária e com a solidez das garantias prestadas, mesmo quando o bem financiado é objecto de penhor ou de hipoteca».

José de Lima Massano, considera que, «além da penetração das instituições financeiras na mobilização de capitais, e estando já regulamentados os termos para a concessão do crédito à habitação no país, será importante a estruturação de fundos, eventualmente

públicos, para permitir o alargamento da base de concessão crédito à habitação em condições favoráveis aos cidadãos».

O dirigente bancário ainda deu a conhecer que, no final do primeiro trimestre do ano em curso, à semelhança de períodos anteriores, a captação de depósitos representava 75% do passivo dos bancos e, destes, 55% mantinham-se à ordem, impondo-se, por isso, prudência na sua transformação em crédito de longo prazo.

Concluindo: «compete-nos, a todos, intensificar o estímulo à inclusão financeira e a consciência de poupança na nossa sociedade, práticas que em última instância, concorrem para a dinamização do mercado imobiliário e do financiamento à habitação», apelou o governador do Banco Nacional.

6.6 Crédito para compra de imóveis é de oito porcentos do total

Semanário Factual

08 a 15 de Junho de 2013

Ao discursar no fecho do seminário sobre "Lei da Alienação Fiduciária", José Massano referiu que "o Executivo angolano tem procurado materializar formas de garantir o direito à habitação consagrado na Constituição da República, promovendo um conjunto de iniciativas públicas no domínio habitacional e, com o mesmo sentido, desenvolvendo um quadro legal capaz de estimular e engajar a iniciativa privada"

Destaca que o sistema financeiro é parte activa desse processo, pela sua condição privilegiada de canal de transmissão de recursos financeiros para o investimento, quer na óptica de quem promove ou constrói, como na de quem adquire com 'pagamentos deferidos no tempo.

"No entanto, indicou, "e se bem que o crédito concedido a actividades de promoção imobiliária e de construção de imóveis já represente cerca de 16 por cento do crédito total do sistema bancário, o crédito à compra de imóveis por particulares ainda é modesto, não atingindo mais do que oito por cento do total concedido".

José Massano sublinhou que se, por um lado, permanece a questão da estruturação adequada de recursos financeiros para a concessão de crédito de longa maturidade, por outro, persistem dificuldades assinaláveis com o registo da propriedade imobiliária e com a solidez das garantias prestadas, mesmo

quando o bem financiado é objecto de penhor ou de hipoteca.

"Por isso, e porque com esta proposta de lei, a propriedade do imóvel só é transferida em definitivo para o devedor depois de cumpridas as responsabilidades junto ao credor, as instituições financeiras apoderam-se de um eficaz expediente legal para gestão do risco de crédito, mas sem pôr em causa o usufruto imediato do imóvel por quem faça recurso à banca", frisou.

Realçou que, apesar da argúcia das instituições financeiras na mobilização de capitais, e estando já regulamentados os termos para a concessão do crédito à habitação no país, será, porém, importante a estruturação de fundos, eventualmente públicos, para permitir o alargamento da base de concessão de crédito à habitação em condições favoráveis aos cidadãos.

Segundo a fonte, no final do primeiro trimestre do ano em curso, e tal como em períodos anteriores, a captação de depósitos representou 75 por cento do passivo dos bancos e, destes, 55 por cento mantinham-se à ordem, impondo-se, por isso, prudência na sua transformação em crédito de longo prazo.

José Massano explicou: "Compete-nos, a todos, intensificar o estímulo à inclusão financeira e a consciência de poupança na nossa sociedade, práticas que, em última instância, concorrem para a dinamização do mercado imobiliário e do financiamento à habitação".

A estabilidade macroeconómica contribui para a manutenção de um clima favorável ao investimento

Enfatizou que, tal como é sabido, a estabilidade macroeconómica contribui para a manutenção de um clima favorável ao investimento e ao aumento dos níveis de eficiência na economia.

No caso concreto do sector da construção, esse clima deve propiciar a disponibilização de imóveis para fins habitacionais a valores mais justos, tanto para potenciais compradores, como para financiadores.

"A desaceleração da inflação tem contribuído para a redução do custo do crédito bancário, pelo que a política monetária manterá a estabilidade de preços como objectivo principal, de resto em linha com o determinado pelo Executivo Angolano no seu Plano Nacional de Desenvolvimento", afirmou, salientando: "A intenção de se adoptar a alienação fiduciária no direito angolano também se insere no contexto das transformações de natureza económica, financeira e

social que o país vem registando nos anos mais recentes".

As vantagens da figura da alienação fiduciária de coisa imóvel transcendem a simples burocracia do procedimento executório. Os benefícios dependem da análise de cada caso concreto, mas as possibilidades, em potencial, são convincentes. Neste sentido, o Banco Nacional de Angola apoia todos os esforços que visam, tanto a sensibilização dos agentes económicos e sociais, como a recolha de subsídios que possam enriquecer a proposta de lei e garantir a facilitação do acesso à habitação condigna.

6.7 Administração do Cuito entrega habitações sociais

Jornal de Angola
11 De Junho de 2013

Mais 12 casas "evolutivas", construídas no centro administrativo do Kuquema, a cerca de 25 quilómetros do Cuito, foram entregues no sábado às populações locais.

O administrador municipal do Cuito, Avis Vieira, que procedeu à entrega das casas, referiu que foram construídas no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP).

O administrador municipal salientou que os quadros que ali trabalham vivem em casas de adobe e, por isso, a aposta na edificação das casas para conferir maior comodidade e dignidade aos funcionários.

No que concerne a construção de 200 fogos habitacionais, o responsável administrativo afirmou que as casas do tipo T3 estão já em fase de conclusão.

Avis Vieira disse que as autoridades administrativas elaboraram, para este ano, vários projectos sociais, como a construção de escolas, postos de saúde, além de casas para professores e enfermeiros.

O responsável disse que o programa da distribuição da merenda escolar para as escolas primárias do Cuito e arredores é outras das acções planificadas.

6.8 Requalificação urbana para ordenar a cidade

Jornal de Angola
12 De Junho de 2013

As autoridades governamentais vão continuar a envidar esforços para requalificar a cidade do Huambo, garantiu na terça-feira o vice-governador provincial para a esfera social e económica.

Guilherme Tuluca disse que estes esforços vão acabar com os bairros que crescem de maneira desnordeada e com problemas de saneamento e esgotos sobrecarregados.

O vice-governador, que falava num colóquio sobre urbanismo, acrescentou que a reconstrução do país não é um problema apenas do Estado, mas sim de todo o povo.

A realização do encontro, salientou, vai contribuir para a resolução dos problemas que o país apresenta actualmente na área da organização urbana das cidades.

Ao considerar que o tema da requalificação é sugestivo, salientou que os dirigentes têm debatido o problema, devido ao êxodo da população rural para os centros urbanos.

Organizado pelo Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias (ISUPE-Ekuikui II), o colóquio teve por objectivo ajudar as autoridades a estabelecer mecanismos que permitam melhorar a requalificação de assentamentos informais.

No colóquio foram ainda discutidas questões relacionadas com os desafios mais importantes do urbanismo, urbanização de áreas degradadas e a perda da vitalidade económica.

Os conflitos, problemas sociais e a informalidade nos processos de urbanização também foram tema de debate no encontro em que contou com a participação de várias entidades. O administrador do Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias, Carlos Brito, afirmou que a instituição está a realizar várias conferências, com vista a catapultar a província do Huambo para níveis de desenvolvimento social, humano e económico aceitável.

6.9 Urbanismo e habitação discutidos em Luanda

Jornal de Angola

12 De Junho de 2013

O secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre, afirmou ontem em Luanda que a sua instituição está a responder de forma estruturada aos desafios resultantes do crescimento das cidades.

Joaquim Silvestre discursou na cerimónia de abertura do segundo seminário sobre "Urbanismo, Habitação, Cartografia, Geodesia e Propriedade Horizontal" e disse que "são indispensáveis as parcerias público-privadas e a participação de todos cidadãos na busca de respostas participativas e resultados integradores".

a secretário de Estado do Urbanismo e Habitação sublinhou que o Executivo "tem a determinação política e institucional para dar continuidade a este processo de transformação. as habitantes das pequenas e grandes cidades têm o dever de acompanhar de forma activa o sistema de mudança", realçou.

Joaquim Silvestre referiu que as respostas sustentáveis e duradouras necessitam de uma acção equilibrada para planear, requalificar e regularizar.

a secretário de Estado do Urbanismo e Habitação disse ainda que esta visão integradora é indispensável para melhorar a condições de vida dos bairros mas também para evitar ou prevenir a proliferação de novos bairros informais e o surgimento de novas formas de marginalidade.

6.10 Candidatos Exigem da Sonip a entrega imediata das chaves

Jornal de Angola

13 De Junho de 2013

Dezenas de candidatos às centralidades habitacionais de Cacucaco e Kilamba manifestaram-se ontem defronte ao edifício da Sonangol, na Baixa de Luanda, devido ao atraso que se verifica na entrega das chaves dos apartamentos. Os manifestantes pagaram as primeiras prestações dos apartamentos e até ao momento a Sociedade Imobiliária da Sonangol (SONIP) não presta qualquer informação sobre o processo da assinatura do contrato e a entrega dos apartamentos.

Muitos manifestantes vivem em casas arrendadas, outros contraíram dívidas nos bancos ou venderam

bens para conseguirem pagar as primeiras prestações dos apartamentos. Os candidatos saíram à rua para "exigir a entrega imediata dos apartamentos". Um dos manifestantes disse que a mensagem de mobilização foi passada através de contactos telefónicos mas não conseguiram mobilizar todos os candidatos que estão na mesma situação. Com lenços brancos nos pulsos e nas cabeças gritavam: "não queremos confusão, queremos paz e as nossas casas".

Os manifestantes de forma pacífica esperavam os seus representantes que estavam reunidos com funcionários da SONIP, na sede da Sonangol.

O Jornal de Angola tentou contactar a direcção da SONIP, mas sem sucesso. As recepcionistas tinham orientações para não deixarem entrar nenhum jornalista. "A direcção está reunida e ninguém está disponível para falar à imprensa", disse a recepcionista. A inscrição para o acesso às centralidades começou no dia 5 de Fevereiro deste ano e a entrega dos primeiros apartamentos no mês de Abril.

A ingestão de suplementos de óleo de peixe pode proteger o coração em situações de stress. A conclusão é de um estudo recente de uma equipa de investigadores da Michigan Technological University, nos EUA, que vem reforçar trabalhos anteriores que já tinham, igualmente, comprovado a importância destes suplementos para a saúde cardiovascular.

O estudo foi coordenado por Jason Carter, investigador norte-americano, que analisou 67 voluntários saudáveis convidados a ingerir, por dia, nove gramas de óleo de peixe ou um placebo (nove gramas de azeite) ao longo de um período de dois meses. No início e fim da experiência, todos os voluntários foram submetidos à medição do ritmo cardíaco, tensão arterial e outros parâmetros relevantes.

No final do ensaio, ambos os grupos realizaram um teste de aritmética envolvendo a adição e subtracção mental de números. Durante o procedimento, a resposta ao stress foi medida e aqueles que tinham tomado suplementos de óleo de peixe ao longo de várias semanas mostraram uma reacção mais suave ao stress a nível do ritmo cardíaco e da actividade do sistema nervoso simpático, em comparação com os restantes.

Os resultados provam que os óleos de peixe podem ter um efeito protector da função cardiovascular em momentos de stress mental, uma descoberta que constitui mais uma peça no puzzle que defende que a ingestão destes óleos ajuda o coração a manter-se saudável.

6.11 O pesadelo da casa própria

Jornal Agora

15 De Junho de 2013

Vêm de várias zonas de Luanda e alguns trabalham e fixaram residência noutras províncias, cada um com a sua história e compromisso, mas todos com um único objectivo: a casa dos sonhos.

Pais e mães, filhos e filhas, endividaram-se até ao tutano acoissados pelo desejo de ter onde morar. Tiveram de vender os bens que tinham mas conseguiram juntar dinheiro para pagar os tão almejados apartamentos de sonhos.

São vários os relatos tristes e emocionantes que circulam em torno do 'Caso Kilamba'. Em busca de mais informações, o Agora foi até aos escritórios da Delta Imobiliária, onde foi possível constatar o cenário desolador e de total abandono. Tudo empoeirado.

Nem mesmo os habituais seguranças que, de quando em quando, facilitavam os esquemas, se faziam presentes. Talvez por uma razão: o medo de serem aterrorizados pelos descontentes e lesados com o procedimento da Sonangol Imobiliária (Sonip).

O ponto nevrálgico de todo este intrincado processo é mesmo o Kilamba, onde fomos confrontados com um grupo de jovens que, desde o dia 10 de Maio, esperam assinar o contrato que os deveria habilitar a receber uma chave dos tão sonhados apartamentos.

via-se nos rostos um semblante carregado, reflectindo a frustração que a situação lhes causou.

Agastados com o silêncio da Sonangol, questionaram a nossa presença e, num ápice, cada um começou a relatar o que tem vivido nos últimos dias, fazendo recordar os velhos tempos da 'política do bastão'.

Foi neste instante que Marcos, um dos 'burlados' - como se designa a partir do ambiente que se gerou depois da medida da Sonangol percebeu que se tratava de jornalistas em mais um exercício da sua actividade.

Erguendo a mão para o grosso do grupo que estava sentado ali na 'esplanada' do único restaurante que conseguimos divisar na rua, todos responderam ao chamado e juntaram-se ali mesmo em frente da 'moribunda' Delta, que neste momento é vista como uma empresa caloteira, embora os dinheiros fossem canalizados para a Sonip. É aqui que a 'porca torce o rabo'.

O desejo de ouvir de cada um o motivo da sua presença num escritório selado foi interrompido com a ladainha que descrevia os momentos negros de todos os presentes, variando apenas nas datas que cada um evocava em relação ao pagamento feito e o respectivo valor depositado na conta da Sonangol.

Foi então que o repórter questionou a razão que os levou a estarem no local, mesmo sabendo que o processo estava suspenso desde Maio.

A resposta foi uníssona: "Queremos as nossas casas. Isto é um processo viciado, envolveu muitos esquemas, agora descobriram que a factura aumentou, acabaram por suspender o programa. Porquê? A desorganização é da Sonangol e dos seus parceiros".

Insatisfeita com a resposta, Ana acrescentou: "O meu filho pagou no dia 14 e eu a 21 de Fevereiro, deram-nos um prazo de 30 dias e até hoje não temos nada. Para o cúmulo de tudo ninguém diz nada Estamos preocupados com o silêncio, mas também exigimos que nos sejam dados os contratos e as respectivas chaves".

Desinibidos, todos relataram a sua experiência, e houve mesmo momentos em que tivemos de acalmar os ânimos.

A situação torna-se ainda mais difícil quando um dos presentes, identificado como Costa, lembra que muitas famílias já matricularam os filhos no projecto, na certeza de um dia morar lá. "Mas esse é um sonho que nesta altura já se tornou um pesadelo", lamenta.

São muitos os petizes que no final das aulas são obrigados a caminhar vários quilómetros a pé até à via expressa, no intuito de apanhar os táxis que os levam à procedência, aumentando ainda mais o custo de vida destas famílias.

"Estas crianças sabem que é aqui que o pai ou a mãe pagaram o apartamentotamento para viverem, mas é triste perceber que este desejo se traduz na simples contemplação desta linda vista panorâmica que esta cidade oferece. Estas crianças não terão um aproveitamento positivo", disse uma das lesadas presentes no local.

Se para uns é um sonho viver no Kilamba, outros acreditam que a Sonangol, como 'multinacional' que é, está a preparar outro argumento para contrariar o desejo de muitas pessoas que pagaram os apartamentos e que agora apenas precisam de um simples esclarecimento.

Manifestação

Foi com esta finalidade que nesta quarta-feira um grupo de lesados dirigiu-se à sede da Sonangol, numa manifestação pacífica para exigir da entidade detentora dos direitos de venda dos apartamentos no Kilamba uma resposta plausível.

Quando tudo parecia encaminhado, visto que uma comitiva já estava reunida com a direcção da Sonip e da Sonangol, um grupo de polícias foi chamado para dispersar os manifestantes, que insistentemente diziam que estavam no seu direito de reivindicar.

Entre os avisos para se afastarem e não ficarem próximos da entrada do edifício sede da petrolífera, veio a informação de que todos deveriam assinar as presenças, a pedido dos negociadores da promotora imobiliária. Mas a resposta foi pronta:

"Quem assinar vai ser excluído e ser-lhe-á devolvido o dinheiro. Não saíremos daqui sem uma resposta que satisfaça os nossos interesses".

Já à hora do almoço, Marcos e Ana, os emissários dos contestatários, regressavam com um discurso conciliador, indiciando ter havido avanços nas negociações. "Vamos aguardar até ao fim-de-semana porque prometeram que irão retomar o processo de entrega dos apartamentos aos que pagaram".

Roubo

Para o deputado Fernando Heitor a medida da Sonangol deve ser classificada de roubo.

"Eu já falei sobre isso, quem pagou um apartamento, carro ou bem e não o recebe tem de ir à Polícia apresentar os documentos da compra "fictícia", neste caso dos apartamentos. Porque isto é um caso para os tribunais e é para aí que as coisas têm que ser conduzidas. Têm de apresentar documentos que comprovem que fizeram a operação e que não está a obter os bens que lhe foram prometidos", aconselhou o economista e consultor.

Questionado sobre se estaremos perante um caso de publicidade enganosa, respondeu que "também é um bocado isso, embora este caso seja mais de roubo, aldrabice, esquema de apropriação de dinheiros, prometendo papéis que depois não fornecem. Acontece em todo o mundo, mas em Angola acontece com uma gravidade revoltante.

Se você vende algo e promete o bem então tem de entregar. Enquanto não o fizer é roubo", notou, realçando que está-se a vender mais pelo papel do que pela realidade das próprias habitações. "Eu não

sei, nem tenho provas de que seja isso mas tudo leva a crer que sim. Há uma grande procura, há carência de casas e esses indivíduos nunca conhecem a realidade do mercado e querem actuar, não sabem que preços praticar, não sabem qual é a procura, andam às apalpadelas. Então acontece esse tipo de coisas".

O académico frisou também que os que vendem prometem milhares de Casas quando não têm nem metade, estimam que a procura será pouca e aparecem 4 mil e nunca estão suficientemente organizados para responder à demanda. "Neste país ninguém está apostado em fazer estudos de viabilidade do mercado, reagem tipo bombeiros perante as situações, têm de aprender a fazer estudos de mercado. Não conseguem determinar bem os problemas e depois querem resolvê-los dessa maneira. Vão encontrar soluções que fogem da realidade", rematou o académico.

6.12 Sonangol esclarece atrasos na entrega das casas

Jornal de Angola

15 De Junho de 2013

O Jornal de Angola ouviu o presidente do conselho de administração da Sonangol é número um da SONIP sobre o acesso às casas na centralidade do Kilamba. Francisco de Lemos Maria esclareceu que a SONIP leva a cabo desde Abril uma auditoria com o objectivo de averiguar a situação real dos clientes que assinaram contratos e já receberam as chaves das casas e aqueles que assinaram mas que, por qualquer razão, não tiveram acesso às casas. Francisco Lemos Maria explicou que no período de 1 de Fevereiro a 7 de Março a SONIP pôs à venda 25 mil fogos, dos quais foram comercializados 23 mil.

"Destes, mil foram entregues as chaves a mais de dez mil clientes, restando à volta de 13 mil fogos", revelou. Francisco Lemos Maria disse que a auditoria que está a ser feita pela SONIP vai permitir identificar quantas unidades foram vendidas, quantas foram entregues e quantas falta entregar. Admitiu que o processo "está a levar mais algum tempo" e pediu "desculpas aos clientes pelos transtornos nas suas vidas em função disto". Dentro de duas a quatro semanas "estamos em condições de comunicar ao mercado a resolução dos restantes 13 mil outros clientes em relação à assinatura dos respectivos contratos, da entrega das chaves e da posse que eles irão fazer daquilo que constituirá a sua propriedade", disse Francisco Lemos Maria.

E garantiu: "todos aqueles que efectuaram pagamentos de residências que foram comercializadas por nós vão receber as suas propriedades". Francisco Lemos Maria anunciou para o último trimestre deste ano a entrada em funcionamento de uma instituição bancária que vai conceder crédito para a aquisição de casas construídas e comercializadas pela Sonangol imobiliária e Propriedades. "Estamos a fomentar o nascimento de um novo banco, o Banco de Poupança e Promoção Habitacional. Todos aqueles que pretenderem adquirir habitações construídas e comercializadas pela Sonip têm que passar pela contratação de crédito junto ao banco para poder formalizar a sua candidatura", afirmou. O PCA da Sonangol assegurou que a Delta se mantém como operadora no processo de comercialização das casas e frisou que a actividade está aberta "a todos aqueles que pretenderem comercializar habitações, desde que apresentem o perfil adequado e a sustentabilidade para o fazer, como sendo capacidade organizativa, administrativa e financeira adequada".

6.13 Estado Prevê subsídios para casa própria

Jornal de Angola

17 De Junho de 2013

O Estado prevê a criação de subsídios directos aos potenciais compradores de casas dos segmentos de baixo e médio rendimento com o objectivo de ajudar a transformar a procura potencial numa oferta efectiva, anunciou o Ministro do Urbanismo e Habitação.

José António da Conceição e Silva garantiu que estes subsídios directos podem adoptar a forma e redução do preço de compra ou dos encargos de financiamento, através da bonificação dos juros. "O subsídio à habitação é indispensável, tendo em conta o ainda baixo rendimento médio das famílias angolanas e o ainda difícil acesso ao financiamento para a compra da casa própria".

Ao falar num fórum sobre "Crise? Ou crescimento do sector imobiliário em Angola", promovido pela imobiliária Imogestim, o ministro reconheceu que ainda existe no país um desequilíbrio entre a procura e a oferta de habitação condigna nos segmentos de baixo e médio rendimento. Face a esta situação, o Executivo continua a levar a cabo o seu vasto programa habitacional com acesso à compra de habitação pronta, na modalidade de renda resolúvel e à autoconstrução dirigida.

Nesta última, o Executivo vai assegurar igualmente os custos de infraestruturação dos terrenos, tal como os

equipamentos sociais, viabilizando, dessa forma, a construção de moradias a custos reduzidos, particularmente no seguimento de interesse social.

"É importante que o Estado constitua um parque imobiliário próprio de forma a regular a formação dos preços neste mercado, no qual ainda se constata distorções significativas dos preços em prejuízo dos cidadãos", sublinhou o ministro.

Sem espaço para média alta

O ministro José António da Conceição e Silva referiu, além disso, que o sector habitacional no país ainda representa cerca de 70 por cento do mercado imobiliário, em relação aos sectores de serviços e equipamentos. A estabilidade macroeconómica do país, realçou, promove todos os dias a vinda de grandes empresas multinacionais e com isso a procura de instalações, revelando a escassez de oferta face à procura. "Há necessidade do empresariado investir mais no sector de serviços e equipamentos onde a procura já é cada vez maior, principalmente nos centros das cidades em Angola", disse, acrescentando que apesar de se verificar que o custo unitário de metro quadrado de construção registou um aumento, perspectiva-se para o sector imobiliário um dinamismo crescente nos próximos anos. O representante da empresa de consultoria Deloitte, Ricardo Gonçalves, disse que o mercado imobiliário para a classe média alta e alta já está esgotado. Ao apresentar um estudo sobre o mercado imobiliário em Angola, assegurou, sem apresentar indicadores estatísticos, que nos últimos anos foram realizados grandes investimentos para este segmento da sociedade, "que hoje se encontra esgotado". Por isso, considerou ser necessário que os promotores imobiliários comecem a apostar neste novo segmento, até aqui assumido pelo Executivo.

6.14 Concluídas habitações para os funcionários

Jornal de Angola

18 De Junho de 2013

As primeiras 40 casas construídas no âmbito do programa de Fomento habitacional destinadas a jovens e funcionários públicos do município de Quilengues, província da Huíla, já estão concluídas.

O administrador municipal, Armando Vieira, disse que com a conclusão das casas, o alojamento dos quadros ficou mais fácil.

Orçadas em 200 milhões de kwanzas, as casas começaram a ser construídas em Abril do ano

passado pela empresa de construção Civil Orcalves - construções, numa área de mil metros quadrados cada.

A instalação de energia eléctrica para iluminação domiciliar e arruamentos da área da construção começa em breve para que, dentro dos parâmetros a serem estabelecidos pelo Executivo, as casas sejam entregues aos beneficiários, explicou o administrador.

O empreiteiro da obra, Orlando Cardoso Alves, informou que as moradias foram construídas na reserva fundiária e financiadas pelo Executivo, através do Orçamento Geral do Estado.

No município de Quilengues foram também construídas duas residências de tipo T3 para o juiz e o procurador municipal.

A construção do mercado, mangas de vacinação, furos de água e a reabilitação da Escola de Formação de Auxiliares Pecuários são outras acções que constam no programa Integrado de Desenvolvimento; Rural e de combate à Pobreza, da administração municipal.

6.15 China continua a liderar investimentos em Angola

Semanário Económica
20 De Junho de 2013

A República Popular da China continua na posição dianteira, na lista dos países com maiores investimentos em Angola, tendo actualmente mais de 180 projectos no país, de acordo com a presidente da Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), Maria Luísa Abrantes.

Depois da China, seguem-se os investimentos de Portugal, Alemanha, amíbia, Ilhas Virgens e Bermudas, segundo a presidente da ANIP, que falava na terça-feira passada em Luanda, depois da assinatura de doze novos contractos, avaliados em mais de 45 milhões de dólares.

A China conta actualmente com mais de 180 projectos, dos quais cerca de 147 no sector da construção, representando 75,10% do montante total do investimento privado chinês em Angola, que atinge os 32,5 mil milhões de kwanzas. Segundo dados da ANIP, o investimento privado chinês em Angola atingiu o seu pico em 2009, quando foram aprovados 66 projectos, avaliados em 16,3 mil milhões de kwanzas. Os novos contractos agora assinados, dizem respeito às áreas da construção civil, obras públicas, prestação de serviços, sector petrolífero e gás, mina e do comércio.

Maria Luísa Abrantes destacou facto de os investimentos estarem a verificar-se no interior do nosso país, contribuindo para reduzir as assimetrias regionais. "Pela primeira vez, temos quatro projectos, no mesmo dia, de investimento na indústria, e dois deles nas províncias, um na Huila e outro no Huambo. Portanto, isto é bom, porque o que se pretende é mesmo a diversificação dos sectores da economia, para dar emprego às populações e reduzirmos as assimetrias e pobreza", disse.

O comércio bilateral entre a China e Angola cresceu aproximadamente de mil milhões de dólares em 2002, para 25 mil milhões de dólares em 2010. Como resultado, Angola suplantou a África do Sul Como principal parceiro comercial da China na África. Por sua vez, a China substituiu os EUA como o principal parceiro comercial de Angola.

Números do investimento chinês em Angola

De acordo com uma tabela disponível no site oficial da ANIP, os investimentos da China em Angola desde 2009 estão ligados às áreas da construção, indústria, serviços, comércio, indústria, agricultura e telecomunicações.

Em 2002, a ANIP aprovou apenas um projecto chinês avaliado em 30 milhões de kwanzas, na área da construção, ao passo que 2010 foi o ano com o segundo maior investimento privado da China em Angola, com 46 projectos, num valor superior a 7,8 mil milhões de kwanzas.

O investimento privado chinês em 2003 resultou em dois projectos, equivalentes a 999 milhões de kwanzas. Em 2004 não se registou qualquer nova actuação chinesa em Angola. Em 2005, o investimento privado situou-se em perto de 1,8 mil milhões de kwanzas, relativos a 12 projectos, ao passo que em 2006, com 13 projectos aprovados, verificou uma redução, superior a 910 milhões de kwanzas.

Os anos 2007, 2008 e 2011, foram relativamente semelhantes, com um investimento respectivo em 25, 29 e 23 projectos, com um valor global superior a 11 mil milhões de kwanzas.

Segundo os números da ANIP, a entidade aprovou em 2012 somente 16 projectos chineses, 12 ligados à construção, dois à indústria, um aos serviços e um às telecomunicações.

Os dados da ANIP revelam ainda que a origem do investimento privado estrangeiro de 2008 a 2012 foi dominada por Portugal com 739 projectos aprovados pela entidade, seguido da China, com 180, e Líbano, com 99. O país com menos investidores em Angola

foi a Alemanha, com oito projectos aprovados pela ANIP.

6.16 Crédito à habitação

Semanário Expansão

12 De Junho de 2023

AS MULTAS DE MORA DECORRENTES DO INCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES NO SEU TERMO NÃO PODEM SER SUPERIORES A 2% DO VALOR DA PRESTAÇÃO.

No fornecimento de bens ou serviços que envolva a outorga de crédito ou concessão de financiamentos ao consumidor, as multas de mora decorrentes dos incumprimentos de obrigações no seu termo não podem ser superiores a 2 % do valor da prestação, nos termos do ar.º 17.º da Lei nº 15/03, de 22 de Julho- Lei de Defesa do Consumidor.

CUIDADO COM OS CUSTOS ADICIONAIS

Por outro lado, além do valor das taxas de juros e do prazo de pagamento das prestações do crédito à habitação existem outros factores relevantes a considerar: é conveniente verificar se o crédito à habitação implica custos de manutenção de conta, quais as despesas de abertura de processo e de serviços de solicitação e se a instituição financeira que concede o crédito exige a subscrição de outros produtos e serviços, como cartão de crédito, etc...

Antes de qualquer compromisso, o consumidor deve dirigir-se a diferentes instituições de crédito e comparar as condições de empréstimos que lhe são propostas. Não é aconselhável assinar o contrato de crédito no dia em que este lhe é entregue.

Deve dispor de algum tempo para reflectir, porque a assinatura implica a aceitação da oferta; por outras palavras. ela compromete o consumidor! Exija um exemplar dos documentos que assinou.

Cabe o consumidor informar-se sobre as várias ofertas existentes no mercado, compará-las e escolher a que mais lhe convém.

6.17 Novo banco de crédito abre em Dezembro

Semanário Económica

20 De Junho de 2013

A partir do quarto trimestre deste ano, o mercado financeiro angolano poderá contar com uma nova instituição bancária. Trata-se do Banco de Poupança

e Promoção Habitacional (BPPH), criado pela Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Sonangol.

De acordo com o presidente do conselho de administração da Sonangol, José Maria Francisco de Lemos, a nova instituição financeira será criada com o objectivo de financiar as casas que serão comercializadas pela Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP).

"Estamos a fomentar a criação de um novo banco, o Banco de Poupança e Promoção Habitacional, (BPPH), por isso, gradualmente' todos os que pretenderem adquirir residências construídas e comercializadas pela SONIP, terão de passar pela contratação de crédito junto desta unidade", explicou Francisco de Lemos.

O responsável da Sonangol disse igualmente que o BPPH estará operacional a partir do quarto trimestre deste ano e contará com várias agências em todo país.

Francisco de Lemos garantiu que a SONIP retoma o processo de entregas de casas vendidas nas centralidades do Kilamba e Cacuaco dentro de um mês, acrescentando que, das 25 mil casas que estavam à venda, cerca de 10 mil foram já entregues aos respectivos proprietários. Segundo o presidente do conselho de administração da Sonangol, as 13 mil pessoas que têm já as casas pagas, começam a recebê-las dentro de um mês.

"Nós entendemos que está a levar mais tempo do que o previsto, e desde já pedimos desculpas a todos os nossos clientes pelos transtornos causados, mas pedimos um pouquinho mais de paciência e garantimos que dentro de quatro semanas vamos entender sobre a entrega das casas", afirmou.

Ainda de acordo com Francisco de Lemos, disse que os preços das casas vão manter-se, tal como ficou decidido em Fevereiro último. Quanto às outras províncias, o PCA da Sonangol garante que está a ser estudado um novo modelo de venda. "Não há quaisquer alterações relativamente ao preço que foi estabelecido em Fevereiro deste ano. Quanto às províncias, as casas ainda estão em construção, por isso nós vamos encontrar, em coordenação com os governos provinciais, o modelo certo para a comercialização", informou.

O novo banco foi criado após ter sido extinto o projecto de um banco de investimento que se previa ser criado numa parceria entre a Sonangol e a Caixa Geral de Depósitos (CGD). "O Banco de Promoção para o Desenvolvimento foi extinto com a emissão de uma licença pelo Banco Nacional de Angola

(BNA) a favor do Banco de Poupança e Promoção Habitacional" explicou Francisco de Lemos.

A nova instituição, cujo capital será integralmente realizado pela petrolífera, deverá iniciar a actividade dentro de seis meses. O responsável avançou que "neste momento, o banco está formalmente constituído, e desenvolve diligências organizacionais e de provimento de pessoal para que o mesmo entre em actividade".

A constituição de um banco de investimento pela CGD e pela Sonangol foi anunciada em Março de 2009, aquando da visita oficial a Portugal do Presidente José Eduardo dos Santos. O capital social, de mil milhões de dólares, em partes iguais, nunca foi integralmente satisfeito, tendo apenas a Sonangol procedido ao aprovisionamento da sua parte.

As vendas de casas nas centralidades de Luanda teve início a 1 de Fevereiro no Kilamba, Cacuaco, Capari, km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica), e são processadas em regime de renda resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos. As habitações estão à disposição do público também em regime de arrendamento e de vendas pronto pagamento.

6.18 Bancos devem aumentar financiamentos ao sector habitacional

Semanário Expansão
21 De Junho de 2013

O sector da banca deve aumentara sua participação nos processos de financiamento à habitação, de acordo com o Ministro do Urbanismo e Habitação, José António da Conceição e Silva Falando à margem da conferência sobre o sector imobiliário, realizada recentemente, em Luanda, sob lema "Crise ou Crescimento Imobiliário em Angola", o governante sublinhou que a banca é um sector incontornável para o financiamento à habitação.

Por essa razão, José Silva reforçou que o Executivo criou um fundo próprio, que está a ser aprimorado no sentido de viabilizar cada vez mais a interacção entre a banca e o cidadão.

"O Executivo está a trabalhar no sentido de aprimorar uma série de instrumentos que poderão vir a facilitar este aspecto. Portanto nos próximos tempos se irá observar alguns desenvolvimentos positivos nessa ordem", completou.

Reiterou que a estabilidade macroeconómica do País tem vindo a catapultar, a cada dia, a entrada de grandes empresas multinacionais no mercado imobiliário.

Para o ministro, o Estado tem o papel de promover o mercado, aumentando a oferta de fundos ao sector habitacional, tirando partido dos agentes do mercado para prevenir as falhas do sector privado.

O ministro considerou importante a questão dos subsídios ao sector, tendo em vista o baixo rendimento médio das famílias e o difícil acesso a financiamentos para a compra da casa própria.

Por essa via, acrescentou, o Estado deverá assegurar os custos de infra-estruturação dos terrenos, bem como os equipamentos sociais, viabilizando a construção de moradias a custos mais reduzidos, particularmente no segmento de interesse social.

Mais recursos ao sector Segundo o representante da Deloitte na conferência, Ricardo Gonçalves, que falou sobre o tema a "Crise ou Crescimento do Sector Imobiliário em Angola", o mercado imobiliário em qualquer parte do mundo é feito de capital intensivo' contudo, notou, é necessário recursos financeiros para o desenvolvimento do sector.

Ricardo Gonçalves assegurou que o sector imobiliário, em particular o angolano, depende de dois grandes drivers, sendo o primeiro ligado ao crescimento populacional e o segundo com o crescimento económico.

No que toca ao crescimento da economia nacional, José Silva adiantou que as perspectivas são positivas e é necessário que se perceba que o mercado imobiliário em uma co-relação muito forte com o crescimento macroeconómico de um País.

Por sua vez, Ricardo Gonçalves, fez menção a um estudo revelado pela Organização das Nações Unidas, indicando o crescimento populacional de Angola em mais de 40 milhões de habitantes até 2050. Para o especialista, estes dados devem ser levados em conta na perspectiva do sector imobiliário do País a médio e longo prazo.

Para concluir, a fonte acentuou que em África apenas 3% da população o tem recursos financeiros próprios obtidos através do rendimento do trabalho ou de outros provei-tos para adquirir a casa própria.

6.19 Falsos Bordeaux forçam entrega de casas no Kilamba

Semanário Angolense
21 De Junho de 2013

Estes, sem terem feito quaisquer depósitos, com promessa o fazerem posteriormente, apresentaram "comprovativos", mas tal não aconteceu. Descoberto o conluio entre funcionários do banco e candidatos apartamentos, a direcção SONIP abriu um inquérito para a averiguar a veracidade. "Neste momento os funcionários da SONIP não estão a trabalhar", seguiu a fonte.

A nossa fonte garante ainda ter-se detetado no processo recibos salários forjados, cujos utentes afirmaram pertencerem ainda numa determinada empresa, somente para a todo o custo conseguirem um apartamento no Kilamba.

Insatisfeitos com a falta de qualquer informação pública por parte da Sonip, mais de quarenta cidadãos manifestaram-se em frente àquela empresa com vista a forçar esclarecimento sobre as causas do silêncio daquela empresa.

Contemplada com um apartamento do tipo T3, uma cidadã que não se quis identificar, revelou ter sido facilitada pela empresa onde trabalhou, de quem solicitou um documento que atestava o seu vínculo com a empresa. "Fui à empresa onde trabalhei anteriormente, pedi que me passassem um recibo legando que ainda trabalhava naquela instituição para conseguir um apartamento", revelou a fonte, que disse actualmente fazer viagens Angola/Brasil, ao mesmo tempo que admite ter usada via ilegal. "Os meios justificam os fins, mas acredito que vou conseguir pagar a mensalidade", garante.

Um outro cidadão revelou auferir 70 mil kwanzas, porém a empresa para a qual trabalha passou uma declaração onde afirma que auferir 150 mil kwanzas. Um outro, que também já recebeu um apartamento T3, teve que falsificar a declaração, na qual garante vencer 150 mil kwanzas, ao contrários dos reais 80 mil que ganha.

Fonte ligada a Sonip assegura ainda que a entrega das chaves aos indivíduos que na primeira fase fizeram as inscrições para adquirir um apartamento, pode acontecer no final de Julho.

Até ao fecho desta edição, não conseguimos falar com alguém afecto a direcção da Sonip, tendo este jornal tentado para mais esclarecimento os números de telefones disponíveis, mas sem sucesso.

6.20 Tribunal de Luanda julga caso Build-Angola

Jornal o País
21 De Junho 2013

Os sócios da empresa READI - ANGOLA, LDA (proprietária da Build) serão julgados à revelia pelo Tribunal Provincial de Luanda, segundo anúncio publicado no Jornal de Angola e assinado pela juíza Isabel Celeste.

O processo 0144/2012-A foi intentado pelo cidadão Alberto Manuel José da Silva, supostamente burlado no processo de venda de residências pela empresa READI - ANGOLA.

Os réus são os cidadãos brasileiros Ricardo Nemeth, António Sodré e Paulo Marinho a quem foi dado o prazo de 20 dias para contestar a querela.

Este não é o primeiro processo aberto contra os sócios desta empresa imobiliária já que o cidadão Yan Xingdgu intentou igualmente um processo em Junho do ano passado. O autor da acção judicial pediu a condenação dos réus no pagamento de mais de 5 milhões de dólares americanos, além de uma indemnização no valor de 50 milhões de Kwanzas. Yan Xingdgu havia celebrado um contrato de empreitada, provavelmente relacionada com a construção de vários projetos imobiliários, não concluídos, sobretudo em Luanda, que deixou centenas de clientes sem as casas já pagas, algumas na totalidade.

Desde o despoletar da celeuma entre os clientes da Build-Angola que reclamam pela entrega das casas adquiridas, um grupo de cidadãos angolanos agrupados numa associação desenvolveram diligências para que o sócio angolano no negócio que eles identificam como Tony Silva seja responsabilizado criminalmente.

O primeiro sinal vislumbrado foi facto de a Procuradoria-Geral da República ter iniciado um processo de audição dos lesados, sendo a diligência do empreiteiro a mais consistente, aguardando-se pela possibilidade de se ter um bom desfecho, num caso visto geralmente como de difícil solução à partida.

6.21 Um paraíso para quem pode pagar

Novo Jornal
21 De Junho de 2013

DEPOIS de mais de um ano de encerramento da praia do Morro dos Veados, na zona de Benfica (sul de Luanda), eis que surge um projecto imobiliário que se assume como "único" e para fazer da zona sul de Luanda "um paraíso" - mas só para quem poder pagar.

O projecto, sob responsabilidade de uma empresa até agora desconhecida do mercado, a "Ocean Drive", está a ser comercializado para os que podem pagar valores que não estão ao alcance de qualquer cidadão. O projecto imobiliário contempla uma zona habitacional e outra comercial, numa área total de um milhão e quinhentos metros quadrados.

Na zona habitacional prevê-se a construção de três tipos de moradias com denominações de Ilhas espanholas como Ibiza, Mallorca e Las Palmas, com áreas de construção que vão até 666 metros quadrados (a casa principal) e 89 metros quadrados, o anexo, com vista para o Morro do Veados.

Os preços variam desde os 1,5 milhões aos 3 milhões de dólares, com a obrigatoriedade do pagamento de 50 por cento, para que se inicie a construção da moradia, e os restantes 50 por cento a serem pagos faseadamente com base numa negociação entre o cliente e o vendedor, segundo informações obtidas no departamento de vendas da "Ocean Drive".

No entanto, os potenciais compradores podem optar por uma das quatro construtoras postas à disposição do responsável pelo projecto, duas portuguesas e duas chinesas.

A primeira fase da estância "Ocean Drive", que está agora à venda, conta com uma zona comercial, denominada Galeria, que vai albergar 23 lojas de 60 a 195 metros quadrados, uma praça de alimentação, quiosques e outras infra-estruturas de apoio.

E aqui os preços ficam também à dimensão do projecto. Para quem quiser apostar nos quiosques, que já estão esgotados, terá que pagar entre 40 a 65 mil dólares. Para os bares ou restaurantes com esplanada ou primeiro andar, os preços variam em 1 a 3 milhões de dólares, preços semelhantes aos das lojas para o comércio diversificado.

Fazendo fé nas informações obtidas junto do stand de vendas do "Ocean Drive", a primeira fase poderá estar operacional em cinco anos.

Tratando-se de um projecto que está a ser desenvolvido numa zona balnear pública, que até ao seu encerramento era de acesso livre, e não tendo o Novo Jornal conhecimento da existência de algum concurso público para a sua privatização, tentámos contactar a administração municipal de Belas. Até ao

fecho desta edição não foi possível obter nenhuma reacção.

6.22 Os preços dos cúbicos baixam mesmo

Jornal de Independente
22 De Junho de 2013

Por força do Decreto Executivo Conjunto dos ministérios do Urbanismo e Habitação e das Finanças, nOI43/13 de 17 de Maio, os moradores das novas centralidades do Kilamba e Cacucaco, afectos ao Fundo de Fomento a Habitação (FFH) viram reduzido para metade o valor da renda dos apartamentos.

Assim, o preço da mensalidade das moradias do ipo 1'3A, passa de 603 dólares ao mês (que no Banco o Comércio e Indústria rondava entre 57 a 59 mil kwanzas, em função do câmbio do dia) para 300 dólares. A lei esclarece que o comércio das unidades habitacionais, em kwanzas e equivalente à data do registo da candidatura, permanecem da seguinte maneira; as habitações do Tipo 1'3A (70 mil dólares), 1'3+1 (90 mil dólares) e T5 (180 mil dólares).

O documento adianta que todos os constituintes deverão pagar em 30 anos, independentemente da idade, mais três por cento da taxa de juro e o valor da taxa de condomínio, a ser paga mensalmente e que variam em função do tamanho da moradia. O valor da taxa de condomínio a ser pago mensalmente, varia de 78,69 dólares (T3A), 88,13 dólares (T3+ 1) e 125,90 (T5), realça o documento que não faz menção às moradias do tipo 1'3B. O decreto estabelece ainda as condições de comercialização das moradias da centralidade de Cacucaco, pertencentes a esta instituição pública, o que faz variar o preço das moradias em função do tamanho e andares.

"Os apartamentos do T4 até ao 5º andar (60 mil dólares), os T4 até ogo andar (70 mil dólares), os T5 até 05º andar (85 mil dólares) e os T5 até 9º andar (90 mil dólares) refere o documento. De igual modo, os habitantes da centralidade de Cacucaco pagarão as mensalidades durante 30 anos, independentemente da sua faixa etária, mais a taxa de juro sobre a parcela a financiar de três por cento e o valor da percentagem de condomínio, que varia entre 88,13 dólares e 125 dólares, em função do tamanho do imóvel.

O documento estipula, no artigo 3º que os contratos já celebrados com o Fundo de Fomento à Habitação, referentes às unidades habitacionais da centralidade do Kilamba serão ajustados à nova tabela de preços. O decreto dá porrevogada toda a legislação que

contrarie o disposto no presente diploma, nomeadamente o Decreto Executivo Conjunto n° 253/- 12, de 8 de Agosto, assinado pelos então ministros das Finanças e do Urbanismo e Habitação, Carlos Alberto Lopes e Jos António Maria da Conceição Silva, respectivamente.

6.23 SONIP deve equacionar situação dos moradores que tenham pago

Semanário Factual

De 22 a 29 de 2013

A informação foi prestada no final de uma reunião que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, teve com os governadores provinciais.

Francisco Lemos explicou que o processo foi suspenso, porque das 23 mil casas comercializadas de um de Fevereiro a sete de Março, a SONIP só conseguiu entregar pouco mais de dez mil chaves aos titulares.

Salientou que decorre o processo de verificação para determinar quantos processos estão já concluídos, quantas casas oram vendidas e o que falta entregar.

Dentro de duas semanas deverá ser dada uma resposta e os que já pagaram à SONIP irão receber as suas casas.

Fez saber que estão em construção novas residências e que os preços continuarão a ser os publicados em Fevereiro.

Informou que a empresa deverá adoptar formatos de comercialização mais flexíveis, vendendo as casas ainda na fase de obras, para evitar os constrangimentos actuais.

Reafirmou que a Sonangol está a fomentar o surgimento de um novo banco de poupança e promoção habitacional.

Uma vez constituído, explicou o PCA da Sonangol, os interessados em adquirir residências deverão passar pela contratação de crédito junto ao banco para formalizar a sua candidatura.

Questionado sobre a possibilidade de exclusão de alguma imobiliária, respondeu que a "DELTA" se manterá assim como todas as outras que tiverem perfil, sustentabilidade, capacidade financeira e de organização.

Francisco Lemos Maria informou que nas restantes províncias do país as centralidades ainda estão em construção e que, em coordenação com os governos

provinciais, deverá ser encontrado um formato de comercialização das residências.

6.24 Imobiliário Equilibra Oferta E Procura

Jornal de Angola

25 De Junho de 2013

O mercado Imobiliário de Angola vive uma fase de maior equilíbrio entre a oferta e a procura, com reflexos na estabilização de preços, mas tem ainda um "enorme potencial de crescimento", de acordo com um estudo da empresa Proprime.

A quinta edição do Estudo do Mercado Imobiliário Angola, lançado pela consultora imobiliária angolana, indica que o sector imobiliário está a atravessar uma nova fase de desenvolvimento, com estabilização dos valores de mercado, especialmente nos segmentos de habitação e escritórios.

"Após o período de crescimento exponencial que se seguiu ao fim do conflito armado, e posteriormente, de uma desaceleração resultante do impacto da crise financeira internacional, o mercado imobiliário de Angola encontra-se actualmente numa nova fase", afirmou o director da Proprime, Francisco Barros Virgolino.

A nova fase é caracterizada por uma procura "mais alargada na sua base mas também mais cautelosa, o que tem vindo a resultar num abrandamento do ritmo de vendas de imóveis em planta e que deve, sobretudo, ter impacto nos valores de mercado dos imóveis, esperando-se que estes estabilizem face a períodos anteriores mais especulativos", disse Francisco Virgolino na sessão de lançamento do estudo.

Anova fase do mercado também está marcada pela maior profissionalização e criação de mecanismos legais na área do imobiliário, como fundos de investimento ou a modalidade de renda resolúvel, adiantou o director da Proprime.

Na segmento da habitação, refere a Proprime, continua a registar-se um desajuste da oferta em relação à procura, com défice habitacional para a classe média, que tem crescido de forma expressiva nos últimos anos, continuando a predominar espaços direccionados para as classes média-alta e alta.

Nível dos preços

Neste segmento, é "notório um abrandamento do ritmo das vendas face a períodos de grande expansão, principalmente das vendas ainda em planta", e os

preços estão a estabilizar, com máximos de apartamentos em Luanda a rondarem 5.700 dólares (570 mil kwanzas) por metro quadrado (Ingombota) e de moradias 5.043 dólares (504 mil kwanzas) por metro quadrado (Talatona).

Em Benguela, o valor médio de venda de habitação é de 3.400 dólares (340 mil kwanzas) por metro quadrado e no Lobito ascende a 5.400 dólares (540 mil kwanzas) por metro quadrado. No segmento de escritórios, Luanda regista um abrandamento na absorção de espaços, sendo a nova oferta caracterizada, sobretudo, por construção em altura e pela conjugação num só espaço de diversos usos.

Contudo, ainda há procura por satisfazer e apenas nos próximos quatro anos deve haver um ajuste, que conduza a uma maior "normalização de valores, tanto de venda como de arrendamento", que actualmente rondam os 140 dólares (14 mil kwanzas) por metro quadrado por mês na Baixa de Luanda, refere a Proprime.

"Não obstante o abrandamento da procura, as taxas de desocupação de escritórios em Luanda continuam entre as mais baixas de mundo, sendo as empresas das áreas petrolífera, Estado, sector financeiro e multinacionais, as principais forças de procura", adianta.

Também no segmento industrial potencial de crescimento é grande, com a aposta governamental na criação de condições para aumentar o investimento, incluindo na melhoria de infra-estruturas, acessibilidades e criação de medidas para o investimento estrangeiro, impulsionando ainda a criação, por ordem do Executivo, de Polos de Desenvolvimento Industrial.

Viana tem o mais antigo Pólo de Desenvolvimento Industrial de Angola, com renda média dos armazéns a rondar os 20 dólares (dois mil kwanzas) por metro quadrado, mas zonas como Cacucaco, município do Cazenga e Sambizanga têm maior impacto no desenvolvimento do segmento industrial.

Quanto ao turismo, continua a basear-se fortemente no segmento de negócios/empresarial, com Luanda a reunir a maior oferta hoteleira, que inclui três unidades de cinco estrelas, e Benguela carente de oferta de acomodações, apesar de "enorme potencial no segmento de sol/praias, com 200 quilómetros de costa e várias praias" disponíveis.

Em Luanda, a tarifa diária média dos hotéis de cinco estrelas fixa-se em 500 dólares (50 mil kwanzas), enquanto em Benguela e Lobito a média da diária para hotéis de 4 estrelas se situa nos 300 dólares (30

mil kwanzas), diz o documento com base em dados recolhidos.

"Em suma, o mercado imobiliário angolano continua a apresentar um enorme potencial de crescimento, mas está agora a criar as bases para conseguir evoluir em termos de transparência e maturidade, que são factores absolutamente cruciais para o saudável desenvolvimento de qualquer mercado", afirma Francisco Barros Virgolino.

6.25 "Já passamos a fase do boom"

Novo Jornal

28 De Junho de 2013

Que mercado imobiliário temos hoje?

Temos um mercado mais profissional. No caminho da profissionalização. É um sector que tem vindo a estabilizar os seus valores e que está a fazer uma progressão ao nível legislativo.

Como exemplo, temos a operacionalização da renda resolúvel, especificamente para os segmentos médios e médio-baixos, a recente aprovação da lei dos fundos de investimento mobiliário e a operacionalização da Comissão de Mercado de Capitais, entidade reguladora do mercado de fundos de investimento imobiliário. Essas alterações têm exigido ao mercado uma maior profissionalização e também uma maior transparência no mercado.

Quando fala de profissionalização do mercado está a dizer que o mercado não era profissionalizado?

O mercado angolano, com o fim da guerra, tinha graves carências a nível imobiliário e tudo isso teve que ser reconstruído. Nessas alturas é fácil fazer qualquer coisa e colocar no mercado, porque o mercado absorve devido às grandes necessidades.

Neste momento a procura já é muito mais selectiva e o mercado já passou a fase de "boom". Está a atravessar uma fase de estabilização e isso leva a que os promotores imobiliários tenham outros cuidados.

Há uns anos atrás, comprava-se muito em plantas, actualmente já não se compra em planta. O cliente já gosta de ver o produto final antes de adquirir e essa evolução exige também da parte de quem está a promover o imobiliário outro tipo de cuidado, outro tipo de preparação e também olhar mais para a concorrência. Porque o mercado neste momento já não é tão reduzido.

A operacionalização da renda resolúvel não está condicionada? São poucos projectos com esta modalidade de pagamento ...

Não existia. E este ano assistiu-se, especialmente aqui em Luanda, à implementação da operacionalização da renda resolúvel. É um caminho que temos que percorrer. As coisas não se fazem num dia. Vão se fazendo e eu acredito que seja natural que ao longo do tempo esta lei seja cada vez mais abrangente. Não só para os projectos que actualmente beneficiam desta lei, mas todos os outros, ou novas centralidades que existem no país.

Esta é uma renda resolúvel diferente da tradicional porque obriga o potencial comprador a pagar um ano de adiantamento. É justo?

É como tudo, tem os seus aspectos negativos e tem os seus aspectos menos positivos. Daí ser um produto mais para o segmento médio ou médio-baixo e não um produto para um segmento muito baixo. Mas é uma forma de suprir as carências habitacionais que Angola ainda tem.

Quais são as alterações mais significativas que o vosso estudo constatou e em que segmento de mercado?

Temos que falar de coisas bem distintas. Por um lado, as novas centralidades. São o destaque natural nesta fase em que nos encontramos. Mas também há o projecto Baía de Luanda que vai mexer com a cidade toda. Um projecto de grande envergadura.

Da parte dos promotores nota-se a necessidade de criarem produtos para a classe média, porque até aqui o que se via era tudo virado para uma classe alta, que é limitada. Esta tomada de consciência dos promotores é importante para criar um novo produto para a classe média.

O segmento escritório, basicamente o de Luanda porque os outros são ainda muito incipientes, vive do sector petrolífero que está a absorver grande parte dos novos produtos lançados no mercado. A tendência será para este sector vir a ser mais equilibrado no futuro.

Os preços baixaram realmente?

Baixaram. Quando comparamos os nossos estudos, desde 2006, é interessante observar que o preço se calhar não desce assim tanto unitariamente porque as áreas construídas são menores. Ou seja, para um determinado público-alvo fazia-se uma casa, vamos supor, com 400 metros quadrados. Actualmente faz-se uma casa com 300 metros quadrados.

Portanto, o preço da casa baixou efectivamente porque baixou a área de construção. O valor unitário não mexeu muito. Há esta diferença. Por isso podemos falar que houve uma baixa de preços.

Neste momento os valores da oferta são superiores aos valores que a procura está disposta a pagar e isto faz com que a oferta esteja desenquadrada em relação à procura a tendência no futuro será para os preços baixarem.

Esta realidade é vivida em todo país?

Temos que olhar para um produto abrangente para todos, uma boa casa. Estamos a falar da emergência de uma classe média, e a tendência para essas pessoas terem habitação própria será o produto ir de encontro às necessidades desta classe.

Não só a nível de equipamento, mas também a nível de preço.

Quanto é que custa hoje o metro quadrado de uma habitação?

O mercado é muito díspar. Tanto pode encontrar casas a 5 mil dólares ou a 2 mil dólares o metro quadrado. Isto varia de acordo com a localização, qualidade, dimensão, acessos... Todos esses factores acabam por contribuir para a definição de um preço. Estes preços são parecidos tanto para a habitação como para os escritórios.

Esta realidade é de Luanda ou também de outra província?

É específica de Luanda. Porque se for a ver 90 por cento dos serviços estão concentrados em Luanda. E onde estão os serviços é maior a procura. Apesar de poder existir localizações específicas com necessidades específicas, mas que não fazem o mercado.

Por exemplo, temos o Soyo que está com o gás natural, está a ter um desenvolvimento muito grande. Mas o sector do gás não vai fazer o preço do mercado, embora no Soyo possa haver uma procura específica de um tipo de escritório. Mas isso não vai fazer um mercado. E Luanda é um mercado grande.

Qual a sua opinião sobre os novos modelos de construção da cidade?

É um tipo de construção. E isso leva-nos a tudo quanto seja o ordenamento da cidade. As suas infraestruturas, redes viárias, sistemas de transportes públicos. Tanto quanto sei está em curso o desenvolvimento do Plano Director Municipal de Luanda e que obrigatoriamente terá que levar em

conta uma centralidade, porque a Baía de Luanda é uma nova centralidade diferente das outras, e não deixa de ser um novo polo atractivo, que vai exigir de quem está a fazer o plano municipal uma atenção especial.

Como é que olha para as actuais centralidades?

Como tudo tem as suas coisas boas e as suas coisas menos boas. É uma cidade organizada e a mobilidade é fácil dentro destas cidades. O reverso da medalha é que as acessibilidades à cidade são terríveis.

Não foram criadas infraestruturas, nem sistemas de transportes públicos que permitam um fácil acesso à cidade. Isso é fundamental quando se pensam em novas centralidades. Daí a importância do Plano Director Municipal, que tem que definir as infraestruturas a serem criadas para o bem de todos os que lá habitam e também para os que estão na própria cidade. Ter uma boa rede de transportes em Luanda é um ponto que todos concordam. Facilitaria muito a vida de quem cá vive e de quem está fora mas vem cá trabalhar. Ser uma boa cidade também depende de uma boa rede de transportes públicos. É dos livros.

Porquê?

Quem estuda um pouco de urbanismo sabe que estão intimamente ligadas. As redes de transportes, os eixos viários, as infraestruturas todas numa cidade contribuem muito para a qualidade de vida de quem lá vive e quem lá trabalha.

Como é que se resolveria a questão urbanística de Luanda?

Não quero estar na pele de quem tem este problema para resolver. Para se poder desenvolver um projecto desta envergadura, o plano Director Municipal é o primeiro passo. Ou seja, conseguir ver a cidade como ela está e a partir daí pensar a cidade no futuro. Mas para tal é preciso fazer um levantamento do que é a cidade hoje.

O que é a cidade hoje para si?

É muito trânsito. Muita construção. Uma coisa que eu acho muito importante que não tem sido apadrinhada é a reabilitação dos edifícios existentes.

Em vez de se construir novo podemos reabilitar o que já existe. A Europa parou de construir e começou a reabilitar. Esta crise internacional ajudou muito nesse sentido mas eu acho que é um bom exemplo para Angola, para Luanda e para todas as cidades do país.

É importante que quem constrói neste país tenha a noção do clima. O calor, a exposição solar, porque depois a arquitectura tem que acompanhar e deve-se evitar construir edifícios totalmente envidraçados.

Algo que tem sido feito na zona da baixa de Luanda, por exemplo.

Os custos de manutenção de um edifício assim são fortíssimos, exigem muitos ares-condicionados e implicam um alto consumo de energia, que neste momento é quase todo garantido por fontes alternativas. Mas também é verdade que muito já foi feito, muitos erros se cometeram e fazem parte da evolução. O importante é saber corrigi-los e fazer melhor. Isto é um processo evolutivo, a cidade é um organismo vivo, das pessoas, dos edifícios que aparecem, dos que desaparecem ... É preciso ter essa consciência.

6.26 Banco Sol disponibiliza mais crédito habitacional para apoiar cooperativa

Jornal Economia

28 De Junho de 2013

O Banco Sol e a cooperativa "O Nosso Zimbo", que congrega funcionários do Ministério das Finanças e empresas públicas adstritas ao referido ministério, assinaram, recentemente, em Luanda, um protocolo de cooperação mediante o qual serão viabilizados vários projectos de construção de residências.

Segundo o presidente do Concelho de Administração do Banco Sol, Coutinho Nobre, a direcção do banco que gere dispôs-se através do protocolo a conceder um montante avaliado em 25 milhões de dólares (2,4 mil milhões de kwanzas) para fazer cobertura aos pedidos de crédito habitação.

"Este é um passo que visa também responder e contribuir para a concretização do programa de construção de um milhão de casas levado a cabo pelo Executivo angolano", afirmou.

Segundo Coutinho Nobre, os pedidos dos membros da cooperativa serão atendidos sem necessidade de apresentação de outras garantias reais normalmente solicitados pelos bancos comerciais. Além do protocolo, o banco dispõe de um fundo de garantia que cobre 15 por cento dos riscos, sendo que a própria residência a adquirir constituirá uma garantia patrimonial do banco.

Por sua vez, Emanuel Maravilhoso Bucharrrts, presidente de direcção da cooperativa "O Nosso Zirnb", agradeceu o apoio do Banco Sol e garantiu que a iniciativa vai beneficiar os três mil associados da cooperativa e outros funcionários das Finanças que vierem a aderir ao projecto.

"O projecto habitacional é de âmbito nacional e será executado de forma faseada. Nesse momento, vamos arrancar com as obras nas províncias de Malanje, Huíla, Namibe, Benguela e Huarnbo", disse.

Questionado sobre as formas de acesso ao projecto, Emanuel Maravilhoso Bucharrrts afirmou que os principais beneficiários serão os associados interessados no produto. Os outros trabalhadores do ministério e órgãos afins poderão também beneficiar do projecto mediante adesão à cooperativa e apresentação da sua candidatura ao crédito habitação junto do banco, que oferecerá procedimentos especiais ao abrigo do protocolo assinado.

6.27 Governo quer maior rigor na construção de moradias

Jornal de Angola

28 De Junho de 2013

O vice-governador provincial do Huambo pediu maior responsabilidade e rigor na execução de obras que estão a ser levadas a cabo, durante o acto de consignação das obras no Londuimbali e Mungo.

Francisco Fato salientou que é necessário que as empreiteiras desenvolvam os trabalhos de construção das 200 casas, em todos os municípios, com mais seriedade e pontualidade, para que as empreitadas sejam entregues nos prazos acordados.

O Governo vai construir 40 fogos habitacionais e vários furos de água, numa primeira fase em oito municípios, com vista a melhorar a vida das populações.

As casas sociais de tipo T3, cujas obras têm início em breve, vão ser construídas nos municípios de Londuimbali, Ucuma, Chindjendje, Catchiungo, Chicala Cholohanga, Longonjo, E Cunha e Mungo, num orçamento de 1,6 mil milhões de kwanzas. Ao dirigir-se aos empreiteiros, Francisco Fato realçou que a população, e a juventude em particular, vão sentir-se gratos pelo trabalho das construtoras se nós conseguirmos garantir a conclusão das obras com qualidade e nos prazos estabelecidos nos contratos. Além disso, pediu às empresas fiscalizadoras para redobram as suas acções junto das construtoras, no sentido de as pressionarem a cumprirem os prazos.

O vice-governador anunciou a construção de milhares de furos de água em todos os municípios da província, para garantir mais água potável e mais saúde às populações, e pediu às empresas construtoras destes sistemas para serem rigorosas com a qualidade do trabalho. Quanto aos incumprimentos, revelou que as empresas que desonrarem os acordos com o Governo, vão responsabilizadas judicialmente.

6.28 Marçal Perdido nas ruas da amargura

Semanário Continente

28 De Junho de 2013

Marçal foi o primeiro bairro a aparecer nos arredores da cidade de Luanda, e só depois de muitos anos é que ocorreu o surgimento do Rangel, Sambizanga, Cazenga e tantos outros bairros suburbanos da capital.

Este velho Marçal foi ainda antes da independência considerado uma zona arquitetonicamente bem concebido, com ruas asfaltadas, água corrente, energia eléctrica e sem lixo. Ai, que saudades!..conforme lamentam os moradores.

Hoje devido o estado precário da zona, tudo indica que o bairro vai de mal a pior e cada vez mais ritmo assustador para o ambiente desagradável.

Ano após ano nota-se por tudo que é canto, montanhas de lixo, misturado com águas estagnadas, o que representa um autêntico atentado à saúde pública.

Assim vai o Marçal, ruas rebentadas e esburacadas, sem asfalto, as pessoas não conseguem andar à vontade, sem se cruzar com um buraco e, principalmente, no tempo chuvoso, que para se deslocar é necessário canoas ou botas apropriadas para o efeito. O Marçal está, manifestamente, doente. Só Deus sabe!

A febre tifoide, o paludismo e as diarreias agudas são as doenças frequentes nesta zona, que têm provocado muitos óbitos.

Paulo António, morador, disse à nossa reportagem que o Marçal está doente, existem doenças por toda parte. "É chato o que passamos, a Rua do Senado da Câmara está péssima, cheia de lama e com muito lixo".

Marçal é um bairro antigo, que foi habitado por várias pessoas, conhecidas da nossa praça musical e não só. Alguns até são governantes, actualmente. Os moradores acham que deveriam fazer alguma coisa

em prol do bairro, ao invés da vista grossa ou ouvidos de mercador ao que assiste. Diz-se à boca cheia que, a "Elisal " esqueceu-se do bairro. Para quem passa nessas ruas e ruelas depara-se com quilómetros de lixo, o que reclama a sua recolha. Segundo alguns moradores, há bastante tempo que Elisal não passa. Outros chegaram mesmo a questionar que não constam no plano da Elisal.

Saneamento básico

É precário. Cada um faz o que pode para tentar sair do sufoco ou minimizar um pouco a situação, para que a águas não invadam as casas. E assim vai-se por aquelas paragens. Vivem-se momentos difíceis. O que complica mais a vida do pacato cidadão é que não consegue andar à vontade, principalmente, no tempo chuvoso, onde as pessoas para irem aos seus afazeres diários têm que sair com botas e sacos plásticos, para transitarem até à Avenida Brasil, S. Paulo ou Brigada.

Na maioria das ruas os carros já não passam, e mesmo sem chuva nota-se o lamaçal. O cheiro nauseabundo percorre o circuito fechado da imundice em que se transformou, a zona chique que já foi. Pares de namorados vaidosos espalhavam a sua simpatia e sorrisos pelas ruas, ruelas e becos do sítio seco do passado.

Rua Senado da Câmara

A rua "Senado de Câmara" está um caos, sofreu obras de restauro por muitas vezes, é um desastre, a clamar pelo socorro de quem é de direito nas Obras Públicas. Diz-se até que as obras já têm séculos. Para quando a sua restauração definitiva?

Francisco Manuel, de 74 anos, morador deste bairro, sublinhou que as águas estagnadas nas ruas e principalmente do Senado de Câmara não são simplesmente das chuvas, mais também por falta de saneamento básico. Aquele munícipe apela o Governo Provincial para rapidamente olhar pelos moradores da Rua Senado da Câmara, já não é normal uma rua principal com esta dimensão não ter esgoto! É mesmo complicado. Domingas Paulo, senhora residente a mais de trinta anos, disse que a Rua Senado da Câmara e o Prédio Sujo só estão assim porque o governo quer, existem muitas cantinas, farmácias, armazéns que comercializam bens alimentares. Como técnica de saúde salientou que estão a correr muitos riscos de saúde com as águas paradas porque lá existem os mosquitos que têm causado paludismo.

Sistema escolar

Quanto à educação não foge ao jogo da regra. Está péssimo o sistema escolar. E pouco se fala no bairro que apenas conta com três escolas do ensino de base até à 6ª classe, que absorvem as crianças e alguns jovens do bairro, para poderem estudar. Segundo João Paulo Dinis, mais conhecido por "kota João", velho morador do bairro, "nós somos contra o Mercado da Chapada. No sítio onde se encontra, deveria ser erguida uma escola e com algumas quadras para a prática do desporto, o que daria para mais crianças estudarem".

Kota João acrescenta que é um mal necessário. "Agora nós pensamos que o mercado já não deve existir.

Deveria se construir uma escola de grande envergadura, que desse para abrigar muitas crianças que se encontram fora do sistema de ensino. Seria o bem total para o velho Marçal", destaca.

Os moradores estão preocupados e apelam às autoridades para abrirem mais escolas no centro do Marçal e um instituto médio.

Saúde

Quanto à saúde, contam apenas com o centro da OMA, onde a população acorre diariamente para os primeiros socorros.

Neste centro são feitas várias consultas, desde as de pediatria até ao atendimento aos adultos.

No bairro existe também o Hospital "Américo Boavida", o que tem sido uma "maka" grande, para quem lá se dirige em busca de tratamento. O corre que esta unidade hospitalar depara-se com mil e um problemas: se não tem médicos, faltam os medicamentos. Só Deus sabe este mal que inferniza a vida dos doentes locais.

A jovem Marisa Marineth Pedro Dias afirma que o Marçal não está de saúde, vai de mal a pior. "O que não entendo é que o bairro faz fronteira com Valódia, combatentes, S. Paulo e Vila Alice e o 'Marçal zinho', nem centros de saúde tem". Quando aparece alguém doente reforça, é necessário deslocar-se para outros bairros da cidade capital. "Até não sei, se o Marçal está no mapa de Luanda", desabafou Marisa Marineth, desesperada.

Comércio

O bairro conta com duas praças: famosa "Chapada" e a "Gajageira" onde os produtos são expostos ao sol e

às moscas, que tem criado várias doenças no seio da população.

O estado dos dois mercados é péssimo, sem condições, não são cobertos, os vendedores adaptaram o sistema de cobrir as coisas com lonas grandes.

Há as famosas cantinas, começam a tomar corpo e têm ajudado os moradores, existem por tudo quanto é canto, algumas estão legalizadas, outras não. Ambas têm funcionado e abastecido o povo nas horas normais e não só.

Em relação aos preços, segundo alguns populares, são mais baixos, ou até mesmo acessíveis, em relação aos das grandes lojas ou supermercados.

LAZER

É falar de coisas de outro mundo, o que toma difficilíssimo a vida dos jovens. O Maxinde que em tempos idos era o local preferido dos jovens encontra-se fechado e mesmo quase abandonado. Não se sabe qual o seu destino futuro. Era o sítio onde a juventude da zona relaxava.

O grande "Grémio", do músico Chico Coio, que actualmente atende a demanda da juventude tem sido o

salva-vidas, animando nas horas de lazer a juventude e não só. Os jovens que não têm meios financeiros entregam-se às casas onde se fabricam e vendem bebidas caseiras, como o caporoto e o quimbombo. António dos Santos, vizinho do Grémio, sente-se descontente com a situação, a juventude prefere bebidas caseiras, por falta de dinheiro. "Aqui no Marçal é o berço, onde podemos encontrar algumas fábricas de destilação dessas famosas bebidas, que têm rebentado os jovens desta zona".

6.29 Unidade portuária distribui residências

Jornal Economia
28 De Junho de 2013

Cerca de 124 trabalhadores afectos ao Porto de Luanda beneficiaram, no passado sábado (22), de igual número de casas, entre apartamentos e vivendas, no condomínio habitacional Jardim das Rosas, localizado na comuna do Benfica, município de Belas, em Luanda.

O ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás, fez a entrega simbólica das chaves das casas (100 apartamentos e 24 vivendas) aos trabalhadores do Porto de Luanda, em cerimónia enquadrada no

programa para a melhoria das condições de habitabilidade levada a cabo pelo Executivo.

Programa

O presidente do Conselho de Administração (PCA) do Porto de Luanda, Francisco Venâncio, garantiu que a empresa tem cumprido com êxito o seu programa social, e referiu que 65 por cento do número total efectivo de trabalhadores foram já contemplados com pelo menos uma residência.

Francisco Venâncio lembrou que a empresa entregou, num período recente, aos seus trabalhadores 32 apartamentos no condomínio Interlande, ao Morro Bento, e 17 no condomínio Ginga Cristina, em Viana.

Às 124 casas entregues aos trabalhadores do Porto de Luanda juntam-se outras 122 do condomínio Felitrans, no Camama, perfazendo um total de 246 entregues, num intervalo de um mês, pelo ministro Augusto Tomás, aos funcionários da sede do Mintrans, do Conselho Nacional de Carregadores (CNC), Instituto Nacional da Aviação Civil (INAVIC), Instituto Marítimo e Portuário de Angola (IMPA), Instituto Hidrográfico e de Sinalização Marítima de Angola (IHSMA), e da Direcção Nacional dos Transportes Rodoviários (DNTR).

Condições socioeconómicas

Na ocasião, o ministro dos Transportes, Augusto Tomás, garantiu que o Executivo vai continuar a redobrar esforços na implementação de condições socioeconómicas que contribuam para a melhoria de vida dos funcionários da instituição.

O governante avançou que as autoridades programaram, para os próximos tempos, uma série de actividades que visam mudanças graduais nas condições sociais dos trabalhadores, muitas das quais estão já a ser materializadas.

6.30 Urbanismo, Dólares, Gasóleo e Incompetência em Luanda

Folha 8
29 De Junho de 2013

Investigador Rafael Marques, disse, recentemente, em Oslo que apesar de Angola ter registado, na última década, uma das maiores taxas de crescimento económico do mundo, o executivo do presidente José Eduardo dos Santos tem demonstrado total incapacidade na melhoria do abastecimento eléctrico de Luanda, que consome 70 por cento da energia produzida no país. A maioria dos cidadãos,

instituições públicas e empresas vêm-se forçadas a recorrer a geradores, alimentados a gásóleo, como fontes alternativas de energia.

Em Setembro do ano passado, inaugurou-se, em Luanda, mais um projecto habitacional de média renda para funcionários da Sonangol, bancários e outros, no município do Cazenga, junto à Frescangol em Luanda São mais de 1,088 apartamentos distribuídos por 17 edifícios.

Uma breve investigação do Maka Angola, junto do referido condomínio, confirmou um dado curioso: a urbanização não tem energia eléctrica de rede.

Como medida alternativa, o complexo consome energia eléctrica produzida por oito geradores de 850 Kvas cada. Os gastos mensais em gásóleo, para os geradores funcionarem, permanentemente, estão calculados em cerca de US \$200,000. Deste modo, a urbanização já queimou em combustível, desde a sua inauguração, cerca de um milhão e 800 mil dólares para ter energia eléctrica. Ou seja, desperdiça, mensalmente, mais do que o equivalente ao preço médio de um apartamento, no valor de US \$180,000. Desde Setembro de 2012, o complexo habitacional terá já gasto o equivalente a dez apartamentos de qualidade média em área peri-urbana e Luanda

Os gastos com combustível, quando divididos por cada apartamento não parecem, à partida, exorbitantes. Equivalem a US \$183 mensais por cada unidade habitacional. No entanto, de acordo com dados oficiais, Angola é dos países africanos que mais subsídios providencia ao sector de energia, cobrindo 80 por cento do custo total da tarifa média de produção de electricidade (US\$42/ MW). Segundo uma nota do Fundo Monetário Internacional sobre a política energética do governo, em 2011, a equipa do presidente José Eduardo dos Santos gastou mais em subsídios de energia do que "com a saúde e educação combinados e quase tão grandes quanto as despesas de capital".

Qual é o efeito de biliões de dólares em subsídios de electricidade? Esta questão merece outra investigação. No centro da cidade, edifícios modernos de escritórios, ocupados por multinacionais, também têm custos elevados de consumo de combustível para produção de energia eléctrica através de geradores, variando em média entre US \$20,000 e 40,000 mensais por cada prédio. A rede eléctrica da cidade não os suporta e em Luanda nenhuma empresa consegue funcionar sem recurso a geradores, dada a falta de fiabilidade da infra-estrutura eléctrica, com constantes falhas, imprevisíveis e por períodos indeterminados.

Nos bairros periféricos de Luanda, sobretudo nos chamados musseques, onde habita a vasta maioria da população da cidade, em condições de pobreza abjecta, a situação do abastecimento eléctrico é ainda mais precária. A maioria dos habitantes recorre a ligações ilícitas e precárias à rede de distribuição.

Nos musseques, o inconstante abastecimento de electricidade, de acordo com a sabedoria popular, produziu uma máxima sobre a refrigeração de alimentos: "Se guardar, estraga".

Nos últimos anos, a cidade de Luanda tem registado elevados índices de construção, quer planificada em áreas urbanas e peri-urbanas, quer desordenada. Ao longo dos anos têm sido criadas várias comissões presidenciais para o reordenamento urbano, e têm abundado os estudos sobre o crescimento da cidade.

A pressão demográfica, a especulação imobiliária, a política de improviso do executivo do presidente José Eduardo dos Santos e a falta de infraestruturas básicas, como redes adequadas de água, electricidade e esgotos, assim como vias de acesso, tem gerado graves problemas, transformando Luanda numa cidade pesadelo. Sendo uma das cidades mais caras do mundo, Luanda acumula também, certamente, a infeliz qualificação de ser um centro urbano absolutamente caótico.

Relativamente ao sector da electricidade, o presidente aprovou em 2011, através do decreto n.º 256111, a Política e Estratégia de Segurança Energética Nacional.

Esse pacote legislativo reconheceu a inoperacionalidade de cerca de metade da infra-estrutura de produção, transporte e distribuição de energia no país. Identificou, como factores de estrangulamento do sistema de electricidade, o envelhecimento dos equipamentos e a falta de manutenção da rede.

Existem vários estudos e planos para Luanda, relativos a vários sectores, elaborados por consultores externos e aprovados pelo presidente da República. No entanto, as autoridades angolanas continuam a ignorar o elemento fundamental para uma melhor estruturação de Luanda e para a realização de projectos eficazes do ponto de vista urbanístico e económico: ouvir a opinião e registar as críticas dos cidadãos por via do diálogo aberto.

Por exemplo, em 2007, o presidente criou o Grupo Técnico Ad-Hoc para o Acompanhamento da Revisão do Plano de Gestão do Crescimento Urbano de Luanda. Esse grupo deveria rever o trabalho da comissão nomeada para o efeito. Passados dois anos,

em 2009, o chefe do executivo, criou outra comissão encarregue de elaborar um novo plano director para o desenvolvimento urbano de Luanda. Esta última tinha como coordenador adjunto o ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, general Manuel Hélder Vieira Dias "Kopelipa", um homem da confiança de José Eduardo dos Santos mas sem quaisquer qualificações em matéria de urbanismo.

As opções sobre o crescimento urbano de Luanda, assim como os seus custos e as relações custo-benefício, devem merecer o debate da sociedade. Se o presidente e o seu séquito centralizam todas as questões da vida nacional, como vontade de um selecto grupo de dirigentes, a sociedade deve adoptar por uma atitude contrária. Em última instância, não são os dirigentes quem pagam, do seu próprio bolso, os US \$200,000 mensais para o combustível necessário fornecimento de energia ao condomínio da Frescangol. Também não são as petrolíferas que pagam os elevados consumos de combustível dos edifícios onde operam. Estes são custos que acabam por ser pagos por todos os angolanos.

Independentemente do custo, a resposta improvisada à falta de infra-estrutura eléctrica através do uso de geradores não constitui uma alternativa a longo prazo que possa fundamentar o crescimento económico da cidade.

O executivo, incompetente e sem vontade política para resolver os problemas dos cidadãos e das empresas, tem preferido assobiar para o ar, criando comissões que nada resolvem e encomendando estudos sem qualquer utilidade.

Perante as generalizadas deficiências do abastecimento energético em Luanda, Norberto Garcia, dirigente do MPLA, chegou mesmo a aconselhar os residentes e empresários da cidade a que comprassem geradores. Esta lógica de incompetência governativa e de desinteresse total pelo bem público deve ser substituída por uma responsabilização efectiva dos governantes e pela participação construtiva dos cidadãos nas decisões sobre o futuro da capital (assim como de todas as cidades em Angola). Sem isso, Luanda continuará a ser, cada Vê 2 mais, um caos urbano e uma cidade pesadelo.

6.3I Propósito do arrendamento na centralidade do Kilamba

Semanário Angolense

29 De Junho de 2013

A demora na entrega de moradias na centralidade da cidade do Kilamba tem estado a levantar inquietações de vária ordem, sobretudo entre os compradores, que aguardam pela recepção dos seus imóveis.

O assunto tem sido ventilado em alguns círculos de opinião, daí que os contornos legais e contratuais inerentes ao processo de aquisição imobiliária merecem ser dissecados. Consta que alguns compradores já atingiram um certo grau de impaciência endémica, alimentada pela incerteza na entrega das moradias, uma vez que o vendedor, na pele de senhorio, não tem esclarecido com a devida propriedade os prazos de entrega, bastando-se a meros exercícios dilatórios na informação que veicula aos interessados.

A esta situação, acresce-se o facto de alguns compradores terem sido notificados, formalmente ou não, para a entrega de moradias diferentes daquelas para as quais se candidataram.

Como se não bastasse, faz-se sob ameaças de despejo, sem direito ao reembolso dos valores pagos, das moradias aos compradores que tiveram acesso às chaves, em caso de violarem normas relativas à convivência na centralidade ou ainda de não pagarem as próximas prestações nos prazos previamente estipuladas.

Tudo isto levanta uma inevitável confusão pela incompreensão dos conteúdos contratuais e das responsabilidades concretas das partes envolvidas, não se sabendo em muitos casos, a parte com autoridade na relação com o comprador. Se compete a SONIP (procuradora ou concessionária dos imóveis em nome do Estado, tido como titular dos imóveis), a Delta Imobiliária (mediadora de certos lotes em nome da "concessionária") ou ainda a administração da cidade do Kilamba, configurada na forma débil de uma autarquia local em ensaio?

Desde logo, importa assentar que chegaram ao conhecimento público três formas essenciais de acesso às moradias, designadamente, o acesso pela via da venda a pronto pagamento, por arrendamento e por via de arrendamento resolúvel, podendo ser com capital inicial ou sem capital inicial enquanto modalidade desta última forma de acesso.

Desde logo, importa assentar que chegaram ao conhecimento público três formas essenciais de

acesso às moradias, designadamente, o acesso pela via da venda a pronto pagamento, por arrendamento e por via de arrendamento resolúvel, podendo ser com capital inicial ou sem capital inicial enquanto modalidades desta última forma de acesso.

O acesso pela via do arrendamento não levanta, porém, quaisquer problemas não só pela falta notória de candidatos com problemas conhecidos, como também pela forma como funciona. É completamente regulada pela Lei do Inquilinato e legislação subsidiária importando poucos aspectos por esclarecer.

Da mesma maneira, a compra a pronto é uma das formas de acesso menos complexas do processo de aquisição de imóveis na centralidade. O pagamento faz-se numa única prestação dando acesso imediato à moradia, independentemente de o contrato ser uma promessa de compra ou de compra definitiva. Há apenas que referir que as dificuldades registadas no domínio imobiliário que é sensível em todo o território nacional, por razões seguramente políticas (porque não são meras burocracias administrativas), impedem que os vendedores de imóveis procedam à celebração de contratos definitivos. Ou porque faltam títulos de propriedade sobre os terrenos em que as moradias foram erguidas ou porque falta o cumprimento de certos procedimentos processuais ou administrativos que impede o vendedor de realizar a venda definitiva com outorga do respectivo contrato. É um problema nacional cujas causas não importa escarpelizar e que, seguramente, não oneram o comprador. Podendo exigir a reparação de danos em caso de não ter a titularidade definitiva por alguma política pública ou não que venha a surpreender o promitente-vendedor.

Interessa apenas tranquilizar que o contrato-promessa de venda tem o mesmo valor contratual e legal do contrato prometido ou definitivo importando os mesmos efeitos entre as partes contratantes ou oponíveis a terceiros que venham a interferir na relação dos contratantes por simples vício na formação da vontade ou por má-fé (também conhecida como eficácia inter parte ou erga omnes) ou pela recorribilidade judicial dos conflitos que venham a levantar. Portanto, é uma forma pacífica de aquisição, não importando qualquer ordem de preocupações a quem dela recorre.

O problema das aquisições de imóveis na Centralidade do Kilamba levanta-se na forma de acesso por compra e venda com propriedade resolúvel (como lhe chama o vendedor) ou renda resolúvel, como é simplesmente chamado. Não importa a abordagem das modalidades, senão a título complementar como faremos mais adiante. Tão

pouco a denominação merece quaisquer importâncias no domínio jurídico. O que importa é que configura uma forma mista de contrato envolvendo cláusulas de contratos muito bem determinados por lei quais sejam o contrato de arrendamento (regulado pela Lei do Inquilinato como ficou claro acima) e o contrato de compra e venda (estabelecido no Código Civil).

Em rigor, está-se perante uma forma pouco comum de contratação em Angola, emergente de realidades económicas de cariz capitalista, conhecida por Leasing. Que é um mecanismo contratual em que uma das partes (vendedor) cede a outra (comprador) um bem mediante acordo de venda, reservando-se ao direito de reaver o bem vendido em caso do comprador não cumprir, total ou parcialmente, com as prestações prometidas. É uma modalidade de contrato misto usada em compra e venda a prestações ou venda parcelada. Nessa modalidade, o vendedor que reaver o bem não pago na totalidade, tem a faculdade de transformar as prestações já pagas em parcelas de renda tornando o comprador num locatário, seja de bem móvel ou imóvel, na altura em que tiver o contrato rescindido por culpa sua ou fato (atraso no pagamento, desleixo na observância do acordo, etc.) a si imputável. Daí ser um misto de arrendamento e venda tal como se configuram as cláusulas deste tipo de contrato.

Assim, o comprador pode ser rotulado como sendo um comprador arrendatário, já que entra num contrato observando regras de compra e venda e de arrendamento cumulativamente. Se cumpre com as prestações, passa a comprador definitivo. Se não, é um arrendatário que perde o direito sobre o imóvel, por força do fim compulsivo do contrato. Ou seja, o comprador torna-se arrendatário no momento da rescisão do contrato, perdendo as prestações já vencidas a favor do vendedor na forma de renda paga pelo tempo em que teve a posse do imóvel. Percebe-se a lógica contratual?

Ora, chegados a esse porto interpretativo, interessa percorrer por três aspectos essenciais à volta desta forma contratual: as consequências do seu incumprimento (1), as penalidades que importam as partes faltos as (2) e os mecanismos de resolução de conflitos dela emergentes (3). No que toca 1;0 incumprimento do contrato de renda resolúvel pelas partes, é de esclarecer que se o incumprimento, inobservância do contrato incluindo a falta de pagamento das prestações, for imputável ao devedor (comprador), tem o credor (vendedor) os direitos estabelecidos pelo próprio contrato celebrado. Não fará recurso a outros argumentos por legalmente ineficazes. Não havendo contrato celebrado aplicam-se as regras do contrato promessa, tendo, o comprador, valores depositados, a título de

pagamento das parcelas, comprovados por recibos de depósitos ou transferência bancária. Nesse caso, o Código civil entende o montante pago como sinal e estabelece que « (...) a existência de sinal impede os contraentes de exigirem qualquer outra forma de indemnização» (art.º442º Código O Civil - CC). Ou seja, o vendedor tem o direito de fazer suas prestações já pagas pelo comprador se este não cumprir com as suas obrigações. Todavia, no caso sub iudice, os compradores apenas depositaram valores aguardando pela entrega das casas. Nesse caso, o incumprimento só pode surgir da parte do vendedor. Assim, se o incumprimento for devido ao credor (vendedor) tem a parte lesada (comprador) o direito a ser indemnizado com o reembolso em dobro da quantia depositada a favor do vendedor. A lei não admite outra forma de indemnização para este caso como se disse, por simples existência de sinal. E sobretudo por não ser celebrado um acordo que estipule outra forma de indemnização como admite a própria lei. Tratamos da parte da compra e venda do contrato. Quanto à parte relativa ao arrendamento, que apenas beneficia o comprador que tiver acesso a moradia e como tal parte de um contrato já celebrado ainda que com cláusulas promissórias, não faz sentido outra forma de penalização que não seja a perda das prestações a favor do vendedor e a eventual reparação dos danos que causar a estrutura imobiliária decorrente do uso, bom ou mau. A razão é simples: o contrato promessa não admite outra forma de indemnização havendo sinal. Já referenciamos a Lei sobre a questão. Quanto à reparação dos danos sobre o imóvel é uma responsabilidade que decorre fora do contrato, estando ele assinado ou não. Diz-se que decorre por factos ilícitos (portanto, extra-contratuais) praticados pelo usufrutuário (uso inapropriado, falta de manutenção ou mau uso do imóvel em geral). Neste caso, a indemnização será sempre na medida dos danos verificados em concreto devidamente arbitrados pelo tribunal competente em caso de recurso judicial da parte interessada.

Convém sublinhar que a indemnização será simplesmente exigível a favor do vendedor (SO- NIP por si ou pela Delta Imobiliária ou outro agente seu). Portanto, não faz sentido as ameaças lardeadas entre os moradores segundo as quais o mau uso do imóvel importa a expulsão dos moradores por decisão das autoridades administrativas da Cidade do Kilamba, visto que esta não é a proprietária dos imóveis e nem se quer representa o proprietário nas vendas. A dar azo a essa situação, equivale admitirmos um despacho presidencial a impor a saída de certos angolanos do território nacional, por conduta desordeira, abandonando os imóveis legitimamente adquiridos ou com a relação de cumprimento em dia com os

respectivos vendedores. Não há estupidez ou falta de consciência legal e administrativa de maior tamanho. Caberia tal poder ao vendedor, estando estipulado no contrato livremente celebrado entre as partes. O que não acontece no caso da Centralidade do Kilamba por não constar dos contratos-promessa já celebrados. Se fá-lo usando de mecanismo legal competente, este devia decorrer do novo Regime de Arrendamento Urbano, com eventuais alterações favoráveis a decisões semelhantes. Sabe-se, contudo, que é apenas uma proposta de Lei, ainda não aprovada pela Assembleia Nacional, salvo erro. Não é, pois, prudente e nem avisado a aplicação de normas com vigência condicionada pela sua aprovação, por manifesta inexistência, para além de configurar puro abuso do direito. Uma outra base da decisão seria pela relação de condóminos. Uma vez que estão estipuladas quotas condominiais entre as obrigações dos moradores, incorporadas por sinal no valor da compra do imóvel. Ainda assim, pode acontecer que o condómino perca o direito de habitar na moradia retirando-se-lhe do convívio com os vizinhos por incompatibilidade ética. Porém, nunca desencadeará a perda da propriedade sobre a moradia. Pois, o estatuto do condómino abrange os espaços comuns usados pelos moradores. Nunca a fracção autónoma que é o apartamento em concreto. Não só porque pode sempre arrendar a um terceiro ou alienar simplesmente por direito de titularidade sobre o mesmo (*ratio cives*), como a titularidade sobre a fracção imobiliária em concreto resulta da transmissão onerosa directa do vendedor, contraparte única nesta relação (*ratio legis*). Entretanto, os poderes condominiais nunca são exercidos por entidades que não sejam eleitas pelos próprios condóminos. É uma exigência legal. Desde logo, a administração está longe deste estatuto (está matéria vale um outro novel de esclarecimentos que não servem nestas linhas).

Se o incumprimento for devido ao vendedor por não entrega das moradias ou, simplesmente, não entregar no prazo determinado, tem o comprador o direito de exigir a restituição em dobro do que tiver pago. Esta exigência vale, mesmo que receba a moradia, estando o prazo vencido, como acontece em muitos casos reclamados pelos compradores naquela Centralidade. Para a Lei, receber a moradia fora dos prazos, antes ou depois da data estipulada, é equivalente ao incumprimento e como tal implica a respectiva responsabilidade civil. Aqui o critério da reparação de danos será sempre o sinal. O incumprimento não diz respeito apenas a entrega atrasada ou antecipada sobre o prazo, também acontece na situação em que a moradia entregue não tem as características daquela que foi escolhida pelo comprador. Verbi gratia, não tem a mesma cor

seleccionada no acto da compra, não está no mesmo andar ou na mesma posição do andar, não tem o mesmo tamanho entre outras diferenças e defeitos em relação à unidade escolhida em concreto. A entrega de um imóvel nessas condições, mesmo que aceita, importa o dever de indemnização por parte do vendedor. A lei chama a essa situação de cumprimento defeituoso.

Quanto às consequências do incumprimento de acordo com a modalidade da renda resolúvel escolhida, não há muito que se lhe diga. A diferença estará no montante da indemnização em caso de incumprimento do vendedor. Na renda resolúvel, com capital inicial, a entrega em dobro vai obviamente ter em conta a parte inicial do capital investido para a aquisição da moradia. Enquanto eu para a renda resolúvel sem capital inicial, o comprador sai beneficiado apenas com o dobro das parcelas mensais pagas.

Relativamente à solução dos conflitos decorrentes das vicissitudes na relação comprador e vender, os compradores insatisfeitos com os prazos de entrega têm a faculdade de abordar o vender através de uma notificação, preferencialmente escrita, exigindo deste o cumprimento sponte sua da obrigação. Servirá de meio de manifestação de vontade em resolver o conflito antes de desencadear um processo em tribunal.

Contudo, as partes podem sempre negociar os termos da indemnização ou declinar os direitos inerentes no puro império da vontade livremente manifestada. É o que se chama transacção. O que 'pode acontecer até, antes do julgamento da acção em caso de recurso ao tribunal. Este deverá ser o da co- marca do local da celebração do contrato. Mais esclarecimentos devem ser obtidos juntos de um advogado preferencialmente, pelo valor litigioso contido nas preocupações aqui vertidas.

6.32 Construção de Novas Cidades em Luanda

Semanário Factual

29 De Junho a 06 de Julho de 2013

O ministro angolano da Administração do Território, Bornito de Sousa, anunciou, terça-feira, 25, em Luanda, a possibilidade de se criarem, num futuro próximo, novas cidades, por forma a tornar célere a resolução dos problemas básicos dos cidadãos.

O governante prestou estas informações no final de uma reunião que teve com o governador provincial,

directores provinciais e administradores municipais, com o objectivo de partilhar reflexões sobre como serão estruturadas as várias cidades do território de Luanda e como será feita a gestão das unidades urbanas que estão a surgir.

De acordo com Bornito Sousa, as novas cidades poderão surgir dos actuais municípios do Cazenga, de Cacuaco, de Viana e de Belas, assim como os seus respectivos distritos urbanos, estando para depois a determinação de como é que cada uma delas irá funcionar.

Com a criação destas novas cidades, afirmou o ministro, não se altera a divisão político-administrativa.

"A questão que estamos a ver está relacionada com a organização territorial interna, sobretudo, a nível de base, incluindo a participação dos próprios cidadãos, para que se possam resolver, de maneira mais célere e adequada, os seus problemas ", esclareceu.

Afirmou que está neste momento em estudo um paradigma dos estatutos orgânicos dos governos provinciais, das administrações municipais e provavelmente os mesmos se estenderão para a organização das comissões administrativas das cidades.

Desta forma, acrescentou, haverá uma melhor clarificação das competências entre os governos provinciais e as cidades, sendo que os governos provinciais ficarão fundamentalmente com as competências de coordenação geral e de supervisão e as cidades terão a função de execução e de resolução dos serviços básicos e prestação dos serviços camarários.

Segundo o ministro, a criação das cidades acaba por permitir uma experimentação do funcionamento que ocorrerá com as autarquias.

Durante o encontro, os participantes estudaram a estrutura da cidade de Luanda e o funcionamento e gestão da cidade do Kilamba, que se prevê culminar com visitas às suas circunscrições.

Educação e lazer para as comunidades.

"Esta situação trouxe para os habitantes do Sungue Grande um distanciamento para o seu desenvolvimento económico e piscatório, obrigando, desta forma, os restantes a sobreviverem da agricultura rudimentar, mesmo sem meios de trabalho suficientes, como charruas, enxadas e catanas capazes de rentabilizá-los e cobrir outras necessidades", referiu o ancião Nicolau da Silva.

Ele explicou que, durante todo este tempo de isolamento com o resto da cidade de Caxito, chegaram a consumir água da lagoa, como o fazem até esta altura, insípida, malcheirosa e purulenta, situação que os tem obrigado a consumir ervas tradicionais para inibir efeitos colaterais no organismo, em especial às crianças mais vulneráveis na época de Cacimbo.

CRIANÇAS MORREM POR

FALTA DE MÉDICOS

A localidade, que se debate com a falta de um posto médico, regista constantemente a morte de crianças e de idosos, por picadas de moscas Tsé-tsé, facto que é preocupante, pelo que os moradores pedem a intervenção das autoridades sanitárias da província, a fim de os socorrer da crítica situação em que vivem.

De acordo com moradores, durante o princípio do semestre deste ano, mais de dez crianças perderam a vida por consumo de água purulenta, doença de sono, diarreia e anemia, situação agravada pela falta de cuidados médicos, pelo que exigem apoio urgente das autoridades sanitárias do Bengo.

Nicolau da Silva e a sua esposa acrescentaram que há falta de assistência sanitária que a localidade enfrenta e, de desde que chegaram à província do Bengo, nunca viram qualquer campanha de vacinação contra doenças, como a poliomielite, considerando tratar-se da falta de acesso àquela zona.

"Nesta localidade, muitas crianças morrem por situações degradantes, caso contrário deviam partir para Luanda em busca de socorro, mas, para lá chegar, são necessários meios financeiros, inexistentes no Sungue Grande", afirmou Nicolau da Silva.

ESCOLARIDADE É OUTRO PROBLEMA

Os anciãos Nicolau da Silva e a sua esposa, ambos de 89 anos de idade, explicaram ao Factual que a necessidade de se instruir os jovens na comunidade já foi uma vontade colectiva, agora é uma prioridade que está a ser esquecida pelos responsáveis da Educação em Caxito.

"Tínhamos pequenas salas onde instruíamos crianças, jovens e algumas mulheres adultas, e nestes locais dávamos lições bíblicas, mas, por inundações das águas do rio e a falta de materiais escolares, tivemos de paralisar com a iniciativa, que durou cerca de três anos", fez saber o ancião.

. "O quadro será inevitável, caso não houver uma intervenção imediata da administração local do

Dande ou mesmo do governador actual da província, pois, até à data presente, nunca beneficiamos de infraestruturas novas ou projectos inerentes à vida pesqueira dos habitantes", acrescentou.

As lagoas que serviam de pescas artesanais foram totalmente cobertas por densas savanas, limitando, assim, o trabalho dos mais de 300 pescadores existentes na localidade. Estes pedem socorro da equipa de Bombeiritos e a intervenção da direcção provincial das Pescas para se encontrar uma alternativa para a situação.

A aldeia de Sungue Grande conta com menos de 700 jovens, sendo, na sua maioria, analfabetos. As crianças não possuem cédulas pessoais, e os pais Bilhete de Identidade, por razões financeiras, pelo que pedem ajuda das entidades locais.

O Factual procurou a direcção provincial do Ministério de Assistência e Reinserção Social (MINARS) para possíveis esclarecimentos sobre a existência e o isolamento da aldeia do Sungue Grande, em Caxito, mas estes preteriram o assunto para outra ocasião, por não estarem autorizados a falar à imprensa..

6.33 Primeiras casas sociais prontas em Cacolo

Jornal de Angola

30 De Junho de 2013

As obras de construção das primeiras cem, das 200 casas previstas para o município de Cacolo, na Lunda-Sul, terminam em breve, anunciou a administradora Idalina de Fátima Issazol.

A par das casas, salientou que estão igualmente a ser construídos um lar para estudantes com capacidade para cem camas, escolas para o primeiro e segundo ciclos e um condomínio com dez casas geminadas.

As instalações do sector da Justiça e do comando da Polícia constam também do pacote de acções de impacto social já instaladas na vila. Localizado a 145 da cidade de Saurimo, Cacolo tem cerca de 78 mil habitantes, maioritariamente camponeses, caçadores e pescadores.

A administradora de Caco lo fazia um resumo das festividades dos 79 anos da sede municipal, desde que a mesma foi elevada à categoria de vila, no dia 23 de Junho de 1934. As comunas de Alto Chicapa, Cucumbi e Chassenge compõem o município, que ocupa uma superfície de cerca de 15 mil quilómetros quadrados, apresentando um clima tropical húmido.

O regedor Armindo Satxicapo considerou que a vila tem registado um crescimento acelerado de desenvolvimento em vários sectores.

No domínio da expansão da actividade económica, Idalina de Fátima Issazol salientou que a vila se de conta com uma agência do Banco de Poupança e Crédito (BPC), um Balcão Único do Empreendedor (BUE), panificadora e 12 estabelecimentos comerciais, entre armazéns, lojas e similares.

Em cobranças de impostos, feitas ao longo do ano transacto, a administração conseguiu arrecadar mais de 12 milhões de kwanzas para os cofres do Estado. A governadora da província, Cândida Narciso, referiu que Cacolo "já demonstra sinais de maturidade", em função do crescimento visível em várias esferas, cuja expansão de serviços abrange, de forma paulatina, todas as localidades. Durante a sessão de abertura da reunião com os administradores dos quatro municípios que compõem a Lunda-Sul, decorrida em Cacolo, a governadora Cândida Narciso destacou a necessidade da realização periódica de encontros deste tipo, para permitir a troca de experiências nos vários domínios. Esta posição foi apoiada pelos administradores municipais de Dala, João Txiculo Martins, e de Muconda, Francisco João, que defenderam maior interacção entre os gestores públicos.

Ensino e saúde mais próximos

A distribuição efectiva, desde o princípio deste ano, da merenda, em todas as escolas do ensino primário das sedes municipais da província da Lunda-Sul, está a impulsionar a ida regular das crianças às aulas.

Cândida Narciso salientou que uma das metas do Governo é cobrir todas as comunas e aldeias da província com a merenda escolar, uma vez que este processo ajuda a complementar a boa nutrição da criança e eleva a capacidade de percepção e ida regular à escola.

O processo de aproximação dos serviços de saúde está a contribuir para a diminuição de doenças e de mortes a nível da municipalidade, assegurou a administradora.

A par das melhorias no sector da Saúde, disse que a construção de escolas e os incentivos à agricultura, através da distribuição de sementes e artefactos, está a proporcionar o crescimento de cooperativas e associações camponesas.

Apesar dos avanços, salientou que o Governo está preocupado com a deficiência nas áreas da energia, água e reabilitação das vias secundárias.

7. JULHO

7.1 Novas urbanizações na Huila

Jornal de Angola

03 De Julho de 2013

O administrador municipal do Lubango, Silvano Levi, anunciou a abertura de novas áreas urbanísticas, para que os cidadãos tenham acesso fácil a lotes para fins habitacionais.

Silvano Levi afirmou que, para o sucesso do projecto, os órgãos técnicos da Administração Municipal do Lubango estão a realizar um plano de urbanização para depois serem entregues áreas loteadas aos interessados. Foram criadas novas áreas habitacionais nas comunas da Huíla, Hoque, Toco e Arimba.

A Administração, em conjunto com o Governo Provincial da Huíla, está a realizar acções para que o acesso a estas áreas seja facilitado. Para isso, estão em curso obras de reabilitação da estrada que liga o Quilómetro 16, passando pela sede comunal da Huila, até à comuna da Palanca, município da Humpata.

"Estamos a realizar o plano de urbanização para entregar áreas já loteadas de mil metros quadrados cada, aos interessados", disse Silvano Levi.

O administrador do Lubango afirmou que existem na Administração 14 mil requerimentos de solicitação de lotes de terrenos.

"Numa primeira fase estamos a preparar 18 mil lotes de mil metros quadrados cada", referiu.

A Administração Municipal do Lubango vai continuar a trabalhar para que a distribuição de lotes seja abrangente, "sem ninguém precisar de fazer esquemas". O administrador municipal do Lubango esclareceu que todo cidadão tem direito a um espaço para erguer a sua casa.

Para tal, basta dirigir um requerimento à Administração Municipal do Lubango.

O administrador Silvano Levi assegurou igualmente que todas as pessoas que precisam de um lote devem solicitar à Administração Municipal e não ao administrador, porque a administração municipal tem

os seus órgãos de apoio, que compreendem a fiscalização, serviços técnicos, área destinada ao loteamento e distribuição de terras e há ainda um gabinete técnico para concepção de planos.

7.2 Sonip entrega casas aos grandes filhos da Pátria

Jornal Semanário
03 De Julho de 2013

Sonangol Imobiliária (Sonip) promete entregar mais 500 casas entre os dias 29 de Julho e dois de Agosto, na Centralidade do Kilamba, em Luanda.

Pelo tipo de critérios adoptado pela Sonip, tudo indica estar-se a beneficiar primeiramente os Grandes Filhos da Pátria, para só depois atenderem os que pagaram, de facto, as prestações tornadas públicas.

O factual tem na sua posse documentos de cidadãos honestos que pagaram 18 mil dólares, no dia oito de Fevereiro deste ano, mas que até agora continuam a tossir e a levar carga de gente que nunca fez nada para que este país continuasse livre e independente. E como se não bastasse, apareceu uma rosa amarrotada a apelar a calma de gente idónea e patriota. Esse indivíduo parece estar apostado em pactuar com aqueles que pretendem criar instabilidade no país. Segundo fonte policial destacada no Kilamba, grande parte de roubos, furtos e assaltos a mão armada regista- dos nessa urbe contam com a participação de moradores, cujas famílias utilizaram engenhocas para viverem nessa antiga cidade fantasma, agora sob a mira de marginais.

7.3 “A nova centralidade do Dundo é brilhante e verde”

Jornal de Angola
04 De Julho de 2013

A província da Lunda-Norte co- memora hoje 35 anos desde que foi elevada à categoria de província. O governador Ernesto Muangala está satisfeito com os resultados do programa de combate e em entrevista ao Jornal de Angola garantiu que hoje a Lunda-Norte é auto-suficiente em produtos agropecuários. A centralidade do Dundo, com mais de cinco mil fogos, "é brilhante e verde", disse o governador em entrevista exclusiva.

Jornal de Angola - Que avaliação faz do programa de combate à pobreza?

Ernesto Muangala - Fazemos uma avaliação positiva na execução do Programa Municipal Integrado de Combate à Pobreza. A Lunda- Norte foi das províncias que mais se destacou em 2012, com 97 por cento na execução do programa, superada apenas pela província do Moxico. Melhoraram os serviços

essenciais básicos, como a água, saúde, educação e energia.

JA - A produção agrícola está a aumentar?

EM - Hoje a Lunda-Norte já não depende da República Democrática do Congo ou de outras províncias do país para o abastecimento das populações em bens alimentares. Produzimos muita mandioca e muito milho. Saem todos os dias toneladas de mandioca e fuba de bombô dos municípios de Capenda Camulemba e Xá Muteba para Malange e Luanda. A fazenda agro-pecuária da Cacanda está a produzir ovos, carne e hortícolas, abastecendo o mercado local e as outras províncias.

JA- O que representa a reabilitação das duas principais vias rodoviárias?

EM-AEstradaNacionalI180permite a ligação rápida entre Dundo, Lucapa, Saurimo e Luenha. Com a Estrada Nacional 230, que liga a Malange, N'Dalatando e Luanda., os 1350 quilómetros que separam o Dundo da capital passam a ser percorridos em muito menos tempo. As duas vias ficam concluídas até ao final do ano.

JA - Quando fica concluída a Estrada Nacional 225?

EM-A Estrada Nacional 225, entre Dundo, Cuilo, Caungula, Cuango e Xá Muteba, com 540 quilómetros, vai ser asfaltada pela primeira vez. Tem 11 pontes e 15 pontões que foram destruídos durante a guerra. A conclusão da reconstrução desta estrada é vital para o rápido desenvolvimento dos municípios do Cuilo, Caungula, Cuango e Xá Muteba.

JA - Como estão as obras no aeroporto do Dundo?

EM - A primeira fase das obras de reabilitação do aeroporto do Dundo já foi concluída. Estão por iniciar os trabalhos da segunda fase, que incluem a intervenção na pista e o seu alargamento. Aspectos técnicos estão a condicionar a continuação dos trabalhos, na base do relatório da Empresa Nacional de Navegação Aérea (ENANA) e do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAVIC) quanto à localização ou posicionamento dos dois edifícios em construção pela AAA no Dundo, destinados a hotéis e que ficam a menos de dois quilómetros da cabeceira da pista. Já convidamos o ministro dos Transportes e a administração da AAA para avaliarmos esta situação.

JA - Que acções concretas estão a ser realizadas para a juventude?

EM - A maioria das acções contidas no Programa de Governação do MPLA está virada para a Juventude.

Foi nessa base que o Governo Provincial da Lunda-Norte decretou 2013 como o Ano da Juventude. Realizamos em Abril o primeiro encontro provincial, auscultamos os jovens de todos os municípios e em conjunto identificamos as prioridades a serem executadas na Lunda-Norte até 2017. Vamos realizarmos pela primeira vez na nossa província a Feira Provincial de Emprego, com a participação da ENDIAMA, e nossa parceira inseparável, departamentos ministeriais.

JA- Que avaliação faz da descentralização da cidade do Dundo?

EM- fazemos uma avaliação positiva. Há melhorias no abastecimento de água. Até ao final do ano é uma das cidades de Angola com mais energia eléctrica e melhor iluminada, com a nova central térmica de 30 megawatts. A cidade verde e brilhante tem 5004 apartamentos modernos, uma escola com 50 salas de aulas, um hospital com 100 camas, um infantário para 900 crianças. Estão em conclusão as obras de reabilitação e ampliação do hospital central do Dundo e do Sanatório de Sacavula. Construimos escolas e habitações sociais.

JA - A nova centralidade quando recebe os primeiros habitantes?

EM - Anova centralidade aguarda pela conclusão dos sistemas de abastecimento de água e de energia eléctrica. Só depois é marcada a data da sua inauguração. O mais difícil ficou para trás, que foi construir, em três anos, a centralidade que nos orgulha a todos. Valeu o esforço de todos.

JA - Que avanços se registaram no sector produtivo?

EM-Com a normalização dos preços dos diamantes no mercado mundial, sector diamantífero província da Lunda-Norte melhorou significativamente, se compararmos com os anos de 2008, 2009 e 2010. Aumentou a produção, diminuiu o desemprego, aumentou consideravelmente a quota financeira resultante dos nas províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico. A população da província da Lunda-Norte beneficia com as acções no sector diamantífero, com mais emprego e melhores condições sociais.

JA - Qual é a vantagem dos acordos assinados com o Cassai Ocidental?

EM - Podemos destacar que pela primeira vez se registou a saída voluntária de 68.400 imigrantes ilegais, maioritariamente da RDC. A parte congoleza comunicou-nos muito recentemente que os seus dados apontam para mais de 90 mil cidadãos que abandonaram voluntariamente o território da Lunda-

Norte. Este quadro permitiu que sejam abertos os postos fronteiriços de Itanda (Cambulo) e Tchissanda (Chitato).

JA - A fronteira da Lunda Norte tem alguma especificidade?

EM-A fronteira da Lunda-Norte, com 770 quilómetros de extensão, não está oficialmente aberta. Os postos de Itanda e Tchissanda vão ser os primeiros.

JA - Que acções estão previstas para o futuro?

EM-Este mês, vamos visitar Bandundu, a convite das autoridades desta província da RDC. Estamos a trabalhar com os nossos irmãos há pouco tempo. Começamos em Abril do ano em curso, quando foram assinados memorandos de cooperação, colaboração, troca de experiências nas áreas de saúde, educação e ensino superior, agricultura, geminação entre cidades e municípios. Estamos a demonstrar que na base do diálogo é possível o entendimento.

JA - Como reagiram as autoridades da RDC à saída voluntária dos seus cidadãos que viviam ilegalmente na Lunda-Norte?

EM - As Autoridades congolezas agradeceram e louvaram o gesto de humanismo, irmandade e fraternidade das autoridades angolanas no repatriamento voluntário dos seus cidadãos, pelas condições logísticas e materiais criadas, ao ponto de permitirmos que imigrantes ilegais retomassem aos seus países de origem com os seus bens, incluindo automóveis, e recursos financeiros adquiridos na ilegalidade.

JA - O que pensa da greve dos professores e dos distúrbios no Cuango?

EM - Na Lunda-Norte não há greve de professores. Registamos desde 27 de Maio a paralisação de aulas em algumas escolas primárias nos municípios de Chitato, Lucapa e inicialmente no Cuango. São pessoas identificadas com o Simprof, mas ao serviço de forças políticas que no passado recente destruíram escolas, raptaram e mataram professores. Hoje querem aparecer como salvadores da pátria, mas hoje a realidade na Lunda-Norte é outra.

JA-A realidade é outra em que sentido?

EM- As estradas nacionais e secundárias estão a ser reabilitadas, ganhamos uma nova e moderna centralidade comparada com a de Luanda, foram construídas escolas, hospitais, centros e postos de saúde, a província é sede da Reitoria da Universidade Pública Luigi A'Nkonde, com as faculdades de

Direito e de Economia. Temos escolas superiores no Dundo e Cuango ... As ruas do Dundo, Nzaji e Lucapa estão a ser asfaltadas. A água potável e energia eléctrica já não são problemas para as populações. A pobreza foi combatida com a aposta na agricultura.

JA - Essa aposta está a dar resultados previstos?

EM- Os resultados são excelentes. Aponto a Fazenda Agro-Pecuária de Cacanda, o Projecto Calonda no Lucapa, estudos e projectos para o cultivo de arroz no Nordeste, Cambulo e Capenda Camulemba, plantação de seringueiras ou borracheiras no Dundo e Lucapa, para servirem de alternativa ao período pós-diamantes. É assim desde 2008, quando foi aprovado o Programa de Curto e Médio Prazo para a Lunda-Norte. Estamos a preparar o futuro para os nossos netos e bisnetos, com mais trabalho, disciplina e rigor.

JA - E quanto aos acontecimentos do Cuango?

EM- Em relação aos assassinatos de mulheres nas lavras do Cuango, trata-se de um assunto da Justiça. Há autores de actos do género no Cuango julgados e condenados e outros também serão julgados e condenados. Deixemos a Justiça trabalhar e que os políticos não interfiram no processo, não se precipitem em tirar aproveitamento político. Somos um Estado Democrático e de Direito, onde o princípio da legalidade, estabelecidos na Constituição impera e, por isso, acreditamos na Justiça.

7.4 Auto-construção é aposta na Huíla

Jornal Economia e Finanças
05 De Julho de 2013

o governo da província da Huíla vai distribuir cerca de 510 hectares de terra, na localidade da Tandavala, arredores da cidade do Lubango, para a auto-construção dirigida. Segundo o governador da Huíla, João Marcelino Tyippinge, explicando que o governo vai adquirir estas parcelas a um fazendeiro e posteriormente serão atribuídos a interessados.

Os lotes de 1.000 metros quadrados, que servirão para edificar mais de duas mil residências, começam a ser loteados e distribuídos nos próximos meses aos munícipes interessados na construção das suas próprias residências.

O governador afirmou que a entrega destes lotes às pessoas surge das preocupações do governo em querer descongestionar o centro da cidade do Lubango e alargar as novas centralidades.

"Nós vamos criar mais uma centralidade denominada Tandavala, mas com a intenção de os munícipes erguerem as suas próprias residências, uma vez que o governo está atarefado em outros projectos", realçou.

Além destas casas, o governo vai predispor-se em edificar na centralidade novos equipamentos sociais, nomeadamente postos de saúde, escolas, estradas e outros que darão vida à zona.

Construção das centralidades

Relativamente às obras em curso nas centralidades da Eywa e da Quilemba, João Marcelino Tyippinge manifestou-se satisfeito com os níveis de avanços que se registam na edificação das 11 mil residências e das outras 200.

João Marcelino Tyippinge apontou, para este ano, a entrega de residências na centralidade da Eywa, assim como a conclusão de seis mil fogos habitacionais na área da Quilemba.

Apelou aos munícipes a pautar pela calma, pois o executivo está a fazer de tudo para que as casas sejam entregues conforme o estio pulado no programa de fomento habitacional.

O município do Lubango conta com uma população estimada em mais de um milhão e 200 mil habitantes.

7.5 Nova cidade nos arredores do Lubango

Jornal de Angola
05 De Julho de 2013

Uma nova cidade, denominada Alta da Tandavala, é criada em breve na zona de Nanguluve, comuna da Quilemba, arredores do Lubango, província da Huíla, ocupando uma área de 5,1 milhões de metros quadrados.

O projecto do Governo Provincial da Huíla prevê a construção de duas mil habitações, escolas, hospitais, centros recreativos, infantários, igrejas, campos polivalentes, jardim zoológico, zonas verdes, entre outras infra-estruturas.

Um dos designers do projecto da construção da cidade Alta da Tandavala, Walter Raposeira, disse que os trabalhos de abertura dos arruamentos e outras áreas estruturantes começaram.

Walter Raposeira indicou igualmente que na futura urbanização arrancaram também as obras da Universidade Piaget do Lubango, numa altura em o

parque animal será implantado no extremo direito da estrada que liga a cidade do Lubango à fenda da Tundavala.

Walter Raposeira adiantou que o projecto da nova cidade começou em 2012 e os lotes para autoconstrução dirigida começam a ser entregues em breve pela Administração Municipal do Lubango.

O governador da Huíla, João Marcelino Typinge, visitou terça-feira a área onde é implantada a nova cidade e reafirmou o empenho do Executivo e do Governo Provincial em proporcionar melhor qualidade de vida aos cidadãos com a criação de novas zonas habitacionais. Até agora, mais de dois mil processos a solicitar lotes de mil metros quadrados, para a construção de moradias, deram entrada no Governo Provincial da Huíla.

A Administração Municipal do Lubango registou também 14 mil processos a solicitarem espaços para a autoconstrução dirigida, disse governador da Huíla, Marcelino Typinge referiu que a construção de equipamentos sociais, como escolas, centros de saúde, hospitais, locais recreativos e outros, é prioridade na zona de Nanguluve. "Onde houver concentração populacional temos que colocar estruturas básicas de apoio, para evitar a movimentação desnecessária das pessoas", sublinhou o governador Marcelino Typinge.

Distribuição de lotes

Marcelino Typinge defendeu maior celeridade por parte das administrações municipais na cedência de lotes à população para a autoconstrução dirigida.

O governador da Huíla salientou, por outro lado, que os processos não devem ficar quase dois anos nos gabinetes dos administradores municipais ou no Governo provincial para serem despachados, como acontece hoje. "Deve-se despachar os expedientes para que as pessoas possam realizar o sonho de ter casa própria", acrescentou.

Marcelino Typinge manifestou-se satisfeito com o grau de execução das obras de construção das mil casas a nível da centralidade da Quilemba, empreitada a cargo da construtora CITIC.

As obras estão avançadas, o que vai colmatar o défice habitacional que ainda se regista na Huíla, particularmente na cidade do Lubango, disse o governador.

7.6 Falta de escolas públicas e postos de saúde preocupa cidadãos

Semanário Factual

06 a 13 de Julho de 2013

O responsável admite existirem problemas sociais que estão a dificultar o bem-estar social dos cidadãos, em toda a extensão dos Zangos, facto que está a causar a descontinuidade escolar e a desistência dos estudantes que frequentavam, normalmente, as aulas nos municípios de onde foram desalojados.

O coordenador do programa provincial de habitação social de Luanda explicou que o problema da falta de escolas públicas será resolvido, através de uma cooperação junto da direcção provincial da Educação, para um levantamento das necessidades educativas, incluindo bibliotecas e outros espaços de ensino e aprendizagem.

"Não estamos alheio a estas necessidades, reassentamos a população e continuamos a trabalhar para o garante da continuidade do ensino dos seus familiares", fez saber.

"O problema da insuficiência de água potável deve-se à obstrução dos canais causada por indivíduos desconhecidos, canais estes que interligam os fontenários ou girafas para as residências. Mas continuamos a trabalhar em alternativas, para que não falte água potável a todos os moradores", garantiu.

O Factual constatou que as torneiras dos Zangos deixaram de jorrar água potável desde Dezembro de 2012, sem que a EPAL viesse a terreiro explicar a causa da interrupção.

"Não fossem os reservatórios de residências onde comprar água, a situação tornar-se-ia ainda pior, pois nem camiões cisternas circulam pela urbe para distribuir água aos carentes.

Também inexistem mercados oficiais para a venda de produtos, com excepção da praça do Zango I, onde toda a gente ocorre para satisfação das suas necessidades.

Sobre o assunto, Luís Anastácio deu a conhecer a existência de espaços entre o Zango I e o Zango IV onde poderão, em breve, serem erguidos mercados, com as necessidades dos vendedores para a acomodação de quem vive e venha a visitar a zona.

Reconhecemos que muitas famílias reassentadas no Zango tinham como principal actividade económica a venda de bens domésticos nos mercados e, deste modo, daremos o nosso melhor para a produtividade da vida financeira destas famílias, referiu Luís

Anastácio, que não avançou datas para a execução destes projectos.

POSTOS DE SAÚDE E LUZ ELÉCTRICA SÃO QUESTÕES GRITANTES

Os moradores de toda a extensão dos Zangos questionam o mau atendimento no único centro hospitalar, localizado no Zango I, que não consegue corresponder as necessidades dos cidadãos espalhados pelos Zango II, II e IV.

O coordenador do programa provincial de habitação social afirmou estar a depender do reassentamento geral dos moradores que se encontram em locais de riscos, para a criação de centros hospitalares que venham a cobrir toda a extensão dos Zangos.

"Enquanto isto, os moradores devem-se servir da unidade sanitária criada no Zango I, embora reconheçamos estar distante das famílias, que habitam nos Zangos III e IV", rematou.

O ineficiente abastecimento da luz eléctrica em toda a extensão dos Zangos consta dos desafios a serem ultrapassados pela coordenação da habitação social de Luanda, através da criação da nova subestação de energia, a ser concluída no Zango IV, para o fornecimento geral da luz eléctrica nos quatro Zangos e não só.

Falta de salas de aulas causa desistência

Famíliares ouvidos pelo Factual afirmaram que a falta de salas de aulas está a causar a descontinuidade escolar a mais de quatro mil crianças e jovens, em toda a extensão dos Zangas, situação agravada pela falta de água potável.

Encarregados de educação afirmaram ao Factual que foi um duro golpe a transferência dos moradores para os Zangas, pela falta de escolas públicas, algo que tem constituído o principal factor para a desistência de crianças e jovens, que se encontravam em frequência escolar no município do Cazenga, e no distrito do Sambizanga, bem como em bairros como Kinaxixi e a Boavista, locais de onde foram desalojados nos dois últimos anos.

Maria Helena, moradora há dois anos no Zango III, contou estar a viver momentos difíceis para a instrução dos seus filhos, começando pela falta de escolas para matriculá-los à carência financeira para aquisição de livros e outros meios didáticos, que possam servir de leitura doméstica, enquanto não frequentam as salas de aulas.

"Fomos retirados do município do Sambizanga há dois meses, onde os meus filhos estudavam, mas,

quando cá cheguei, não encontrámos escolas que permitissem a continuidade da instrução dos meus filhos e, até à data presente, não recebemos qualquer projecto sobre escolas públicas nos Zangos", afirmou.

Cidadãos pedem mais policiamento

Maria Helena comentou a falta de policiamento nos Zangas como um dos motivos para a existência de meliantes que têm como alvo os geradores e acessórios de viaturas durante a noite.

"Durante os dois meses em que me encontro instalado cá, já fui vítima de assalto, por três vezes. Levaram-me o gerador, trinta litros de gasolina e a roupa do meu marido", queixou-se.

Soarés Abaccy, cidadão Marfinense, de 40 anos de idade, considerou a falta de água potável e luz eléctrica o principal calcanhar-de-aquiles, pelo facto de impossibilitar a lavagem dos produtos que vende na sua cantina.

"A falta de luz é constante, um dia temos, outro dia não, e nunca sabemos quando é que nos tiram a luz, por muito tempo. Apenas consentimos a escuridão e somos obrigados a usar velas durante as noites, e geradores para quem possui dinheiro para combustível", especificou.

O Factual constatou, em toda a extensão dos Zangas há apenas um espaço de lazer e cultura, localizado no Zango IV, onde crianças e jovens fazem dele um passatempo, mas os imóveis estão a deteriorar-se e a serem roubados por indivíduos desconhecidos.

Crianças e jovens ouvidos pelo Factual consideraram o espaço de grande valia, mas lamentaram a falta de fiscalização do mesmo, uma vez que, nos últimos dias, alguns grupos de marginais, oriundos de locais desconhecidos, se acoitam aí.

O comando municipal da Polícia Nacional de Viana, através do posto policial instalado no Zango I, deu a conhecer ao Factual a existência de forças conjugadas para salvaguardar a população das redes dos malfetores, contribuindo para a acomodação dos que estão a instalar-se, nos últimos dias, nos Zangos.

Os municípios de Viana nos Zangos queixam-se também da falta de transportes públicos para o deslocamento dos cidadãos de e para os Zangos.

7.7 SONIP é factor de instabilidade social

Semanário Factual

06 a 13 de Julho de 2013

A Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) transformou-se num factor de instabilidade social, com a sua política ambígua na comercialização de habitações nas centralidades do Ki.1arnba e de Cacuaco.

A ausência de uma política coesa a nível da empresa tem vindo a resultar no grande fluxo de pessoas, provocando, assim, muita turbulência e desequilíbrio na relação entre candidaturas e a capacidade de atendimento.

As suspensões e as retomadas das vendas são anunciadas pelos seus responsáveis, sem uma justificação palpável. As trapaças que ocorrem a nível desta SONIP estão a ofuscar absolutamente a imagem do Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, que tem vindo a dar instruções necessárias para que as vendas decorram sem inquietações.

Sob orientação do Presidente da República foi criada uma comissão ad-hoc que tinha como finalidade estudar e monitorizar a aplicação das regras de comercialização dos imóveis das centralidades.

Ao que tudo indica, a referida comissão, cuja incumbência é estudar e propor ao Chefe do Executivo o quadro normativo e operacional facilitador de acesso aos imóveis do programa habitacional, tem culpa no cartório, face às inúmeras irregularidades na venda das casas.

Por exemplo, o ajustamento do preço das unidades habitacionais, bem como a introdução de diferentes regras de comercialização, não criaram as condições para que os potenciais clientes pudessem escolher a modalidade de acesso e a casa que quisessem.

Não corresponde à verdade a informação de que a SONIP e seus agentes imobiliários aconselharam a SONANGOL para uma paragem do processo para fazer o balanço dos dias de venda decorridos e proceder a algumas correções.

O que houve é que, inicialmente, todo o processo relacionado com a venda de habitações ficou minado pela corrupção.

Milhares de jovens começam a ver as suas esperanças amputadas por uma cúpula de ambiciosos apostados no bloqueio dos esforços do Executivo. A SONIP começa agora a oferecer o benefício da dúvida no que diz respeito a uma empresa idónea.

Perante esses atropelos, o eleitorado, que apostou no partido que formou o Executivo, resultante das eleições de 2012, começa a perder confiança nas promessas feitas.

Tudo isso, porque existem grupos de pessoas determinadas em sabotar as políticas traçadas pelo Chefe do Executivo.

E essa forma de agir não se aplica somente à SONIP e à DELTA. A escassez generalizada de água e de energia eléctrica em Luanda faz parte de uma estratégia da pequena burguesia (reaccionária) que pretende, a qualquer preço, tomar o poder através da revolta popular.

E os exemplos dessa conjura estão visíveis em todos os cantos da cidade de Luanda. Um deles tem a ver com os engarrafamentos derivados dos erros inadmissíveis na projecção das novas cidades de Luanda.

Os artífices das centralidades do Talatona, da Nova Vida, do Kilamba, dos Zangos, bem como de centenas de condomínios, esqueceram-se de construir estradas para a circulação das viaturas provenientes desses aglomerados populacionais.

Todas essas falhas cometidas, conscientemente ou não, visam contribuir para a instabilidade social em Luanda.

7.8 Luandenses Contra a criação de novas cidades

Semanário Angolense

06 De Julho de 2013

Habitantes da cidade de Luanda reagiram de forma negativa às palavras de Bornito de Sousa, ministro da Administração do território, quanto à possibilidade de serem criadas num futuro próximo, novas cidades em Luanda, com vista a resolver esse problema básico dos cidadãos necessitados.

A maior parte dos populares ouvidos pelo *Semanário Angolense* é de opinião que a criação das novas cidades em nada vai resolver os seus problemas, pelo contrário, vai piorar, devido ao espaço que estas cidades vão ocupar.

«Sinceramente, isso não vai ser nada bom, esses terrenos que vão ser ocupados devem vender às populações e deixar que nós próprios construamos as nossas casas, segundo as nossas possibilidades e os nossos gostos», afirmou Júlio Gomes, funcionário público.

Esse interlocutor foi mais longe, ao dizer que tais cidades «inventadas pelo Estado», apenas prejudicam a população, ao invés de a ajudar, porque existem diversas situações que mais beneficiam o Executivo do que os próprios cidadãos.

Devido à situação causada pela gestão da centralidade do Kilamba, onde inicialmente a concorrência das casas estava aberta para quem quisesse e depois as coisas começaram a inverter-se, sendo que até listas de pessoas selecionadas saíram no Jornal de Angola, os jovens, principalmente, estão sépticos no que tange à construção de novas centralidades.

precisa-se de organização «Eles falam em melhorar as condições básicas da população e nós estamos a ver totalmente o contrário, caso que nos deixa muito indignados, porque eu fiz o concurso para aquisição de uma casa no Kilamba, mas não consegui, porque depois o processo mudou e inventaram muitas coisas, sem

explicar exactamente o que se estava a passar», desabafou Georgina Kitumba.

Os luandenses falam em desorganização das próprias pessoas que coordenam tais projectos, porque começam com uma ideia e depois acabam por mudar no decorrer do processo. O exemplo da cidade do Kilamba deixou marcas, principalmente para aqueles que chegaram a fazer a inscrição e alimentar o sonho de adquirir uma residência na referida centralidade.

Manuel Jorge, psicólogo, frisou que é normal que a população reaja mal quando se trata de centralidades, devido ao sonho «Por norma, torna-se mais fácil as pessoas reterem as coisas negativas por mais tempo, em detrimento das positivas, a maior parte dos luandenses está ferida, porque pensa que lhe foi tirada a possibilidade de viver na cidade do Kilamba, caso que feriu a sua mente e faz com que aja negativamente quando ouve um governante a falar sobre o assunto», explicou.

Acrescentou que o Governo tem de se organizar melhor ao elaborar esses projectos, porque se a razão principal é resolver o problema do povo, então têm de ser muito bem pensados, devendo ainda proceder-se à sensibilização das pessoas para que possa haver entendimento entre as partes.

Participação dos cidadãos?

A questão dos valores a que são comercializadas as residências nas cidades já existentes, é outro facto que também deixa os jovens, particularmente, descrentes quanto aos objectivos perseguidos pelo Estado.

«Se realmente estas cidades fossem para o benefício dos cidadãos, com maior destaque para os jovens, não teríamos de pagar preços que estão fora daquilo que recebemos em termos salariais, existem muitas camadas da sociedade e tudo isso tem que estar em evidência», desabafou Raul Chaves, estudante de direito.

A população continua descontente com o facto de não estar a ocupar as residências da centralidade do Kilamba, que segundo consideram estão vazias devido aos preços, esperando que as coisas melhorem neste e noutros aspectos.

Bornito de Sousa anunciou que as novas cidades poderão surgir dos actuais municípios do Cazenga, Cacuaco, Viana e de Belas, assim como os distritos urbanos, estando para depois, a determinação de como cada uma delas irá funcionar.

«A questão que estamos a ver está relacionada com a organização territorial interna, sobretudo a nível de base, incluindo a participação dos próprios cidadãos, para que se possa resolver, de maneira mais célere e adequada, os seus problemas, sem no entanto, alterar a divisão político-administrativa», esclareceu.

Clarificação de competências

De acordo com o governante, está neste momento em estudo um paradigma dos estatutos orgânicos dos governos provinciais, das administrações municipais e, provavelmente, se estenderão para a organização das comissões administrativa das cidades.

Desta forma, acrescentou, haverá um melhor clarificação das competências entre os governos provinciais e as cidade, sendo que os governos provinciais ficarão fundamentalmente com as competência de coordenação geral e de supervisão e as cidades terão a função de execução e de resolução dos serviços básicos e prestação dos serviços camarários.

Segundo o ministro, a criação das cidades acaba por permitir uma experimentação do funcionamento que ocorrerá com as autarquias. Durante o encontro, os participantes estudaram a estrutura da cidade de Luanda e o funcionamento e gestão da cidade do Kilamba, que se prevê culminar com visitas às suas circunscrições.

Bornito de Sousa prestou estas informações no final de uma reunião que manteve com o governador provincial, directores provinciais e administradores municipais com o objectivo de partilhar reflexões sobre como serão estruturadas as várias cidades do território de Luanda e como ser feita a gestão das unidades urbanas que estão a surgir.

7.9 Entrega de casas vai ser retomada

Jornal de Angola
09 De Julho de 2013

A SONIP reabre na segunda-feira o processo de atendimento para conclusão das entregas das unidades habitacionais adquiridas nas centralidades da província de Luanda.

Num documento, a SONIP esclarece que o processo de atendimento vai ser efectuado por centralidades, começando com os clientes que efectuaram aquisição de habitações na centralidade do Kilamba, seguindo-se os clientes de Cacuaco e, finalmente, os do Zango Vida Pacífica, KM 44 e Capari.

A SONIP recomenda o cumprimento rigoroso do dia e horário previsto para o atendimento. Os clientes devem dirigir-se aos postos de venda da Delta Imobiliária na Cidade do Kilamba, nas horas normais de expediente.

Os outros clientes, acrescenta o comunicado, devem aguardar pelo seu dia de atendimento, a ser publicado nas mais diversas listagens cuja publicação começa amanhã. A SONIP pede desculpas aos clientes pelos transtornos.

7.10 Reduzido o défice habitacional local

Jornal de Angola
09 De Julho de 2013

A construção de 200 fogos residenciais na sede municipal de Kamanongue, província do Moxico, durante o período 2013/2017, vai reduzir o deficit habitacional que se regista na região, com maior incidência nos jovens.

A constatação é da administradora municipal em exercício, Catarina Engrácia Pereira, que realçou à Angop a importância da construção das residências para acomodar mais quadros indicados para trabalharem nessa circunscrição.

Das primeiras 100 casas em construção desde 2012, mais de 20 estão na fase conclusiva. A administradora explicou que, a par deste projecto de subordinação central, a sede municipal vai ganhar, nos próximos anos, 50 outras casas, cujo projecto contará com a participação da própria juventude, como principal beneficiária.

O município de Kamanongue situa-se 52 quilómetros a norte da cidade do Luena, capital da província do Moxico, e conta com uma população estimada em

mais de 50 mil habitantes, na sua maioria camponeses. No município de Kamanongue, refira-se, estão em curso diversas acções de impacto social, para melhorar a qualidade de vida da população e a imagem da região.

7.11 Sonip publica lista de beneficiários de apartamentos no Kilamba

Jornal Correio Global
11 a 18 De Julho de 2013

A Sonangol Imobiliária e Propriedades - SONIP publicou ontem, em Luanda, por via de distintos canais, a lista nominal das pessoas que deverão acorrer à Centralidade do Kilamba, de 15 a 19, para receberem as chaves de suas habitações.

Esta relação dos beneficiários, referente apenas aos candidatos das habitações do Kilamba, está disponível nos sites da Sonangol e da DELTA Imobiliária refere um comunicado de imprensa da Sonip. A empresa reitera a necessidade de se cumprir rigorosamente os dias e horários de atendimento estabelecidos (de 15 a 19 de Julho, nas horas normais de expediente), e apela aos 390 clientes a respeitarem os dias a si reservados para a abordagem do assunto.

De acordo com a nota, em cada um dos quatro primeiros dias serão atendidas somente 80 pessoas, ao passo que no último (quinto) as restantes 70, em conformidade com a listagem, pelo que quem se não será atendido.

A publicação da referida lista surge na sequência do anúncio da Sonip, de terça-feira (dia 09), no qual a instituição garantira a reabertura, a partir de terça-feira (dia 09), no qual a instituição garantira a reabertura, a partir do dia 15 deste mês, do processo de atendimento aos clientes para a conclusão das entregas das unidades habitacionais das distintas centralidades.

A empresa informa que para o efeito começaria quarta-feira a divulgação de listas, com os dias de atendimento de cada cliente que adquiriu casas, em Fevereiro deste ano, nas centralidades do Kilamba, Zango-Vida Pacífica, Cacuaco, KM 44 e Mussequê Capari.

O mesmo sublinhava que o processo será efectuado por centralidades, iniciando-se com os clientes que adquiriram a sua habitação na centralidade do Kilamba.

Recorda-se que o processo de comercialização de casas destas localidades iniciou a um de Fevereiro do ano em curso, tendo sido suspensa no dia 22, devido

a necessidade de se proceder ao balanço das actividades desenvolvidas.

7.12 Acesso à habitação é desafio dos jovens

Jornal de Angola
12 De Julho de 2013

O ministro José Silva disse ontem na abertura do primeiro conselho consultivo do Ministério do Urbanismo e Habitação, no Wako Kungo, que já foi aprovado pelo Executivo o programa que contempla a prioridade do acesso dos jovens às novas urbanizações e ao crédito bancário.

O processo para tornar eficiente o Programa Nacional de Urbanismo é também uma das preocupações do ministério. O fluxo contínuo de pessoas dos meios rurais para as cidades, frisou, reforça as exigências do planeamento pelas estruturas do sector, visando ordenar a construção de habitações e outros projectos com infra-estruturas que salvaguardem o saneamento básico e a defesa do Ambiente.

"O fluxo contínuo de pessoas que trocam as áreas rurais pelas áreas urbanas em busca de melhores oportunidades demonstra que a vida nas urbes é uma proposta de valor sem concorrência", disse o ministro, salientando que para inverter o quadro é preciso reforçar o planeamento, a organização e uso do espaço urbano. Quanto à necessidade da defesa e salvaguarda do património arquitectónico histórico das cidades, o Ministro do Urbanismo e Habitação anunciou planos para o seu restauro, cujo processo, pela sua especificidade, vai envolver os sectores da Cultura na troca de informações que permitam traçar estratégias comuns no sector público e privado.

A anteceder a abertura do Conselho Consultivo, o governador do Kwanza-Sul, Eusébio de Brito Teixeira, disse que o governo não está alheio à dinâmica do programa do Executivo e já elaborou os II planos directores municipais e planos de urbanização em todas as áreas urbanas e suburbanas com o objectivo de propiciar no futuro um ambiente salutar às populações. Eusébio de Brito Teixeira reconheceu que a dinâmica da evolução das sociedades gerou muitos constrangimentos, e em especial no Kwanza-Sul, verificando-se uma forte concentração de pessoas e actividade nos centros urbanos e uma profunda transformação que vem descaracterizando as cidades.

O conselho consultivo decorre sob o Lema "Urbanizar para Melhor Habitar".

7.13 Famílias no Dundo têm novas casas

Jornal de Angola
12 De Julho de 2013

As trinta famílias que residiam próximo do aeroporto do Dundo, província da Lunda-Norte, ganharam novas residências, inauguradas pelo governador Ernesto Muangala, no quadro das comemorações dos 35 anos da fundação da província.

O director provincial das obras públicas, Alter Malenga, sublinhou que as residências económicas, construídas na zona do Mutongo, com fundos do Programa de Investimentos Públicos, são apenas para antigos moradores, que viviam nos arredores do aeroporto.

Segundo o director das obras públicas, as residências têm dois quartos, uma sala comum, cozinha, casa de banho e um espaço que possibilita o morador construir quintal e outros compartimentos.

O responsável acrescentou que a nova zona habitacional do Mutongo vai contemplar, nos próximos tempos, água canalizada, energia eléctrica, espaços de lazer, um centro médico e escola.

Alter Malenga referiu que as obras foram feitas com materiais ecológicos, tais como argila mista e com o cimento que garante a durabilidade das infra-estruturas.

De acordo com Alter Malenga, o projecto é comparado com as casas que a antiga DIAMANG construiu na cidade do Dundo e outras vilas da província. Sem avançar o custo das casas, o responsável disse que a obra foi adjudicada à empresa angolana CSI, Lda, e teve a duração de 120 dias.

População satisfeita

Paula Txijica, uma das beneficiadas do projecto, mostrou-se satisfeita com a casa que o Governo Provincial construiu com o objectivo de oferecer melhores condições de vida às populações que viviam próximo do aeroporto.

A município disse que a área onde vivia não tinha condições de habitabilidade, uma vez que o bairro não tinha infra-estruturas e não estava urbanizado.

Paula Txijica pediu às autoridades da província no sentido de construírem um posto médico, de forma a evitar que as pessoas tenham de procurar assistência médica em localidades distantes. Lunda-Norte é uma das regiões do país que tem enfrentado problemas de construções anárquicas.

7.14 Milhares de jovens receberam residências

Jornal de Angola

13 De Julho de 2013

o secretário de Estado da Juventude Nhanga de Assunção disse que ao abrigo do projecto bairros sociais para jovens foram construídas 2.239 casas, 886 estão em construção e mil jovens famílias foram alojadas.

Nhanga de Assunção falava sobre o tema "Habitação e Juventude" ontem no Waku Kungo, no primeiro conselho consultivo do Ministério do Urbanismo e Habitação.

O secretário de Estado lembrou que o Programa Angola Jovem é um empreendimento público voltado para a satisfação das necessidades dos jovens angolanos.

Os bairros sociais da juventude, reconheceu, não estão dotados de infra-estruturas básicas, e pediu aos técnicos do Ministério do Urbanismo e Habitação para levarem em conta essa situação nos próximos projectos relacionados com a construção de casas para jovens.

O Programa Angola Jovem, frisou, veio estabelecer mecanismos viáveis para o Ministério da Juventude e Desportos desenvolver acções concretas de apoio.

E visa responder às necessidades mais prementes dos jovens angolanos, mobilizá-los e potenciá-los para o processo de reconstrução e desenvolvimento nacional em curso, através da promoção de oportunidades de formação socioprofissional, de empreendedorismo, de auto-emprego, de habitação social, educação para a cidadania e de ocupação salutar de tempos livres.

O projecto foi lançado em 2008, tendo o Ministério da Juventude e Desportos assegurado a publicação de um regulamento, onde prevê a distribuição das habitações sociais aos jovens casais, militares e jovens de reconhecido mérito profissional ou estudantil. Na sua primeira fase, está planificada a construção de bairros sociais da juventude com 92 moradias, em todas as províncias do país, com excepção de Luanda, que tem 200 casas. "Aos beneficiários está assegurado o crédito bancário através de um protocolo celebrado entre o Ministério da Juventude e Desportos e o Banco de Poupança e Crédito (BPC)", garantiu. A responsabilidade dos Governos provinciais no âmbito da sua execução, disse, tem a ver com a disponibilização dos terrenos terraplanados e devidamente infraestruturados.

Os participantes no primeiro conselho consultivo, que terminou ontem, discutiram entre outros temas o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação onde estão inseridos os 120 mil fogos sob a responsabilidade da Sonip e da Kora Angola, dos 200 fogos por cada município, de auto-construção dirigida e dos aldeamentos rurais de cabinda e Uíge.

7.15 Construção de casas sociais é prioridade

Jornal de Angola

14 De Julho de 2013

Os participantes no Conselho consultivo Alargado do Ministério do Urbanismo e Habitação (MINUHA), reunido na cidade do Waku Kungo, recomendaram aos Governos Provinciais para darem prioridade às infra-estruturas técnicas de forma a acelerar a construção de habitações sociais, no quadro do programa de 200 fogos em cada município.

Os participantes no Conselho Consultivo Alargado do MINUHA recomendaram o fortalecimento das relações entre as representações do Instituto do Ordenamento do Território e Urbanismo (INOTU) e os Governos Provinciais.

Os participantes consideraram ser necessário fazer uma avaliação preliminar dos resultados dos projectos habitacionais em todo o país e instaram os Governos Provinciais a enviarem a tempo dados e indicadores fiáveis do progresso dos projectos.

Os Governos Provinciais devem monitorar os indicadores mensais dos objectivos que concorrem para o cumprimento do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017, nos domínios do ordenamento do território, urbanismo, habitação geodesia e cartografia, resultantes de estudos e de projectos elaborados pelo sector público, privado e cooperativo.

Os Governos Provinciais devem aprovar, com celeridade, todos os instrumentos de planeamento territorial e urbanístico já elaborados e remetê-los ao MINUHA o seu tratamento, nos termos da Lei. No quadro do reforço da capacidade institucional, foi recomendado ao sector estabelecer um protocolo de cooperação com as universidades públicas e privadas, além de instituições de investigação científica, a construção e apetrechamento dos departamentos provinciais do Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA), e a qualificação dos seus quadros técnicos.

Ao encerrar o primeiro Conselho Consultivo, o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Conceição e Silva, fez uma avaliação positiva do encontro e considerou frutuosos os debates. O titular da pasta do Urbanismo e Habitação referiu que o seu ministério acolheu com agrado as contribuições dos intervenientes.

"Saímos convictos deste Conselho Consultivo que os temas abordados vão fortalecer a nossa actuação em prol dos grandes objectivos traçados pelo Executivo, que visam a melhoria das condições de habitabilidade das populações", concluiu o ministro.

José da Conceição e Silva procedeu, ainda, ao lançamento do primeiro volume da coletânea legislativa sobre o Ordenamento do território, Urbanismo e Habitação, instrumento que constitui um valioso contributo para o domínio da legislação do sector.

Participaram na sessão de encerramento a ministra da Cultura, Rosa Cruz e Silva, os secretários de Estado para a Juventude, Nhanga de Assunção, e para as Autarquias locais, Cremildo Paca.

7.16 Novas centralidades fazem cair as rendas

Jornal de Angola
17 De Julho de 2013

O mercado imobiliário informal no distrito urbano da Ingombota registar uma queda de preços das vendas e arrendamento depois da abertura das novas centralidades, em Fevereiro.

Intermediários de venda e arrendamento de casas, que operam na circunscrição, disseram à Angop que nos últimos meses os preços dos imóveis naquela zona da cidade registam quedas.

José Pedro afirmou que o negócio de venda e arrendamento diminuiu bastante, principalmente nos últimos três meses e que se espera "uma queda mais acentuada com a construção e abertura da segunda fase das centralidades".

A queda do preço dos imóveis, referiu, deve verificar-se também nas outras províncias onde estão a ser construídas centralidades porque a oferta começa a ser maior do que a procura.

João Manuel, que também se dedica ao negócio, declarou que muitos intermediários abandonaram a actividade depois do Executivo ter divulgado os novos preços e modalidades de pagamento nas

centralidades do Kilamba, Cacucaco, 44, Capari e Zango.

"Há pessoas que preferem contactar directamente as imobiliárias licenciadas. A construção das centralidades veio revolucionar o mercado imobiliário em Luanda", disse.

José Mendes, outro intermediário, recordou que "uma casa que antes podia ser arrendada por um milhão de kwanzas por mês, hoje fica por menos de trezentos mil e é possível que nos próximos meses os preços desçam ainda mais".

Um apartamento no bairro do Patrice Lumumba, com cinco divisões, referiu, era vendido por cerca de 50 milhões de kwanzas, pode ser adquirido por 15 milhões.

7.17 O desafio é melhorar o ordenamento do território

Jornal de Angola
17 De Julho de 2013

A autoconstrução dirigida no país recebeu até agora 34.175 lotes com infra-estruturas. A província da Huíla teve o maior número, 11 mil. O arquitecto Troufa Real que dissertou sobre o "Restauro do Património Imobiliário", no primeiro conselho consultivo do Ministério do Urbanismo e Habitação, disse que é preciso melhorar as políticas de desenvolvimento do território e os planos.

Aos técnicos do Urbanismo e Habitação, Troufa Real pediu para evitarem reacções imprevistas que possam perturbar o processo de planeamento do território e para terem confiança nos agentes que aprovam os planos.

Para a preparação de políticas, referiu, é preciso ter coerência durante todo o processo de planeamento, acordos sobre os objectivos e as ambições de desenvolvimento sustentável, uma comunicação clara e directa durante as diferentes etapas do processo de preparação das políticas.

Troufa Real fez a sua dissertação em quase duas horas e muitas vezes foi ovacionado. Ele insistiu no ponto da informação: "é preciso uma comunicação dirigida a todos os actores sobre os objectivos da política e os valores incluídos no desenvolvimento sustentável e o que ele significa especificamente para os interesses de cada grupo social".

E disse mais: "quando o Estado não planeia, o povo é quem mais ordena", referindo-se ao caos urbanístico que se verifica em muitos centros

urbanos em que as comunidades agem, porque não encontram planos urbanísticos.

Troufa Real disse que o restauro do património imobiliário histórico é um processo que deve valorizar os musseques "por serem o ponto de resistência contra a ocupação colonial".

A par disso, o arquitecto considerou as construções típicas no meio rural, as paisagens, a flora e fauna, como os factores a preservar para um ambiente sadio.

Programa nacional

o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação foi o que mereceu debate mais aceso. Os directores provinciais apresentaram as suas preocupações, que mereceram a especial atenção do ministro do pelouro, José Silva, dos secretários de Estado Joaquim Silvestre e Manuel Clemente.

Joaquim Silvestre, secretário de Estado para a Habitação, depois de ouvir as preocupações dos colegas de profissão, disse que os planos devem ser aproveitados e devem "pressionar" os Governos Provinciais a encontrarem reservas fundiárias no casco urbano devido às infra-estruturas.

"Vamos fazer a auto-construção dirigida com cálculos realistas e temos que ter plano de urbanização. Se não tivermos um plano de urbanização é impossível fazer a urbanização", afirmou.

Um participante denunciou que mais um bairro desordenado está a surgir no lado esquerdo do Ramiro na estrada entre Luanda e Porto Amboim. Joaquim Silvestre referiu que a ocupação anárquica de terrenos tem criado embaraços ao Programa Nacional de Construção de Habitação em curso no país.

"O carácter oportunista de muitas pessoas em diversas localidades do país inviabilizou os projectos sociais planificados pelo Executivo", reconheceu. Para resolver o problema é preciso que as terras ocupadas revertam para o Estado, mas isso acarreta avultadas somas financeiras em indemnizações que deviam ser utilizadas para outros fins. "Temos assistido à ocupação de terras em espaços já delimitados para a execução de projectos, mas o Estado viu-se obrigado a interrompê-los, devido aos custos de realojamento que são muito onerosos", afirmou.

Palavra do ministro

o ministro José Silva disse que na auto-construção, a parte dirigida não pode ser esquecida, tem de ser monitorizada e os órgãos públicos devem fiscalizar,

porque os cidadãos não podem ficar a sua sorte. Depois da casa construída não podemos chegar e dizer que isto ou aquilo está errado".

Sobre os 200 fogos nos municípios, José Silva referiu que o Ministério da Habitação está a ser pressionado para a venda, porque está a criar encargos aos Governos Provinciais. "Temos que ter consciência de que muitas urbanizações careceram de infra-estruturas, porque não houve coordenação com outros ministérios. Temos que encontrar soluções", afirmou.

E acrescentou "vamos sair daqui mais reforçados no sentimento de que uma Angola urbanizada e estruturada é um desafio dos angolanos para os angolanos".

O governador do Kwanza-Sul, Eusébio de Brito ao ouvir essas palavras do ministro José Silva, aproveitou a oportunidade para garantir que a província já arrancou com os planos directores municipais e de urbanização, visando a estruturação das cidades em termos de infra-estruturas.

"Tem muito para falar sobre essa matéria, mas gostava de salientar que passa a rezar na história que foi na cidade de WaKo Kungo que se realizou o primeiro conselho consultivo do Ministério do Urbanismo e Habitação com o lema Urbanizar para Melhor Habitar", disse o governador do Kwanza-Sul.

Carência de habitações Relativamente ao programa de auto-construção dirigida, Joaquim Silvestre considerou insuficientes os lotes para execução do programa, referindo que dos 685.000 lotes previstos em todo o país, foram identificados 34.175 lotes onde estão a ser executados os projectos.

Para imprimir mais dinâmica ao processo, Joaquim Silvestre apelou aos governos provinciais para darem o seu melhor na identificação de espaços, para que o processo de auto-construção dirigida atinja os objectivos, entre os quais está o de atenuar a carência de habitações, principalmente por parte da juventude.

O secretário de Estado da habitação aproveitou a ocasião para anunciar a execução do programa nacional de infra-estruturas que vai responder às preocupações sentidas na execução do Programa de Construção Habitacional.

A realidade local

O arquitecto António Gameiro, assessor do ministro do Urbanismo e Habitação defendeu que a elaboração de projectos habitacionais deve basear-se na realidade de cada zona, sob pena de serem criados transtornos do ponto de vista ecológico e ambiental.

António Gameiro referiu que os problemas actuais resultaram da situação de guerra que o país viveu, mas entende que há caminhos para os solucionar, através de projectos exequíveis.

O arquitecto apontou o processo de requalificação das zonas suburbanas e a criação de outros espaços, como a saída para inverter o estado actual de muitas cidades do país.

Sobre as construções anárquicas, alguns preletores apontaram a falta de autoridade do Estado em determinadas situações de ocupação de espaços por grupos organizados. O secretário de Estado para Assuntos da Administração Local, Cremildo Paca, referiu que se está a perder a autoridade ao permitir as construções anárquicas. Vários directores provinciais afirmaram que não está difícil trabalhar com a Sonip e sugerem que a empresa pode estar a ser mal interpretada e por isso devia esclarecer as suas posições e o seu papel.

7.18 Novas centralidades em seis províncias

Jornal Correio Global
18 a 25 De Julho de 2013

O Executivo anunciou que estão em execução, em seis províncias, nove centralidades, com a construção de infraestruturas nas localidades do Andulo, Cuito Bailundo, Sumbe, Caála, Lossambo, Luena e Quilomoço. Há trabalhos de execução das infraestruturas e a construção dos primeiros oito lotes para habitações sociais no programa de reconversão dos municípios do Sambizanga e Cazenga.

O projecto "Comunidades Urbanas", a cargo da empresa Kora Housing, Ltd., em execução em seis províncias, prevê a construção de 40 mil casas, em 14 localidades, e deve ser concluído em dois anos e meio.

Estão em execução, no sector da Construção, seis mil 81 quilómetros de estrada nas províncias do Moxico, Lunda-Norte e Lunda-Sul, Malange e Kuando-Kubango. Prevê-se a conclusão de sete pontes, num total de 327 em reabilitação ou construção nas províncias do Namibe, Huíla, Kuando-Kubango e Bié.

Em termos de vias secundárias, a cargo do Instituto Nacional de Estradas (INEA), está prevista a reabilitação e melhoramento de 4.590 quilómetros dos traçados existentes e de todas as infraestruturas que nelas se incorporam.

7.19 Alegria e frustração na “reabertura” do Kilamba

Jornal O País
19 De Julho de 2013

Wiza Silva é uma das contempladas cujo nome constou da primeira lista lançada para a recepção das chaves nesta segunda - feira. E assim concretizou o ansiado sonho da casa própria, com um apartamento T3, tal como havia escolhido. Com as chaves em seu poder, a jovem entrou no imóvel que agora é sua pertença para constatar o estado em que ele se encontrava e respirar o ar do seu interior.

Feliz, a nova moradora da centralidade do Kilamba disse finalmente! Demorou mas chegou a minha vez de realizar o sonho da casa própria, e mudarei em breve pra cá".

Assim como ela, outros indivíduos, que se inscreveram durante o atribulado processo de aquisição de casas na referida cidade, também teve acesso aos seus imóveis.

No total serão atendidos até hoje, sexta-feira, 19,390 clientes. Na segunda-feira dia, 80 clientes receberam os seus apartamentos, igual número nos três dias seguintes, respectivamente terça, quarta e quinta-feira. Para hoje, sexta-feira prevê-se atendimento de outros 70.

Mas, enquanto os convocados manifestavam felicidade quando recebiam as chaves, outros clientes aguardavam tristes por um esclarecimento da SONIP, que ainda não havia publicado os seus nomes até aquele momento, independentemente do facto de muitos deles terem efectuado o respectivo pagamento, tal como certifica os comprovativos bancários na posse de muitos deles.

A maioria diz ter feito o pagamento dentro do prazo determinado, antes mesmo de ter encerrado a primeira fase. Apresentaram os comprovativos à Delta, mas segundo eles a imobiliária recusou-se em recebê-los, garantindo-lhes que podiam fazê-lo mais tarde, o que não veio a acontecer, até ao processo de reabertura esta semana, sem qualquer explicação aos clientes nesta condição.

Pedro Garcia Ngola, por exemplo, é um destes clientes e candidato a morador do Kilamba. Ele contou a O PAÍS que desde 7 de Fevereiro que "cumpru com todos os procedimentos exigidos pela SONIP e a Delta. Até agora estou com o comprovativo bancário. Não faço parte dos convocados da semana, mas espero da SONIP

esclarecimentos quanto a esta situação. Se necessário, peçam os dados ao Banco BAI".

Por seu lado, Bibiana Esteves Cassule diz estar decepcionada com a SONIP, por saber que há pessoas que fizeram pagamento depois dela mas que já receberam as chaves dos seus apartamentos.

Triste, Bibiana desabafa que "a SONIP não diz nada sobre o assunto, se os dados já foram fornecidos ou não pelo banco. O senhor William que é o representante da SONIP no local de entrega só nos pede calma, mas o que queremos é esclarecimento". "Se a SONIP e a Delta não nos esclarecem, quem irá nos esclarecer?", questionou-se a senhora.

Ela está com a família dividida por não ter uma casa para morar, razão pela qual precisa de receber o seu apartamento no mais curto espaço de tempo.

Já Cristovão Mendes, que já efectuou o pagamento, também está céptico quanto à publicação dos seus nomes nos próximos dias porque se encontra em posse dos comprovativos de pagamento. O jovem acredita que nesta altura a SONIP ainda não tem nenhuma informação sobre o dinheiro que depositou na sua conta, antes mesmo do fim da data estipulada. "Perdi noites para me inscrever, faltei e estou a faltar ao serviço e a SONIP não explica o que se passa", acrescentou o entrevistado.

O representante da subsidiária da Sonangol Holding na centralidade do Kilamba, identificado apenas pelo nome William, não quis prestar qualquer informação sobre as reclamações apresentadas pelos clientes que pagaram, mas cujos nomes não constam das listas publicadas nos primeiros dias de entrega de apartamentos.

William limitou-se apenas a dizer que "estamos a atender as pessoas à medida do possível. Só as pessoas que foram convocadas receberão tratamento devido".

'A situação de todos será resolvida'

O administrador da Delta Imobiliária, Paulo Cascão, explicou que o processo de reabertura a entrega de apartamentos no Kilamba "está a ser calmo, tranquilo e com disciplina dos clientes, pois estão a comparecer de acordo a convocatória".

Sobre a frustração de alguns clientes, o responsável reconheceu a presença destes, assim como a validade dos seus comprovativos de pagamento e o cumprimento de outras obrigações contratuais. Mas disse que não podiam fazer nada, senão tomar nota para junto da SONIP analisar e responder aos

clientes. Cascão pede calma e alerta os descontentes que "a situação de todos será resolvida".

7.20 Sector de Habitação cumpre metas fixadas

Jornal Economia

19 De julho de 2013

Executivo angolano publicou recentemente as acções desenvolvidas durante o primeiro trimestre de 2013. Entre as várias actividades, destacam-se os sectores do urbanismo e habitação, indústria, pescas, bem como o agrícola.

Segundo o denominado "memorando de desempenho da actividade do Executivo do I trimestre de 2013", no sector do urbanismo e habitação foram executadas nove centralidades, em seis províncias, nove centralidades andamento Bié (Andulo e Culto), Kwanza-Sul (Sumbe), Huambo (Bailundo, Caála e Lossambo), Moxico (Luena) e Uíje (Quilo-moço), numa área total para 20.000 fogos. Estão em curso também obras de infraestruturas e a construção dos oito primeiros lotes para habitações sociais no programa de reconversão dos municípios do Sambizanga e Cazenga (Luanda).

Ainda no sector habitacional, a empresa Kora Housing, Lidera o projecto comunidades urbanas, que prevê a construção de 4º.000 unidades em seis províncias, que totalizam 14 sítios, que deve ser completado num prazo de 30 meses.

A fonte destaca que decorre ainda a construção da segunda fase da urbanização Nova Vida (Luanda), assim como a execução de trabalhos de infraestruturas nas localidades do Andulo, Kuito, Sumbe, Bailundo, Caála, Lossambo, Luena, e Quilomoço, no âmbito do projecto das comunidades urbanas, para a construção de 25.5º0 fogos.

Para o cadastro nacional de terras, estão instruídos 40 processos de concessão de terreno que correspondem a uma superfície de mais de 18,1 hectares, nas províncias de Luanda, Malanje, Benguela, Kwanza-Sul e Kwanza-Norte. Sedor da construção

Neste domínio, o documento revela que foram executadas cerca de 6.081 quilómetros (km) de estradas, nas províncias do Moxico, Lunda-Norte, Lunda- -Sul, Malanje e Kuando-Kubango, das quais estão em conservação cerca de 4.200 km e 327 para a reabilitação e construção de pontes. Prevê-se ainda a conclusão de sete pontes nas províncias do Namibe, Huila, Kuandô-Kubango e Bié. Estão em conclusão a

ponte sobre o rio Queve, na província do Kwanza-Sul, no troço Uko/Seles/Conda/Gabela.

Para as vias secundárias, o programa, sob gestão do Instruídos Nacional de Estradas de Angola (INEA), prevê reabilitar e melhorar cerca de 4.590 km de troços já existentes.

No sector da industrial, estão instaladas e em funcionamento na Zona Económica Especial (ZEE) 22 unidades de diferentes ramos de actividade numa área de 2,2 metros quadrados, criando assim 709 empregos directos; destes 641- são nacionais e 68 expatriados. A fonte frisa que a indústria metalomecânica é o sector que mais emprego gerou, durante o ano de 2012 e no princípio de 2013, com a criação de 193 novos postos de trabalho.

Ainda no sector da indústria, a empresa Nova Cimangol registou um aumento de produção com uma capacidade anual de 0,6 milhão de toneladas, que passou de 1,2 milhões anterior para 1,8 milhões de toneladas de cimento.

A empresa Sicil Angola já aprovou o programa que visa a construção de uma nova fábrica de cimento no município ferro-portuário do Lobito (Benguela), que terá capacidade para produzir cerca de 500 toneladas.

Ainda no domínio industrial, no segmento siderúrgico, a fonte revela que estão em funcionamento três unidades, nomeadamente a Siderurgia Nacional, Fabrimetal e a Delta Steel Mil, com uma capacidade instalada de 90.000 toneladas/dia.

O projecto da Companhia de Bio-energia de Angola (BIOCOM), implantado no Pólo agro-indústria de Capanda, na província de Malanje, cujos investidores são as empresa Odebrecht, Damer e Sonangol, num investimento de 26,2 triliões de kwanzas (272,3)

7.21 Sector imobiliário estabiliza preço mas reduz ritmo de venda

Jornal Expansão
19 De Julho de 2013

O mercado imobiliário registou uma estabilização dos preços e uma desaceleração do ritmo de venda face ao período de grande expansão, em anos recentes, segundo conclui um estudo sobre o sector no País, realizado pela consultora Propriety.

Os mentores do documento analisam o mercado imobiliário nos segmentos de habitação, escritórios, turismo, comércio, e indústria, incidindo, em termos geográficos, sobre Luanda, Benguela e Lobito, com o

propósito de partilhar informações no sentido de uma melhor percepção do sector imobiliário angolano.

O estudo de mercado imobiliário Angola 2013 revela que, a nível do sector habitacional, a zona da Ingombota regista os valores mais elevados dos apartamentos, onde o preço médio se fixa nos 5.700 USD/m². Nas moradias, a zona de Tala tona apresenta um valor unitário médio por m² de 5.043 USD /m². Já em Benguela, o valor unitário médio se situa nos 3.400 USD/m² e no Lobito nos 5.400 USD/m².

Quanto ao segmento de escritórios, apesar do abrandamento a que se assiste em termos de absorção de espaços, em Luanda, o mercado continua dinâmico e as taxas de desocupação continuam entre as mais baixas do mundo.

Ainda neste segmento, os autores da pesquisa consideram o percurso para a satisfação da procura de espaços de escritórios continua, estimando-se que nos próximos quatro anos a oferta se aproxime da procura e se assista a uma "normalização" dos valores de mercado". A zona privilegiada está situada na baixa da capital do País, onde a renda média por m² se situa em 140 USD. O sector petrolífero, o financeiro' o Estado e as multi-nacionais destacam-se entre os que mais procuram escritórios em Luanda

No que ao turismo diz respeito, a actividade permanece alicerçada no segmento de negócios, fruto do forte crescimento económico do país e pela consequente chegada de expatriados. Com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2012-2017 pretende-se reforçar o desenvolvimento de outros produtos turísticos que permitam a captação de turistas internacionais, assim como aumentar o turismo interno, face ao crescimento da classe média.

Os preços por quarto nas unidades hoteleiras continuam muito elevados. Em Luanda, a diária média nos hotéis de cinco estrelas se cifram nos 500 USD, enquanto em Benguela e Lobito, num hotel de quatro estrelas o hóspede chega a pagar por uma diária 300 USD.

O estudo mostra que no sector do comércio "existe no mercado nacional uma carência do conceito de centro comercial, com formatos mais modernos e com capacidade para satisfazer a classe média que está a emergir". Para tal avaliação, tal como em análises anteriores, se levou em consideração a existência de vários projectos em desenvolvimento no sector, estando previstas desde 2010 as inaugurações de diversos conjuntos comerciais,

nomeadamente, Luanda Shopping, Luanda Towers, Centro Comercial do Kinaxixi e Shopping Fortaleza.

Na província de Benguela, surgiu o Lobito Retail Park, primeiro empreendimento que agrega várias marcas. Assim, com os indicadores económicos e o crescimento da classe média, os mentores do estudo prevêem a entrada de retalhistas internacionais no mercado angolano.

No que tem que ver com o sector industrial, o documento que analisa o comportamento do mercado imobiliário angolano em 2013, indica que o mesmo aguarda pela melhoria das infra-estruturas básicas por parte do Executivo - consubstanciadas na criação de condições de acessibilidades e criação de medidas para atracção de investimento estrangeiro - para despoletar a atenção dos players do mercado e o interesse em investir no País.

O Pólo de Desenvolvimento Industrial de Viana é o mais antigo e a renda média dos armazéns se situam nos 20 USD/m². Outras zonas como os municípios de Cacuaco, Cazenga e do Sambizanga são as que têm maior impacto com projectos industriais.

Sobre a Proprime

A Proprime é uma empresa de direito angolano, certificada pela Comissão do Mercado de Capitais (CMC) como avaliadora de imóveis com habilitação para realizar avaliações de activos integrados ou a integrar no património de Fundos de Investimento Imobiliário. Pelo quinto ano consecutivo, apresenta o estudo de mercado imobiliário de Angola, que reúne, de forma sintética, a informação para a sustentação dos trabalhos de avaliação e consultadoria imobiliária realizados diariamente.

7.22 Executivo avalia a evolução das obras nas centralidades

Jornal de Angola
20 De Julho de 2013

O secretário de Estado do Urbanismo avaliou ontem o nível de andamento das obras de construção de três mil fogos na nova centralidade do Lobito e dois mil na Catumbela. Manuel Clemente, que está em Benguela desde quinta-feira até hoje, teve um encontro de trabalho com o vice-governador para os serviços técnicos e infraestruturas, Henrique Calengue, e responsáveis do sector na província

O secretário de Estado deslocou-se à Baía-Farta, onde também avaliou as obras de construção de mil fogos habitacionais que estão a ser erguidos na nova centralidade. Os primeiros 300 ficam prontos no

próximo ano, garantiu o encarregado de obras da empresa responsável pela construção. Henrique Calengue falou da necessidade de desassoreamento do rio Pima e da colocação de diques para a protecção das águas pluviais, pois as mil casas estão a ser construídas numa área de risco em época chuvosa.

O secretário de Estado visitou também a área para autoconstrução dirigida, as instalações do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola e a Direcção Provincial do Urbanismo e Ordenamento do Território. Manuel Clemente ficou indignado com as estruturas erguidas em locais antes concebidos para agricultura e defendeu o realojamento dos ocupantes para a reactivação da produção.

7.23 Novas centralidades ditam regras no mercado imobiliário

Semanário Independente
20 De Julho de 2013

O mercado imobiliário informal no distrito urbano da Ingombota, província de Luanda, começou a registar uma queda de preços na venda e arrendamento de residências, depois da abertura das novas centralidades.

Em entrevistas efectuadas pelo Independente a intermediários na venda e arrendamento de residências, estes disseram que nos últimos meses os preços dos imóveis "seguem em queda", nesta zona baixa da cidade de Luanda.

Para José Pedro, o negócio de venda e arrendamentos de casas diminuiu consideravelmente, principalmente, nos últimos seis meses, e espera-se uma queda mais acentuada com a construção e abertura da segunda fase das novas centralidades. O intermediário acredita que a queda do preço dos imóveis deverá acontecer nas restantes províncias onde estão a ser construídas novas centralidades, porque a oferta deverá ser em maior número do que a procura.

João Manuel, que também se dedica ao negócio, disse que muitos colegas seus abandonaram a actividade depois da divulgação, por parte do Executivo, dos novos preços e modalidades de pagamento nas centralidades do Kilamba, Cacuaco, 44, Capari e Zango.

"Existem pessoas que preferem procurar residências contactando as imobiliárias oficiais, e depois da abertura do Kilamba estes serviços que pareciam estar inibidos a alguns anos, devido ao elevado preço

das habitações, ressurgiu fazendo frente aos intermediários informais", disse.

Segundo o intermediário José Mendes, "uma casa que antes podia ser arrendada por 10 mil dólares mês, hoje fica por menos de três mil e é possível que o preço caia ainda para menos nos próximos meses".

Por exemplo um apartamento no Bairro do Patrice Lumumba com cinco divisões, que era comercializado a cerca de 500 mil dólares americanos, actualmente pode-se encontra por aproximadamente 150 mil e com pouca procura.

Com cerca de 400 mil habitantes o distrito urbano da Ingombota é constituído pelos bairros do Maculusso, Patrice Lumumba, Ilha do Cabo, Kinanga e Ingombota (sede) e ocupa aproximadamente 50 por centos da zona urbana da capital angolana.

Entretanto, os clientes da centralidade do Kilamba, em Luanda, cujos nomes constam das novas listagem publicadas no Jornal de Angola, bem como nos sites da Sonangol e da Delta Imobiliária, serão atendidos de 22 a 26 de Julho deste mês.

Segundo o porta-voz da Sonangol, João Rosa Santos, estes clientes serão atendidos nos postos de venda da Delta Imobiliária, nas horas normais de expediente, no prosseguimento do processo de atendimento para conclusão da entrega das casas adquiridas nas diversas centralidades.

Nesta conformidade, de acordo com a fonte, a SONIP informa que as listagens estão publicadas no Jornal de Angola e nos sites da Sonangol (www.sonangol.co.ao) e da Delta Imobiliária (www.deltaimobiliaria.co.ao), ao mesmo tempo que apela ao cumprimento rigoroso das datas e horários de atendimento estabelecidos.

7.24 O Pesadelo nas estradas do Kilimba-Kiayi

Jornal Folha 8
20 De Julho de 2013

Alguns dos automobilistas que circulam pelas ruas Machado Saldanha, do largo 17 de Setembro ao Golf 1, clamam as autoridades competentes a reabilitação imediata daquelas vias por causa dos transtornos aos mesmos. Para apurar os factos o F8 dirigiu-se até aquele distrito e entrevistou diversos automobilistas que circulavam naquelas vias, Joaquim Alexandre alegou que "as instâncias superiores tem que velar o mais rápido possível sobre o estado daquelas vias, porque está a chegar o tempo chuvoso e aí as coisas irão agravar-se ainda mais". Já Sílvia Pedro que

também circulava naquela via diz que os amortecedores da sua viatura já estragaram por mais de três vezes tudo por causa do estado de degradação da via. Pagamos a taxa de circulação, será que este nosso mísero dinheiro não chega para arranjar as estradas"? Francisco Manuel, um dos nossos interlocutores igualmente lamentou pelo estado catastrófico das vias do kilamba-Kiayi, mais precisamente no interior do Bairro Popular. As estradas estão muito mal, esburacadas, obrigam-nos a violar os passeios e nalguns pontos ainda com muita água e lama, o que dificulta o trânsito e provoca engarrafamentos. Não sabemos o que a Administração está a fazer. Tudo porque os esgotos não suportam as cargas de água, lixo e lama que vêm das residências e estes ficam obstruídos, originando com que as águas residuais escurram para a estrada. Para chegar a uma outra rua é uma luta, porque os buracos e placas mal localizadas não nos permitem conduzir com segurança recordar que nas próximas eleições, já não podemos aceitar que nos mintam mais a busca dos porquês desta situação, o Administrador distrital José Correia, não aceitou prestar declarações, alegou estar reunido.

7.25 Primeiras habitações em Dezembro

Jornal de Angola
21 De Julho de 2013

O secretário de Estado do Urbanismo garantiu, em Benguela, que os primeiros fogos habitacionais das centralidades da Catumbela e da Baía Farta começam a ser entregues a partir de Dezembro.

Manuel Clemente Júnior, que concluiu ontem uma visita de dois dias de trabalho a Benguela, assegurou que as obras das centralidades as primeiras casas dos municípios da Baía-Farta e da Catumbela estão concluídas este ano.

As obras de construção das centralidades, disse, estão adiantadas e correspondem às perspectivas e cronograma.

O secretário de Estado afirmou ter ficado bem impressionados com o que viu nas centralidades em construção em Benguela e todo trabalho é desenvolvido "no âmbito do ordenamento do território e da planificação territorial". As centralidades em construção no Lobito, três mil casas, Catumbela, duas mil, e Baía Farta, mil, disseram devem estar prontas até o próximo ano.

O secretário de Estado declarou que as centralidades do Biópio e Colango, no município do Lobito,

começam a ser construídas em breve e que começou a ser feita a constituição de reservas fundiárias, bem como o desenvolvimento de um plano director com vista à expansão natural das cidades do Lobito e da Catumbela. Sobre o programa de formação dos quadros do Ministério do Urbanismo, disse ser "uma tarefa permanente".

Em Benguela, a delegação chefiada pelo secretário de Estado do Urbanismo, acompanhada pelo vice-governador provincial para os serviços técnicos e infra-estruturas, Henrique Calenga, visitou as instalações do Instituto Provincial de Ordenamento do Território, a direcção do Urbanismo e as centralidades da Baía Farta, Lobito e do Luongo. As obras da Estrada Nacional 05, na localidade do Uche, arredores da cidade de Benguela, as novas zonas para infra-estruturas e instalação do plano urbanístico, a urbanização do Mórmo e a nova urbanização da localidade da Talamajamba também foram visitadas pela delegação do secretário de Estado do Urbanismo.

7.26 Uma realidade provisória que perdura no tempo

Jornal de Angola

21 De Julho de 2013

A fronteira entre a cidade e os bairros desordenados é ténue e as duas realidades quase se fundem. Grupos de homens e mulheres, recém-chegados com parques recursos na bagagem, sem terra e fugidos da guerra, construíram casebres de blocos e chapa em torno do núcleo da cidade. Hoje, quem lá vive criou raízes, cultura e um estilo de vida próprio, na total ausência de alguma organização.

Sem água potável nem esgotos e uma clara falta de segurança, os seus habitantes estão entregues à própria sorte, porque os intrincados acessos não permitem um patrulhamento policial mais eficaz ou a passagem de bombeiros, em caso de incêndio.

"Não temos armamentos. Os culpados são aqueles que, no desejo de alargar mais o espaço das suas casas fecharam o que era uma via ou uma rua. Hoje, nesses becos tão apertados, apenas passa um caixão", desabafa Simão José, coordenador do Catambor.

Simão José vive no bairro desde os anos 80. Passou a vida dividido entre a Cooperativa dos Relojoeiros de Angola e a tropa. Tem oito filhos, todos nascidos no Catambor, quatro dos quais são pais cujos filhos também ali nasceram. No interior do labiríntico bairro, só não se perde quem lá vive. Não há lama, apenas betão. Tal como as estreitas passagens,

existem córregos por onde deslizam imparáveis as águas sujas de sanitas. Há no ar um cheiro próprio.

Vida possível

"Antes tínhamos muitos problemas no bairro. Hoje as coisas normalizaram-se. A delinquência era um cancro. Hoje os níveis decresceram", lembra Simão José, presidente da Comissão de Moradores há 12 anos. Antigo morador do bairro, conta que o Catambor tinha luz e água de "puxadas". Mas o problema ficou minimizado com o aumento de mais um PT. A vida flui normalmente, diz, embora o problema de desemprego e o alcoolismo sejam o pão-nosso de cada dia do bairro.

As pessoas quase não dormem. Trocam o sono pela bebedeira. Mas a "morte" das bebidas caseiras está quase anunciada. Antes ganha-pão de famílias, hoje nada tem de comercial. Poucos vão em busca do "Capuca", "Walende" e "Kimbombo". "Com a cerveja a custar 50 kwanzas vou comprar um "reco-reco empapuçado e as garinas me fugirem? Nem pensar. Já não tomo Capuca. Agora é só fino", diz Wagner Gabriel, um jovem morador.

Catambor a crescer

"Vi o bairro Catambor a crescer. Sou do tempo em que apenas havia algumas construções coloniais dispersas no espaço", recorda Simão José. Dantes, aqui havia estradas. Hoje, apenas restam os postos de betão que mostram por onde passava uma estrada. O bairro começou a crescer mais na parte do Caculama e termina no Rio Seco. Em largura, começa na Revolução de Outubro e termina na Marien Nguabi.

Hoje, no lugar das estradas, estão casas, geralmente de dois cômodos, construídas com blocos e cobertas com chapas de zinco. No Catambor habitam perto de 200 mil pessoas. Parte considerável da população provém da Quibala, Malange, Calulo, Nambuangongo e muitos são mesmo de Luanda. Mas hoje já há uma vizinhança feita de malianos, senegaleses e congoleses.

Praceta Roberto Gil

Na Praceta Roberto Gil, Rua Rainha Ginga, Ingombotas, está um aglomerado que existe há quase três décadas, a idade de muitos homens e mulheres que lá nasceram, cresceram e vivem. Estão ali, porque os pais não tiveram a alternativa de habitar um lugar em que fosse possível viver sem o cheiro a podre das águas estagnadas, nem o zumbido ininterrupto dos mosquitos e a constante procissão de ratos e baratas. "Mas a vida é assim. Há vezes em que me detenho a olhar para tudo isso e causa-me medo, pois o que existe aqui é uma construção de sobrevivência, em

que as casas, além de estarem quase sobrepostas umas às outras, são frágeis. Quem sobrevive não olha para as regras de construção como elemento de orientação. Apenas se fixa e constrói no espaço que lhe aparece em frente", diz a moradora Yola Gomes, 19 anos.

É aqui que ela vive com a família, traça sonhos e dá forma à imaginação, pois estuda. Acredita que os filhos podem não nascer e crescer ali. Tal como ela, também outros jovens tem a sorte de conhecer a escola. Eles são, provavelmente, uma excepção. "Quem não lutar vai acabar por herdar os casebres e, se calhar, dar a vida que teve aos filhos e, depois disso, apenas se instala o círculo vicioso e dificilmente se sai daqui", avisa a jovem. É na Roberto Gil, agora mais estacionamento que outra coisa, que começa o aglomerado que se prolonga até bem perto do Clube do Petro de Luanda. Juliana, proprietária de um snack-bar ali instalado, viveu no bairro durante 15 anos. Deu passos na vida e hoje conseguiu sair de lá. Mas vezes sem conta tem de lá regressar para trabalhar no bar, o "cantinho da Floresta". Por detrás do Complexo da Samba há um outro

aglomerado, que nasce depois do Hospital do Prenda, o famoso Shabá, que comparado aos demais é dos piores. Recentemente, no âmbito de um programa de realojamento das populações que vivem em locais de risco, o Governo Provincial de Luanda procedeu à transferência de alguns moradores que viviam bem próximo do canal do Rio Seco.

Humanizar

"Olho para os bairros suburbanos como zonas que carecem de intervenção imediata e requalificação a todos os níveis, para os tornar mais atractivos. Resolver os problemas habitacionais, com a execução de projectos com qualidade arquitectónica e de integração na envolvente, é também uma boa solução", refere a arquitecta Ana Euridice de Sousa ao Jornal de Angola.

A arquitecta acredita ser possível humanizar as zonas suburbanas com a criação de condições que permitam a melhoria do nível de satisfação das suas necessidades no domínio cultural, económico e social, assim como a criação de infra-estruturas para fornecimento de água, energia eléctrica, saneamento básico e de espaços arborizados, zonas recreativas (parques infantis, campos de jogos, centros culturais) e arranjo dos espaços exteriores.

Uma vez que a habitabilidade é um aspecto ausente nestes aglomerados, Ana Euridice de Sousa diz que a solução passa pela promoção da auto-construção dirigida, de acordo com as normas

estabelecidas e que devem ser bem fiscalizadas. Além disso, refere, é preciso promover a educação e sensibilização, sobretudo moral e cívica.

Herança histórica e cultural

o historiador Nsambu Baptista Vicente diz tratar-se de um fenómeno antigo, não só na nossa realidade, mas também de outras, até de países desenvolvidos. "Os bairros desordenados são uma forma urbana e social de se organizar. É algo com que temos de conviver, uma vez que a descentralização dos serviços está aquém do desejado e isso faz com que as pessoas com poucos recursos construam perto das cidades, além do facto de serem atraídas pelas oportunidades e outras facilidades que as cidades oferecem". Reflexo de uma forte herança histórica e cultural, uma vez que seus habitantes vieram maioritariamente de zonas rurais, esses bairros são zonas de baixa densidade populacional, embora essa tendência tenha mudado nos últimos tempos. Em meados do século XIX, a situação agudizou-se quando se construiu uma das mais modernas zonas de Luanda, conhecida por "Vale da Maianga". A cidade ficou dividida entre centro, Cidade Alta e periferia, Cidade Baixa. O historiador conta que era no centro que se localizava a zona administrativa e comercial. Era na zona administrativa, que se encontrava o centro político, militar e religioso.

Cidades inclusivas

A socióloga Augusta Pires acredita ser possível humanizá-los, desde que existam políticas sociais bem definidas, como a criação de condições mínimas de habitabilidade, através de um estudo social direccionado. "Os bairros desordenados existem, mas podem deixar de existir. Com a criação de condições é possível garantir um modo de vida aceitável, assim como a posição social dos seus membros", refere.

Se forem criados bairros novos com regras arquitectónicas de urbanização e condições mínimas de habitabilidade, a área pode ser requalificada e, em consequência, o bairro desordenado é erradicado. "Nesses bairros não existe um plano sócio-urbanístico. Deste modo, as autoridades não fazem sentir as suas obrigações, o que leva a que a exclusão esteja presente nele", sublinha a socióloga, que afirma que cidades bem planeadas asseguram um melhor funcionamento. "Precisamos de cidades onde todos se sintam integrados, embora se esteja longe de realizar o ideal de cidades inclusivas e sustentáveis", conclui.

7.27 Executivo entrega novas casa na Huila

Jornal de Angola
22 De Julho de 2013

O executivo entrega hoje as primeiras 40 casas económicas construídas no quadro do programa "Angola Jovem", no município da Chibla. Os contemplados são jovens apurados pelo sorteio realizado pela direção local da Juventude e Desportos.

O governador provincial da Huila, João Marcelino Typinge, entrega as chaves das moradias aos jovens da Chibia. Cada moradia, do tipo T3, ocupa uma área de mil metros quadrados.

O novo bairro social, além das casas de habitação, possui infraestruturas de saneamento básico, armamentos, iluminação pública e domiciliar, assim como espaços verdes de lazer e recreação.

A administradora municipal da Chibia, Otilia Vianey, considerou a construção das 40 casas fundamental para o lançamento da cidade satélite num espaço enorme definido pelas autoridades. Foram loteados e distribuídos na mesma área dezenas de terrenos aos jovens para a autoconstrução dirigida.

O soba grande da Huila, Joaquim Huleipo, residente no município da Chibia, disse que as novas casas construídas para os jovens "demonstram a preocupação e atenção especial que o Executivo tem dado à juventude interessada em constituir família e trabalhar para o desenvolvimento do país". Joaquim Huleipo lembrou que o Executivo dá prioridade à resolução dos problemas sociais da juventude.

"A semelhança de outros programas, o da habitação decorre na Huila com sucesso", disse. "Há muitos jovens professores, enfermeiros, médicos, gestores, economistas e outros que partiram para as cidades. Agora podem regressar", disse. Juventude, erguidas também com fundos do programa "Angola Jovem" e outras 20 moradias enquadradas no projeto de construção de 200 casas nas sedes municipais.

Os bairros da juventude dos municípios da Chibia e Cacula, com um total de 100 casas previstas, juntam-se ao primeiro bairro da Chavola, instalado nos arredores da cidade do Lubango, com 92 moradias já habitadas por jovens há mais de dois anos. O jovem Manuel Osório disse que "é uma satisfação acompanhar e participar nas acções do Executivo para solucionar as necessidades dos jovens, sobretudo a falta de habitação". Os jovens elogiam a aplicação, com êxito, do programa "Angola Jovem",

por promover o autoemprego, profissionalizar pessoas, distribuir kits diversos de trabalho. "São vários os problemas juvenis que encontram solução com o programa 'Angola Jovem'." O programa, coordenado pelo Ministério da Juventude e Desportos, começou em Luanda e está a erguer e está a concretizar o sonho de muitos jovens. Próxima entrega de moradias A próxima entrega de casas realiza-se no município de Cacula, onde já estão concluídas 60 casas.

7.28 Estrada degrada cria constrangimentos

Jornal de Angola
23 De Julho de 2013

A estrada que liga o antigo posto de controlo da Polícia no Golfe I ao Avô Kumbi, distrito urbano do Kilamba Kiaxi, em Luanda, está em péssimo estado e clama por reabilitação urgente, para permitir uma maior mobilidade à circulação rodoviária.

A situação está a preocupar os automobilistas que circulam na zona, mas também os residentes do bairro, por ser a principal via que, além de ser muito movimentada, dá acesso a outras zonas da cidade de Luanda, como o Neves Bendinha, o Palanca e o Golfe II.

Moradores contactados pelo Jornal de Angola solicitaram à administração local no sentido da reabilitação urgente da estrada, para se acabarem os constrangimentos que estão a alterar a qualidade de vida dos munícipes.

Justificaram que a situação provoca filas enormes de viaturas, pequenos actos delituosos, fruto da lentidão do trânsito, e barulho provocado por buzinas e vendedores ambulantes.

"O serviço de táxi aqui constitui uma dor de cabeça constante e reflecte o quotidiano na área. Todos pretendem chegar primeiro e ao mesmo tempo", observou o cidadão Norberto de Sousa, taxista de profissão.

Além da falta de iluminação pública nocturna, as empresas de recolha do lixo também têm dificuldades em operar no troço, um facto que provoca o amontoado de lixo ao longo da estrada, uma situação que impossibilita a passagem de viaturas e peões. "Estamos perante uma situação que carece de muita atenção por parte das autoridades", disse Norberto de Sousa, reconhecendo que também a população não colabora.

Subida de tarifas

Um das consequências causadas pela situação reside na subida da tarifa dos táxis, em virtude dos motoristas optarem por fazer linhas curtas, justificando que este comportamento serve para compensar o desgaste diário das viaturas.

Nesta via, observou, quando chove, os moradores ficam apreensivos e de mãos atadas, sem saberem o que fazer. O taxista Norberto de Sousa, que utiliza a via há muito tempo, considera ser urgente a reabilitação do troço e referiu que muitas pessoas rejeitam circular no local por causa do mau estado da estrada. O funcionário público Hermenegildo Pacheco referiu que o seu carro já teve vários problemas mecânicos devido aos buracos e defendeu que, enquanto não houver uma reparação aturada e consistente, devia ser desenvolvido um programa de terraplanagem ou de tapa-buracos, de modo a facilitar a circulação dos transportes públicos que, de há um tempo a esta parte, não circulam na área.

Hermenegildo Pacheco afirmou que este sentimento é partilhado pelos estudantes que constantemente circulam na área. "Os autocarros que circulavam nas paragens hoje param noutros sítios", lamentou o cidadão, visivelmente agastado com a situação, que apela para intervenção imediata.

7.29 Kilamba com sistema triplo de comunicação

Jorna de Angola

26 De Julho de 2013

A cidade do Kilamba dispõe de um serviço de comunicações triplo, denominado "Triple Play", um pacote Integrado de voz, Internet e televisão num só cabo.

O "Triple Play", que começa a ser comercializado hoje, foi lançado no sábado pela AngolaTelecom, um investimento de quase 250 milhões de kwanzas. Numa primeira fase, o serviço vai servir três mil residências dos quarteirões C, F, L e Q.

De acordo com a administradora da Angola Telecom Naiole dos Santos, até 20 14 o novo serviço vai ser extensivo a toda a central idade do Kilamba, devendo beneficiar 17 mil utilizadores.

Depois da central idade do Kilamba, o serviço vai estender-se a todo o país. "Já estamos a trabalhar para a instalação deste serviço na centralidade de Cacucaco e pensamos, a curto prazo, estender a todas as outras cidades do país", disse Naiole dos Santos.

O secretário de Estado das Telecomunicações e Tecnologia de Informação, Aristides Safeca, considerou o novo serviço "um marco histórico" das comunicações em Angola. "A centralidade do Kilamba é um exemplo do que se pretende criar, e serve de modelo para as cidades futuras do país, colocando o que há de melhor à disposição das populações", referiu. O "Triple Play" vai permitir, de uma só vez, ter-se acesso ao serviço de telefone, internet e televisão.

"É o culminar de um longo processo que levou cerca de dois anos, no qual estiveram envolvidas duas empresas, a Angola Telecom e a TV Cabo, na procura de um modelo de negócio que permitisse trazer à população este serviço", frisou. O secretário de Estado disse que uma das vantagens do "Triple Play" tem a ver com o facto de os beneficiários poderem ter várias opções.

"Com este serviço, a população do Kilamba pode optar. Quem quiser ter o serviço de voz pode tê-lo e quem recorrer ao combinado de voz e dados também pode fazê-lo, e assim sucessivamente, bastando para o efeito que se desloque ao posto de atendimento, localizado no Quarteirão E, Prédio

E20", esclareceu. O serviço "Triple Play" resulta da parceria entre a Angola Telecom e a TV Cabo. O serviço XS, que inclui 43 canais para a televisão, 512 Kb para internet e o serviço de voz, custa sete mil kwanzas.

O BL custa 15.300 kwanzas com os três serviços já referidos e uma velocidade de internet de 1 Mb. O BXL custa 36.700 kwanzas com mais de 96 canais e 4 Mb.

7.30 Kilamba

Jornal Continente

29 De Julho de 2013

A nova centralidade do Kilamba tem vivido desde a sua habitabilidade algumas irregularidades, a iniciar pelo sinal de telefonia, que não chega àquelas paragens ou em pingue-pongue lá se consegue falar com a rede Movitel, porque da Unitel, nem pensar. Nove fora este constrangimento aliado aos assaltos a viaturas, estacionamento de visitantes, falta de escolas e polícia, eis que falhou luz e as pessoas ficaram enclausuradas nos elevadores. Cadê as alternativas?

7.31 SONIP pendura Fundo Habitacional

Novo Jornal

26 De Julho de 2013

A FALTA DE ENERGIA e água na centralidade do Cacuo é a causa principal para que o Fundo de Fomento Habitacional (FFH) não entregue os apartamentos sob sua responsabilidade aos funcionários públicos.

De acordo com informações obtidas pelo Novo Jornal, 500 apartamentos entregues pela SONIP ao FFH no início do ano, à luz de um decreto presidencial, estão fechados até que estes serviços sejam colocados.

"Não podemos entregar os apartamentos nestas condições. Já fizemos inúmeras reuniões com quem de direito e até agora nada. É como se as pessoas não estivessem a precisar das casas", disse a nossa fonte do sector imobiliário.

"Não somos os responsáveis pelo projecto. Apenas recebemos estes apartamentos para vender aos trabalhadores da função pública e não estamos a fazer as entregas porque não podemos por gente a morar em casas sem água nem luz. Esperamos que esta situação seja resolvida o mais rápido possível para o bem dos cidadãos", concluiu.

A confirmação da posse dos apartamentos por parte do FFH foi feita, recentemente, pelo coordenador deste instrumento criado para funcionar como garantia e facilitador de crédito junto dos bancos na compra de casa para habitação.

Augusto dos Santos Vaz, que falava à margem do conselho consultivo do Ministério do Urbanismo e Construção confirmou que a sua instituição é detentora dos referidos apartamentos em Cacuo, à semelhança dos que possui na centralidade do Kilamba e que foram entregues, em 2012, a funcionários de diferentes órgãos públicos.

A responsabilidade pela falta destes serviços na centralidade do Cacuo está a ser atribuída à Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) pelos sectores que têm a tarefa de levar a luz e a água aos lares dos cidadãos.

"Esta situação ainda não está resolvida porque depende do responsável da urbanização, no caso a SONIP. Não depende de nós. Não podemos chegar lá e ligar sem que tudo fique resolvido com os responsáveis do projecto. Temos tudo em condições para efectivar a ligação, mas a decisão final não é

nossa. Inclusive já tiramos um ramal na conduta principal que passa na via expresso Cacuo-Benfica, já ensaiamos e está operacional. Aguardamos apenas o sinal verde", disse fonte da EPAL.

Justificação idêntica apresenta a Empresa Nacional de Electricidade (ENE) que não sabe quando "é que se vai efectivar a ligação" porque algumas zonas da capital dependem da EDEL. "E na centralidade do Cacuo ainda não está definida esta questão, que está a ser tratada a alto nível", diz fonte da ENE.

Contactada, fonte da Sonangol disse a este semanário que as coisas não são bem assim. Embora reconheça que esta situação podia ser melhor tratada, lembra que também receberam estes projectos já na fase final da sua execução e que a questão das infraestruturas deveria ser tratada na etapa inicial dos projectos.

"A SONIP tem desenvolvido acções e mantido contacto com as referidas empresas (ENE, EDEL e EPAL), no sentido de se buscar as melhores soluções, capazes de resolver a situação no mais curto espaço de tempo", disse o responsável da Sonangol.

O QUE ESTÁ a passar-se com o processo de venda das centralidades em Luanda sob a responsabilidade da Sonangol Imobiliária e Propriedades, SONIP, só pode ser visto como uma grande trapalhada (para não 'chamar outro nome).

Depois das correrias e da falta de traquejo na fase das inscrições, com alguns "cambalachos" à mistura, continuamos a assistir a uma fase de entrega que indicia, mais uma vez, a falta de organização dos responsáveis por todo este processo. Não se entende que, depois de um intervalo de trinta dias, o processo retome e mesmo assim encontramos cidadãos que pagaram no mês de Fevereiro e ainda não foram "lista dos" - quando há cidadãos dos meses seguintes já contemplados com as habitações!

A falta de energia e água nas centralidades do Cacuo, KM 44, Kapari e até mesmo na vida Pacífica-Zango, que de pacífico não tem nada (aqui só há água das 12 às 15 horas), só confirmam

a falta de cooperação das diferentes instituições do Estado. Que dão-se o luxo de deixar fechados milhares de apartamentos como se o país tivesse a situação habitacional resolvida.

É altura de quem de direito olhar com olhos de ver para esta trapalhada e responsabilizar os culpados, para que mais uma vez a culpa não morra solteira como tem sido hábito no país. Os servidores públicos precisam ganhar consciência que estão ao serviço dos cidadãos e não dos seus caprichos.

7.32 Camionistas apresentam contraproposta

Jornal de Angola
27 De Julho de 2013

A Direcção Provincial de Trânsito, Tráfego e Mobilidade de Luanda pretende interditar a circulação de veículos pesados no centro urbano da cidade, entre as cinco da manhã e as 22h00, excepto aos fins-de-semana e feriados.

Em documento enviado à Associação dos Camionistas e Operadores de Máquinas de Angola, a Direcção Provincial de Trânsito, Tráfego e Mobilidade refere que a medida se enquadra no reordenamento do trânsito e no cumprimento de uma recomendação do último Conselho Estratégico de Luanda, realizado em Abril.

Deste modo, a direcção propõe como pontos de proibição de entrada de veículos pesados as avenidas Deolinda Rodrigues, Pedro de Castro Van-Dúnem. Hoji Ya Renda, Ngola Kiluanje, Lweji Anconda, 4 de Fevereiro, 21 de Janeiro e Rua da Samba.

Em consequência disso, membros da associação dos camionistas estiveram reunidos na quinta-feira e concluíram que, por enquanto, não existem condições para a aplicação da proposta, tendo em conta a falta de iluminação pública e de segurança. O presidente da associação, António Martins, acrescentou que as instituições e os agentes comerciais não funcionam dentro do horário proposto pela Direcção Provincial de Trânsito e Tráfego. Assim sendo, a associação vai enviar, nos próximos dias, uma proposta ao Governo Provincial de Luanda no quadro da sua contribuição para o assunto.

Lembrou, além disso, que a proibição de circulação noturna de camiões existe desde 2009, mas não tem sido observada com rigor.

O encontro realizou-se numa altura em que se assinala no mundo o dia de São Cristóvão, padroeiro dos camionistas e de todos os condutores. A data foi assinalada com um minuto de silêncio em memória dos camionistas que perderam a vida nas estradas. Na ocasião, o presidente da associação exortou os camionistas a terem uma condução responsável para se evitarem acidentes que resultem em perdas de vidas e destruição de bens.

António Martins salientou que muitos motoristas conduzem com excesso de velocidade e embriagados. O presidente da associação dos camionistas pediu, ainda, ao Governo para melhorar a iluminação

pública, uma vez que a falta desta concorre para o aumento de acidentes de viação.

7.33 Construtoras em Tribunal em caso de incumprimento

Jornal de Angola
27 De Julho de 2013

O Governo Provincial do Kwanza-Norte vai levar a tribunal as empresas construtoras que até Dezembro não honrarem o compromisso da construção de casas sociais, revelou aos jornalistas o governador.

Henrique Júnior disse que se empresas construtoras não cumprirem até Dezembro os prazos contratuais o assunto é levado "às instâncias judiciais" e que dos nove municípios Bolongongo e Cambambe são os que mais preocupam. O governador afirmou que o andamento das obras está muito aquém dos pagamentos já feitos, cerca de 56 por cento do total.

O encarregado de obras referiu que os atrasos se devem "a situações técnicas", mas que 52 casas, nas quais estão a ser colocados mosaicos, azulejos e tectos falso, estão praticamente concluídas.

Metade das 200 casas que está previsto construir nos municípios do Golungo Alto, Lucala e Ambaca está pronta.

7.34 Sector imobiliário registou subida no mês de Junho

Jornal de Angola
30 De Julho de 2013

A venda de casas novas nos Estados Unidos de América registou uma subida significativa no passado mês Junho, de acordo com dados ajustados de variações sazonais. Os números ultrapassam de longe as expectativas dos analistas internacionais.

Segundo as cifras publicadas pelo Departamento de Comércio em Washington, durante o mês em referência, foram vendidas 497 mil casas novas em Junho em base anual, o que representa uma subida de 8,3 por cento em comparação com as vendas de Maio, que foram revistas em baixa (459 mil em vez de 476 mil). A previsão média dos analistas era de 483 mil no mês Junho.

Os pedidos semanais de seguro de desemprego nos Estados Unidos aumentaram na semana que terminou em 20 de Julho, para 343 mil, segundo dados corrigidos divulgados pelo Departamento do Trabalho.

Na semana passada, foram registadas sete mil inscrições a mais do que na semana anterior, enquanto os analistas previam 340 mil novas inscrições.

O ministério reviu para cima os pedidos da semana anterior, para 336 mil, ao invés dos 334 mil estimados anteriormente.

A média para o mês de novos desempregados inscritos é de 345.250, com uma baixa de 1.250 em relação à média da semana anterior. Há um ano, o número de novos desempregados inscritos num mês era de, em média, 370.500, realça o ministério.

A taxa de desemprego dos Estados Unidos de América era de 7,6 por cento em Junho, sem alteração em relação ao mês Maio.

8. AGOSTO

8.1 Imobiliária decepciona clientes

Novo Jornal

02 De Agosto de 2013

OS CLIENTES DA IMOBILIÁRIA Jefran encontram-se insatisfeitos com a má prestação de serviços da empresa. Entre as principais reclamações está o atraso na entrega das residências, a falta de comunicação entre as partes e as fissuras nas paredes das casas recém-constituídas.

A última reclamação, apresentada através do caderno de reclamações disponível na recepção da empresa, foi efectuada no dia 11 de Julho por um cliente que já beneficiou de uma casa num dos projectos. Agora alega ter recebido uma residência que apresenta diversos problemas estruturais.

A terceira cláusula do contrato assinado com os clientes, que aborda a questão dos prazos e condições de entrega do imóvel, estabelece que a construtora deve concluir todos os acabamentos e efectuar a entrega até 120 dias a contar do prazo da assinatura do contrato. O comprador tem 30 dias para fazer uma breve visita.

"Há dois meses que recebi a minha residência e já apresenta uma série de problemas de rachaduras nas paredes, o chão do quintal está danificado e a cozinha também tem algumas coisas estragadas", frisou um morador. "Mesmo fazendo as reclamações, quando os prazos passam, a empresa nada faz pelos clientes e a defesa do consumidor nunca passou por lá", diz.

Os preços das moradias variam de 100 a 120 mil dólares norte-americanos e encontram-se disponíveis para os cidadãos de todas as partes do país.

Por outro lado, a nossa fonte garantiu também que depois de ter celebrado um contrato para a aquisição de uma residência numa das várias vilas erguidas, escolheu uma casa que depois teve de ser comercializada para outro cliente.

Na tentativa de ver resolvidas as suas reclamações, os moradores e clientes reúnem-se constantemente com os responsáveis da empresa para apresentar as queixas. Mas o presidente da imobiliária, Francisco Simão, e a directora do gabinete jurídico são, segundo a nossa fonte, arrogantes durante o atendimento aos clientes insatisfeitos.

"Sempre que reclamo por um direito só me deparo com a arrogância dos responsáveis", contou, acrescentando que o prazo estipulado para a entrega da residência terminou e ainda não viu a moradia contratada.

O pagamento do imóvel normalmente é variável, pois há clientes que pagam em duas prestações, uma de 80 por cento do valor e outra de 20 por cento.

Por sua vez, a directora do gabinete jurídico da instituição reconhece haver um atraso na entrega das obras, devido a factores climáticos e à morosidade na retirada do material de construção das alfândegas.

Tânia Monteiro disse que a Jefran tem aberto um caderno de reclamações e o gabinete jurídico está disponível para que os clientes possam apresentar as suas reivindicações. Mas avança não existir mau atendimento.

"No meio de tantos clientes é normal que existam alguns insatisfeitos, mas este ano houve muita chuva e não poderíamos desperdiçar o material. Há também clientes que não cumprem com os prazos de pagamento e nós temos estado disponíveis para negociar", salienta.

A Jefran é uma empresa de engenharia e construção civil voltada para a área do comércio de habitações e encontra-se no terceiro ano de existência.

8.2 Residências do Zango 3 e 4 à margem da lei

Novo Jornal

02 De Agosto de 2013

FRUTO DE UMA denúncia chegada à redacção deste órgão, o Novo Jornal esteve no Zango 4, onde

já se encontram edificadas perto de 50 residências do tipo T2, e outras no Zango 3 de modelo geminadas com características similares, enquadradas naquilo que o PPHS definiu como sendo residências "tipo evolutivas" ou de custos controlados, destinadas às famílias necessitadas ou sinistra das que estão a ser desalojados em distintos pontos de Luanda.

MODELO DE CASA EVOLUTIVA

O chefe de departamento do PPHS, Marco Pinho, referiu-se à tipologia dessas residências como resposta imediata aquele programa está a dar para poder acudir o maior número de famílias que se encontram a viver em zonas de risco ou que estão ainda em tendas.

Sendo que "nessas casas com custos controlados tende-se a diminuir o máximo do espaço, uma vez que quanto menor for o número de metros quadrados do espaço de cobertura da casa mais barato é o custo".

"São casas de modelo evolutivo, que não comportam inicialmente todos os compartimentos. É um modelo que apenas compreende uma sala, quarto e casa de banho, e a posterior o próprio beneficiário vai desenvolvendo a sua casa, como projecto de arquitectura já existente que naturalmente é acompanhado por nós, a que chamamos de "auto-construção dirigida", esclareceu Marco Pinho.

Confrontado com o facto se estão salvaguardados aspectos que têm aí que ver com a natureza e características das famílias destinatárias das residências, como, por exemplo, o número do agregado familiar, Marco Pinho alegou que, mesmo tendo em conta esse número referencial das famílias, não é possível satisfazê-lo a cem por cento/Tem-se em conta o agregado, mas infelizmente não se consegue cumprir a cem por cento. Se assim não fosse, aí teríamos de ter outras tipologias, além desta tipologia evolutiva que são as T2, mas infelizmente este é o que temos para o contrato de construção existente", salientou.

RESIDÊNCIAS FORA DOS PADRÕES

Recollidos que foram os dados no terreno, a nossa reportagem procurou um subsídio técnico da Ordem dos Arquitectos de Angola, tendo conversado com o seu presidente, Victor Leonel, sobre a realidade constatada no Zango 4 sobre as residências T2, enquadradas no modelo de "residências evolutivas". Victor Leonel, que afirmou que para qualquer projecto de residência é preciso aliar o facto ao grupo alvo, reprovou o referido modelo por este estar longe

daquilo que determina o Regulamento Geral de Edificações Urbanas (REGEU).

"Quando se projecta para famílias é preciso ter em conta a realidade da família angolanas, que anda à volta das cinco/seis pessoas. Nós sabemos que não é normal nós termos dois ou três filhos, Mas suponhamos que tenhamos só três é preciso ter a sorte de serem todos do mesmo sexo. O mínimo para uma família deve ser pelo menos três quartos", referiu.

Para o arquitecto, a primeira pergunta a colocar é quem fez o projecto. "Se for angolano tem que conhecer o REGEU. Mesmo que fosse um estrangeiro tinha que conhecer o regulamento de construção em Angola. Tem que conhecer as nossas leis.

Há a lei mais profunda, que só os técnicos é que conhecem, mas para um projecto deste é preciso que o técnico conheça o REGEU", enfatizou.

Para o presidente da Ordem dos Arquitectos de Angola, a solução para este caso poderia passar por uma construção em "banda contínua", ou seja, sem deixar espaço na zona lateral dos lotes onde estão a ser erguidas as referidas residências.

O REGEU determina que residências tipo corrente (normais) tenham no mínimo dez metros quadrados para a sala e quarto, contrários aos nove das residências do Zango 4. Uma outra violação regista-se na área de residência e na área de compartimentos que, de acordo com o estipulado para as T2, devia ter um total de 72 metros quadrados. Os valores de espaço das residências até agora já edificadas não chegam aos 50 metros quadrados.

"Reprovava se for para albergar uma família, porque não serve para uma família tradicional angolana. Serve eventualmente para um estudante, para uma pessoa que está a começar a organizar a sua vida e não para uma família, Para família se exige mais espaço. Sem contar com a dimensão do lote. A ideia de residências evolutivas está bem, mas o espaço do lote não", concluiu.

Dez famílias numa residência Questionado sobre se existem neste momento famílias que estão a ser alocadas numa única residência, conforme denúncia, Marco Pinho disse acreditar que seja possível existirem casos do género, mas que se trata de situações provisórias, de pessoas que estavam em tendas e em zonas de risco ou que saíram da zona do bairro Dangereux, que viviam numa linha de água que foram de lá retiradas.

No entanto, a acompanhar a equipa de reportagem deste jornal esteve o coordenador da SOS Habitat, Rafael Morais, que denunciou um caso a que chamou de flagrante violação do direito à privacidade no Zango 3, onde dez famílias, oriundas" do bairro da Camama, recentemente desalojadas, encontram-se a residir numa mesma residência do tipo T2.

"São situações como estas com que a SOS Habitat tem estado a conviver", desabafou o activista, enquanto mostrava à equipa de reportagem a realidade das famílias que ali habitam. "Outras são casas muito pequenas, de um quarto e uma sala e casa de banho, com dimensões muito pequenas. Que reflectindo acabam por ser vários direitos que são aqui violados relacionados com esse tipo de habitações que o governo acha que está a dar às pessoas para poder resolver o problema da habitação social", acrescentou.

De acordo com o coordenador da SOS Habitat, como consequência dessa situação, constatada recentemente no terreno pela sua organização, há chefes de família que se vêem obrigados a pernoitar fora das casas para permitirem que as mulheres grávidas e crianças possam passar a noite dentro delas. "Estamos no tempo de frio, está a chegar o tempo de chuva. Como é que fica a situação?", questionou.

UMA REALIDADE RECORRENTE

"São situações recorrentes", afirmou Rafael Morais, referindo-se a uma situação prevalecente também no Panguila, de famílias oriundas do bairro Favela. "A situação agora piorou porque o número cresceu. Agora são dez famílias que estão numa única casa, no Zango 4. Posso convidar as entidades a visitarem essas famílias. Elas quando reclamaram sobre a forma como estavam a ser distribuídas as casas, os camiões basculantes despejaram as coisas e foram-se "" embora, sem um diálogo com essas famílias", afirmou, intrigado.

"Essas casas que estão a surgir no Zango, no tempo do colono, chamávamos sanzalas. É uma habitação e é um meio onde a pessoa vai habitar. Mas tratando-se do governo que está dar tem que ser uma coisa melhorada. Um lugar onde as pessoas se sintam melhor. Agora não pode dar o governo dar uma coisa que parece que foram essas mesmas famílias a fazer J; com poucos recursos, como se do nível deles se tratasse. Se o governo é que está dar tem que melhorar no mínimo essas condições", aconselhou.

Num relatório recentemente publicado, a SOS Habitat apresenta os avanços e recuos daquilo que são as actividades feitas pelo governo angolano em

relação à habitação e à terra. Apresentou igualmente algumas denúncias como os casos das dez famílias no Zango 3 e 4, assim como a situação do bairro "Areia Branca", que, segundo afirmou, deixou famílias ao relento, com pessoas que estão actualmente a deambular pelas ruas, havendo já relatos de casos de morte.

8.3 Avaliadas obras no município do Chinjenje

Jornal de Angola

03 De Agosto de 2013

A evolução da construção de 112 das 200 casas previstas para o município do Chinjenje, na província do Huambo, está dentro dos parâmetros preconizados pelo Governo Provincial, de acordo com o vice-governador para o sector das infra-estruturas. Kalunga Kissanga referiu à Angop, no final de uma visita efectuada à referida circunscrição, a rapidez que está a ser imprimida pelas construtoras envolvidas na obra de impacto social.

De acordo com o vice-governador, dez dos referidos imóveis a cargo da empreiteira Wayanga, vão ser entregues dentro de 60 dias, ao passo que outros 40, erguidos pela Georgi, ficam concluídos dentro de três meses. Em relação aos restantes 40, a cargo da empresa Norte Investi, e 20 da Changai, Kalunga Kissanga garantiu que vão ficar concluídas dentro de 30 dias.

O vice-governador garantiu que Governo Provincial honrou todos os compromissos financeiros.

8.4 Fim das escolas precárias no Zaire

Jornal de Angola

04 De Agosto de 2013

Crianças são transferidas para instituições condignas o governador do Zaire, Joane André, anunciou quarta-feira, na cidade do Soyo, que a maioria das crianças que estudam em condições precárias vai ser transferida para as novas escolas, que estão a ser erguidas nos municípios da província.

Joane André salientou que as autoridades pretendem acabar com a situação de crianças assistirem a aulas em salas improvisadas, numa altura em que decorrem obras de construção e reabilitação de várias escolas e salas. Antes do início do próximo ano lectivo, prometeu, elas vão ser enquadradas nas escolas em

construção, mesmo que as infra-estruturas não sejam inauguradas.

Neste momento, decorrem as obras de construção, reabilitação e ampliação de estabelecimentos Garra, Mongo Soyo e das escolas nº 8, do I ciclo do ensino primário e do 11 ciclo do ensino secundário, estas duas últimas no centro da cidade. O futuro mercado do Soyo, com capacidade para mais de 500 vendedores, e as 16 casas da juventude, com 80 por cento de execução, são outras obras de realce que decorrem naquele município do Zaire.

Para constatar o grau de execução destas obras, o governador, acompanhado do secretário de Estado para a Ciência e Tecnologia, João Teta, visitou as obras do campo multiusos, na localidade de Quitona, onde vai ser igualmente erguido um estádio de futebol para 7.500 espectadores.

Joanes André disse estar satisfeito com a execução das obras que visitou' principalmente pela forma célere como decorrem, o que dá garantias de que sejam concluídas nos A direcção provincial da Educação do Huambo passou a contar com uma base de dados, que visa facilitar a gestão de quadros do sector na província. O director provincial da Educação, Manuel Sampaio do Amaral, disse que o projecto começou em Junho de 20 12, com encontros com os professores de todos os municípios e recolha de fichas individuais que culminaram com a reconfirmação dos já existentes.

O responsável admitiu que se tratou de um processo longo e que sempre acreditou no êxito do projecto, que se tornou realidade com a instalação da base de dados para o sector da Educação da província.

O representante da empresa Casca Technologies, que se encarregou da montagem da base de da- dos, Adérito Kassolongo, afirmou que a instalação do sistema vai fazer diminuir as demoras que se registam na aquisição de declarações e outros documentos nos diversos estabelecimentos de trabalho, uma vez que não se perde tempo a vasculhar os arquivos em busca do nome de um trabalhador.

O sistema instalado possibilita encontrar dados do funcionário, com destaque para o número do agente, início de funções, categoria, tempo de serviço, habilitações literárias e facilita também a procura de nomes de trabalhadores reformados. O vice-governador Guilherme Tuluka disse que com a tecnologia montada O governador provincial do Zaire, Joanes André, lançou no Soyo um projecto habitacional para a Construção de 400 casas do tipo T- 3, na futura urbanização denominada Kinanga Makavala. O projecto, a ser financiado pela

Sonangol-EP, é erguido num prazo de dois anos, numa área de 100 hectares, a cerca de 20 quilómetros da vila do Soyo. Além de habitações modernas, o projecto prevê ainda a construção de uma escola com 15 salas de aulas, hospital para 25 camas, maternidade, armazéns, parques infantis, campo multi-usos e um parque de estacionamento.

As obras são executadas pela construtora OMATAPALO e fiscalizadas pela LTR, Serviços e Consultoria. Joanes André, também engenheiro e construção civil, disse que acredita que as obras são concluídas nos prazos previstos e aconselhou a criação de uma central de betão no local.

"É um projecto tecnicamente bem concebido, mas aconselhamos o alargamento do lote para possibilitar ao futuro proprietário a construção de anexos, tendo em conta a realidade africana de família alargada", sublinhou.

O governador provincial destacou a responsabilidade social da Sonangol, traduzida na construção de casas para minimizar as dificuldades da população, realçando as da nova centralidade, para a qual estão o que vai minimizar as dificuldades que os habitantes, com destaque para a juventude local, enfrentam.

O administrador executivo da Sonangol, Mateus de Brito, considerou o início das obras como a concretização de um contributo da empresa à acção social do Executivo para o bem-estar da população.

"O Executivo, no fim do precesso negocial do projecto Angola I LNG, em 2007, orientou a Sonangol e suas parceiras, a Chevron, BP, ENI e a Total a disponibilizarem um determinado valor para projectos sociais no município do Soyo, para o bem-estar das populações locais", recordou.

Mateus de Brito pediu ao empreiteiro o cumprimento dos pra os contratuais e o respeito pela qualidade das obras para acomodar condignamente os futuros residentes do Kinanga Mavakala.

8.5 Cunene forma candidatos ao crédito

Jornal de Angola
05 De Agosto de 2013

Os empreendedores que solicitarem um financiamento junto do Balcão Único de Empreendedor (BUE), no município do Cunhama, têm agora de passar por uma formação técnica ministrada pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), antes de receberem o empréstimo.

O coordenador do BUE de Cuanhama, Paulo Simões, disse na sexta-feira, em Ondjiva, que a formação se destina a municiar os empreendedores de importantes instrumentos para que possam gerir melhor os seus negócios.

Os projectos para financiamento no BUE foram temporariamente suspensos, uma vez que decorre a reestruturação dos balcões e do quadro de pessoal, para a adopção de mecanismos viáveis para o regresso ao crédito.

"O projecto está a sofrer uma reestruturação que passa, necessariamente, pela concessão de crédito apenas pessoas com competência certificada e que tenham beneficiado de uma formação dos parceiros BUF", explicou Paulo Simões.

O coordenador acrescentou que esta situação vai fazer com que se à introdução de novas aplicações informáticas e se adopte um novo modelo de trabalho na análise e concessão de crédito.

Nesta altura, cerca de 3.700 processos aguardam financiamento a nível do município do Cuanhama, no quadro do "Crédito meu negócio, minha vida", enquanto 221 jovens já receberam crédito. O BUE tem como objectivo prestar serviços aos cidadãos que pretendem constituir micro e pequenas empresas, assim como regularizar a situação de empreendedores e comerciantes que trabalham no mercado informal dos comerciantes precários no meio rural. O objectivo é avaliar o impacto da concessão do crédito aos micros e pequenos empresários.

O inquérito consta de 48 perguntas a cerca de 3.412 pessoas que exercem a actividade comercial de forma precária, em diferentes mercados informais e estabelecimentos singulares do Cunene.

O governador provincial, António Didalelwa, referiu que, com o inquérito, a ser desenvolvido nos municípios de Cuanhama, Curoca, a macunde, Cahama, Cuvelai e Ombadja, se pretende consolidar o programa de micro-crédito, em função da realidade local.

António Didalelwa disse ainda que, para o êxito do Programa de Combate à Pobreza, vai ser necessário um estudo científico, inspirado na realidade das comunidades, com vista à obtenção dos rendimentos necessários para a satisfação das necessidades da população.

Comércio precário

Os inquiridos comerciais, supervisores e instituições bancárias participam, em Ondjiva, num

seminário de formação no quadro do incremento de um inquérito junto.

8.6 Casas para professor em fase de acabamento

Jornal de Angola

07 De Agosto de 2013

Professores e funcionários da Educação da comuna da Gamba, município de Nharea, província do Bié, terão melhores condições de acomodação em seis residências do tipo T2, cujas obras estão em fase de acabamento.

O administrador da comuna da Gamba, Raimundo Elalo, disse que está prevista a construção de mais moradias em Chilemba e Lombule, igualmente com a finalidade de conceder habitação condigna aos professores. Raimundo Elalo apelou aos professores a cumprirem os horários de trabalho, sublinhando que a assiduidade e pontualidade têm influência na melhoria do aproveitamento académico.

Na comuna da Gamba estão matriculados 3.421 alunos desde o início de iniciação até à nona classe, em 46 escolas orientadas por 135 professores.

8.7 Escom conclui edifícios SKY Center nove anos depois

Jornal Expressão

09 De Agosto de 2013

O empreendimento Sky Center foi dado na última semana de Julho como concluído, após nove anos de obras de construção e quatro desde a inauguração da primeira fase que se resumiu na inauguração, em 2009, do conhecido edifício da Escom no alto do monte do Kinanixi ao Miramar, em Luanda.

A segunda e última fase consubstanciou-se na construção das três torres, ora inauguradas que oferecem um total de 160 fracções para escritórios, com áreas que variam entre os 60 e os 600 m² mais 91 unidades de habitação de tipologia T3eT4. Os quatro edifícios ocupam uma área de construção de 150 mil m² dos quais 105 mil acima do solo e 45 mil abaixo do solo, correspondendo a oito pisos abaixo e 24 acima do solo.

"Inegavelmente é um projeto arrojado que constitui, até ao momento, um dos maiores investimentos privados no imobiliário em Angola" argumenta a direção da Escom, proprietária do empreendimento.

Num futuro próximo uma galeria comercial já designada "Sky Gallery", vai acolher espaços nobres da restauração e grandes marcas internacionais de reconhecido prestígio mundial. Atualmente, acolhe o restaurante e o bar mais "in" de Luanda, o Onn Dah e o Doo Bhar, que se juntam a outras marcas e serviços.

"Com a sua conclusão, o mercado imobiliário fica mais bem servido, seja no nicho de escritórios, como na habitação e também na comercial", defende a direção da Escom.

Todos estes serviços serão suportados por mais de mil lugares de estacionamento, 34 elevadores (oito em cada edifício) com capacidade para transportar mais de 400 pessoas em simultâneo e ainda 8 escadas rolantes.

Segundo uma nota da direção da Escom Imobiliária o empreendimento resultou de um investimento de cerca de 650 milhões USD dos quais 500 milhões USD foram investidos nas últimas três torres ora concluídas. A referida nota não menciona os preços das áreas postas à venda. Mas, a primeira torre foi comercializada ao preço de 7500 USD por metro quadrado.

Dada a dimensão e qualidade dos novos projetos questão a ser implementados nessa cidade, a referida direção acredita que pode dizer-se que o Sky Center será o grande centro de negócios de Luanda.

O empreendimento está equipado de tecnologia moderna, com autonomia própria em termos de energia, suportada por oito geradores de grande potência. Toda a construção, desde a escavação e contenção periférica até à conclusão final, foi da responsabilidade da construtora Teixeira Duarte. O financiamento deste empreendimento foi da responsabilidade do Banco Espírito Santo de Angola (BESA) e para a sua construção participaram cerca de 1200 trabalhadores.

Atualmente o grupo Escom é um dos maiores promotores imobiliários a atuar no mercado angolano. Tenciona também iniciar estas atividades na República do Congo. A construção do edifício Escom, em Luanda, foi o seu primeiro projecto imobiliário no País onde em parceria com o grupo brasileiro Camargo Corrêa tem em construção o condomínio Acquaville os empreendimentos Samba, Costa do Sol e Talatona, em Luanda, um condomínio e um aparthotel no Soyo e projetos em Benguela e Lobito são as principais apostas do grupo. No total, a Escom conta com um portfólio de 13 Projetos imobiliários em Angola.

8.8 Especialista defende vias únicas para autocarros

Jornal o País

09 De Agosto de 2013

O especialista de trânsito brasileiro, Osias Baptista Neto, defendeu a construção de vias reservadas exclusivamente aos autocarros como uma das principais soluções para acabar com os congestionamentos que se registam em Luanda.

Estas soluções foram apresentadas durante uma palestra realizada na passada sexta-feira², realizada pela empresa de transporte colectivo Macon, no Instituto Nacional de Administração, em Luanda.

O especialista explicou que uma das alternativas mais viáveis para se ultrapassar o problema dos engarrafamentos é a segregação dos automóveis, separando os ligeiros tradicionais dos pesados. Este processo pode ser feito com a construção de pontes e túneis independentemente do tipo de meio de transporte colectivo que será imposto.

Mas, entretanto, sustentou que a construção de pistas separadas para estes meios é a fórmula ideal para os tornar mais económicos.

"Esta opção pode levar os cidadãos a preferirem andar mais em autocarros do que nos seus próprios veículos pelo facto de virem a ter maior possibilidade de chegarem com maior rapidez aos seus locais de serviço, tendo em conta que nestas estradas só circularão os transportes públicos, o que as tornará mais fluidas", defendeu.

O especialista em planeamento e operação de transporte e trânsito apontou a cedência de prioridade aos veículos de transportes colectivos, com outra medida que pode ser adoptada para estancar este problema. No seu entender, caso se consiga fazer com que este meio de transporte circule fora dos locais de engarrafamento o Estado poderá ganhar e muito pelo facto de as pessoas chegarem mais rápidos os seus postos de trabalho, o que resultará numa maior produtividade para as empresas.

Revelou que ficou bastante surpreso pela forma ordeira como encontrou o estacionamento de viaturas nas principais avenidas de Luanda, contrariamente ao que havia constataado quando esteve em Angola pela primeira vez, há cinco anos.

O especialista apontou ainda duas medidas para contornar o congestionamento que consiste em aumentar a eficiência do sistema, compactando e priorizando a segurança das pessoas.

"Neste caso compactar consiste em meter todas as pessoas nos transportes públicos e, por outro lado, faço o compartilhamento controlado (definir determinadas áreas que podem ser usada tanto pelos transportes públicos como pelos automóveis privados, onde estes são obrigados a darem prioridade ao primeiro) ", frisou. Acrescentou que "isso porque as 60 ou 80 pessoas que o autocarro levam valem mais do que uma ou duas que circulam nos seus carros particulares. Todos nós temos os mesmos direitos, por isso, dar prioridade ao meio de locomoção colectiva é uma questão de cultura".

Mas alertou que todo o sistema de transporte público compartilhado se não tiver uma fiscalização rígida constituída por meios humanos e electrónicos, não terá êxito.

Esclareceu aos presentes que para o Governo determinar que se dê prioridade aos autocarros em detrimento dos particulares é necessário que se façam estudos bem fundamentados sobre a utilização destes meios e alertou para a necessidade de não aceitarem estudos similares feitos por comerciantes.

"Por favor, não aceitem estudos dados de graça por comerciantes de nenhum meio de transportes, mas optam por contratarem empresas de consultoria para fazerem os estudos detalhados que vocês necessitam. É preciso ter muita coragem administrativa e política para se fazer isso e quanto mais em crescimento se encontra o país mais se precisa dela".

Técnicos angolanos reagem

A arquitecta urbanística do Governo Provincial de Luanda, Jinla de Carvalho, contestou a tese apresentada pelo palestrante, segundo a qual a solução para o engarrafamento para a via da Samba seria a construção de uma estrada que permitisse unicamente a circulação de autocarros.

Ela alegou que para se realizar uma operação do género na Via da Samba seria preciso arregimentar uma enorme quantidade de meios técnicos e desalojar uma parte da população, por este motivo, seria mais viável descentralizar os serviços que existem na baixa de Luanda.

"Nós temos vários tipos de serviços e comércio nesta mesma zona, o que contribui bastante para que haja uma enorme quantidade de engarrafamento", opinou.

O porta-voz da Direcção acional de Investigação e Trânsito (DNVT), Angelino Serrote, revelou que para além dos aspectos acima mencionados, um dos factores que também condiciona o extermínio dos congestionamentos está relacionada com o facto de

algumas empresas privadas e públicas oferecerem novos automóveis sempre que há uma renovação de mandato ou nomeação de novos membros dos corpos directivos. Em vez de primarem por um transporte colectivo para os trabalhadores.

À título de exemplo, Angelino Serrote mencionou o caso de empresas que podem muito bem transportar os seus trabalhadores numa única viatura mas que preferem atribuir uma viatura cada.

8.9 Mais moradias para os jovens do Cunhinga

Jornal de Angola

15 De Agosto de 2013

A administradora do Cunhinga, Celeste Elavoco Adolfo, informou que pelo menos 32 moradias, contempladas no projecto de construção de 100 casas destinadas à juventude do município, estão já concluídas.

A administradora assegurou que ao longo deste mês 18 outras residências estão igualmente concluídas, tendo em conta o ritmo satisfatório dos trabalhos em curso.

Celeste Adolfo, que respondia aos dirigentes do governo provincial que efectuaram uma visita de constatação para avaliar o grau de andamento das obras sociais naquela municipalidade, garantiu, para breve, a entrega de 50 residências, das 100 previstas.

A administradora Celeste Adolfo avançou também a construção, na comuna de Belo Horizonte, de um posto de saúde com capacidade para 30 camas e uma escola de seis salas de aulas, além da construção na sede municipal de um campo multiusos, assim como a construção de casas evolutivas.

A responsável precisou que são beneficiários privilegiados das infra-estruturas os jovens do município, sobretudo funcionários e quadros da Educação e Saúde.

Por outro lado, a administração do Cunhinga está a aplicar políticas que visam o fomento da produção agrícola na região, informou Celeste Elavoco Adolfo.

A responsável disse à Angop que o projecto é aplicado sobretudo nas comunidades rurais, através da cedência de campos para o cultivo, sementes, fertilizantes e créditos agrícolas de campanha aos pequenos agricultores.

A medida visa melhorar as condições de vida da população, contribuindo também para o

desenvolvimento socioeconómico do país e da circunscrição em particular, segundo a administradora.

As principais culturas praticada, na região são o milho, feijão, batata-doce e rena, mandioca, abacaxi, citrinos e a criação de animais diversos, disse a administradora Celeste Elavoco Adolfo.

8.10 Bem-vindo à centralidade de Cacuo

Jornal Acapital

17 De Agosto de 2013

Chegados à nova centralidade, nosso real objectivo, constatamos que as estruturas são, de facto, impecáveis, não obstante alguns edifícios que já apresentam fissuras.

Durante o dia, a centralidade é, exactamente aquilo que, a maioria dos luandenses procura. Calma, sossego. Mas depois de alguns metros percorridos cidade adentro, o cenário ia mudando, a pender para o mau.

Uma sequência de geradores voltou a recordar que, afinal, ainda estávamos em Luanda. Os cabos de geradores parecem adornos, cruzando o primeiro e o quarto andares. Ademais, os vários bidões vazios, desses que se usam para acarretar água, anunciavam a carência de água que lá se vive.

E não é tudo. As paredes novas já borradas com escritas, as montanhas de lixo nas ruas, vidros de janelas quebrados, deitavam abaixo a ideia de que a impecabilidade do local não duraria por muito tempo, se a mentalidade dos moradores não mudar.

O que toma a cidade tão pacata parece ser o facto de alguns moradores, afinal, deslocam-se para lá uma vez, apenas por semana para retiros. "Sobre a questão da água, a SONIP não diz nada. Trancaram as portas e pronto. Ficamos num salva-se quem puder", desabafou um morador, adiantando que agora são obrigados a fazer longas filas na Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL), para ter o líquido precioso.

"O mesmo se diz quanto à energia eléctrica", acrescentou, visivelmente agastado. No entender deste cidadão, se os moradores tivessem tido conhecimento de que estes importantes bens só seriam estabelecidos meses após a ocupação das residências, talvez não estaria tanta gente a lutar para adquirir um imóvel.

Miguel Gonçalves mudou-se para a nova residência no bloco-o6 há quase dois meses, ao cabo

de uma luta árdua pela aquisição da casa própria. Perdeu noites, aguentou longas filas, teve que fazer muita ginástica para conseguir a verba que o habilitava a ser um dos contemplados da nova cidade.

Contudo, o que não esperava, é que os velhos problemas dos antigos bairros de Luanda continuariam na nova cidade.

"Infelizmente, aqui nunca houve energia eléctrica. A água é fornecida só das 06h00 às 09h00", adiantou, revelando que, por isso, é obrigado a gastar 800 kwanzas, diariamente, para comprar combustível para o gerador. "Estamos a ter muitas dificuldades para realizarmos as nossas vidas na central idade de Cacuo. Falta quase tudo sem as mínimas explicações dos responsáveis do projecto", que, segundo o interlocutor, nem aparecem.

"Não faz uma semana que agarraram um rapaz a furtar os quadros eléctricos dos apartamentos", que, afinal de contas é um antigo trabalhador da empresa encarregue das obras da nova cidade. Outro artigo muito cobiçado pelos ladrões são os cabos eléctricos que seriam colocados nos postes de iluminação pública.

Gonçalves disse ainda que isso só tem sido possível porque falta segurança.

"Não tiveram em consideração a segurança das pessoas, não temos hospital, não, temos escola", queixou-se.

E lá íamos nós. Olhamos para os jardins. Que pena, estes começam a perder o verde. Pela falta de tratamento, tornaram-se depósito de lixo. Outrossim, as entradas das casas não habitadas, tornaram-se balneários públicos, outras residências são arrombadas. Os malfetores defecam em tudo quanto é canto.

Seguranças desprotegidos

No extremo onde estão a ser construídos os edifícios mais modernos daquela centralidade, estão três guardas cuja guarita está por cima de um contentor. Segundo eles, há duas semanas foram invadidos por elementos desconhecidos que saquearam as loiças sanitárias, tendo quebrado algumas portas e janelas.

O fraco povoamento que torna pacata a cidade, deixa uma boa margem de manobra para os senhores do alheio. Os guardas estão desprotegidos, tanto é que não se aventuram muito.

Demos conta de que eles estavam nos seus postos mal ataviados, com um rádio de comunicação

avariado, sem nenhum porrete, pelo menos para se auto-defenderem.

"Se aparecer gatuno, vou fugir, porque não tenho como me defender", foi o que nos disse um deles ao informar ainda que havia uma semana tinha sido morta uma pessoa do outro lado da vedação.

"Ninguém sabe quem foi que matou. Os chineses não querem saber da segurança, contrataram dois guardas que eram funcionários da pedreira para tomar conta da zona", afirmou.

Procuramos, in situ, contactar a Administração local, ou alguém afecto à SONIP, mas sem resultado, visto que todas as portas estavam encerradas.

Invasão paralela

Ao chegarmos à estrada que dá acesso à nova centralidade de Cacuaco, um aspecto chamou-nos a atenção. A menos de 200 quilómetros dos edifícios, vêem-se vários montes de areia e casebres de chapas que prenunciam a ocupação de terrenos por populares.

Legalmente ou não, a verdade é que número de ocupantes começa a ser preocupante. Em conversa com alguns deles, tomamos conhecimento de que os terrenos estão a ser comercializados. Tanto é que, um lote de terreno com pelo menos, 20 metros quadrados, pode custar até 800 dólares norte-americanos.

8.11 Governo critica morosidade na construção de moradias

Jornal de Angola
21 De Agosto de 2013

O vice-governador do Kuando-Kubango para o sector económico, Ernesto Kiteculo, pediu aos administradores municipais do Cuíto Cuanavale e de Mavinga maior rigor na fiscalização das obras em curso nas suas áreas de jurisdição.

Ernesto Kiteculo fez essa solicitação no final de uma jornada de campo nos municípios de Mavinga e Cuíto Cuanavale, onde constatou os níveis de execução das obras.

Das várias obras em curso, o que mais preocupa as autoridades locais é a morosidade na construção de casas sociais, já que em alguns municípios o projecto continua por arrancar, sublinhou.

O vice-governador esclareceu que doravante a sua equipa vai constatar, em todos os municípios,

aspectos que têm a ver com os cuidados primários de saúde, merenda escolar, água potável e energia eléctrica.

Ernesto Kiteculo salientou, por outro lado, que a falta de energia eléctrica pode ser ultrapassada com a instalação de energia solar nas comunas dos municípios do Cuíto Cuanavale e de Mavinga.

O Governo Provincial do Kuando-Kubango enfrenta muitas dificuldades em levar combustível a estas localidades, para fazer funcionar os geradores, devido ao estado avançado de degradação das vias de acesso, disse.

8.12 Projecto vende casas cara e sem qualidade no Zango, EX-militares "Fulos da Vidk com Lakeni"

Jornal Acapital
22 Agosto De 2013

Projeto não é, ao todo reprovável, segundo os pensionistas da Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas (CSS/FAA), até porque em algumas províncias do país, muitos já foram beneficiados. Mas no caso concreto de Luanda, defendem que seja o Estado a subvencionar os preços da habitação destinada aos ex-militares.

Só para ilustrar, os preços da Lakeni Imobiliária vão de 77 mil a 220 mil dólares norte-americanos, para o desagrado dos interessados que defendem que sejam erguidas residências de média e baixa rendas. O maior problema reside no facto das mesmas não serem de tanta qualidade para serem comercializadas ao referido preço. Nem mesmo os 30 anos durante os quais serão liquidados os créditos satisfazem os pensionistas muitos dos quais com idades já avançadas.

Associa-se também o facto das pensões de alguns candidatos não serem "tão altas" para em tempo útil, poderem concluir com o pagamento das residências "com preços altos". "Vimos na cidade do Kilamba, onde até reside gente rica, o Executivo teve de baixar os preços quanto mais aqui?", questionou Afonso Rodrigues, Tenente-Coronel na reforma, que antevê critérios desfavoráveis aos ex-militantes com patente muito baixa.

Para ele, só um oficial superior é que pode se candidatar a este tipo de habitações. Apontou capitães e tenentes que auferem, por exemplo, 43 mil Kwanzas como os que não poderão concretizar os seus objetivos. "Se o projeto é para todos, não pode beneficiar só aqueles que já têm em detrimento dos

que ganham pouco", acrescentou. Há também um contraste nisso. A maioria dos oficiais superiores já tem idade muito avançada, sendo por isso pouco provável que venham cumprir com os 30 anos, tempo determinado para a liquidação do crédito habitacional. É, essencialmente, este aspecto que levantou sérias preocupações.

De um lado estão os pensionistas jovens que receiam que venham a ser priorizados os pensionistas com altas patentes. E do outro, estes pensam que os ex-militares com menores idades serão os primeiros contemplados pelas mais de 800 residências.

Aí mesmo no Zango existe um projeto habitacional, sob auspícios da SONIP concorrido desde os primeiros meses do ano em curso. Os preços aí aplicados não passam dos 180 mil dólares norte-americanos, por isso, os ex-militares não compreendem que só os ex-militares são que, "exclusivamente devem pagar um preço altíssimo".

Já Mendonça Aires, aconselha a Direção da Caixa de Segurança Social, a rever a situação da habitação, "porque conhece melhor a realidade dos pensionistas".

Aliás, acrescentou, basta olharmos para a generalidade das casas do Zango construídas pelo Executivo, para se ter a ideia de que os preços que estão a ser aplicados pela Lakeni Imobiliária "são injustos".

"Toda gente sabe qual é o preço real das casas", garantiu, tendo aclarado que, segundo constatações feitas por um pequeno grupo de pensionistas da CSS/FAA, a diferença é abismal. As casas que são vendidas a um valor equivalente a 30 mil dólares norte-americanos no Zango 1, 2, 3 e 4 a Lakeni estão a vendê-las a 94 mil. "São apenas três quatinhos muito apertados", sublinhou.

Seja como for, a afluência é maior, e dizem que a Imobiliária não tem culpa nisso, mas sim a CSS/FAA que celebrou o contrato. Durante o acto de apresentação do referido projeto habitacional aos candidatos que acontece todos os dias úteis, não faltam dizeres como estes: "este é o nosso dinheiro que foi utilizado na construção destas capelazinhas". Reina uma grande expectativa à volta das modalidades que a CSS/FAA vai usar para 'desbloquear' o problema da habitação dos pensionistas de si dependentes, que prometem reagir à qualquer injustiça, no que o acesso à habitação diz respeito.

A construção de residências arrancou há já algum tempo no Zango, mas ninguém sabia se estavam destinadas aos desalojados ou teria como

beneficiários os pensionistas das F AA. Há coisa de um mês, embora timidamente, começaram a circular rumores sobre o início das inscrições dos candidatos à este tipo de habitações, sem, antes, terem a mínima ideia de quanto custavam e quantas são. São todos

8.13 Juventude deve dar valor aos feitos de combatentes

Jornal de Angola

23 De Agosto de 2013

O secretário de Estado dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Clemente Cunjuca, chamou a atenção dos jovens no Luena, na província do Moxico, para os exemplos dos antigos combatentes no que toca à sua entrega à libertação da pátria.

Ao responder às preocupações do jovem no encontro provincial de auscultação, referiu que "apesar de a sua maioria ser analfabeta no período da luta de libertação nacional, disponibilizaram-se no cumprimento do dever mais nobre, que é a defesa da pátria e que culminou com a conquista da paz definitiva em 2001". Clemente Cunjuca referiu-se à importância da província do Moxico no contexto de luta de libertação nacional e defendeu que os jovens devem contribuir para a sua dignificação e preservação como baluarte das conquistas nacionais. "A província do Moxico está a crescer significativamente em todo os domínios, com a implementação dos Programas de Investimentos Público (PIP) e de combate à pobreza", reconheceu o secretário de Estado, que exortou os jovens a participarem activamente neste processo para garantirem o bem-estar de toda a sociedade.

O secretário de Estado dos Antigos Combatentes encorajou a juventude a apostar na formação académica e técnico-profissional para preservar o futuro, comprometendo-se activamente no processo de reconstrução da província e do país em geral.

8.14 Mercado imobiliário reanima-se em Angola

Semanário Agora

23 de Agosto de 2013

Mas os preços, esses, continuam salgados: a renda prime dos escritórios em Luanda é de 170 USD/m2/mês e o valor unitário 12000 USD/. No mercado residencial do primeiro escalão o valor médio de renda num apartamento 1'3 na zona Morro Bento/Rocha Pinto está estimado em 4.000 USD/mês e a venda em 4.000 USD/m2.

Estas e outras conclusões constam de um relatório sobre o mercado imobiliário angolano elaborado pela Zenki Real Estate e datado de julho de 2013, abordando os mercados de escritório, habitação, retalho, industrial e hoteleiro. O estudo da Zenki Real Estate abrange 7 zonas: Baixa da Cidade (Baixa, Coqueiros, Praia do Bispo, Ilha de Luanda e Chicala); Zona Alta (Alvalade, Bairro Azul, Maculusso, Maianga, Kinaxixe, Vila Alice, Combatentes, valódia, Miramar, S.Paulo, Bairro Operário); Morro Bento, Rocha Pinto e Samba; Talatona; Benfica, Quífica, Camama, Nova Vida, Lar do Patriota; Viana; Kilamba e Zango.

O relatório considera que a procura por escritórios modernos continua em alta, sobretudo por parte de empresas do sector petrolífero e financeiro, tendo em consideração o elevado valor do arrendamento, proibitivo para empresas de pequena e média dimensão.

No segmento residencial, diz a Zenki Real Estate " prevalece a procura por parte da classe média, média-alta e alta angolana, assim como pelas grandes empresas multinacionais a operar no país e quadros superiores expatriados a trabalhar nestas empresas. Com o emergir de uma classe média angolana, surgem novos empreendimentos localizados fora do centro da cidade e de Talatona a preços mais baixos. Contudo, a quase inexistência de crédito à habitação concedido pelo sistema bancário tem impedido este mercado de se tornar maior e mais abrangente".

De resto, estes problemas tornaram-se muito evidentes durante a muito recente crise no processo de compra dos apartamentos das novas centralidades ao redor de Luanda, como as do Kilamba e Zango, que apesar de serem referidas no estudo não estão nele devidamente espelhadas, talvez pela proximidade destes factos.

As perspectivas de crescimento do segmento de retalho são igualmente animadoras, tanto do lado da oferta como da procura, com base nos apetites de consumo da emergente classe média que os três centros comerciais por ora existentes parecem insuficientes para satisfazer.

seis outros shoppings centres estão em construção, aparecendo recentemente neste segmento uma novidade que são os *retails parks*, existindo para já dois. Neste particular, o mercado é dominado por operadores de grandes unidades de distribuição alimentar e produtos de grande consumo, sendo ainda insignificante as unidades dedicadas ao comércio de artigos de luxo.

Apresentado como uma das grandes apostas do governo para dinamizar a diversificação da economia, o mercado imobiliário industrial, não obstante a presença quase absoluta da iniciativa estatal, começa a atrair promotores imobiliários privados, que vislumbram boas oportunidades de investimento em armazéns e algumas indústrias.

O mercado hoteleiro nacional, que se espera vir a ser potenciado com o recém-aprovado plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo que incorpora uma estratégia até 2020, com três pólos prioritários - Cabo Ledo, Kalandula e Bacia de Okavango - continua, por ora, concentrado em Luanda, que gera aproximadamente 80% da receita deste sector, seguida das províncias de Huíla e Benguela.

Segundo o relatório da Zenki Real Estate " a oferta hoteleira de qualidade média e superior (3, 4 e 5 estrelas) existente no centro da cidade de Luanda é composta por 16 hotéis que integram aproximadamente 2.000 quartos. A taxa de ocupação média anual destas unidades é de 75% e preço médio de 375/USD/noite (com pequeno almoço e taxas incluídos). Estão em curso alguns projectos hoteleiros na capital do país, que visam equilibrar a oferta do sector, estimando-se que o número de quartos aumente 66% até o final do ano de 2015".

O estudo salienta igualmente o estado embrionário do mercado de investimento no país, condicionado que está pela adopção de legislação de regulação dos fundos de investimento imobiliário", marco que poderá conceder maior dinamismo e profissionalismo ao mercado de investimento imobiliário, tanto no volume das transações como na entrada de novos investidores estrangeiros.

Com os cenários de crescimento económico positivo do país, a redução da taxa de inflação e a tendência da diminuição do risco-Angola, a Zenki estima que as taxas de capitalização (*yields*), presentemente entre os 12 e 18%, possam finalmente baixar.

8.15 A centralidade do Kilamba não foi pensada com os angolanos, assim como o Dundo

Jornal Expansão
23 De Agosto 2013

A ordem trata dos arquitetos e da profissão, não tem capacidade de aprovar projectos. Quem tem esta capacidade são as autoridades competentes, e quem tem estas competências sabe que existe uma Ordem dos Arquitetos, podem e devem solicitar esta opinião à Ordem, não lhes vai custar nada. E que opinião tem

sobre o surgimentos em massa de novos edifícios no centro da cidade?

Pura especulação imobiliária. Quem investe num edifício com intenção que seja, fundamentalmente, de serviço não irá colocar este em Viana, mas, sim, ao lado do poder económico e político, de forma a rentabilizar a infra-estrutura. E quais são os impactos possíveis em termos de sustentabilidade e deterioração da zona?

A cidade de Luanda foi pensada para 500 mil habitantes, e não para este tipo de investimentos. Ao fazer-se estes investimentos, terá de se potenciar a água, a energia e os estacionamento, por exemplo. Há uma quantidade de coisas que têm de ser pensadas para que estes edifícios funcionem perfeitamente. O surgimento desses edifícios provoca, muitas vezes, discussão à volta da necessidade de proteger-se os edifícios históricos e culturais ...

Tem de se preservar a história. Da mesma forma que escrevemos a história das pessoas, dos lugares das coisas, temos de visualizar o que foi a história das cidades.

Sobre a preservação da história. Como gerir o conflito entre a modernização da cidade e a preservação da história? , Podemos fazer as duas coisas. É possível manter a fachada histórica e fazer o miolo completamente novo. Não precisamos de destruir completamente. Podemos usar e integrar o velho e o novo numa simbiose de manutenção ,preservação e renovação.

Para alguns, Luanda deve crescer apenas na horizontal; para outros, na vertical. O que pensa? Acho que temos de crescer nos dois sentidos. Quanto mais na horizontal crescermos, de mais quilómetros de infraestruturas vamos precisar. Há uma série de situações que devem ser vistas quando projetamos uma cidade.

Os arquitetos angolanos estão preparados para enfrentar estes desafios? Eu disse quais são os desafios, o que significa que sabemos como enfrentá-los. Temos preparação suficiente para saber qual o caminho que deveremos adoptar no futuro. Que nos ponham à prova. Em termos quantitativos, existe uma concentração em Luanda, onde estão cerca de 90% dos existentes, mas nunca senti a rejeição de trabalharem fora de Luanda. É necessário que, ao nível das províncias, haja encomendas. Neste momento, estão inscritos na Ordem cerca de seiscentos.

E o nível de solicitação dos arquitetos é satisfatório? Sinto que o profissional de arquitectura e do

urbanismo não é procurado muito, porque o que é permitido construir, muitas vezes, não passa pelos canais que devem autorizar. Se passasse, grande parte dos projectos que vêm de fora não seriam autorizados - com excepção dos que o Governo encomenda, porque é soberano -, porque só deve projectar quem está inscrito na Ordem. Luanda ainda tem muitos edifícios velhos. É defensor do derrube, ou da requalificação destes edifícios? Cada edifício deve ser objecto de um estudo próprio, no sentido de definir-se pela requalificação ou destruição, porque nem sempre a situação de um é igual à do outro. Mas, de uma forma geral, sou mais apologista da destruição do existente para se fazer um novo, com excepção dos edifícios históricos.

Seria o caso do Kinaxixe? Sim. Era um dos únicos edifícios do País classificados como edifício pós-modernista, e a especulação imobiliária provocou a sua destruição. Acredito que o que se está a fazer naquele local poderia ser feito em outro sítio. Reconverteríamos o edifício com outro tipo de funcionalidade, mas manteríamos a sua categoria de um edifício pós-modernista. Que outros edifícios devem ser preservados? Não deveria ter sido feito o que foi feito no edifício das Finanças, que é um dos edifícios que não devem ser destruídos, assim como o do Banco Nacional e o da Alfândega. Os edifícios dos Correios e do Porto também não devem ser destruídos. Existe uma quantidade de edifícios que estão na baixa da cidade alguns são classificados, outros, não - que merecem um tratamento diferente. Só não têm este tratamento por causa da especulação imobiliária. Destroí-se um edifício destes de dois ou três pisos para construir um edifício de 25, por ser mais rentável. O que aconteceu à Dona Ana Joaquina serviria para alguns destes edifícios?

8.16 Urbanização para os ricos, despojo para os pobres

Semanário Folha 8

24 De Agosto de 2013

O José Agostinho Quiteque, de 31 anos, representa a terceira geração da uma família nascida no Bairro Margoso, no Distrito da Maianga, em Luanda. O bairro, aninhado na encosta entre a zona urbana do Prenda, o Bairro Azul e a Avenida Revolução de Outubro, será demolido para dar lugar a um projecto de urbanização para ricos.

A família Quiteque tem mais de 50 anos de vivência no bairro. O patriarca Agostinho Chiteque, natural do Kwanza-Sul, teve ali o seu primeiro filho há 52 anos, na primeira casa de madeira que construiu, precisamente no local onde hoje é a Clínica do

Prenda. As autoridades coloniais concederam-lhe outro terreno, um pouco mais abaixo, onde construiu uma casa definitiva, em alvenaria, e ali se fixou até à sua morte, há quatro meses, aos 81 anos de idade. Teve quatro filhos, todos nascidos no Margoso. No quintal, então com espaço suficiente, construíram-se quatro anexos para acomodar os filhos e suas respectivas famílias.

O primogénito Manuel teve oito filhos, naquela comunidade familiar. Por sua vez, o seu primogénito José teve três filhos, no mesmo local, constituindo assim a quarta geração dos Quiteques no Bairro Margoso.

José Agostinho Quiteque é hoje um dos membros da comissão de moradores para a defesa do realojamento condigno daqueles que serão expulsos do Margoso devido ao novo projecto de urbanização. A 14 de Agosto passado, pouco mais de uma centena de moradores, maioritariamente mulheres, perfilharam-se na Avenida Revolução de Outubro, ao raiar do dia, para protestar contra o que seria a data marcada para as demolições do bairro. Altas entidades governamentais, militares e policiais acorreram ao local para constatarem a razão da manifestação, pacífica e ruidosa, numa das principais artérias de Luanda, que se prolongou até perto do meio-dia.

"Passámos três semanas sem dormir, com o pesadelo das máquinas que viriam à noite ou de madrugada demolir as nossas casas, como é prática do governo", explica Manuel Paulo, de 26 anos, nascido no Margoso.

A ordem para a demolição das primeiras 150 casas, marcada para 14 de Agosto, foi transmitida aos moradores pelo director do Projecto de Requalificação do Bairro Margoso, Baixo Prenda e Chabá, António Teixeira João.

Foi também António Teixeira João quem telefonou pessoalmente ao comando policial do distrito da Maianga para providenciar os efectivos necessários para a operação, segundo um comandante local. O mesmo oficial referiu que normalmente é o comando-geral da Polícia nacional quem ordena as esquadras policiais a acompanhar as demolições.

Outro oficial da Polícia Nacional, presente no local, aceitou, a pedido da comissão de moradores, ver as imagens das chamadas "casas evolutivas", no Zango, onde as famílias deverão ser realojadas. As "casas evolutivas", assim denominadas pelos arquitetos do executivo do presidente José Eduardo dos Santos, são edificações de dimensões exíguas, sem acabamentos, que têm sido construídas em bairros de

relojamento na zona de Luanda (Zango, Viana e Panguila) e também em alguns municípios de Malanje. Disse apenas: "Estou sem palavras. Façam uma manifestação pacífica e não agiremos".

A Brigada Canina da Polícia Nacional, enviada ao local, manteve os cães nas viaturas. Até o chefe dos Serviços de Inteligência e Segurança Militar (SISM), general Zé Maria, sempre lesto a pressionar a repressão de manifestantes, teve atitude diferente. Conversou com uma moradora, Marisa, que lhe entregou um dossier sobre a posição dos moradores, as convocatórias recebidas pelos visados e fotos do local de realojamento no Zango. Em seguida, retirou-se do local.

O presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACIL), general José Tavares, deslocou-se ao local, quando soube do protesto, e organizou uma reunião com os moradores, a quem transmitiu o seu desconhecimento sobre quaisquer ordens governamentais para as demolições.

No mesmo dia, o porta-voz da CACIL, João Dombaxi, revelou à 1V Zimbo que António Teixeira João não tinha autorização para ordenar as demolições. "Concluiu-se que houve algum equívoco em alguém não mandatado para o efeito ter determinado o realojamento da população do Margoso para o Zango", disse Dombaxi.

O porta-voz referiu também que a CACIL concluiu que "não há condições para que as populações possam ser transferi das nessa altura para o Zango, em virtude de, segundo os populares, não existirem condições e infraestruturas para o efeito".

"A zona de realojamento não tem água, energia eléctrica, escolas, postos médicos. Esses governantes são desumanos, querem acabar connosco que somos pobres", denuncia José Agostinho Quiteque.

O membro da comissão de moradores nota ainda a falta de condições de habitabilidade das casas onde deverão ser realojados.

As casas evolutivas têm duas divisões exíguas, uma para quarto e outra para casa de banho. "Cada morador tem de rebocar as paredes interiores, cimentar o chão, instalar sanita na casa de banho e construir a cozinha e sala", explica José Agostinho Quiteque.

Na zona do Zango, para onde deverão ser transferidos os moradores do Margoso, fora da cidade de Luanda, encontram-se já muitas famílias desalojadas da ilha de Luanda. Desde há quatro anos que vivem em casebres improvisados de chapas, papelões e outros materiais. As tendas que lhes

havia sido entregues pelo governo, como moradias, rasgaram-se e deterioraram-se com o passar do tempo.

VIDA URBANA PARA RICOS

A 25 de Março passado, o governador de Luanda e primeiro secretário do MPLA na provincial, Bento Bento, presidiu a uma reunião sobre o processo de requalificação do Margoso e Chabá. Os ministros da Construção e do Urbanismo e Habitação, entre outros dirigentes, participaram do encontro. Na ocasião, o coordenador do projecto, Mateus Morais de Brito Júnior, revelou à imprensa o destino do Margoso e Chabá: "Vamos tirar todos aqueles casebres e transformar num bairro nobre, com equipamentos sociais. O que estamos a discutir agora é como desalojar e realojar a população que vive naquela zona".

Mateus Morais de Brito Júnior é o vogal da empresa Vida Urbana S.A., a quem o governo atribuiu a concessão da zona a demolir. Brito Júnior foi ministro da Construção, deputado do MPLA e, actualmente, exerce a função de administrador não-executivo do Jornal de Angola.

A Vida Urbana Limitada foi criada em 2002 pela advogada Paulette Maria de Morais Lopes. Em 2009, a empresa transformou-se em sociedade anónima e passou a designar-se Viva Urbana S.A. Aumentou o seu capital de 450,000 kwanzas para 1.8 milhão de kwanzas, na altura equivalente a US \$20,000. Paulette Lopes passou a deter 80 por cento do capital, enquanto os seus sócios Hélia Maria Bernardo Miguel, Mara Geovana Contreiras Cirilo de Sá, Djamilia Sousa Pinto de Andrade e José de Carvalho Tavares ficaram nominalmente com cinco por cento cada. O cidadão norte-americano George Wesley Sherrell é o presidente do Conselho de Administração da referida empresa.

Como é possível que uma empresa desconhecida, sem qualquer historial de construção civil digno de registo, ganhe uma empreitada desta dimensão, sem concurso público, e que envolva o desalojamento de perto de 3,000 famílias?

No entanto, George Wesley Sherrell, é também administrador de uma outra empresa, nominalmente propriedade da advogada Paulette Lopes, a Kworum Capital, Limitada.

No seu website, a Kworum Capital é apresentada como uma empresa bancária de investimentos fundada por um grupo de banqueiros internacionais e gestores experiente. A empresa dedica-se principalmente à captação e realização de financiamentos para projectos comerciais e de

infraestruturas em Angola, através de parcerias com bancos locais e internacionais. Também investe em empresas na África Austral e Ocidental.

Maka Angola irá investigar, nas próximas semanas, as empresas Vida Urbana e Kworum Capital, a sua relação com o poder e a sua capacidade de influenciar o despejo arbitrário dos moradores do Margoso e Chabá, de forma desumana.

8.17 Moradores revoltados com as casas da Juventude

Jornal O País

30 De Agosto de 2013

Os beneficiários do projecto "Casa da Juventude em Luanda" que receberam as chaves das residências, em 2010, mostraram-se agastados com o Ministério de tutela por aquilo que consideram como sendo "a má qualidade das casas.

A começar pelos problemas com os tectos falsos, cuja qualidade devia ser exigida pelo Ministério da Juventude, os moradores disseram que as fossas sépticas são igualmente de má qualidade encontrando-se muitas delas com fissuras que permitem o vazamento de águas residuais e também a filtração de águas das chuvas.

"Muitas casas continuam inacabadas e outras têm as portas totalmente danificadas, não oferecendo as mínimas condições de segurança numa área situada longe do centro da cidade", declarou um dos moradores abordado por o PAÍS.

Falando na condição de não serem identificados, os residentes do Bairro da Juventude dizem ainda que o MJD vendeu-lhes casas sem as mínimas condições de habitabilidade porque muitas delas não possuem redes sanitárias, além da falta de iluminação pública nas ruas adjacentes ao bairro.

Segundo relato dos utentes, não existe qualidade nas residências erguidas em terreno pantanoso. "Quando chove é um problema sério, as águas das chuvas inundam as casas e ficamos quase sem solução de manobra. As águas entram do tecto, da porta e das janelas e criam um charco no quintal", reclamaram.

"Os moradores estão agastados com a situação", contou Jack Gonçalves (nome fictício). Segundo disse, por altura da entrega das casas, governo havia, prometido resolver problema num prazo mínimo de dois meses, mas até agora a situação continua na mesma.

O bairro necessita de escolas, hospitais, e zonas de lazer, redes técnicas com vista a dotar o projecto com infra-estruturas ligadas à distribuição de água, energia eléctrica, bem como rede de esgoto e drenagem das águas residuais e fluviais.

"Temos muitos problemas de água, energia eléctrica, e de segurança, as casas estão, inacabadas em fim". E desabafou: " não sabemos mais o que fazer, pagamos um preço alto, mas não temos condições de habitabilidade". Moradores gastam entre 20 a 25 mil dólares

Os habitantes do bairro social da juventude em Luanda gastam mais de 20 mil dólares na substituição de alguns materiais usados na construção das residências bem como na ampliação das fossas e na troca da loiça sanitária e ainda na instalação eléctrica.

Segundo Jack Gonçalves, as tomadas, cabos eléctricos, as portas e os seus acessórios não são de qualidade duradoura. O morador ainda foi mais longe, dizendo mesmo que material usado é descartável.

"As fossas estão em condições horríveis elas são pequenas e enchem com muita facilidade, em uma semana temos de mandar esvaziar, é uma lástima. Outra questão que nos tira o sono são as obras que nunca terminam na sua totalidade", disse Simão.

"O lixo é levado no porta-malas da viatura pelas trabalhadoras domésticas até encontrar um sítio mais seguro e apropriado para o depositar. Os contentores que havia aqui foram roubados por falta de iluminação e segurança"; explicou.

Segundo os moradores, as remodelações efectuadas nas distintas residências do Projecto estão avaliadas entre 20 a 25 mil dólares. "O Ministério da Juventude e Desportos havia orientado os utentes que fizessem o levantamento do que está mal e do que está bom e entregámos tudo em pouco tempo, revelaram. Yadoné, suposto coordenador do bairro Social da Juventude, disse ter enviado o relatório ao Ministério, mas que, até ao momento, não tivera qualquer resposta.

Yadoné, disse, por outro lado, que valor cobrado pelas casas não é para jovens que trabalham na função pública e com poucos recursos financeiros. "Como é possível a alguém que ganha o salário mínimo pagar 100 mil kwanzas por mês, com as péssimas condições que as casas oferecem? Com o salário mínimo esse funcionário não terá condições financeiras para pagar uma casa neste projecto", defendeu.

O Projecto Bairros Sociais", do Programa desenvolvido pelo Ministério da Juventude e Desportos, comporta cerca de 120 casas, Construídas "no Município de Belas em Luanda. As primeiras residências foram entregues há três anos.

As casas de rés-do-chão e 1º andar, estão avaliadas ao equivalente a 170 mil dólares, e possuem um WC, três quartos, sala de estar, garagem, entre outras dependências. Os utentes pagaram 20 por cento do valor total por depósito bancário e cada mês pagam cem mil kwanzas.

9. SETEMBRO

9.1 Médicos estão a ser melhor alojados na Huíla

Jornal de Angola

02 De Setembro de 2013

A acomodação de 40 médicos de diversas especialidades que labutam em várias unidades hospitalares públicas da cidade do Lubango, província da Huíla, vai ser melhorada nos próximos tempos, com a reabilitação e ampliação de 15 moradias, de 2, 3 e 4 quartos, no condomínio da Mitcha, arredores da cidade do Lubango.

Quem o diz é o governador da Huíla, João Marcelino Tyipinge, que, acompanhado do vice-governador para o sector Técnico e infra-estruturas, Nuno Mahapi Ndala, bem como do director provincial da Saúde, Altino Matias, avaliou, sexta-feira, as obras de reabilitação das casas que vão albergar os médicos cubanos que trabalham na província, no quadro da cooperação existente entre Angola e Cuba.

O director provincial da Saúde na Huíla, Altino Matias, informou que, no quadro da cooperação entre os dois países no sector da Saúde, a Huíla conta com 113 médicos cubanos, dos quais 75 trabalham na sede da província. Altino Matias disse que a par da prestação e serviços à população, muitos médicos estão a colaborar na formação de futuros médicos angolanos, que estão a ser formados pela Faculdade de Medicina, afecta à Universidade Mandume Ya Ndemufayo.

Altino Matos indicou que o condomínio da Mitcha alberga 46 médicos que vão ver melhoradas, ainda mais, a sua acomodação, com a reabilitação e ampliação de 15 casas. Avançou que além da reabilitação e ampliação das casas, estão a ser criadas novas áreas no pátio de cada casa, como jardins e a instalação de vários equipamentos electrónicos e mobiliário nas residências. Apontou a instalação nas

residências que albergam os médicos de equipamentos de ar condicionado, Internet e comunicações como novos ganhos.

Altino Matias informou que no quadro do Programa de Investimentos Públicos (PIP), o governo provincial da Huíla entregou já um prédio de quatro andares que alberga 30 médicos na centralidade da Eywa, bem como docentes da Faculdade de Medicina da Unidade Mandume Ya Ndemufayo.

O director da Saúde na Huíla indicou que, apesar dos ganhos registados na província no tocante à disponibilidade de médicos por especialidade, a província ainda necessita de 220 novos médicos.

A lacuna, disse Altino Matias, começa a ser minimizada quando dentro de aproximadamente dois anos forem lançados os primeiros médicos que estão a ser formados pela Faculdade de Medicina da Universidade Mandume Ya Ndemufayo.

Avaliação de obras

O responsável disse que o Governo da Huíla, no quadro do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Fome e à Pobreza, bem como de Investimentos Públicos construiu hospitais e centros municipais de saúde nos municípios, que exigem também a presença de médicos. O governador da província da Huíla, João Marcelino Typinge, visitou também as obras de modernização da rede de abastecimento de água potável à cidade do Lubango e arredores, no quadro do financiamento da Alemanha.

Visitou ainda as obras de reabilitação da estrada que liga o centro da cidade ao bairro da Canguinda e Chioco, passando pelo Ferro. O governante disse que a acomodação de forma aceitável dos médicos que garantem a assistência médica e medicamentosa das populações é prioridade do Executivo e do Governo local. Assegurou que as obras de reabilitação e ampliação das casas estão praticamente no fim e vai ser garantido o fornecimento adequado de água potável e energia eléctrica.

João Marcelino Typinge exortou o empreiteiro a cumprir com os prazos constantes no contrato, para que a acomodação dos médicos em perfeitas condições seja um facto. O sector da saúde na província da Huíla é caracterizado pela existência de cinco grandes unidades de referência, como o Hospital Central do Lubango, Maternidade Camarada Irene, Hospital Psiquiátrico, Sanatório, bem como centros municipais de saúde e postos médicos. Tendo em conta a divisão sanitária da província, foram

designados os municípios da Matala, Caluquembe, Jamba, Gambos, Cuvango entre outros, como sedes regionais, que têm serviços diferenciados nas áreas de pediatria, medicina, ginecologia e obstetrícia, cirurgia geral, ortopedia, imagiologia.

9.2 Apartamentos do Kilamba estão todos vendidos

Jornal de Angola

05 De Setembro de 2013

O presidente da cidade do Kilamba, Joaquim Israel, anunciou, em Luanda, que os apartamentos da centralidade do Kilamba estão totalmente vendidos e neste momento estão a ser celebrados os contratos e consequente entrega das chaves aos proprietários.

O presidente do Kilamba deu esta informação durante uma visita dos bispos do Colégio Africano da Igreja Metodista à nova centralidade, onde já vivem 40.000 pessoas.

O presidente da nova centralidade Joaquim Israel adiantou que em Dezembro ou Janeiro de 2014 esse número deve crescer significativamente, porque muitas pessoas pretendem transferir-se para a cidade depois de concluído o presente ano lectivo.

O presidente da cidade referiu que se espera atingir nessa altura 60.000 ou 70.000 habitantes, sublinhando que com a próxima fase de loteamento de casas o número global pode aproximar-se dos 150.000 ..

A nova cidade do Kilamba possui 700 prédios, 24 jardins-de-infância e 17 escolas primárias e secundárias com capacidade para albergar 1.200 alunos por turno.

O Kilamba tem duas subestações eléctricas, uma estação de tratamento de água com captação a partir do rio Kwanza, 20 quilómetros a sul.

O presidente da cidade do Kilamba explicou aos bispos que a cidade tem uma área de 54 quilómetros quadrados e nesta primeira fase ocupa dez quilómetros quadrados. "Ainda temos terrenos para a fase dois, que já começou a sul.

Já estão em construção 10.000 fogos, com 5.000 apartamentos e igual número de vivendas", explicou, acrescentando que a cidade do Kilamba vai albergar cerca de meio milhão de habitantes. Neste momento a maioria da população que habita a cidade do Kilamba tem menos de 30 anos.

Joaquim Israel adiantou que o Programa Nacional de Habitação do Governo prevê a construção de

pequenas aldeias agrícolas, com o propósito de reter as pessoas no interior. Esse projecto do Governo, elucidou, prevê a construção de 200 fogos em cada sede de município, para que os quadros possam viver nos seus municípios e ajudem a desenvolvê-los.

O presidente da nova cidade do Kilamba Joaquim Israel referiu, que os preços das residências rondam os 70.000 dólares para um apartamento de 110 metros quadrados, com três quartos. O mais caro é um apartamento de cerca de 180.000 dólares. Para facilitar a sua aquisição, as pessoas têm a possibilidade de pagar de dez a 30 anos, dependendo da idade e do organismo onde trabalham.

Qualidade da Cidade

Os bispos do Colégio Africano da Igreja Metodista consideram que a qualidade da cidade do Kilamba é um orgulho para Angola e Africa, atendendo ao facto de o país só estar em paz há 11 anos.

Esta opinião foi manifestada por Joaquina Hanala, que falava em nome de todos os bispos, depois da visita à nova centralidade. O bispo referiu que a cidade do Kilamba é um exemplo de construção excelente e por isso felicitou o Governo.

A visita foi feita por ocasião do encontro do Colégio dos Bispos Africanos da Igreja Metodista, que decorre em Luanda de 2 a 5 deste mês. Participam do evento bispos pastores do Uganda, Quênia, Moçambique, Costa do Marfim, Serra Leoa, República Democrática do Congo, Libéria, Nigéria, Zimbabwe e Angola. A cidade do Kilamba começou a ser construída em Agosto de 2008 e a primeira fase terminou em Dezembro de 2012.

9.3 Casas do Kilamba continuam a provocar “Bifes”

Jornal Manchete

06 De Setembro de 2013

Depois de várias críticas feitas, em Junho último, por vários segmentos da sociedade, na sequência do silêncio em que se tinha remetido o Conselho de Administração da Sonangol, liderado por Francisco Lemos Maria, quanto ao andamento do processo, desta vez chegam-nos denúncias da falta de cumprimento por parte da Sonip, das suas obrigações, deixando os interessados em adquirir uma residência naquela zona habitacional, com os nervos à flor da pele. O mote da questão, desta vez, prende-se com o facto de as pessoas que celebraram os contratos para a aquisição de, por exemplo, um apartamento T3, serem obrigadas a receber um T5,

cujos custos são, como não poderia deixar de ser, mais elevados. A diferença deve ser dos valores pagos inicialmente, deve ser feita num prazo de cinco dias, não estando todos em condições para tal. Como se não bastasse, os funcionários da Sonip advertem que quem não cumprir com este desiderato, perde a residência.

Uma das ouvintes da Rádio Luanda, que nesta quarta-feira, igualmente, se mostrou desapontada com a posição da Sonip disse:

"Dizem que a lista da Sonip já terminou e que já entregaram as habitações aos cidadãos. Mas na altura que estavam a entregar as T3 não havia chaves, quando fui lá, disseram-me que não deveria assinar o contrato por falta de chaves. Agora me dizem que devo comprar o T5, mas não tenho condições".

O que a senhora vai fazer vai fazer agora? Questionou Paulo Miranda, daquela estação emissora.

"Exijo que me dêem uma explicação clara. Se for para comprar T5, não tenho dinheiro para tal, nem para um outro apartamento. Eu não vou roubar para conseguir dinheiro em 5 dias".

Se em cinco dias não conseguir pagar, o contrato é nulo?

Sim. Eles estão a gozar com as nossas caras. Sinceramente, não sei como posso conseguir este valor.

Não tem por onde poder piscar o olho para tal?

Paulo Miranda, para eu que vivo na casa de renda, em que só para comer é um milagre, o dinheiro vai sair aonde para eu pagar a habitação, no prazo de cinco dias.

Não tem como?

Sim. Não tem como pagar mais.

Quando é que fez depósito? Eu fiz o depósito no mês de Março deste ano. Quando cheguei lá, fui informada que fui contemplado com T5, saltei de alegria, mas depois me apercebi que devo depositar mais de 7 milhões de kwanzas no prazo de cinco dias. Ai quase cai, porque não sei como pagar. A princípio, para este ano, posso pedir dinheiro na minha família, mas a grande dor de cabeça, durante os 20 anos como é que vou pagar?

Miguel Ângelo especialista contactado pela Rádio Luanda, disse que em situações do género é assegurada a liberdade de escolha por parte do

cliente, fazendo fé ao artigo 4º da Lei de Defesa do Consumidor.

Disse ainda que os clientes não são obrigados a aceitar as posições da Sonip.

No entanto, perante esta situação, que aflige muitos dos clientes da Sonip, a direcção desta empresa não veio ainda a público, pelo menos até à hora do fecho desta edição para dar uma justificação. Alias, a Sonangol e a sua subsidiária, Sonip, já nos habituaram a estes silêncios sepulcrais, não sendo para menos que a antiga vice-ministra da Educação, Alexandra Semião havia considerado de "criminosa" a forma de condução da comercialização de casas nas centralidades de Luanda. "É uma anarquia que já é criminosa, os responsáveis deveriam ser responsabilizados. Então, eu tenho uma organização que comercializa um mega empreendimento e não sabe nesta altura quantas casas vendeu, só demonstra que é uma organização desastrosa", havia dito Semião a LAC, Luanda Antena Comercial.

9.4 Jovens querem redução dos preços das casas sociais

Jornal de Angola

06 De Setembro de 2013

Jovens do Kwanza-Norte defenderam a revisão, dos preços de comercialização das casas nos bairros sociais da juventude e pediram mais celeridade na conclusão dos projectos habitacionais nos municípios.

Os mais de 200 intervenientes no Diálogo Juvenil apresentaram inquietações e sugestões sobre os mais variados aspectos da vida política, económica, cultural, ambiental e social, que foram esclarecidas pelo governador, Henrique Júnior, e pelo ministro do Ensino Superior, Adão do Nascimento.

A requalificação das cidades e vilas, a reparação das estradas secundárias e terciárias da província e a melhoria do abastecimento de água e energia eléctrica constam das recomendações feitas ao Governo. Os jovens sugeriram ainda às administrações municipais que acompanhem a execução das obras de edificação de habitações de particulares ou outras, para que se evitem embargos posteriores.

Educação e ensino

Os participantes entendem que a implementação da mono-docência deve ser precedida de uma formação adequada dos professores.

A criação de mais centros de formação profissional e pavilhões de artes e ofícios nos municípios, a reabilitação das escolas nos arredores da cidade de Ndalatando, a adequação das infra-estruturas físicas das escolas do ensino superior às suas exigências fazem parte das conclusões do encontro.

Os jovens pediram ainda a simplificação do processo de homologação de estudos feitos no exterior do país, a padronização dos valores cobrados pelos orientadores dos trabalhos de fim de curso nas escolas superiores, a criação de políticas de incentivo à investigação científica na região e a elevação da qualidade dos professores em algumas localidades.

O incentivo à aprendizagem das línguas nacionais, com recurso a formação especializada dos docentes, o alargamento da cobertura da merenda escolar, a instalação de um núcleo da escola superior pedagógica nas sedes municipais de Samba Caju e Ambaca são outras sugestões apresentadas. No domínio da saúde, o encontro anotou a falta de médicos e medicamentos em alguns hospitais da província e solicitou a expansão da distribuição da vacina anti-rábica pelos municípios. Foi também proposta a criação de centros de acolhimento para idosos e a continuação da superação dos técnicos de saúde.

No domínio da cultura foi solicitado o incentivo às actividades culturais e a melhoria do aproveitamento dos espaços existentes na circunscrição' como o cine Ndalatando. A criação de um museu em Ndalatando foi uma das questões que mereceu a atenção dos presentes.

Os participantes defenderam a construção de estações de rádio, bibliotecas, laboratórios e centros de Internet nos municípios assim como a reposição dos transportes públicos na cidade de Ndalatando e a implementação dos transportes escolares.

Franqueza e frontalidade

O governador provincial do Kwanza-Norte, Henrique André Júnior, elogiou a franqueza e frontalidade com que os jovens apresentaram as suas inquietações Henrique André Júnior acrescentou ter sido positiva a adesão dos jovens aos encontros, a forma ordeira, disciplinada, patriótica e o diálogo aberto, democrático e participativo que os jovens demonstraram nos encontros.

Henrique André Júnior referiu que a nova era de diálogo "com esta importante franja da sociedade" é promissora e reforça os antigos mas actuais laços existentes entre o governo e a juventude.

O governador considerou ainda fundamental o papel da juventude na concretização dos anseios do povo, sobretudo na execução dos diferentes programas do executivo, que têm permitido a melhoria das condições sociais e económicas na província.

O sonho da casa própria, primeiro emprego, formação profissional e acesso às novas tecnologias de informação constam das principais dificuldades na vida dos jovens da província do Kwanza-Norte, que de igual modo pedem às entidades competentes a valorização dos quadros locais e a lisura na realização dos concursos públicos.

As inquietações foram apresentadas recentemente no Cine Ndalatando, por 500 pessoas pertencentes a diversas associações juvenis da circunscrição, durante a realização do Fórum Provincial de Auscultação à Juventude, presidido pelo governador local, Henrique Júnior, na presença do ministro do Ensino Superior, Adão do Nascimento, e do secretário de Estado dos Transportes, José Covíngua.

A realização do evento começou com uma apresentação sucinta dos vários projectos sociais e económicos em curso na província do Kwanza-Norte, feita pelo governador Henrique André Júnior, que posteriormente deu lugar a um debate fraco e aberto.

9.5 Candidato ao Kilamba exigem indemnização

Jornal de Semanário

07 De Setembro 2013

Os apartamentos do tipo 13+1 na centralidade do Kilamba, em Luanda, terminaram, criando embaraços aos candidatos que se inscreveram para a referida tipologia e não receberam as respectivas casas. Uma agitação provocada, sobretudo pelo facto de a Delta estar a exigir que, num prazo de cinco os candidatos, os candidatos devessem pagar a diferença entre o valor que depositaram para a 13+1 e custo da T5 que é de quase 8 mil USD.

"Primeiro é um absurdo nos informar esta situação apenas um ano depois de efetuarmos o pagamento, depois o facto de nos obrigarem a pagar em cinco dias. Esta exigência está a mostrar desconhecer qual é a real condição de vida de grande parte das pessoas, nem todos têm, como eles 8 mil dólares a repousar nas contas para determinadas situações", desabafou Carlos Morais. O PCA da Sonangol, Francisco de Lemos escusou-se a falar sobre os pormenores a diferença do valor, limitando a garantir que os candidatos teriam prioridade na venda das T5 e,

argumentou, apenas de- pois de aceitarem trocar se veria os detalhes. Enquanto isso, inúmeras pessoas manifestam o desejo de recuar no negócio por entenderem que não estarem em condições de pagar anualmente cerca de 15 mil USD contra os cerca de 7 que calculavam pagar pela 13+1 ao longo do período de amortização do valor da casa na modalidade da renda resolúvel. "É uma diferença abismal, por isso prefiro não arriscar", argumentou Paulo Cardoso. Os que assim pretendem, no entanto, prometem exigir da SONIP um indemnização.

Grande parte dos juristas contactados considera "justa" o direito de reclamação mação de indemnização por parte dos candidatos apresentando como argumento o "princípio de violação pré-contratual". No entanto, desconhece-se o número de pessoas que encontram nesta condição é sequencialmente, dos que irão avançar no negócio do T5.

9.6 Chiluge troca as casas de pau-a-pique por habitações de construção definitiva

Jornal de Angola

07 De Setembro de 2013

Sinais visíveis de progresso são actualmente notáveis na sede comunal do Chiluge, cerca de 200 quilómetros a leste de Saurimo, na província da Lunda-Sul, com o surgimento de novas infra-estruturas sociais, nos últimos seis anos, constatou o Jornal de Angola.

Casas de pau-a-pique e cobertas com capim estão a dar lugar a várias habitações de construção definitiva e edifícios modernos para diversos serviços, como escolas, centros de saúde e outros que são essenciais. A população acompanha e aplaude o programa de reconstrução da comuna. É o caso de Maria Kapemba, vendedora no mercado informal, que regressou há dez anos da República Democrática do Congo.

A comerciante disse que o Chiluge, hoje, já não é um lugar sem esperança, mas com todas as condições para se desenvolver. Daí ter apelado aos empresários a investirem na localidade, particularmente rica em solos férteis para a prática da agricultura e recursos hídricos que permitem a piscicultura.

"Chegou a hora de os empresários deixarem os centros urbanos e virem investir no Chiluge, onde há muitas oportunidades de negócios", sublinhou Maria Kapemba. A estrada que liga as comunas do Muriege e Chiluge está em reabilitação, abrindo

boas perspectivas para a circulação de pessoas e o escoamento de produtos agrícolas, actualmente comercializados em pequenas barracas montadas na vila. Além da reabilitação da estrada, estão em construção três escolas com seis salas de aulas, cada uma com capacidade para receber mais de 500 alunos do ensino primário ao secundário, assim como 12 casas geminadas para professores e enfermeiros, disse o administrador comunal do Chilunge, Pedro Txizeneva.

O administrador comunal apontou ainda a construção de casas para os regedores nas localidades de Kabo Katanda, Tambwe e no Dala-Chilunge.

Na actualidade, estão em funcionamento cinco escolas de seis salas de aulas para 4.295 alunos do ensino primário, para os quais estão disponíveis 22 professores. "Precisamos de pelo menos mais 25 professores para satisfazermos a procura que registamos actualmente", sublinhou Pedro Txizeneva.

Na comuna, estão disponíveis um centro de saúde e quatro postos, mas o administrador lamenta a falta de um laboratório para análises, numa área muito assolada pela malária e doenças diarreicas. O responsável disse que o número de enfermeiros e médicos é insuficiente para atender uma população estimada em mais de 11 mil habitantes.

A sede comunal está há quatro meses privada de água potável, com a avaria da motobomba que garante o abastecimento de vários chafarizes, a partir de um reservatório de 50 mil litros, o que leva a população a percorrer diariamente cerca de dois quilómetros até ao rio Kaijila.

9.7 Lemos e Israel com discursos desencontrados

Semanário Independente

07 De Setembro de 2013

A notícia segundo a qual quem até aqui não conseguiu um apartamento na Cidade do Kilamba teria que esperar até que estejam concluídos os apartamentos e vivendas a ser construídos na segunda fase do projecto, suportada em declarações de Joaquim Real Marques, presidente da Cidade do Kilamba, causou o maior alvoroço na população a quem o executivo pretende garantir o acesso a habitação condigna.

Joaquim Real Marques deu a conhecer esta semana que os apartamentos da centralidade mais famosa e cobiçada do país estão totalmente vendidos e, neste momento, faz-se apenas a celebração de contratos e a

entrega de chaves aos proprietários, mas não demorou muito para que, quem de facto tem autoridade sobre a matéria, a Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), viesse a público esclarecer o caso.

Joaquim Real Marques ter-se-á emocionado com a visita dos bispos do Colégio Africano da Igreja Metodista Unida, e não se limitou a falar dos aspectos organizativos e formais da cidade. Tocou no número de habitantes que já lá moram, e das perspectivas e estimativas para até ao final do ano ou o princípio de 2014. O efeito das declarações do presidente da Cidade foi alarmante, gerador de pânico, completamente desalinhado com as pretensões do chefe do Executivo, que prefere uma gestão tranquila e sóbria.

Depois de ter sido interrompido por terem sido detectadas anomalias no processo de comercialização de habitações, especialmente na centralidade do Kilamba, a SONIP retomou-o de maneira bem mais organizada, com a publicação de listas de candidatos em vários espaços com dias definidos para atendimento.

Segundo o PCA da Sonangol, o processo decorre bem. Foram chamados 3 700 clientes e 10 % do total de candidatos chamados não compareceu. "Foram entregues 2900 habitações. O processo aproxima-se do fim. O próximo passo será a entrega de 6 mil no Cacucaco, nas próximas duas a três semanas", declarou José Maria Francisco de Lemos, num discurso que visou por alguma água na fervura.

O PCA desmentiu terem sido já vendidas todas as habitações na Centralidade do Kilamba, uma vez estarem ainda em construção cerca de 15 mil fogos. "Todos os que assumiram compromissos contratuais com a SONIP verão os seus direitos salvaguardados, uns ainda este ano, no próximo ou até 2015, não deixando de fora nenhum cliente", garantiu José Maria Francisco de Lemos, que participou na reunião com o Presidente da República e os governadores provinciais na passada quinta-feira.

Espera-se que a cidade do Kilamba venha a acolher 60 ou 70 mil habitantes, com a próxima fase de venda das casas, mas o projecto indica em fases bem mais adiantadas irá albergar cerca de meio milhão de habitantes.

A cidade do Kilamba começou a ser construída em Agosto de 2008 e teve a primeira fase terminada em Dezembro de 2012, com um ano de atraso. Tem 700 prédios, 24 jardins-de-infância e 17 escolas primárias e secundária, com capacidade de albergar 1200 alunos por turnos. Tem ainda duas subestações

eléctricas e uma estação de tratamento de água com captação a partir do Rio Kwanza.

Novas centralidades estão igualmente em construção em outras capitais provinciais. Na Lunda Norte serão inauguradas ainda este mês cerca de 5 a 10 edifícios.

9.8 Taxistas reclamam por paragem

Jornal Semanário

07 De Agosto de 2013

Os taxistas das diversas linhas que afluem na Mutamba podem paralisar as atividades nos próximos 110 dias como forma de reivindicar maior respeito por parte das autoridades administrativas e policiais de Luanda. Em causa está a alta de paragens indicadas para o embarque e desembarque dos passageiros na referida zona. Uma situação que embaraça a atividade dos taxistas, visto que são obrigados a deixar e pegar os passageiros em condições desaconselháveis, perante a presença dos agentes. "Os passageiros são obrigados a subir e descer com o carro em andamento correndo todos os riscos" argumentou Cristo Castanho, lembrando que a referida situação é aproveitada pelos policiais para "pentear". "As autoridades devem respeitar os taxistas tal como respeitam as outras empresas de transporte porque também pagamos imposto. Por que é que os autocarros têm paragens e nós não?", Interroga. As autoridades, tanto policiais como administrativas, ainda não se pronunciaram sobre o assunto que também preocupa os passageiros. Convergem no centro da Mutamba os taxistas das paragens dos Congolese, São Paulo, Aeroporto e ilha. No entanto, a falta de paragens para os taxistas é um problema que não se verifica apenas na Mutamba. Prova disso é que a administração municipal de Caculo bemba reuniu ontem (6.09) com os taxistas daquela circunscrição para debaterem.

9.9 Cidade do Kilamba completamente vendida

Jornal Semanário

07 De Setembro de 2013

Segundo O responsável, este dado foi apresentado por altura de uma visita dos bispos do Colégio Africanos da Igreja.

O Colégio de Bispos Africanos reconhece a qualidade no Kilamba, onde vivem 40 mil habitantes.

Afirmou estimar-se que, até Dezembro ou Janeiro de 2014, o número venha a crescer significativamente,

porquanto muitas pessoas vão transferir-se para este local depois de concluído o presente ano lectivo.

Assim, previu, espera-se atingir nesta altura 60 ou 70 mil habitantes, sublinhando que, com a próxima fase de loteamento das casas, o número global ronde os 150 mil. A Cidade do Kilamba tem 700 prédios, 24 jardins de infância, 17 escolas primárias e secundárias, com capacidade para albergar mil e 200 alunos por turnos.

Tem ainda duas subestações elétricas, uma estação de tratamento de água, com captação a partir do Rio Kwanza, a 20 quilómetros a Sul desta cidade.

O responsável explicou aos bispos que a cidade tem uma área de 54 quilómetros e nesta primeira fase ocupou 10 Quilómetros. "Ainda temos terreno para a fase dois, que já começou a Sul. Dez mil fogos já estão em construção, com cinco mil apartamentos e igual número de vivendas", deu a conhecer.

Acrescentou que a reserva da cidade do Kilamba irá albergar cerca de meio milhão de habitantes. Este momento, a maioria que habita são jovens com menos de 30 anos de idade e chefes de família.

9.10 Novas centralidades causam redução nos preços

Jornal de Angola

09 De Setembro de 2013

As novas centralidades permitiram a milhares de angolanos realizar o sonho da casa própria. O mercado Imobiliário está em grande ascensão e para a maioria dos clientes, este momento é favorável à compra de habitações. A oferta de casas do Estado obrigou a uma queda nos preços.

Diante das várias opções que o mercado tem para oferecer, a facilidade de financiamento e a redução dos juros à habitação, as famílias só precisam de escolher com cuidado o melhor lugar para morar.

Agente imobiliário desde 2004, David Tuvesso nunca experimentou tantas dificuldades como agora. Responsável pelo sustento de uma família de quatro membros, até há um ano e meio conseguia fazê-lo com os lucros da actividade que exerce. Mas as coisas mudaram e hoje é difícil conseguir clientes para comprar ou arrendar um apartamento no centro e arredores da cidade. "As pessoas agora preferem a Centralidade do Kilamba porque os preços são mais baixos", disse.

David Tumesso revela que muitos agentes imobiliários estão a abandonar a actividade porque a

tendência é para existirem cada vez menos clientes. A oferta de habitações nas novas centralidades deu uma machadada na especulação imobiliária. Hoje é muito fácil comprar casa e com preços controlados.

Com o rosto triste, David Tumesso recorda que os lucros com a venda de vivendas ou apartamentos em bairros como Alvalade, Terra Nova ou Bairro Popular, os mais caros e de difícil aquisição por parte da maioria dos angolanos, eram elevados.

"Essas zonas, pela dimensão das suas infra-estruturas e o abastecimento frequente de energia e água potável, sofreram baixas significativas nos preços", disse agente imobiliário.

Apesar da crise de clientes, muitos vendedores de imóveis não desistem do negócio e o bairro da Maianga constitui um exemplo.

Jovens nas proximidades do Serpa Pinto despertam a atenção pela forma como abordam os eventuais compradores de imóveis.

Os agentes imobiliários demonstram vasta experiência de negociação e uma paciência sem limites. O objectivo principal passa por fechar o negócio da casa e receber a sua percentagem que normalmente ronda os dez por cento do valor da vendada casa. Adérito Rodrigues é agente imobiliário há 15 anos. Revelou à reportagem do Jornal de Angola que as casas e os apartamentos na zona da Maianga, nas redondezas do Prédio do Livro, reduziram o preço de uma forma considerável.

Para se ter uma ideia, em 2009, o preço dos apartamentos variava de um milhão a um milhão e 200 mil dólares, enquanto o arrendamento rondava os três mil dólares por mês. "Existem dias que somos solicitados por um ou dois clientes e depois ficamos semanas sem um movimento o que em nada se compara com os primeiros anos em que entrei nesta actividade", reconheceu.

Associação na forja

Manuel Lourenço Paulino trabalha há dez anos como agente imobiliário. Já desenvolveu a actividade em vários locais de Luanda, mas há oito anos adoptou o Bairro Popular como local de trabalho.

Os anos de experiência levaram-no a conhecer o negócio como a palma das suas mãos, o que lhe dá autoridade para dizer que a procura desceu consideravelmente.

Admite que o motivo principal é a oferta de apartamentos nas centralidades do Kilamba, Cacucaco e Vida Pacífica, no Zango.

Manuel Lourenço Paulino revela que as dificuldades, falta de entendimento e confusão são tantas que entre os agentes imobiliários se fala na criação de uma associação. "Trabalhamos aqui semana após semana e na ânsia de angariar clientes facilmente surgem desentendimentos", disse.

Manuel Lourenço Paulino diz que a iniciativa de criar uma associação tem recebido resposta positiva dos colegas e acredita que se for criada "temos tudo a nosso favor para ter a vida facilitada".

Queda nos preços

Há muito que os bairros da Maianga e Alvalade são tidos como as zonas de Luanda onde as rendas dos apartamentos são especulativas. O corrector de imóveis, André Francisco, diz que os preços praticados variam de 1.500 a 2.500 dólares ao mês. Mas tratando-se de compra, o cenário muda de figura.

"Os apartamentos para compra que em outros tempos custavam um milhão hoje custam 450 mil dólares", disse.

André Francisco explica que a tendência de redução passou a ser notada nos últimos nove meses.

"Não é necessário ser corrector de imóveis ou trabalhar no ramo imobiliário para perceber que os preços estão baixos devido às novas centralidades que o Executivo ergueu na cidade de Luanda.

E notória a corrida dos clientes às casas das centralidades.

O número de pessoas para alugar ou comprar casas reduziu bastante e fez com que os proprietários baixassem o preço", realçou. O director geral da imobiliária Propricasa, Miguel Ribeiro, considera que a evolução do mercado imobiliário em Luanda é animadora. Disse que importa manter a confiança num mercado que ao longo dos últimos 20 anos mantém as portas abertas e tem garantido serviço de qualidade quando é solicitado.

Miguel Ribeiro explica que a maior parte dos clientes que arrendam ou compram uma habitação na Propricasa preferem o centro da cidade para facilitar o dia-a-dia do trabalho. Acrescenta que os clientes fazem-no para evitar o congestionamento do trânsito o que não se verifica nas outras cidades do país.

"Além de Luanda, temos apostado fortemente no mercado imobiliário de Benguela, mas a realidade revela que com as novas centralidades que o Executivo ergueu em Luanda o ramo imobiliário teve que reduzir os preços", disse.

9.11 As polémicas das casas no Kilamba

Semanário Correio

12 a 19 de Setembro de 2013

A Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) divulgou na última sexta-feira, 06, a nona lista de beneficiários de habitações do Kilamba, o que provocou correrias para os balcões da Delta Imobiliária.

Tudo porque, durante a semana, foram divulgadas informações meio desconstruídas por responsáveis da Sonangol e da nova centralidade.

O presidente da Cidade do Kilamba, Joaquim Real Marques, anunciou na terça-feira, 03, que os apartamentos da centralidade do Kilamba estavam todos vendidos.

O presidente do conselho de administração da petrolífera angolana, Francisco de Lemos José Maria, desmentiu que tivessem sido vendidas todas as habitações e referiu a construção em curso de cerca de 15 mil fogos, mais cinco mil do que os anunciados pelo presidente da centralidade.

Essa informação foi reforçada no mesmo dia por um comunicado de imprensa divulgado após a reunião do Presidente da República com os governadores provinciais, em que o PCA da Sonangol também participou.

Desde 15 de Julho passado tinham sido chamados 3.700 clientes, tendo sido entregues 2.800 habitações aos proprietários.

Casas trocadas

Francisco de Lemos garantiu que "todos os que assumiram compromissos contratuais com a SONIP verão os seus direitos salvaguardados, uns ainda este ano, no próximo ou até 2015, não deixando de fora nenhum cliente".

O PCA da Sonangol disse que a empresa está aberta a negociações com clientes interessados em casas que não foram da tipologia inicialmente escolhida. As principais reclamações prendem-se com os apartamentos T3+ 1, que esgotaram.

Aos candidatos a esse tipo de residência foram destinados fogos T3B, mais pequenos, sendo que os funcionários da Delta Imobiliária, encarregada da distribuição das casas, se mostravam incapazes de dar qualquer explicação sobre a diferença de cerca de 85 mil kwanzas pagos a mais. A outros clientes saiu-lhes uma dor de cabeça ainda maior porque tinham disponíveis apenas apartamentos T5, para o que

tinham de pagar, num prazo de cinco dias, mais cerca de 708 mil kwanzas. Tanto uns quanto os outros referem não haver no contrato celebrado qualquer referência a troca de tipologia ou a diferença a ser paga.

Muitos clientes nessa situação mencionaram a intenção de recorrer à Justiça para ver defendidos os seus interesses. O administrador da Delta Imobiliária, Paulo Cascão, foi citado na imprensa como 'tendo remetido toda a responsabilidade à SONIP. Esta não deu até ao momento qualquer esclarecimento sobre as razões que estiveram na base destes constrangimentos.

9.12 Mundial de Hóquei «ajuda» a reduzir escuridão nas ruas de Luanda

Semanário Angolense

14 De Setembro de 2013

Os automobilistas que, no período nocturno, têm estado a circular na chamada auto-estrada Luanda-Viana terão, certamente, dado conta que alguns troços desse trajecto passaram a beneficiar nestes últimos dias de mais iluminação na via.

Como que acordados de um sonho profundo, os candeeiros, antes apagados, passaram, num repente, a dar luz. A iluminação é tão intensa que quase não passa despercebida a ninguém, não deixando por isso de causar uma certa dose de surpresa e perplexidade, sobretudo aos automobilistas que por lá circulam.

A quantidade e a qualidade da luz que os candeeiros despejam sobre o asfalto e arredores já levou alguns motoristas a abstraírem-se da nossa realidade, por alguns momentos, pensando que estariam a circular numa artéria de uma cidade de um outro país algures na Europa ou na América.

Na verdade, os candeeiros acesos e alinhados ao longo do trajecto transmitem não só um ar de modernidade, como também de segurança rodoviária e tranquilidade pública aos automobilistas e demais utentes que por lá circulam nesta via de pouco mais de 20 km.

À primeira vista, fica-se com a ideia que a entidades responsáveis pela distribuição da energia eléctrica terão decidido apostar na iluminação no âmbito do seu objecto social, de forma a inverter o triste quadro que até aqui se regista. Longe disse!

Segundo apurou este jornal, a iluminação pública daquele troço, assim como de outros tantos nas proximidades nada tem a ver com a EDEL, mas sim

com o Campeonato Mundial de Hóquei em Patins, estando as obras a ser executadas pela Odebrecht.

Diante deste quadro, questiona-se se a situação voltará à estaca zero, ou seja, ao ponto de partida depois do «Mundial» acabar e os visitantes «bazarerem»!

9.13 Candidatos marcham do Kilamba à Sonip

Semanário País

13 De Setembro de 2013

Cerca de cem cidadãos que se candidataram a um imóvel na centralidade do Kilamba, numa das lojas da Delta Imobiliária, cujos nomes não constaram nas listas até agora divulgadas, reuniram-se, nesta Quinta-feira, 12, em frente à Sonip para exigirem a entrega dos mesmos ou alguma explicação plausível.

Antes de rumarem até à Rainha Ginga, estiveram reunidos defronte a uma das lojas da Delta Imobiliária, localizada no quarteirão Q, e os efectivos da Ordem Pública foram chamados a intervir para tentar conter os nervos que estavam à flor da pele.

O jovem Yuri Rayme mostrou-se perplexo com o facto de não ter sido incluído em nenhuma das listas, mesmo estando entre os cem indivíduos que haveriam de receber o apartamento do tipo T3+ 1, no dia 17 de Maio, isto é, cerca de três semanas antes da paralisação do processo.

"Desde que reabriram o processo já se passaram mais de duas ou três semanas e o meu nome e de outras pessoas que seriam atendidas no mesmo dia não constam em nenhuma das listas. Não sabemos se os nossos processos foram extraviados ou substituídos pelos de outras pessoas que nem sequer fizeram a inscrição", desabafou.

Na esperança de obter alguma explicação, o jovem endereçou uma carta à Sonip e à Delta Imobiliária nesta Terça-feira e aguarda impacientemente por alguma resposta, ansioso que a mesma seja positiva.

Ele disse ainda ter sido informado que só há disponíveis apartamentos do tipo TS e a imobiliária está a proporcionar aos candidatos a possibilidade de pagarem no próximo ano o restante valor, caso tenham depositado um valor inferior ao estipulado para este tipo.

"Paguei sete mil e 416 dólares por um T3+ 1 por ser o valor que estarei em condições de desembolsar anualmente, em função do meu ordenado. Caso seja obrigado a ficar com o TS terei que

acrescentar cerca de sete mil e duzentos dólares no próximo ano", declarou.

No seu entender, ainda que a Sonip proporcione aos candidatos a possibilidade de pagarem no próximo ano o resto do dinheiro, se os interessados tiverem em conta a prestação que deverão pagar em igual período facilmente vão concluir que estarão a correr o risco de perderem a casa por não terem condições de arcar com todas as despesas.

Yuri Rayme disse estar bastante insatisfeito com o facto de a Sonip não lhes ter dado a possibilidade de reaverem os seus valores em função da falta de apartamento.

"Antes da Sonangol Imobiliária ter ordenado o encerramento do processo, o mesmo estava a ser bastante célere e a única confusão que existia era no momento da inscrição, visto que muitos de nós fomos obrigado a permanecer nas bichas e dormir ao relento durante vários dias consecutivos", disse. Acrescentou de seguida que "após a paralisação baralharam tudo e o pior é que quando começaram a publicar as listas surgiram nomes de pessoas que não seriam atendidas nas semanas depois da paralisação".

No seu entender, para existir maior transferência no processo a SONIP devia ter publicado o número da ficha de cada um dos alistados para que os demais candidatos pudessem acompanhar todo o processo.

Aguardando pelo 15

Já uma outra candidata, que preferiu não se identificar, disse estar bastante surpresa pelo facto de não ter visto o seu nome na lista, apesar de se ter candidatado a um imóvel do tipo TS e feito o pagamento dentro do prazo estabelecido. Ela procurou ainda confortar outro senhor que teve um ataque de nervos, apelando para ficar mais calmo de modos a evitar um ataque cardíaco.

De modos a facilitar a resolução do problema, os cidadãos constituíram uma Comissão que estava encarregue de recolher fotocópias de todos os processos e entregou-os aos funcionários de Delta Imobiliária.

Passados cerca de trinta minutos, o líder da referida comissão regressou e informou a todos que não entregou os processos porque a imobiliária estava apenas interessada em resolver o problema de uma minoria. Deixando de fora todas aquelas pessoas que não estiveram presentes nos dias anteriores e os que fizeram o pagamento depois do mês de Abril.

Pra uma fonte contactada por O PAÍS, a SONIP poderá a publicar uma lista na próxima Segunda-feira,

embora a última publicada ter trazido uma poucos beneficiários que seriam atendidos de 9 a 13 de Setembro.

O facto de no primeiro dia constar que seriam atendidas 100 pessoas e no dia seguinte apenas 12 levou os candidatos a concluir que o processo já havia sido encerrado, tal como havia sido anunciado.

“Há casas”

De realçar que o presidente do Conselho da Administração do Sonangol, Francisco de Lemos, classificou de positiva a forma como está a decorrer todo o processo de entrega de casas na Cidade do Kilamba, e que desde 15 de Julho passado já foram chamados três mil e 700 clientes, tendo sido entregues duas mil e 800 habitações.

Ele prestou estas declarações à imprensa, aos sair do encontro de preparação dos Programas de Investimento Público para 2014 e de reabilitação de vias secundárias e terciárias, orientada pelo Presidente da República, no Palácio Presidencial.

Francisco de Lemos desmentiu as informações que foram postas a circular de que já tinham sido vendidas todas as habitações na centralidade do Kilamba, alegando que se encontram em construção cerca de 15 mil fogos.

"Todos os que assumiram compromissos contratuais com a SONIP verão os seus direitos salvaguardados, uns ainda este ano, no próximo ou até 2015, não deixando de fora nenhum cliente", garantiu.

9.14 Educação promete casas para professores

Jornal de Angola

13 De Setembro de 2013

A direcção provincial da Educação de Luanda vai construir, no próximo ano, residências para professores que leccionam em áreas distantes das sedes municipais de Icolo e Bengo e Quissama, para se evitar o absentismo nas escolas.

A informação foi dada pelo director provincial da Educação de Luanda, André Soma, em Catete, após um encontro com mil professores dos dois municípios, que teve o objectivo de fornecer informações sobre a legislação que regula o sector da Educação.

André Soma explicou que a ideia é alojar numa mesma residência vários professores, para ali permanecerem de segunda a sexta-feira, e assim

garantir o normal funcionamento da escola e se evitar que os alunos fiquem prejudicados devido à ausência do professor.

Quando é realizado o concurso público de ingresso no sector da Educação, muitos professores inscrevem-se e aceitam trabalhar em áreas mais isoladas, mas depois de terem conseguido as vagas, começam a pedir transferência devido à distância. No entanto, alertou André Soma, de acordo com a legislação em vigor, um professor só deve pedir transferência de um município para outro depois de cinco anos de função na mesma escola.

Além disso, disse, as faltas constantes ao serviço podem reduzir o período de férias e se o professor tiver duas avaliações negativas consecutivas do seu desempenho pode não ser promovido. "O professor que falta às planificações quinzenais pode ter um desempenho negativo durante a sua avaliação. Se tiver três avaliações negativas é porque não serve para a Educação e deve arranjar outro emprego ou então auto superar-se", disse.

Durante o encontro, muito participado, os professores levantaram questões como os acertos de categoria, atribuição do subsídio de direcção e chefia, baixos salários, admissão no sector da Educação e a longa distância entre escola e o local de trabalho. Foi distribuída uma brochura aos professores com a legislação laboral e mais de 135 folhas, e os técnicos da direcção provincial da Educação prestaram todos os esclarecimentos necessários sobre o assunto.

Em Luanda, o sector da Educação tem sob a sua alçada 718 escolas públicas, 375 colégios privados, 1.252 comparticipadas, cerca de 1,65 milhões de alunos e 38 mil funcionários. Joana Florinda, professora do ensino primário do município da Quissama, considerou o encontro proveitoso e sublinhou que ele permitiu esclarecer algumas dúvidas.

Inês António, professora do município de Icolo e Bengo, frisou que o maior problema que enfrenta é o transporte e realçou que boa parte dos docentes residem em Luanda e gastam mais de 1.500 kwanzas por dia em táxis, por falta de transportes colectivos que satisfaçam as necessidades.

9.15 Huíla investe na habitação

Jornal Económica

13 De Setembro 2013

O relatório do governo da Huíla, a que a Angop teve acesso, revela que os edifícios terão 660 apartamentos

do tipo de T2 e T:3 e serão construídos numa área de mil 648 hectares em três anos.

Sem revelar o custo do projecto, o relatório refere que a administração municipal de Caluquembe prevê igualmente criar seis zonas comerciais, 66 áreas verdes, 'assim como esquadras policiais e áreas desportivas.

Segundo o documento da administração, no âmbito do programa de requalificação do município de Caluquembe prevê-se a abertura de 22 avenidas e 153 vias secundárias que vão conferir maior fluidez ao trânsito rodoviário.

O projecto contempla igualmente a criação de zonas desportivas numa área de 23 hectares, escolas (30), saúde (16), áreas para edificação de infra-estruturas administrativas e de acomodação de equipamentos (35).

Segundo o documento o objectivo do programa é melhorar a imagem do município, assim como a acomodação dos munícipes abrangidos por demolições forçadas pelo programa de requalificação.

Com uma população estimada em 359 mil e 11 habitantes, Caluquembe possui três comunas, Caluquembe (sede) Calepi e Ngola.

9.16 Luanda sobre carris

Semanário Agora

13 De Setembro de 2013

O toque despertador do apito do primeiro comboio retine todas as manhãs às 5 horas e os utentes fazem-se às estações, cada um com seu destino e história.

O frenesim nas estações reflecte a importância que o CFL tem na vida dos luandenses, pobres ou afortunados, mesmo que ainda exista um longo caminho pela frente no sentido de se tornar uma referência nos transportes públicos de passageiros e de mercadorias. Não só a nível de Luanda, mas também para o corredor ferroviário até Malanje, passando pelo Bengo, Kwanza-Norte e terminando na província da 'Palanca Negra Gigante'.

Já passaram quatro anos desde que o CFL foi ressuscitado, recuperando da paralisia imposta pelo conflito armado que reduziu a empresa a uma montanha de escombros e ferro velho, mas na hora do balanço as estatísticas ainda estão longe de satisfazer os prognósticos. Mesmo assim, a marcha é para a frente, na conquista do futuro.

E isso motiva cada vez mais a administração da empresa, que já se gaba de ter devolvido a muitas famílias o sorriso interrompido por 18 anos, particularmente àquelas que se dedicam ao comércio.

Para compreender os bastidores do CFL, o Agora percorreu de comboio a linha que liga o Bungo e o musseque Baía em Viana (35 km) e conheceu vários adeptos deste transporte ferroviário, num ambiente muito descontraído, onde cada um conta a sua história, convergindo apenas na expressão de que "o comboio ajuda muito".

Marta da Conceição, 47 anos, funcionária pública, tem o seu lugar quase que reservado no comboio Expresso, durante todos os dias da semana de trabalho. Confessa-nos que sempre se faz transportar de comboio. Questionada sobre a sua opção, a passageira explica que não aguenta os engarrafamentos do trânsito. "Deixo o meu carro todos os dias na Estação de Viana enquanto vou trabalhar, porque o comboio é um transporte estratégico para o meu local de trabalho", conta a contabilista da maternidade Augusto Ngangula.

Já a zungueira Constância Manjenje, que encontramos noutra carruagem, destaca o alívio que o comboio trouxe às suas finanças e assume que todas as manhãs alimenta vários passageiros, vendendo as suas sandes. "Apanho o comboio sempre às 5h30 rumo à baixa para vender as minhas sandes", revela a jovem de 28 anos, natural de Malanje.

Assim como estas duas passageiras, milhares de luandenses utilizam os comboios como meio de transporte diário. É o caso do bancário Mateus da Cruz, 45 anos, que há dois anos não dispensa os serviços do CFL, tendo reconhecido o esforço do Governo na reabilitação da linha e construção das estações e apeadeiros novos.

Chegada ao Bungo

A chegada do comboio à mítica Estação Central do Bungo foi considerada fundamental na política de gestão e oferta de serviços da empresa. Se por um lado está a satisfação, por outro aumentou o fluxo de passageiros e com ele a preocupação na resposta à procura, embora os utentes manifestem satisfação com os preços dos bilhetes.

Se estes custam entre os 30 e os 200 kwanzas para os trâmueis e o expresso, respectivamente, já para chegar a Malanje, o passageiro deve desembolsar 1.500 kwanzas.

No início do ano, o CFL aumentou a frequência dos comboios suburbanos e retirou um serviço de longo

curso. Esta alteração reduziu a frustração relativamente à oferta de comboios suburbanos, com o aumento de mais composições que circulam até perto da meia-noite.

A circulação que se fazia apenas até à Estação do Tunga Ngó, no Cazenga, chegou ao Bungo em Fevereiro deste ano e na hora de balanço dos primeiros seis meses do novo percurso, os números do conselho de administração do CFL reflectem um saldo positivo, com perspectivas de crescimento, tanto no transporte de passageiros como no de mercadorias.

"Sem dúvida tivemos um crescimento do número de passageiros. Quanto às mercadorias os indicadores são animadores desde que o ramal chegou às instalações do Porto de Luanda", disse o porta-voz do CFL.

Augusto Osório, fascinado com as condições que a reabilitada Estação Central do Bungo oferece, assegurou que os passageiros encontram conforto, enumerando mesmo que a sala de embarque e de espera são o exemplo de modernização do CFL que já chegou ao pólo produtivo de Malanje, num percurso de 424 quilómetros.

"Estamos na marcha certa rumo ao futuro", disse.

Neste quarto ano de circulação ininterrupta, vêm à memória as milhares de horas de trabalho que envolveram a força e capital chinês, no âmbito da cooperação que levantou o país dos escombros da guerra, devolvendo aos angolanos de Luanda, Kwanza-Norte e Malanje o sorriso de um país que cresce e se desenvolve todos os dias, embora persistam alguns problemas por resolver.

Criticada por uns e louvada por outros, a participação chinesa na reconstrução do CFL é a recompensa do esforço do país, que deixou para trás os momentos negros da sua história na circulação de pessoas e bens sobre a linha férrea.

Estes primeiros anos da reconquista do CFL, que colocou à disposição da população sete locomotivas que circulam todos os dias do Bungo ao musseque Baía (Viana) e vice-versa, pode fazer renascer a esperança de dias de glória, apostando fundamentalmente no transporte de carga contentorizada, para as províncias que fazem parte deste corredor ferroviário.

Estação Central

Uma plataforma construída em 1886 conheceu várias transformações próprias à medida que o tempo foi passando. Com a paralisação dos comboios houve a

necessidade de se modernizar a Estação Central do Bungo.

Hoje dispõe de uma sala de embarque acolhedora, duas bilheteiras e uma plataforma com sala de espera, equipada com placas electrónicas para informar os passageiros do horário da chegada e partida dos comboios.

A agitação é maior nas horas de pico, como garantiu Augusto Osório, mas com o dinamismo de António Manuel, chefe da Estação, a preocupação é cobrir a procura que por vezes atrapalha o pessoal de serviço.

O Bungo conta também com dois operadores de manobras e dois bilheteiros, que trabalham para garantir o bom funcionamento e segurança dos comboios e assegurar que os passageiros têm uma viagem segura, quer para os comboios suburbanos ou de longo curso que actualmente saem, uma vez por semana.

Telecomunicações

O CFL gere uma linha própria de comunicações e controlo por GPS, o que o torna uma empresa autónoma. Os meios à disposição permitem a comunicação entre maquinistas e estações e o monitoramento à distância das locomotivas, que estão equipadas com microcomputadores para o armazenamento de todos os dados e quilometragem, como explicou o engenheiro electromecânico, Merqueades Kingalu. "O diário de bordo é feito nestes aparelhos. Estas locomotivas oferecem condições de segurança", disse o homem que cuida da saúde das máquinas.

Oficinas

Todos os dias estão programadas entradas nas oficinas M uma ou duas locomotivas para revisão, ou seja, em cada 500 km de percurso, os aparelhos devem aportar às oficinas centrais para a devida manutenção. Em termos de vida, as locomotivas chegaram ao país há cinco anos e as revisões são uma rotina que vai prolongar o seu funcionamento.

Em termos de capacidade, Kingalu descreve que os motores são muito potentes, com 1.800 rotações por minuto, o que lhes permite transportar 18 carruagens de passageiros com carga diversa, embora agora as locomotivas circulem com sete.

Com uma velocidade máxima de 120 km, as composições não chegam a atingi-la, em função dos condicionalismos da via. O lixo acumulado na linha e em alguns casos a sabotagem da brita fazem com que os maquinistas acelerem até os 60 ou 80 km por hora.

As oficinas gerais de Luanda possuem oito naves que representam os diferentes sectores de actividade, desde a electricidade, mecânica, bate-chapa, pintura e outros serviços.

Albergam também uma escola de maquinistas e técnicos de manobra de comboios, servidos por um posto médico.

A formação dos operadores de máquinas é para já uma mais-valia que está a permitir à empresa reduzir os custos com a formação de pessoal no estrangeiro.

Cinquenta e quatro angolanos trabalham nas oficinas gerais do CFL e um número reduzido de expatriados portugueses, contratados para dar formação aos nacionais.

Estatísticas

Os dados disponíveis, no transporte de passageiros, apontam para um crescimento em relação às mercadorias. A variação da circulação de comboios aponta que em 2010 fizeram-se 5.212 composições ferroviárias, no ano seguinte, 5.792 e no primeiro semestre deste ano 3.940 comboios, um dado que indicia que até final do ano as estatísticas poderão superar os números dos anos anteriores.

Se para o segmento de passageiros existe esta ligeira subida, também os comboios de carga registaram um considerável aumento: 126 em 2010, 186 em 2011 e 669 no ano passado. Relativamente às mercadorias, cerca de 12.440 toneladas de produtos diversos foram transportadas no ano da retoma, 6.066 em 2011 e houve um 'boom' em 2012, quando foram transportadas 44.659 toneladas.

Quanto aos postos de trabalho, até 2012 trabalhavam na empresa 911 angolanos contra os 690 de 2010, um crescimento dinamizado com a necessidade de se apostar nos quadros nacionais para o bom funcionamento do CFL.

9.17 Mercado imobiliário com nova tendência

Jornal Economia

13 De Setembro de 2013

O relatório do mercado imobiliário da Abaccus de 2013 indica que a tendência do sector assenta, essencialmente, na alteração do modelo de contratação dos activos imobiliários, passando da compra para o arrendamento.

Uma tendência que obrigará a necessidade de existência em breve de fundos de investimentos

imobiliários para responder aos promotores imobiliários.

Com efeito, a tendência dará ainda possibilidade ao fenómeno do crescimento do mercado com mais opções, aumentando a construção, na qual estão envolvidas construtoras, arquitectos, projectistas e agentes comerciais.

A tendência do mercado imobiliário para 2013 vai pender também para o aumento de arrendamento de apartamentos na zona velha de Luanda dada a esperada absorção positiva, entre os quadros expatriados e os que terminam as suas missões e os novos que vão entrar em Luanda, explica o relatório.

O preço de venda e aluguer de escritórios novos em Luanda tende a aumentar dado o crescimento económico e a necessidade de as organizações trabalharem em locais próprios que dita a nova tendência. O crescimento das empresas e, consequentemente, o aumento do número de pessoas ou colaboradores obriga o aumento de mais metros quadrados.

A Abaccus indica que a conclusão de novos shoppings pode revolucionar o mercado porque é um modelo específico dentro do universo do imobiliário, onde a montagem financeira nada tem a ver com uma normal promoção de escritórios ou residencial, em que os retornos e o dia-a-dia são particulares.

Há, ainda, a questão de como vai responder ao público utilizador, porque, no fundo, tudo vive de rentabilidade.

Segundo o relatório, em 2014, está prevista a inauguração de três novos shoppings, o do Kinaxixi, o Luanda Retail Park e o Fortaleza.

O mercado residencial é tido pela Abaccus como bastante activo, já que se espera para 2013 a entrada de cerca 400 apartamentos novos no centro da capital.

O mercado de guest-house, que permite juntar colaboradores num mesmo espaço, incluindo serviços, mantém-se alto.

Para efectuar o estudo, a Abaccus dividiu a capital em seis zonas nomeadamente Luanda cidade, Luanda velha, Zona Norte, Viana, Talatona /Luanda Sul e Camama e Benfica.

Os preços mais altos encontram-se na zona velha de Luanda que inclui os bairros Ingombota, Miramar, Cruzeiro e Marginal. Um apartamento novo vai de 12 a 8 mil dólares e o velho de 3 a 8 mil. Os preços mais

baixos recaem para o município de Viana com apartamentos a custar de 1.900 a 2.750 mil dólares.

As residências são mais procuradas nas zonas denominadas "nobres" como Miramar, Bairro Azul, Alvalade, Cruzeiro, Vila Alice, Cidade Alta e Baixa de Luanda, tendo surgido uma nova zona, a Praia do Bispo, principalmente de moradias.

9.18 Metade das moradias estão concluídas

Jornal de Angola

13 De Setembro de 2013

O administrador municipal de Namacunde, Apoio Ndinoulenga, anunciou ao Jornal de Angola que 100 das 200 casas do projecto habitacional para esta localidade já estão concluídas e prontas a serem entregues aos seus proprietários.

Apolo Ndinoulenga indicou que as restantes casas devem estar concluídas até final deste ano. O administrador, ao confirmar o "bom andamento" dos projectos de construção de moradias sociais em várias localidades do município, referiu que das acções em curso, o programa nacional de habitação, de subordinação central, é o que mais avanço registou, como resultado do empenho dos empreiteiros envolvidos.

"Na sede do município decorrem obras de construção de 40 casas destinadas à juventude e outras dez casas, já concluídas, para os funcionários públicos", adiantou Apoio Ndinoulenga, acrescentando que na localidade de Okawe, comuna do Chiede, estão a ser erguidas 50 casas evolutivas, igual número na povoação de Ounongue, um posto médico e urna esquadra da Polícia Nacional.

O administrador de Namacunde disse que na povoação de Santa Clara, fronteira com a Namíbia, está em conclusão uma escola primária de 12 Salas e outra com 24, na sede municipal, no âmbito de uma parceria entre UNICEF e o Governo Provincial do Cunene, para atender o elevado número de crianças fora do sistema normal de ensino. As autoridades de Namacunde estimam que cerca de cinco mil crianças estejam fora do sistema de ensino devido à falta de escolas. A seca e a fome que assolam várias localidades do município também desviam grande número de crianças para a pastorícia. Na povoação de Ounongue existe apenas uma escola primária de duas salas de aulas, o que levanta sérias dificuldades para os professores devido ao elevado número de alunos. "Neste ano lectivo foram matriculados 215 alunos da iniciação à quarta classe", disse o administrador da

povoação, Nicolau Ndoiyolononha, notando que estão disponíveis apenas 20 professores, acomodados numa única residência com três quartos.

Nicolau Ndoiyolononha referiu que, devido à falta de escolas, muitas famílias de Ounongue, no marco 16, recorrem ao território namibiano, onde também procuram assistência médica. Defendeu, por isso, a construção de mais escolas primárias ao longo da fronteira com a Namíbia para atender as comunidades.

O administrador municipal lamentou o estado das vias de acesso às diversas localidades de Namacunde e garantiu que existe um plano para a sua reabilitação, em 2014. "Numa primeira fase está prevista a abertura de alguns troços de ligação entre a comuna do Chiedi e Omuluga Washikongo Cuangar, para superar vários obstáculos nas chanas e regiões arenosas", referiu Apoio Ndinoulenga.

Anunciou a ampliação e modernização do mercado municipal de Namacunde que passa a contar com serviços especializados

9.19 Primeiras casas começam a ser construídas

Jornal de Angola

13 De Agosto de 2013

A nova centralidade do município de Caluquembe, na Huíla, regista, desde terça-feira, uma maior dinâmica, com o Início das obras de construção das primeiras 40 casas.

O governador da Huíla, João Marcelino Tyipinge, que avaliou, durante dois dias, a aplicação dos programas do Executivo na circunscrição, procedeu ao lançamento da empreitada a cargo da construtora nacional Edison Internacional. As obras vão durar três meses.

A construção das casas, 20 vivendas de tipo T3 e dez com um piso cada, faz parte do programa de 200 fogos habitacionais, concebido pelo Executivo com o propósito de aumentar a oferta de habitação. Para o efeito, vão ser empregues mil milhões de kwanzas.

O administrador municipal de Caluquembe, José Arão Nataniel, explicou que os dez edifícios com um piso vão ser os primeiros com uma estrutura arquitectónica credível e além de acomodarem duas famílias vão dar um novo aspecto à sede.

Os projectos, que visam o desenvolvimento do município, vão proporcionar um número considerável de postos de trabalho,

fundamentalmente nas áreas de construção civil, assim como incentivar o empreendedorismo entre os jovens.

"Estamos a desenvolver diversos programas que vão culminar com o alargamento da cidade de Caluquembe e criar bases sólidas para o município aumentar a sua comparticipação na produção de alimentos, com realce para os cereais e leguminosas, e no Orçamento Geral do Estado", disse. A construtora Edison Internacional projectou a obra numa área extensa já desmatada, onde também vão ser erguidas as infra-estruturas para o comércio, escolas, hospitais, esquadras da Polícia, espaços para prática do desporto, lazer e recreação. A resolução das necessidades básicas da população é visível, daí os constantes apelos para a continuidade dos programas do Executivo.

O Jornal de Angola apurou que projecto estruturante de requalificação da sede municipal de Caluquembe contempla, ainda, a abertura de mais de 20 avenidas, 150 ruas secundárias e o calçamento de dezenas de quilómetros de passeios.

Entrega de casas

A falta de casas para acomodar os técnicos interessados em contribuir para o progresso de Caluquembe começa a ser minimizada com a entrega, na terça-feira, de 20 casas evolutivas pelo governador João Marcelino Tyipinge. O jovem António Mário considerou importante a construção de casas evolutivas por fazer com que o seu processamento seja rápido e fortalecer a responsabilidade dos futuros proprietários, uma vez que cada beneficiário tem a possibilidade de se empenhar na conclusão da obra.

Os beneficiários disseram que estão preparados e motivados para efectuar os acabamentos necessários, de modo a criar as condições adequadas para instalar a família. "Somos jovens oriundos do Lubango e de outras cidades do país para reforçar o número de quadros nos sectores da educação, saúde, construção civil, agricultura e outras.

"A promoção da autoconstrução dirigida foi lançada pela Administração Municipal de Caluquembe com a entrega de 280 parcelas de terras de mil metros quadrados. Os lotes distribuídos estão nas reservas fundiárias do Santiago, Cuando Sacalessa e Caissaca.

As reservas fundiárias do município possuem áreas para a instalação de indústrias, estabelecimentos comerciais, escolas, creches, avenidas, espaços verdes, montagem de sistemas de captação e distribuição de água e energia, entre outros serviços.

Satisfação

O soba João Calupanhe enalteceu as acções do Executivo por dar mais vida aos municípios distantes das sedes provinciais.

"Temos, hoje, casas para os técnicos, terrenos para construir hospitais, escolas, antena do ensino superior, avenidas asfaltadas. A nossa vila está mais movimentada e atraente", disse.

9.20 Salvem o Lubango, dos engarrafamentos de Luanda

Semanário Agora

13 De Setembro de 2013

Ponto prévio: Escrevo este artigo, na antiga cidade de Sá da Bandeira (hoje denominada, Lubango). Capital da província da Huíla, é uma cidade quase secular que foi fundada ao que se diz, por colonos portugueses oriundos da Ilha da Madeira. Ascendeu a categoria de cidade em 1923 e destaca-se pelas suas características semi-rurais, culturais (usos e costumes do povo autóctone) e pela sua localização, num vale circundado de montanhas de pedra granítica.

A Igreja Católica emblematizou esta cidade com o famoso monumento ao Cristo Rei e a Capela da Senhora do Monte, ambos situados no alto dos montes, como que vigiando e protegendo esta cidade mumuila. Outrora muito mais verdejante, arborizada e florida, esta urbe tarda nesta era pós colonial, em reconquistar o seu aspecto agradável, tranquilo, belo e aprazível do passado. Influências negativas vindas do além, do litoral luandense, estão a descaracterizar de forma crescente, a bela, simpática e acolhedora cidade de Sá da Bandeira, que no passado dia 31 de Maio, festejou 90 anos de existência. É sobre os engarrafamentos no trânsito rodoviário que me vou debruçar a seguir, dando urnas pinceladas ortográficas sobre alguns outros congestionamentos que a urbanização anárquica, provoca quase sempre na comunidade.

1 - Conheci o Lubango em 1970, era estudante finalista do curso Comercial na Escola Comercial e Industrial

Sarmento Rodrigues, de Nova Lisboa, nome da antiga capital da província do Huambo. Durante três dias apreciei a vida nesta cidade friorenta com a intenção de escolher, entre continuar meus estudos na cidade do Lubango ou na minha terra Natal - Luanda. Naquela época, só havia institutos comerciais nestas duas cidades angolanas. Meu pai decidiu, por razões financeiras e familiares, que eu

devia deixar o Huambo e regressar á Luanda onde não ia há mais de 10 anos.

2 - Depois da independência do nosso país, regressei ao Lubango em 2001 e em 2003 decidi instalar-me nesta cidade, e fazer dela meu refúgio permanente. Hoje, o Lubango é uma das minhas residências principais e aquela na qual aproveito mensalmente para recarregar as energias de uma bateria que facilmente se descarrega em Luanda, devido ao stress, as chatices e outras sensações desagradáveis, provocadas pelo tumultuoso quotidiano desta metrópole angolana, repleta de endémicos congestionamentos rodoviários, administrativos (burocracias), comerciais e outros.

Todos sabemos que a urbe de Luanda tem pouca qualidade de vida mas, paradoxalmente, lidera a lista das cidades mais caras do mundo. E como se não bastasse, influencia negativamente a vida nas restantes cidades de Angola, em quase todas as dimensões: infra-estrutural, sócio cultural e até económica. Por razões óbvias já afloradas antes, estou mais preocupado com o que vejo actualmente no Lubango.

3 - Faltam-me dados estatísticos actualizados e credíveis para vos dizer com exactidão, qual a exacta taxa de crescimento demográfico da província, e qual foi a taxa de urbanização da cidade na última década verdade ou não, fala-se em mais de 1 milhão de habitantes na cidade, contra apenas 60 mil em 1975. Mas salta à vista, que a população urbana tem estado a crescer numa proporção certamente geométrica, tantas são as pessoas que hoje vendem nos mercados paralelos e até nas ruas, passeios, becos e quintais, como de resto, se faz em Luanda. E como não podia deixar de ser, o trânsito automóvel aumenta desmesuradamente, face a uma limitadíssima rede rodoviária, com quase nenhuma alternativa, secundárias e terciárias. Para agravar a baixa oferta rodoviária da cidade, não existem semáforos nem passagens aéreas para peões. E como não há

CREL (Circulação Rodoviária Externa do Lubango) todas viaturas se afunilam nas poucas ruas que levam ao centro da cidade, até mesmo aquelas que se dirigem para as províncias fronteiriças do Namibe ou do Cunene, vindas do Huambo ou de Benguela. As avenidas do aeroporto e as 2 novas recém- inauguradas, os largos da Pirâmide e o dos laureanos, reclamam urgentemente semáforos. Passadeiras aéreas já estão a fazer falta!

4 - É evidente que o Lubango reclama uma profunda requalificação geral, que não se compadece com os esforços tímidos ensaiados pelo antigo governador Isaac dos Anjos, e muito menos com os projectos do

actual governador Tchippingue. A província cresce a olhos vistos, quer demograficamente, quer economicamente, daí a necessidade de ser melhor infraestruturada no domínio das vias de circulação, do melhor abastecimento de água e energia e em habitações com qualidade. Os ghettos no centro da cidade devem continuar a ser eliminados, mas não com a aplicação da fórmula desumana habitual de "partir os casebres e atirar as pessoas para tendas e em lugares inóspitos", como sadicamente este Executivo tem feito. A des-mussequização das cidades deve ser feita com projectos de rosto humano, amigos dos cidadãos. Que se construam casas modestas ditas económicas pode ser, mas, que elas sejam condignas pois quem as vai habitar são seres humanos. Que se localizem as populações de menores recursos, em zonas periféricas tudo bem, mas, onde haja, esgotos, água e energia, bem como escolas, centros médicos, espaços de desporto e lazer e repartições públicas.

5- As autoridades governativas da Huila e de outras províncias do país, podem perfeitamente evitar os erros colossais cometidos em Luanda, com a febre da urbanização a atingir limites extremos de irracionalidade e desumanidade. A construção desenfreada na vertical que se está a registar em Luanda, o "roubo" imoral de terras aos camponeses e cidadãos autóctones, para os poderosos construírem prédios e condomínios, já assumiu em Luanda, proporções de autêntica histeria colectiva. O modelo de apropriação de terras e de construção de habitações que está a ser aplicado em Luanda, não é um bom exemplo para nenhuma província de Angola. Trata-se de uma exploração selvagem de direitos de cidadãos visando essencialmente a acumulação selvagem de capital por uns poucos acólitos do regime, além de ser um grave atentado a boa qualidade de vida urbana. E porquê? Porque viver bem não é sinónimo de morar num apartamento, ainda por cima em prédios que se amontoam uns ao lado dos outros, competindo por um pouco de luz solar e pior ainda, quando há frequentes cortes no fornecimento de energia eléctrica e água potável, agravado com a poluição sonora e não só, de geradores e de farras selvagens. E como se não bastasse, há falta gritante de árvores e espaços verdes, para oxigenar o ambiente e torná-lo mais agradável a uma vida que se quer saudável e durado ira para os humanos.

6 - Por favor, ajudem Lubango a não cair nas malhas de uma urbanização congestionante, mais comercialmente provocada do que socialmente motivada. Ao invés disso, Lubango pode ter uma urbanização arejada, civilizada, que protege e dignifica o cidadão, dando-lhe melhor qualidade de

vida e desenvolvimento humano sustentado. Lubango ainda vai a tempo de evitar a urbanização mercantilista e com pouca beleza arquitectónica que se realiza em Luanda. Se quiser ser um pólo de atracção turística e um refúgio saudável dos luandenses (Kamundôngos) com eu, que escolheram esta província, como alternativa ideal na busca de bem estar, tranquilidade e paz que tanto escasseiam na capital de Angola. Bem hajam os naturais e os habitantes da Huíla. Xalenu nhi mahezu makidi.

9.21 O papel dos agentes informais no nosso mercado imobiliário

Semanário Angolense

14 De Setembro de 2013

Correctores imobiliários ou correctores de imóveis existem em toda a parte. Porém, em Angola, nomeadamente em Luanda, esta profissão, mim sistema informal, começou como uma forma de ganhar a vida, ainda em tempo de guerra. Terminado o conflito e com a desmobilização de milhares de militares que passaram para o desemprego, a profissão ganhou mais aderentes. Eles começaram a ser chamados por «angariadores» e/ou por «intermediários». Em regra, trabalham individualmente, mas também há quem o faça em grupos de dois, três ou mais. Às vezes, a cooperação entre eles é extraordinariamente boa, que se pode dar a «fezada» de algum cliente a outrem na maior compreensão, desde que caia alguma «micha», comissão, para cada interveniente na «inter mediação» do negócio, directa ou indirectamente.

Houve um tempo em que a oferta era maior que a procura e os ditos «angariadores» ou «intermediários» tinham que «dar o litro» para conseguir um cliente, ou seja, um comprador. Quando isso acontecesse e o negócio fosse depois concluído com êxito, era motivo de festa por parte dos que recebiam a comissão. E, às vezes, também de inveja dos que não conseguiam fechar um negócio depois de meses a tentarem fazê-lo.

Com a abertura do país à democracia e à economia de mercado, os correctores imobiliários informais conheceram também maior expansão nas suas transacções, que não se limitavam a residências, mas estendiam-se também a pequenos e grandes estabelecimentos comerciais e terrenos. Chegou-se assim à uma altura em que a procura passou a ser maior que a oferta e a situação ficou um pouco mais complicada, porque passou a haver mais especulação e os preços aumentaram em virtude disso.

O tempo foi passando, as situações foram tomando outros fóruns, mas os correctores imobiliários informais da nossa praça continuam. Hoje, pode-se mesmo dizer que é uma profissão, já que há dezenas de homens e também algumas mulheres, que nada mais fazem senão angariar clientes ou vendedores e intermediar as transacções, ganhando dessa maneira o pão para si e suas famílias.

Para quem conhece Luanda e também o trabalho prestado por estas pessoas, sabe que há pontos específicos onde se pode encontrar os chamados «intermediários». Por debaixo da passagem aérea do Nzamba 2, em alguns pontos da Avenida Marien Ngouabi, na Mutamba, junto ao ex-cine S. Paulo, entre outros, são alguns dos postos mais conhecidos.

Em Angola, como em outras sociedades mais ou menos evoluídas, o corrector imobiliário é a pessoa que intermedeia, durante a transacção de um imóvel ou de um terreno, urbano ou rural, a relação comercial entre o vendedor e o comprador (cliente). É, pois, o corrector que apresenta ao comprador, ou compradores, o imóvel que será negociado, disponibilizando as informações necessárias para que a venda seja efectuada.

9.22 «Há esquemas que lesam»

Semanário Angolense

14 De Setembro de 2013

Divino Salvador, é um antigo oficial das extintas Fapla. Anos depois da desmobilização em 1992, por necessidade, enveredou pelo caminho de corrector informal. Há quinze anos que exerce este trabalho e, como disse, fê-lo com muito zelo e profissionalismo. Mas é também um homem de cultura, dedicando-se às artes cénicas: teatro e cinema. Foi o único que se identificou e aceitou dar a cara.

Nas vestes de «intermediário» ou corrector, já transaccionou um pouco de tudo: desde vivendas e apartamentos a estabelecimentos comerciais e terrenos. Em relação ao que ganha, disse que tem sido razoável, dando-lhe para viver com certa dignidade. «O mau de tudo é quando passamos muito tempo sem que apareça um negócio. Mas quando aparece uma boa transacção, com pessoas sérias, é uma grande alegria», alegou.

Para ele, actualmente, com a construção das centralidades, em Luanda e em algumas províncias, «há mais oferta que procura e os preços baixaram consideravelmente», o que acaba por ser mau para os profissionais do ramo na sua condição, que vivem de comissões por cada negócio efectuada.

Divino Salvador deplorou a forma como a imobiliária responsável pelas centralidades do Kilamba, Zango e Cacucaco está a tratar a transacção das residências com os cidadãos. «Se as centralidades vieram para facilitar a vida dos cidadãos, deviam ser mais expeditos. Há muita demora na entrega das residências ao cidadão mesmo depois de pagas e isso está a originar em esquemas e falcaturas que estão a lesar muita gente. Concordo que haja mais rigor, mas esse rigor não deve penalizar o cliente, o cidadão necessitado, tem que servir para fiscalizar o próprio serviço que se oferece e acabar-se com os esquemas da 'gasosa' dentro da própria imobiliária», alertou.

O «nosso» corrector informal considerou ainda que o esquema facilita o compadrio e pessoas com posses. «É sabido que há gente abastada que está a comprar quatro, cinco ou mais apartamentos numa só centralidade. Esses apartamentos servirão depois para trespases, alugueres particulares ou outro tipo de negócios que não se coadunam com a lei nem com o fim para que foram construídos esses imóveis. Isso é crime, mas está-se a fazer», sublinhou.

9.23 Uma profissão liberal

Semanário Angolense

14 De Setembro de 2013

A correctoria de imóveis, no nosso país, é ainda uma profissão informal para a maioria dos que a exercem. Na nossa praça, apenas recentemente começaram a surgir empresas especializadas em correctoria imobiliária, com pessoal previamente preparado, assim como começaram a ser ministrados alguns cursos.

A maior parte dos correctores angolanos, «especializaram-se» no dia-a-dia. Cada um deles foi ganhando experiência com as transacções que foi realizando e com o tempo. A reportagem do *Semanário Angolense* (SA) soube junto deles que há alguns que já contam duas décadas nesse trabalho e, como tal, são detentores de um vasto conhecimento do mercado e do métier.

Estes profissionais dizem que já lá vai tempo em que pseudo-intermediários enganavam os interessados. «Nós somos reconhecidos e temos um sistema que qualquer pessoa se pode aperceber quem é ou não um corrector. Apesar de informais, estamos organizados e não permitimos vigaristas no nosso seio. Quando detectamos alguém, nós próprios o encaminhamos à polícia. Já houve até espancamentos desses aldrabões que nos estragavam o pão, mas agora tudo é diferente», explicou um mais velho que

disse estar no ramo há dezoito anos e apenas se identificou por Miguel.

Geralmente, e é assim em outras paragens, para seguir esta carreira legalmente é preciso que o corrector esteja credenciado junto de um organismo próprio, conforme o país. O corrector de imóveis pode ser bacharel em Ciências Imobiliárias, como também pode ter o curso de Gestão Imobiliária, equivalente ao nosso nível médio ou pode especializar-se como Técnico em Transacções Imobiliárias, nível básico.

Em alguns países, há ainda uma outra opção para se exercer a profissão: que é fazer o Exame de Proficiência (verificação de conhecimentos que permite dispensar o aluno de cursar disciplinas obrigatórias ou electivas de seu currículo pleno), facto que lhe permite não somente ser um corrector, como também possuir a sua própria administradora de imóveis (imobiliária).

Dentre as características necessárias para se ser um corrector, cita-se a aptidão e o gosto por vendas. O trabalho deste profissional fica muito mais fácil se possuir carisma, bom humor, raciocínio espacial aguçado, paciência e aptidão para relacionar-se com o público, bem como dedicação, argumentação, capacidade de convencimento, boa aparência e manter-se bem informado.

As principais actividades de um corrector de imóveis são a organização da compra, locação, permuta, venda e incorporação de imóveis e a reunião dos documentos e papéis que serão usados na negociação; apresentação de imóveis para a visita do público, bem como do projecto desenvolvido e dos arredores do imóvel; a intermediação da negociação e a verificação da correcta construção do imóvel.

O corrector pode trabalhar em empresas imobiliárias, construtoras, cartórios de registos de imóveis, leilões (empresas judiciais), consórcios imobiliários, empresas de loteamento e plano imobiliário, etc.

Ao contrário de outras profissões, o salário do corrector de imóveis não é fixo, visto que é baseado em comissões. Isto equivale a dizer que o salário do corrector varia de acordo com a quantidade e o tamanho do que conseguir intermediar para vendido. Sobre as vendas judiciais o valor da comissão é de 5%; sobre um imóvel urbano, é de 6 a 8%; sobre um imóvel rural, é de 6 a 10%; e quando se trata de imóveis industriais, é de 6 a 8%.

Para os nossos «angariadores», «intermediários» ou correctores informais, o nível das comissões também

varia, disseram eles, conforme o acordo entre o corrector e a parte interessada que, geralmente, é o vendedor.

Entretanto, existe já no nosso país, a APIMA (Associação dos profissionais Imobiliários de Angola) organização que visa, entre diversos projectos, disciplinar e dar personalidade formal e jurídica para quem exerce a profissão.

9.24 Malange anuncia construção de milhares de habitações

Jornal de Angola
16 Setembro de 2013

No bairro de Carreira de Tiro, na província de Malange, começam a ser construídos em breve seis mil fogos habitacionais por iniciativa da Sonangol Imobiliária (SONIP), afirmou ao Jornal de Angola o governador provincial.

Norberto dos Santos disse que o Governo Provincial vai propor à SONIP que seja diminuído o número de fogos a construir naquele bairro e que a iniciativa se estenda à Catepa e a Cangambo, para que estas mudem, também, de imagem. O governador provincial referiu que a área no bairro da Catepa onde vão ser construídas outras 30(casas está preparada e o empreiteiro já recebeu parte do pagamento para começar as obras.

Norberto dos Santos reafirmou que a província continua aberta a todos que queiram contribuir para o seu desenvolvimento. "Apelo os empresários, no sen tido de apostarem em investir na nossa província, uma vez que tem potencialidades para o negócio, com destaque para o sector do turismo".

9.25 Casas sociais ergui das em Xá-Muteba

Jornal de Angola
19 De Setembro de 2013

Funcionários da administração, professores e técnicos da Saúde vão ocupar 25 casas sociais com dois e três quartos, na comuna do longo, município de Xá-Muteba, província da Lunda-Norte.

Ernesto Muangala, governador provincial, que procedeu ao lançamento da primeira pedra, revelou que as casas vão ergui das com fundos do programa de investimento públicos.

O lançamento da primeira pedra das respectivas obras teve lugar no dia do Herói Nacional, 17 de

Setembro. O governador da Lunda-Norte, revelou que, numa primeira fase, as autoridade vão construir a sede da Administração Comunal e as residências do administrador comunal e seu adjunto.

Em Xá- Muteba vai ser construída uma esquadra policial, uma escola com oito salas de aulas e um centro médico.

Para garantir a celeridade da empreitada, as obras foram atribuídas à empresa chinesa Bragol, que prevê concluir o projecto em oito meses.

A reconstrução da sede comunal do longo, em Xá-Muteba, vai dar emprego directo a 50 jovens da localidade, que actualmente se dedicam à actividade agrícola de subsistência. "Todos sabemos que a comuna do longo é rica e pode trazer muitos investidores, por ser produtora de algodão e de alguns minerais", disse o governador da Lunda-Norte. O governante garantiu o regresso da administração do Estado à sede do município de Cambulo, cujos serviços administrativo funcionam na vila mineira de Nzagi e na comuna do Muvulueji, no município do Lubalo. "Desta forma vai possibilitar a implementação dos principais serviços sociais básicos, como água, energia, saúde e educação e potenciar o desenvolvimento socioeconómico das localidades, que actualmente ainda apresentam vestígios da guerra", explicou.

9.26 Jovens aderem a novo modelo de casas no Lubango

Jornal de Angola
19 De Setembro de 2013

A construção de casas de vários tipos e a preços acessíveis regista maior dinâmica na região sul, com a apresentação recente no Lubango da nova tecnologia favorável à utilização de metais diversos nas obras da empresa Wayanga e Design.

O director geral da Wayanga e Design, Virgílio Kalulika, informou ao Jornal de Angola que a actual tecnologia adapta-se com facilidade à construção de infra-estruturas públicas, com realce para escolas, unidades hospitalares e centros recreativos.

As províncias do Huambo, Huíla, Namibe e Cunene começam a experimentar um modelo de construção civil capaz de tomar as obras mais rápidas, tendo em conta a aplicação de betão em perfis de metal galvanizado, disse.

Virgílio Kalulika aproveitou as actividades das Festas da Nossa Senhora do Monte para apresentar a nova técnica de construção de casas e outros

empreendimentos, assim como as suas múltiplas vantagens e assegurou que para corresponder à procura, foi instalada nos arredores da cidade do Huambo uma produtora de estruturas metálicas.

"O perfil das moradias de baixa, média e alta renda com estruturas arquitectónicas credíveis, é desenhado numa estrutura metálica para posteriormente serem montadas e revestidas com betão armado", disse para descrever que a obra pode ser feita em menos de 30 dias. Sobre as vantagens para a população, Virgílio Kalulika referiu que o preço da alvenaria durante a construção custa menos 30 por cento que a utilizada neste momento, a probabilidade de fissuras é muito pouca e as estruturas possuem um clima térmico. A garantia da casa é de 50 anos. "As obras de

uma casa uni familiar no país estão cotadas em cerca de cinco milhões de kwanzas. Com a utilização da nova tecnologia de perfis metálicos com revestimento de betão, é possível poupar-se dois milhões de kwanzas", afirmou.

A Wayanga e Design vai proporcionar mais de 300 postos de trabalho, a maioria nas áreas de construção

civil, num centro profissional a ser criado em breve, e criou infra-estruturas para corresponder à dinâmica do Executivo no seu programa de fomento habitacional.

Mais de mil milhões de kwanzas foram empregues na aquisição e montagem do equipamento proveniente da Malásia, instalação das infra-estruturas e formação de jovens.

O Banco de Desenvolvimento Angola (BDA) financiou 80 por cento do projecto. O baixo custo e a rápida construção das moradias cativaram um número considerável de jovens das províncias da Huíla, Cunene, Namibe, Benguela e Huambo a apostar na moderna tecnologia. No Lubango, mais de 200 pessoas acederam ao programa.

O director Virgílio Kalulika reconheceu o interesse na Huíla e garantiu que foi programada a instalação de uma unidade móvel para dar resposta às solicitações dos jovens, a maioria já com parcelas de terras de 1.000 metros quadrados, destinadas à auto-construção dirigida.

"A prioridade para as cidades do Lubango, Namibe, Ondjiva e Benguela é a construção de moradias de baixa renda, escolas, hospitais e indústrias", garantiu.

Complexo habitacional

O novo complexo habitacional Palanca Yetu, desenvolvido pela imobiliária Uniprev, prevê a construção de um número considerável de casas de baixa e média renda, numa área com as principais infra-estruturas básicas já instaladas. O complexo localizado no município da Humpata, 16 quilómetros a sul da cidade do Lubango, conta com uma adesão aceitável.

O director adjunto da Uniprev, Edson Arsénio, disse que várias empresas públicas, privadas e jovens fazem parte do projecto, um dos mais inovadores da província da Huíla nos últimos tempos.

9.27 Renda resolúvel passa a ser paga mensalmente

Jornal de Angola

19 De Setembro de 2013

Todas as pessoas que adquiriam ou venham a adquirir um apartamento numa das centralidades existentes em Luanda por renda resolúvel vão passar a fazer o pagamento das suas obrigações mensalmente e deixar, assim, de o fazer uma vez por ano em Março, anunciou em conferência de imprensa o presidente do conselho de administração da Sonangol, Francisco de Lemos.

Na altura do início da comercialização dos apartamentos nas centralidades do Kilamba, Cacucaco, KM 44 e Kapari ficou estabelecido, como condição inicial, que os clientes deviam fazer o pagamento dos arrendamentos anualmente e sempre no mês de Março, período em que se completava o aniversário da primeira prestação paga, até à liquidação total do valor do imóvel.

"Depois de uma avaliação interna, chegámos à conclusão de que este procedimento não é o mais prático", explicou. Assim, acrescentou Francisco de Lemos, ficou decidido que cada cliente deve fazer a liquidação das suas obrigações mensalmente, estando para breve a publicação de um comunicado a informar sobre as alterações aos modos de pagamento das rendas nas centralidades existentes em Luanda. "Temos capacidade para fazer cobrança mensal. Por isso, não vai continuar a haver a exigência de pagamento anual durante o mês de Março de cada ano", frisou.

Entregas no Cacucaco

Dos mais de 12 mil clientes por atender em todas as centralidades, 4.954 são do Cacucaco que, depois de um longo período de espera, começam a ser atendidos a partir do próximo dia 23. Francisco de

Lemos lembrou que, para o efeito, os nomes dos candidatos vão ser publicados nos sites da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) e da Delta Imobiliária.

A demora na entrega dos apartamentos da centralidade do Cacuo deveu-se ao roubo dos cabos subterrâneos. O vogal da SONIP, Orlando Veloso, garantiu que já foram repostos e que a partir desta semana todas as residências vão dispor de energia eléctrica. "Recebemos a informação de que a linha que foi construída de propósito para fornecer energia à centralidade do Cacuo foi ligada", disse.

Em relação à água, foi construída e está em funcionamento desde o ano passado uma conduta provisória, que está a abastecer os moradores, mas não tem capacidade para a fornecer satisfatoriamente a toda a centralidade do Cacuo. "As normas internacionais estabelecem 300 litros de água por pessoa por dia. Não vamos atingir essa capacidade neste momento, mas em meados do próximo ano teremos essa capacidade satisfeita", garantiu Orlando Veloso, acrescentando que as autoridades estão empenhadas em levar água em abundância à centralidade do Cacuo.

Promoção Habitacional

O acesso ao crédito bancário pode ficar mais facilitado com a entrada em funcionamento, no primeiro trimestre do próximo ano, do Banco de Poupança e Promoção Habitacional, instituição bancária propriedade exclusiva da Sonangol, que neste momento se encontra numa fase muito acelerada da sua aplicação.

O vogal da Sonip, Atandele Chivaca, explicou que o banco deve estar em condições de operar a partir do quarto trimestre deste ano e iniciar as suas operações com o público em geral a partir do primeiro trimestre de 2014.

"A função do banco vai ser a de conceder créditos a longo prazo àquelas pessoas que estejam interessadas em adquirir habitação e não tenham condições para o fazer", explicou, acrescentando que a instituição bancária não foi criada para competir com os outros bancos já existentes, mas apenas para complementar o trabalho que tem estado a ser desenvolvido pela banca privada.

9.28 Governo projecta construção de 80 residências para funcionários

Jornal O País

20 De Setembro de 2013

Oitenta novas residências serão erguidas na cidade de Ndalatando, capital do Kwanza Norte, no quadro de uma iniciativa do governo provincial virada para a criação de melhores condições de acomodação para os funcionários dos vários sectores públicos.

A informação foi avançada à imprensa pelo governador Henrique André Júnior, referindo que a iniciativa enquadrada no programa local de investimentos públicos para o biénio 2013/2014 abarca o apetrechamento das moradias, visando conferir maior dignidade e comodidade aos quadros ao serviço do governo na região.

Ainda no capítulo de infra-estruturas habitacionais, Henrique Júnior disse que a par das 80 residências, o governo do Kwanza Norte tem em vista a construção de edifícios com 14 apartamentos cada, nos municípios de Cazengo, Lucala, Kambambe e Golungo-Alto, também destinadas a acomodar os quadros de vários sectores públicos.

O programa de investimentos públicos do Kwanza Norte para os próximos dois anos, referiu, congrega a execução de 62 projectos diversos, onde a vertente imobiliária contempla igualmente a execução da reabilitação e modernização do mercado municipal do Cazengo, a construção de uma casa da Juventude no município de Kambambe, construção de um centro, infantil em Ndalatando, entre outras acções.

A construção de novos edifícios para tribunal municipal do Golungo-Alto e dos comandos da Polícia Nacional de Kambambe e Ambaca, edificação de um imóvel administrativo no município de Cazengo, construção de casas evolutivas nos municípios do Ngonguembo e Bolongongo, asfaltagem do bairro da juventude em Ndalatando e construção de um largo das escolas no Cazengo constam igualmente das acções programas para os próximos dois anos.

Localizada a 190 quilómetros de Luanda (capital de Angola), a província do Kwanza Norte conta com uma extensão territorial de 24.110 quilómetros quadrados e uma população estimada em 500 mil habitantes, distribuídos por 10 municípios.

9.29 Populares protestam contra gestão da Sonangol

Semanário Folha 8

21 De Setembro de 2013

ASONIP, subsidiária da SO ANGOL e o governo, voltam a estar na linha de fogo dos populares, por alegada incoerência no cumprimento dos acordos estabelecidos, quer no que concerne a indemnização de muitos dos camponeses, detentores de terras, onde está hoje implementado o projecto Kilamba, bem como aqueles que tendo feito contratos promessas para a compra de imóveis, estejam a ver adiado o seu sonho, com o protelar da entrega. "Esta situação de não nos entregarem as nossas casas é que nos levou a manifestação, diante da sede da Sonangol Imobiliária (SONIP), no passado dia 09.09, pois lá está cheio de funcionários corruptos e incompetentes", acusou Maria Júlia Kangandela.

Elas estão fartas de promessas vãs, por este motivo, face as humilhações que já lhes é indiferente a vergonha, por esta razão algumas mulheres em desespero de causa, ficaram nuas diante dos responsáveis da SONIP, para expressarem condenação a burla, que dizem ter sido alvo.

"Nós pagamos, nós cumprimos, mas estes senhores da Sonip e da Delta Imobiliária, não estão a saber honrar com os compromissos, visando entregarem-nos as residências há que tínhamos direito há mais de 8 meses! Uns dizem já terem eles feito negócio, com outros e se isso for verdade, então as consequências poderão vir a ser maiores", disse a nossa fonte.

Para muitos, a alegria em ter uma casa na Centralidade transformou-se em pesadelo e autêntico desespero, quando chegou a notícia junto dos que haviam pago, apartamentos do tipo TI, que os mesmos já teriam sido todos comercializados. Judith da Silva disse ao F8 ter feito o pagamento de um apartamento TIA, no mês de Fevereiro e devido a falta de esclarecimento ou ignorância de certos funcionários da SONIP viu-se obrigada a assinar o contrato de uma casa menor. "Estou chateada! Magoada, pois isso é burla da Sonip e da Delta Imobiliária. Nós escolhemos, eles obrigam-nos a pagar por um imóvel, mas no final dão-nos outro de valor inferior, mas não devolvendo a diferença. Agora pergunto: esse dinheiro vai para aonde? Se ninguém sabe, eu sei! Para os bolsos deles, enquanto corruptos e gatunos de colarinho branco", afirmou.

Angelina P. S. Vand Dúnem, por seu turno diz não se justificar a roubalheira, engendrada por alguns funcionários de nos induzirem a pagar um T5B e recebermos um T3A. "Isso me tira o sono a mim e a

muitos outros enganados, mais a mais pelo curto prazo implementado"

Por sua vez, Nadioreth da Cruz alega ter feito um acordo prévio com e aceite pela Delta, manifestando interesse em adquirir um apartamento da tipologia TIA, mas passados mais de 8 meses, não recebe a casa e nem sequer vê o seu nome na lista. "Neste momento sinto-me escangalhada pela Delta e Sonip por me induzirem em erro, por via de publicidade enganosa", esclareceu, adiantando o facto de não dispor, no imediato, de USD 14.000,00 (catorze mil dólares), para fazer face as novas exigências das imobiliárias. "Peço a quem de direito no sentido de repor a legalidade e obrigar a que seja feita justiça em todo processo de aquisição de casa". A situação parece crítica e a desorganização não tem ajudado na contenção reclamatória dos clientes. "Aproveito para alertar sobre a existência de uma rede de vendas paralelas e ilegais, alimentada por funcionários da Delta e Sonip, que a troco de USD 5.000,00, cedem posições dos que estão legalmente a cumprir, pelos ilegais incumpridores, na obtenção de residências".

Para Pedro da Silva, "o que nos leva ao protesto não é a devolução do dinheiro ou a indemnização, mas sim a situação bastante delicada em que nos encontramos, após termos feito o pagamento para apartamentos do tipo TIA e estamos a ser obrigados a aumentar dinheiro para, possivelmente, também, não é de confiar, virmos a ser contemplados por um T5A é isso que nos está a frustrar, principalmente, por não sabermos onde buscar tais montantes".

Este homem, que nunca teve casa própria, está tão céptico que não acredita que tal venha a acontecer, em função da descrença na Delta, face a todas engenharias "que tem estado a urdir desrespeitando os direitos do consumidor". Actualmente desconhece-se o número exacto de pessoas nesta condição, com capacidade para avançar no negócio da T5. Além destes, há também os candidatos que, apesar de pagarem, os nomes não saíram nas listas para elaboração dos contratos. "Disseram a algumas pessoas que, face a situação, vão devolver-lhes o dinheiro".

Com base nas reclamações das partes podemos aferir a dureza dos passos a trilhar para tirar esta imobiliária, feita as pressas, do marasmo em que se encontra e que se nada for feito hoje e agora, amanhã poderá ser tarde.

A nossa reportagem confirmou estar a circular, na centralidade uma lista, para os interessados assinarem no sentido da constituição de um advogado, para preparar e organizar a defesa dos lesados.

E por tudo isso, F8 não poderia deixar de dar voz aos visados, para o competente contraditório, mas esbarramos na insensibilidade de Paulo Cascão, administrador da Delta Imobiliária, em prestar pertinentes esclarecimentos.

9.30 Sobas de Mwatxissengue recebem casas evolutivas

Journal de Angola

21 De Setembro 2013

O governo Provincial de Luanda-sul entregou ontem dez casas evolutiva, cada uma orçada em cerca de um milhão de kwanzas e construída no âmbito do Programa de Combate à Pobreza, às autoridades tradicionais da regedoria de. O regedor da circunscrição, Francisco Mwassegue, que disse estar "bastante satisfeito por ter pela primeira vez uma casa digna", salientou a importância do empenho do Governo Provincial em melhorar as condições de vida da população.

A governadora Cândida Narciso, que presidiu ao acto da entrega das casas, também inaugurou uma escola com seis salas de aulas. O novo estabelecimento de ensino na circunscrição, que dispõe também de quatro gabinetes e de salas para professores, está orçado em 40 milhões de kwanzas e foi construído ao abrigo do Programa de Investimentos Públicos.

O diretor da escola recordou que o novo estabelecimento melhora o processo de ensino e aprendizagem de 380 alunos que estudavam em salas provisórias.

José Miguel referiu que a nova escola também permite a alfabetização de adultos, 40 dos quais já se inscreveram. Cândida Narciso reiterou o empenho do Governo Provincial na solução dos principais problemas da população, como são os casos dos relacionados com a saúde, o ensino, as estradas, água, energia elétrica e agricultura.

9.31 Sonip estende o prazo de reajuste dos preços das casa

Semanário Folha 8

21 De Setembro de 2013

O presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Francisco Lemos Maria garantiu ontem (03.09), que os clientes que se habilitaram para T3 na centralidade do Kilamba serão contemplados com as habitações de T5 e devem acrescer o valor da

diferença em 12 meses, contrariamente aos cinco dados inicialmente.

O responsável disse que quem "não aceitar pode escolher T3 numa outra centralidade e se não for também de acordo nós vamos devolver os seus valores monetários a contar com o câmbio no mercado". Tais possibilidades motivam interrogar como será possível entregar apartamentos em outras centralidades quando sabe-se que também já estão praticamente vendidas? Como ficam as pessoas que se candidataram para estas centralidades? O responsável garantiu, no entanto, que todos os que pagaram terão as respectivas casas mesmo que tenham de esperar até 2015. Outra novidade tem que ver com o facto de deixar de ser uma obrigação o pagamento da prestação de forma anual. Ou seja, a partir do próximo mês de Março os candidatos passarão ou poderão pagar as rendas mensalmente. Uma decisão que, de resto, vai de encontro com o que defenderam grande parte dos juristas.

Por outro lado, o gestor adiantou que a entrega das chaves na centralidade de Cacucaco será feita nos dias 23 a 30 deste mês, e que estes clientes serão atendidos no local nas horas normais de expediente, no prosseguimento do processo de atendimento para conclusão da entrega das casas adquiridas nas diversas centralidades. Enquanto isso, uma questão se levanta. Como será contabilizado o período de renda daquelas pessoas que receberam as respectivas chaves seis meses depois de efectuarem o pagamento? Enquanto isso, uma certeza. Os populares que ainda não receberam as casas continuam na expectativa e como resultado manifestaram-se recentemente como pode ver na página 27.

9.32 Candidatos mostram-se indignados

Semanário Factual

De 21 a 28 de Setembro de 2013

O administrador da Delta/SONIP imobiliária, Paulo Cascão, garantiu na passada semana (13), em conferência de empresa, realizada na sede da Sonangol, existirem três opções para os candidatos que se encontram nestas condições: a primeira condição é: "todos os clientes que pagaram as casas do tipo T3 e T3+1 tem de pagar a diferença que falta para receberem as casas do tipo T5, tendo 12 meses para liquidar os valores em falta.

Outra solução é aguardar que a SONIP conclua a fase seguinte dos variados projectos habitacionais existentes.

Para o administrador da Delta Imobiliária, "na terceira opção, o candidato tem o direito a ser reembolsado o seu valor eventualmente pago, caso não concorde com as duas primeiras opções. A SONIP está disponível em fazer a devolução, acrescida das taxas de juro legais ou praticadas no mercado", acrescentou.

Na província de Luanda, o processo de construções de apartamentos continua nas diversas centralidades.

Na parte Leste da cidade do Kilamba está a ser desenvolvido um programa, lançado em Março de 2012, de construção de cinco mil fogos habitacionais de tipologia T3, tendo o vogal da SONIP, Orlando Veloso, afirmado que "este programa prevê a entrega das primeira duas mil e 190 unidades habitacionais, em Abril de 2014 e, em Junho de 2015, as outras duas mil e 810 unidades".

Na parte Oeste do Kilamba estão em construção mais de cinco mil fogos habitacionais, a Sul da cidade "vamos lançar ainda este mês mais de 5.008 unidades, sendo duas mil e 368 unidade, do tipo T3, e duas mil e 640 unidades, do tipo T3+1, de 110 e 120 metros quadrados. Todos estes projectos devem estar concluídos em Novembro de 2015" garantiu Orlando Veloso.

O vasto programa de construção de fogos habitacionais do Executivo tem em curso a construção de oito unidades do tipo T3, no Zango 5, cujas obras tiveram início em Março de 2012.

Orlando Veloso afirmou que a entrega destas casas deve começar em Março de 2014, com mil e 297 unidades, em Junho, com mil e 989, em Setembro, com duas mil e 87, e finalmente, em Dezembro, com duas mil e 627 unidades.

"No Zango 1, estamos a concluir a construção de mil e 456 unidades do tipo T3 e mil e oito unidades do tipo T4. O programa de entrega está previsto para Dezembro de 2014", adiantou a fonte.

Segundo a fonte, "na localidade de Kapiri está em conclusão a construção de três mil e 504 unidades que devem ser entregues, igualmente, em Dezembro de 2014. Juntando às mil e 984 unidades em construção, no Quilómetro 44, temos um total de 31 mil e 260 unidades em construção na cidade de Luanda", assegurou Orlando Veloso.

Aos mais de nove mil apartamentos prontos na centralidade de Cacucaco, vão ser adicionadas mais 300 unidades do tipo T3, já em construção, e com conclusão prevista para Outubro de 2014" concluiu Orlando Veloso

Directora comercial da SONIP diz que foram organizadas várias fases de entrega

Segundo a directora comercial da SONIP, Deolinda Sena, foram organizadas várias fases de entrega, tendo sido feitas até Março de 2013, um total de nove mil e 936 entregas em todas as centralidades.

No Kilamba, foram feitas oito mil e 690 entregas, na 1 a fase, nesta nova fase foram entregues duas mil e 826 unidades, o que soma um total de 11 mil e 516 unidades habitacionais; em Cacucaco, foram entregues 702 unidades; no Zango, 433, no Quilómetro 44, 101, e no Kapiri, 10, perfazendo um total de 12 mil e 762 unidades entregues", garantiu Deolinda Sena

A SONIP diz terem-se registado seis mil e 690 clientes que ainda não receberam as suas casas na cidade do Kilamba, quatro mil e 954, na centralidade de Cacucaco, 495, no Zango, 120, no Quilómetro 44, e 230, no Kapiri.

"Isto significa que temos 12 mil e 489 clientes ainda por atender e serem atendidos nas diversas fases, na falta de imóveis para satisfazer estes clientes", garantiu Deolinda Sena.

Por sua vez, o presidente do conselho de administração da SONIP, Francisco de Lemos, prometeu melhorar o processo de atendimento aos clientes, com o objectivo de reduzir ou eliminar os constrangimentos existentes.

"Os erros vão ser sempre inevitáveis mas, apesar disto, não nos sentimos confortáveis quando nos são dirigidas as variadas reclamações. Esperamos 'não deixar ninguém de fora. Se alguém se sentir esquecido, tem o direito de reclamar e deve reclamar", manifestou Francisco de Lemos.

9.33 Primeiras casas no Namibe concluídas no próximo ano

Jornal de Angola

25 De Setembro de 2013

As primeiras mil casas, das quatro mil previstas, em construção nos pólos de desenvolvimento dos bairros 5 de Abril e Praia Amélia, na cidade do Namibe, vão ser entregues no primeiro trimestre do próximo ano, garantiu o governador da província.

Rui Falcão manifestou, em conferência de imprensa, a sua satisfação com a execução das obras económicas, sociais e desportivas na província, reconhecendo que a região está a mudar de imagem com a construção de vários projectos, numa altura

em que acolhe uma das fases do Campeonato Mundial de Hóquei em Patins.

O governador considerou "de grande qualidade" as obras do pavilhão Wellwitschia Mirabilis, hotel Infortur, aeroporto Yuri Gagarin e as quatro mil residências na localidade de Praia Amélia e bairro 5 de Abril. "Qualquer cidadão que entrar no pavilhão Wellwitschia Mirabilis ou noutras infra-estruturas construídas, sendo nacional ou estrangeiros, sentir-se-á satisfeito com a qualidade das obras", disse Rui Falcão.

O dirigente provincial mostrou-se, no entanto, agastado com as empresas de construção civil a que foram adjudicadas algumas obras e não estão a cumprir com os prazos contratados.

Já foi instaurado um processo judicial para que os incumpridores sejam responsabilizadas pelos transtornos causados.

O governador provincial anunciou para breve o início da requalificação da nova marginal da cidade do Namibe, no âmbito do programa de desenvolvimento da província até 2017.

"Vamos lançar a requalificação partindo da contribuição de entidades privadas, já acertamos com uma delas e dentro de dias vamos lançar a primeira pedra", concluiu o governador provincial Rui Falcão.

9.34 Jornalista apresenta algumas soluções

Semanário Factual

De 21 a 28 de Setembro de 2013

A situação congestionamento em Luanda é um assunto que tem suscitado várias abordagens por parte da sociedade, tendo em conta que hoje, além do mau estado das vias, os automobilistas partilham a estrada com vendedores ambulantes, os chamados roboteiros, bem como outras situações que dificultam o tráfego normal.

Esta problemática está agora explicada num livro da autoria do jornalista Vasco da Gama, com colaboração do Centro de Estudos e Investigação da Universidade Católica de Angola (DCAN).

A obra assenta em duas temáticas fundamentais, que são "a Problemática do congestionamento em Luanda" e a "Situação da sinistralidade rodoviária".

Para o autor, o estudo contido no livro procura trazer elementos essenciais que visam minimizar a

problemática do trânsito, quer sejam os utentes das vias, como pessoas ligadas à administração pública.

A brochura, de 88 páginas, retrata ainda a problemática de onde começa a avenida Deolinda Rodrigues e onde termina, tendo em conta que a Polícia fornece um dado e o Governo da província dá outro, bem como o INEA.

Actualmente, muito embora as obras já avançadas na avenida Deolinda Rodrigues, ainda são visíveis focos de congestionamento. Este facto levou o autor a realizar um inquérito no sentido de saber os motivos para a existência de pontos de congestionamento ao longo da avenida.

Entre os resultados do inquérito, destacam-se a falta de paragens para os taxistas e autocarros, o fluxo da venda ambulante ao longo da via e a falta de travessias aéreas.

O autor falou ainda que "acabamos também por concluir que o problema que está ligado com a existência dos focos de congestionamento tem a ver com a inexistência de uma super-intendência que se responsabilize exclusivamente da avenida, tendo em conta que é uma das principais vias de Luanda e que faz fronteira com dois municípios e dois distritos", sublinhou o autor.

O livro sugere ainda que a manutenção das vias a nível dos municípios e distritos fosse feita por uma estrutura de pequena dimensão, no sentido desta procurar resolver os problemas pontuais que possam surgir nestas vias estruturantes.

Estado gasta mais de dois triliões de Kwanzas em sinistralidade

Segundo o estudo realizado por Vasco da Gama, contido no livro "A problemática do congestionamento em Luanda", entre 2010 e 2011, o estado angolano gastou directa e indirectamente cerca de dois triliões, 387 biliões e 200 milhões de Kwanzas, no que toca à sinistralidade rodoviária em Angola.

O livro aborda ainda a situação preocupante da sinistralidade rodoviária, tendo em conta o custo económico e social dos acidentes de trânsito em Angola. "Para sabermos sobre estes custos, nós tivemos de recorrer aos dados de 2010 e 2011", sublinhou Vasco da Gama.

Um estudo da DNVT demonstra que Angola se apresenta como o terceiro país com a taxa de sinistralidade rodoviária mais elevada, estando atrás de si apenas a Serra Leoa e o Irão. Em 2011, de

Janeiro a Novembro, foram contabilizados cerca de dois mil e 613 mortos.

9.35 Mulheres madrugam na centralidade do kilamba

Jornal de Angola

27 De Setembro de 2013

Sabe-se que, por meio de muitas lutas, as mulheres conquistaram o seu espaço no mercado de trabalho. Apesar da crescente Inserção no mundo profissional, da contínua busca por capacitação e especialização, há ainda longos caminhos a percorrer no que diz respeito ao género. O índice de desemprego ainda não favorece a classe feminina, prova disso são as centenas de mulheres que madrugam na cidade do Kilamba para lavar paredes em troca de dez mil kwanzas.

Os novos moradores da centralidade do Kilamba estão a ser abordados por mulheres que oferecem a sua força de trabalho para limparem as casas recém-adquiridas.

Elas são profissionais e em menos de duas horas deixam os apartamentos a brilhar. Os moradores sem tempo para fazer a "higiene" do seu apartamento como deve ser, não resistem à "oferta" das centenas de mulheres que todos os dias madrugam naquele local procurando um emprego temporário. Cobram "preço da igreja", entre oito a dez mil kwanzas por limpeza.

Os proprietários das casas não precisam de se preocupar com o material de limpeza. "Uso sempre os meus produtos quando faço a limpeza. Se o patrão não quiser, uso o material dele e o preço é outro, mas na maioria das vezes eles não trazem os produtos, querem a casa limpa, logo que recebem as chaves", diz sorridente Glória Maria, uma das numerosas mulheres que procura trabalho de limpeza no Kilamba.

Ela é doméstica e tinha 20 anos quando abraçou a profissão de limpeza. Despida do medo da violência e da correria da vida moderna, 1 Glória Maria, numa sexta-feira de Setembro andava de porta em porta a pedir emprego como doméstica no Kilamba. Com 52 anos de idade, faz a limpeza com "os olhos fechados", como constatámos num dos apartamentos T-3B do prédio X9.

Grande concorrência

A concorrência é grande entre as mulheres de limpeza que todos os dias acorrem a centralidade do

Kilamba. Glória tem muitas clientes e com uma certa satisfação e sorridente gaba-se: "Há pessoas que gostam do meu trabalho e me indicam os apartamentos das suas amigas e familiares para limpar, ou quando recebem as chaves na hora, ou quando vão viajar. Sinto-me satisfeita porque estou a ultrapassar algumas dificuldades".

Como o Jornal de Angola confirmou, elas aceitam todo o tipo de desafio. A tipologia da casa não importa, desde as T3A até às T5 elas limpam, basta o cliente ter o contrato de água legalizado, para permitir o trabalho.

O Jornal de Angola constatou no local que essas mulheres estão organizadas em grupos e distribuídas por áreas. Um grupo fica à porta da EDEL e da EPAL, outro fica à entrada das lojas da Delta Imobiliária. Outras ainda "zungam" à procura de clientela nos vários quarteirões da centralidade, a que elas chamam "Kilas City". Quando trabalham não querem conversa. Primeiro o trabalho, segundo o trabalho, terceiro o trabalho porque para elas tempo é dinheiro e o dinheiro é precioso, disse Evalina Salomão.

"Nós chegamos cedo, porque as casas começam a ser entregues a partir das 8h00. Tão logo a pessoa recebe a chave nós corremos atrás dela e oferecemo-nos para limpar a um preço simbólico. Alguns não querem, mas quando entram na casa e vêem o estado em que está, mudam de ideias e correm atrás de nós", frisou. Adiantou que muitas estão até a conseguir emprego "fixo" como empregadas doméstica na cidade do Kilamba.

Evalina Salomão conta que faz esse trabalho porque precisa de pagar os estudos. "É muito trabalho e difícil, porque depois das obras os chineses deixam as casas muito sujas, uma pessoa não só chega para limpar, por isso é que vê grupos de duas ou três pessoas a limpar as casas.

Dias maus

Para essas mulheres nem todos os dias são abençoados. Há vezes em que o movimento é lento e não aparecem clientes. Quando assim acontece elas são obrigadas a percorrer os vários quarteirões à procura de quem precisa dos seus serviços. Quando o cansaço fala mais alto abandonam o "local de serviço" com sentimento de derrota.

Anacleto Carlos, de 23 anos, Conceição Afonso, de 35, e Cristina Filipa, de 40, residentes no bairro Bitá, defronte do Kilamba, formaram um grupo de trabalho. Aquele final de semana para elas não foi dos

melhores, porque desde as 7h00 se encontravam no local e até as 13h00 só tinham limpo uma casa.

"Nem todos os dias são bons.

Hoje o negócio está fraco, as pessoas não vieram para as suas casas. Uns já têm as casas limpas. Mas vamos continuar a zungar quem sabe se ainda conseguimos alguma coisa para hoje", disse esperançosa Cristina Filipa.

As mais felizes nesta história são as donas-de-casa que fiscalizam a limpeza e ajudam quando é necessário. Paula Bitenculo, moradora na centralidade, reconhece o trabalho feito por essas mulheres batalhadoras.

"Elas são fortes e dinâmicas. É uma forma de ajudá-las é dar-lhes emprego como domésticas, no sentido de poderem sustentar as suas famílias."

A «moda» já se expandiu às outras centralidades, onde também já aparecem mulheres oferecendo os seus préstimos de limpeza aos no- vos moradores

9.36 Moradores do bairro Gika com direito a casas novas

Jornal de Angola
31 De Setembro de 2013

Das 64 famílias que viviam em zonas de risco no bairro comandante Gika, 60 foram já transferidas pelo Governo Provincial para a localidade de Zongolo.

As casas em que viviam situavam-se por cima de linhas de água numa zona de bastante relevo e de concentração de quantidades de lixo. O bairro para onde foram morar tem todas as condições habitacionais para acolher as famílias desalojadas em áreas de risco. A administradora municipal adjunta do município de Cabinda disse que o processo de transferência da população decorreu normalmente, com a colaboração dos beneficiários e que as famílias que ainda ficaram no bairro comandante Gika que em breve também têm casas novas.

Maria Tati afirmou que "as condições básicas criadas no novo bairro são as melhores", pois dispõe de energia eléctrica, água, escolas e ruas estão asfaltadas. A governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba, acompanhou o processo de realojamento das pessoas que viviam em zonas de risco.

10. OUTUBRO

10.1 Médicos estão a ser melhor alojados na Huíla

Jornal de Angola
02 De Setembro de 2013

A acomodação de 40 médicos de diversas especialidades que labutam em várias unidades hospitalares públicas da cidade do Lubango, província da Huíla, vai ser melhorada nos próximos tempos, com a reabilitação e ampliação de 15 moradias, de 2, 3 e 4 quartos, no condomínio da Mitcha, arredores da cidade do Lubango.

Quem o diz é o governador da Huíla, João Marcelino Tyipinge, que, acompanhado do vice-governador para o sector Técnico e infra-estruturas, Nuno Mahapi Ndala, bem como do director provincial da Saúde, Altino Matias, avaliou, sexta-feira, as obras de reabilitação das casas que vão albergar os médicos cubanos que trabalham na província, no quadro da cooperação existente entre Angola e Cuba.

O director provincial da Saúde na Huíla, Altino Matias, informou que, no quadro da cooperação entre os dois países no sector da Saúde, a Huíla conta com 113 médicos cubanos, dos quais 75 trabalham na sede da província. Altino Matias disse que a par da prestação e serviços à população, muitos médicos estão a colaborar na formação de futuros médicos angolanos, que estão a ser formados pela Faculdade de Medicina, afecta à Universidade Mandume Ya Ndemufayo.

Altino Matos indicou que o condomínio da Mitcha alberga 46 médicos que vão ver melhoradas, ainda mais, a sua acomodação, com a reabilitação e ampliação de 15 casas. Avançou que além da reabilitação e ampliação das casas, estão a ser criadas novas áreas no pátio de cada casa, como jardins e a instalação de vários equipamentos electrónicos e mobiliário nas residências. Apontou a instalação nas residências que albergam os médicos de equipamentos de ar condicionado, Internet e comunicações como novos ganhos.

Altino Matias informou que no quadro do Programa de Investimentos Públicos (PIP), o governo provincial da Huíla entregou já um prédio de quatro andares que alberga 30 médicos na centralidade da Eywa, bem como docentes da Faculdade de Medicina da Unidade Mandume Ya Ndemufayo.

O director da Saúde na Huíla indicou que, apesar dos ganhos registados na província no tocante à

disponibilidade de médicos por especialidade, a província ainda necessita de 220 novos médicos.

A lacuna, disse Altino Matias, começa a ser minimizada quando dentro de aproximadamente dois anos forem lançados os primeiros médicos que estão a ser formados pela Faculdade de Medicina da Universidade Mandume Ya Ndemufayo.

Avaliação de obras

O responsável disse que o Governo da Huíla, no quadro do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Fome e à Pobreza, bem como de Investimentos Públicos construiu hospitais e centros municipais de saúde nos municípios, que exigem também a presença de médicos. O governador da província da Huíla, João Marcelino Tyippinge, visitou também as obras de modernização da rede de abastecimento de água potável à cidade do Lubango e arredores, no quadro do financiamento da Alemanha.

Visitou ainda as obras de reabilitação da estrada que liga o centro da cidade ao bairro da Canguinda e Chioco, passando pelo Ferro. O governante disse que a acomodação de forma aceitável dos médicos que garantem a assistência médica e medicamentosa das populações é prioridade do Executivo e do Governo local. Assegurou que as obras de reabilitação e ampliação das casas estão praticamente no fim e vai ser garantido o fornecimento adequado de água potável e energia eléctrica.

João Marcelino Tyippinge exortou o empreiteiro a cumprir com os prazos constantes no contrato, para que a acomodação dos médicos em perfeitas condições seja um facto. O sector da saúde na província da Huíla é caracterizado pela existência de cinco grandes unidades de referência, como o Hospital Central do Lubango, Maternidade Camarada Irene, Hospital Psiquiátrico, Sanatório, bem como centros municipais de saúde e postos médicos. Tendo em conta a divisão sanitária da província, foram designados os municípios da Matala, Caluquembe, Jamba, Gambos, Cuvango entre outros, como sedes regionais, que têm serviços diferenciados nas áreas de pediatria, medicina, ginecologia e obstetrícia, cirurgia geral, ortopedia, imagiologia.

10.2 Apartamentos do Kilamba estão todos vendidos

Jornal de Angola

05 De Setembro de 2013

O presidente da cidade do Kilamba, Joaquim Israel, anunciou, em Luanda, que os apartamentos da centralidade do Kilamba estão totalmente vendidos e neste momento estão a ser celebrados os contratos e consequente entrega das chaves aos proprietários.

O presidente do Kilamba deu esta informação durante uma visita dos bispos do Colégio Africano da Igreja Metodista à nova centralidade, onde já vivem 40.000 pessoas.

O presidente da nova centralidade Joaquim Israel adiantou que em Dezembro ou Janeiro de 2014 esse número deve crescer significativamente, porque muitas pessoas pretendem transferir-se para a cidade depois de concluído o presente ano lectivo.

O presidente da cidade referiu que se espera atingir nessa altura 60.000 ou 70.000 habitantes, sublinhando que com a próxima fase de loteamento de casas o número global pode aproximar-se dos 150.000 ..

Anova cidade do Kilamba possui 700 prédios, 24 jardins-de-infância e 17 escolas primárias e secundárias com capacidade para albergar 1.200 alunos por turno.

O Kilamba tem duas subestações eléctricas, uma estação de tratamento de água com captação a partir do rio Kwanza, 20 quilómetros a sul.

O presidente da cidade do Kilamba explicou aos bispos que a cidade tem uma área de 54 quilómetros quadrados e nesta primeira fase ocupa dez quilómetros quadrados. "Ainda temos terrenos para a fase dois, que já começou a sul.

Já estão em construção 10.000 fogos, com 5.000 apartamentos e igual número de vivendas", explicou, acrescentando que a cidade do Kilamba vai albergar cerca de meio milhão de habitantes. Neste momento a maioria da população que habita a cidade do Kilamba tem menos de 30 anos.

Joaquim Israel adiantou que o Programa Nacional de Habitação do Governo prevê a construção de pequenas aldeias agrícolas, com o propósito de reter as pessoas no interior. Esse projecto do Governo, elucidou, prevê a construção de 200 fogos em cada sede de município, para que os quadros possam viver nos seus municípios e ajudem a desenvolvê-los.

O presidente da nova cidade do Kilamba Joaquim Israel referiu, que os preços das residências rondam os 70.000 dólares para um apartamento de 110 metros quadrados, com três quartos. O mais caro é um apartamento de cerca de 180.000 dólares. Para facilitar a sua aquisição, as pessoas têm a possibilidade de pagar de dez a 30 anos, dependendo da idade e do organismo onde trabalham.

Qualidade da Cidade

Os bispos do Colégio Africano da Igreja Metodista consideram que a qualidade da cidade do Kilamba é um orgulho para Angola e Africa, atendendo ao facto de o país só estar em paz há 11 anos.

Esta opinião foi manifestada por Joaquina Hanala, que falava em nome de todos os bispos, depois da visita à nova centralidade. O bispo referiu que a cidade do Kilamba é um exemplo de construção excelente e por isso felicitou o Governo.

A visita foi feita por ocasião do encontro do Colégio dos Bispos Africanos da Igreja Metodista, que decorre em Luanda de 2 a 5 deste mês. Participam do evento bispos pastores do Uganda, Quênia, Moçambique, Costa do Marfim, Serra Leoa, República Democrática do Congo, Libéria, Nigéria, Zimbábue e Angola. A cidade do Kilamba começou a ser construída em Agosto de 2008 e a primeira fase terminou em Dezembro de 2012.

10.3 Casas do Kilamba continuam a provocar “Bifes”

Jornal Manchete

06 De Setembro de 2013

Depois de várias críticas feitas, em Junho último, por vários segmentos da sociedade, na sequência do silêncio em que se tinha remetido o Conselho de Administração da Sonangol, liderado por Francisco Lemos Maria, quanto ao andamento do processo, desta vez chegam-nos denúncias da falta de cumprimento por parte da Sonip, das suas obrigações, deixando os interessados em adquirir uma residência naquela zona habitacional, com os nervos à flor da pele. O mote da questão, desta vez, prende-se com o facto de as pessoas que celebraram os contratos para a aquisição de, por exemplo, um apartamento T3, serem obrigadas a receber um T5, cujos custos são, como não poderia deixar de ser, mais elevados. A diferença deve ser dos valores pagos inicialmente, deve ser feita num prazo de cinco dias, não estando todos em condições para tal. Como se não bastasse, os funcionários da Sonip

advertem que quem não cumprir com este desiderato, perde a residência.

Uma das ouvintes da Rádio Luanda, que nesta quarta-feira, igualmente, se mostrou desapontada com a posição da Sonip disse:

"Dizem que a lista da Sonip já terminou e que já entregaram as habitações aos cidadãos. Mas na altura que estavam a entregar as T3 não havia chaves, quando fui lá, disseram-me que não deveria assinar o contrato por falta de chaves. Agora me dizem que devo comprar o T5, mas não tenho condições".

O que a senhora vai fazer vai fazer agora? Questionou Paulo Miranda, daquela estação emissora.

"Exijo que me dêem uma explicação clara. Se for para comprar T5, não tenho dinheiro para tal, nem para um outro apartamento. Eu não vou roubar para conseguir dinheiro em 5 dias".

Se em cinco dias não conseguir pagar, o contrato é nulo?

Sim. Eles estão a gozar com as nossas caras. Sinceramente, não sei como posso conseguir este valor.

Não tem por onde poder piscar o olho para tal?

Paulo Miranda, para eu que vivo na casa de renda, em que só para comer é um milagre, o dinheiro vai sair aonde para eu pagar a habitação, no prazo de cinco dias.

Não tem como?

Sim. Não tem como pagar mais.

Quando é que fez depósito? Eu fiz o depósito no mês de Março deste ano. Quando cheguei lá, fui informada que fui contemplado com T5, saltei de alegria, mas depois me apercebi que devo depositar mais de 7 milhões de kwanzas no prazo de cinco dias. Ai quase cai, porque não sei como pagar. A princípio, para este ano, posso pedir dinheiro na minha família, mas a grande dor de cabeça, durante os 20 anos como é que vou pagar?

Miguel Ângelo especialista contactado pela Rádio Luanda, disse que em situações do género é assegurada a liberdade de escolha por parte do cliente, fazendo fé ao artigo 4º da Lei de Defesa do Consumidor.

Disse ainda que os clientes não são obrigados a aceitar as posições da Sonip.

No entanto, perante esta situação, que aflige muitos dos clientes da Sonip, a direcção desta empresa não veio ainda a público, pelo menos até à hora do fecho desta edição para dar uma justificação. Alias, a Sonangol e a sua subsidiária, Sonip, já nos habituaram a estes silêncios sepulcrais, não sendo para menos que a antiga vice-ministra da Educação, Alexandra Semião havia considerado de "criminosa" a forma de condução da comercialização de casas nas centralidades de Luanda. "É uma anarquia que já é criminosa, os responsáveis deveriam ser responsabilizados. Então, eu tenho uma organização que comercializa um mega empreendimento e não sabe nesta altura quantas casas vendeu, só demonstra que é uma organização desastrosa", havia dito Semião a LAC, Luanda Antena Comercial.

10.4 Jovens querem redução dos preços das casas sociais

Jornal de Angola

06 De Setembro de 2013

Jovens do Kwanza-Norte defenderam a revisão, dos preços de comercialização das casas nos bairros sociais da juventude e pediram mais celeridade na conclusão dos projectos habitacionais nos municípios.

Os mais de 200 intervenientes no Diálogo Juvenil apresentaram inquietações e sugestões sobre os mais variados aspectos da vida política, económica, cultural, ambiental e social, que foram esclarecidas pelo governador, Henrique Júnior, e pelo ministro do Ensino Superior, Adão do Nascimento.

A requalificação das cidades e vilas, a reparação das estradas secundárias e terciárias da província e a melhoria do abastecimento de água e energia eléctrica constam das recomendações feitas ao Governo. Os jovens sugeriram ainda às administrações municipais que acompanhem a execução das obras de edificação de habitações de particulares ou outras, para que se evitem embargos posteriores.

Educação e ensino

Os participantes entendem que a implementação da mono-docência deve ser precedida de uma formação adequada dos professores.

A criação de mais centros de formação profissional e pavilhões de artes e ofícios nos municípios, a reabilitação das escolas nos arredores da cidade de Ndalatando, a adequação das infra-estruturas físicas das escolas do ensino superior às suas exigências fazem parte das conclusões do encontro.

Os jovens pediram ainda a simplificação do processo de homologação de estudos feitos no exterior do país, a padronização dos valores cobrados pelos orientadores dos trabalhos de fim de curso nas escolas superiores, a criação de políticas de incentivo à investigação científica na região e a elevação da qualidade dos professores em algumas localidades.

O incentivo à aprendizagem das línguas nacionais, com recurso a formação especializada dos docentes, o alargamento da cobertura da merenda escolar, a instalação de um núcleo da escola superior pedagógica nas sedes municipais de Samba Caju e Ambaca são outras sugestões apresentadas. No domínio da saúde, o encontro anotou a falta de médicos e medicamentos em alguns hospitais da província e solicitou a expansão da distribuição da vacina anti-rábica pelos municípios. Foi também proposta a criação de centros de acolhimento para idosos e a continuação da superação dos técnicos de saúde.

No domínio da cultura foi solicitado o incentivo às actividades culturais e a melhoria do aproveitamento dos espaços existentes na circunscrição' corno o cine Ndalatando. A criação de um museu em Ndalatando foi uma das questões que mereceu a atenção dos presentes.

Os participantes defenderam a construção de estações de rádio, bibliotecas, laboratórios e centros de Internet nos municípios assim como a reposição dos transportes públicos na cidade de Ndalatando e a implementação dos transportes escolares.

Franqueza e frontalidade

O governador provincial do Kwanza-Norte, Henrique André Júnior, elogiou a franqueza e frontalidade com que os jovens apresentaram as suas inquietações Henrique André Júnior acrescentou ter sido positiva a adesão dos jovens aos encontros, a forma ordeira, disciplinada, patriótica e o diálogo aberto, democrático e participativo que os jovens demonstraram nos encontros.

Henrique André Júnior referiu que a nova era de diálogo "com esta importante franja da sociedade" é promissora e reforça os antigos mas actuais laços existentes entre o governo e a juventude.

O governador considerou ainda fundamental o papel da juventude na concretização dos anseios do povo, sobretudo na execução dos diferentes programas do executivo, que têm permitido a melhoria das condições sociais e económicas na província.

O sonho da casa própria, primeiro emprego, formação profissional e acesso às novas tecnologias

de informação constam das principais dificuldades na vida dos jovens da província do Kwanza-Norte, que de igual modo pedem às entidades competentes a valorização dos quadros locais e a lisura na realização dos concursos públicos.

As inquietações foram apresentadas recentemente no Cine Ndalatando, por 500 pessoas pertencentes a diversas associações juvenis da circunscrição, durante a realização do Fórum Provincial de Auscultação à Juventude, presidido pelo governador local, Henrique Júnior, na presença do ministro do Ensino Superior, Adão do Nascimento, e do secretário de Estado dos Transportes, José Covíngua.

A realização do evento começou com uma apresentação sucinta dos vários projectos sociais e económicos em curso na província do Kwanza-Norte, feita pelo governador Henrique André Júnior, que posteriormente deu lugar a um debate fraco e aberto.

10.5 Candidato ao Kilamba exigem indemnização

Jornal de Semanário

07 De Setembro 2013

Os apartamentos do tipo 13+1 na centralidade do Kilamba, em Luanda, terminaram, criando embaraços aos candidatos que se inscreveram para a referida tipologia e não receberam as respectivas casas. Uma agitação provocada, sobretudo pelo facto de a Delta estar a exigir que, num prazo de cinco os candidatos, os candidatos devessem pagar a diferença entre o valor que depositaram para a 13+1 e custo da T5 que é de quase 8 mil USD.

"Primeiro é um absurdo nos informar esta situação apenas um ano depois de efetuarmos o pagamento, depois o facto de nos obrigarem a pagar em cinco dias. Esta exigência está a mostrar desconhecer qual é a real condição de vida de grande parte das pessoas, nem todos têm, como eles 8 mil dólares a repousar nas contas para determinadas situações", desabafou Carlos Morais. O PCA da Sonangol, Francisco de Lemos escusou-se a falar sobre os pormenores a diferença do valor, limitando a garantir que os candidatos teriam prioridade na venda das T5 e, argumentou, apenas de- pois de aceitarem trocar se veria os detalhes. Enquanto isso, inúmeras pessoas manifestam o desejo de recuar no negócio por entenderem que não estarem em condições de pagar anualmente cerca de 15 mil USD contra os cerca de 7 que calculavam pagar pela 13+1 ao longo do período de amortização do valor da casa na modalidade da renda resolúvel. "É uma diferença abismal, por isso

prefiro não arriscar", argumentou Paulo Cardoso. Os que assim pretendem, no entanto, prometem exigir da SONIP um indemnização.

Grande parte dos juristas contactados considera "justa" o direito de reclamação mação de indemnização por parte dos candidatos apresentando como argumento o "princípio de violação pré-contratual". No entanto, desconhece-se o número de pessoas que encontram nesta condição é sequencialmente, dos que irão avançar no negócio do T5.

10.6 Chiluge troca as casas de pau-a-pique por habitações de construção definitiva

Jornal de Angola

07 De Setembro de 2013

Sinais visíveis de progresso são actualmente notáveis na sede comunal do Chiluge, cerca de 200 quilómetros a leste de Saurimo, na província da Lunda-Sul, com o surgimento de novas infra-estruturas sociais, nos últimos seis anos, constatou o Jornal de Angola.

Casas de pau-a-pique e cobertas com capim estão a dar lugar a várias habitações de construção definitiva e edifícios modernos para diversos serviços, como escolas, centros de saúde e outros que são essenciais. A população acompanha e aplaude o programa de reconstrução da comuna. É o caso de Maria Kapemba, vendedora no mercado informal, que regressou há dez anos da República Democrática do Congo.

A comerciante disse que o Chiluge, hoje, já não é um lugar sem esperança, mas com todas as condições para se desenvolver. Daí ter apelado aos empresários a investirem na localidade, particularmente rica em solos férteis para a prática da agricultura e recursos hídricos que permitem a piscicultura.

"Chegou a hora de os empresários deixarem os centros urbanos e virem investir no Chiluge, onde há muitas oportunidades de negócios", sublinhou Maria Kapemba. A estrada que liga as comunas do Muriege e Chiluge está em reabilitação, abrindo boas perspectivas para a circulação de pessoas e o escoamento de produtos agrícolas, actualmente comercializados em pequenas barracas montadas na vila. Além da reabilitação da estrada, estão em construção três escolas com seis salas de aulas, cada uma com capacidade para receber mais de 500 alunos do ensino primário ao secundário, assim como 12 casas geminadas para professores e enfermeiros, disse

o administrador comunal do Chilunge, Pedro Txizeneva.

O administrador comunal apontou ainda a construção de casas para os regedores nas localidades de Kabo Katanda, Tambwe e no Dala-Chilunge.

Na actualidade, estão em funcionamento cinco escolas de seis salas de aulas para 4.295 alunos do ensino primário, para os quais estão disponíveis 22 professores. "Precisamos de pelo menos mais 25 professores para satisfazermos a procura que registamos actualmente", sublinhou Pedro Txizeneva.

Na comuna, estão disponíveis um centro de saúde e quatro postos, mas o administrador lamenta a falta de um laboratório para análises, numa área muito assolada pela malária e doenças diarreicas. O responsável disse que o número de enfermeiros e médicos é insuficiente para atender uma população estimada em mais de 11 mil habitantes.

A sede comunal está há quatro meses privada de água potável, com a avaria da motobomba que garante o abastecimento de vários chafarizes, a partir de um reservatório de 50 mil litros, o que leva a população a percorrer diariamente cerca de dois quilómetros até ao rio Kaijila.

10.7 Lemos e Israel com discursos desencontrados

Semanário Independente
07 De Setembro de 2013

A notícia segundo a qual quem até aqui não conseguiu um apartamento na Cidade do Kilamba teria que esperar até que estejam concluídos os apartamentos e vivendas a ser construídos na segunda fase do projecto, suportada em declarações de Joaquim Real Marques, presidente da Cidade do Kilamba, causou o maior alvoroço na população a quem o executivo pretende garantir o acesso a habitação condigna.

Joaquim Real Marques deu a conhecer esta semana que os apartamentos da centralidade mais famosa e cobiçada do país estão totalmente vendidos e, neste momento, faz-se apenas a celebração de contratos e a entrega de chaves aos proprietários, mas não demorou muito para que, quem de facto tem autoridade sobre a matéria, a Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), viesse a público esclarecer o caso.

Joaquim Real Marques ter-se-á emocionado com a visita dos bispos do Colégio Africano da Igreja Metodista Unida, e não se limitou a falar dos aspectos

organizativos e formais da cidade. Tocou no número de habitantes que já lá moram, e das perspectivas e estimativas para até ao final do ano ou o princípio de 2014. O efeito das declarações do presidente da Cidade foi alarmante, gerador de pânico, completamente desalinhado com as pretensões do chefe do Executivo, que prefere uma gestão tranquila e sóbria.

Depois de ter sido interrompido por terem sido detectadas anomalias no processo de comercialização de habitações, especialmente na centralidade do Kilamba, a SONIP retomou-o de maneira bem mais organizada, com a publicação de listas de candidatos em vários espaços com dias definidos para atendimento.

Segundo o PCA da Sonangol, o processo decorre bem. Foram chamados 3 700 clientes e 10 % do total de candidatos chamados não compareceu. "Foram entregues 2900 habitações. O processo aproxima-se do fim. O próximo passo será a entrega de 6 mil no Cacucaco, nas próximas duas a três semanas", declarou José Maria Francisco de Lemos, num discurso que visou por alguma água na fervura.

O PCA desmentiu terem sido já vendidas todas as habitações na Centralidade do Kilamba, uma vez estarem ainda em construção cerca de 15 mil fogos. "Todos os que assumiram compromissos contratuais com a SONIP verão os seus direitos salvaguardados, uns ainda este ano, no próximo ou até 2015, não deixando de fora nenhum cliente", garantiu José Maria Francisco Lemos, que participou na reunião com o Presidente da República e os governadores provinciais na passada quinta-feira.

Espera-se que a cidade do Kilamba venha a acolher 60 ou 70 mil habitantes, com a próxima fase de venda das casas, mas o projecto indica em fases bem mais adiantadas irá albergar cerca de meio milhão de habitantes.

A cidade do Kilamba começou a ser construída em Agosto de 2008 e teve a primeira fase terminada em Dezembro de 2012, com um ano de atraso. Tem 700 prédios, 24 jardins-de-infância e 17 escolas primárias e secundária, com capacidade de albergar 1200 alunos por turnos. Tem ainda duas subestações eléctricas e uma estação de tratamento de água com captação a partir do Rio Kwanza.

Novas centralidades estão igualmente em construção em outras capitais provinciais. Na Lunda Norte serão inauguradas ainda este mês cerca de 5 a 10 edifícios.

10.8 Taxistas reclamam por paragem

Jornal Semanário
07 De Agosto de 2013

Os taxistas das diversas linhas que afluem na Mutamba podem paralisar as atividades nos próximos 110 dias como forma de reivindicar maior respeito por parte das autoridades administrativas e policiais de Luanda. Em causa está a alta de paragens indicadas para o embarque e desembarque dos passageiros na referida zona. Uma situação que embaraça a atividade dos taxistas, visto que são obrigados a deixar e pegar os passageiros em condições desaconselháveis, perante a presença dos agentes. "Os passageiros são obrigados a subir e descer com o carro em andamento correndo todos os riscos" argumentou Cristo Castanho, lembrando que a referida situação é aproveitada pelos policiais para "pentear". "As autoridades devem respeitar os taxistas tal como respeitam as outras empresas de transporte porque também pagamos imposto. Por que é que os autocarros têm paragens e nós não?", Interroga. As autoridades, tanto policiais como administrativas, ainda não se pronunciaram sobre o assunto que também preocupa os passageiros. Convergem no centro da Mutamba os taxistas das paragens dos Congolese, São Paulo, Aeroporto e ilha. No entanto, a falta de paragens para os taxistas é um problema que não se verifica apenas na Mutamba. Prova disso é que a administração municipal de Caculo reuniu ontem (6.09) com os taxistas daquela circunscrição para debaterem.

10.9 Cidade do Kilamba completamente vendida

Jornal Semanário
07 De Setembro de 2013

Segundo o responsável, este dado foi apresentado por altura de uma visita dos bispos do Colégio Africanos da Igreja.

O Colégio de Bispos Africanos reconhece a qualidade no Kilamba, onde vivem 40 mil habitantes.

Afirmou estimar-se que, até Dezembro ou Janeiro de 2014, o número venha a crescer significativamente, porquanto muitas pessoas vão transferir-se para este local depois de concluído o presente ano lectivo.

Assim, previu, espera-se atingir nesta altura 60 ou 70 mil habitantes, sublinhando que, com a próxima fase de loteamento das casas, o número global ronde os 150 mil. A Cidade do Kilamba tem 700 prédios, 24 jardins de infância, 17 escolas primárias e secundárias,

com capacidade para albergar mil e 200 alunos por turnos.

Tem ainda duas subestações elétricas, uma estação de tratamento de água, com captação a partir do Rio Kwanza, a 20 quilómetros a Sul desta cidade.

O responsável explicou aos bispos que a cidade tem uma área de 54 quilómetros e nesta primeira fase ocupou 10 Quilómetros. "Ainda temos terreno para a fase dois, que já começou a Sul. Dez mil fogos já estão em construção, com cinco mil apartamentos e igual número de vivendas", deu a conhecer.

Acrescentou que a reserva da cidade do Kilamba irá albergar cerca de meio milhão de habitantes. Este momento, a maioria que habita são jovens com menos de 30 anos de idade e chefes de família.

10.10 Novas centralidades causam redução nos preços

Jornal de Angola
09 De Setembro de 2013

As novas centralidades permitiram a milhares de angolanos realizar o sonho da casa própria. O mercado Imobiliário está em grande ascensão e para a maioria dos clientes, este momento é favorável à compra de habitações. A oferta de casas do Estado obrigou a uma queda nos preços.

Diante das várias opções que o mercado tem para oferecer, a facilidade de financiamento e a redução dos juros à habitação, as famílias só precisam de escolher com cuidado melhor lugar para morar.

Agente imobiliário desde 2004, David Tuvesso nunca experimentou tantas dificuldades como agora. Responsável pelo sustento de uma família de quatro membros, até há um ano e meio conseguia fazê-lo com os lucros da actividade que exerce. Mas as coisas mudaram e hoje é difícil conseguir clientes para comprar ou arrendar um apartamento no centro e arredores da cidade. "As pessoas agora preferem a Centralidade do Kilamba porque os preços são ditados pelas regras", disse.

David Tumesso revela que muitos agentes imobiliários estão a abandonar a actividade porque a tendência é para existirem cada vez menos clientes. A oferta de habitações nas novas centralidades deu uma machadada na especulação imobiliária. Hoje é muito fácil comprar casa e com preços controlados.

Com o rosto triste, David Tumesso recorda que os lucros com a venda de vivendas ou apartamentos em bairros como Alvalade, Terra Nova ou Bairro

Popular, os mais caros e de difícil aquisição por parte da maioria dos angolanos, eram elevados.

"Essas zonas, pela dimensão das suas infra-estruturas e o abastecimento frequente de energia e água potável, sofreram baixas significativas nos preços", disse agente imobiliário.

Apesar da crise de clientes, muitos vendedores de imóveis não desistem do negócio e o bairro da Maianga constitui um exemplo.

Jovens nas proximidades do Serpa Pinto despertam a atenção pela forma como abordam os eventuais compradores de imóveis.

Os agentes imobiliários demonstram vasta experiência de negociação e uma paciência sem limites. O objectivo principal passa por fechar o negócio da casa e receber a sua percentagem que normalmente ronda os dez por cento do valor da vendada casa. Adérito Rodrigues é agente imobiliário há 15 anos. Revelou à reportagem do Jornal de Angola que as casas e os apartamentos na zona da Maianga, nas redondezas do Prédio do Livro, reduziram o preço de uma forma considerável.

Para se ter uma ideia, em 2009, o preço dos apartamentos variava de um milhão a um milhão e 200 mil dólares, enquanto o arrendamento rondava os três mil dólares por mês. "Existem dias que somos solicitados por um ou dois clientes e depois ficamos semanas sem um movimento o que em nada se compara com os primeiros anos em que entrei nesta actividade", reconheceu.

Associação na forja

Manuel Lourenço Paulino trabalha há dez anos como agente imobiliário. Já desenvolveu a actividade em vários locais de Luanda, mas há oito anos adoptou o Bairro Popular como local de trabalho.

Os anos de experiência levaram-no a conhecer o negócio como a palma das suas mãos, o que lhe dá autoridade para dizer que a procura desceu consideravelmente.

Admite que o motivo principal é a oferta de apartamentos nas centralidades do Kilamba, Cacuaco e Vida Pacífica, no Zango.

Manuel Lourenço Paulino revela que as dificuldades, falta de entendimento e confusão são tantas que entre os agentes imobiliários se fala na criação de uma associação. "Trabalhamos aqui semana após semana e na ânsia de angariar clientes facilmente surgem desentendimentos", disse.

Manuel Lourenço Paulino diz que a iniciativa de criar uma associação tem recebido resposta positiva dos colegas e acredita que se for criada "temos tudo a nosso favor para ter a vida facilitada".

Queda nos preços

Há muito que os bairros da Maianga e Alvalade são tidos como as zonas de Luanda onde as rendas dos apartamentos são especulativas. O corrector de imóveis, André Francisco, diz que os preços praticados variam de 1.500 a 2.500 dólares ao mês. Mas tratando-se de compra, o cenário muda de figura.

"Os apartamentos para compra que em outros tempos custavam um milhão hoje custam 450 mil dólares", disse.

André Francisco explica que a tendência de redução passou a ser notada nos últimos nove meses.

"Não é necessário ser corrector de imóveis ou trabalhar no ramo imobiliário para perceber que os preços estão baixos devido às novas centralidades que o Executivo ergueu na cidade de Luanda.

E notória a corrida dos clientes às casas das centralidades.

O número de pessoas para alugar ou comprar casas reduziu bastante e fez com que os proprietários baixassem o preço", realçou. O director geral da imobiliária Propricasa, Miguel Ribeiro, considera que a evolução do mercado imobiliário em Luanda é animadora. Disse que importa manter a confiança num mercado que ao longo dos últimos 20 anos mantém as portas abertas e tem garantido serviço de qualidade quando é solicitado.

Miguel Ribeiro explica que a maior parte dos clientes que arrendam ou compram uma habitação na Propricasa preferem o centro da cidade para facilitar o dia-a-dia do trabalho. Acrescenta que os clientes fazem-no para evitar o congestionamento do trânsito o que não se verifica nas outras cidades do país.

"Além de Luanda, temos apostado fortemente no mercado imobiliário de Benguela, mas a realidade revela que com as novas centralidades que o Executivo ergueu em Luanda o ramo imobiliário teve que reduzir os preços", disse.

10.11 As polémicas das casas no Kilamba

Semanário Correio

12 a 19 de Setembro de 2013

A Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) divulgou na última sexta-feira, 06, a nona lista de beneficiários de habitações do Kilamba, o que provocou correrias para os balcões da Delta Imobiliária.

Tudo porque, durante a semana, foram divulgadas informações meio desconstruídas por responsáveis da Sonangol e da nova centralidade.

O presidente da Cidade do Kilamba, Joaquim Real Marques, anunciou na terça-feira, 03, que os apartamentos da centralidade do Kilamba estavam todos vendidos.

O presidente do conselho de administração da petrolífera angolana, Francisco de Lemos José Maria, desmentiu que tivessem sido vendidas todas as habitações e referiu a construção em curso de cerca de 15 mil fogos, mais cinco mil do que os anunciados pelo presidente da centralidade.

Essa informação foi reforçada no mesmo dia por um comunicado de imprensa divulgado após a reunião do Presidente da República com os governadores provinciais, em que o PCA da Sonangol também participou.

Desde 15 de Julho passado tinham sido chamados 3.700 clientes, tendo sido entregues 2.800 habitações aos proprietários.

Casas trocadas

Francisco de Lemos garantiu que "todos os que assumiram compromissos contratuais com a SONIP verão os seus direitos salvaguardados, uns ainda este ano, no próximo ou até 2015, não deixando de fora nenhum cliente".

O PCA da Sonangol disse que a empresa está aberta a negociações com clientes interessados em casas que não foram da tipologia inicialmente escolhida. As principais reclamações prendem-se com os apartamentos T3+ 1, que esgotaram.

Aos candidatos a esse tipo de residência foram destinados fogos T3B, mais pequenos, sendo que os funcionários da Delta Imobiliária, encarregada da distribuição das casas, se mostravam incapazes de dar qualquer explicação sobre a diferença de cerca de 85 mil kwanzas pagos a mais. A outros clientes saiu-lhes uma dor de cabeça ainda maior porque tinham disponíveis apenas apartamentos T5, para o que

tinham de pagar, num prazo de cinco dias, mais cerca de 708 mil kwanzas. Tanto uns quanto os outros referem não haver no contrato celebrado qualquer referência a troca de tipologia ou a diferença a ser paga.

Muitos clientes nessa situação mencionaram a intenção de recorrer à Justiça para ver defendidos os seus interesses. O administrador da Delta Imobiliária, Paulo Cascão, foi citado na imprensa como 'tendo remetido toda a responsabilidade à SONIP. Esta não deu até ao momento qualquer esclarecimento sobre as razões que estiveram na base destes constrangimentos.

10.12 Mundial de Hóquei «ajuda» a reduzir escuridão nas ruas de Luanda

Semanário Angolense

14 De Setembro de 2013

Os automobilistas que, no período nocturno, têm estado a circular na chamada auto-estrada Luanda-Viana terão, certamente, dado conta que alguns troços desse trajecto passaram a beneficiar nestes últimos dias de mais iluminação na via.

Como que acordados de um sonho profundo, os candeeiros, antes apagados, passaram, num repente, a dar luz. A iluminação é tão intensa que quase não passa despercebida a ninguém, não deixando por isso de causar uma certa dose de surpresa e perplexidade, sobretudo aos automobilistas que por lá circulam.

A quantidade e a qualidade da luz que os candeeiros despejam sobre o asfalto e arredores já levou alguns motoristas a abstraírem-se da nossa realidade, por alguns momentos, pensando que estariam a circular numa artéria de uma cidade de um outro país algures na Europa ou na América.

Na verdade, os candeeiros acesos e alinhados ao longo do trajecto transmitem não só um ar de modernidade, como também de segurança rodoviária e tranquilidade pública aos automobilistas e demais utentes que por lá circulam nesta via de pouco mais de 20 km.

À primeira vista, fica-se com a ideia que a entidades responsáveis pela distribuição da energia eléctrica terão decidido apostar na iluminação no âmbito do seu objecto social, de forma a inverter o triste quadro que até aqui se regista. Longe disse!

Segundo apurou este jornal, a iluminação pública daquele troço, assim como de outros tantos nas proximidades nada tem a ver com a EDEL, mas sim

com o Campeonato Mundial de Hóquei em Patins, estando as obras a ser executadas pela Odebrecht.

Diante deste quadro, questiona-se se a situação voltará à estaca zero, ou seja, ao ponto de partida depois do «Mundial» acabar e os visitantes «bazarerem»!

10.13 Candidatos marcham do Kilamba à Sonip

Semanário País

13 De Setembro de 2013

Cerca de cem cidadãos que se candidataram a um imóvel na centralidade do Kilamba, numa das lojas da Delta Imobiliária, cujos nomes não constaram nas listas até agora divulgadas, reuniram-se, nesta Quinta-feira, 12, em frente à Sonip para exigirem a entrega dos mesmos ou alguma explicação plausível.

Antes de rumarem até à Rainha Ginga, estiveram reunidos defronte a uma das lojas da Delta Imobiliária, localizada no quarteirão Q, e os efectivos da Ordem Pública foram chamados a intervir para tentar conter os nervos que estavam à flor da pele.

O jovem Yuri Rayme mostrou-se perplexo com o facto de não ter sido incluído em nenhuma das listas, mesmo estando entre os cem indivíduos que haveriam de receber o apartamento do tipo T3+ 1, no dia 17 de Maio, isto é, cerca de três semanas antes da paralisação do processo.

"Desde que reabriram o processo já se passaram mais de duas ou três semanas e o meu nome e de outras pessoas que seriam atendidas no mesmo dia não constam em nenhuma das listas. Não sabemos se os nossos processos foram extraviados ou substituídos pelos de outras pessoas que nem sequer fizeram a inscrição", desabafou.

Na esperança de obter alguma explicação, o jovem endereçou uma carta à Sonip e à Delta Imobiliária nesta Terça-feira e aguarda impacientemente por alguma resposta, ansioso que a mesma seja positiva.

Ele disse ainda ter sido informado que só há disponíveis apartamentos do tipo TS e a imobiliária está a proporcionar aos candidatos a possibilidade de pagarem no próximo ano o restante valor, caso tenham depositado um valor inferior ao estipulado para este tipo.

"Paguei sete mil e 416 dólares por um T3+ 1 por ser o valor que estarei em condições de desembolsar anualmente, em função do meu ordenado. Caso seja obrigado a ficar com o TS terei que

acrescentar cerca de sete mil e duzentos dólares no próximo ano", declarou.

No seu entender, ainda que a Sonip proporcione aos candidatos a possibilidade de pagarem no próximo ano o resto do dinheiro, se os interessados tiverem em conta a prestação que deverão pagar em igual período facilmente vão concluir que estarão a correr o risco de perderem a casa por não terem condições de arcar com todas as despesas.

Yuri Rayme disse estar bastante insatisfeito com o facto de a Sonip não lhes ter dado a possibilidade de reaverem os seus valores em função da falta de apartamento.

"Antes da Sonangol Imobiliária ter ordenado o encerramento do processo, o mesmo estava a ser bastante célere e a única confusão que existia era no momento da inscrição, visto que muitos de nós fomos obrigado a permanecer nas bichas e dormir ao relento durante vários dias consecutivos", disse. Acrescentou de seguida que "após a paralisação baralharam tudo e o pior é que quando começaram a publicar as listas surgiram nomes de pessoas que não seriam atendidas nas semanas depois da paralisação".

No seu entender, para existir maior transferência no processo a SONIP devia ter publicado o número da ficha de cada um dos alistados para que os demais candidatos pudessem acompanhar todo o processo.

Aguardando pelo 15

Já uma outra candidata, que preferiu não se identificar, disse estar bastante surpresa pelo facto de não ter visto o seu nome na lista, apesar de se ter candidatado a um imóvel do tipo TS e feito o pagamento dentro do prazo estabelecido. Ela procurou ainda confortar outro senhor que teve um ataque de nervos, apelando para ficar mais calmo de modos a evitar um ataque cardíaco.

De modos a facilitar a resolução do problema, os cidadãos constituíram uma Comissão que estava encarregue de recolher fotocópias de todos os processos e entregou-os aos funcionários de Delta Imobiliária.

Passados cerca de trinta minutos, o líder da referida comissão regressou e informou a todos que não entregou os processos porque a imobiliária estava apenas interessada em resolver o problema de uma minoria. Deixando de fora todas aquelas pessoas que não estiveram presentes nos dias anteriores e os que fizeram o pagamento depois do mês de Abril.

Pra uma fonte contactada por O PAÍS, a SONIP poderá a publicar uma lista na próxima Segunda-feira, embora a última publicada ter trazido uma poucos beneficiários que seriam atendidos de 9 a 13 de Setembro.

O facto de no primeiro dia constar que seriam atendidas 100 pessoas e no dia seguinte apenas 12 levou os candidatos a concluírem que o processo já havia sido encerrado, tal como havia sido anunciado.

“Há casas”

De realçar que o presidente do Conselho da Administração do Sonangol, Francisco de Lemos, classificou de positiva a forma como está a decorrer todo o processo de entrega de casas na Cidade do Kilamba, e que desde 15 de Julho passado já foram chamados três mil e 700 clientes, tendo sido entregues duas mil e 800 habitações.

Ele prestou estas declarações à imprensa, aos sair do encontro de preparação dos Programas de Investimento Público para 2014 e de reabilitação de vias secundárias e terciárias, orientada pelo Presidente da República, no Palácio Presidencial.

Francisco de Lemos desmentiu as informações que foram postas a circular de que já tinham sido vendidas todas as habitações na centralidade do Kilamba, alegando que se encontram em construção cerca de 15 mil fogos.

"Todos os que assumiram compromissos contratuais com a SONIP verão os seus direitos salvaguardados, uns ainda este ano, no próximo ou até 2015, não deixando de fora nenhum cliente", garantiu.

10.14 Educação promete casas para professores

Jornal de Angola

13 De Setembro de 2013

A direcção provincial da Educação de Luanda vai construir, no próximo ano, residências para professores que leccionam em áreas distantes das sedes municipais de Icolo e Bengo e Quissama, para se evitar o absentismo nas escolas.

A informação foi dada pelo director provincial da Educação de Luanda, André Soma, em Catete, após um encontro com mil professores dos dois municípios, que teve o objectivo de fornecer informações sobre a legislação que regula o sector da Educação.

André Soma explicou que a ideia é alojar numa mesma residência vários professores, para ali permanecerem de segunda a sexta-feira, e assim garantir o normal funcionamento da escola e se evitar que os alunos fiquem prejudicados devido à ausência do professor.

Quando é realizado o concurso público de ingresso no sector da Educação, muitos professores inscrevem-se e aceitam trabalhar em áreas mais isoladas, mas depois de terem conseguido as vagas, começam a pedir transferência devido à distância. No entanto, alertou André Soma, de acordo com a legislação em vigor, um professor só deve pedir transferência de um município para outro depois de cinco anos de função na mesma escola.

Além disso, disse, as faltas constantes ao serviço podem reduzir o período de férias e se o professor tiver duas avaliações negativas consecutivas do seu desempenho pode não ser promovido. "O professor que falta às planificações quinzenais pode ter um desempenho negativo durante a sua avaliação. Se tiver três avaliações negativas é porque não serve para a Educação e deve arranjar outro emprego ou então auto superar-se", disse.

Durante o encontro, muito participado, os professores levantaram questões como os acertos de categoria, atribuição do subsídio de direcção e chefia, baixos salários, admissão no sector da Educação e a longa distância entre escola e o local de trabalho. Foi distribuída uma brochura aos professores com a legislação laboral e mais de 135 folhas, e os técnicos da direcção provincial da Educação prestaram todos os esclarecimentos necessários sobre o assunto.

Em Luanda, o sector da Educação tem sob a sua alçada 718 escolas públicas, 375 colégios privados, 1.252 participadas, cerca de 1,65 milhões de alunos e 38 mil funcionários. Joana Florinda, professora do ensino primário do município da Quissama, considerou o encontro proveitoso e sublinhou que ele permitiu esclarecer algumas dúvidas.

Inês António, professora do município de Icolo e Bengo, frisou que o maior problema que enfrenta é o transporte e realçou que boa parte dos docentes residem em Luanda e gastam mais de 1.500 kwanzas por dia em táxis, por falta de transportes colectivos que satisfaçam as necessidades.

10.15 Huíla investe na habitação

Jornal Económica

13 De Setembro 2013

O relatório do governo da Huíla, a que a Angop teve acesso, revela que os edifícios terão 660 apartamentos do tipo de T2 e T:3 e serão construídos numa área de mil 648 hectares em três anos.

Sem revelar o custo do projecto, o relatório refere que a administração municipal de Caluquembe prevê igualmente criar seis zonas comerciais, 66 áreas verdes, 'assim como esquadras policiais e áreas desportivas.

Segundo o documento da administração, no âmbito do programa de requalificação do município de Caluquembe prevê-se a abertura de 22 avenidas e 153 vias secundárias que vão conferir maior fluidez ao trânsito rodoviário.

O projecto contempla igualmente a criação de zonas desportivas numa área de 23 hectares, escolas (30), saúde (16), áreas para edificação de infra-estruturas administrativas e de acomodação de equipamentos (35).

Segundo o documento o objectivo do programa é melhorar a imagem do município, assim como a acomodação dos munícipes abrangidos por demolições forçadas pelo programa de requalificação.

Com uma população estimada em 359 mil e 11 habitantes, Caluquembe possui três comunas, Caluquembe (sede) Calepi e Ngola.

10.16 Luanda sobre carris

Semanário Agora

13 De Setembro de 2013

O toque despertador do apito do primeiro comboio retine todas as manhãs às 5 horas e os utentes fazem-se às estações, cada um com seu destino e história.

O frenesim nas estações reflecte a importância que o CFL tem na vida dos luandenses, pobres ou afortunados, mesmo que ainda exista um longo caminho pela frente no sentido de se tornar uma referência nos transportes públicos de passageiros e de mercadorias. Não só a nível de Luanda, mas também para o corredor ferroviário até Malanje, passando pelo Bengo, Kwanza-Norte e terminando na província da 'Palanca Negra Gigante'.

Já passaram quatro anos desde que o CFL foi ressuscitado, recuperando da paralisia imposta pelo

conflito armado que reduziu a empresa a uma montanha de escombros e ferro velho, mas na hora do balanço as estatísticas ainda estão longe de satisfazer os prognósticos. Mesmo assim, a marcha é para a frente, na conquista do futuro.

E isso motiva cada vez mais a administração da empresa, que já se gaba de ter devolvido a muitas famílias o sorriso interrompido por 18 anos, particularmente àquelas que se dedicam ao comércio.

Para compreender os bastidores do CFL, o Agora percorreu de comboio a linha que liga o Bungo e o musseque Baía em Viana (35 km) e conheceu vários adeptos deste transporte ferroviário, num ambiente muito descontraído, onde cada um conta a sua história, convergindo apenas na expressão de que "o comboio ajuda muito".

Marta da Conceição, 47 anos, funcionária pública, tem o seu lugar quase que reservado no comboio Expresso, durante todos os dias da semana de trabalho. Confessa-nos que sempre se faz transportar de comboio. Questionada sobre a sua opção, a passageira explica que não aguenta os engarrafamentos do trânsito. "Deixo o meu carro todos os dias na Estação de Viana enquanto vou trabalhar, porque o comboio é um transporte estratégico para o meu local de trabalho", conta a contabilista da maternidade Augusto Nangula.

Já a zungueira Constância Manjenje, que encontramos noutra carruagem, destaca o alívio que o comboio trouxe às suas finanças e assume que todas as manhãs alimenta vários passageiros, vendendo as suas sandes. "Apanho o comboio sempre às 5h30 rumo à baixa para vender as minhas sandes", revela a jovem de 28 anos, natural de Malanje.

Assim como estas duas passageiras, milhares de luandenses utilizam os comboios como meio de transporte diário. É o caso do bancário Mateus da Cruz, 45 anos, que há dois anos não dispensa os serviços do CFL, tendo reconhecido o esforço do Governo na reabilitação da linha e construção das estações e apeadeiros novos.

Chegada ao Bungo

A chegada do comboio à mítica Estação Central do Bungo foi considerada fundamental na política de gestão e oferta de serviços da empresa. Se por um lado está a satisfação, por outro aumentou o fluxo de passageiros e com ele a preocupação na resposta à procura, embora os utentes manifestem satisfação com os preços dos bilhetes.

Se estes custam entre os 30 e os 200 kwanzas para os trâmuéis e o expresso, respectivamente, já para chegar a Malanje, o passageiro deve desembolsar 1.500 kwanzas.

No início do ano, o CFL aumentou a frequência dos comboios suburbanos e retirou um serviço de longo curso. Esta alteração reduziu a frustração relativamente à oferta de comboios suburbanos, com o aumento de mais composições que circulam até perto da meia-noite.

A circulação que se fazia apenas até à Estação do Tunga Ngó, no Cazenga, chegou ao Bungo em Fevereiro deste ano e na hora de balanço dos primeiros seis meses do novo percurso, os números do conselho de administração do CFL reflectem um saldo positivo, com perspectivas de crescimento, tanto no transporte de passageiros como no de mercadorias.

"Sem dúvida tivemos um crescimento do número de passageiros. Quanto às mercadorias os indicadores são animadores desde que o ramal chegou às instalações do Porto de Luanda", disse o porta-voz do CFL.

Augusto Osório, fascinado com as condições que a reabilitada Estação Central do Bungo oferece, assegurou que os passageiros encontram conforto, enumerando mesmo que a sala de embarque e de espera são o exemplo de modernização do CFL que já chegou ao pólo produtivo de Malanje, num percurso de 424 quilómetros.

"Estamos na marcha certa rumo ao futuro", disse.

Neste quarto ano de circulação ininterrupta, vêm à memória as milhares de horas de trabalho que envolveram a força e capital chinês, no âmbito da cooperação que levantou o país dos escombros da guerra, devolvendo aos angolanos de Luanda, Kwanza-Norte e Malanje o sorriso de um país que cresce e se desenvolve todos os dias, embora persistam alguns problemas por resolver.

Criticada por uns e louvada por outros, a participação chinesa na reconstrução do CFL é a recompensa do esforço do país, que deixou para trás os momentos negros da sua história na circulação de pessoas e bens sobre a linha férrea.

Estes primeiros anos da reconquista do CFL, que colocou à disposição da população sete locomotivas que circulam todos os dias do Bungo ao musseque Baía (Viana) e vice-versa, pode fazer renascer a esperança de dias de glória, apostando fundamentalmente no transporte de carga

contentorizada, para as províncias que fazem parte deste corredor ferroviário.

Estação Central

Uma plataforma construída em 1886 conheceu várias transformações próprias à medida que o tempo foi passando. Com a paralisação dos comboios houve a necessidade de se modernizar a Estação Central do Bungo.

Hoje dispõe de uma sala de embarque acolhedora, duas bilheteiras e uma plataforma com sala de espera, equipada com placas electrónicas para informar os passageiros do horário da chegada e partida dos comboios.

A agitação é maior nas horas de pico, como garantiu Augusto Osório, mas com o dinamismo de António Manuel, chefe da Estação, a preocupação é cobrir a procura que por vezes atrapalha o pessoal de serviço.

O Bungo conta também com dois operadores de manobras e dois bilheteiros, que trabalham para garantir o bom funcionamento e segurança dos comboios e assegurar que os passageiros têm uma viagem segura, quer para os comboios suburbanos ou de longo curso que actualmente saem, uma vez por semana.

Telecomunicações

O CFL gere uma linha própria de comunicações e controlo por GPS, o que o torna uma empresa autónoma. Os meios à disposição permitem a comunicação entre maquinistas e estações e o monitoramento à distância das locomotivas, que estão equipadas com microcomputadores para o armazenamento de todos os dados e quilometragem, como explicou o engenheiro electromecânico, Merqueades Kingalu. "O diário de bordo é feito nestes aparelhos. Estas locomotivas oferecem condições de segurança", disse o homem que cuida da saúde das máquinas.

Oficinas

Todos os dias estão programadas entradas nas oficinas M uma ou duas locomotivas para revisão, ou seja, em cada 500 km de percurso, os aparelhos devem aportar às oficinas centrais para a devida manutenção. Em termos de vida, as locomotivas chegaram ao país há cinco anos e as revisões são uma rotina que vai prolongar o seu funcionamento.

Em termos de capacidade, Kingalu descreve que os motores são muito potentes, com 1.800 rotações por minuto, o que lhes permite transportar 18 carruagens

de passageiros com carga diversa, embora agora as locomotivas circulem com sete.

Com uma velocidade máxima de 120 km, as composições não chegam a atingi-la, em função dos condicionalismos da via. O lixo acumulado na linha e em alguns casos a sabotagem da brita fazem com que os maquinistas acelerem até os 60 ou 80 km por hora.

As oficinas gerais de Luanda possuem oito naves que representam os diferentes sectores de actividade, desde a electricidade, mecânica, bate-chapa, pintura e outros serviços.

Albergam também uma escola de maquinistas e técnicos de manobra de comboios, servidos por um posto médico.

A formação dos operadores de máquinas é para já uma mais-valia que está a permitir à empresa reduzir os custos com a formação de pessoal no estrangeiro.

Cinquenta e quatro angolanos trabalham nas oficinas gerais do CFL e um número reduzido de expatriados portugueses, contratados para dar formação aos nacionais.

Estatísticas

Os dados disponíveis, no transporte de passageiros, apontam para um crescimento em relação às mercadorias. A variação da circulação de comboios aponta que em 2010 fizeram-se 5.212 composições ferroviárias, no ano seguinte, 5.792 e no primeiro semestre deste ano 3.940 comboios, um dado que indicia que até final do ano as estatísticas poderão superar os números dos anos anteriores.

Se para o segmento de passageiros existe esta ligeira subida, também os comboios de carga registaram um considerável aumento: 126 em 2010, 186 em 2011 e 669 no ano passado. Relativamente às mercadorias, cerca de 12.440 toneladas de produtos diversos foram transportadas no ano da retoma, 6.066 em 2011 e houve um 'boom' em 2012, quando foram transportadas 44.659 toneladas.

Quanto aos postos de trabalho, até 2012 trabalhavam na empresa 911 angolanos contra os 690 de 2010, um crescimento dinamizado com a necessidade de se apostar nos quadros nacionais para o bom funcionamento do CFL.

10.17 Mercado imobiliário com nova tendência

Jornal Economia

13 De Setembro de 2013

O relatório do mercado imobiliário da Abaccus de 2013 indica que a tendência do sector assenta, essencialmente, na alteração do modelo de contratação dos activos imobiliários, passando da compra para o arrendamento.

Uma tendência que obrigará a necessidade de existência em breve de fundos de investimentos imobiliários para responder aos promotores imobiliários.

Com efeito, a tendência dará ainda possibilidade ao fenómeno do crescimento do mercado com mais opções, aumentando a construção, na qual estão envolvidas construtoras, arquitectos, projectistas e agentes comerciais.

A tendência do mercado imobiliário para 2013 vai pender também para o aumento de arrendamento de apartamentos na zona velha de Luanda dada a esperada absorção positiva, entre os quadros expatriados e os que terminam as suas missões e os novos que vão entrar em Luanda, explica o relatório.

O preço de venda e aluguer de escritórios novos em Luanda tende a aumentar dado o crescimento económico e a necessidade de as organizações trabalharem em locais próprios que dita a nova tendência. O crescimento das empresas e, consequentemente, o aumento do número de pessoas ou colaboradores obriga o aumento de mais metros quadrados.

A Abaccus indica que a conclusão de novos shoppings pode revolucionar o mercado porque é um modelo específico dentro do universo do imobiliário, onde a montagem financeira nada tem a ver com uma normal promoção de escritórios ou residencial, em que os retornos e o dia-a-dia são particulares.

Há, ainda, a questão de como vai responder ao público utilizador, porque, no fundo, tudo vive de rentabilidade.

Segundo o relatório, em 2014, está prevista a inauguração de três novos shoppings, o do Kinaxixi, o Luanda Retail Park e o Fortaleza.

O mercado residencial é tido pela Abaccus como bastante activo, já que se espera para 2013 a entrada de cerca 400 apartamentos novos no centro da capital.

O mercado de guest-house, que permite juntar colaboradores num mesmo espaço, incluindo serviços, mantém-se alto.

Para efectuar o estudo, a Abaccus dividiu a capital em seis zonas nomeadamente Luanda cidade, Luanda velha, Zona Norte, Viana, Talatona /Luanda Sul e Camama e Benfica.

Os preços mais altos encontram-se na zona velha de Luanda que inclui os bairros Ingombota, Miramar, Cruzeiro e Marginal. Um apartamento novo vai de 12 a 8 mil dólares e o velho de 3 a 8 mil. Os preços mais baixos recaem para o município de Viana com apartamentos a custar de 1.900 a 2.750 mil dólares.

As residências são mais procuradas nas zonas denominadas "nobres" como Miramar, Bairro Azul, Alvalade, Cruzeiro, Vila Alice, Cidade Alta e Baixa de Luanda, tendo surgido uma nova zona, a Praia do Bispo, principalmente de moradias.

10.18 Metade das moradias estão concluídas

Jornal de Angola

13 De Setembro de 2013

O administrador municipal de Namacunde, Apoio Ndinoulenga, anunciou ao Jornal de Angola que 100 das 200 casas do projecto habitacional para esta localidade já estão concluídas e prontas a serem entregues aos seus proprietários.

Apolo Ndinoulenga indicou que as restantes casas devem estar concluídas até final deste ano. O administrador, ao confirmar o "bom andamento" dos projectos de construção de moradias sociais em várias localidades do município, referiu que das acções em curso, o programa nacional de habitação, de subordinação central, é o que mais avanço registou, como resultado do empenho dos empreiteiros envolvidos.

"Na sede do município decorrem obras de construção de 40 casas destinadas à juventude e outras dez casas, já concluídas, para os funcionários públicos", adiantou Apoio Ndinoulenga, acrescentando que na localidade de Okawe, comuna do Chiede, estão a ser erguidas 50 casas evolutivas, igual número na povoação de Ounongue, um posto médico e urna esquadra da Polícia Nacional.

O administrador de Namacunde disse que na povoação de Santa Clara, fronteira com a Namíbia, está em conclusão uma escola primária de 12 Salas e outra com 24, na sede municipal, no âmbito de uma parceria entre UNICEF e o Governo Provincial do

Cunene, para atender o elevado número de crianças fora do sistema normal de ensino. As autoridades de Namacunde estimam que cerca de cinco mil crianças estejam fora do sistema de ensino devido à falta de escolas. A seca e a fome que assolam várias localidades do município também desviam grande número de crianças para a pastorícia. Na povoação de Ounongue existe apenas uma escola primária de duas salas de aulas, o que levanta sérias dificuldades para os professores devido ao eleva, número de alunos. "Neste ano lectivo foram matriculados 21 SO alunos da iniciação à quarta classe", disse o administrador da povoação, Nicolau Ndoyolononha, notando que estão disponíveis apenas 20 professores, acomodados numa única residência com três quartos.

Nicolau Ndoyolononha referiu que, devido à falta de escolas, muitas famílias de Ounongue, no marco 16, recorrem ao território namibiano, onde também procuram assistência médica. Defendeu, por isso, a construção de mais escolas primárias ao longo da fronteira com a Namíbia para atender as comunidades.

O administrador municipal lamentou o estado das vias de acesso às diversas localidades de Namacunde e garantiu que existe um plano para a sua reabilitação, em 2014. "Numa primeira fase está prevista a abertura de alguns troços de ligação entre a comuna do Chiedi e Omuluga Washikongo Cuangar, para superar vários obstáculos nas chanas e regiões arenosas", referiu Apolo Ndinoulenga.

Anunciou a ampliação e modernização do mercado municipal de Namacunde que passa a contar com serviços especializados

10.19 Primeiras casas começam a ser construídas

Jornal de Angola

13 De Agosto de 2013

A nova centralidade do município de Caluquembe, na Huíla, regista, desde terça-feira, uma maior dinâmica, com o Início das obras de construção das primeiras 40 casas.

O governador da Huíla, João Marcelino Tyipinge, que avaliou, durante dois dias, a aplicação dos programas do Executivo na circunscrição, procedeu ao lançamento da empreitada a cargo da construtora nacional Edison Internacional. As obras vão durar três meses.

A construção das casas, 20 vivendas de tipo T3 e dez com um piso cada, faz parte do programa de 200

fogos habitacionais, concebido pelo Executivo com o propósito de aumentar a oferta de habitação. Para o efeito, vão ser empregues mil milhões de kwanzas.

O administrador municipal de Caluquembe, José Arão Nataniel, explicou que os dez edifícios com um piso vão ser os primeiros com uma estrutura arquitectónica credível e além de acomodarem duas famílias vão dar um novo aspecto à sede.

Os projectos, que visam o desenvolvimento do município, vão proporcionar um número considerável de postos de trabalho, fundamentalmente nas áreas de construção civil, assim como incentivar o empreendedorismo entre os jovens.

"Estamos a desenvolver diversos programas que vão culminar com o alargamento da cidade de Caluquembe e criar bases sólidas para o município aumentar a sua participação na produção de alimentos, com realce para os cereais e leguminosas, e no Orçamento Geral do Estado", disse. A construtora Edison Internacional projectou a obra numa área extensa já desmatada, onde também vão ser erguidas as infra-estruturas para o comércio, escolas, hospitais, esquadras da Polícia, espaços para prática do desporto, lazer e recreação. A resolução das necessidades básicas da população é visível, daí os constantes apelos para a continuidade dos programas do Executivo.

O Jornal de Angola apurou que projecto estruturante de requalificação da sede municipal de Caluquembe contempla, ainda, a abertura de mais de 20 avenidas, 150 ruas secundárias e o calçetamento de dezenas de quilómetros de passeios.

Entrega de casas

A falta de casas para acomodar os técnicos interessados em contribuir para o progresso de Caluquembe começa a ser minimizada com a entrega, na terça-feira, de 20 casas evolutivas pelo governador João Marcelino Tyipinge. O jovem António Mário considerou importante a construção de casas evolutivas por fazer com que o seu processamento seja rápido e fortalecer a responsabilidade dos futuros proprietários, uma vez que cada beneficiário tem a possibilidade de se empenhar na conclusão da obra.

Os beneficiários disseram que estão preparados e motivados para efectuar os acabamentos necessários, de modo a criar as condições adequadas para instalar a família. "Somos jovens oriundos do Lubango e de outras cidades do país para reforçar o número de quadros nos sectores da educação, saúde, construção civil, agricultura e outras.

"A promoção da autoconstrução dirigida foi lançada pela Administração Municipal de Caluquembe com a entrega de 280 parcelas de terras de mil metros quadrados. Os lotes distribuídos estão nas reservas fundiárias do Santiago, Cuando Sacalessó e Caissaca.

As reservas fundiárias do município possuem áreas para a instalação de indústrias, estabelecimentos comerciais, escolas, creches, avenidas, espaços verdes, montagem de sistemas de captação e distribuição de água e energia, entre outros serviços.

Satisfação

O soba João Calupanche enalteceu as acções do Executivo por dar mais vida aos municípios distantes das sedes provinciais.

"Temos, hoje, casas para os técnicos, terrenos para construir hospitais, escolas, antena do ensino superior, avenidas asfaltadas. A nossa vila está mais movimentada e atraente", disse.

10.20 Salvem o Lubango, dos engarrafamentos de Luanda

Semanário Agora

13 De Setembro de 2013

Ponto prévio: Escrevo este artigo, na antiga cidade de Sá da Bandeira (hoje denominada, Lubango). Capital da província da Huíla, é uma cidade quase secular que foi fundada ao que se diz, por colonos portugueses oriundos da Ilha da Madeira. Ascendeu a categoria de cidade em 1923 e destaca-se pelas suas características semi-rurais, culturais (usos e costumes do povo autóctone) e pela sua localização, num vale circundado de montanhas de pedra granítica.

A Igreja Católica emblematizou esta cidade com o famoso monumento ao Cristo Rei e a Capela da Senhora do Monte, ambos situados no alto dos montes, como que vigiando e protegendo esta cidade mumuila. Outrora muito mais verdejante, arborizada e florida, esta urbe tarda nesta era pós colonial, em reconquistar o seu aspecto agradável, tranquilo, belo e aprazível do passado. Influências negativas vindas do além, do litoral luandense, estão a descaracterizar de forma crescente, a bela, simpática e acolhedora cidade de Sá da Bandeira, que no passado dia 31 de Maio, festejou 90 anos de existência. É sobre os engarrafamentos no trânsito rodoviário que me vou debruçar a seguir, dando urnas pinceladas ortográficas sobre alguns outros congestionamentos que a urbanização anárquica, provoca quase sempre na comunidade.

1 - Conheci o Lubango em 1970, era estudante finalista do curso Comercial na Escola Comercial e Industrial Sarmiento Rodrigues, de Nova Lisboa, nome da antiga capital da província do Huambo. Durante três dias apreciei a vida nesta cidade friorenta com a intenção de escolher, entre continuar meus estudos na cidade do Lubango ou na minha terra Natal - Luanda. Naquela época, só havia institutos comerciais nestas duas cidades angolanas. Meu pai decidiu, por razões financeiras e familiares, que eu devia deixar o Huambo e regressar á Luanda onde não ia há mais de 10 anos.

2 - Depois da independência do nosso país, regressei ao Lubango em 2001 e em 2003 decidi instalar-me nesta cidade, e fazer dela meu refúgio permanente. Hoje, o Lubango é uma das minhas residências principais e aquela na qual aproveito mensalmente para recarregar as energias de uma bateria que facilmente se descarrega em Luanda, devido ao stress, as chatices e outras sensações desagradáveis, provocadas pelo tumultuoso quotidiano desta metrópole angolana, repleta de endémicos congestionamentos rodoviários, administrativos (burocracias), comerciais e outros.

Todos sabemos que a urbe de Luanda tem pouca qualidade de vida mas, paradoxalmente, lidera a lista das cidades mais caras do mundo. E como se não bastasse, influencia negativamente a vida nas restantes cidades de Angola, em quase todas as dimensões: infra-estrutural, sócio cultural e até económica. Por razões óbvias já afloradas antes, estou mais preocupado com o que vejo actualmente no Lubango.

3 - Faltam-me dados estatísticos actualizados e credíveis para vos dizer com exactidão, qual a exacta taxa de crescimento demográfico da província, e qual foi a taxa de urbanização da cidade na última década verdade ou não, fala-se em mais de 1 milhão de habitantes na cidade, contra apenas 60 mil em 1975. Mas salta à vista, que a população urbana tem estado a crescer numa proporção certamente geométrica, tantas são as pessoas que hoje vendem nos mercados paralelos e até nas ruas, passeios, becos e quintais, como de resto, se faz em Luanda. E como não podia deixar de ser, o trânsito automóvel aumenta desmesuradamente, face a uma limitadíssima rede rodoviária, com quase nenhuma alternativas, secundárias e terciárias. Para agravar a baixa oferta rodoviária da cidade, não existem semáforos nem passagens aéreas para peões. E como não há

CREL (Circulação Rodoviária Externa do Lubango) todas viaturas se afunilam nas poucas ruas que levam ao centro da cidade, até mesmo aquelas que se dirigem para as províncias fronteiriças do

Namibe ou do Cunene, vindas do Huambo ou de Benguela. As avenidas do aeroporto e as 2 novas recém- inauguradas, os largos da Pirâmide e o dos laureanos, reclamam urgentemente semáforos. Passadeiras aéreas já estão a fazer falta!

4 - É evidente que o Lubango reclama uma profunda requalificação geral, que não se compadece com os esforços tímidos ensaiados pelo antigo governador Isaac dos Anjos, e muito menos com os projectos do actual governador Tchippingue. A província cresce a olhos vistos, quer demograficamente, quer economicamente, daí a necessidade de ser melhor infraestruturada no domínio das vias de circulação, do melhor abastecimento de água e energia e em habitações com qualidade. Os ghettos no centro da cidade devem continuar a ser eliminados, mas não com a aplicação da fórmula desumana habitual de "partir os casebres e atirar as pessoas para tendas e em lugares inóspitos", como sadicamente este Executivo tem feito. A des-mussequização das cidades deve ser feita com projectos de rosto humano, amigos dos cidadãos. Que se construam casas modestas ditas económicas pode ser, mas, que elas sejam condignas pois quem as vai habitar são seres humanos. Que se localizem as populações de menores recursos, em zonas periféricas tudo bem, mas, onde haja, esgotos, água e energia, bem como escolas, centros médicos, espaços de desporto e lazer e repartições públicas.

5- As autoridades governativas da Huila e de outras províncias do país, podem perfeitamente evitar os erros colossais cometidos em Luanda, com a febre da urbanização a atingir limites extremos de irracionalidade e desumanidade. A construção desenfreada na vertical que se está a registar em Luanda, o "roubo" imoral de terras aos camponeses e cidadãos autóctones, para os poderosos construírem prédios e condomínios, já assumiu em Luanda, proporções de autêntica histeria colectiva. O modelo de apropriação de terras e de construção de habitações que está a ser aplicado em Luanda, não é um bom exemplo para nenhuma província de Angola. Trata-se de uma exploração selvagem de direitos de cidadãos visando essencialmente a acumulação selvagem de capital por uns poucos acólitos do regime, além de ser um grave atentado a boa qualidade de vida urbana. E porquê? Porque viver bem não é sinónimo de morar num apartamento, ainda por cima em prédios que se amontoam uns ao lado dos outros, competindo por um pouco de luz solar e pior ainda, quando há frequentes cortes no fornecimento de energia eléctrica e água potável, agravado com a poluição sonora e não só, de geradores e de farras selvagens. E como se não bastasse, há falta gritante de árvores e

espaços verdes, para oxigenar o ambiente e torná-lo mais agradável a uma vida que se quer saudável e durado ira para os humanos.

6 - Por favor, ajudem Lubango a não cair nas malhas de uma urbanização congestionante, mais comercialmente provocada do que socialmente motivada. Ao invés disso, Lubango pode ter uma urbanização arejada, civilizada, que protege e dignifica o cidadão, dando-lhe melhor qualidade de vida e desenvolvimento humano sustentado. Lubango ainda vai a tempo de evitar a urbanização mercantilista e com pouca beleza arquitectónica que se realiza em Luanda. Se quiser ser um pólo de atracção turística e um refúgio saudável dos luandenses (Kamundôngos) com eu, que escolheram esta província, como alternativa ideal na busca de bem estar, tranquilidade e paz que tanto escasseiam na capital de Angola Bem hajam os naturais e os habitantes da Huíla. Xalenu nhi mahezu makidi.

10.21 O papel dos agentes informais no nosso mercado imobiliário

Semanário Angolense

14 De Setembro de 2013

Correctores imobiliários ou correctores de imóveis existem em toda a parte. Porém, em Angola, nomeadamente em Luanda, esta profissão, mim sistema informal, começou como uma forma de ganhar a vida, ainda em tempo de guerra. Terminado o conflito e com a desmobilização de milhares de militares que passaram para o desemprego, a profissão ganhou mais aderentes. Eles começaram a ser chamados por «angariadores» e/ou por «intermediários». Em regra, trabalham individualmente, mas também há quem o faça em grupos de dois, três ou mais. Às vezes, a cooperação entre eles é extraordinariamente boa, que se pode dar a «fezada» de algum cliente a outrem na maior compreensão, desde que caia alguma «micha», comissão, para cada interveniente na «inter mediação» do negócio, directa ou indirectamente.

Houve um tempo em que a oferta era maior que a procura e os ditos «angariadores» ou «intermediários» tinham que «dar o litro» para conseguir um cliente, ou seja, um comprador. Quando isso acontecesse e o negócio fosse depois concluído com êxito, era motivo de festa por parte dos que recebiam a comissão. E, às vezes, também de inveja dos que não conseguiam fechar um negócio depois de meses a tentarem fazê-lo.

Com a abertura do país à democracia e à economia de mercado, os correctores imobiliários informais

conheceram também maior expansão nas suas transacções, que não se limitavam a residências, mas estendiam-se também a pequenos e grandes estabelecimentos comerciais e terrenos. Chegou-se assim à uma altura em que a procura passou a ser maior que a oferta e a situação ficou um pouco mais complicada, porque passou a haver mais especulação e os preços aumentaram em virtude disso.

O tempo foi passando, as situações foram tomando outros fóruns, mas os correctores imobiliários informais da nossa praça continuam. Hoje, pode-se mesmo dizer que é uma profissão, já que há dezenas de homens e também algumas mulheres, que nada mais fazem senão angariar clientes ou vendedores e intermediar as transacções, ganhando dessa maneira o pão para si e suas famílias.

Para quem conhece Luanda e também o trabalho prestado por estas pessoas, sabe que há pontos específicos onde se pode encontrar os chamados «intermediários». Por debaixo da passagem aérea do Nzamba 2, em alguns pontos da Avenida Marien Ngouabi, na Mutamba, junto ao ex-cine S. Paulo, entre outros, são alguns dos postos mais conhecidos.

Em Angola, como em outras sociedades mais ou menos evoluídas, o corrector imobiliário é a pessoa que intermedeia, durante a transacção de um imóvel ou de um terreno, urbano ou rural, a relação comercial entre o vendedor e o comprador (cliente). É, pois, o corrector que apresenta ao comprador, ou compradores, o imóvel que será negociado, disponibilizando as informações necessárias para que a venda seja efectuada.

10.22 «Há esquemas que lesam»

Semanário Angolense

14 De Setembro de 2013

Divino Salvador, é um antigo oficial das extintas Fapla. Anos depois da desmobilização em 1992, por necessidade, enveredou pelo caminho de corrector informal. Há quinze anos que exerce este trabalho e, como disse, fã-lo com muito zelo e profissionalismo. Mas é também um homem de cultura, dedicando-se às artes cénicas: teatro e cinema. Foi o único que se identificou e aceitou dar a cara.

Nas vestes de «intermediário» ou corrector, já transaccionou um pouco de tudo: desde vivendas e apartamentos a estabelecimentos comerciais e terrenos. Em relação ao que ganha, disse que tem sido razoável, dando-lhe para viver com certa dignidade. «O mau de tudo é quando passamos muito tempo sem que apareça um negócio. Mas quando

aparece uma boa transacção, com pessoas sérias, é uma grande alegria», alegou.

Para ele, actualmente, com a construção das centralidades, em Luanda e em algumas províncias, «há mais oferta que procura e os preços baixaram consideravelmente», o que acaba por ser mau para os profissionais do ramo na sua condição, que vivem de comissões por cada negócio efectuado.

Divino Salvador deplorou a forma como a imobiliária responsável pelas centralidades do Kilamba, Zango e Cacucaco está a tratar a transacção das residências com os cidadãos. «Se as centralidades vieram para facilitar a vida dos cidadãos, deviam ser mais expeditos. Há muita demora na entrega das residências ao cidadão mesmo depois de pagas e isso está a originar em esquemas e falcaturas que estão a lesar muita gente. Concorro que haja mais rigor, mas esse rigor não deve penalizar o cliente, o cidadão necessitado, tem que servir para fiscalizar o próprio serviço que se oferece e acabar-se com os esquemas da 'gasosa' dentro da própria imobiliária», alertou.

O «nosso» corrector informal considerou ainda que o esquema facilita o compadrio e pessoas com posses. «É sabido que há gente abastada que está a comprar quatro, cinco ou mais apartamentos numa só centralidade. Esses apartamentos servirão depois para trespases, alugueres particulares ou outro tipo de negócios que não se coadunam com a lei nem com o fim para que foram construídos esses imóveis. Isso é crime, mas está-se a fazer», sublinhou.

10.23 Uma profissão liberal

Semanário Angolense

14 De Setembro de 2013

A correctoria de imóveis, no nosso país, é ainda uma profissão informal para a maioria dos que a exercem. Na nossa praça, apenas recentemente começaram a surgir empresas especializadas em correctoria imobiliária, com pessoal previamente preparado, assim como começaram a ser ministrados alguns cursos.

A maior parte dos correctores angolanos, «especializaram-se» no dia-a-dia. Cada um deles foi ganhando experiência com as transacções que foi realizando e com o tempo. A reportagem do *Semanário Angolense* (SA) soube junto deles que há alguns que já contam duas décadas nesse trabalho e, como tal, são detentores de um vasto conhecimento do mercado e do métier.

Estes profissionais dizem que já lá vai tempo em que pseudo-intermediários enganavam os interessados.

«Nós somos reconhecidos e temos um sistema que qualquer pessoa se pode aperceber quem é ou não um corrector. Apesar de informais, estamos organizados e não permitimos vigaristas no nosso seio. Quando detectamos alguém, nós próprios o encaminhamos à polícia. Já houve até espancamentos desses aldrabões que nos estragavam o pão, mas agora tudo é diferente», explicou um mais velho que disse estar no ramo há dezoito anos e apenas se identificou por Miguel.

Geralmente, e é assim em outras paragens, para seguir esta carreira legalmente é preciso que o corrector esteja credenciado junto de um organismo próprio, conforme o país. O corrector de imóveis pode ser bacharel em Ciências Imobiliárias, como também pode ter o curso de Gestão Imobiliária, equivalente ao nosso nível médio ou pode especializar-se como Técnico em Transacções Imobiliárias, nível básico.

Em alguns países, há ainda uma outra opção para se exercer a profissão: que é fazer o Exame de Proficiência (verificação de conhecimentos que permite dispensar o aluno de cursar disciplinas obrigatórias ou electivas de seu currículo pleno), facto que lhe permite não somente ser um corrector, como também possuir a sua própria administradora de imóveis (imobiliária).

Dentre as características necessárias para se ser um corrector, cita-se a aptidão e o gosto por vendas. O trabalho deste profissional fica muito mais fácil se possuir carisma, bom humor, raciocínio espacial aguçado, paciência e aptidão para relacionar-se com o público, bem como dedicação, argumentação, capacidade de convencimento, boa aparência e manter-se bem informado.

As principais actividades de um corrector de imóveis são a organização da compra, locação, permuta, venda e incorporação de imóveis e a reunião dos documentos e papéis que serão usados na negociação; apresentação de imóveis para a visita do público, bem como do projecto desenvolvido e dos arredores do imóvel; a intermediação da negociação e a verificação da correcta construção do imóvel.

O corrector pode trabalhar em empresas imobiliárias, construtoras, cartórios de registos de imóveis, leilões (empresas judiciais), consórcios imobiliários, empresas de loteamento e plano imobiliário, etc.

Ao contrário de outras profissões, o salário do corrector de imóveis não é fixo, visto que é baseado em comissões. Isto equivale a dizer que o salário do corrector varia de acordo com a quantidade e o

tamanho do que conseguir intermediar para vendido. Sobre as vendas judiciais o valor da comissão é de 5%; sobre um imóvel urbano, é de 6 a 8%; sobre um imóvel rural, é de 6 a 10%; e quando se trata de imóveis industriais, é de 6 a 8%.

Para os nossos «angariadores», «intermediários» ou correctores informais, o nível das comissões também varia, disseram eles, conforme o acordo entre o corrector e a parte interessada que, geralmente, é o vendedor.

Entretanto, existe já no nosso país, a APIMA (Associação dos profissionais Imobiliários de Angola) organização que visa, entre diversos projectos, disciplinar e dar personalidade formal e jurídica para quem exerce a profissão.

10.24 Malange anuncia construção de milhares de habitações

Jornal de Angola
16 Setembro de 2013

No bairro de Carreira de Tiro, na província de Malange, começam a ser construídos em breve seis mil fogos habitacionais por iniciativa da Sonangol Imobiliária (SONIP), afirmou ao Jornal de Angola o governador provincial.

Norberto dos Santos disse que o Governo Provincial vai propor à SONIP que seja diminuído o número de fogos a construir naquele bairro e que a iniciativa se estenda à Catepa e a Cangambo, para que estas mudem, também, de imagem. O governador provincial referiu que a área no bairro da Catepa onde vão ser construídas as outras 30(casas está preparada e o empreiteiro já recebeu parte do pagamento para começar as obras.

Norberto dos Santos reafirmou que a província continua aberta a todos que queiram contribuir para o seu desenvolvimento. "Apelo os empresários, no sentido de apostarem em investir na nossa província, uma vez que tem potencialidades para o negócio, com destaque para o sector do turismo".

10.25 Casas sociais ergui das em Xá-Muteba

Jornal de Angola
19 De Setembro de 2013

Funcionários da administração, professores e técnicos da Saúde vão ocupar 25 casas sociais com dois e três quartos, na comuna do longo, município de Xá-Muteba, província da Lunda-Norte.

Ernesto Muangala, governador provincial, que procedeu ao lançamento da primeira pedra, revelou que as casas vão ergui das com fundos do programa de investimento públicos.

O lançamento da primeira pedra das respectivas obras teve lugar no dia do Herói Nacional, 17 de Setembro. O governador da Lunda-Norte, revelou que, numa primeira fase, as autoridades vão construir a sede da Administração Comunal e as residências do administrador comunal e seu adjunto.

Em Xá-Muteba vai ser construída uma esquadra policial, uma escola com oito salas de aulas e um centro médico.

Para garantir a celeridade da empreitada, as obras foram atribuídas à empresa chinesa Bragol, que prevê concluir o projecto em oito meses.

A reconstrução da sede comunal do longo, em Xá-Muteba, vai dar emprego directo a 50 jovens da localidade, que actualmente se dedicam à actividade agrícola de subsistência. "Todos sabemos que a comuna do longo é rica e pode trazer muitos investidores, por ser produtora de algodão e de alguns minerais", disse o governador da Lunda-Norte. O governante garantiu o regresso da administração do Estado à sede do município de Cambulo, cujos serviços administrativo funcionam na vila mineira de Nzagi e na comuna do Muvulueji, no município do Lubalo. "Desta forma vai possibilitar a implementação dos principais serviços sociais básicos, como água, energia, saúde e educação e potenciar o desenvolvimento socioeconómico das localidades, que actualmente ainda apresentam vestígios da guerra", explicou.

10.26 Jovens aderem a novo modelo de casas no Lubango

Jornal de Angola
19 De Setembro de 2013

A construção de casas de vários tipos e a preços acessíveis regista maior dinâmica na região sul, com a apresentação recente no Lubango da nova tecnologia favorável à utilização de metais diversos nas obras da empresa Wayanga e Design.

O director geral da Wayanga e Design, Virgílio Kalulika, informou ao Jornal de Angola que a actual tecnologia adapta-se com facilidade à construção de infra-estruturas públicas, com realce para escolas, unidades hospitalares e centros recreativos.

As províncias do Huambo, Huíla, Namibe e Cunene começam a experimentar um modelo de construção

civil capaz de tomar as obras mais rápidas, tendo em conta a aplicação de betão em perfis de metal galvanizado, disse.

Virgílio Kalulika aproveitou as actividades das Festas da Nossa Senhora do Monte para apresentar a nova técnica de construção de casas e outros empreendimentos, assim como as suas múltiplas vantagens e assegurou que para corresponder à procura, foi instalada nos arredores da cidade do Huambo uma produtora de estruturas metálicas.

"O perfil das moradias de baixa, média e alta renda com estruturas arquitectónicas credíveis, é desenhado numa estrutura metálica para posteriormente serem montadas e revestidas com betão armado", disse para descrever que a obra pode ser feita em menos de 30 dias. Sobre as vantagens para a população, Virgílio Kalulika referiu que o preço da alvenaria durante a construção custa menos 30 por cento que a utilizada neste momento, a probabilidade de fissuras é muito pouca e as estruturas possuem um clima térmico. A garantia da casa é de 50 anos. "As obras de

uma casa uni familiar no país estão cotadas em cerca de cinco milhões de kwanzas. Com a utilização da nova tecnologia de perfis metálicos com revestimento de betão, é possível poupar-se dois milhões de kwanzas", afirmou.

A Wayanga e Design vai proporcionar mais de 300 postos de trabalho, a maioria nas áreas de construção

civil, num centro profissional a ser criado em breve, e criou infra-estruturas para corresponder à dinâmica do Executivo no seu programa de fomento habitacional.

Mais de mil milhões de kwanzas foram empregues na aquisição e montagem do equipamento proveniente da Malásia, instalação das infra-estruturas e formação de jovens.

O Banco de Desenvolvimento Angola (BDA) financiou 80 por cento do projecto. O baixo custo e a rápida construção das moradias cativaram um número considerável de jovens das províncias da Huíla, Cunene, Namibe, Benguela e Huambo a apostar na moderna tecnologia. No Lubango, mais de 200 pessoas acederam ao programa.

O director Virgílio Kalulika reconheceu o interesse na Huíla e garantiu que foi programada a instalação de uma unidade móvel para dar resposta às solicitações dos jovens, a maioria já com parcelas de terras de 1.000 metros quadrados, destinadas à auto-construção dirigida.

"A prioridade para as cidades do Lubango, Namibe, Ondjiva e Benguela é a construção de moradias de baixa renda, escolas, hospitais e indústrias", garantiu.

Complexo habitacional

O novo complexo habitacional Palanca Yetu, desenvolvido pela imobiliária Uniprev, prevê a construção de um número considerável de casas de baixa e média renda, numa área com as principais infra-estruturas básicas já instaladas. O complexo localizado no município da Humpata, 16 quilómetros a sul da cidade do Lubango, conta com uma adesão aceitável.

O director adjunto da Uniprev, Edson Arsénio, disse que várias empresas públicas, privadas e jovens fazem parte do projecto, um dos mais inovadores da província da Huíla nos últimos tempos.

10.27 Renda resolúvel passa a ser paga mensalmente

Jornal de Angola

19 De Setembro de 2013

Todas as pessoas que adquiriam ou venham a adquirir um apartamento numa das centralidades existentes em Luanda por renda resolúvel vão passar a fazer o pagamento das suas obrigações mensalmente e deixar, assim, de o fazer uma vez por ano em Março, anunciou em conferência de imprensa o presidente do conselho de administração da Sonangol, Francisco de Lemos.

Na altura do início da comercialização dos apartamentos nas centralidades do Kilamba, Cacuaco, KM 44 e Kapari ficou estabelecido, como condição inicial, que os clientes deviam fazer o pagamento dos arrendamentos anualmente e sempre no mês de Março, período em que se completava o aniversário da primeira prestação paga, até à liquidação total do valor do imóvel.

"Depois de uma avaliação interna, chegámos à conclusão de que este procedimento não é o mais prático", explicou. Assim, acrescentou Francisco de Lemos, ficou decidido que cada cliente deve fazer a liquidação das suas obrigações mensalmente, estando para breve a publicação de um comunicado a informar sobre as alterações aos modos de pagamento das rendas nas centralidades existentes em Luanda. "Temos capacidade para fazer cobrança mensal. Por isso, não vai continuar a haver a exigência de pagamento anual durante o mês de Março de cada ano", frisou.

Entregas no Cacuo

Dos mais de 12 mil clientes por atender em todas as centralidades, 4.954 são do Cacuo que, depois de um longo período de espera, começam a ser atendidos a partir do próximo dia 23. Francisco de Lemos lembrou que, para o efeito, os nomes dos candidatos vão ser publicados nos sites da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) e da Delta Imobiliária.

A demora na entrega dos apartamentos da centralidade do Cacuo deveu-se ao roubo dos cabos subterrâneos. O vogal da SONIP, Orlando Veloso, garantiu que já foram repostos e que a partir desta semana todas as residências vão dispor de energia eléctrica. "Recebemos a informação de que a linha que foi construída de propósito para fornecer energia à centralidade do Cacuo foi ligada", disse.

Em relação à água, foi construída e está em funcionamento desde o ano passado uma conduta provisória, que está a abastecer os moradores, mas não tem capacidade para a fornecer satisfatoriamente a toda a centralidade do Cacuo. "As normas internacionais estabelecem 300 litros de água por pessoa por dia. Não vamos atingir essa capacidade neste momento, mas em meados do próximo ano teremos essa capacidade satisfeita", garantiu Orlando Veloso, acrescentando que as autoridades estão empenhadas em levar água em abundância à centralidade do Cacuo.

Promoção Habitacional

O acesso ao crédito bancário pode ficar mais facilitado com a entrada em funcionamento, no primeiro trimestre do próximo ano, do Banco de Poupança e Promoção Habitacional, instituição bancária propriedade exclusiva da Sonangol, que neste momento se encontra numa fase muito acelerada da sua aplicação.

O vogal da Sonip, Atandele Chivaca, explicou que o banco deve estar em condições de operar a partir do quarto trimestre deste ano e iniciar as suas operações com o público em geral a partir do primeiro trimestre de 2014.

"A função do banco vai ser a de conceder créditos a longo prazo àquelas pessoas que estejam interessadas em adquirir habitação e não tenham condições para o fazer", explicou, acrescentando que a instituição bancária não foi criada para competir com os outros bancos já existentes, mas apenas para complementar o trabalho que tem estado a ser desenvolvido pela banca privada.

10.28 Governo projecta construção de 80 residências para funcionários

Jornal O País

20 De Setembro de 2013

Oitenta novas residências serão erguidas na cidade de Ndalatando, capital do Kwanza Norte, no quadro de uma iniciativa do governo provincial virada para a criação de melhores condições de acomodação para os funcionários dos vários sectores públicos.

A informação foi avançada à imprensa pelo governador Henrique André Júnior, referindo que a iniciativa enquadrada no programa local de investimentos públicos para o biénio 2013/2014 abarca o apetrechamento das moradias, visando conferir maior dignidade e comodidade aos quadros ao serviço do governo na região.

Ainda no capítulo de infra-estruturas habitacionais, Henrique Júnior disse que a par das 80 residências, o governo do Kwanza Norte tem em vista a construção de edifícios com 14 apartamentos cada, nos municípios de Cazengo, Lucala, Kambambe e Golungo-Alto, também destinadas a acomodar os quadros de vários sectores públicos.

O programa de investimentos públicos do Kwanza Norte para os próximos dois anos, referiu, congrega a execução de 62 projectos diversos, onde a vertente imobiliária contempla igualmente a execução da reabilitação e modernização do mercado municipal do Cazengo, a construção de uma casa da Juventude no município de Kambambe, construção de um centro, infantil em Ndalatando, entre outras acções.

A construção de novos edifícios para tribunal municipal do Golungo-Alto e dos comandos da Polícia Nacional de Kambambe e Ambaca, edificação de um imóvel administrativo no município de Cazengo, construção de casas evolutivas nos municípios do Ngonguembo e Bolongongo, asfaltagem do bairro da juventude em Ndalatando e construção de um largo das escolas no Cazengo constam igualmente das acções programadas para os próximos dois anos.

Localizada a 190 quilómetros de Luanda (capital de Angola), a província do Kwanza Norte conta com uma extensão territorial de 24.110 quilómetros quadrados e uma população estimada em 500 mil habitantes, distribuídos por 10 municípios.

10.29 Populares protestam contra gestão da Sonangol

Semanário Folha 8

21 De Setembro de 2013

ASONIP, subsidiária da SO ANGOL e o governo, voltam a estar na linha de fogo dos populares, por alegada incoerência no cumprimento dos acordos estabelecidos, quer no que concerne a indemnização de muitos dos camponeses, detentores de terras, onde está hoje implementado o projecto Kilamba, bem como aqueles que tendo feito contratos promessas para a compra de imóveis, estejam a ver adiado o seu sonho, com o protelar da entrega. "Esta situação de não nos entregarem as nossas casas é que nos levou a manifestação, diante da sede da Sonangol Imobiliária (SONIP), no passado dia 09.09, pois lá está cheio de funcionários corruptos e incompetentes", acusou Maria Júlia Kangandela.

Elas estão fartas de promessas vãs, por este motivo, face as humilhações que já lhes é indiferente a vergonha, por esta razão algumas mulheres em desespero de causa, ficaram nuas diante dos responsáveis da SONIP, para expressarem condenação a burla, que dizem ter sido alvo.

"Nós pagamos, nós cumprimos, mas estes senhores da Sonip e da Delta Imobiliária, não estão a saber honrar com os compromissos, visando entregarem-nos as residências há que tínhamos direito há mais de 8 meses! Uns dizem já terem eles feito negócio, com outros e se isso for verdade, então as consequências poderão vir a ser maiores", disse a nossa fonte.

Para muitos, a alegria em ter uma casa na Centralidade transformou-se em pesadelo e autêntico desespero, quando chegou a notícia junto dos que haviam pago, apartamentos do tipo TI, que os mesmos já teriam sido todos comercializados. Judith da Silva disse ao F8 ter feito o pagamento de um apartamento TIA, no mês de Fevereiro e devido a falta de esclarecimento ou ignorância de certos funcionários da SONIP viu-se obrigada a assinar o contrato de uma casa menor. "Estou chateada! Magoada, pois isso é burla da Sonip e da Delta Imobiliária. Nós escolhemos, eles obrigam-nos a pagar por um imóvel, mas no final dão-nos outro de valor inferior, mas não devolvendo a diferença. Agora pergunto: esse dinheiro vai para aonde? Se ninguém sabe, eu sei! Para os bolsos deles, enquanto corruptos e gatunos de colarinho branco", afirmou.

Angelina P. S. Vand Dúnem, por seu turno diz não se justificar a roubalheira, engendrada por alguns funcionários de nos induzirem a pagar um T5B e recebermos um T3A. "Isso me tira o sono a mim e a

muitos outros enganados, mais a mais pelo curto prazo implementado"

Por sua vez, Nadioreth da Cruz alega ter feito um acordo prévio com e aceite pela Delta, manifestando interesse em adquirir um apartamento da tipologia TIA, mas passados mais de 8 meses, não recebe a casa e nem sequer vê o seu nome na lista. "Neste momento sinto-me escangalhada pela Delta e Sonip por me induzirem em erro, por via de publicidade enganosa", esclareceu, adiantando o facto de não dispor, no imediato, de USD 14.000,00 (catorze mil dólares), para fazer face as novas exigências das imobiliárias. "Peço a quem de direito no sentido de repor a legalidade e obrigar a que seja feita justiça em todo processo de aquisição de casa". A situação parece crítica e a desorganização não tem ajudado na contenção reclamatória dos clientes. "Aproveito para alertar sobre a existência de uma rede de vendas paralelas e ilegais, alimentada por funcionários da Delta e Sonip, que a troco de USD 5.000,00, cedem posições dos que estão legalmente a cumprir, pelos ilegais incumpridores, na obtenção de residências".

Para Pedro da Silva, "o que nos leva ao protesto não é a devolução do dinheiro ou a indemnização, mas sim a situação bastante delicada em que nos encontramos, após termos feito o pagamento para apartamentos do tipo TIA e estamos a ser obrigados a aumentar dinheiro para, possivelmente, também, não é de confiar, vímos a ser contemplados por um T5A é isso que nos está a frustrar, principalmente, por não sabermos onde buscar tais montantes".

Este homem, que nunca teve casa própria, está tão céptico que não acredita que tal venha a acontecer, em função da descrença na Delta, face a todas engenharias "que tem estado a urdir desrespeitando os direitos do consumidor". Actualmente desconhece-se o número exacto de pessoas nesta condição, com capacidade para avançar no negócio da T5. Além destes, há também os candidatos que, apesar de pagarem, os nomes não saíram nas listas para elaboração dos contratos. "Disseram a algumas pessoas que, face a situação, vão devolver-lhes o dinheiro".

Com base nas reclamações das partes podemos aferir a dureza dos passos a trilhar para tirar esta imobiliária, feita as pressas, do marasmo em que se encontra e que se nada for feito hoje e agora, amanhã poderá ser tarde.

A nossa reportagem confirmou estar a circular, na centralidade uma lista, para os interessados assinarem no sentido da constituição de um advogado, para preparar e organizar a defesa dos lesados.

E por tudo isso, F8 não poderia deixar de dar voz aos visados, para o competente contraditório, mas esbarramos na insensibilidade de Paulo Cascão, administrador da Delta Imobiliária, em prestar pertinentes esclarecimentos.

10.30 Sobas de Mwatxissengue recebem casas evolutivas

Journal de Angola

21 De Setembro 2013

O governo Provincial de Luanda-sul entregou ontem dez casas evolutiva, cada uma orçada em cerca de um milhão de kwanzas e construída no âmbito do Programa de Combate à Pobreza, às autoridades tradicionais da regedoria de. O regedor da circunscrição, Francisco Mwassegue, que disse estar "bastante satisfeito por ter pela primeira vez uma casa digna", salientou a importância do empenho do Governo Provincial em melhorar as condições de vida da população.

A governadora Cândida Narciso, que presidiu ao acto da entrega das casas, também inaugurou uma escola com seis salas de aulas. O novo estabelecimento de ensino na circunscrição, que dispõe também de quatro gabinetes e de salas para professores, está orçado em 40 milhões de kwanzas e foi construído ao abrigo do Programa de Investimentos Públicos.

O diretor da escola recordou que o novo estabelecimento melhora o processo de ensino e aprendizagem de 380 alunos que estudavam em salas provisórias.

José Miguel referiu que a nova escola também permite a alfabetização de adultos, 40 dos quais já se inscreveram. Cândida Narciso reiterou o empenho do Governo Provincial na solução dos principais problemas da população, como são os casos dos relacionados com a saúde, o ensino, as estradas, água, energia elétrica e agricultura.

10.31 Sonip estende o prazo de reajuste dos preços das casa

Semanário Folha 8

21 De Setembro de 2013

O presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Francisco Lemos Maria garantiu ontem (03.09), que os clientes que se habilitaram para T3 na centralidade do Kilamba serão contemplados com as habitações de T5 e devem acrescer o valor da

diferença em 12 meses, contrariamente aos cinco dados inicialmente.

O responsável disse que quem "não aceitar pode escolher T3 numa outra centralidade e se não for também de acordo nós vamos devolver os seus valores monetários a contar com o câmbio no mercado". Tais possibilidades motivam interrogar como será possível entregar apartamentos em outras centralidades quando sabe-se que também já estão praticamente vendidas? Como ficam as pessoas que se candidataram para estas centralidades? O responsável garantiu, no entanto, que todos os que pagaram terão as respectivas casas mesmo que tenham de esperar até 2015. Outra novidade tem que ver com o facto de deixar de ser uma obrigação o pagamento da prestação de forma anual. Ou seja, a partir do próximo mês de Março os candidatos passarão ou poderão pagar as rendas mensalmente. Uma decisão que, de resto, vai de encontro com o que defenderam grande parte dos juristas.

Por outro lado, o gestor adiantou que a entrega das chaves na centralidade de Cacucaco será feita nos dias 23 a 30 deste mês, e que estes clientes serão atendidos no local nas horas normais de expediente, no prosseguimento do processo de atendimento para conclusão da entrega das casas adquiridas nas diversas centralidades. Enquanto isso, uma questão se levanta. Como será contabilizado o período de renda daquelas pessoas que receberam as respectivas chaves seis meses depois de efectuarem o pagamento? Enquanto isso, uma certeza. Os populares que ainda não receberam as casas continuam na expectativa e como resultado manifestaram-se recentemente como pode ver na página 27.

10.32 Candidatos mostram-se indignados

Semanário Factual

De 21 a 28 de Setembro de 2013

O administrador da Delta/SONIP imobiliária, Paulo Cascão, garantiu na passada semana (13), em conferência de empresa, realizada na sede da Sonangol, existirem três opções para os candidatos que se encontram nestas condições: a primeira condição é: "todos os clientes que pagaram as casas do tipo T3 e T3+1 tem de pagar a diferença que falta para receberem as casas do tipo T5, tendo 12 meses para liquidar os valores em falta.

Outra solução é aguardar que a SONIP conclua a fase seguinte dos variados projectos habitacionais existentes.

Para o administrador da Delta Imobiliária, "na terceira opção, o candidato tem o direito a ser reembolsado o seu valor eventualmente pago, caso não concorde com as duas primeiras opções. A SONIP está disponível em fazer a devolução, acrescida das taxas de juro legais ou praticadas no mercado", acrescentou.

Na província de Luanda, o processo de construções de apartamentos continua nas diversas centralidades.

Na parte Leste da cidade do Kilamba está a ser desenvolvido um programa, lançado em Março de 2012, de construção de cinco mil fogos habitacionais de tipologia T3, tendo o vogal da SONIP, Orlando Veloso, afirmado que "este programa prevê a entrega das primeira duas mil e 190 unidades habitacionais, em Abril de 2014 e, em Junho de 2015, as outras duas mil e 810 unidades".

Na parte Oeste do Kilamba estão em construção mais de cinco mil fogos habitacionais, a Sul da cidade "vamos lançar ainda este mês mais de 5.008 unidades, sendo duas mil e 368 unidade, do tipo T3, e duas mil e 640 unidades, do tipo T3+1, de 110 e 120 metros quadrados. Todos estes projectos devem estar concluídos em Novembro de 2015" garantiu Orlando Veloso.

O vasto programa de construção de fogos habitacionais do Executivo tem em curso a construção de oito unidades do tipo T3, no Zango 5, cujas obras tiveram início em Março de 2012.

Orlando Veloso afirmou que a entrega destas casas deve começar em Março de 2014, com mil e 297 unidades, em Junho, com mil e 989, em Setembro, com duas mil e 87, e finalmente, em Dezembro, com duas mil e 627 unidades.

"No Zango 1, estamos a concluir a construção de mil e 456 unidades do tipo T3 e mil e oito unidades do tipo T4. O programa de entrega está previsto para Dezembro de 2014", adiantou a fonte.

Segundo a fonte, "na localidade de Kapiri está em conclusão a construção de três mil e 504 unidades que devem ser entregues, igualmente, em Dezembro de 2014. Juntando às mil e 984 unidades em construção, no Quilómetro 44, temos um total de 31 mil e 260 unidades em construção na cidade de Luanda", assegurou Orlando Veloso.

Aos mais de nove mil apartamentos prontos na centralidade de Cacucaco, vão ser adicionadas mais 300 unidades do tipo T3, já em construção, e com conclusão prevista para Outubro de 2014" concluiu Orlando Veloso

Directora comercial da SONIP diz que foram organizadas várias fases de entrega

Segundo a directora comercial da SONIP, Deolinda Sena, foram organizadas várias fases de entrega, tendo sido feitas até Março de 2013, um total de nove mil e 936 entregas em todas as centralidades.

No Kilamba, foram feitas oito mil e 690 entregas, na 1 a fase, nesta nova fase foram entregues duas mil e 826 unidades, o que soma um total de 11 mil e 516 unidades habitacionais; em Cacucaco, foram entregues 702 unidades; no Zango, 433, no Quilómetro 44, 101, e no Kapiri, 10, perfazendo um total de 12 mil e 762 unidades entregues", garantiu Deolinda Sena

A SONIP diz terem-se registado seis mil e 690 clientes que ainda não receberam as suas casas na cidade do Kilamba, quatro mil e 954, na centralidade de Cacucaco, 495, no Zango, 120, no Quilómetro 44, e 230, no Kapiri.

"Isto significa que temos 12 mil e 489 clientes ainda por atender e serem atendidos nas diversas fases, na falta de imóveis para satisfazer estes clientes", garantiu Deolinda Sena.

Por sua vez, o presidente do conselho de administração da SONIP, Francisco de Lemos, prometeu melhorar o processo de atendimento aos clientes, com o objectivo de reduzir ou eliminar os constrangimentos existentes.

"Os erros vão ser sempre inevitáveis mas, apesar disto, não nos sentimos confortáveis quando nos são dirigidas as variadas reclamações. Esperamos 'não deixar ninguém de fora. Se alguém se sentir esquecido, tem o direito de reclamar e deve reclamar", manifestou Francisco de Lemos.

10.33 Primeiras casas no Namibe concluídas no próximo ano

Jornal de Angola

25 De Setembro de 2013

As primeiras mil casas, das quatro mil previstas, em construção nos pólos de desenvolvimento dos bairros 5 de Abril e Praia Amélia, na cidade do Namibe, vão ser entregues no primeiro trimestre do próximo ano, garantiu o governador da província.

Rui Falcão manifestou, em conferência de imprensa, a sua satisfação com a execução das obras económicas, sociais e desportivas na província, reconhecendo que a região está a mudar de imagem com a construção de vários projectos, numa altura

em que acolhe uma das fases do Campeonato Mundial de Hóquei em Patins.

O governador considerou "de grande qualidade" as obras do pavilhão Wellwitschia Mirabilis, hotel Infortur, aeroporto Yuri Gagarin e as quatro mil residências na localidade de Praia Amélia e bairro 5 de Abril. "Qualquer cidadão que entrar no pavilhão Wellwitschia Mirabilis ou noutras infra-estruturas construídas, sendo nacional ou estrangeiros, sentir-se-á satisfeito com a qualidade das obras", disse Rui Falcão.

O dirigente provincial mostrou-se, no entanto, agastado com as empresas de construção civil a que foram adjudicadas algumas obras e não estão a cumprir com os prazos contratados.

Já foi instaurado um processo judicial para que os incumpridores sejam responsabilizadas pelos transtornos causados.

O governador provincial anunciou para breve o início da requalificação da nova marginal da cidade do Namibe, no âmbito do programa de desenvolvimento da província até 2017.

"Vamos lançar a requalificação partindo da contribuição de entidades privadas, já acertamos com uma delas e dentro de dias vamos lançar a primeira pedra", concluiu o governador provincial Rui Falcão.

10.34 Jornalista apresenta algumas soluções

Semanário Factual

De 21 a 28 de Setembro de 2013

A situação congestionamento em Luanda é um assunto que tem suscitado várias abordagens por parte da sociedade, tendo em conta que hoje, além do mau estado das vias, os automobilistas partilham a estrada com vendedores ambulantes, os chamados roboteiros, bem como outras situações que dificultam o tráfego normal.

Esta problemática está agora explicada num livro da autoria do jornalista Vasco da Gama, com colaboração do Centro de Estudos e Investigação da Universidade Católica de Angola (DCAN).

A obra assenta em duas temáticas fundamentais, que são "a Problemática do congestionamento em Luanda" e a "Situação da sinistralidade rodoviária".

Para o autor, o estudo contido no livro procura trazer elementos essenciais que visam minimizar a problemática do trânsito, quer sejam os utentes das vias, como pessoas ligadas à administração pública.

A brochura, de 88 páginas, retrata ainda a problemática de onde começa a avenida Deolinda Rodrigues e onde termina, tendo em conta que a Polícia fornece um dado e o Governo da província dá outro, bem como o INEA.

Actualmente, muito embora as obras já avançadas na avenida Deolinda Rodrigues, ainda são visíveis focos de congestionamento. Este facto levou o autor a realizar um inquérito no sentido de saber os motivos para a existência de pontos de congestionamento ao longo da avenida.

Entre os resultados do inquérito, destacam-se a falta de paragens para os taxistas e autocarros, o fluxo da venda ambulante ao longo da via e a falta de travessias aéreas.

O autor falou ainda que "acabamos também por concluir que o problema que está ligado com a existência dos focos de congestionamento tem a ver com a inexistência de uma super-intendência que se responsabilize exclusivamente da avenida, tendo em conta que é uma das principais vias de Luanda e que faz fronteira com dois municípios e dois distritos", sublinhou o autor.

O livro sugere ainda que a manutenção das vias a nível dos municípios e distritos fosse feita por uma estrutura de pequena dimensão, no sentido desta procurar resolver os problemas pontuais que possam surgir nestas vias estruturantes.

Estado gasta mais de dois triliões de Kwanzas em sinistralidade

Segundo o estudo realizado por Vasco da Gama, contido no livro "A problemática do congestionamento em Luanda", entre 2010 e 2011, o estado angolano gastou directa e indirectamente cerca de dois triliões, 387 biliões e 200 milhões de Kwanzas, no que toca à sinistralidade rodoviária em Angola.

O livro aborda ainda a situação preocupante da sinistralidade rodoviária, tendo em conta o custo económico e social dos acidentes de trânsito em Angola. "Para sabermos sobre estes custos, nós tivemos de recorrer aos dados de 2010 e 2011", sublinhou Vasco da Gama.

Um estudo da DNVT demonstra que Angola se apresenta como o terceiro país com a taxa de sinistralidade rodoviária mais elevada, estando atrás

de si apenas a Serra Leoa e o Irão. Em 2011, de Janeiro a Novembro, foram contabilizados cerca de dois mil e 613 mortos.

10.35 Mulheres madrugam na centralidade do kilamba

Jornal de Angola
27 De Setembro de 2013

Sabe-se que, por meio de muitas lutas, as mulheres conquistaram o seu espaço no mercado de trabalho. Apesar da crescente Inserção no mundo profissional, da contínua busca por capacitação e especialização, há ainda longos caminhos a percorrer no que diz respeito ao género. O índice de desemprego ainda não favorece a classe feminina, prova disso são as centenas de mulheres que madrugam na cidade do Kilamba para lavar paredes em troca de dez mil kwanzas.

Os novos moradores da centralidade do Kilamba estão a ser abordados por mulheres que oferecem a sua força de trabalho para limparem as casas recém-adquiridas.

Elas são profissionais e em menos de duas horas deixam os apartamentos a brilhar. Os moradores sem tempo para fazer a "higiene" do seu apartamento como deve ser, não resistem à "oferta" das centenas de mulheres que todos os dias madrugam naquele local procurando um emprego temporário. Cobram "preço da igreja", entre oito a dez mil kwanzas por limpeza.

Os proprietários das casas não precisam de se preocupar com o material de limpeza. "Uso sempre os meus produtos quando faço a limpeza. Se o patrão não quiser, uso o material dele e o preço é outro, mas na maioria das vezes eles não trazem os produtos, querem a casa limpa, logo que recebem as chaves", diz sorridente Glória Maria, uma das numerosas mulheres que procura trabalho de limpeza no Kilamba.

Ela é doméstica e tinha 20 anos quando abraçou a profissão de limpeza. Despida do medo da violência e da correria da vida moderna, 1 Glória Maria, numa sexta-feira de Setembro andava de porta em porta a pedir emprego como doméstica no Kilamba. Com 52 anos de idade, faz a limpeza com "os olhos fechados", como constatámos num dos apartamentos T-3B do prédio X9.

Grande concorrência

A concorrência é grande entre as mulheres de limpeza que todos os dias acorrem a centralidade do Kilamba. Glória tem muitas clientes e com uma certa satisfação e sorridente gaba-se: "Há pessoas que gostam do meu trabalho e me indicam os apartamentos das suas amigas e familiares para limpar, ou quando recebem as chaves na hora, ou quando vão viajar. Sinto-me satisfeita porque estou a ultrapassar algumas dificuldades".

Como o Jornal de Angola confirmou, elas aceitam todo o tipo de desafio. A tipologia da casa não importa, desde as T3A até às T5 elas limpam, basta o cliente ter o contrato de água legalizado, para permitir o trabalho.

O Jornal de Angola constatou no local que essas mulheres estão organizadas em grupos e distribuídas por áreas. Um grupo fica à porta da EDEL e da EPAL, outro fica à entrada das lojas da Delta Imobiliária. Outras ainda "zungam" à procura de clientela nos vários quarteirões da centralidade, a que elas chamam "Kilas City". Quando trabalham não querem conversa. Primeiro o trabalho, segundo o trabalho, terceiro o trabalho porque para elas tempo é dinheiro e o dinheiro é precioso, disse Evalina Salomão.

"Nós chegamos cedo, porque as casas começam a ser entregues a partir das 8h00. Tão-logo a pessoa recebe a chave nós corremos atrás dela e oferecemo-nos para limpar a um preço simbólico. Alguns não querem, mas quando entram na casa e vêem o estado em que está, mudam de ideias e correm atrás de nós", frisou. Adiantou que muitas estão até a conseguir emprego "fixo" como empregadas doméstica na cidade do Kilamba.

Evalina Salomão conta que faz esse trabalho porque precisa de pagar os estudos. "É muito trabalho e difícil, porque depois das obras os chineses deixam as casas muito sujas, uma pessoa não só chega para limpar, por isso é que vê grupos de duas ou três pessoas a limpar as casas.

Dias maus

Para essas mulheres nem todos os dias são abençoados. Há vezes em que o movimento é lento e não aparecem clientes. Quando assim acontece elas são obrigadas a percorrer os vários quarteirões à procura de quem precisa dos seus serviços. Quando o cansaço fala mais alto abandonam o "local de serviço" com sentimento de derrota.

Anacleto Carlos, de 23 anos, Conceição Afonso, de 35, e Cristina Filipa, de 40, residentes no bairro Bitá,

defronte do Kilamba, formaram um grupo de trabalho. Aquele final de semana para elas não foi dos melhores, porque desde as 7h00 se encontravam no local e até as 13h00 só tinham limpo uma casa.

"Nem todos os dias são bons.

Hoje o negócio está fraco, as pessoas não vieram para as suas casas. Uns já têm as casas limpas. Mas vamos continuar a zungar quem sabe se ainda conseguimos alguma coisa para hoje", disse esperançosa Cristina Filipa.

As mais felizes nesta história são as donas-de-casa que fiscalizam a limpeza e ajudam quando é necessário. Paula Bitenculo, moradora na centralidade, reconhece o trabalho feito por essas mulheres batalhadoras.

"Elas são fortes e dinâmicas. E uma forma de ajudá-las é dar-lhes emprego como domésticas, no sentido de poderem sustentar as suas famílias."

A «moda» já se expandiu às outras centralidades, onde também já aparecem mulheres oferecendo os seus préstimos de limpeza aos no- vos moradores

10.36 Moradores do bairro Gika com direito a casas novas

Jornal de Angola
31 De Setembro de 2013

Das 64 famílias que viviam em zonas de risco no bairro comandante Gika, 60 foram já transferidas pelo Governo Provincial para a localidade de Zongolo.

As casas em que viviam situavam-se por cima de linhas de água numa zona de bastante relevo e de concentração de quantidades de lixo. O bairro para onde foram morar tem todas as condições habitacionais para acolher as famílias desalojadas em áreas de risco. A administradora municipal adjunta do município de Cabinda disse que o processo de transferência da população decorreu normalmente, com a colaboração dos beneficiários e que as famílias que ainda ficaram no bairro comandante Gika que em breve também têm casas novas.

Maria Tati afirmou que "as condições básicas criadas no novo bairro são as melhores", pois dispõe de energia eléctrica, água, escolas e ruas estão asfaltadas. A governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba, acompanhou o processo de realojamento das pessoas que viviam em zonas de risco.

II. NOVEMBRO

II.1 Empresas erguem casas nas províncias

Jornal Economia e Finanças
01 De Novembro de 2013

A participação das empresas, no programa nacional de urbanismo e habitação está a contribuir para que as metas traçadas sejam alcançadas. A Angolaca, Kora-Angola, MCA, Odebrecht, CITIC, Ok investimentos e Omatapalo estão a desenvolver projectos habitacionais em várias províncias.

Kora-Angola

Enquadrado no programa nacional de habitação, o projecto "Meu Sonho, Minha Casa" está a ser executado pela empresa Kora-Angola, num total de 4°.000 fogos habitacionais, distribuídos pelas províncias do Bié (7.000), Huambo (12.000), Moxico (3.000) Kwanza-Sul (5.000), Uíje (7.000) e Luanda (6.000).

A empresa em parceria com a firma Obras Públicas e Particulares está a desenvolver um projecto que visa a construção de 4.000 casas, na Caála (Huambo), numa área de 120 hectares. No Bié, a Kora-Angola está a erguer as centralidades do Andulo (1.000) e do Kuito (6.000).

Angolaca

A construtora Angolaca está a implementar um projecto habitacional que prevê erguer 2.600 casas sociais e apartamentos, com a tipologia T2, T3, e T4 nas províncias do Uíje e Huambo. Na província do Huambo, a empresa está a construir, na localidade do. Lusambo, 1.300 residências, sendo que o projecto está também bastante avançado, com previsão de entrega no período previsto.

MCA Angola

A empresa MCA Angola, com actuação no mercado há mais de oito anos, apostou também no segmento habitacional, com um projecto que visa a construção de 35.000 casas sociais. Deste número, 2.000 são de renda média, erguidas na Centralidade do Sumbe (Kwanza-Sul). No município do Bailundo (Huambo), a empresa está a construir 3.500 habitações, com a tipologia T3 e T4.

Odebrecht

A Odebrecht está também engajada no 'processo de construção de residências, principalmente na vertente "social" na localidade do Zango (Luanda), onde foram erguidas mais de 35 mil moradias. As casas estão a ser construídas em lotes de 160 metros quadrados.

OK Investimentos

Na província do Huambo, a OK Investimentos está a desenvolver um projecto de construção de casas económicas, com a tipologia T1 e T3, além de comercializar kits de material de construção civil.

Omatapalo

A empresa Omatapalo está a construir habitações sociais nas províncias da Huíla e Namibe, num total de 20 mil novas moradias, projecto que contempla vários serviços.

11.2 Habitação cumpra metas

Jornal Economia e Finanças
01 De Novembro de 2013

A estratégia de desenvolvimento do sector habitacional, projecto encabeçado pelo Executivo angolano, enquadra-se numa política que visa organizar e criar um ambiente de mercado imobiliário concorrencial. Lançado oficialmente em 2008, o programa nacional do urbanismo e habitação está a dinamizar o sector, numa altura em que os cidadãos passaram a disponibilizar de residências condignas e a preços competitivos. O Estado está a ocupar-se das funções reguladoras, principalmente no segmento da habitação social, que está a ser obtida preferencialmente de duas formas: através do arrendamento ou por renda resolúvel.

Fomento habitacional

As estimativas apontam para um défice habitacional de 1,7 milhões de habitações, num país com aproximadamente 15 milhões de habitantes. Com vista a dar solução aos grandes problemas habitacionais, para o período 2012-2014, estão a ser desenvolvidas várias acções que, além da construção" envolvem também a sua comercialização, sob responsabilidade da Sonangol imobiliária e Propriedades (SONIP). No total serão construídas 14 centralidades. Até ao final do próximo ano, a Sonip prevê lançar no mercado imobiliário 15 mil habitações.

Segundo destaca a Sonip em comunicado, até ao I trimestre de 2013, foram construídas 44.724, iniciadas pelo extinto Gabinete de Reconstrução Nacional. Deste número, foram concluídas 36.022, estando em execução as restantes 8.700. Das concluídas, a Centralidade do Kilamba conta com 20.002 residências; Cacuaco (10.002); Zango (2.464); Km 4 (2.248) e Capari/Sequele (4.002) e Dundo (5.000).

Construção

O programa prevê ainda a construção de nove centralidades, em seis províncias, nomeadamente Bié (Andulo e Kuito), Kwanza-Sul (Sumbe), Huambo (Bailundo, Caála e Lossambo), Moxico (Luena) e Uíje (Quilo moço). Serão igualmente construídas 120 mil residências, das quais 80 mil, sob a responsabilidade da Sonip e 40 mil da Kora Angola. Estão em curso também obras de infra-estruturas dos oito primeiros lotes para habitações sociais no programa de reconversão dos municípios do Sambizanga e Cazenga (Luanda).

A Sonip está a erguer 77.000 habitações em todo o país, sendo em Luanda 18.000, Cabinda (4.000), Lunda-Norte (1.000), Benguela (10.000), Huíla (10.000), Namibe (4.000), Bengo (2.000), Malanje (6.000), Zaire (7.000), Kuando-Kubango (4.000), Lunda-Sul (2.000), Kwanza-Norte (4.000) e Cunene (4.000). Por outro lado, estão a ser edificados em Luanda 4.000 mil imóveis; 12.000, no Huambo, 7.000 no Bié, 5.000 mil no Kwanza-Sul, 3.000 no Moxico e 7.000 no Uíje, empreitadas a cargo da empreiteira Kora Angola.

Parceria público-privada

O ambicioso projecto envolve também parceria público-privada, que consiste na celebração de parcerias entre o Estado e o sector empresarial privado, assegurando a construção de 170 mil habitações.

No quadro do subprograma de auto-construção dirigida, a fonte revela que foram distribuídos cerca de 34.175 lotes de terreno em 15 das 18 províncias, excepto no Kuando-Kubango, Luanda e Zaire. No quadro do subprograma dos aldeamentos rurais auto-sustentáveis nas províncias de Cabinda e Uíje os projectos estão concluídos.

Quanto à construção de 200 fogos habitacionais em cada um dos 126 municípios, ficam de fora deste subprograma os municípios abrangidos pelo programa das parcerias público-privadas. Este programa assegura a construção de 25 mil habitações sociais, beneficiando 150 mil habitantes.

Comunidades urbanas

No âmbito do projecto das comunidades urbanas, está em curso a construção de 25.500 fogos habitacionais bem como trabalhos de infra-estruturas nas localidades do Andulo, Kuito (Bié), Sumbe (Kwanza-Sul), Bailundo, Caála, Lossambo (Huambo), Luena (Moxico), e Quilo moço (Uíje). A meta geral do programa, contando com a auto-construção e com as parcerias público-privadas, é assegurar a habitação social para 564.000 famílias, o que corresponde a cerca de 3.3 milhões de pessoas.

11.3 Habitação

Jornal Agora

01 De Novembro de 2013

Dentro do programa da construção de 1 milhão de casas, lançado em 2008 pelo Presidente da República, estão a ser erguidos, na província, cerca de 13 mil fogos habitacionais, que acomodarão os quadros da administração pública e demais população.

Questionado a propósito deste programa, o director do Gabinete de Planeamento e Estudos do Governo da Província do Huambo, Victor Chissingui, adianta que existem municípios em que as obras já têm um grau de execução na ordem dos 60%'. "A nossa grande prioridade é fazer com que os 200 fogos que estão a ser erguidos a nível dos municípios silvam, primeiramente, os técnicos que assegurarão os serviços públicos. Posteriormente, serão distribuídas as residências aos outros habitantes. Estamos à espera da venda dos imóveis, porque as casas não são grátis, mas serão vendidas no âmbito da renda resolúvel, a partir do salário de cada beneficiário, num período de 20 anos".

Só para se ter um exemplo, as 100 casas erguidas para a juventude já foram entregues aos respectivos beneficiários. "Não há dificuldades na entrega de residências, embora tenhamos o registo de atrasos nas obras de construção de infra-estruturas de apoio nas centralidades da Caála e Bailundo, onde estão a ser construídos 3 mil e 2 mil fogos habitacionais respectivamente", afirmou o economista.

Segundo o nosso interlocutor, dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, e no quadro do programa de investimentos públicos, nos últimos anos o Huambo gere um orçamento médio de cerca de 8 mil milhões de Kwanzas, ou seja, mais de 800 milhões de dólares... "Não é o suficiente, mas satisfaz as necessidades da província", nota o responsável, acrescentando: "Só teremos mais orçamento se tivermos mais produtividade".

Victor Chissingui considera que os investimentos têm sido aplicados de forma eficaz e conveniente. "Isto reflecte-se na realidade em que, ano após ano, surgem infra-estruturas novas e mais projectos sociais. A província está a atingir um nível considerável de desenvolvimento e temos de seleccionar projectos estruturantes para o rápido crescimento económico da região", explicou o gestor, defendendo que, embora as necessidades sejam muitas, "dias melhores virão".

11.4 Três milhões de pessoas com acesso a moradias

Jornal Economia e Finanças

01 De Novembro de 2013

Os avanços no sector do urbanismo e habitação são visíveis em todo o território nacional. A dinâmica alcançada foi graças ao programa nacional de habitação, desenvolvido de forma multifacetada, apesar de ter sido conformado em função 'da realidade das famílias que carecem ainda de uma moradia condigna.

A meta geral do programa, incluindo a auto-construção com parcerias público-privadas, é assegurar o alojamento e a promoção da habitação social para uma cifra de 564.000 famílias, o que corresponde a cerca de 3.3 milhões de pessoas.

O Executivo pretende concluir até ao ano de 2014 o programa nacional de urbanismo e habitação e dar continuidade ao desenvolvimento de novas centralidades, requalificação das cidades, assim como o repovoamento das localidades com o desenvolvimento de aldeias rurais.

As necessidades reais de habitação em Angola estão dependentes da actualização da política de população, com vista a assegurar que a de habitação incorpore os resultados do primeiro recenseamento geral da população e habitação, que se realiza em 2014.

OGE

O Orçamento Geral do Estado (OGE) constitui neste momento, o principal instrumento de gestão, que contém a previsão das receitas e despesas públicas. Nesta base, o sector do urbanismo e habitação mobiliza a participação da sociedade civil na solução dos problemas habitacionais, além de garantir a articulação entre a política de habitação e outras, como a social e de desenvolvimento económico. O Executivo pretende garantir a oferta de habitações em condições especiais de preços e financiamento para as camadas de menor poder

aquisitivo. O relatório de fundamentação do OGE a que o Jornal de Economia & Finanças teve acesso refere i que, nos últimos cinco anos, a economia angolana apresentou uma taxa de crescimento económico de 5,7 por cento, tendo o sector não petrolífero crescido em média, em termos reais, a uma taxa de 9 por cento e o petrolífero 0,6 ao ano.

O informe salienta ainda que o Orçamento Geral do Estado para 2014 assume os grandes objectivos nacionais fixados no plano nacional de desenvolvimento de médio prazo (2013-2017), nomeadamente, a preservação da unidade e coesão nacional e garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das populações, assim como o desenvolvimento do sector privado e inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

Segundo o documento oficial; a composição da despesa por natureza económica reflecte o apoio prioritário à ampliação das infra-estruturas económicas e sociais necessárias ao aumento da produção, do emprego e do bem-estar da população, com predominância dos dispêndios para fins de investimentos (23,44 por cento); amortização da dívida (21,45); pessoal (18,87); aquisição de bens e serviços (19,71); subsídios (10,28) em contraposição às despesas de menor expressão como outras despesas (4,5°) e pagamento de juros (1,76).

11.5 Habitação cumpre metas

Jornal Economia e Finanças
01 De Novembro de 2013

A estratégia de desenvolvimento do sector habitacional, projecto encabeçado pelo Executivo angolano, enquadra-se numa política que visa organizar e criar um ambiente de mercado imobiliário concorrencial. Lançado oficialmente em 2008, o programa nacional do urbanismo e habitação está a dinamizar o sector, numa altura em que os cidadãos passaram a disponibilizar de residências condignas e a preços competitivos. O Estado está a ocupar-se das funções reguladoras, principalmente no segmento da habitação social, que está a ser obtida preferencialmente de duas formas: através do arrendamento ou por renda resolúvel.

Fomento habitacional

As estimativas apontam para um défice habitacional de 1,7 milhões de habitações, num país com aproximadamente 15 milhões de habitantes. Com vista a dar solução aos grandes problemas habitacionais, para o período 2012:2014, estão a ser desenvolvidas várias ações que, além da construção,

envolvem também a sua comercialização sob responsabilidade da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP). No total serão construídas 14 centralidades. Até ao final do próximo ano, a Sonip prevê lançar no mercado imobiliário 15 mil habitações.

Segundo destaca a Sonip em comunicado, até ao I trimestre de 2013, foram construídas 44.724, iniciadas pelei extinto Gabinete de Reconstrução Nacional. Deste número, foram concluídas 36.022, estando em execução as restantes 8.700. Das concluídas, a Centralidade do Kilamba conta com 20.002 residências; Cacuaco (10.002); Zango (2.464); Km 4 (2.248) e (4.002) , e Dundo (5.000).

Construção

O programa prevê ainda a construção de nove centralidades, em seis províncias, nomeadamente Bié (Andulo e Kuito), Kwanza-Sul (Sumbe), Huambo (Bailundo, Caála e Lossambo), Moxico (Luena) e Uíje (Quilo -moço). Serão igualmente construídas 120 mil residências, das quais 80 mil, sob a responsabilidade da Sonip e 40 mil da kora Angola. Estão em curso também obras de infra-estruturas dos oito primeiros lotes para habitações sociais no programa de reconversão dos municípios do Sambizanga e Cazenga (Luanda).

A Sonip está a erguer 77.000 habitações em todo o país, sendo que em luanda 18.000,cabinda(4.000), lunda–norte(1.000), Benguela (10.000), Huíla(11.000), Namibe(4.000), bengo(4.000) e Cunene(4.000. Por outro lado, estão a ser edificados em luanda 4.000 imoveis, 12.000 no huambo, 7.000 no Uíje e os projectos estão concluídos.

Parceria público-privada

O ambicioso projecto envolve também parceria público-privada, que consiste na celebração de parcerias entre o Estado e o sector empresarial privado, assegurando a construção de 170 mil habitações.

No quadro do sub programa de autoconstrução dirigida, a fonte 'revela que foram distribuídos cerca de 34.175 lotes de terreno em 15 das 18 províncias, excepto no Kuando- Kubango, Luanda e Zaire. No quadro do...subprograma dos aldeamentos rurais auto-sustentáveis nas províncias de Cabinda e Uíje os projectos estão concluídos.

Quanto à construção de 200 fogos habitacionais em cada um dos 126 municípios, ficam de fora deste subprograma os municípios abrangidos pelo programa das parcerias público-privadas. Este

programa assegura a construção de 25 mil habitações sociais, beneficiando 150 mil habitantes.

Comunidades urbanas

No âmbito' do projecto das comunidades urbanas, está em curso a construção de 25.500 fogos habitacionais bem como trabalhos de infra- estruturas nas localidades do Andulo, Kuito (Bié), Sumbe (Kwanza-Sul), Bailundo, Caála, Lossambo (Huambo), Luena (Moxico), e Quilomoço (Uíje). A meta geral do programa, contando com a auto-construção e com as parcerias público-privadas, é assegurar a habitação social para 564.000 famílias, o que corresponde a cerca de 3.3 milhões de pessoas.

11.6 Moradores esperam por escolas do Estado.

Semanário Factual

De 26 de Outubro a 02 de Novembro

Quando as autoridades executivas de Luanda decidiram criar os Zangas I, II III e IV, há mais de quatro anos, não levaram em conta o sector da Educação. Isso quer dizer que os moradores transferidos de zonas de risco para os Zangas pensavam que iriam encontrar escolas de vários níveis onde os seus filhos pudessem dar continuidade aos estudos.

É que, enquanto viviam em Zonas de risco em Luanda, os filhos dos actuais moradores dos Zangas frequentavam diversas instituições de ensino, sem qualquer incómodo ou preocupação.

Mas a transferência, quase forçada, dos moradores constituiu um choque, quando se aperceberam da inexistência de escolas estatais. E, por essa falha, centenas de colégios, quais cogumelos, foram surgindo, a maioria sem quaisquer condições de conforto.

É que a ânsia de lucro fácil teve a primazia, pondo os habitantes zangados por não puderem assumir os encargos com os estudos dos filhos, dado o facto de ser gente de baixa renda.

Daí, ser notável que alunos têm de sair dos Zangas para irem estudar nas escolas que já frequentavam antes da transferência para essas localidades.

E vê-se os transtornos que passam os alunos, que têm de percorrer mais de 40 quilómetros para chegarem à cidade de Luanda, onde estudam.

Por esse facto e por falta de meios financeiros dos progenitores, muitos alunos desistem das aulas, interrompendo, assim, os estudos.

Quer dizer que a batata quente está nas mãos do Ministério da Educação, que deveria ser chamado na altura da criação dos Zangas.

Corre-se o risco das crianças dos Zangas crescerem analfabetas, por não puderem estudar, por falta de escolas, pois os colégios privados estão longe da capacidade financeira dos progenitores.

Criação de qualquer edilidade obedece a diversos pressupostos

Se recuarmos no tempo, ver-se-à que a criação de qualquer edilidade obedece a diversos pressupostos, ou melhor dizendo, devem ser criadas as condições educativas, sanitárias e de lazer, para que as crianças cresçam harmoniosas, sabendo que estarão seguras quanto ao futuro.

Mas, na ausência de escolas do Estado, os moradores desesperam-se por não puderem facilitar o estudo dos filhos, embora sabendo que diversos espaços, onde deveriam ser criadas escolas, estão ocupados por todo o tipo de armazéns e lojas.

Assim, torna-se urgente dotar os Zangas, com escolas de vários níveis, incluindo núcleos da Universidade Agostinho Neto (UAN) e do Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED) , para que os estudantes e futuros alunos possam, também, elevar o seu nível académico, numa altura em que se exigem níveis superiores para diversas funções na sociedade.

É sabido que um país se faz com homens e livros, ou seja, a educação deve abranger todos os cidadãos, independentemente da sua localização geográfica.

E também preciso dizer que os Zangas, em Viana, têm uma população de mais de meio milhão de habitantes, sendo, por isso, o mais habitado, dada à transferência dos moradores de várias zonas de risco da capital.

Daí, a necessidade da criação de instituições escolares para fazer face à demanda. Está em perspectiva a criação do Zango V, o que vai aumentar o índice demográfico, o que implica mais escolas, para suprirem a necessidade dos presentes moradores e das futuras gerações.

Claro que, com uma fatia de 8,1 por cento do Orçamento Geral do Estado (OGE), o sector da Educação não pode dar passos de gigante, criando escolas em todas as localidades, mas deverá pensar que, onde há grandes comunidades, como os Zangas,

a criação de instituições de ensino é uma obrigação, ainda por cima quando se diz que é preciso erradicar o analfabetismo até 2015, de acordo com dados das Nações Unidas e inseridos nos objectivos do Milénio.

11.7 Bancos rejeitam 90% dos pedidos de crédito

Jornal Folha 8

02 De Novembro de 2013

Noventa por cento dos pedidos de crédito são rejeitados pela banca a operar no nosso país. Razões? Os bancos viram em 2012 o crédito malparado duplicar, explicou em Luanda o governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano.

O governador, que intervinha na conferência promovida pela consultora Deloitte para apresentar a sua análise do desempenho dos bancos comerciais em Angola, retirou aqueles números de um estudo efectuado pelo BNA sobre a actividade creditícia no país.

O estudo ouviu entidades públicas, empresas financeiras e não-financeiras e pessoas singulares e, segundo José de Lima Massano, entre outras conclusões, destaca a falta de informação sobre a actividade económica de quem pede crédito, designadamente por não terem contabilidade organizada ou inexistência de dados fiáveis ou actualizados sobre a sua actividade empresarial.

O governador do banco central disse que o estudo expôs "fragilidades" nos procedimentos de acompanhamento da utilização dos créditos concedidos e "insuficiências operacionais" dos departamentos responsáveis pela recuperação do crédito malparado.

Por sua vez, o estudo da Deloitte sinaliza que o crédito malparado em Angola duplicou em 2012, confirmando as conclusões de outro estudo analítico sobre a banca angolana, divulgado há dias em Luanda por outra consultora, a KPMG, que fixa em 83,5% o crescimento do malparado em 2012.

O estudo "Análise do Sector Bancário Angolano" da KPMG, elaborado pelo quarto ano consecutivo, destaca que 2012 "foi marcado por um aumento significativo (do crédito malparado) de cerca de 83,5 por cento face a 2011 - ampliando assim para 6,76 por cento o peso do crédito vencido no total de crédito concedido (4,60 por cento em 2011)". Apresentado por Vítor Ribeirinho, responsável do Departamento de Auditoria de Serviços Financeiros da KPMG, o estudo demonstra que mais de dois

terços dos activos totais da banca angolana (78 por cento) são detidos por cinco bancos, entre um total de 19 instituições financeiras que colaboraram na elaboração do documento. Apenas cinco bancos não enviaram informações e entre as várias conclusões que adianta, o documento destaca o "baixo nível de bancarização" em Angola, numa taxa que varia entre os 23 e os 25 por cento. Entre os desafios que a banca angolana vai enfrentar nos próximos anos, o estudo aponta a "deterioração expectável da rentabilidade", e que os dados já conhecidos relativos ao primeiro semestre de 2013 permitem prever.

"O ano de 2013 seguramente vai ser um mau ano. Não será um ano de viragem. 2014 Pode ser um pouco melhor, mas aqui entram outros factores, de natureza política de que não desejo falar", acrescentou Vítor Ribeirinho.

Aquele técnico adiantou que a "melhoria esperada" da execução orçamental nos próximos meses deverá aumentar a capacidade das empresas.

"Algumas delas tiveram dificuldades nos últimos meses também de liquidez e, obviamente tendo problemas de liquidez, há problemas de pagamentos e tendo problemas de pagamentos há aumento de provisões. Eu diria que a partir de 2014 pode haver alguns sinais de esperança, positivos", afirmou.

Todavia, segundo Vítor Ribeirinho não deve ser somente o sector bancário "a fazer um percurso".

"As empresas também têm elas próprias, cada vez mais, de estar preparadas, porque se querem crédito vão ter que se preparar para demonstrar que podem merecer esse crédito", defendeu. Por outro lado, Vítor Ribeirinho considerou que o sector bancário angolano evoluiu nos últimos anos, passando a estar mais em linha com as boas práticas internacionais: "A própria banca angolana está mais exigente. No passado recente, o financiamento de determinados projectos era muito baseado na confiança nos accionistas que estavam por detrás dos projectos. Neste momento as instituições financeiras, por reflexo do que se passou em 20~ e que continua em 2013 com o aumento das imparidades e do crédito vencido, começam a aprender um bocadinho a lição". Finalmente, o estudo conclui que apenas menos de metade dos bancos que colaboraram na elaboração do estudo têm soluções de recuperação de sistemas de informação. "A Continuidade dos Negócios ainda não faz parte da cultura dos bancos angolanos, sendo que, nas actuais circunstâncias, é muito provável que nem todos estejam preparadas para responder de forma eficaz a um incidente grave, que interrompa as suas operações críticas e as impeça de prestar serviços aos seus clientes", desataca o estudo.

Do lado positivo, o estudo destaca a continuidade do crescimento do sector, quer em número de balcões (mais 10,5 por cento), quer de colaboradores (13,83 por cento).

11.8 Moradores esperam por escolas do Estado

Jornal Semanário
02 De Novembro de 2013

Quando as autoridades executivas de Luanda decidiram criar os Zangas I, II III e IV, há mais de quatro anos, não levaram em conta o sector da Educação. Isso quer dizer que os moradores transferidos de zonas de risco para os Zangas pensavam que iriam encontrar escolas de vários níveis onde os seus filhos pudessem dar continuidade aos estudos.

É que, enquanto viviam em Zonas de risco em Luanda, os filhos dos atuais moradores dos Zangas frequentavam diversas instituições de ensino, sem qualquer incómodo ou preocupação.

Mas a transferência, quase forçada, dos moradores constituiu um choque, quando se aperceberam da inexistência de escolas estatais. E, por essa falha, centenas de colégios, quais cogumelos, foram surgindo, a maioria sem quaisquer condições de conforto.

É que a ânsia de lucro fácil teve a primazia, pondo os habitantes zangados. Por não poderem assumir os encargos com os estudos dos filhos, dado o facto de ser gente de baixa renda.

Daí, ser notável que alunos têm de sair dos Zangas para irem estudar nas escolas que já frequentavam antes da transferência para essas localidades.

E vê-se os transtornos que passam os alunos, que têm de percorrer mais de 40 quilómetros para chegarem à cidade de Luanda, onde estudam.

Por esse facto e por falta de meios financeiros dos progenitores, muitos alunos desistem das aulas, interrompendo, assim, os estudos.

Quer dizer que a batata quente está nas mãos do Ministério da Educação, que deveria ser chamado na altura da criação dos Zangas.

Corre-se o risco das crianças dos Zangas crescerem analfabetas, por não poderem estudar, por falta de escolas, pois os colégios privados estão longe da capacidade financeira dos progenitores.

Criação de qualquer edilidade obedece a diversos pressupostos. Se recuarmos no tempo, ver-se-á que a criação de qualquer edilidade obedece a diversos pressupostos, ou melhor dizendo, devem ser criadas as condições educativas, sanitárias e de lazer, para que as crianças cresçam harmoniosas, sabendo que estarão seguras quanto ao futuro.

Mas, na ausência de escolas do Estado, os moradores desesperam-se por não poderem facilitar o estudo dos filhos, embora sabendo que diversos espaços, onde deveriam ser criadas escolas, estão ocupados por todo o tipo de armazéns e lojas. Assim, torna-se urgente dotar os Zangas, com escolas de vários níveis, incluindo núcleos da Universidade Agostinho Neto (UAN) e do Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED), para que os estudantes e futuros alunos possam, também, elevar o seu nível académico, numa altura em que se exigem níveis superiores para diversas funções na sociedade.

É sabido que um país se faz com homens e livros, ou seja, a educação deve abranger todos os cidadãos, independente- mente da sua localização geográfica. E também preciso dizer que os Zangas, em Viana, têm uma população de mais de meio milhão de habitantes, sendo, por isso, o mais habitado, dada à transferência dos moradores de várias zonas d risco da capital. Daí, a necessidade d criação de instituições escolares para fazer face demanda. Está em perspectiva a criação do Zargo V, o que vai aumentar índice demográfico, o qu implica mais escolas, para suprirem a necessidade dos presentes moradores das futuras gerações.

Claro que, com uma fatia de 8,1 por cento d Orçamento Geral d Estado (OGE), o sector da Educação não pode dar passos de gigante, criando escolas em todas as localidades, mas deverá pensar que, onde há grande (comunidades, como c Zangas, a criação de instituições de ensino é obrigação, ainda por circular quando se diz que é preciso erradicar o analfabetismo até 2015, de acordo com dados das Nações Unidas e inseridos nos objetivos do Milénio...

11.9 Centralidade de Cacuaco está às escuras

Jornal de Angola
05 De Novembro de 2013

A Centralidade de Cacuaco está sem energia eléctrica há mais de uma semana. Os moradores não foram Informados das causas pela Empresa de Distribuição de Energia Eléctrica (EDEL), nem pela Sonangol Imobiliária e Propriedade (SONIP), que é a responsável pela venda dos apartamentos.

"Eu ouvi dos meus vizinhos que roubaram os cabos, mas não sei se é verdade, porque aqui não existe uma administração ou posto de atendimento da EDEL, onde os moradores possam obter informações", disse a este jornal a moradora Júlia Menezes.

O fornecimento de água é feito no período da manhã, das 6h30 até às 06h30 e, no período da tarde, das 15h00 às 18h.

Num comunicado afixado à entrada dos edifícios, a empresa de manutenção da Centralidade de Cacuo informa que a restrição no abastecimento de água potável é temporária.

Na Centralidade de Cacuo nem todos os prédios têm espaços reservados para estacionamento ou devidamente demarcados. Os moradores estacionam ao longo das vias e nas áreas relvadas. Estão a destruir as zonas verdes.

O lixo está a ser amontoado pelos cantos, porque não existe um serviço de recolha na centralidade. Júlia Menezes leva o lixo para um depósito fora da centralidade. Mas poucos lhe seguem o exemplo.

"Enquanto não tivermos uma administração; cada um vai fazer o que quiser", disse a moradora.

A EDEL repõe o fornecimento de energia eléctrica na centralidade de Cacuo mal seja substituído um cabo de alta tensão pela Empresa Nacional de Electricidade (ENE). O director-geral adjunto para a área técnica da Empresa Distribuidora de Electricidade, Sérgio Dindanda, disse que substituição se deve à danificação do cabo devido a uma tentativa de roubo para aproveitamento do cobre. A tentativa de roubo, por desconhecidos, que se verifica pela segunda vez, provocou uma explosão e o corte da energia na Centralidade de Cacuo centralidade de Cacuo. Espera-se que seja repostado o fornecimento de energia na centralidade de Cacuo esta semana, do cobre.

11.10 Chineses anunciam construção de milhares de casas

Jornal de Angola
08 De Novembro de 2013

Empresários chineses do grupo CITIC anunciaram, em Luanda, a sua participação no programa de construção de cerca de 100 mil novas casas em dez províncias do país.

Numa primeira fase, está prevista a construção de quase 49 mil casas, cujas obras estão já em curso em localidades de algumas províncias abrangidas pelo

projecto, de acordo com o presidente do Conselho de Administração do colectivo, Chang Zhenming.

O empresário chinês, que falava no final de uma visita de dois dias a Angola, garantiu que as restantes estão a ser projectadas, assim como a consolidação do seu financiamento.

Para a região Norte, foram seleccionadas as cidades de Cabinda, Soyo e Mbanza Congo (Zaire), no Sul, as de Benguela, Namibe e do Lubango (Huila), no Zango e no município de Belas (Luanda), estando ainda previstas obras no Kuando-Kubango, Lunda-Norte, Lunda-Sul e outras áreas a definir.

Chang Zhenming terminou ontem a visita de dois dias ao país para participar na cerimónia de conclusão das obras da Cidade do Kilamba em Luanda.

Angola e a China, país que financia parte das obras de construção de habitações sociais no país, mantém relações de cooperação em vários domínios, entre os quais o da política e diplomacia, construção civil, defesa e segurança, agricultura, economia e finanças, petróleo, cultura e educação. As províncias de Malange e do Uíge vão ter centros de estudo e de investigação agrícola para apoiar o desenvolvimento da agricultura, no quadro de uma parceria entre o Executivo e o grupo CITIC. Zhenming explicou que a intervenção dos técnicos chineses no processo de criação dos referidos centros de investigação foi abordada na terça-feira, em Luanda, num encontro com o ministro da Agricultura e Pescas, Pedro Canga. Para Malange, o projecto está em fase avançada, tendo sido já construído um centro moderno de investigação científica agrícola e acessórios para a agricultura, para tratar do exame de sementes para o fomento de culturas locais.

Actualmente, o funcionamento do referido centro está a ser garantido por chineses e, nos próximos dias, 28 técnicos nacionais seleccionados deslocam-se à China para concluírem a formação superior especializada, durante dois anos.

Estes especialistas angolanos vão assegurar o funcionamento do centro científico agrícola no futuro, assim como potenciar outras instituições do ramo, incluindo da província do Uíge.

O grupo CITIC, integrado por mais de 60 empresas chinesas de vários ramos, ocupa actualmente a posição 190ª, numa avaliação de 500 instituições do género a nível mundial. Actua em mais de 50 áreas, entre as quais a financeira, agricultura, imobiliária, telecomunicações, indústria (fabrico de máquinas e equipamentos), entre outros ramos.

Com a China, Angola tem uma parceria estratégica desde 2010, que simbolizou uma nova etapa nas relações entre os dois países, estabelecidas em 1983.

Além do sector da construção civil, a China está igualmente virada para as áreas de tecnologia, economia, energia, mineração, agricultura e finanças.

Numa visita a Luanda em Novembro de 2010, o então Vice-Presidente, e actual Presidente chinês, Xi Jinping, anunciou a decisão "por unanimidade" do estabelecimento da parceria estratégica com Angola "para assegurar em conjunto as oportunidades e enfrentar os desafios no novo contexto internacional".

II.II Outro passou e as promessas não se cumpriram

Jornal Manchete

08 De Novembro de 2013

Os jovens beneficiados do projecto habitacional juvenil, mostram-se inconformados pelo comportamento da empresa Acasa Imobiliário E decorações, por até a data presente, não mobilar as residências, mesmo depois da realização de uma reunião no dia 9 de Outubro último, nas instalações da Direcção Provincial da Juventude e Desportos, em que esta se comprometera em resolver o problema até 31 de Outubro.

"Depois de não cumprir com o que tinha prometido, o senhor Silva, da empresa ACASA IMOBILÁRIO E DECORAÇÕES, apareceu aqui (no bairro social da juventude, na Nossa Senhora das Graças) no outro dia e deu-nos garantia de que seria no dia seguinte e até aqui (dia 4 de Novembro) nada. São cinco dias de promessa e até aqui nada" declarou um dos jovens beneficiados.

Segundo uma nota de declaração de compromisso, saída da referida reunião, a que o Manchete teve acesso, assinada pelo director nacional de infra-estruturas do MINJUD, director provincial da juventude e desporto e outros técnicos do ministério, os participantes auguraram para que se encontrasse uma solução urgente e responsabilizar o fornecedor (ACASA), atendendo que os apetrechos foram pagos na totalidade, pelo Estado.

Na ocasião, o proprietário da empresa, que supostamente terá recebido dinheiro do Estado para mobilar as casas, Joaquim Silva, assumiu todas as responsabilidades, pelo que justificou-se que o atraso deveu-se à questões de gestão por parte da sua empresa devido ao processo burocrático de

desalfandegamento de dois contentores. Essa justificação do proprietário, sustenta claramente que já há (ou havia) mobílias para as residências do projecto habitacional juvenil, entretanto, a pergunta que os jovens colocam no ar, é o porque até agora não foram contemplados com as mobílias, uma vez que o projecto reza essas benesses? Alguns acham que os "supostos" contentores de mobílias de que o senhor Silva fez referência na reunião, terão sido

"desviados e só nos estão a dar justificações esfarrapadas. Penso que deve haver muita gente envolvida neste caso, penso, obviamente, ninguém quer incriminar o outro. Se os contentores já estão cá como o proprietário da empresa afirma, porquê que desde que se comprometeu até a hoje não cumpriu?" questionou-se um jovem a quem ainda falta o acabamento cabal da sua residência, desde pintura à colocação de tectos falsos, quando, segundo o projecto concebido pelo Estado, teria recebido a casa já pronta. A maior parte dos jovens, os quais esse semanário contactou, afirmou que se as suas casas estão mobiladas e acabadas, foi fruto de muitos esforços, porquanto lhes tinham sido entregues inacabadas. Assim sendo, o que eles esperam é que se resolva o mais rapidamente possível esse desiderato por constituir um direito que se lhes assiste.

Ainda pôde ler-se na nota, que quanto a questão da conclusão das casas, o empreiteiro justificou a não conclusão de 27 casas com tectos falsos por colocar, 14 por aplicação de louça sanitária, duas moradias sem rede eléctrica, assim como 58 casas por pintar as partes interna e externa, assumindo a conclusão das obras até 15 de Dezembro de 2013.

Relativamente à pretensão manifestada, recentemente, pelos jovens beneficiados, segundo a qual saíam à rua para reivindicarem os seus direitos, a comissão de moradores, garantiu, na reunião, que nunca pensou-se em fazer manifestações, mas sim abordar as questões que os afligem como água, luz, mobiliário, bem como a conclusão das casas por parte do empreiteiro.

A empresa visada, ACASA IMOBILÁRIO E DECORAÇÕES, continua calada sem se pronunciar das acusações de que está sendo vítima pelos jovens e agora também pelo Estado, tal como reza o documento a que tivemos acesso.

Os esforços desse jornal no sentido de ouvir o proprietário da empresa redundaram em fracasso. Dada a gravidade do caso, há duas semanas que vemos procurando estabelecer um encontro com ele, a fim de que nos pudesse avançar a sua versão, sem contudo sermos bem sucedido.

II.12 Residências para trabalhadores

Jornal Continente

08 De Novembro de 2013

A informação foi avançada segunda-feira, 4 de Novembro, no município da Matala, província da Huíla, pelo presidente do Conselho da Administração daquela empresa pública, Daniel Quipaxe, sublinhando que a distribuição destas residências será feita a funcionários com mais de 25 anos de trabalho dedicado.

"O CFM está a construir 800 residências do tipo T2 e T3 ao longo do traçado Namibe-Huíla e Kuando Kubango que serão distribuídos aos funcionários mais "antigos destacados nas distintas áreas", revelou o gestor. Sem avançar os investimentos feitos nesta acção, o responsável disse que as obras estão a cargo de uma empresa chinesa e, nesta altura, encontram-se a quase 50 por cento da sua execução total. Esclareceu que no âmbito da sua acção social, a empresa construiu um refeitório aberto todo dia, no âmbito da melhoria de serviços aos trabalhadores em termos de alimentação, estando em curso esforços para colocar operacional a clínica do CFM. Actualmente, o Caminho-de-Ferro de Moçâmedes conta com mil e 703 trabalhadores em distintas especialidades.

II.13 Gestimovel prevê investir 12,6 mil milhões de imoveis ate 2014

Jornal Expansão

08 De Novembro 2013

O valor do volume de empreitadas da Gestimóvel, empresa especializada na edificação de projectos imobiliários, poderá atingir os 12,6 mil milhões Kz (cerca de 130 milhões USD), até 2014, segundo revelou o seu director-geral, Nuno Gaspar. O gestor explicou que a empresa começou por aplicar perto de 20 milhões USD, na construção do já concluído edifício KN10, em Luanda. Um valor relativamente igual foi gasto na edificação do Lubango Center, na província da Huíla, em 2011.

Entretanto, a empresa tem em curso a edificação da primeira de quatro torres que constituem o projecto Zenith Towers, localizado em Talatona, Luanda. O projecto total está orçado, segundo Nuno Gaspar, em mais de 90 milhões USD, sendo que 60 milhões USD deste valor serão gastos na construção, enquanto os restantes 30 milhões USD foram empregados na compra do espaço, pagamento de projectista, entre outros.

Prevê-se que o empreendimento, constituído por duas torres para escritórios e outras duas para habitação plurifamiliar, esteja concluído em quatro anos e meio, sendo que a primeira torre de escritórios, que comportará 12 pisos e uma cave para o estacionamento de 300 viaturas, está em fase adiantada de execução. Os espaços da torre em referência estão já a ser comercializados a 5.200 USD por cada metro quadrado. tanto, que as vendas estejam a correr a passos mais lentos do que há alguns anos, ao mesmo tempo que se manifesta satisfeito por ter já consumado algumas vendas nesta fase das obras, em que, conforme avançou, se conseguiu já fechar na totalidade um dos 12 pisos previstos, sendo que, neste momento, estão em negociações mais quatro pisos e duas fracções individuais.

"Estamos a praticar preços por metro quadrado abaixo. praticado actualmente nesta zona nobre da cidade de Luanda, além de o dobro do rácio de estacionamento, elevador de áreas exteriores para passear livremente", indicou. Em cada piso haverá quatro unidades com 97 m cada, ao passo que os escritórios, do rés-do-chão, os mais pequenos, ocupam uma área total de 73 m e os maiores 193 m", Este edifício é destinado a empresas que procuram um lugar sossegado para realizar negócios e desenvolver projectos, afirma o director-geral da A torre em questão estão a ser edificadas pela construtora Casais e deverá ser com no mês de Novembro de Quanto às restantes para a habitação, Nunca afirma que as vendas deverão ter início sem concluam as duas primeiras

Nuno Gaspar referiu diferentes projectos em rios possuem dimensões características e tempo de execução diferentes, o que disse, "torna difícil e um volume anual de investimentos e de vendas". Refira-se que as Towers foram projecto pelo arquitecto Costa autor do Projecto de rectificação da Baía de Luanda .Desde 2004 a contrair para modernizar para A Gestimóvel foi criada Angola, em 2004, por estrutura accionista com de meio século de experiência no desenvolvimento de variados projectos em rios em diversas para o mundo.

Com o conhecimento colorido ao nível da gestão imobiliária, das necessidades produtos mais adequadas para o mercado angolano Gestimóvel especializados na edificação de projectos imobiliários e reabilitação de espaços urbanos. Com a motora imobiliária, a empresa potencia a sua equipamentos de prestação de serviços estão de projectos de empresa tem um canteiro de presença nas cidades de Luanda e Lubango, se pretende construir e ver projectos imobiliários províncias do Uíge, Sul e Lunda Norte e sul, nos próximos anos.

11.14 Para que pagar taxa de circulação

Jornal Acapital

09 De Novembro de 2013

Jorge Amadeu espera que o Estado não se furte de uma responsabilidade básica, a de assegurar a manutenção regular das estradas do país, da mesma forma que exige dos auto-mobilistas o pagamento de uma taxa anual pelo uso do sistema de circulação rodoviária.

O automobilista fazia tal desabafo, instantes após ter cumprido com mais uma obrigação fiscal, ou seja, o pagamento da taxa de circulação referente a 2013, cuja cobrança se estende até 31 de Dezembro em todo país, onde proprietários de viaturas ainda parecem longe de ter isso como uma cultura.

Amadeu pagou mais cedo a sua taxa de circulação para evitar a pressão e as enchentes dos últimos dias e que o levou a que no ano passado ficasse sem o fazer, com todos os riscos disso decorrentes.

Foi pelas mesmas razões que Pedro da Costa, um outro automobilista, solicitou um dia de licença no serviço, para que tivesse espaço de manobras para pagar a taxa para a sua viatura.

Ainda assim há quem, como o automobilista Cristóvão Ernesto, acha cedo demais para cumprir com essa imposição fiscal. "Nos resta muito tempo e o pagamento da taxa de circulação não é para mim uma prioridade neste momento", considerou.

Se para alguns homens do volante ainda é cedo, há, entretanto, quem nem sequer sabe se paga ou não a tal taxa de circulação. "Vou pagar a taxa de circulação porquê e para quê?", questiona-se Armindo dos Santos.

Uma questão que deriva dos constrangimentos que vive todos os dias quando faz o vai e vem casa/serviço, pela via dos Congolese.

A não manutenção das estradas, na óptica de alguns automobilistas só pode ter uma explicação. "Parece que as autoridades máximas do país não circulam pelas estradas com buracos", considerou o taxista Emanuel Gaspar, que diz não ter pago ainda a taxa de circulação, por não reconhecer melhorias nas condições de circulação em Luanda.

Em função disso, o seu colega de estrada António Fernando vai mais longe: "Acho que as autoridades ligadas ao processo deviam anular estes pagamentos da taxa e só voltarmos a pagar quando as estradas conhecerem melhorias".

Seja como for, a taxa continua em pagamento até 31 de Dezembro próximo e quem já pagou fê-lo à contra gosto. "Devia-se antes melhorar o estado das estradas", assim considerou Pedro da Costa, depois de cumprir com todo o expediente.

O homem do volante considera ser uma clara injustiça a cobrança da taxa de circulação, quando, em contrapartida, o Estado não garante estradas em condições normais de circulação, o que, para ele, "é um verdadeiro paradoxo".

Mas Jorge Amadeu já não vê a coisa da mesma forma, por razões que têm a ver com o facto de estar a assistir-se, por toda a parte, a um gigantesco esforço do Governo no sentido de oferecer aos usuários um sistema rodoviário com melhores condições de transitabilidade. E isso, segundo ele, é visível pelo volume de obras de reabilitação e, até mesmo, de construção de novas rodovias em todo o país.

Na verdade, o estado em que se apresentam as estradas do país tem estado na origem de uma onda de descontentamento, na hora em que o Estado parte em cobrança da taxa de circulação. E tal sucede mais quando automobilistas olham para os estragos em suas viaturas, decorrente do mau estado das rodovias.

É, aliás, por esse facto que Pedro da Costa é da opinião que a taxa de circulação devia ser uma obrigação a pagar depois que o Estado melhorasse as condições das vias de circulação. O taxista Adão dos Santos também partilha a mesma ideia, por entender "ser apenas neste país onde, por cima dos danos de que são vítimas pelo mau estado das vias, o automobilista ainda é obrigado a pagar uma taxa de circulação",

Taxa versus manutenção

Um funcionário sénior ligado à Direcção Nacional de Impostos disse, quanto a isso, "não existir nenhuma relação directa entre a taxa de circulação e a reparação de estradas", sublinhando, por outro lado, que as receitas resultantes da cobrança da taxa de circulação são, de algum modo, insignificantes para cobrir encargos como é a reparação das rodovias.

Numa das entrevistas a este jornal, Francisco de Assis, da Direcção de Impostos revelou que para tal empreitada, o Governo se tem socorrido de outras fontes de receitas, "que não apenas os valores arrecadados com a cobrança da taxa de circulação de trânsito"

Seja como for, o pagamento dessa taxa corre o seu ritmo normal, prevendo-se, em função disso, uma arrecadação importante de receitas, a julgar pela

quantidade de carros que entram mensalmente em Angola.

Dados da Direcção Nacional de Viação e Trânsito situam em cerca de 1 milhão o número de viaturas registadas no país, onde, segundo estatísticas das Alfandegas, entram mensalmente cerca de 3 mil carros.

Estes números, entretanto, dão à direcção dos Impostos garantias de uma boa arrecadação, caso se consiga controlar o fenómeno chamado fuga ao fisco.

II.15 Administradora de Cacuoaco priva iniciativas privadas

Jornal Manchete

15 De Novembro de 2013

Segundo os municípios, que foram unânimes em afirmar, casos idênticos têm sido notórios devido à falta de boa vontade do próprio executivo municipal, liderada por Rosa Cruz.

O Continente foi até ao município de Cacuoaco, no bairro da Pedreira e apurou os factos, quanto aos preços altíssimos praticados por aquele órgão local deste bem precioso. Segundo a secretária da comissão de moradores a instituição só tem a ver com os contratos entre consumidores e distribuidores.

A responsabilidade do material pertence ao consumidor, cabendo somente à comissão estender os cabos e a respectiva ligação cobrando dois mil Kwanzas por cada residência.

Segundo a fonte, não basta gastar os noventa mil Kwanzas, o pacato cidadão tem que fazer muita ginástica para obter os materiais necessários da iluminação para chegar até à sua casa. Adriano Mendes, morador do bairro da Pedreira, exprimiu o seu descontentamento sobre a situação que envolve o problema da escuridão e do fornecimento de água potável, dizendo que existem fontenários, mas tudo se revê nos custos; o bidão de vinte e cinco litros de água não potável, custa cinquenta Kwanzas.

Segundo a fonte é inadmissível acreditar, num país com muitos rios e o povo encontrar-se na carência de meios básicos. Adriano salientou também, por outro lado, sobre a via direita da cerâmica de Cacuoaco, que dá acesso à nova estrada da Ricolix, que se encontra completamente degradada, havendo um empresário que ali colocou as suas máquinas para realizar obras de terraplanagem; por força maior alguns empresários solidarizaram-se com aquele, mas, infelizmente, as autoridades do município contrariaram aquela atitude

dos empresários em Cacuoaco. Isso obrigou a que um dos empresários que era o responsável pela actividade respondesse em 'tribunal municipal, questões concernentes às obras que estavam a efectuar, sem consentimento da Administração. A população pergunta a razão e concretamente o que está a se passar entre o executivo de Rosa Janota, e o sector privado. Será que o executivo de Rosa Janota não percebe o papel dos empresários ou do sector privado? Adriano Mendes, afirma que já escreveram às autoridades competentes, mas não obtiveram resultados positivos, chegando à conclusão de que ela pretende fazer um negócio milionário com a reparação das estradas, uma vez que não devia rejeitar uma oferta de melhorias por parte dos empresários privados.

II.16 Estudos indicam que Angola detém cidades do futuro

Jornal Economia e Finanças

15 De Novembro de 2013

O tiro de largada há muito foi dado e a meta está à vista de todos. Construir habitações condignas e devolver aos angolanos padrões aceitáveis de habitabilidade são os caminhos que o Executivo definiu e persegue tenazmente dentro de um amplo plano nacional de desenvolvimento 2013-2017.

Este compromisso ficou ainda subjacente nas declarações do vice-presidente da República, Manuel Domingos Vicente que, aquando do acto central das festividades do 11 de Novembro, em Benguela, lembrou que o Orçamento Geral do Estado (OGE) aprovado para 2014 dá primazia, à construção de habitações em todo o território nacional.

Aquando da realização, em Outubro, da primeira feira das cidades e municípios de Angola, que a cidade de Luanda acolheu, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, apontou a intenção de o país levar ao fórum africano das 'cidades "africities", que, provavelmente, decorrerá em Durban, África do Sul, em 2014, uma amostra das centralidades que têm sido construídas pelo país.

Cidades em abordagem

A cimeira "africities" é uma plataforma de abordagem temática da governação e descentralização local com o objectivo de partilha e troca de experiências sobre as melhores práticas de governação, inclusão social, desenvolvimento sustentável das cidades e municipalidades dos diferentes países africanos.

As centralidades, sobretudo as já concluídas do Kilamba, Cacucaco e Dundo, deverão ser apresentadas, uma vez responderem a este apelo que a África tem vindo a fazer de melhorar-se à urbanização das cidades. A perspectiva é concluir nos próximos anos as demais centralidades em construção neste momento pelas distintas províncias. Todavia, Cabinda, Benguela, Kwanza-Sul e Uíje, só para citar estas, apresentam também um estado avançado das obras, que deverão acelerar a oferta de habitações com qualidade, diminuir a procura e controlar a especulação dos preços imobiliários.

Em todos os 163 municípios, estão a ser construídas 200 casas, fora as centralidades, que devem devolver a dignidade do conceito de habitação urbana e social. Outras, de iniciativa privada se não poucas de parceria público-privada, avançam, num cenário que se prevê de auto-suficiência, mesmo se reconhecendo a dinâmica das sociedades.

Na visão das autoridades angolanas, mais do que simples aglomerados habitacionais, as centralidades enquadram-se já num modelo de habitação que procura combinar a arquitectura e a urbanização moderna com as exigências internacionais sobre novos assentamentos, promoção imobiliária e sustentabilidade ambiental.

Situação em África

Os últimos indicadores apontam para o facto de África, que é a parte menos urbanizada do globo com apenas 40 por cento, poder atingir até 2030 os 50 por cento, sendo a taxa de urbanização estimada em quatro mais de metade do que se prevê para a Ásia e a América latina.

Num estudo de consultores independentes, publicado em 2011, ficou realçado o facto de no novo mapa dos 600 maiores, centros urbanos do mundo, as chamadas "cidades do futuro", constarem 25 africanas, sendo seis da África do Sul, três da Argélia e da Nigéria, duas de Angola, Marrocos, Líbia e Egipto, uma do Quênia, Ghana, Congo, Sudão e Tunísia.

Segundo o critério do número total de habitantes, o Cairo, capital do Egipto, é o mais populoso do continente, mas em 2025 vai ser destronado por Kinshasa (República Democrática do Congo) e Lagos (Nigéria). Luanda, a capital angolana, passa da sétima para a quinta posição. Sobre o crescimento da população, o estudo indica que a província do Huambo, terceira, e Luanda, em quarto, irão mais do que duplicar o seu actual número de habitantes.

No critério do valor absoluto do PIB actualmente, Ioanes burgo (África do Sul), é a líder e assim permanecerá em 2025. Luanda salta do terceiro lugar (a par de Trípoli - Líbia) para o segundo. Estima-se que o Huambo (Angola) seja, porém, a que mais crescerá, seguida de Accra (Ghana) e de Luanda (Angola). No critério do PIB per capita, as mudanças serão mais profundas. Trípoli (Líbia) perde o primeiro lugar para Bengasi (outra cidade Líbia) e Luanda entrará para o quarto lugar (a par de Ioanes burgo). No contexto actual, todas estas previsões podem inverter as diferentes posições, atendendo às mudanças sociopolíticas que vão acontecendo, sobretudo no Norte de África. -

No ranking do crescimento, Huambo e Luanda, conforme estudo também citado em "O País e Exame" edição Angola, fazem a "dobradinha" sendo as estrelas do continente.

Face a este quadro bastante promissor, o estudo indica que Angola não é tão-somente um "país do futuro", mas detém também "cidades do futuro".

11.17 Favelados: três famílias habitam uma só casa

Jornal Manchete

15 De Novembro de 2013

Domingas Chilepa de São Tenreiro, moradora, revelou que foram postos naquela localidade no dia 19 de Novembro de 2011, numa conjuntura de três famílias numa só casa, tendo direito a um quarto cada e uma sala comum.

"Em cada residência vivemos três famílias, independentemente do número de filhos que cada uma tem. Estamos cansados de viver desta forma. Se pudessem, nos dariam só parcelas de terrenos e chapas para cada um construir segundo o seu gosto e dimensão da sua casa", lamentou a senhora.

Segundo a mesma fonte, quando foram levados àquela localidade, o Sr. Bento Soito e D. Susana, administradora da Ingombota, garantiram que ficariam só por quinze dias, para depois serem separados. Todavia, desde que tal promessa foi deixada pela aludida administradora, até à presente data nem água vai nem água vem. "Sujeitamo-nos a outros sectores mais distantes onde conseguimos água. E quando não há, compramos o bidão num valor de 50 Kwanzas, às vezes alugamos motoqueiros quando há possibilidades para tal", lamentou. Desde que chegaram ali, disse ainda a nossa interlocutora, o sector foi canalizado, tendo jorrado

água só por um mês, já no segundo foram cortados esse direito pela EPAL, alegando nunca terem pago.

Outra fonte, que preferiu falar sob anonimato, referiu que a energia eléctrica é consumida a partir das 23h00 e deslig-a-se durante o dia.

A fonte lamenta o facto, afirmando que as casas são de paredes descartáveis. Por esta razão, frisaram, acontecem constantemente incêndios provocados na maior parte das vezes pelo aquecimento de fios eléctricos que dão lugar a incêndios de várias casas. Já no dia 10 do passado mês, revelou o interlocutor, uma comitiva liderada pelo governador do Bengo, chegou para marcar a primeira pedra para ver se resgatam as pessoas daquele cativeiro de três famílias numa só casa, prometendo que durante oito meses irão construir 1350 casa para corresponder às 2700 famílias segundo a fonte, estão aguardando por esta promessa.

Por seu turno Manuel António, coordenador do sector, frisou que a semana passada reuniram-se com o administrador do Bengo, garantindo aos presentes que até Dezembro do ano em curso, aquela população iria beneficiar de energia eléctrica.

Em relação à delinquência a fonte relatou que no passado, a zona do Teto Vermelho viveu momentos difíceis uma vez que em pleno dia os meliantes assaltavam motorizadas, mas, agora, a situação tem sido controlada, mercê do empenho da Polícia do Bengo que controla a área.

O Continente apurou no local que o sector em causa ainda carece de muita atenção, uma vez que as suas ruelas são excessivamente baixas estando a carecer de mais entulho de terra para se elevar o nível do terreno, fazendo com que até os autocarros públicos não cheguem ao local. Para se deslocarem ao mercado ou à paragem de autocarros, fazem-no pelas kupapapatas, havendo também a falta de um hospital ou centro médio.

11.18 Habitação social minimiza carência

Jornal Economia e Finanças

15 De Novembro de 2013

Os municípios de Ondjiva, Cahama, Curoca, Namacunde e Cuvelai foram inaugurados, em cada um, 100 casas sociais com a tipologia T3. Em Ondjiva, as moradias foram erguidas por 10 construtoras nacionais, num período de 20 meses e orçaram em mais de 537 milhões de kwanzas. No acto inaugural, o governador da província,

António Didalelwa disse que é aposta do governo local a melhor ia habitacional da população, com a construção de moradias condignas. Acrescentou que O governo tudo está a fazer para propiciar aos cidadãos moradias condignas, daí o lançamento, em 2012, do programa de fomento habitacional, consubstanciado na construção de 100 casas sociais para cada município, a nível da província do Cunene.

Auto-construção

Ainda em Ondjiva, a administração local preparou uma área com mais de 100 hectares para autoconstrução dirigida e os interessados podem solicitar as parcelas.

Por outro lado, o administrador municipal de Cuanhama, Gonçalves Namweya desencorajou recentemente, a construção de moradias em zonas de risco. O responsável informou que cada dia que passa cresce o número de pessoas a construir em áreas de risco.

A inauguração do projecto enquadrou-se nos festejos do 38º aniversário da Independência Nacional.

11.19 Inauguradas casas do Plano Nacional

Jornal de Angola

15 De Novembro de 2013

Um total de 100 casas sociais do tipo T3, construídas no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, foram inaugurados no município de Xangongo, a cerca de 100 quilómetros de Ondjiva.

As moradias têm três quartos, uma cozinha, quarto de banho e sala comum. A empreitada durou cinco meses e as obras estiveram a cargo de oito empresas nacionais.

O governador do Cunene, António Didalelwa, que procedeu ao corte da fita, salientou que estas acções do Executivo se destinam a promover actos que conduzam à melhoria das condições de vida dos cidadãos, nos domínios da educação, saúde, água e habitação.

Para a distribuição das residências foi criada uma comissão, que vai tratar de todo o expediente, uma vez que elas são ainda insuficientes para dar resposta às necessidades.

"O Governo vai continuar a construir moradias. Os que não forem abrangidos nesta fase vão sê-lo na segunda. Portanto, o processo é longo e o objectivo das autoridades da província é a de satisfazer as

populações para que possam viver condignamente, vamos manter a calma, porque vai ser extensivo a todos", garantiu.

11.20 Ordenamento do território resulta em eficácia económica

Jornal Economia e Finanças
15 De Novembro de 2013

Os arquitectos presentes no fórum Internacional do Sumbe, província do Kwanza-Sul, que decorreu de 8 a 10 deste mês, reconhecem que esforços, da parte das autoridades angolanas, estão a ser feitos no sentido de garantir que os novos aglomerados habitacionais em construção respondam aos padrões modernos da arquitectura internacional.

O terna "Cidades, vilas e património", que centrou-as discussões dos arquitectos provenientes de Angola (que albergou), Brasil, Portugal, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Moçambique. São Tomé e Príncipe e Macau serviu para abordar acerca da cidade que se pretende e a que se tem, neste momento. Outro fundamento da realização do encontro é avaliar-se "a tendência de crescimento versus atropelamento do existente e a ênfase que se está a dar ao património", visão que tem orientado a actividade dos profissionais de arquitectura em Angola, segundo o bastonário da ordem, Victor Leonel.

Origem histórica

Uma voz autorizada, presente no Sumbe, para esta reflexão é a do arquitecto António Gameiro, consultor do ministro do Urbanismo, para quem as cidades actuais são produtos de muitos anos de história, com uma enorme carga cultural e arquitectónica, resultantes de iniciativas da época colonial e um pouco da era pós-independência.

O arquitecto António Gameiro disse ser importante a definição de uma política urbanística nacional e o aproveitamento da capacidade de auto-construção das famílias angolanas para uma maior orientação do que se pretende como urbanização das cidades, vilas e bairros. Para ele, as centralidades não devem ser edificadas longe dos actuais aglomerados populacionais para se permitir que a mobilidade urbana se faça de forma dinâmica e com maior celeridade.

O projecto de requalificação da Baía do Mindelo, em Cabo Verde, no contexto de desenvolvimento da ilha de São Vicente foi uma excelente amostra de como iniciativas privadas podem interagir com os poderes públicos na procura de melhores soluções para

problemas comuns, uma vez que a questão da arquitectura e da urbanização afecta a todos sem excepção. Apresentadas pelo bastonário da Ordem dos Arquitectos desse país do Arquipélago africano, César Freitas, as experiencias cabo-verdianas valem para a realidade angolana, porquanto o turismo tem aprovado, também, ser uma fonte de geração de emprego e de recursos financeiros, o que passa pela concepção de projectos atractivos, dinâmicos e bastantes modernos.

Reacções

O jovem arquitecto Agilson Gustavo disse que a centralidade do Kilamba é uma verdadeira amostra de como o Executivo tem procurado respeitar as normas internacionais, uma vez que nela se ressalta um cumprimento em mais de 90 por cento dos parâmetros do urbanismo, no caso a previsão de estacionamento, para os moradores, espaçamento entre vias com dimensão aceitável, além dos espaços verdes que abundam e as quadras desportivas que estão em cada bloco de edifícios que constituem a cidade.

"Os asmáticos devem estar muito contentes quando vão para o Kilamba, pois é, neste momento, dos poucos, se não o único, lugar da cidade em que se observou ao rigor o princípio de gestão do microclima e defesa contra o aquecimento global", disse.

Desconhecendo a organização de uma grande parte das cidades africanas, o arquitecto Agilson Gustavo disse que, dependendo da organização urbana, a Centralidade do Kilamba pode competir com muitas outras do continente, tendo ainda enaltecido o facto de neste assentamento as escolas estarem fixadas também nos respectivos blocos, permitindo assim, quando em funcionamento efectivo, que as crianças, sobretudo, deixem de percorrer longos quilómetros ao encontro destas instituições. "Isso diminui a fuga escolar e motiva o aumento dos níveis de aprendizagem dos meninos, que não sentem a pressão de atravessar longas avenidas", lembra.

Por sua vez, a arquitecta Fábila Lubaque disse que Angola precisa tão-somente de seguir os caminhos definidos pela arquitectura internacional e, uma vez terminado o conflito que levou à pressão demográfica na capital Luanda, há necessidade de voltar-se aos programas originais para ela, a requalificação ou renovação assume-se em muitos casos como o melhor caminho. Contudo, lembra que a arquitectura apesar de buscar o belo tem de priorizar o funcional. Nisso, ela enaltece o facto de as centralidades estarem já ajustadas à realidade nacional.

"Como sabe, as nossas famílias são numerosas em grande medida, Vale o facto de as tipologias serem em T3, o mínimo, e T5, o máximo, o que permite que as famílias coabitem harmoniosamente, evitando que o interior das habitações respeitem os padrões de divisão de espaço para evitar-se que outros compartimentos sejam alterados para fins de dormitórios", disse.

O também arquitecto Leandro Sicato disse que as nossas cidades, hoje por hoje, perderam parte da sua essência antropológica. Os modelos africanos foram sendo substituídos por estilos europeus, medida que tem forçado as famílias a uma adaptação agressiva.

Leandro Sicato é de opinião que as centralidades precisamente melhorar a acessibilidade, pois os actuais modelos não são inclusivos, sendo a dificuldade de lá residirem portadores de eficiência uma clara referência desse pormenor.

"Há muito pouco enquadramento entre o tipo de habitação disponível com os modelos de comportamento das famílias que vão lá habitar", afirma.

11.21 Casa própria é motivo de alegria frustração

Jornal de Angola

16 De Novembro de 2013

Aos poucos a incredulidade dá lugar à certeza de que é possível ter a tão sonhada casa própria. A emoção de ter nas mãos as chaves de uma casa nova, onde se pode constituir a melhor família, aos poucos dá lugar a uma espécie de frustração, pois nem todas as condições de habitabilidade estão disponíveis. Afinal a casa é mais do que paredes. Quando falta luz, água e serviços básicos, a alegria desaparece e começam as preocupações para encontrar as melhores soluções. A centralidade de Cacuaco é um misto de alegria e tristeza, porque falta muita coisa, até uma administração.

Muitos moradores estão desesperados. Temem que só apareça uma administração da centralidade, quando a cidade estiver cheia. O presidente da Comissão de moradores, Nelson Santos, afirma que os habitantes já deviam encontrar uma organização que garantisse um mínimo de condições básicas.

Ao contrário do que gente de má índole diz, a cidade de Cacuaco é espectacular e tem tudo para dar certo.

Mas há um cenário que só uma administração pode evitar: o fim da harmonia e de respeito pelo projecto

inicial. E essa administração que a cidade não tem e ninguém ouve falar dela.

Ninguém cuida da relva. Os jardins estão abandonados. Aparecem por todo o lado focos de lixo. Isto numa nova cidade, é muito mau sinal.

Na centralidade não existem contentores de lixo, nem há carros de recolha. A venda ambulante nos passeios, embora tímida, começa a marcar presença, a contra gosto de quem por lá mora. "Isto começa mal. Foi assim em S. Paulo e nalgumas artérias de Luanda. Era bom que aqui, uma cidade muito bem construída e que até tem lojas, não acontecesse esse fenómeno dos mercados informais. Era bom travar isto', enquanto é tempo", diz João Paulo Nunes, membro da comissão de moradores.

As vendedoras têm as "kitandas" instaladas nos relvados moribundos. Os "kupapatas" não perdem oportunidade. O negócio já corre à feição e os bolsos "riem", pois nem "candongueiros", nem autocarros lá chegam.

Falta energia

A subestação de energia é móvel, mas está a ser criada uma estação fixa. A actual estação tem apenas 60 Mw, quando o necessário para a cidade é 120 Mw. A centralidade tem 12 blocos, deste número, apenas o bloco cinco, seis, oito e dez beneficiam de energia. As ruas de todos os blocos estão iluminadas. Mas, à entrada da centralidade não existe iluminação. Fica escuro como breu.

"Estamos à espera que a energia e água sejam fornecidos sem interrupções aos blocos de toda a centralidade", disse à nossa reportagem o presidente da comissão de moradores, Nelson Santos.

Durante semanas houve uma avaria no sistema de energia eléctrica. Mas já está reparada.

Todo o bloco 12 não tem água nem energia. Dizem que estão a trabalhar para melhorar a situação, mas os trabalhos decorrem com grande lentidão. Para quem lá vive, é uma eternidade. Os outros blocos têm água em alguns prédios mas é de baixa pressão.

"Quem não tem cão, caça com gato. Sei das dificuldades que vamos encontrar quando nos mudarmos para aqui em Dezembro. Mas já não espero mais. Venho para cá, mesmo assim, com ou sem luz, com ou sem água", disse Paiva Estêvão.

Paiva Estêvão diz que o problema principal é conservar a alimentação, enquanto não houver energia. Temos de comprar tudo fora da cidade. Sem luz, fica difícil e a gente apenas chega do trabalho ao

anoitecer. Temos um hipermercado que nos vai ajudar bastante mas ainda não está aberto.

Se Paiva Estêvão quer mudar-se sem água e luz, Marcela pensa adiar a mudança para casa nova. "Pedi rés-do-chão, puseram-me no quinto andar. Eu sou hipertensa e ir pelas escadas é difícil, pois fico ofegante e o coração palpita. Depois, sem luz e água, piora tudo. Só mudo para aqui quando tudo isso estiver bem regularizado", diz a futura moradora do bloco 11.

Estacionamento

Dinis Balanga partilha o mesmo sentimento. Só muda para a centralidade de Cacuo com todas as condições regularizadas. Mas está preocupado com os lugares de estacionamento. "Como vê, as ruas são estreitas e os espaços que definiram como estacionamento não vão responder ao número de carros por prédio. Daí a razão de muita gente estacionar nos jardins. Enquanto é tempo, deviam velar por isso", alerta. "O estacionamento é deficitário", diz outro morador.

A reportagem do Jornal de Angola constatou não se tratar de mero capricho estacionar no jardim. E apenas uma alternativa. Deixar os carros em cima da relva, é "normal". Mas nas ruas vêm-se sinais de estacionamento.

Contentamento

Entre a alegria e frustração, há uma linha fina. Uma família recebe a chave e explode de emoção e de alegria. Tentam abrir a porta mas a chave não funciona. A fechadura teimosa nega-se a dar alegria a esta família com cinco membros. Não conseguem entrar e toda expectativa cai por terra.

Pedem a intervenção dos técnicos. Eles tentam, sem sucesso. Sugerem que a família contacte a Sonip. A alegria resiste, suportada pela esperança. "Uma pessoa vem com a família para visitar a futura casa e o resultado é este. Vamos esperar. Mas estou desapontada. Para uma centralidade desta grandeza, não esperava isso", refere à reportagem do Jornal de Angola uma moradora. Além da avaria na fechadura, o bloco não tem luz, água, nem contentores de lixo.

Mas também não existe uma administração a quem recorrer. "Ninguém nos orienta. Estamos entregues à nossa sorte", diz o morador Domingos João. A centralidade tem um mercado grande. Tem escolas, centros médicos, esquadra policial e serviços de bombeiros. O que os moradores não sabem, é se estes serviços vão estar disponíveis tão cedo. Faltam lombas nas ruas para que os condutores andem numa velocidade reduzida, mas a sinalização está bem. Na

centralidade existem bons espaços de lazer mas falta um pavilhão desportivo.

O ano lectivo está prestes a terminar. As aulas das crianças foram - o grande factor que retardou a ida de muitas famílias para a cidade. Agora muitos moradores preparam-se para mudar para a centralidade, em definitivo. Umas relevam o problema da falta de energia e água, outras nem tanto, afirmam que estão acostumadas com situações desse tipo. Esperam que seja uma situação temporária. "Quando tudo se resolver, esta cidade vai comparar-se com a Cidade do Cabo", diz umas moradoras que pretende mudar no próximo sábado.

Já há moradores que deixam sucata nas estreitas ruas da cidade, como também há gente a construir "gaiolas" nos espaços públicos para colocar geradores. O prédio 30, do bloco 5, tem uma gaiola com um gerador amarelo de médio porte. As práticas da velha cidade e dos bairros já estão de malas feitas para a nova-cidade, que um engenheiro de construção civil considera uma das melhores, até agora concebida.

"Já dá para viver. Ainda não temos serviço algum. Há luz e água em alguns blocos dos 12 que compõem a grande centralidade de Cacuo. Daqui a pouco está tudo bem e a frustração vai dar lugar à alegria. Não tenham pressa, tudo se resolve", aconselha um morador aos recém-chegados. Há vizinhos, refere, que mesmo sabendo que não temos serviços, deixam o lixo à porta durante dias. "Nós não podemos continuar assim. Por isso, usamos a nossa carrinha e outros meios para eliminar focos de lixo", diz.

Comissão de moradores

Dada a necessidade de mitigar algumas dificuldades de quem vai morar na centralidade, sem administração, um punhado de residentes constituiu a comissão de moradores, que trabalha mais na perspectiva da sensibilização.

O objectivo é evitar que os proprietários deixem lâmpadas acesas, torneiras abertas e lixo em áreas comuns. "Ajudamos quem se muda para cidade a conseguir orientar-se no meio das dificuldades que ainda vivemos", disse o presidente da comissão de moradores, Nelson Santos. Para a questão do lixo, a comissão de moradores solicitou à Elisal a disponibilização de um carro de recolha de lixo. Conseguiu pela primeira vez no sábado passado, mas o carro amarelo fica estacionada na rua principal. É esse o destino do lixo recolhido nas várias ruas.

"Receio que muita gente se desiluda com o que encontrar aqui. Se não forem resolvidos os problemas

que temos, isso pode acontecer. Agora que o ano lectivo terminou, muitas famílias vão mudar para a central idade. A cidade fica mais habitada em Dezembro e era bom que encontrassem todas as ' condições", diz Nelson Santos.

A comissão de moradores quer incutir a cultura da ordem, do respeito, da cordialidade e da higiene. "Não queremos transportar as velhas práticas dos bairros de que saímos para a nova cidade. Queremos honrar o esforço do Executivo em concretizar o sonho da casa própria para muitas famílias angolanas", realça. Já perto de 300 famílias vivem na cidade.

11.22 Casas sociais para funcionários prontas em Maio

Jornal de Angola
18 De Novembro de 2013

As obras das 240 casas para funcionários do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes (CFM), no Lubango ,iniciadas em Junho deste ano, ficam concluídas em Maio de 20 14.

Em declarações à imprensa na sexta-feira, após uma visita que 16 vice-governadores provinciais para o sector político e social realizaram ao local, o engenheiro de obras da empresa China Highway, Huang Hai, disse estarem erguidas 120.

As obras estão a 60 por cento da sua execução e até Dezembro próximo os técnicos vão iniciar a colocação da cobertura e instalação eléctrica, assim como o revesti- mento. Huang Hai informou que o projecto está contido no pacote do contrato de modernização das e truturas do CFM, avaliado em mais de cem milhões de kwanzas.

Apontou, igualmente, a construção de postos médicos, escolas, estruturas de lazer, por formas proporcionar melhores condições de habitabilidade aos técnicos da empresa e suas famílias. O projecto contempla a construção 580 residências ao longo dos 700 quilómetros da linha férrea do CFM, que liga as províncias da Huila, Namibe e Kuando-Kubango.

O processo de reabilitação do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes, iniciado em 2005, viveu um interregno devido à crise financeira mundial e retomou em 2009. A circulação definitiva entre Namibe-Lubango e Menongue teve início a 3 de Setembro de 2012.

11.23 Centralidade mania

Jornal Independente
22 De Novembro de 2013

Viver numa das central idades de Luan- da é um sonho para muitos cidadãos. Jovens, senhores, velhos e até mesmo Crianças, sonham em poder ter a oportunidades de ter uma casa, num Kilamba, Cacuo e também nas outras centralidades, como a do Capari e KM 44, procurando antes mesmo de um modus vivendi mais moderno, uma habitação condigna, um tecto para se abrigar do frio, da chuva e até mesmo do sol e da lua quando assim é necessário.

Por isso é que quando começaram as inscrições para adesão a tais casas, vimos a romaria ao Kilamba, porque afinal é um sonho para qualquer cidadão, e não tinha como ser diferente, afinal de contas trata-se de poder ter uma casa e pagá-la a dormir, que é o que inicialmente se previa.

A romaria começou e as coisas começaram a tomar rumos nada bons, fruto de uma gestão (não sei se podemos chamar isto de gestão), por parte de quem tinha a responsabilidade de fazer a venda das mesmas. Uma autêntica confusão, levando com que muitos passassem a noite no Kilamba, antes mesmo de poderem ter uma casa, e quando tudo ia ao seu jeito, mesmo nada bom para muitos, uma ordem veio e tudo parou. Quem recebeu ficha, recebeu, quem depositou, depositou e quem não conseguiu nem uma nem outra coisa, que conseguisse.

Aí muitos começaram na verdade a pôr as mãos na cabeça, a preocupação tomou-se maior, porque muitos não sabiam que destino teriam os seus assuntos, porque ninguém dizia nada.

A gestão é uma ciência fácil e complexa ao mesmo tempo, mas para tal é preciso saber dar-se com os desafios dela, e foi aí onde começou a demonstração de que algo não ia bem por parte de quem tem a responsabilidade de gerir as vendas e entrega das casas. Recuando ainda um bocado no tempo, antes mesmo das rendas resolúveis, era a pronto pagamento, o resultado foi nefasto, e a cidade do Kilamba ganhou o nome de cidade fantasma. Veio então a renda resolúvel e muito bem aplaudida, mas que também teve e ainda se está a sentir os efeitos da sua má gestão.

Muito simples de entender. Com tantas imobiliárias que já actuam no nosso mercado há muitos anos, antes mesmo, talvez, de se pensar construir as centralidades, não seria mais fácil colocar estas também no processo com linhas bem definidas, para que o cidadão não tivesse que sofrer tanto assim?

Se havia um número definido de residências para serem comercializadas, não se pode admitir que até ao momento muitos não receberam as casas que têm direito. Diz-se que faltam cerca de 12 mil pessoas por receber, e que ainda se está a construir, e tão logo termine a próxima fase estas receberão as suas casas. Terão estas pessoas sido informadas de que seria assim? Se assim fosse teriam elas aceitado esta condição? Terão ideia de quantas destas pessoas estão em casa de renda e poderão não ter capacidade para nelas se aguentarem por mais tempo, pelo facto de terem juntado a sua economia para uma casa em uma das centralidades?

O sistema de pagamento pela renda resolúvel inicialmente estava definido para ser anual, agora já se diz que deverá ser mensal. Mudam-se as regras, mudam-se os procedimentos sem nunca terem em conta o cliente, que é o pacato cidadão. Nada contra a forma ou as suas mudanças, mas deve haver respeito aos clientes, porque são eles que dão vida ao negócio, mas infelizmente como a necessidade de se ter uma casa é maior que a moral de exigir respeito à SONIP as pessoas têm apenas de aceitar as constantes mudanças nos procedimentos.

O pior ainda é a falta de apartamentos de uma tipologia, e muitos a serem obrigados a aderirem uma tipologia diferente daquela a que concorreram e para tal serem obrigados a pagarem as diferenças. Também ainda persiste a doença de troca de residências e entrega de residências já entregues antes a outras pessoas. Ok. Agora já estamos nas centralidades, e não obstante as gafes da empresa gestora das vendas, estamos nós também proponentes compradores a dar as nossas bandeiras. A mania de querer morar numa centralidade, principalmente Kilamba e Cacuaco é tão grande, que tão logo fomos para lá, enquanto outros não conseguiram ainda, como também carregamos alguns dos nossos hábitos que não se enquadram naquele *modus vivendi*.

A forma de deposição dos resíduos, as mudanças em estruturas da casa, o devido cuidado da área pessoal (casa) e das áreas comuns estão já a se tomar uma dor de cabeça. Já é visível alguma sujeira em certas zonas de edifícios tanto no Kilamba como em Cacuaco. Já há quem, com coragem e sei lá como, encontrou um local impróprio para urinar, já há quem atira ou permite que seus filhos atirem coisas pela janela.

A velocidade também já constitui uma dor de cabeça, pois há quem não entendeu que não está numa autoestrada ou numa via expressa e pensa que pode andar a qualquer velocidade no interior das centralidades, constituindo assim um perigo ao trânsito no interior, saídas e entradas das mesmas.

Não, meus caros irmãos, assim não. É dever de cada morador e não só, cuidar e muito bem destes patrimónios, porque afinal de contas quem viverá lá e terá de conviver com a desordem são mesmo os que as criam. Realmente alguns hábitos são para nós comuns, mas, às vezes, as circunstâncias da vida imperam com que tenhamos que limitá-los e principalmente em função do meio em que vivemos.

Se muito queremos nelas estar, temos de saber que a realidade nestes locais deverá mudar, porque senão, muitos poderão mesmo perder o direito de continuar a pagar as casas e serem despejados delas, por estarem a ferir as regras de convivência, pois as transgressões vão somando e seguindo nas centralidades. Aí não funciona o dito de que "as pessoas saem do mato, mas o mato não sai das pessoas" ...

11.24 Defendido sector mobiliário forte

Jornal de Angola

23 De Novembro de 2023

O mercado 'mobiliário é um elemento fundamental entre a poupança e o investimento, constituindo um canal eficaz para financiar o desenvolvimento económico e social de Angola, disse ontem, em Luanda, o presidente do conselho de administração da Comissão do Mercado de Capitais (CMC), Archer Mangureira.

Archer Mangureira falava na abertura do seminário para jornalistas sobre "Mercado de Valores Mobiliários em Angola" organizado pela Comissão do Mercado de Capitais (CMC) com o apoio ao Banco de Comércio e Indústria (BCI).

O presidente do conselho de administração da Comissão do Mercado de Capitais (CMC) acrescentou que o sistema financeiro deve ser organizado de forma a garantir a formação, captação, capitalização, segurança, poupança, mobilização e aplicação dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento económico e social.

Archer Mangureira explicou que esse objectivo só pode ser alcançado com instituições sólidas.

O assessor do presidente do conselho de administração da Comissão do Mercado de Capital, Márcio Daniel, apresentou o tema "Regulação económica em Angola", explicando que a regulação é um sistema de normas que visa orientar, acompanhar e controlar os processos económicos e sociais.

Márcio Daniel referiu que existem vários modelos de regulação, como os "reguladores dos serviços de

infra-estrutura" e o "sector financeiro". Fazem parte dos serviços reguladores de infra-estrutura o Instituto Nacional de Aviação Civil, Marítimo e Portuário de Angola e o regulador do sector eléctrico.

O assessor do presidente do conselho de administração da Comissão do Mercado de Capitais salientou que o Banco Nacional de Angola (BNA) é o regulador do sector financeiro e tem como objectivo regular e supervisionar a actividade dos bancos. "O Banco Nacional de Angola (BNA) é o responsável pela condução política do mercado monetário", concluiu Márcio Daniel.

II.25 Detidos suspeitos de desvio de dinheiro

Jornal de Angola

23 De Novembro de 2013

A Polícia Nacional deteve dois Indivíduos implicados no desvio de 1,3 mil milhões de kwanzas (o equivalente a 13 milhões de dólares) do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga (GTRUCS) e leva a cabo Investigações para encontrar outros Implicados no caso.

Um comunicado do GTRUCS informa que a pronta intervenção da Polícia Económica, da Procuradoria-Geral da República e do Banco de Poupança e Crédito (BPC), levaram à recuperação de cerca de 75 por cento do valor subtraído, estando a proceder ao rastreio das movimentações bancárias para recuperar a totalidade do montante desviado e levar toda a rede de implicados à justiça.

O Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga disse que o valor em causa é parte da verba disponibilizada para o Programa de Investimentos Públicos (PIP) do terceiro trimestre do corrente ano.

"A verba, não tendo sido utilizada pelo facto de estarem a decorrer os preparativos para a realização dos cadernos de encargos dos concursos públicos das obras previstas para o terceiro e quarto trimestres de 2013, após a sua superiora aprovação em Setembro de 2013, devia reverter para a Conta Única do Estado", esclarece o comunicado.

O documento diz que "o acto foi alegadamente perpetrado por funcionários da área de finanças do GTRUCS, que falsificaram a assinatura do director da instituição para procederem ao desvio da quantia no passado mês de Outubro".

A direcção do GTRUCS termina comunicado com uma nota de incentivo e agradecimento à "pronta

intervenção do BPC, da Procuradoria-Geral da República e da Polícia Económica, que permitiu reaver parte considerável do valor e a sua reposição nos cofres do Estado".

O Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga foi criado por Despacho Presidencial, e tem por missão a execução, coordenação, acompanhamento, controlo e fiscalização do processo de execução dos projectos de reconversão do município do Cazenga e distrito urbano do Sambizanga.

A reconversão urbana visa apetrechar aquelas áreas de infra-estruturas técnicas, de circulação rodoviária e pedonal adequadas, espaços verdes, áreas de comércio, lazer, equipamentos sociais e habitações sociais condignas.

Está previsto para o primeiro semestre do próximo ano a conclusão de 152 habitações unifamiliares no município do Cazenga, no quadro da requalificação urbana da circunscrição, para alojar famílias que viram as suas casas destruídas pelas chuvas.

Estão também concluídos no Cazenga vários edifícios de três andares erguidos no âmbito do projecto de requalificação do município, em execução desde 2010.

II.26 O mercado não é só compra

Novo Jornal

29 De Novembro de 2013

Em que situação está a segunda fase da urbanização Nova Vida?

Estamos a dois terços da execução da segunda fase do projecto Nova Vida. Entre 2010 a 2013 foram construídas cerca de 1600 habitações de um universo de 2500. Foram feitas infra-estruturas e está prevista para o próximo ano a ampliação de algumas destas infra-estruturas, tais como as subestações de energia eléctrica e de água, para permitir a conclusão final da urbanização no próximo ano ou, no máximo, no primeiro trimestre de 2015.

Haverá uma terceira fase?

Não. A área onde está a ser implantada o projecto Nova Vida é de 408 hectares. Nessa área foram delineadas duas fases para permitir a coabitação ou existência de 4500 fogos. Se considerarmos que cada casa tem em média sete pessoas por família, teremos cerca de 35 a 40 mil pessoas a viver na urbanização Nova Vida.

Estão criadas infra-estruturas para esse número de pessoas?

O projecto e o plano director prevêem essas infra-estruturas e a ampliação das que existem. Estou a falar das subestações de electricidade, água, bem como de saneamento.

Esperemos que haja recursos para infra-estruturas do orçamento geral do Estado. O Nova Vida tem como particularidade ser uma combinação de fundos públicos e privados. Isto é, o custo das construções deve ser suportado integralmente pelas vendas das habitações.

E posso dizer que, até o presente momento da segunda fase, o Estado só despendeu cerca de 20 milhões de dólares, num total de mais de 200 milhões que foram gastos já no Nova Vida.

Porquê?

Porque a maior parte dos fundos foi proveniente das receitas que se fizeram com as vendas e não de fundos públicos. Foi esta a orientação traçada para a segunda fase.

É, no fundo, um princípio de sustentabilidade do projecto, em que a exposição financeira do Estado é reduzida para que o mercado possa cobrir as despesas ou os custos inerentes à construção das habitações.

Com esta parceria o Nova Vida passou ao domínio privado ou mantém-se público?

Continua a ser um projecto habitacional do governo. O que tem é uma gestão privada que se impôs determinados objectivos. A principal orientação superior que foi dada era de que o projecto tinha de ter auto-sustentabilidade financeira.

Não podia continuar a depender completamente, como até Outubro de 2010, do Orçamento Geral do Estado, que hoje disponibiliza menos de 30% do custo total da obra.

Qual é o custo total da obra?

Andará à volta dos 500 milhões de dólares (a segunda fase).

Em 2010 falava de infra-estruturas como posto de saúde, mercado municipal... Estão construídos?

Efectivamente está previsto e vai ser executado. O que acontece é que os recursos do Orçamento Geral do Estado para essas infra-estruturas sociais atrasaram um pouco. Mas está previsto para o próximo ano.

Essa componente atrasou, mas vai ser implementada em 2014. A Comissão Económica do Conselho de Ministros, ainda em Maio deste ano, reforçou esta orientação, a necessidade de se ampliar e de se concluir as infra-estruturas sociais que anteriormente estavam integradas no Ministério das Obras Públicas e agora passaram a estar no âmbito do próprio projecto.

O aparecimento de infra-estruturas privadas na Urbanização é para rentabilizar o projecto?

Foi delineado que esta urbanização devia não ser só um dormitório ou uma área de lazer. E daí que nesta segunda fase esteja prevista também uma área de escritórios, o que deveria acontecer este ano, mas devido a alguns constrangimentos só vai acontecer em 2014.

Nos espaços comerciais foi delineado que o Estado não constrói mas vende aos operadores privados para eles, por sua vez, executarem e oferecerem aos moradores da Urbanização. Hoje o Nova Vida tem mais oferta e vai aumentar não só na área comercial, mas também nas áreas cultural, científica, lazer e ambiente.

Nesta segunda fase a renda resolúvel está prevista?

Não. Houve uma decisão, e acho absolutamente justa, da Comissão Económica no sentido de continuar a considerar o Nova Vida como um projecto que o mercado aderiria e aceitava. Portanto, a exposição financeira do Estado deveria ser reduzida e não ter a figura da renda resolúvel.

Tivemos a renda resolúvel em parte da primeira fase. Mas depois foi decidido não aplicar nesta segunda fase. Porque estamos a falar de um segmento de habitação que não é habitação social, é de renda média alta, embora mais média. E o Estado optou por criar factores que conduzissem à redução dos preços das habitações para permitir que essas pessoas da classe média pudessem aceder ao Nova Vida.

Por exemplo, em 2012 a Comissão Económica aprovou uma redução dos preços dos apartamentos T3 que eram 186 mil dólares e passaram para 140 mil ou 14 milhões de kwanzas. Isso para tornar mais fácil o acesso a essas habitações.

As entregas estão de acordo com programa?

Dos apartamentos sim. Das vendas atrasou um pouco este ano. Houve da parte de um empreiteiro, alguns factores de derrapagem e programação de importação de materiais de construção.

A orientação é terminar o projecto no próximo ano e estamos a fazer tudo para terminar neste período. Quer a nível de infra-estruturas habitacionais, onde estamos com grau de execução entre 65 e 70%.

O maior drama que hoje vivem no Nova Vida é alguma ineficácia da parte dos organismos da administração local, com a sua autoridade para resolver o desrespeito de algumas normas urbanísticas e arquitectónicas.

Assiste-se muito frequentemente pessoas a fazerem quase prédios a partir de vivendas. Na primeira fase isso não aconteceu. De algum tempo a esta parte começaram também a surgir privatizações dos rés-de-chão de prédio, que é uma transgressão administrativa muito forte. Pensamos que as administrações locais têm instrumentos para sancionar e responsabilizar os infractores, para desencorajar estas práticas.

Quanto é que custam as vivendas?

Os apartamentos baixaram os preços para os 140 mil dólares, as vivendas não. E mantiveram os preços aprovados em 2010. 307 mil dólares, ou o equivalente em kwanzas.

São pagos numa única prestação?

O Estado definiu uma regra que era quem quiser um imóvel aqui no Nova Vida tem de fazer o pagamento de uma entrada de 40% do valor total, com capitais próprios ou crédito bancário. E depois deve propor uma forma de pagamento até receber a casa.

A única exigência é de que, quando o cliente receber a chave, tem de ter já concluído o pagamento na totalidade. Porque este dinheiro é que vai pagar: o empreiteiro, o fiscal, o projectista. Todos os prestadores de serviço na área da construção das casas.

Qual é tempo de espera entre a sinalização e a entrega das chaves?

Hoje estamos a falar em três a quatro meses. Temos alguns atrasados que estamos a recuperar. Já construímos mais de 100 prédios na segunda fase, na primeira foram 102.

As vivendas T3 tiveram um condicionamento a meio deste e ainda temos casos de um ano de atraso. Nos apartamentos não, pagã hoje e em Janeiro tem o apartamento.

Que avaliação faz do sector imobiliário neste momento?

O sector imobiliário está numa fase de correcção. Viveu-se um período de 'boom' que conduziu a fenómenos especulativos. Havia um grande desequilíbrio entre a oferta e a procura e isso reflectia-se nos preços.

Mas nos últimos tempos a oferta aumentou e a procura diminuiu porque o sector financeiro ressentiu-se dos efeitos da contracção economia mundial. É natural que hoje haja uma reserva, alguma contenção a nível dos bancos para a exposição do sector imobiliário.

Diria que essa fase correctiva é normal. Agora é necessário que o Estado crie incentivos, como está a ser feito agora, para a habitação jovem, o crédito à habitação, para permitir que construtores e promotores imobiliários possam, não só pensar no mercado de luxo, mas no mercado de habitação social.

O mercado não é só de compra, tem de haver o mercado de arrendamento. Todos nós esquecemos que o mercado de arrendamento deve existir. E, para um casal jovem, deve ser mais fácil pagar uma renda do que fazer um empréstimo e ficar trinta anos a pagar 3 ou 4 mil dólares por mês.

É importante fazer reformas, a começar pela lei do arrendamento. A actual lei do arrendamento está desactualizada. A lei diz uma coisa, a realidade é outra. Já está na forja há dois anos uma lei de arrendamento urbano, mas ainda não está aprovada.

Acho que é urgente a sua legislação e regulamentação, para que o mercado de arrendamento se estabeleça...

12. DEZEMBRO

12.1 Inquilinos ameaçam levar Sonip à barra do tribunal

Semanário Angolense

07 De Dezembro de 2013

Inquilinos do condomínio habitacional «Vida Pacífica», ao Zango, poderão accionar em breve processos judiciais contra a Sonip, por esta empresa não estar a honrar com os seus compromissos contratuais.

Os moradores, que falaram sob anonimato, por razões óbvias, dizem que a empresa afecta ao ramo imobiliário da Sonangol estará a ignorar as suas reclamações quanto à degradação precoce dos apartamentos onde vivem na zona do Zango, no município de Viana.

«Há mais de seis meses que já apresentei a minha reclamação à Sonip, mas ela não moveu uma única "palha", queixa-se Madalena (nome fictício), inquilina de um dos prédios do Zango, cujo apartamento apresenta fissuras nas paredes e sinais de infiltração de águas residuais.

Ela, que é funcionária da empresa petrolífera estatal, conta que algumas semanas depois de ter apresentado a sua reclamação junto à Sonip, recebeu a visita de funcionários dessa empresa que lá se deslocaram para fazerem um levantamento. «Prometeram que iriam reparar os danos, mas até hoje nunca mais deram o rosto. Desaparecerem, sem dar cavaco», adiciona.

Um outro funcionário ligado à área de Produção e Pesquisa da Sonangol diz que já apresentou, em distintas ocasiões, as suas reclamações à Sonip, mas «sem sucesso».

Revela que negociou no começo deste ano o seu apartamento em regime de renda resolúvel e que todos os meses sofre descontos para a honrar com a sua parte. «Mensalmente, pago renda, por que razão a SONIP não honra com a sua parte?», questiona-se. E sem esperar pela resposta, conclui:

«Isso revela o carácter arrogante dos seus responsáveis no seu relacionamento com os inquilinos».

O jovem funcionário confessa que já esgotou todos os mecanismos persuasivos, a fim de convencer a empresa do ramo imobiliário da Sonangol a cumprir com as todas as cláusulas do contrato, de «forma pacífica».

Revela que ele e mais alguns moradores decidiram levar em breve o assunto à barra do tribunal para que os seus direitos sejam reparados.

A fonte do *Semanário Angolense* diz estar consciente que não se trata de «batalha fácil», por, segundo ele, ir a tribunal disputar os seus direitos com uma empresa de «grande peso no país». «Temos consciência disso, mas há uma réstia de esperança na Justiça, ainda que ténue», afirma.

Este jornal procurou ouvir a versão da empresa visada, tendo o director do gabinete de Comunicação e Imagem da Sonangol, Mateus Cristóvão, assegurado que a sua empresa iria responder tempestivamente o questionário que lhe havia previamente enviado.

Apesar de uma série de tentativas, este jornal não recebeu as respostas até ao fecho da presente edição nesta quinta-feira, 05.

12.2 Morador revoltado

Semanário Angolense

07 De Dezembro de 2013

Numa reportagem que este jornal efectuou há cerca de dois meses aos prédios do condomínio «Vida Pacífica» foi possível observar «in situ» o drama de algumas famílias que habitam naquele complexo habitacional.

Uma das fontes deste jornal, que falou sob anonimato, dizia que em Agosto deste ano tinham sido detectados os primeiros sinais' de degradação no seu apartamento: paredes da dispensa e do nosso quarto de dormir estavam a escurecer, como se tivessem sido infectadas por fungos.

Revelou que nos períodos de muita humidade, os ocupantes da residência eram obrigados a pernoitar na sala de visitas, sobretudo devido ao facto do filho do casal, de três anos, sofrer de doença de foro respiratório.

Dizia-se também que o apartamento, um T3, de Paulo (nome fictício) estava fixado em oitenta (80) mil dólares norte-americanos, tendo ele já pago 15% desse valor, ou seja, 12 mil.

«Todos os meses, sofro descontos para pagar este apartamento, que, ao invés de me dar conforto, piorou as minhas condições de vida», lamentava, com a voz embargada.

Quando da publicação deste artigo, uma fonte do gabinete de Comunicação e Imagem da Sonangol havia dito que os visados deviam apresentar as suas reclamações junto da Sonip ou a Delta Imobiliária, a fim de serem atendidas.

«Ao abrigo dos contratos entre as partes, aos inquilinos assisti-lhes direito de apresentar as suas reclamações no prazo de um ano - período de garantia-a fim da empresa construtora reparar as anomalias detectadas», assegurava a fonte do SA.

12.3 Grupo Prado Valladares aplica 9,7 mil milhões Kz em Talatona

Jornal Expansão

13 De Dezembro de 2013

O grupo brasileiro Prado Valladares lançou na última semana os imóveis Mix Center e Espaços Avenida, ambos em Talatona, Luanda, avaliados em mais de 9,7 mil milhões Kz.

Os dois produtos imobiliários foram, de acordo com o director-geral do grupo em Angola, Ricardo Prado Valladares, idealizados para atender à procura actual por espaços comerciais, além de seguir uma tendência cada vez maior da oferta deste tipo de imóveis no mercado nacional.

Ricardo Prado Valladares explica que o Mix Center é uma solução integrada de comércio e hotelaria, com mais de 64 mil metros de área construída e 84 lojas. Este centro multiuso é constituído por três edifícios de cinco pisos, voltados para mais de 100 espaços comerciais, e resulta de um investimento de 5,2 mil milhões Kz (52,7 milhões USD).

Já o Espaço Avenida é constituído por dois blocos (Alpha e Beta), numa área total de ocupação de mais 10 mil metros e 84 lojas, por cada bloco. Na primeira etapa foram investidos perto de 3 mil milhões Kz, ou 29,4 milhões USD.

Estão já inscritos 16910jistas que adquiriam espaços em ambos os blocos, sendo que o 169.º se trata de uma unidade da rede de hipermercados Keroo Alpha e Beta são âncoras de um complexo que terá, além de uma praça alimentar, cinema e outros espaços comerciais interligados.

"Estamos agora mais focados na criação de espaços para o comércio e serviços, apesar de continuarmos a apostar no residencial", justificou o gestor.

No total, o grupo terá investido nesses empreendimentos 82,1 milhões USD e está a comercializá-los ao preço de 4 mil USD o metro quadrado.

O ano de 2013 é, para o Grupo Prado Valladares, o da consolidação. Segundo Ricardo Prado Valladares, neste ano, entregam cinco empreendimentos.

Contam-se, por exemplo, as entregas da segunda fase dos empreendimentos residenciais Laguna (20 unidades) e o Boulevard (nove unidades), ambos voltados para o segmento médio-alto da população. O Mix Center, por exemplo, foi um dos projectos que mais se atrasaram.

O responsável argumenta que os atrasos se deveram à retracção do mercado imobiliário entre 2008 e 2011. E que a entrada de novos concorrentes deu origem a uma especulação que afectou o avanço das empreitadas do grupo no mercado nacional.

"Dentro dessa bolha imobiliária apareceram players que ou não tinham o know-how ou não eram sérios. O grupo sofreu muito nesse período de carácter especulativo, porque os investidores não conseguiam comprar", justificou.

O que mais terá afectado o grupo foi, entre outras razões, a perda de credibilidade do sector, porque o mercado achou que todas as empresas procuravam nada mais do que a super facturação, e muitas não entregavam o produto que promoviam. "Hoje, Angola tem um leque de compradores que exigem às empresas um nível alto de qualidade, padrão internacional, e quem ainda não notou isto está fora do mercado", frisou.

Se o ano em curso é o da consolidação, 2014 é apontado como o ano da expansão. Numa nota, a organização prevê um salto positivo com três projectos de topo até 2015. Estes empreendimentos deverão render uma facturação estimada em 200 milhões USD.

O Grupo Prado Valladares termina o ano de 2013 com um conjunto de 914 unidades comerciais e residenciais entregues, num percurso de 22 anos de actividade. Estes números cruzam-se pelos 16 empreendimentos concluídos até agora, os quais somam um volume de investimentos de 33,2 mil milhões Kz (340 milhões USD), desde o ano de 1997.

12.4 Huambo. Habitação avança no Lossambo

Semanário Agora

13 De Dezembro de 2013

Pelo menos 500 casas sociais serão erguidas na localidade de Lossambo, a 11 quilómetros da cidade do Huambo, no âmbito do programa do Executivo, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

O acto de consignação da empreitada ocorreu ontem e foi orientado pelo secretário de Estado da Construção, Ilídio Martins.

Cinco empresas nacionais ganharam o concurso público e terão a responsabilidade de construir, cada uma delas, 100 casas do tipo T3 em 18 meses.

12.5 Velhos bairros de Luanda ficam com nova imagem

Jornal de Angola

14 De Dezembro de 2013

O Executivo conclui em 2015 o programa de intervenção imediata, com a requalificação dos bairros Cazenga, Rocha Pinto, Sambizanga, Rangel e Marçal, anunciou ontem, em Luanda, o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Conceição e Silva.

O ministro garantiu que o processo de requalificação urbana destes bairros de Luanda está num bom ritmo. José da Conceição e Silva reconheceu que a requalificação de uma cidade como Luanda é um processo a longo prazo.

O ministro anunciou para 2025 o início de um outro programa mais longo de requalificação de Luanda. O ministério, no quadro do processo de requalificação, pretende criar gabinetes específicos nos bairros a serem seleccionados para dinamizar o trabalho, por orientação do Presidente da República. A intervenção visa criar condições do ponto de vista urbanístico e paisagístico, para renovar a estrutura viária e melhorar a qualidade de vida. José da Conceição e Silva considerei "elemento fundamental", um plano director para a cidade de Luanda. "Enquanto o plano directo: não estiver concluído, vamos lançar algumas acções, porque precisamos de estancar o crescimento desordenado dos bairros e requalificar as zonas que hoje estão degradadas", disse.

Em relação ao Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, aprovado pelo Executivo, o ministro disse que está a dinamizar e qualificar o sistema urbano e o parque habitacional para garantir a melhoria do bem-estar da população. A melhoria da rede rodoviária, do fornecimento de energia eléctrica, abastecimento de água e de equipamentos sociais são as metas da requalificação urbana.

12.6 O Plano Director de Luanda

Jornal de Angola
15 De Dezembro de 2013

O projecto do Plano Director de Luanda foi apresentado há dias. Nos próximos 18 meses as empresas e as instituições envolvidas no projecto vão concluir este importante documento para o futuro da capital do país.

Luanda precisa urgentemente de ordenamento e precisa que o urbanismo impere sobre as construções anárquicas que nada resolvem. A habitação feita à pressa e sem regras fica muito longe dos mínimos desejáveis, em termos de conforto e salubridade. As construções que nascem ao arrepio de qualquer plano, muitas vezes nas reservas fundiárias do Estado, acabam até por inviabilizar a urbanização e os equipamentos sociais de que as comunidades realmente carecem.

O projecto de Plano Director apresentado é geral e metropolitano.

Bom sinal. Não interessa gerir Luanda na óptica do seu perímetro urbano tradicional. Também é insuficiente fazer a gestão dos espaços urbanos numa

perspectiva fechada. Luanda só pode ser geri da como a grande área metropolitana que é. E isso obriga a adoptar sistemas integrados nas áreas dos transportes urbanos, limpeza, recolha e tratamento de lixo, estações de tratamento de águas residuais, estações de captação de água, redes de saneamento, água e energia eléctrica.

O Plano Director tem de dar resposta a todos os problemas que afectam a capital, numa perspectiva metropolitana. Luanda é uma grande cidade constituída por cidades grandes. A Centralidade do Kilamba já nasceu com planeamento urbanístico, lotes de construção urbanizados e infra-estruturados, áreas verdes, equipamentos sociais e desportivos, como escolas, centros de saúde e pavilhões gimnodesportivos, espaços comerciais, esquadras de polícia, redes técnicas de água, luz e saneamento. Mas na "velha" Luanda temos cidades de grande dimensão sem serviços básicos. Por comodismo, chamamos-lhes bairros. Mas são muito mais do que isso. O Cazenga tem uma população equivalente à de grandes cidades europeias. O mesmo acontece com áreas onde prevalece o caos urbanístico, como o Sambizanga, Rangel, Palanca, Prenda ou Rocha Pinto, para apenas referir os que têm mais anos de existência.

O caos urbanístico que aperta Luanda é antiquíssimo. A cidade expandiu-se por cima de terras pantanosas. Do Kinaxixi ao Rangel, todos nos lembramos das lagoas e das cacimbas, onde dávamos as nossas "fímbras". Por isso, quando chove essas fontes de água sempre regressam, como a Kianda. O Bairro Operário, o Sambizanga, Rangel, Marçal, Terra Nova ou Catambor cresceram também desmesuradamente com a guerra colonial. Receberam algumas intervenções pontuais, chegou água e luz, mas nunca o saneamento, o problema estrutural.

A Partir de 1974, milhares de pessoas refugiaram-se no porto de abrigo que Luanda sempre foi. O êxodo manteve-se em baixa intensidade até às eleições de 1992. Mas a guerra que se seguiu provocou a maior onda de refugiados em Luanda. Para tomar o poder pela força, a rebelião armada chefiada por Savimbi não hesitou em ocupar os principais centros urbanos. Luanda era o "ponto de chegada". Milhões de angolanos procuraram na capital a segurança perdida.

O objectivo da rebelião era usar depois, eleitoralmente, esta bomba atómica social em risco de explodir, porque não existiam condições para responder às necessidades básicas de multidões de refugiados.

Mas os angolanos não são estúpidos e a solidariedade fez um milagre. A paz venceu e o Governo arregaçou as mangas. Luanda sim, ficou desarticulada, os

serviços básicos entraram em colapso, a rede viária deixou de dar resposta às necessidades. As redes de água, Luz e saneamento praticamente implodiram. Escolas, hospitais, centros de saúde, deixaram de responder às necessidades. A rede comercial entrou em crise. Os transportes públicos desapareceram.

Se ninguém pode negar que os problemas actuais na África do Sul têm origem no apartheid, também é impossível negar que a guerra explica a desestruturação urbanística e os níveis de pobreza actuais de Luanda.

É esta Luanda, com o corpo urbano em ferida, que precisa de um Plano Director Geral e Metropolitano. A empresa Broadway vai elaborar o documento, nos próximos 18 meses, com o apoio da Aurecon Engineers na área técnica e de engenharia, a Universidade Nova de Lisboa colabora na do Património e Ambiente. A Deloitte traça a estratégia económica. Podemos dizer que a capital fica em boas mãos.

Luanda é uma cidade com séculos de existência e tem que ser gerida com a sua geografia e demografia. Mas algumas pequenas coisas têm que começar cada um de nós.

12.7 Plano Director de Luanda garante qualidade de vida

Jornal de Angola
16 De Dezembro de 2013

O responsável pela aplicação do Plano Director Metropolitano de Luanda, James Rayner, considerou-o sustentável, por permitir aos habitantes da capital angolana viverem em comunidades seguras e saudáveis.

James Rayner disse à Angop que Plano permite, também, um rápido crescimento da sua economia, novas oportunidades de emprego, lazer e bem-estar, principalmente para a comunidade juvenil.

"As previsões de novos investimentos estão relacionadas com as novas infra-estruturas de uma cidade do futuro e vão ajudar à sua expansão e à melhoria das condições de vida dos seus habitantes, principalmente da periferia", sublinhou James Rayner.

A cidade pode desenvolver-se através de parceria com financiadores privados, definindo um novo padrão para a região, adaptado a um futuro promissor das comunidades existentes e à criação de novas áreas urbanas.

Para o responsável do Plano Director Metropolitano de Luanda, James Rayner, este projecto pode proporcionar novas rotas urbanas e suburbanas, com maior fluidez no trânsito automóvel para moradores e visitantes da cidade capital.

De acordo com o arquitecto, o plano aponta para uma cidade avançada, capaz de proporcionar orientação e segurança às organizações e entidades interessadas em investir nela.

O responsável pela aplicação do Plano Director Metropolitano de Luanda, o arquitecto James Rayner, referiu que até 2030 vão ser construídos outros parâmetros para as novas comunidades e para as já existentes.

12.8 Plano Director de Luanda aberto a sugestões

Jornal de Angola
17 De Dezembro de 2013

O Plano Director Metropolitano de Luanda fica concluído dentro de 18 meses e está aberto a sugestões dos municípios, informou o vice-governador para a área técnica e Infra-estruturas, Agostinho Fernando da Silva.

O documento, cujos trabalhos de elaboração começaram na quarta-feira, define como a província de Luanda se vai desenvolver até 2030, orienta a construção de áreas residenciais e equipamentos sociais, além de regular a organização territorial e urbanística da capital do país.

"O Governo da Província de Luanda convida a sociedade civil, administradores municipais e distritais, autoridades tradicionais e eclesásticas a aderirem à realização deste importante instrumento de planeamento com subsídios valiosos", sublinhou o vice-governador.

O Plano Director Metropolitano de Luanda vai abarcar os restantes planos municipais ou sectoriais já concluídos, como da Zona Económica Especial de Viana, da Cidade do Kilamba e do município de Belas. Em fase avançada de elaboração está o Plano Director do município da Quissama e Icolo e Bengo.

James Rayner, responsável pela execução do Plano Director Metropolitano de Luanda, explicou que o documento vai também estabelecer novas rotas urbanas e suburbanas e garantir maior fluidez a trânsito automóvel. Os habitantes da capital vão poder viver em comunidades seguras e saudáveis. O plano director permite um rápido crescimento da economia e novas oportunidades de emprego, lazer e

bem-estar, principalmente para a comunidade juvenil, "As previsões de novos investimentos estão ligadas a novas infra-estruturas de uma cidade do futuro e vão ajudar a sua expansão e melhorias das condições de vida dos seus habitantes, principalmente da periferia", sublinhou.

James Rayner é de opinião que a cidade pode ser desenvolvida em parceria com financiadores privados, através da definição de um novo padrão para a região, adaptando, para um futuro promissor, as comunidades existentes e a criação de novas áreas urbanas.

Planos municipais

No plano destaque ainda para a preservação ambiental e social dos sete municípios da província de Luanda, a sua valorização económica e sustentável. "A realização do Plano Director Metropolitano de Luanda vai produzir medidas de impacto eficazes e sustentáveis a médio e longo prazo", disse o arquitecto James Rayner à imprensa

Instituições de prestígio

A elaboração do Plano Director Metropolitano da cidade de Luanda está a cargo de quatro instituições: Broadway Malayan, Aurecon Engineers, Mobility in Chain, Universidade Nova Lisboa e Deloitte, que têm 18 meses para apresentar documento final.

A Deloitte é uma empresa de auditoria e consultoria fundada em 1845, em Londres e que possui mais de 700 escritórios em 150 países. A Universidade Nova de Lisboa (UNL) é uma instituição universitária de investigação reconhecida internacionalmente e ensino de qualidade. Ocupa o 384.º lugar do ranking mundial de universidades "QS World University Rankings 2010" (1.º de Portugal) e o 181.º lugar (num total de 500) do ranking europeu da "Webometrics Ranking of World Universities", de acordo com dados de 2011.

A Mobility in Chain, ou simplesmente MIC, é especializada em questões de transportes, incluindo mobilidade, tráfego e estacionamento. Participou em trabalhos do género na Itália, México, Rússia, França (cidade de Paris) e Indonésia. A missão é desenhar um projecto que integre estratégias de transporte, a mobilidade e o planeamento urbano.

A Aurecon Engineers resultou da fusão de três consultoras (Africon, que esteve entre as 200 melhores firmas de designer do mundo e a maior da África do Sul, a Connell Wagner e a Ninham Shand).

Do grupo de instituições escolhidas para a elaboração do Plano está ainda a Broadway Malayan, especializada em arquitectura global, urbanismo e designo.

12.9 Funcionários públicos com casas evolutivas

Jornal de Angola

19 De Dezembro de 2013

A Administração Municipal do Sumbe entregou 20 casas evolutivas a quadros da função pública e a autoridades tradicionais da comuna da Gangula. A administradora adjunta disse que a construção das existentes nos bairros abrangidos", disse André Massanga, ao esclarecer que a mesma está a ser assegurada por uma brigada composta por 40 voluntários, entre funcionários do sector e escuteiros da Igreja Católica. O Governo Provincial de Cabinda pretende, com esta desinfeção das cacimbas, garantir a referidas casas se enquadra no plano nacional de habitação do Executivo, em curso no país.

Elsa Lianlunga disse que, de acordo com as verbas a serem atribuídas à Administração Municipal, vão ser construídas as casas do género nas comunas do Quicombo e Gungo.

O Executivo, lembrou a administradora, tem envidado esforços para satisfazer as necessidades mais prementes da população no que toca à habitação, saúde, educação, fornecimento de energia eléctrica, água potável e reparação das vias rodoviárias.

12.10 Construtora Kora-Angola disponibiliza 15 mil casas

Jornal Economia e Finanças

20 De Dezembro de 2013

A construtora Kora-Angola prevê disponibilizar 15.000 habitações, ainda no decorrer deste ano, no quadro do plano nacional de urbanização e habitação, anunciou em entrevista à Angop o ministro do Urbanismo e Habitação, José António da Conceição e Silva. Segundo o responsável, as residências não serão habitadas no decurso deste ano, mas o processo comercial poderá ser já desencadeado, faltando apenas a conclusão das infra-estruturas externas, e as pessoas interessadas podem candidatar-se a essas urbanizações.

"Pretendemos, brevemente, começar a comercializar, ainda que elas não estejam habitáveis por força das infra-estruturas externas, mas nós temos já uma parte

de cerca de 15 mil habitações do projecto da Kora-Angola. Este ano pretendemos desencadear um processo de contacto directo com o cidadão, no sentido da negociação do interesse por essas habitações. Estamos a falar das províncias do Kwanza-Sul, Uíje e Bié. Pretendemos que as habitações sejam adquiridas através do processo de renda resolúvel. A ideia é que se comece já a partir deste ano", anunciou.

Por outro lado, o ministro -:- informou que, ainda este ano, o programa de construção de 200 fogos habitacionais, planificados para cada município, poderá também colocar à disposição algumas residências, estando nesta fase, a ser desenvolvido um estudo do mercado referente ao custo dessas habitações para as podermos pôr ao serviço dos servidores públicos que estão espalhados pelo país e também da população, de uma forma geral.

"Acreditamos que, com o surgimento e com a aplicação no mercado de outras urbanizações que vão ocorrer nos próximos tempos, o custo vai reduzir ainda mais", sublinhou.

Programa de urbanização Quanto à implementação do plano nacional de urbanização e habitação, José António da Conceição e Silva destacou que o mesmo preconiza aspectos ligados ao urbanismo, com realce para ordenamento do território organização espacial das cidades, além de planos directores para as cidades.

"O nosso plano, de forma muito mais notória, abarca os projectos que estão sendo construídos, quer pela Sonip, que são cerca de 80 mil habitações, quer pela Kora-Angola, que são 40 mil, e também abarca aspectos ligados às agro-vilas, que são a abordagem sobre a construção rural e aquilo que para nós é o ponto fulcral do programa, que é a auto-construção dirigida. A auto-construção dirigida contempla cerca de 68 por cento do programa nacional de urbanismo e habitação", disse.

Em curso, está também a ser desenvolvido o programa de urbanização das reservas fundiárias, que visa a sua urbanização, tratamento de infra-estruturas e permite que a população possa ter acesso a esses espaços, adquirindo terrenos infra-estrutura dos, para que possa construir habitações, a partir de projectos pré-concebidos pelo Estado, com o seu acompanhamento.

Requalificação de Luanda Quanto ao programa de requalificação de algumas zonas da província de Luanda, o titular da pasta do Urbanismo e Habitação esclareceu que o processo será executado a longo prazo.

"Estamos a desenvolver aquilo que chamamos intervenção imediata, que deverá ser conduzida até 2015. É a abordagem sobre bairros como o Cazenga, Sambizanga, Rangel, Marçal e Rocha Pinto. Mas temos depois uma outra abordagem de longo prazo, que irá até 2025, ao longo da qual pensamos que teremos a possibilidade de alargar este leque de intervenções", adiantou.

Actualmente, os trabalhos incidem na criação de gabinetes específicos, que localmente poderão tratar dos problemas urbanos existentes. Na sua óptica, estas instituições vão trabalhar em coordenação com o órgão central.

"É imperioso que, na visão da requalificação da cidade de Luanda, possamos ter esses órgãos técnicos que vão olhando muito especificamente para os vários pontos da cidade. Também não podemos descurar neste processo um elemento fundamental, que é o próprio plano director da cidade de Luanda, um instrumento cuja preparação está em curso. O plano vai ditar as regras e aquilo que é o futuro, a longo prazo, daquilo que nós pretendemos da cidade de Luanda", pontualizou.

12.11 Distribuídas mais habitações nas centralidades

Jornal de Angola

20 De Dezembro de 2013

Mais de cinco mil pessoas receberam habitações nas Centralidades do Kilamba e Cacuaco, em Luanda, através do Fundo de Fomento Habitacional, revelou o presidente da comissão executiva, Edson Vaz em declarações a imprensa, no final do acto de entrega de 300 habitações a jovens.

Edson Vaz explicou que foram adquiridos 3.500 apartamentos na cidade do Kilamba e dois mil no Cacuaco. "Na centralidade de Cacuaco, 311 casas foram vendidas a antigos combatentes, 300 a jovens, 100 a professores do ensino geral, 50 a professores do ensino superior, 100 a enfermeiros e outras 100 a médicos, 100", disse.

Os clientes do Fundo de Fomento Habitacional vão pagar os seus apartamentos através de renda resolúvel, num período de 30 anos. "Na prática, as pessoas são clientes do Fundo. Adquiriram o apartamento, vão pagar mensalmente e passados 30 anos, a titularidade do apartamento passa para eles", explicou o presidente da comissão executiva do Fundo de Fomento Habitacional.

Os apartamentos de tipologia T4 estão a ser vendidos a 65 mil dólares, com renda mensal de 350 dólares, e os T5 ao preço de 80 mil dólares, e 430 dólares com renda mensal. Edson Vaz explicou que o Fundo de Fomento Habitacional, após adquirir as habitações nas centralidades, faz um rastreio de quantos apartamentos devem receber os diferentes organismos do Estado, instituições públicas e organizações da sociedade civil. "Feito isto, enviamos um ofício a cada um deles a informar o número de apartamentos que lhes cabe", referiu, acrescentando que a indicação dos nomes das pessoas a receberem as habitações é da inteira responsabilidade das instituições.

O Fundo de Fomento Habitacional, aprovado pelo Conselho de Ministros em Julho de 2009, foi criado para apoiar pessoas de baixos rendimentos na compra faseada ou directa e arrendamento de residências, apoiar cooperativas de habitação. Financia igualmente projectos imobiliários e de auto-construção dirigida.

O Fundo de Fomento Habitacional funciona como um instrumento da política de habitação, visando a promoção, urbanização de cidades ou bairros, construção e gestão de habitação, em especial social, sendo suportado, nessa primeira fase, pelo Orçamento Geral do Estado.

Casas em Cacuo

Quarta-feira, 300 jovens receberam em Luanda as suas habitações na Centralidade de Cacuo, já no âmbito da implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude 2014-2017, aprovado ontem em Conselho de Ministros.

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, explicou que a preocupação de mais casas para a juventude está consagrada quer na Lei de Fomento Habitacional quer no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que atribui 30 por cento das habitações à juventude.

A implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, disse, decorre com normalidade, estando em curso o projecto de a construção de habitações pela Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP).

12.12 Grupos técnicos nos municípios

Jornal de Angola

20 De Dezembro de 2013

O Executivo vai criar mais gabinetes técnicos em cada município e distrito de Luanda para um melhor acompanhamento e solução dos problemas de

saneamento básico, falta de energia eléctrica e abastecimento de água potável, revelou o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva.

Os gabinetes técnicos permitem fazer uma abordagem realista dos problemas da população, tal como assistimos hoje relativamente ao Gabinete Técnico do Cazenga e Sambizanga", explicou José da Silva, à margem da cerimónia de entrega de casas a 300 jovens na Centralidade de Cacuo,

A criação dos gabinetes técnicos, disse o ministro do Urbanismo e Habitação, vai permitir que a requalificação de Luanda seja mais célere e eficaz. Apesar de ainda não terem sido constituídos, acrescentou José Silva, está a ser preparado um pacote de propostas sobre o âmbito de actuação dos gabinetes técnicos, para que no primeiro trimestre do próximo ano possam entrar em funcionamento.

Os bairros de Luanda vão ser urbanizados e requalificados, tal como aconteceu nos bairros Mártires de Kifangondo ou Cassenda. José Silva acrescentou que já existem projectos de requalificação para as zonas de Viana, Kilamba Kiaxi e Morro Bento. "Além destes, existem outros bairros de Luanda com projectos de requalificação, apesar de as obras ainda não terem sido iniciadas", disse.

Os projectos de requalificação do Cazenga e Sambizanga, afirmou, decorrem a bom ritmo, tendo sido já erguidas algumas habitações no município do Cazenga, enquanto no Distrito Urbano do Sambizanga a construção das casas começa em Janeiro de 2014.

12.13 Luanda e os planos "diretores"

Revista Vida

20 De Dezembro de 2013

A cabo de ouvir dizer, ainda sem saber quanto é que nos vai custar, que está na forja dos gabinetes e dos estradores mais um plano director para a capital, que desta vez tem o bonito nome de "Plano Director Metropolitano".

Permitam-me a alfinetada que por sinal é bem merecida, mas Angola é seguramente no mundo, um dos países que mais gasta dinheiro público em consultores e em consultorias com resultados nada satisfatórios, de acordo com a minha contabilidade.

Por acaso o nome do, novo plano até soa bem. E moderno. E futurista.

Antigamente, quando eram os miúdos e ouvíamos falar da palavra metropolitano, a primeira imagem

que nos vinha a cabeça era a de um homem branco, do tipo "besugo", nascido em Portugal e a trocar os "bés" pelos "vés".

Depois, ficamos a saber que eles viviam na metrópole e nós no ultramar deles, quer dizer de Portugal metropolitano. Éramos por isso os ultramarinos.

Hoje já sabemos que a metrópole do tempo colonial afinal também é uma grande cidade do tipo Luanda, daí a justificação da designação para este novo projecto.

Já não sei muito bem quantos planos ou tentativas de planos directores foram feitos para esta minha Luanda que é a única que tenho.

Também não quero mais outra, porque já não sei, nem quero viver fora dela, após todos estes anos a luandar, desde que aqui nasci e me fiz pessoa.

Esta Luanda serve-me perfeitamente, embora nos últimos tempos sinta que alguém quer ficar com ela toda só para si e apenas para os seus, com planos e projectos que me deixam algo preocupado quanto ao nosso futuro, enquanto autóctones da banda, também conhecidos por "calús puros".

Acolhedores e hospitaleiros como nós, só conheço os calús de Nova Yorque.

Em causa está um caudal de informações sobre planos que me têm passado pelos olhos e pelos ouvidos ao longo dos tempos e que estão registados na minha memória, que cada vez me atraiçoa mais. Viva o PC!

Aliás é de vários planos e com muitos "pianistas" que também já nos habituamos a viver desde que este país se fez gente adulta em Novembro de 75.

Na altura, estou recordado, ainda não sabíamos muito bem qual era o plano traçado, para além de sermos orgulhosamente independentes fizesse sol ou fizesse chuva. Não havia plano B.

Esse plano antigo pelo menos sei que resultou até aos dias de hoje e já se passaram mais de 38 anos desde que o Manguxi disse que não voltávamos mais atrás, pois para frente era o caminho, era o único plano até ordens em contrário.

Apesar de ele ter morrido muito cedo, seu herdeiro, que está connosco até hoje, continuou com o plano e até houve alguém na altura, que em tom muito ameaçador, disse que não se podia mexer nem numa vírgula do plano do Mulaúla.

Pelo que todos sabemos a maior parte das vírgulas até já desapareceu, tendo sobrado apenas algumas palavras de ordem e pouco mais, para além, naturalmente, da própria dipanda.

Desde o tempo da outra senhora que oiço falar do tal plano director para Luanda como sendo uma espécie de varinha mágica para resolver todos os mambos e makas do crescimento da cidade.

Depois da dipanda continuou a guerra e nunca mais se ouviu falar de planos directores.

Terminada a guerra em 2002, os planos directores voltaram e em força, tendo de lá para cá já tido notícias da elaboração de vários em função dos governadores que foram passando pela Ingombota.

Primeiro ainda não sei muito bem se os anteriores planos foram concluídos e estão a ser executados.

Também não sei de quantos planos directores precisa uma cidade.

Em princípio acho que um plano com estas características, desde que seja bem elaborado a pensar no presente e no futuro, sem nunca esquecer o passado histórico e afectivo da cidade, seria suficiente para nos dar todas as respostas de que precisamos, sem se ignorar nada e sem necessidade de atropelarmos os outros.

Espaço e litoral é o que não nos falta. Diante do novo plano metropolitano para Luanda as minhas interrogações e dúvidas são mais do que muitas, sobretudo em relação ao passado remoto e mais recente desta cidade, numa altura em que são várias as forças ocultas, abertas e atípicas que até parece que estão apostadas em arrasar a cidade que me viu meu pau, a mim aos meus filhos nascer.

Não, definitivamente uma cidade não tem que crescer e se modernizar assim, com a destruição do seu património quer histórico quer arquitectónico, quer afectivo.

Uma cidade é muito mais que um espaço para o investimento, a especulação e ganância do sector imobiliário e de "sus muchachos".

Só o Estado, como pessoa de bem, está em condições de travar a ofensiva que está em curso em Luanda.

12.14 Obras da nova centralidade decorrem a ritmo acelerado

Jornal de Angola

20 De Dezembro de 2013

As primeiras 70 casas, das quatro mil previstas para o projecto habitacional Mwono Waha, que em português significa "nova vida", foram já entregues aos seus proprietários.

O projecto habitacional foi delineado há seis anos pela Sociedade Mineira de Catoca (SMC) e está a ser construído, há um ano, pela empreiteira chinesa CIF, a dez quilómetros de Saurimo.

O presidente do projecto, Flávio Fernandes, garantiu que o ritmo e qualidade das obras, fiscalizadas por uma empresa idónea, "respeitam as cláusulas subscritas no contrato de construção de moradias geminadas do tipo T3 e T4, com reserva de talhões para a edificação de uma escola, campo desportivo multiusos, centro de saúde e estabelecimentos comerciais".

A construção de fogos habitacionais decorre em simultâneo com o arruamento, pavimentação, instalação da rede de saneamento básico, de abastecimento água potável e de energia eléctrica domiciliar e pública. Mwono Waha conta actualmente com 240 sócios, inscritos para as distintas categorias de casas esboçadas no projecto.

Para facilitar o pagamento das mesmas, foi assinado um convénio de financiamento com o Banco Totta, válido por 15 anos.

Em relação à preservação ambiental, Flávio Fernandes garante que o projecto preparou viveiros contendo três mil mudas de plantas diversas.

12.15 Médicos recebem novas residências

Jornal de Angola

31 De Dezembro de 2013

Médicos que trabalham na vila do Bembe, província do Uíge, receberam residências do tipo T-3, entregues pelo governador Paulo Pombolo.

As casas, além de quartos, suites, sala comum, cozinha e dispensa, possuem também um vasto quintal e outros compartimentos.

O governador recordou que o Governo, no âmbito das suas responsabilidades sociais, continua a desenvolver acções nos domínios da Educação,

Saúde, melhoria das vias de acesso, habitação, formação académica e profissional, abastecimento alimentar e outras.

Paulo Pombolo visitou também a comuna de Mabaya-Quimaria, acerca 70 quilómetros da vila do Bembe, para constatar as dificuldades da população, onde sobressai o estado acentuado de degradação da via de acesso, que apresenta enormes buracos, inviabilizando o trânsito automóvel no período chuvoso.

Administrador comunal

O administrador da comuna de Quimaria, Silvestre Lucas, disse que o desenvolvimento da localidade passa, necessariamente, pela reabilitação da estrada Bembe-Quimaria e das pontes sobre os rios Lufua e Lucoji, residências para as autoridades administrativas, mais postos de saúde, aumento do número de enfermeiros e médicos.

Quimaria possui apenas um centro de Saúde e dois postos médicos, cujo funcionamento é assegurado por cinco médicos, enquanto os partos têm o concurso de 12 parteiras tradicionais. O administrador disse que a localidade, que possui 6.160 habitantes, conta apenas com oito escolas primárias, das quais só uma é de construção definitiva, enquanto as outras funcionam em estruturas precárias feitas de pau-a-pique ou por baixo de árvores.

No ano lectivo 2013 estiveram matriculados mais de 2.580 alunos da iniciação ao ensino secundário, para apenas 46 professores, disse o administrador, que defende a admissão de mais de 30 docentes e a construção de 35 novas salas para acomodar um maior número de crianças que estudam em salas provisórias ou fora do sistema normal do ensino.

O governador Paulo Pombolo referiu que o Executivo está a desenvolver mecanismos mais adequados para melhorar os serviços de Saúde e da Educação nas comunidades e recomendou à Administração Municipal do Bembe a definir um plano para a construção de mais centros e postos de saúde e salas de aulas, enquanto se aguarda por novos concursos públicos.

Quimaria é tida como a região de maior produção de laranja, tangerina, abacaxi, cana-de-açúcar, mandioca e outros produtos alimentares, segundo o administrador Silvestre Lucas, revelando que mais de 500 camponeses, integrados em sete associações, praticam a agricultura de subsistência.

"Os camponeses locais também estão a produzir muita banana, ginguba, feijão, milho, arroz e batata-doce, mas a falta de máquinas de lavoura,

instrumentos de trabalho e créditos bancários criam dificuldades", disse.

12.16 Cidades do país são requalificadas

Jornal de Angola

22 De Dezembro de 2013

O Ministério do Urbanismo e Habitação realiza no próximo ano estudos para a requalificação urbana das cidades de Malange, Dondo e Huambo, anunciou o titular da pasta ao fazer o balanço das actividades do Ministério.

José da Silva disse que estão concluídos 14 planos directores municipais e 158 de urbanização e que 68 por cento do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação "ocorre por conta da autoconstrução dirigida. O ministro salientou, no domínio do ordenamento do território, a existência de 58 planos directores municipais em curso em 15 províncias e 14 projectos de infra-estruturas integradas em 13.

José da Silva realçou entre os projectos com infra-estruturas o dos bairros do Cacucaco, Kilamba Kiaxi, Cacucaco, Benfica, Militar e Morro Bento, todos de Luanda. "À luz do Plano Nacional de Desenvolvimento vamos disponibilizar terrenos com infra-estruturas para os cidadãos que pretendem construir casa própria", disse.

O ministro José da Silva revelou e tarem fase de conclusão o e tudo de mercado que "deve fornecer os indicadores necessários para estabelecer os preços das habitações construídas no âmbito de programa de 200 fogos por município e os dos terrenos com infra-estruturas para autoconstrução dirigida. O sector do urbanismo e construção, referiu, está em condições para no primeiro semestre de 2014 iniciar os trabalhos nas reservas fundiárias das localidades de Missombo (Kuangdo Kubango), Chitato (Lunda-Norte), Catapa (Uíge), Mungo (Huambo), Graça (Benguela), Mabubas (Bengo) e da Quissama, em Luanda.

José da Silva afirmou ainda estarem concluídas 65 mil casas das 18 centralidades que estão a ser erguidas em dez províncias no quadro do subprograma dos 120 mil fogos (80 mil unidades a cargo da Sonip e 40 mil da Kora-Angola) e do pro-grama de 200, que decorre em 130 municípios. O ministro disse também que foram comercializadas cerca de 50 por cento das habitações a cargo da Sonip.

Em relação ao programa a cargo da Kora-Angola, declarou estarem concluídos 15 mil fogos habitacionais que devem em breve ser postos no mercado. Apesar de alguns obres saltos, disse, as

vendas das casas tiveram impacto na redução dos preços do mercado imobiliário do seguimento de média renda.

12.17 Baixou o preço de casas de renda elevada

Jornal de Angola

26 De Dezembro de 2013

Os preços de venda de casas do segmento de renda alta em Luanda registaram quedas significativas ao longo dos últimos cinco anos devido à elevada oferta no mercado, Indica um estudo sobre o Mercado Imobiliário Angolano relativo a 2013, lançado este ano pela empresa de consultoria do sector Proprime.

Em zonas de Luanda como a Maianga, Ingombota e Talatona, onde os preços estavam acima dos dois milhões de dólares (200 milhões de kwanza) para um apartamento T2 ou moradia do tipo T4, os valores diminuíram entre 20 a 50 por cento.

Nas zonas antes consideradas as mais cara de Luanda, Talatona e Maianga, onde em 2009 uma moradia ou apartamento de alto padrão do tipo T4 custava mais de dois milhões de dólares, os preços passaram para um milhão de dólares (100 milhões de kwanzas).

Na Ingombota, Viana, Benfica e Camama as reduções situam-se entre dez e 30 por cento. O valor de um apartamento ou moradia de alto padrão do tipo T3, que em 2009 custava, na Ingombota e Benfica, um milhão de dólares, passou para 700 ou 900 mil dólares (70 ou 90 milhões de kwanzas).

Apesar de hoje se registar uma diminuição do ritmo das vendas, a apostas em produtos imobiliário de alto padrão continuam a ser uma realidade em Luanda. O estudo diz que nas zonas da Baixa de Luanda, Talatona e Maianga assiste-se a uma construção "acelerada" de edifícios e moradias que vão atender apenas os segmentos de padrão elevado, onde o preço do metro quadrado ronda os 500 mil kwanzas. "É necessário o empresariado começar a efectuar grandes investimentos no segmento de média e baixa renda, com vista a alterar a focalização no segmento de alto padrão", aponta o estudo, ao mesmo tempo que assinala a predominância de um elevado défice habitacional neste segmento, fazendo com que os preços sejam "relativamente altos".

O Executivo lançou em 2008 o Programa Nacional de Habitação, que prevê a construção de centena de milhares de casas a nível de todo país a serem comercializadas por renda resolúvel. Para atender esta franja do mercado na cidade de Luanda foram

construí das cinco novas centralidades, designadamente, Kilamba, Cacuo, Mussequ Capari, Quilómetro 44 e Zango, onde vai residir perto de um milhão de habitantes. As casas são destinadas a todos os segmentos.

12.18 O pagamento anual da taxa de circulação

Jornal Semanário
26 De Dezembro de 2013

O prazo para o pagamento da taxa de circulação termina na próxima terça - feira, 31 de Dezembro deste ano. Findo este prazo, todos os automobilistas que não tiverem regularizado o pagamento serão obrigados a pagar de forma coerciva, adicionado de uma multa de 50 por cento do valor total da taxa correspondente a cilindrada do veículo ou motociclo.

De acordo com o comunicado do Ministério das Finanças que determina o pagamento da taxa' as receitas arrecadadas deste exercício serão revertidos para a melhoria das estradas de todo o país. Entretanto, automobilistas ouvidos pela nossa reportagem julgam que a as receitas arrecadadas do pagamento da taxa de circulação não traduzem na melhoria das estradas, na medida em muitas delas ainda encontram - se em avançado estado de degradação.

Francisco José de 40 anos de idade residente motorista de profissão dos quais sete ao serviço de táxi, atualmente trabalham como relações públicas, disse à nossa reportagem que as estradas terciárias e secundárias não oferecem condições de transitabilidade o que tem provocado danos avultados aos veículos. "Gastamos muito dinheiro na compra de peças sobressalentes e ainda temos de pagar valores tão altos com a taxa de circulação' se o dinheiro é para se reparar as estradas então não se justifica, há obras que já duram sete anos e nem dão sinal de conclusão", desabafou.

Acrescentou que basta um pequeno estrangulamento numa das vias estruturantes para bloquear o trânsito e deixar os transeuntes sem alternativas e fazes com que se chegue tardiamente nos locais de trabalho ou em certos compromissos.

Ricardo Bunga de 37 anos, engenheiro mecânico residente em Cacuo, revelou a nossa reportagem que diariamente percorre mais de 20 quilómetros de casa ao serviço e vice-versa, considerando que o trânsito que se regista em Luanda é fruto da má qualidade das estradas, por isso se nega a pagar a taxa de circulação. "Não vou pagar a taxa porque, muitas

avarias registadas crateras nas estradas. Imagine quantos carros tem cada série de matrícula? É muito dinheiro que vai ao cofre do Estado e que segundo o Ministério das Finanças serviria para reparação e construção de estradas", deplorou.

O jovem vai mais longe e aponta o Brasil como exemplo no que a gestão de rodovias desrespeito, onde algumas estradas são terceirizadas a empresas privadas que fazem a sua gestão e manutenção, cobrando alguma taxa de portagem aos automobilistas e olha que as estradas estão sempre em perfeitas condições. Por sua vez, Pensamento Dias, de 40 anos de idade, operador de guias na Sociedade Gestora de Terminais (Sogester), não entende se o valor da taxa é apenas para manutenção das vias estruturantes porque é onde se registam algumas melhorias mesmo sendo de pouca dura. "A via expressa Cacuo, Cabolombo e Benfica, já tem fissuras, as obras das vias estruturantes do Ngola Kiluanji, Lueje a Nkonde e Deolinda Rodrigues são intermináveis, é onde sentem registado algumas melhor.

12.19 Faltam estudos de impacto ambiental

Jornal de Angola
27 De Dezembro de 2013

Ausência de estudos de impacto ambiental pode resultar em tragédias humanas principalmente na área da construção

A ministra do Ambiente deplorou que muitos projectos nas províncias fora de Luanda sejam elaborados sem um Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental (EIA).

Fátima Jardim anunciou a realização a partir de Março em todas as províncias, excepto Luanda, de inspecções de avaliação de algumas das obras "de grande dimensão" e dos danos causados ao ambiente. "Vamos actuar a partir de Março porque não podemos de forma alguma realizar acções que não sejam integradas no plano nacional de estudo ambiental!", disse.

A ministra afirmou que no caso de Luanda dão entrada diariamente vários projectos a solicitar o licenciamento depois de um estudo de impacto ambiental, o que é exigido pelo Executivo.

Este ano, referiu a ministra Fátima Jardim, entraram na Direcção Nacional de Prevenção e Avaliação de Impactos Ambientais do Ministério do Ambiente 297 estudos, muitos deles complexos e com as medidas

de mitigação bem definidas, com vista a serem licenciados.

Fátima Jardim declarou que, no quadro do desenvolvimento socioeconómico que o país regista, vai ser reforçada a capacidade institucional em termos de quadros para se fazer face às necessidades.

O Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental é um relatório técnico no qual se avaliam as consequências para o ambiente decorrentes de um determinado projecto e são apresentadas medidas mitigadoras.

Outra preocupação do Ministério do Ambiente está relacionada com os derrames de petróleo. Fátima Jardim revelou que o Executivo vai prestar maior atenção aos casos de derrames de petróleo resultante das operações de prospecção e exploração deste recurso por parte das empresas petrolíferas. "Angola possui um quadro legal bastante amplo que permite a aplicação de multas nos casos que forem detectados", disse Fátima Jardim, ao fazer o balanço das actividades realizadas este ano.

A ministra do Ambiente referiu que ao longo do ano foram registados 20 casos, cujas averiguações seguem os trâmites legais, e que na semana passada ocorreu mais um, na província de Cabinda. O caso mais relevante, sublinhou, aconteceu com a empresa ENI durante as actividades de prospecção e que por isso teve de pagar ao Estado 3,5 milhões de dólares a título de indemnização.

"O Estado agora já não se vai limitar a aplicar medidas de educação e consciencialização ambiental, mas dar continuidade ao reforço da sua capacidade para melhorar a fiscalização e sancionar todos os danos para o ambiente", advertiu.

Ainda quanto ao derrame provocado pela ENI, assegurou que já foi retirado o tanque de combustível do local e exige-se agora a remoção da plataforma. "Tudo isto foi cumprido. Como sabem são verbas bastante dispendiosas. Apresentamos a auditoria para a prospecção e estamos satisfeitos e conscientes que a comissão multisectorial de contingência de derrames de petróleo exerceu o seu papel", disse a ministra Fátima Jardim.

A ministra do Ambiente declarou, igualmente, que para a retirada do tanque do local foram precisos dois navios contratados e que o material foi levado com segurança até à base da Sonils, em Luanda.

12.20 Casas concluídas no primeiro semestre

Jornal de Angola

28 De Dezembro de 2013

Mais de nove mil habitações nas centralidades que estão a ser erguidas nos municípios do Huambo, Bailundo e Caála ficam prontas no primeiro semestre do próximo ano, anunciou o vice-governador do Huambo para o sector Económico.

Francisco Fato garantiu que a resolução do problema da habitação para a juventude é uma das prioridades do Governo. No município da Caála, estão a ser construídas quatro mil habitações, no do Bailundo três mil e no do Huambo duas mil.

Os municípios do Lenduimbali, Mungo, Ecunha, Chicala Cholohanga, Cachiungo, Longonjo, Ucuma e Chinjenje vão contar, a partir do próximo ano, com 200 casas sociais cada.

Ao longo deste ano, ficaram concluídas e foram distribuídas a pessoas em condições vulneráveis 200 casas, nos municípios da Chicala Cholohanga, Lenduimbali e Ucuma,

O delegado da Justiça e dos Direitos Humanos disse que as cidades em construção na província do Huambo vão ter lojas de Justiça, que vão albergar serviços de cartório notarial, conservatória de registo civil e de identificação civil e criminal. Ernesto Estêvão Pedro explicou que a criação das lojas de Justiça nas centralidades tem como objectivo aproximar os serviços de justiça das pessoas.

"Queremos facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços de Justiça e descongestionar o fluxo de pessoas nas conservatórias, nos serviços de identificação e cartórios", frisou, para depois anunciar a entrada em funcionamento de três novas lojas nas centralidades do Lossambo, Caála e Bailundo, no próximo ano. A centralidade da Caála alberga habitações dos três tipos construídas pela Kora

Angola todas de tipologia T3 com 100 metros quadrados de área útil. A Caála foi desenhada para comportar 4.000 casas. Os arranjos de infra-estruturas e drenagem estão concluídos e as actividades no interior das habitações correm a bom ritmo

